

**MATERIAL DO
PROFESSOR**

- **História**

VOLUME

2



PRÉ-VESTIBULAR
SEMIEXTENSIVO

**MATERIAL DO
PROFESSOR**

• **História**

VOLUME

2

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO
SISTEMA DE ENSINO DOM BOSCO

DOM BOSCO - SISTEMA DE ENSINO
PRÉ-VESTIBULAR SEMIEXTENSIVO 2
Ciências humanas e suas tecnologias.
© 2019 – Pearson Education do Brasil Ltda.

Vice-presidência de Educação	Juliano Melo Costa
Gerência editorial nacional	Alexandre Mattioli
Gerência de produto	Silvana Afonso
Autoria	Bruno Jeuken
Coordenação editorial	Luiz Molina Luz
Edição de conteúdo	Cesar da Costa Jr, Curso São Carlos Ltda.
Assistência de edição	Ana Duarte, Raíssa Cardoso, Ana Carolina de Almeida Paulino
Leitura crítica	Curso São Carlos Ltda, Murilo Resende
Preparação e revisão	Luiz Gustavo M. Bazana
Gerência de Design	Cleber Figueira Carvalho
Coordenação de Design	Diogo Mecabo
Edição de arte	Débora Lima, Ariane Lima
Coordenação de pesquisa e licenciamento	Maiti Salla
Pesquisa e licenciamento	Cristiane Gameiro, Heraldo Colon, Andrea Bolanho, Sandra Sebastião, Shirlei Sebastião
Ilustrações	Carla Viana
Projeto Gráfico	Apis design integrado
Diagramação	Editorial 5
Capa	Apis design integrado
Imagem de capa	mvp64/istock
Produtor multimídia	Cristian Neil Zaramella
PCP	George Baldím, Paulo Campos

Todos os direitos desta publicação reservados à
Pearson Education do Brasil Ltda.

Av. Santa Marina, 1193 - Água Branca
São Paulo, SP – CEP 05036-001
Tel. (11) 4210-4450

www.pearson.com.br

APRESENTAÇÃO

Um bom material didático voltado ao vestibular deve ser maior que um grupo de conteúdos a ser memorizado pelos alunos. A sociedade atual exige que nossos jovens, além de dominar conteúdos aprendidos ao longo da Educação Básica, conheçam a diversidade de contextos sociais, tecnológicos, ambientais e políticos. Desenvolver as habilidades a fim de obterem autonomia e entenderem criticamente a realidade e os acontecimentos que os cercam são critérios básicos para se ter sucesso no Ensino Superior.

O Enem e os principais vestibulares do país esperam que o aluno, ao final do Ensino Médio, seja capaz de dominar linguagens e seus códigos; construir argumentações consistentes; selecionar, organizar e interpretar dados para enfrentar situações-problema em diferentes áreas do conhecimento; e compreender fenômenos naturais, processos histórico-geográficos e de produção tecnológica.

O Pré-Vestibular do Sistema de Ensino Dom Bosco sempre se destacou no mercado editorial brasileiro como um material didático completo dentro de seu segmento educacional. A nova edição traz novidades, a fim de atender às sugestões apresentadas pelas escolas parceiras que participaram do Construindo Juntos – que é o programa realizado pela área de Educação da Pearson Brasil, para promover a troca de experiências, o compartilhamento de conhecimento e a participação dos parceiros no desenvolvimento dos materiais didáticos de suas marcas.

Assim, o Pré-Vestibular Semiextensivo Dom Bosco by Pearson foi elaborado por uma equipe de excelência, respaldada na qualidade acadêmica dos conhecimentos e na prática de sala de aula, abrangendo as quatro áreas de conhecimento com projeto editorial exclusivo e adequado às recentes mudanças educacionais do país.

O novo material envolve temáticas diversas, por meio do diálogo entre os conteúdos dos diferentes componentes curriculares de uma ou mais áreas do conhecimento, com propostas curriculares que contemplem as dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura como eixos integradores entre os conhecimentos de distintas naturezas; o trabalho como princípio educativo; a pesquisa como princípio pedagógico; os direitos humanos como princípio norteador; e a sustentabilidade socioambiental como meta universal.

A coleção contempla todos os conteúdos exigidos no Enem e nos vestibulares de todo o país, organizados e estruturados em módulos, com desenvolvimento teórico associado a exemplos e exercícios resolvidos que facilitam a aprendizagem. Soma-se a isso, uma seleção refinada de questões selecionadas, quadro de respostas e roteiro de aula integrado a cada módulo.

SUMÁRIO



5

HISTÓRIA 1



161

HISTÓRIA 2

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO
SISTEMA DE ENSINO DOM BOSCO



HISTÓRIA 1

CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS

17

SEGUNDA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E LIBERALISMO

- Tempo é dinheiro!
- Avanço nas comunicações
- Novas fontes de energia
- Metalurgia
- Meios de transporte
- Produção em massa
- Reflexos sociais da Revolução Industrial
- O liberalismo ontem e hoje
- Economistas liberais
- Capitalismo monopolista

HABILIDADES

- Identificar registros sobre o papel das técnicas e tecnologias na organização do trabalho e/ou da vida social.
- Analisar fatores que explicam o impacto das novas tecnologias no processo de territorialização da produção.
- Reconhecer transformações técnicas e tecnológicas que determinam as várias formas de uso e apropriação dos espaços rural e urbano.

TEMPO É DINHEIRO!

A Segunda Revolução Industrial ocorreu entre 1875 e 1945, dando continuidade aos avanços tecnológicos que marcaram o trabalho nas indústrias, bem como o desenvolvimento dos meios de transporte. Esse período, junto à Primeira Revolução Industrial, promoveu uma série de transformações na sociedade ao modificar as relações de trabalho, as percepções sobre o tempo e permitir o surgimento de lutas por direitos e melhores condições de vida.

São desse período a descoberta de novas fontes de energia e as inovações nas formas de comunicação. A sociedade torna-se cada vez mais marcada pela produção e pelo consumo desenfreado, sendo guiada pelas ideias de eficiência e progresso. O movimento da Segunda Revolução Industrial foi mais presente em países como Alemanha, Japão, Itália, Rússia e Estados Unidos e incidiu principalmente sobre os ramos siderúrgico, automobilístico, bélico e naval.

AVANÇO NAS COMUNICAÇÕES

Na segunda metade do século XIX, diversas inovações tecnológicas contribuíram para a aceleração da velocidade das comunicações, sobretudo no que diz respeito à transmissão da voz humana. Uma série de inventos permitiu às pessoas, estando ou não na mesma localidade, trocar informações mais rapidamente, sem a necessidade de aguardar sua chegada por meio de cartas.

Entre esses inventos, é possível destacar a criação do cabo telegráfico submarino, em 1866, por Cyrus W. Field; do telefone, em 1876, por Alexander Graham Bell; da lâmpada elétrica, em 1877, por Thomas Edison; do radiotelégrafo, em 1895, por Guglielmo Marconi; e do projetor cinematográfico, em 1895, por Auguste e Louis Lumière.

A revolução nas comunicações não estacionou com as inovações do século XIX. No século XX, os meios de comunicação continuaram a presenciar avanços tecnológicos. Foram inúmeros os inventos, principalmente pelo surgimento de formas de acoplagem entre processos de transmissão de som e imagem. Destacam-se nesse período o aperfeiçoamento do rádio, o cinema e, em 1926, a invenção da televisão pelo escocês James Logie Baird, a qual popularizou-se na segunda metade do século XX.

Cena do filme *Tempos modernos*, produzido por Charles Chaplin, no qual há uma forte crítica ao capitalismo e às condições precárias a que eram submetidos os operários. A obra cinematográfica de Chaplin é um dos primeiros exemplos do uso do cinema como forma de crítica social.



Após a Segunda Guerra Mundial, os meios de comunicação presenciaram uma nova revolução. Alguns autores da atualidade chamam esse novo impulso tecnológico, com o avanço da robótica, dos satélites e da informática, de Terceira Revolução Industrial (ou terceira fase), na qual a robótica, os satélites e a informática foram responsáveis por grandes avanços nas formas de comunicação.

NOVAS FONTES DE ENERGIA

No século XIX, a descoberta de novas fontes de energia impactou a sociedade, pois alimentou as indústrias, permitindo sua expansão, além de ter propiciado o desenvolvimento de novos meios de transporte e contribuído para a transformação da sociedade industrial.

A energia elétrica, conhecida em seus rudimentos pelos povos da Antiguidade, passou a ser estudada ao longo do século XIX. Sua manipulação e suas aplicações foram descobertas e desenvolvidas por um grupo de cientistas, entre eles Galvani e Volta, que aprimoraram a pilha; Ohm, Joule, Faraday e Thomas Edison, cujos estudos possibilitaram o aperfeiçoamento da lâmpada elétrica em 1878; Barlow, que inventou o motor elétrico; e Ampère, criador do gerador de energia, entre outros.

Outra fonte energética que passou a ser explorada nesse período, apesar de conhecida desde a Antiguidade, foi o petróleo. O estudo de suas propriedades permitiu que passasse a ser utilizado em larga escala como matéria-prima de combustíveis (gasolina, querosene, óleo etc.). O primeiro poço foi perfurado nos Estados Unidos em 1859 por Edwin Drake.

Os avanços na petroquímica e a invenção de motores de combustão interna possibilitaram uma revolução também nos meios de transporte, tendo em vista que, graças a essas inovações, carros menores começaram a circular pelas ruas.

METALURGIA

Na Segunda Revolução Industrial, o aço surgiu como principal matéria-prima para as indústrias. A possibilidade de manipular esse material garantiu o desenvolvimento de produtos mais resistentes.

Técnicas de produção metalúrgica foram incorporadas à indústria e o avanço técnico possibilitou o aperfeiçoamento de novas máquinas e, conseqüentemente, o aumento da produção. Países como Inglaterra, Prússia e, posteriormente, o Império Alemão, a Itália, o Japão e os Estados Unidos tiveram grande avanço na metalurgia já no fim do século XIX.

MEIOS DE TRANSPORTE

Transporte terrestre

Enquanto as ferrovias conectavam regiões distantes, gerando desenvolvimento industrial e agrícola por onde passavam, as inovações técnicas viabilizaram a criação e posterior popularização do automóvel.

O motor de combustão interna, somado ao processo de vulcanização da borracha, permitiu a criação de pequenos automóveis. Em 1885, o alemão Nicolaus A. Otto criou o primeiro motor, que foi aperfeiçoado por Daimler e Benz. A vulcanização da borracha foi desco-

berta em 1839 por Goodyear, o que colaborou com a invenção do pneu por John Boyd Dunlop.

Aviação

O sonho de voar sempre povoou o imaginário humano, desde as asas construídas por Dédalo na mitologia clássica até as incríveis máquinas voadoras idealizadas por Leonardo da Vinci. No entanto, a realização desse sonho teve de esperar até 1709, quando o padre brasileiro Bartolomeu Lourenço de Gusmão inventou o balão de ar quente. A partir de então, multiplicaram-se as experiências e descobertas no esforço de construir uma máquina voadora mais pesada que o ar.

O surgimento dos diferentes motores, bem como a descoberta de novas fontes de energia, permitiu sucessivas experiências em várias partes do mundo a fim de inventar um aparelho de transporte aéreo. Em 1903, nos Estados Unidos, os irmãos Wright conseguiram “voar” por 12 segundos, quando sua máquina voadora foi impulsionada por uma catapulta.

A primeira máquina a voar de modo totalmente autônomo, isto é, sem impulso, surgiu em 1906, quando o brasileiro Santos Dummont, em Paris, fez seu voo em um aeroplano a motor, o 14-Bis, com total autossuficiência na decolagem e na aterrissagem. Sua criação foi aperfeiçoada com o Demoiselle.



Santos Dumont e o 14-Bis, em 1906.

Na Primeira Guerra Mundial, o avião tornou-se uma arma estratégica e letal. Carregado com bombas, era capaz de explodir cidades inteiras, provocando pânico na Europa. O aperfeiçoamento desse transporte aéreo deu-se no pós-Segunda Guerra, com sofisticados e rápidos novos aparelhos da aviação militar e civil.

PRODUÇÃO EM MASSA

A Segunda Revolução Industrial caracterizou-se também por acelerar a produção. Não apenas máquinas mais automatizadas, que produziam melhor e mais rápido, mas também novas formas de divisão do trabalho, como o processo implementado por Henry Ford, levaram à redução de custos e preços, popularizando produtos e fazendo-os chegar aos consumidores de menor poder aquisitivo.

O modelo implementado por Ford ficou conhecido como fordismo. Em sua fábrica, o operário aguardava na linha de produção a passagem das peças para montar sua parte, repetindo o mesmo movimento inúmeras vezes e adaptando-se ao ritmo da máquina.

REFLEXOS SOCIAIS DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

A Revolução Industrial alterou em muito a vida coletiva e individual. Essa mudança pôde ser percebida com o surgimento do proletariado urbano, que passou a lutar por melhores condições de vida, originando movimentos sociais que colocaram em questão a exploração econômica dos proprietários dos meios de produção, isto é, a burguesia.

Dessa forma, ocorreram movimentos como o **ludismo**, que visava à destruição de equipamentos, pois os entendiam como um mal; e o **socialismo utópico**, o **socialismo científico** e o **anarquismo**, agitações organizadas por sindicatos e agremiações operárias que pretendiam elaborar uma legislação para proteger os trabalhadores, estimulando a criação de uma sociedade mais igualitária e colocando em questão a ordem capitalista.

Os socialistas utópicos não pretendiam mudar a sociedade por meio da violência, mas pelo exemplo de solidariedade. Aqueles que compartilhavam as ideias de Marx e Engels propunham a luta de classes e a revolução operária. Os anarquistas defendiam a greve geral para a destruição do capitalismo, além do fim do Estado e da Igreja, instituições que, segundo eles, escravizavam física e mentalmente os seres humanos.

A difusão do sistema de produção industrial na Europa, nos Estados Unidos e no Japão no fim do século XIX produziu outras alterações de organização empresarial. As várias indústrias localizadas em um país começaram a se fundir para ter melhores condições de enfrentar as estrangeiras. Dessas fusões surgiram grandes conglomerados, os quais promoveram a passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista e imperialista, recebendo apoio governamental e atuando de forma privilegiada em espaços do mundo garantidos pelas nações de origem.

Ocorreram movimentações imperialistas das potências industriais nos continentes africano e asiático e disputas por áreas que acirraram as tensões entre os estados industrializados, em um cenário de conflitos que não parecia ter solução pacífica, o que se confirmou com a eclosão da Primeira Guerra Mundial no início do século XX.

A Revolução Industrial é um marco de ingresso no mundo contemporâneo, assim como a Revolução Francesa, a Era Napoleônica e as independências políticas do continente americano.

O LIBERALISMO ONTEM E HOJE

O **liberalismo** é uma ideologia que pode ser definida como um conjunto de ideias políticas e econômicas cuja premissa é a liberdade e a defesa de que a sociedade e o Estado devem ter suas bases e justificativas nesse ideal. Esse pensamento evoluiu muito ao longo da História, desde seu nascimento, em que buscava combater os poderes absolutos dos monarcas e seus monopólios sobre o comércio, até os dias de hoje, tornando-se um movimento diverso que discute o papel do Estado nas liberdades políticas e econômicas dos indivíduos.

O pensamento liberal rejeita todo e qualquer poder absoluto. Assim, desde o fim do século XVII até o início do século XIX, o liberalismo burguês voltou-se contra o Antigo Regime. No século XX, o movimento combateu regimes totalitários e ditaduras, mas também a vontade popular.

O termo “liberalismo” possui vários significados, entre eles o político e o econômico. O **liberalismo político** surgiu na Inglaterra e desenvolveu-se na França na época do Iluminismo. Defendia a liberdade de pensamento, a igualdade de todos diante do Estado, a representação política da sociedade por meio de uma assembleia e do constitucionalismo. De início, era o reflexo do pensamento burguês. A prática liberal burguesa, porém, tornou-se contraditória ao instituir o voto censitário, negar a possibilidade de organização trabalhista e os direitos aos operários.

O **liberalismo econômico** também surgiu na época do Iluminismo, com os fisiocratas e, sobretudo, com Adam Smith. Defendia a liberdade econômica na sociedade, em que o papel do Estado seria apenas de coordenador e organizador da economia. O esforço do homem tem como meta, em um contexto de liberdade econômica, alcançar o máximo possível de conforto, de bens e de riqueza com o menor esforço possível. É o *homo economicus* ou “homem econômico”, voltado para o ter. Para essa corrente do liberalismo, a economia não deve ser influenciada por questões políticas ou sociais. Essa ideologia resume-se na expressão *laissez-faire, laissez-passer* (“deixai fazer, deixai passar”).

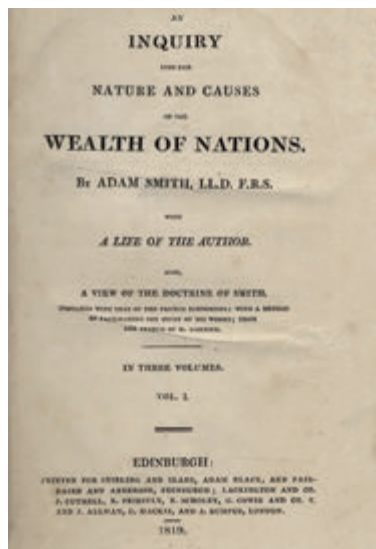
Mais recentemente, economistas como o francês Jean-Baptiste Say deram outra conotação ao liberalismo econômico, ao admitir que o Estado deve atuar na economia, organizando-a, para evitar crises que abalem a estrutura do capitalismo. O neoliberalismo contemporâneo defende um Estado mínimo que não interfira na produção, mas que tenha a capacidade de gerir políticas econômicas.

ECONOMISTAS LIBERAIS

Liberalismo econômico

Na Inglaterra, Adam Smith publicou *A riqueza das nações* (1776), livro reconhecido como base para o de-

envolvimento da escola clássica. Além de Smith, destacaram-se Stuart Mill, Thomas Malthus e David Ricardo.



COLEÇÃO PARTICULAR

Primeira página do livro *Um inquérito sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*, de Adam Smith (volume 1, edição de 1819).

Os princípios fundamentais do liberalismo econômico foram:

- existência de leis naturais na economia;
- livre-concorrência (lei da oferta e da procura);
- livre-cambismo;
- defesa da propriedade privada;
- liberdade de contrato;
- especialização e organização do trabalho;
- divisão internacional do trabalho.

Entre os principais pensadores do liberalismo, destacam-se:

- **Adam Smith (1723-1790):** em *A riqueza das nações*, defendeu que o trabalho, aliado ao capital, é o fator determinante da riqueza. Para o economista, a eficácia do trabalho resulta de sua adequada divisão. Para defender sua teoria, tentou demonstrar que dez operários, dividindo as tarefas de fabricação, são capazes de produzir 48 mil alfinetes por dia, enquanto um, realizando todas as atividades sozinho, consegue fabricar apenas um alfinete. O aumento da produção possibilitaria baixar custos e conquistar mais mercados, ampliando, assim, os lucros.
- **Stuart Mill (1806-1873):** em *Princípios da economia política*, sintetizou as teorias clássicas. Diferentemente dos demais economistas, destacou-se pela preocupação com os problemas sociais. O interesse pela justiça social situa-o na transição da escola clássica para o socialismo.
- **Thomas Malthus (1766-1843):** em *Ensaio sobre a população*, investigou as causas da miséria da humanidade. Segundo ele, a responsabilidade pela pobreza deve-se ao desregramento dos próprios pobres, que têm mais filhos do que podem sustentar. Se a população não for contida, crescerá em progressão geométrica, enquanto a produção de alimentos, nas mais favoráveis circunstâncias, só poderia aumentar, no máximo,

em progressão aritmética. Um equilíbrio somente seria possível em virtude da ocorrência de epidemias, catástrofes e guerras que diminuíssem o crescimento populacional ou pela limitação voluntária da natalidade. A teoria malthusiana influenciou os pensadores de áreas como ciências sociais, história e geografia.

- **David Ricardo (1772-1823):** em sua teoria do valor, expressa na obra *Princípios de economia política e tributária*, demonstrou que o custo da produção determina o valor dos bens. O crescimento da população acarreta um aumento das necessidades dos gêneros agrícolas. A fertilidade desigual de terras provoca o nivelamento dos preços para cima. Ricardo também defendeu a ideia das vantagens comparativas, concebendo que os países deveriam se especializar no tipo de produção para a qual têm afinidade. Assim, por exemplo, se Portugal tem vocação para produzir vinho e a Inglaterra tecidos, ambos deveriam se especializar nessas áreas e trocar mercadorias.

CAPITALISMO MONOPOLISTA

Na segunda metade do século XIX, emergiram potências como os Estados Unidos, a Itália e a Alemanha, que superaram suas divisões internas e alavancaram um desenvolvimento autossustentado. No mesmo período, o capitalismo transformou-se profundamente, passando da fase liberal para a monopolista. Dessa forma, considera-se que uma das principais características da Segunda Revolução Industrial é o capitalismo monopolista.

O sistema bancário é um exemplo desse processo de concentração monopolista. Na feroz disputa por mercados, os bancos pequenos foram à falência, deixando lugar para os grandes. Na Inglaterra, cinco grandes bancos monopolizaram o mercado financeiro ao incorporarem os concorrentes menores; na Alemanha e nos Estados Unidos, nove, com destaque especial para dois gigantes controlados pelos grupos Rockefeller e Morgan.



Charge de 1911 que satiriza a influência política dos grupos econômicos monopolistas.

ROTEIRO DE AULA

SEGUNDA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

Avanços tecnológicos

Comunicação:

- Cabo telegráfico submarino.
- Telefone.
- Radiotelégrafo.
- Projetor cinematográfico.

Energia:

- Energia elétrica.
- Petróleo e motores de combustão interna.

Transporte:

- Automóvel.
- Avião.

ROTEIRO DE AULA

LIBERALISMO

Liberalismo político

Quando se desenvolve:

Entre os séculos XVII e XIX.

Definição:

Defendia a liberdade de pensamento, a igualdade entre todos, a representação política da sociedade e o constitucionalismo. Tornou-se contraditório ao instituir o voto censitário e negar direitos aos operários.

Liberalismo econômico

Quando se desenvolve:

Entre os séculos XVII e XIX.

Definição:

Os fisiocratas e Adam Smith propôs a ideia de liberdade econômica, segundo a qual o Estado deve exercer um papel mínimo, cabendo-lhe apenas coordenar e organizar a economia.

Capitalismo monopolista

Quando se desenvolve:

Na segunda metade do século XIX.

O que substituiu:

O capitalismo liberal.

Exemplos:

Sistema bancário, petroleiras.

EXERCÍCIOS DE APLICAÇÃO

1. Enem

C1-H1



CHARLIE CHAPLIN FILM CORPORATION



CHARLIE CHAPLIN FILM CORPORATION

Cenas do filme *Tempos modernos* (*Modern Times*), EUA, 1936.
Direção: Charles Chaplin. Produção: Continental.

A figura representada por Charles Chaplin critica o modelo de produção do início do século XX, nos Estados Unidos da América, que se espalhou por diversos países e setores da economia e teve como resultado:

- a) a subordinação do trabalhador à máquina, levando o homem a desenvolver um trabalho repetitivo.
- b) a ampliação da capacidade criativa e da polivalência funcional para cada homem em seu posto de trabalho.
- c) a organização do trabalho, que possibilitou ao trabalhador o controle sobre a mecanização do processo de produção.
- d) o rápido declínio do absenteísmo, o grande aumento da produção conjugado com a diminuição das áreas de estoque.
- e) as novas técnicas de produção, que provocaram ganhos de produtividade, repassados aos trabalhadores como forma de eliminar as greves.

Com a maior inserção de máquinas na indústria, o trabalhador perde sua autonomia enquanto produtor de determinado produto, já que passa a produzir uma parte deste, repetidas vezes. Nesse sentido, o trabalhador perde a noção e o conhecimento do produto como um todo, subordinado cada vez mais a um tipo de tarefa dentro da fábrica.

Competência: Compreender os elementos culturais que constituem as identidades.

Habilidade: Interpretar historicamente e/ou geograficamente fontes documentais acerca de aspectos da cultura.

2. UNESP

“A Exposição Internacional de Eletricidade foi aberta ao público no Palácio da Indústria em Paris, em agosto de 1881 [...]. A maior parte dos aparelhos expostos resultou de descobertas moderníssimas [...]. O bonde que transporta os visitantes; as máquinas eletromagnéticas e o dí-

namo elétrico em funcionamento; os focos luminosos brilhando; os telefones que nos permitem ouvir à distância representações de ópera – tudo isto é tão novo que nem sequer seu nome era conhecido cinco anos atrás.”

Revista *A Natureza*, 1881.

As inovações mencionadas:

- a) resultaram dos investimentos em tecnologia e da criação dos cursos técnicos nas universidades europeias e norte-americanas.
- b) foram consequências da Segunda Revolução Industrial, que explorou novas fontes de energia e desenvolveu novos processos produtivos.
- c) ficaram restritas às camadas privilegiadas da sociedade, sem alterar o cotidiano da maioria dos habitantes da Europa.
- d) possibilitaram a autossuficiência dos países capitalistas adiantados e trouxeram dificuldades para os exportadores de produtos primários.
- e) determinaram a expansão dos regimes democráticos e iniciaram a difusão dos conhecimentos científicos em diferentes sociedades.

A Segunda Revolução Industrial caracteriza-se pela busca de novas formas de fontes de energia e, com ela, novos aparelhos tecnológicos, como os citados na questão.

3. Unifor-CE – A Segunda Revolução Industrial, ocorrida fundamentalmente a partir da terceira década do século XIX, provocou profundas transformações no sistema capitalista de produção. Sobre este fato histórico é incorreto afirmar:

- a) Os principais setores da Segunda Revolução Industrial foram o têxtil e o metalúrgico.
- b) A Segunda Revolução Industrial provocou a concentração e a centralização do capital.
- c) A Segunda Revolução Industrial levou ao imperialismo.
- d) A Segunda Revolução Industrial foi baseada no profundo avanço da ciência moderna e da tecnologia.
- e) Durante a Segunda Revolução Industrial, a Inglaterra perdeu o domínio da produção de bens industrializados.

Os avanços científicos do século XIX, especialmente nas áreas petroquímica, bioquímica, elétrica e de transportes levaram ao que chamamos de Segunda Revolução Industrial. Foi uma época na qual os Estados Unidos já se tornavam o centro industrial do mundo, sobrepondo-se (aos poucos) à Inglaterra, que havia sido o centro na Primeira Revolução Industrial. Um período de grandes monopólios e de disputa por mercados consumidores, levando ao imperialismo, também chamado neocolonialismo. A alternativa A, incorreta, traz características da Primeira Revolução Industrial, em vez da Segunda.

4. Cesgranrio-RJ – A industrialização acelerada de diversos países, ao longo do século XIX, alterou o equilíbrio e a dinâmica das relações internacionais. Com a Segunda Revolução Industrial emergiu o imperialismo, cuja característica marcante foi o(a):

- a) substituição das intervenções militares pelo uso da diplomacia internacional.
- b) busca de novos mercados consumidores para as manufaturas e os capitais excedentes dos países industrializados.
- c) manutenção da autonomia administrativa e dos governos nativos nas áreas conquistadas.

- d) procura de especiarias, ouro e produtos tropicais inexistentes na Europa.
- e) transferência de tecnologia, estimulada por uma política não intervencionista.

A Segunda Revolução Industrial possibilitou a criação de diversos produtos, disseminando a ideia de modernidade na Europa. O consumo foi responsável pelo enriquecimento dos industriais, que buscavam maiores lucros e, para tanto, expandiram os mercados consumidores para além do continente europeu.

5. Faap-SP – Os pensadores do liberalismo econômico, como Adam Smith, Malthus e outros defendiam:

- a) a intervenção do Estado na economia.
- b) o mercantilismo como política econômica nacional.
- c) a socialização dos meios de produção.
- d)** a liberdade para as atividades econômicas.
- e) a implantação do capitalismo de Estado.

As ideias do liberalismo afastam-se da intervenção do Estado na economia, bem como da participação igualitária de todos os setores da população, por isso as alternativas A, B, C e E estão incorretas. A alternativa D apresenta uma ideia central de Adam Smith, qual seja, a defesa da liberdade econômica.

6. UNESP

“Sendo os homens, conforme [...] dissemos, por natureza, todos livres, iguais e independentes, ninguém pode ser expulso de sua propriedade e submetido ao poder de outrem sem dar consentimento.”

LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo*.

“O patrimônio do pobre reside na força e destreza de suas mãos, sendo que impedi-lo de utilizar essa força e essa destreza da maneira que ele considerar adequada, desde que não lese o próximo, constitui uma violação pura e simples dessa propriedade sagrada.”

SMITH, Adam. *A riqueza das nações*.

A partir da leitura dos textos, é correto afirmar que:

- a) John Locke defende a democracia, isto é, a igualdade política entre os homens, ao passo que Adam Smith privilegia o trabalho, portanto a desigualdade.
- b)** John Locke funda sua teoria política liberal na defesa da propriedade privada, em sintonia com a defesa da livre-iniciativa proposta por Adam Smith.
- c) o consentimento para evitar o poder centralizado do rei, em John Locke, choca-se com a necessidade de intervenção econômica, segundo Adam Smith.
- d) a monarquia absolutista é a base da teoria política de John Locke, enquanto o Estado não intervencionista é o suporte da teoria econômica de Adam Smith.
- e) para John Locke, o consentimento é garantido pela divisão dos poderes harmonizando-se com a defesa da propriedade coletiva de Adam Smith.

A ideia do trabalho é central para o liberalismo, já que entendia-se que as pessoas podiam enriquecer por meio do trabalho, de sua vontade e da liberdade de fazer escolhas. Para os fisiocratas, a terra era a principal fonte de riqueza de uma nação.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

7. FEI-SP – Podem ser apontadas como características da Revolução Industrial:

- a) a substituição da manufatura pela indústria, a invenção da máquina-ferramenta, a progressiva divisão do trabalho e a submissão do trabalhador à disciplina fabril.
- b) o aprimoramento do artesanato, a crescente divisão do trabalho, um forte êxodo urbano e o aumento da produção.
- c) a substituição do artesanato pela manufatura e o consequente aumento da produção acompanhado pelo recrudescimento da servidão.
- d) a total substituição do homem pela máquina e o aumento do nível de vida da classe trabalhadora.
- e) a modernização da produção agrícola, o êxodo rural e uma diminuição do nível geral da produção.

8. Fuvest-SP – Identifique, entre as afirmativas a seguir, a que se refere a consequências da Revolução Industrial:

- a) Redução do processo de urbanização, aumento da população dos campos e sensível êxodo urbano.
- b) Maior divisão técnica do trabalho, utilização constante de máquinas e afirmação do capitalismo como modo de produção dominante.
- c) Declínio do proletariado como classe na nova estrutura social, valorização das corporações e manufaturas.

- d) Formação, nos grandes centros de produção, das associações de operários denominadas *trade-unions*, que promoveram a conciliação entre patrões e empregados.
- e) Manutenção da estrutura das grandes propriedades, com as terras comunais, e da garantia plena dos direitos dos arrendatários agrícolas.

9. PUCCamp-SP

“O duque de Bridgewater censurava os seus homens por terem voltado tarde depois do almoço; estes se desculparam dizendo que não tinham ouvido a badalada da 1 hora, então o duque modificou o relógio, fazendo-o bater 13 badaladas.”

Este texto revela um dos aspectos das mudanças oriundas do processo industrial inglês no final do século XVIII e início do século XIX. A partir do conhecimento histórico, pode-se afirmar que:

- a) os trabalhadores foram beneficiados com a diminuição da jornada de trabalho em relação à época anterior à Revolução Industrial.
- b) a racionalização do tempo foi um dos aspectos psicológicos significativos que marcou o desenvolvimento da maquinofatura.
- c) os empresários de Londres controlavam com mais rigor os horários dos trabalhadores, mas como com-

pensação forneciam remuneração por produtividade para os pontuais.

- d) as fábricas, de modo geral, tinham pouco controle sobre o horário de trabalho dos operários, haja vista as dificuldades de registro e a imprecisão dos relógios naquele contexto.
- e) os industriais criaram leis que protegiam os trabalhadores que cumpriam corretamente o horário de trabalho.

10. UECE

“Na manufatura e nos ofícios, o trabalhador serve-se dos instrumentos; na fábrica, ele serve a máquina. No primeiro caso, ele é quem move o meio de trabalho; no segundo, ele só tem que acompanhar o movimento. Na manufatura, os trabalhadores são membros de um mecanismo vivo; na fábrica, são apenas os complementos vivos de um mecanismo morto que existe independente deles.”

Karl Marx. *O capital*.

Estas críticas de Marx ao sistema industrial nos revelam algumas das transformações por que passava a economia capitalista na metade do século XIX. Sobre estas transformações, é correto afirmar que:

- a) a manufatura e a fábrica permitiram um enorme aumento da produtividade industrial, do qual se beneficiaram os trabalhadores, pois passaram a trabalhar menos com maiores ganhos salariais.
- b) o desenvolvimento do sistema fabril, com a introdução de máquinas sofisticadas e o aprofundamento da divisão do trabalho, permitiu um incrível aumento de produtividade às custas da desqualificação dos ofícios manuais.
- c) o aumento da produtividade industrial só foi possível pelo aumento da carga de trabalho (mais quantidade e maior intensidade) imposta aos operários pelos sindicatos, na tentativa de obter salários maiores.
- d) a fábrica dispensa o trabalho manual, executando todas as tarefas através de máquinas e o trabalhador passa a ganhar seu salário sem trabalhar.

11. UNESP

“A superioridade da indústria inglesa, em 1840, não era desafiada por qualquer futuro imaginável. E esta superioridade só teria a ganhar, se as matérias-primas e os gêneros alimentícios fossem baratos. Isto não era ilusão: a nação estava tão satisfeita com o que considerava um resultado de sua política que as críticas foram quase silenciadas até a depressão da década de 80.”

Joseph A. Schumpeter. *História da análise econômica*.

Desta exposição conclui-se por que razão a Inglaterra adotou decididamente, a partir de 1840, o:

- a) isolacionismo em sua política externa.
- b) intervencionismo estatal na economia.
- c) capitalismo monopolista contrário à concorrência.
- d) agressivo militarismo nas conquistas de colônias ultramarinas.
- e) livre-comércio no relacionamento entre as nações.

12. Unirio-RJ – Na segunda metade do século XIX, configurou-se uma nova etapa do processo de desenvolvimento da Revolução Industrial, que, dentre outras, apresentou a seguinte característica:

- a) Declínio das exportações de capitais para áreas de investimento fora da Europa industrializada, tais como a África e a Ásia.

- b) Fim da política de expansão imperialista dos países europeus que haviam alcançado a industrialização.
- c) Supremacia do sistema familiar de produção, que passou a atender às necessidades do mercado consumidor.
- d) Concentração da produção industrial em grandes empresas com o fortalecimento do capital monopolista.
- e) Consolidação da livre-concorrência entre as empresas capitalistas facilitada pelo retorno da legislação colonial.

13. FGV-SP – A chamada Segunda Revolução Industrial, ocorrida nas últimas décadas do século XIX, foi caracterizada:

- a) pela concentração do processo de industrialização na Inglaterra e pela montagem do império colonial britânico.
- b) pelo desenvolvimento da eletricidade e da siderurgia e pela expansão da industrialização para além do continente europeu.
- c) pela industrialização e pela formação de Estados nacionais no continente africano a partir das suas antigas fronteiras culturais e linguísticas.
- d) pelo equilíbrio de forças entre as antigas colônias europeias e os Estados europeus devido à difusão da industrialização.
- e) pela retração da economia mundial devido à mecanização da produção e à diminuição da oferta de produtos industrializados.

14. PUC-MG – O liberalismo, enquanto uma doutrina fundamentalmente racionalista, se opõe, exceto:

- a) ao jugo da autoridade.
- b) ao respeito cego pelo passado.
- c) ao império do preconceito.
- d) aos impulsos do instinto.
- e) ao domínio do individualismo.

15. UFPB – Em 1798, Thomas Malthus publicou *Ensaio sobre a população*, no qual desenvolveu sua teoria demográfica em que a população tenderia a crescer em progressão geométrica, duplicando a cada 25 anos. Já a produção de alimentos cresceria em progressão aritmética e possuiria certo limite de produção, por depender de um fator fixo: a própria extensão territorial dos continentes. Nesse contexto, essa teoria, ao longo dos anos, tem se revelado:

- a) verdadeira, visto que a produção de alimentos está estritamente relacionada à extensão de terras agricultáveis.
- b) falsa, pois a população tenderia a crescer em progressão aritmética e a produção de alimentos em progressão geométrica.
- c) verdadeira, pois atualmente constata-se a falta de alimentos em muitos países em função de sua pequena extensão territorial.
- d) falsa, pois a produção de alimentos, com o uso de tecnologias, pode aumentar independentemente da extensão espacial do plantio.
- e) verdadeira, porque a população cresce em progressão geométrica, principalmente nos países emergentes, como o Brasil.

16. Fuvest-SP

“No Ocidente, o período entre 1848 e 1875 é primariamente o do maciço avanço da economia do capitalismo industrial,

em escala mundial, da ordem social que o representa, das ideias e credos que pareciam legitimá-lo e ratificá-lo”.

HOBBSAWM, E. J. *A era do capital: 1848-1875*.

A “ordem social” e as “ideias e credos” a que se refere o autor caracterizam-se, respectivamente, como:

- a) aristocrática e conservadoras.
- b) socialista e anarquistas.
- c) popular e democráticas.
- d) tradicional e positivistas.
- e) burguesa e liberais.

17. UFGM – Assinale a alternativa que apresenta a concepção de trabalho de Adam Smith:

- a) a divisão do trabalho deve ser controlada pelo Estado, de forma a garantir a estabilidade na oferta de empregos.
- b) a maior produtividade pressupõe a especialização do trabalho, a divisão entre vários homens daquilo que anteriormente era produzido por um só.
- c) os parasitas, aqueles que não trabalham, não podem participar e nem se beneficiar da riqueza produzida pela coletividade.
- d) uma maior colaboração entre produtores diretos garante uma maior socialização das riquezas e o Estado do bem-estar social.

ESTUDO PARA O ENEM

18. Enem

C3-H11

“A Segunda Revolução Industrial, no final do século XIX e início do século XX, nos EUA, período em que a eletricidade passou gradativamente a fazer parte do cotidiano das cidades e a alimentar os motores das fábricas, caracterizou-se pela administração científica do trabalho e pela produção em série.”

MERLO, A. R. C.; LAPIS, N. L. A saúde e os processos de trabalho no capitalismo: reflexões na interface da psicodinâmica do trabalho e da sociologia do trabalho. *Psicologia e Sociedade*, n. 1, abr. 2007.

De acordo com o texto, na primeira metade do século XX, o capitalismo produziu um novo espaço geoeconômico e uma revolução que está relacionada com a:

- a) proliferação de pequenas e médias empresas, que se equiparam com as novas tecnologias e aumentaram a produção, com aporte do grande capital.
- b) técnica de produção fordista, que instituiu a divisão e a hierarquização do trabalho, em que cada trabalhador realizava apenas uma etapa do processo produtivo.
- c) passagem do sistema de produção artesanal para o sistema de produção fabril, concentrando-se, principalmente, na produção têxtil destinada ao mercado interno.
- d) independência política das nações colonizadas, que permitiu igualdade nas relações econômicas entre os países produtores de matérias-primas e os países industrializados.
- e) constituição de uma classe de assalariados, que possuíam como fonte de subsistência a venda de sua força de trabalho e que lutavam pela melhoria das condições de trabalho nas fábricas.

19. Enem

C4-H16

“A Inglaterra pedia lucros e recebia lucros, tudo se transformava em lucro. As cidades tinham sua sujeira lucrativa, suas favelas lucrativas, sua fumaça lucrativa, sua desordem lucrativa, sua ignorância lucrativa, seu desespero lucrativo. As novas fábricas e os novos altos-fornos eram como as pirâmides, mostrando mais a escravização do homem que seu poder.”

EANE, P. *A Revolução Industrial*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. (Adaptado)

Qual relação é estabelecida no texto entre os avanços tecnológicos ocorridos no contexto da Revolução Industrial inglesa e as características das cidades industriais no início do século XIX?

- a) A facilidade em se estabelecerem relações lucrativas transformava as cidades em espaços privilegiados para a livre-iniciativa, característica da nova sociedade capitalista.

- b) O desenvolvimento de métodos de planejamento urbano aumentava a eficiência do trabalho industrial.
- c) A construção de núcleos urbanos integrados por meios de transporte facilitava o deslocamento dos trabalhadores das periferias até as fábricas.
- d) A grandiosidade dos prédios onde se localizavam as fábricas revelava os avanços da engenharia e da arquitetura do período, transformando as cidades em locais de experimentação estética e artística.
- e) O alto nível de exploração dos trabalhadores industriais ocasionava o surgimento de aglomerados urbanos marcados por péssimas condições de moradia, saúde e higiene.

20. Enem

C1-H1

O texto a seguir, de John Locke (1632-1704), revela algumas características de uma determinada corrente de pensamento:

“Se o homem no estado de natureza é tão livre, conforme dissemos, se é senhor absoluto da sua própria pessoa e posses, igual ao maior e a ninguém sujeito, por que abrirá ele mão dessa liberdade, por que abandonará o seu império e sujeitar-se-á ao domínio e controle de qualquer outro poder? Ao que é óbvio responder que, embora no estado de natureza tenha tal direito, a utilização do mesmo é muito incerta e está constantemente exposto à invasão de terceiros porque, sendo todos senhores tanto quanto ele, todo o homem igual a ele e, na maior parte, pouco observador da equidade e da justiça, o proveito da propriedade que possui nesse estado é muito inseguro e muito arriscado. Estas circunstâncias obrigam-no a abandonar uma condição que, embora livre, está cheia de temores e perigos constantes; e não é sem razão que procura de boa vontade juntar-se em sociedade com outros que estão já unidos, ou pretendem unir-se para a mútua conservação da vida, da liberdade e dos bens a que chamo de propriedade.”

Os pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

Do ponto de vista político, podemos considerar o texto como uma tentativa de justificar:

- a) a existência do governo como um poder oriundo da natureza.
- b) a origem do governo como uma propriedade do rei.
- c) o absolutismo monárquico como uma imposição da natureza humana.
- d) a origem do governo como uma proteção à vida, aos bens e aos direitos.
- e) o poder dos governantes, colocando a liberdade individual acima da propriedade.

18

DOUTRINAS SOCIAIS E MOVIMENTO OPERÁRIO

- Novas ideias de organização social
- Socialismo utópico ou romântico
- Socialismo científico
- Anarquismo
- Novas organizações para uma nova sociedade
- Contexto sociopolítico do século XIX
- Comuna de Paris
- Organização operária

HABILIDADES

- Analisar as lutas sociais e as conquistas obtidas no que se refere às mudanças nas legislações ou nas políticas públicas que possibilitaram a ampliação dos direitos dos trabalhadores no século XIX.
- Analisar a atuação dos movimentos sociais que contribuíram para mudanças ou rupturas em processos de disputa pelo poder.
- Interpretar historicamente e/ou geograficamente fontes documentais acerca dos movimentos operários do século XIX

NOVAS IDEIAS DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Na segunda metade do século XIX, o descontentamento com as monarquias nacionais e com o meio de produção instituído pela Revolução Industrial resultou em diversos movimentos sociais. Os anseios dos trabalhadores por melhores condições de vida foram organizados e defendidos por pensadores que ofereceram perspectivas sobre a sociedade capitalista que se formava. Esse grupo de teóricos desenvolveu as doutrinas sociais do século XIX.

Muitos autores identificam as origens das ideias socialistas no pensamento de Platão, principalmente em suas concepções sobre a cidade ou sociedade perfeitas descritas na obra *A república*. Essas ideias foram retomadas e reassimiladas durante o Renascimento por autores utópicos como Tomaso Campanella, na obra *A cidade do sol*, e Thomas Morus, em *Utopia*. Apesar da antiguidade dessas ideias, elas somente tomaram corpo com a Revolução Industrial, entre a segunda metade do século XVIII e o início do século XIX.

Os socialistas propuseram reformas na sociedade e criticaram os inúmeros problemas sociais criados com o estabelecimento do capitalismo e do liberalismo, resumidos na questão social, ou seja, na dificuldade de relacionamento entre burguesia e proletariado, entre capital e trabalho. Eles pretendiam uma completa reformulação da família e da sociedade.

Faziam parte do pensamento voltado à esquerda política e econômica o socialismo utópico, o socialismo científico e o anarquismo.



Comuna de Paris, em sessão de 1871. Foi a primeira tentativa na História de instauração de um governo socialista, tendo início com uma revolução proletária na capital francesa, em 1871.

SOCIALISMO UTÓPICO OU ROMÂNTICO

Corrente do socialismo que criticava a sociedade capitalista e apresentava as ideias básicas e propostas reformistas para a construção de uma sociedade ideal. Seus principais pensadores foram:

- **Saint-Simon (1760-1825):** nobre esclarecido, pregava uma sociedade livre de pessoas ociosas e a organização de um Estado comandado racionalmente por cientistas e industriais. Propunha que os empresários assumissem certas responsabilidades sociais. Suas ideias influenciaram Auguste Comte e impactaram na grande expansão industrial da segunda metade do século XIX.
- **Charles Fourier (1772-1837):** filho de um comerciante francês, acreditava que somente por meio da socialização e da cooperação seria possível uma sociedade mais justa. Propôs a implantação dos falanstérios, comunidades agrárias coletivas, nos quais seus ideais seriam postos em prática. Neles, cooperativas de produção e consumo atuariam e seus rendimentos deveriam ser divididos entre trabalho, talento e capital.
- **Proudhon (1809-1865):** o mais veemente crítico da propriedade privada, recusava qualquer caminho que favorecesse o poder do Estado. Defendeu a igualdade de condições e a solidariedade como únicas perspectivas para uma nova sociedade.

SOCIALISMO CIENTÍFICO

O **socialismo científico** também ficou conhecido como **marxismo**. Tem suas origens nas ideias desenvolvidas por Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895) e apresentadas em obras como *Manifesto Comunista*, *O capital* e *A ideologia alemã*, entre outras. Leia, a seguir, um trecho do *Manifesto Comunista*, dos referidos autores:

A história de toda a sociedade humana até os nossos dias não tem sido senão histórica luta de classes. Homens livres e escravos, patrícios e plebeus, nobres e servos, mestres artesãos e jornaleiros, numa palavra, opressores e oprimidos, em luta constante, mantiveram uma guerra ininterrupta, às vezes aberta, às vezes dissimulada; uma guerra que terminou, sempre, seja por uma transformação revolucionária da sociedade, seja pela destruição das classes antagônicas [...]. A sociedade burguesa moderna, erguida sobre as ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classes. Nada mais fez do que substituir as antigas classes por outras, com novas condições de opressão, com novas formas de luta [...]. De todas as classes que até o presente momento se opuseram à burguesia, somente o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária. As outras classes decaem e morrem com a grande indústria; o proletariado, pelo contrário, é o seu produto mais característico.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998.



Estátua de Karl Marx e Friedrich Engels em Berlim, Alemanha. À esquerda, representação de Marx. Nascido na Alemanha, estudou filosofia e dedicou-se a explicar as origens dos movimentos operários, que no século XIX marcavam a vida da Europa industrial.

Marx e Engels conceberam o socialismo científico como ponto de convergência de três importantes linhas de pensadores europeus: a filosofia alemã (dialética de Hegel e Feuerbach); a economia política inglesa (Adam Smith, David Ricardo, Thomas Malthus e Stuart Mill) e a sociologia francesa (Saint-Simon e Fourier).

Apropriando-se dessas ideias de forma crítica, Marx e Engels sistematizaram um ideário social, político e econômico de grande força intelectual que, de acordo com eles, encontra-se no cerne de importantes movimentos históricos.

Os dois autores desejavam empreender uma compreensão científica do funcionamento da sociedade, daí a denominação “socialismo científico” às suas ideias. Seu método pode ser chamado de **materialismo histórico** ou **materialismo dialético**. Isso se deve ao fato de, em suas análises, privilegiarem o conceito de infraestrutura, ou seja, a base material da sociedade, que condiciona a superestrutura, manifestada por meio da ideologia, da cultura, da organização política, das instituições e das crenças.

A infraestrutura diz respeito às formas de reprodução da vida material ou **modo de produção** predominante em cada momento histórico.

A obra desses autores é considerada a mais importante crítica à sociedade capitalista por demonstrar como, nessa lógica, o trabalhador é obrigado a vender ao dono do capital a única mercadoria com valor de troca que possui: sua força de trabalho. Nesse processo, o capital gera a **mais-valia**, considerando que os lucros da produção não são repartidos de forma igual entre os trabalhadores nem em relação ao trabalho executado.

Para os autores, a parte destinada ao pagamento do trabalhador (salário) é muito menor do que a riqueza produzida pelo trabalho realizado. Assim, enquanto a burguesia enriquece apropriando-se da riqueza do trabalho alheio, o operário recebe a menor remuneração possível, suficiente apenas para seu sustento e de sua prole em condições miseráveis. Dessa forma, o valor excedente do trabalho, que serve ao aumento cada vez maior do capital, denomina-se mais-valia. Nessas

condições, o trabalhador é classificado como proletário, pois é expropriado de todos os seus bens e só lhe resta sua força e sua prole.

Marx e Engels, tomando como base as realidades econômicas (materialismo dialético) da evolução histórica da humanidade (materialismo histórico), formularam princípios para o entendimento da História como um caminho em direção a uma sociedade sem classes e igualitária. Para eles, o desenvolvimento histórico é determinado pela luta de classes: opressor (tese) x oprimido (antítese).

O materialismo histórico concebe a História como uma sucessão de modos de produção. Na Antiguidade, foi característico o modo de produção escravista, no qual se opunham amo e escravo. Na Idade Média, predominou o modo de produção feudal, com a oposição senhor x servo. Na Idade Moderna, formou-se o modo de produção capitalista, no qual a burguesia (tese) gerou a própria antítese (proletariado).

Marx e Engels afirmavam que os proletários formariam sua consciência de classe, organizando-se para realizar a revolução socialista que instituiria uma sociedade na qual o proletariado, unido como força revolucionária, retiraria a burguesia do poder político, passando então a instituir a própria ditadura, etapa intermediária da evolução entre o capitalismo e o comunismo. Nessa fase de transição, as classes sociais seriam abolidas e, a economia, socializada e planejada.

Produzida no século XIX, a obra de Marx e Engels veio a ser assimilada e repensada pelos filósofos de esquerda somente no século XX, entre os quais destacam-se Rosa Luxemburgo, Lenin, Trotski, Stalin e Mao Tsé-tung.

Os principais desdobramentos das lutas socialistas revolucionárias foram a Revolução Bolchevique (Rússia, 1917), que deu origem à União Soviética; a Revolução Chinesa (1949); e a Revolução Cubana (1959). Não obstante, a experiência do socialismo real no século XX resultou em ditaduras burocráticas ferrenhas, que pouco têm a ver com os ideais democráticos do socialismo em suas origens.

ANARQUISMO

As ideias anarquistas tiveram início com William Goldwin (1756-1836), mas passaram a exercer influência sobre o proletariado com os russos Mikhail Bakunin (1814-1876), autor da obra *Catecismo do revolucionário*; e Piotr Kropotkin (1842-1921), que escreveu *A conquista do pão*. Os fundamentos ideológicos do movimento giram em torno das reivindicações da independência do indivíduo e da negação da ordem sociopolítica imposta pelo Estado. Para Bakunin e Kropotkin, o governo e o Estado seriam os causadores de todos os problemas sociais.

Diferentemente dos marxistas, que consideravam necessária a organização do Estado socialista para se atingir uma sociedade comunista, os anarquistas pregavam o fim do Estado e da propriedade privada,

constituindo uma sociedade por meio de um conjunto de pequenas comunidades cooperativas. Para Goldwin, a sociedade anarquista deveria se estabelecer pela violência, por meio de luta armada, greves e atentados.

Para Kropotkin, que rejeitava a violência, a sociedade anarquista seria estabelecida pelo não pagamento dos impostos, pela recusa de prestação do serviço militar e pela não aceitação da autoridade dos tribunais de justiça.

CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO DO SÉCULO XIX

Desde o século XVI, na Inglaterra, ocorreram significativas mudanças no que diz respeito à delimitação da propriedade privada nos campos. Adotou-se a política dos cercamentos (*enclosures*). Isso significou uma verdadeira revolução rural que destruiu os laços produtivos das comunidades aldeãs medievais e permitiu a expulsão de centenas de trabalhadores rurais de suas terras. Os cercamentos permitiram a obtenção de maiores lucros para seus proprietários, porém tiveram um enorme custo social.



MUSEU DO LOUVRE, PARIS, FRANÇA

A liberdade guiando o povo (1830), de Eugène Delacroix. Óleo sobre tela, 260 cm x 325 cm. A tela de Delacroix sintetiza a história revolucionária do século XIX no continente europeu. Milhares de homens morreram lutando por ideais que constituíram importantes valores para a sociedade contemporânea.

O êxodo rural, provocado pela expulsão dos trabalhadores de suas terras, favoreceu o surgimento de uma ampla massa de desempregados nas periferias das grandes cidades inglesas, os quais acabaram compondo o que Marx chamou de "exército industrial de reserva"; pronto para vender sua força de trabalho em troca de baixos salários.

As condições miseráveis dos trabalhadores europeus nos séculos XVIII e XIX favoreceram o surgimento de movimentos operários, marcados pelo péssimo relacionamento entre burguesia e proletariado. A exploração sub-humana da força de trabalho levou ao surgimento das primeiras manifestações operárias na Inglaterra, a partir do fim do século XVIII.

No século XVIII, as sociedades operárias discutiam os problemas dos trabalhadores pobres. Eram comuns reclamações sobre as dificuldades que eles enfrentavam, como os altos preços dos gêneros alimentícios, os baixos salários e as péssimas condições de trabalho. Da mesma forma, trabalhadores ingleses já haviam assimilado as ideias liberais de igualdade política, reivindicando uma representatividade parlamentar mais igualitária. Além disso, a Inglaterra tinha uma forte tradição em manifestações populares, haja vista as manifestações públicas de mulheres contra os sucessivos aumentos do preço do pão, a ação de caçadores clandestinos nos bosques do rei e as manifestações dos jovens rebeldes.

COMUNA DE PARIS

A Comuna de Paris teve um caráter socialista: reuniu grupos de anarquistas, socialistas utópicos e socialistas científicos. O proletariado foi a base do governo, que também contou com a participação da pequena burguesia. Esse governo estabeleceu uma direção coletiva, a participação de mulheres, o confisco de propriedades da alta burguesia e o controle das fábricas pelos operários. No entanto, o movimento sucumbiu diante das divisões internas e da articulação de forças políticas no território francês contra a experiência do governo independente de Paris.

Preparada como se viu pelas insurreições de 31 de outubro de 1870 e de 22 de janeiro de 1871, a Comuna não foi um movimento espontâneo, como pretendem certos historiadores. Os fatores econômicos, políticos e patrióticos que levantaram Paris contra o governo burguês em outubro de 1870 e em janeiro de 1871 não haviam deixado de existir no começo de março. O armistício (28 de janeiro), depois a paz vergonhosa assinada por Thiers em 26 de fevereiro e ratificada pela Assembleia Nacional em 1º de março não haviam feito senão agravar a situação. A paz não pusera fim à crise econômica provocada pelo desenvolvimento inaudito das maquinarias e das estradas de ferro, agravada pelas dilapidações do Império, pela guerra e pelo sítio. Os capitães da indústria, os grandes comerciantes, aproveitando o armistício, haviam deixado Paris e o trabalho interrompido durante o sítio não havia sido retomado em parte alguma. Jamais a miséria fora tão grande quanto então. A classe média havia sofrido quase tanto quanto a classe operária. Esta se achava pronta a morrer pela sua liberdade e aquela ansiava por acabar com a oligarquia financeira que a sufocava. Assim, não foi só o proletariado que forneceu o exército revolucionário de 18 de março; ele teve a pequena burguesia como aliada [...]. Unidos momentaneamente por motivos de ordem econômica e política, o proletariado e a pequena burguesia estavam-no mais estreitamente

ainda pela febre patriótica que os consumia desde a invasão, desde o sítio, desde a paz, principalmente uma paz ruínosa e infamante, da qual iam suportar todo o peso e de quem já suportavam a humilhação. Paris não podia aceitar a derrota: havia conservado intacta a tradição de 92 e acreditava ainda possível uma defesa revolucionária que libertaria o território aos sons da “Marselhesa”. Desde o dia 24 de fevereiro, o Comitê Executivo da Guarda Nacional havia se comprometido, “ao primeiro sinal da entrada dos prussianos, a se lançar contra o inimigo invasor”. Havendo os jornais noticiado a chegada das tropas de Bismarck, soa o rebate no dia 27 e 40 000 guardas nacionais marcham de encontro ao inimigo a fim de se opor à sua entrada na capital [...].

LUQUET, P. et al *A Comuna de Paris*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968. p. 19.

Em meio às agitações francesas, concluiu-se a unificação alemã por meio do Tratado de Frankfurt, de 1871. A França entregou a região da Alsácia-Lorena à Alemanha e pagou-lhe uma pesada indenização. Guilherme I foi coroado kaiser do Império Alemão na Sala dos Espelhos do Palácio de Versalhes. Assim, surgia o Segundo Reich (1871-1918). Restou o ressentimento francês em relação à derrota na Guerra Franco-Prussiana, à desorganização interna e, em especial, à perda da Alsácia-Lorena, consolidado no revanchismo francês, um dos fatores da Primeira Guerra Mundial.

ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA

Em 1848, com o propósito de mobilizar e organizar o operariado no estabelecimento de uma sociedade igualitária, Marx e Engels fundaram, em Bruxelas, os centros de correspondência comunista, cuja função seria pôr os diversos grupos europeus que trabalhavam pela emancipação do proletariado em contato e transmitir, aos que estavam em luta, informações sobre o movimento socialista em outros países.

LIGA DOS JUSTOS

A Liga dos Justos surgiu como uma organização que agrupava dissidentes políticos. Sua atuação foi marcada pela realização, em 1847, de dois congressos com o objetivo de fundar a Liga Comunista, reunindo todas as forças europeias que se propunham a acabar com a exploração burguesa. Marx e Engels ficaram encarregados de redigir um manifesto para ambos os eventos. Disso resultou a publicação do *Manifesto Comunista* (1848), no qual defenderam que as lutas entre as classes nas sociedades humanas levavam a contradições e, quando há uma contradição insolúvel, a luta de classes chega às vias de fato e, com isso, novas formas sociais são criadas, dando origem a uma nova etapa na História. Portanto, para Marx e Engels, a ação revolucionária das classes dominadas seria determinante para a superação da exploração do homem pelo homem.

A liga tinha como lema “Todos os homens são irmãos!”. Seu objetivo principal era “o estabelecimento do Reino de Deus na Terra, com base nos ideais de amor ao próximo, igualdade e justiça”.

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES (AIT)

Fundada em Londres, em 1864, a associação reuniu trabalhadores de países europeus e dos Estados Unidos. Seu principal objetivo era articular o movimento operário na Europa e unificar as diversas vertentes do pensamento socialista, entre elas os socialistas de esquerda, os comunistas e os anarquistas. De acordo com o jornal produzido por essa associação, ela alcançou o significativo número de 8 milhões de membros. Para organizar o movimento operário, a AIT promoveu alguns debates que deram origem à Primeira Internacional.

No evento, marxistas e bakuninistas (seguidores do anarquismo de Bakunin) também entraram em conflito. Somando-se a isso, a derrota da Comuna de Paris, em 1871, quando a massa popular tentou o estabelecimento de um Estado proletário na França, determinou o fechamento da Primeira Internacional, embora dos 92 integrantes da comuna apenas 17 estivessem ligados à AIT.

Segunda Internacional

Reuniu-se na França, em 1889, e novamente revelou divisões internas. Os adeptos de Marx dividiram-se em duas facções: revisionistas, que defendiam a revisão das ideias marxistas para que ficassem de acordo com as condições de evolução e modificação das sociedades; e marxistas ortodoxos, simpatizantes que não aceitavam qualquer alteração nas ideias de Marx. Delegados da Inglaterra e da França tentaram manter a Internacional contra a oposição dos revisionistas.

Os problemas internos aumentaram com o debate sobre a guerra, a qual estava prestes a estourar. O

grupo liderado por Lenin considerava a guerra uma mancha entre trabalhadores, motivo pelo qual era contra a participação operária no conflito.

Na França e na Alemanha, o partido operário que representava a social-democracia contribuiu para eleger parlamentares favoráveis à deflagração da guerra, o que Lenin considerou uma traição.

Essa oposição entre as organizações socialistas foi responsável pela falência da Segunda Internacional.

Terceira Internacional

Reuniu-se em Moscou, em 1919, no momento em que a extrema-direita nazifascista atuava na Europa, recebendo o apoio de vários partidos europeus e dos Estados Unidos.

A Terceira Internacional herdou as tradições da AIT, sendo de fato sua continuadora. Sua organização representou um movimento revolucionário do operariado por meio da criação de um Estado-maior do ponto de vista político e ideológico. Lenin foi seu principal idealizador e organizador, apropriando-se das premissas do marxismo revolucionário.

Por meio da Terceira Internacional, quadros dirigentes e partidos políticos foram formados. Ela durou até 1943, quando a ascensão de Stalin, na Rússia, contra o apoio russo aos movimentos socialistas de outros países colocou um fim às tentativas de internacionalização do socialismo.

Quarta Internacional

Convocada por Leon Trotski, tinha como objetivo reunir trotskistas de todo o mundo para fazer oposição ao stalinismo, criticar a burocracia soviética e discutir a necessidade de um retorno ao internacionalismo operário. A reunião, realizada em Paris em 3 de setembro de 1938, contou com a presença de 212 delegados que representavam 11 países. O assassinato de Trotski no México, em 1940, e a Segunda Guerra Mundial colocaram fim ao movimento.

ROTEIRO DE AULA

DOUTRINAS SOCIAIS DO SÉCULO XIX

Socialismo utópico

Pensadores:

• Saint-Simon.

• Charles Fourier.

• Proudhon.

Definição:

Procurava mostrar os problemas da sociedade e como era possível resolvê-los. Criticava a sociedade capitalista e apresentava as ideias básicas e propostas reformistas para a construção de uma sociedade ideal.

Socialismo científico

Pensadores:

• Karl Marx.

• Friedrich Engels.

Definição:

Unindo economia, história, filosofia e política, Marx e Engels construíram a base intelectual do socialismo e do comunismo em obras como *Manifesto Comunista*, *A ideologia alemã* e *O capital*, esta última escrita por Marx em três volumes, sendo o terceiro finalizado por Engels após a morte do companheiro.

Anarquismo

Pensadores:

• William Goldwin.

• Mikhail Bakunin.

• Piotr Kropotkin.

Definição:

Teoria que defende a extinção de todas as formas de governo. Para os defensores do anarquismo, a origem de todos os males está no fato de um homem ter poderes sobre o outro.

ROTEIRO DE AULA

MOVIMENTO OPERÁRIO

Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT)

Onde e quando ocorreu?

Londres, 1864.

O que foi?

A associação reuniu trabalhadores de países europeus e dos Estados Unidos. Seu principal objetivo era articular o movimento operário na Europa.

Segunda Internacional

Onde e quando ocorreu?

França, 1889.

Como foi?

Os adeptos de Marx dividiram-se em duas facções: revisionistas, que defendiam a revisão das ideias marxistas para que ficassem de acordo com as condições de evolução e modificação das sociedades; e marxistas ortodoxos, simpatizantes que não aceitavam qualquer alteração nas ideias de Marx.

ROTEIRO DE AULA

Terceira Internacional

Onde e quando ocorreu?

Moscou, 1919

Como foi?

Manteve as tradições da AIT, representou um movimento revolucionário do operariado por meio da criação de um Estado-maior do ponto de vista político e ideológico. Lenin foi seu principal idealizador e organizador, apropriando-se das premissas do marxismo revolucionário.

Quarta Internacional

Onde e quando ocorreu?

Paris, 1938.

Como foi?

Tinha como objetivo reunir trotskistas de todo o mundo para fazer oposição ao stalinismo.

EXERCÍCIOS DE APLICAÇÃO

1. UEL-PR

C4-H18

A ópera-balé *Os sete pecados capitais da pequena burguesia*, de Kurt Weill e Bertold Brecht, composta em 1933, retrata as condições dessa classe social na derrocada da ordem democrática com a ascensão do nazismo na Alemanha, por meio da personagem Anna, que em sete anos vê todos os seus sonhos de ascensão social ruírem. A obra expressa a visão marxista na chamada doutrina das classes.

Em relação à doutrina social marxista, assinale a alternativa correta:

- a) A alta burguesia é uma classe considerada revolucionária, pois foi capaz de resistir à ideologia totalitária através do controle dos meios de comunicação.
- b) A classe média, integrante da camada burguesa, foi identificada com os ideais do nacional-socialismo por defender a socialização dos meios de produção.
- c) A pequena burguesia ou camada lumpen é revolucionária, identificando a alta burguesia como sua inimiga natural a ser destruída pela revolução.
- d) A pequena burguesia ou classe média é uma classe antirrevolucionária, pois, embora esteja mais próxima das condições materiais do proletariado, apoia a alta burguesia.
- e) O proletariado e a classe média formam as classes revolucionárias, cuja missão é a derrubada da aristocracia e a instauração do comunismo.

Segundo Marx, o caráter revolucionário estaria na classe dos trabalhadores, os únicos que seriam capazes de transformar a relação entre o trabalho e o explorador. Os burgueses, representando a pequena ou a alta burguesia, pertencem à classe de detentores dos meios de produção e, por isso, são considerados exploradores dos operários.

Competência: Entender as transformações técnicas e tecnológicas e seu impacto nos processos de produção, no desenvolvimento do conhecimento e na vida social.

Habilidade: Analisar diferentes processos de produção ou circulação de riquezas e suas implicações socioespaciais.

2. UECE – O século XIX foi marcado pelo surgimento de correntes de pensamento que contestavam o modelo capitalista de produção e propunham novas formas de organizar os meios de produção e a distribuição de bens e riquezas, buscando uma sociedade que se caracterizasse pela igualdade de oportunidades. No que diz respeito a essas correntes, assinale a afirmação verdadeira:

- a) O socialismo cristão buscava aplicar os ensinamentos de Cristo sobre amor e respeito ao próximo aos problemas sociais gerados pela industrialização, mas, apesar de vários teóricos importantes o defenderem, a Igreja o rejeitou através da encíclica *Rerum novarum*, lançada pelo papa Leão XIII.
- b) No socialismo utópico, a doutrina defendida por Robert Owen e Charles Fourier, prevaleciam as ideias de transformar a realidade por meio da luta de classes, da superação da mais-valia e da revolução socialista.
- c) O socialismo científico proposto por Karl Marx e Friedrich Engels, através do *Manifesto Comunista* de 1848, defendia uma interpretação socioeconômica da história dos povos, denominada materialismo histórico.
- d) O anarquismo do russo Mikhail Bakunin defendia a formação de cooperativas, mas não negava a importância e a necessidade do Estado para a eliminação das desigualdades.

O materialismo histórico de Marx e Engels buscou compreender as relações entre o trabalho e a produção de bens ao longo da História, defendendo assim que os meios de produção são determinantes para caracterizar as sociedades.

3. Unicamp-SP

“A história de todas as sociedades tem sido a história das lutas de classe. Classe oprimida pelo despotismo feudal, a burguesia conquistou a soberania política no Estado moderno, no qual uma exploração aberta e direta substituiu a exploração velada por ilusões religiosas.

A estrutura econômica da sociedade condiciona as suas formas jurídicas, políticas, religiosas ou filosóficas. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, ao contrário, são as relações de produção que ele contrai que determinam a sua consciência.”

MARX, K.; ENGELS, F. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa Ômega, s/d, v. 1, p. 21-23; 301-302. (Adaptado)

As proposições dos enunciados acima podem ser associadas ao pensamento conhecido como:

- a) materialismo histórico, que compreende as sociedades humanas a partir de ideias universais independentes da realidade histórica e social.
- b) materialismo histórico, que concebe a História a partir da luta de classes e da determinação das formas ideológicas pelas relações de produção.
- c) socialismo utópico, que propõe a destruição do capitalismo por meio de uma revolução e a implantação de uma ditadura do proletariado.
- d) socialismo utópico, que defende a reforma do capitalismo, com o fim da exploração econômica e a abolição do Estado por meio da ação direta.

O materialismo histórico é um conceito desenvolvido por Marx, consolidando a corrente do socialismo científico. Esse conceito diz respeito à relação histórica entre as populações e os meios de produção, compreendendo que a luta de classes e a revolução poriam fim à exploração do trabalhador.

4. Unicentro-PR – A tentativa de criação de um Estado socialista na França, na década de 70 do século XIX, conhecida como Comuna de Paris, é compreendida como:

- a) uma aliança político-ideológica entre todos os operários da Europa da época.
- b) um movimento imaturo e desorganizado, facilmente derrotado pelo governo francês.
- c) a primeira conquista do poder político pela classe operária na história da Europa contemporânea.
- d) um manifesto político da classe operária, denunciando a exploração realizada pela burguesia.
- e) resultado do descontentamento popular contra a derrota da França na Guerra Franco-Prussiana de 1870.

A alternativa que melhor explica a Comuna de Paris é a C, porque não é correto dizer que houve uma aliança entre todos os operários da Europa, que foi imaturo e facilmente derrotado, que foi um "manifesto" apenas, nem que foi resultado da derrota na Guerra Franco-Prussiana. É correto dizer que foi a primeira conquista do poder político, ainda que tenha durado pouco tempo.

5. UERJ

“O permanente revolucionar da produção, o abalar ininterrupto de todas as condições sociais, a incerteza e o movimento eternos distinguem a época de todas as outras. Todas as relações fixas e enferrujadas, com seu cortejo de representações e concepções são dissolvidas, todas as relações recém-formadas envelhecem antes de poderem ossificar-se. Tudo que era sólido se volatiliza, e os homens são por fim obrigados a encarar com os olhos bem abertos a sua posição na vida.”

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. (Adaptado)

Em 1848, na defesa de uma nova sociedade, o *Manifesto Comunista* criticou as transformações advindas da modernização capitalista nos países da Europa ocidental. Dois aspectos dessa modernização, então criticados, foram:

- a) crescimento industrial – garantia de direitos sociais.
- b) aceleração tecnológica – aumento da divisão do trabalho.

c) mecanização da produção – elevação da renda salarial média.

d) diversificação de mercados – valorização das corporações sindicais.

O *Manifesto Comunista* criticou a aceleração tecnológica, pois julgava que ela não era acompanhada pela melhoria nas condições de vida do operariado. Já o aumento da divisão do trabalho foi criticado porque era tido como um elemento que agravava o estado de alienação do trabalhador.

6. UFPE (adaptado) – A consolidação da sociedade capitalista foi o resultado de muitas lutas e confrontos entre projetos políticos dos mais diversos. O século XIX foi o cenário privilegiado desses confrontos e do surgimento de propostas que denunciavam as injustiças sociais trazidas pela ordem capitalista, entre elas, a proposta dos anarquistas, que defendiam:

(F) a socialização da propriedade territorial e a instalação de governos centralizados comandados por operários.

(F) o fim das hierarquias políticas, com a formação de governos formados por assembleias populares socialistas compostas de líderes dos partidos políticos.

(F) a vitória dos ideais socialistas divulgados pelo *Manifesto Comunista* de 1848, escrito por Marx e Engels.

(V) a destruição do Estado burguês e o fim da propriedade privada dos meios de produção.

(V) uma ação revolucionária contra os desmandos do capitalismo e a construção de uma outra sociedade justa e igualitária.

Nas afirmações acima, marque V para verdadeiro e F para falso.

Os anarquistas não defendiam a instalação de governos comandados por operários ou por assembleias populares, e sim a abolição de qualquer forma de governo. Tampouco defendiam os ideais do *Manifesto Comunista* de Marx e Engels. Essa publicação foi um marco das ideias socialistas, às quais o anarquismo opunha-se em diversos aspectos.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

7. UFJF-MG – Entre fins do século XIX e as primeiras décadas do século XX, os trabalhadores se organizavam na defesa de seus interesses. Com base em seus conhecimentos sobre o tema, marque a alternativa incorreta:

- a) A Comuna de Paris foi um movimento social ocorrido ao final do século XIX, que resultou na organização de um governo popular na França, inspirado sobretudo pelos ideais anarquistas e socialistas.
- b) A I Internacional, fundada em Londres em 1864, expressou uma das estratégias de luta dos trabalhadores, que consistia na organização de associações nacionais e internacionais.
- c) As greves de 1918 e 1919, ocorridas no Brasil, constituíram-se em exemplos de resistência operária, na maior parte das vezes, duramente reprimidas pelas autoridades policiais.
- d) Entre as conquistas obtidas pela luta dos trabalhadores podemos destacar o fordismo, nos Estados Unidos; e o corporativismo sindical, no Brasil.
- e) Em geral, o movimento operário ocorrido neste período foi inspirado pelas ideias anarquistas e socialistas, que remontavam às teses de Bakunin e Marx, respectivamente.

8. UECE – Leia com atenção o texto a seguir:

“Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”.

MARX, Karl. *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte*. São Paulo: Centauro, 2006.

Baseado no texto, assinale a afirmação verdadeira:

- a) A História não é construída pelos homens porque ela é predefinida pelo destino.
- b) A História permite perceber que a realidade depende unicamente das escolhas dos homens.
- c) A História é feita pelos homens dentro de condicionamentos herdados do passado.
- d) A História não é feita pelo passado e sim pelas circunstâncias das escolhas.

9. PUC-MG – O chamado socialismo científico, formulado por Marx e Engels no século XIX, propunha:

- a) a superação do capitalismo pela ação revolucionária dos trabalhadores, aglutinados em torno da Internacional Socialista.

- b) a redução do papel do Estado na economia para efetivar o controle direto pelo proletariado sobre os meios de produção.
- c) a supressão de toda legislação trabalhista e social, tida como mecanismo de alienação e cooptação do proletariado.
- d) a realização de sucessivas reformas na estrutura capitalista, possibilitando a gradativa implantação do comunismo avançado.

10. UEL-PR – O quadro a seguir, criado pelo italiano Giuseppe Pellizza, é uma expressiva representação da emergência dos movimentos sociais no final do século XIX, ao mostrar uma multidão de trabalhadores que, determinadamente, avança para reivindicar seus direitos. Esse fenômeno de desenvolvimento das organizações coletivas, como o movimento sindical e os partidos políticos, teve início na Europa e Estados Unidos do século XIX, espalhando-se por todo o mundo ocidental.



Fonte: SCOTTI, A. *Il Quarto Stato di Giuseppe Pellizza da Volpedo*. Milano: TEA Arte, 1998.

Qual das afirmativas a seguir corresponde às condições sociais daquele período?

- a) A rígida estratificação social impedia que os camponeses procurassem trabalho fora dos limites feudais.
- b) A estagnação do setor econômico-produtivo, centralizado num mundo agrário incapaz de atender às necessidades humanas de subsistência.
- c) Leis trabalhistas que reconheciam os direitos dos homens, mulheres e crianças.
- d) As péssimas condições de vida dos mais pobres, com longas jornadas de trabalho e precárias condições de habitação.
- e) A expansão dos governos democráticos, abertos à participação popular e à inclusão dos mais pobres na política.

11. Fuvest-SP – O cartaz abaixo, parte de uma campanha sindical pela redução da jornada diária de trabalho, foi divulgado em 1919 pela União Interdepartamental da Confederação Geral dos Trabalhadores da Região do Sena, na França.



Tradução dos escritos do cartaz: "União dos Sindicatos de Trabalhadores do Sena" "Às 8 horas": "Operário, a regra foi aprovada, mas apenas sua ação a fará ser aplicada."

- a) Identifique um elemento visual no cartaz que caracterize a principal reivindicação dos sindicatos e o explique.

- b) Identifique e analise a visão de luta social que a cena principal do cartaz apresenta.

12. UFMG-MG – Observe este cartaz comemorativo da Comuna de Paris:



COLEÇÃO PARTICULAR

A partir da análise desse cartaz e considerando outros conhecimentos sobre o assunto:

a) Descreva o contexto histórico que motivou a revolta que deu origem à Comuna de Paris, em 1871.

b) Cite duas medidas adotadas pelo governo constituído pela Comuna de Paris.

c) Explique como cada um dos dois elementos representados no cartaz – a mulher e os dois homens – se relaciona com o contexto da Comuna de Paris.

13. FGV-SP – Leia com atenção as proposições abaixo:

- I. “A história de qualquer sociedade até aos nossos dias foi apenas a história da luta de classes. Homem livre e escravo, patricio e plebeu, barão e servo, mestre e companheiro, numa palavra opressores e oprimidos em oposição constante, desenvolveram uma guerra que acabava sempre ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em luta.”
- II. “Se me pedissem para responder à pergunta – ‘O que é a escravidão?’ e eu respondesse numa só palavra: ‘Assassinato!’, todos entenderiam imediatamente o significado da minha resposta. Não seria necessário utilizar nenhum outro argumento para demonstrar que o poder de roubar um homem de suas ideias, de sua vontade e sua personalidade é um poder de vida ou morte e que escravizar um homem é o mesmo que matá-lo. Por que, então, não posso responder da mesma forma a essa outra pergunta: ‘O que é a propriedade?’ com uma palavra só: ‘Roubo!’”

Assinale a alternativa correta:

- a)** A primeira proposição reproduz um trecho de uma das mais importantes obras do filósofo alemão Karl Marx, que serviu de base para a ideologia liberal desenvolvida no século XIX.
- b)** A segunda proposição refere-se ao manifesto cristão proposto por bispos da Igreja, indignados com a miséria que assolava as classes trabalhadoras europeias no século XIX.
- c)** A “luta de classes” é um dos principais aspectos da doutrina marxista e a definição da “propriedade como um roubo” tornou-se um dos principais lemas do anarquismo desde o século XIX.
- d)** A segunda proposição é de Joseph Proudhon, teórico liberal francês, indignado com a escravidão ainda praticada em determinados continentes no século XIX.
- e)** A segunda proposição refere-se à região da Palestina na perspectiva sionista, desenvolvida na Europa ao final do século XIX.

14. Sistema Dom Bosco – Podemos ressaltar diversas características dos congressos realizados pela AIT. Leia as alternativas a seguir e assinale aquela que estiver incorreta em relação a essas características:

- a)** Totalizaram-se quatro congressos e o assassinato de Leon Trotski foi um dos motivos para que o movimento chegasse ao seu fim.
- b)** A Primeira Internacional ficou marcada por disputas entre vertentes distintas do socialismo: entre marxistas e seguidores de Lassale e entre marxistas e bakuninistas.
- c)** A Primeira Internacional foi encerrada após a derrota da Comuna de Paris, uma vez que todos os seus membros eram integrantes da AIT.
- d)** A Segunda Internacional revelou divisões entre socialistas, sendo duas facções: os revisionistas e os marxistas ortodoxos.
- e)** A Quarta Internacional foi convocada por Leon Trotski com o objetivo de fazer oposição ao stalinismo.

15. Sistema Dom Bosco – Considere as assertivas a seguir, sobre o contexto político e social do século XIX, e assinale a alternativa correta:

- I. O grande êxodo rural levou a uma massa de desempregados nas periferias das cidades inglesas. Marx chamou esses desempregados de “exército industrial de reserva”.
 - II. A burguesia e o proletariado se diferenciam porque, enquanto a primeira é a dona dos meios de produção, o segundo só tem sua força de trabalho para vender.
 - III. Uma das características mais importantes desse período é a existência de um lugar de trabalho digno para os operários e leis trabalhistas para proteger seus direitos, aspectos que se tornaram cada vez piores com o tempo.
- a) Apenas a afirmativa II está correta.
 - b) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
 - c) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
 - d) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
 - e) Todas as afirmativas estão corretas.

16. UNESP

“[...] Considerando que para os senhores não é possível
Nos pagarem um salário justo,
Tomaremos nós mesmos as fábricas.
Considerando que sem os senhores, tudo será melhor
[para nós,
Considerando que os senhores nos ameaçam
Com fuzis e canhões,
Nós decidimos: de agora em diante
Temeremos mais a miséria que a morte.
Considerando que o que o governo nos promete sempre
Está muito longe de nos inspirar confiança,
Nós decidimos tomar o poder
Para podermos levar uma vida melhor.
Considerando: vocês escutam os canhões,
Outra linguagem não conseguem compreender,
Deveremos então, sim, isso valerá a pena,
Apontar os canhões contra os senhores!”

Bertolt Brecht. *Os dias da Comuna*.

Esse poema de Brecht refere-se à chamada Comuna de Paris, de 1871. Como pode ser definida a inspiração política dos revolucionários de 1871?

17. Fatec-SP

“A queda da burguesia e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis [...]. Os proletários nada têm a perder com ela, a não ser as próprias cadeias. E têm um mundo a ganhar. Proletários de todos os países, uni-vos”.

Esse trecho, extraído do *Manifesto Comunista* de Marx e Engels, foi escrito no contexto histórico marcado:

- a) pelo acirramento das contradições políticas, econômicas e sociais decorrentes do processo conhecido como Revolução Industrial.
- b) pelos conflitos entre trabalhadores e patrões que começaram a pontuar os países capitalistas a partir da ocorrência da Revolução Russa.
- c) pela afirmação dos Estados Unidos como potência imperialista com interesses econômicos e políticos em várias regiões do planeta.
- d) pelo confronto entre vassalos e suseranos, no momento de ápice da crise do modo de produção feudal e de enfraquecimento da autoridade religiosa.
- e) pelo incremento das contestações populares às diretrizes políticas implantadas pelos regimes autoritários que floresceram na Europa na primeira metade do século XX.

ESTUDO PARA O ENEM

18. Enem

C2-H10

“Sou um partidário da Comuna de Paris, que, por ter sido massacrada, sufocada no sangue pelos carrascos da reação monárquica e clerical, tornou-se ainda mais viva, mais poderosa na imaginação e no coração do proletariado da Europa; sou seu partidário sobretudo porque ela foi uma negação audaciosa, bem pronunciada, do Estado”.

BAKUNIN, M. Apud SAMIS, A. *Negras tormentas: o federalismo e o internacionalismo na Comuna de Paris*. São Paulo: Hedra, 2011.

A Comuna de Paris despertou a reação dos setores sociais mencionados no texto porque:

- a) instituiu a participação política direta do povo.
- b) consagrou o princípio do sufrágio universal.
- c) encerrou o período de estabilidade política europeia.
- d) simbolizou a vitória do ideário marxista.
- e) representou a retomada dos valores do liberalismo.

19. UERJ**C1-H1**

“Os anarquistas, senhores, são cidadãos que, em um século em que se prega por toda a parte a liberdade das opiniões, acreditam ser seu dever recomendar a liberdade ilimitada. [...] Os anarquistas propõem-se, pois, a ensinar ao povo a viver sem governo, da mesma forma como ele começa a aprender a viver sem Deus”.

Declaração dos Anarquistas, 1883. Apud VOILLIARD, Odette et al. *Documents d' Histoire contemporaine (1851-1971)*. Paris: Armand Colin, 1964.

No texto acima, está apresentado o seguinte princípio do anarquismo:

- a) rejeição do poder instituído, negando a necessidade do Estado.
- b) recusa das eleições, substituindo-as pelo sindicalismo revolucionário.
- c) fim do Estado e da Igreja, pregando sua substituição por ações de um cooperativismo associacionista.
- d) superioridade da ação profissional sobre a da política, buscando a independência dos partidos políticos.

20. Enem**C3-H13**

“O movimento operário ofereceu uma nova resposta ao grito do homem miserável no princípio do século XIX. A resposta foi a consciência de classe e a ambição de classe. Os pobres então se organizavam em uma classe específica, a classe operária, diferente da classe dos patrões (ou

capitalistas). A Revolução Francesa lhes deu confiança: a Revolução Industrial trouxe a necessidade da mobilização permanente”.

HOBSBAWM, E. J. *A era das revoluções*. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

No texto, analisa-se o impacto das Revoluções Francesa e Industrial para a organização da classe operária. Enquanto a “confiança” dada pela Revolução Francesa era originária do significado da vitória revolucionária sobre as classes dominantes, a “necessidade da mobilização permanente”, trazida pela Revolução Industrial, decorria da compreensão de que:

- a) a competitividade do trabalho industrial exigia um permanente esforço de qualificação para o enfrentamento do desemprego.
- b) a completa transformação da economia capitalista seria fundamental para a emancipação dos operários.
- c) a introdução das máquinas no processo produtivo diminuía as possibilidades de ganho material para os operários.
- d) o progresso tecnológico geraria a distribuição de riquezas para aqueles que estivessem adaptados aos novos tempos industriais.
- e) a melhoria das condições de vida dos operários seria conquistada com as manifestações coletivas em favor dos direitos trabalhistas.

MATERIAL DE USO
SISTEMA DE ENSINO

19

UNIFICAÇÃO DA ITÁLIA E DA ALEMANHA E AS AMÉRICAS NO SÉCULO XIX

OS ÚLTIMOS A SE UNIFICAR

- Os últimos a se unificar
- Unificação da Itália
- Unificação da Alemanha
- Um período definidor
- Estados Unidos
- México
- Cuba
- Pacífico

HABILIDADES

- Identificar registros de práticas de grupos sociais no tempo e no espaço.
- Analisar a atuação dos movimentos sociais que contribuíram para mudanças ou rupturas em processos de disputa pelo poder.
- Avaliar criticamente conflitos culturais, sociais, políticos, econômicos ou ambientais ao longo da História.

Enquanto as principais monarquias absolutistas da Europa, como Portugal, Espanha, França e Inglaterra tiveram força e puderam existir graças ao processo de unificação dos Estados durante a consolidação do mercantilismo, outras potências europeias só o fizeram com o avanço do capitalismo industrial. Os objetivos da burguesia contemporânea ao desejar as unificações, pouco tempo depois da Revolução Francesa, eram semelhantes aos dos burgueses da Idade Moderna quando apoiaram a formação dos primeiros Estados nacionais: a unificação de impostos, a padronização de moedas e a consolidação de mercados consumidores.

Alemanha e Itália foram os últimos a se unificar e a entrada desses Estados nacionais no jogo político europeu teria consequências importantes nas décadas seguintes. Uma vez unificados, entraram na disputa imperialista das potências europeias e ficaram lado a lado nas duas guerras mundiais que eclodiriam no início do século seguinte.

UNIFICAÇÃO DA ITÁLIA

Ao fim do século XIX, a Península Itálica encontrava-se dividida em estados, dos quais apenas quatro deles tinham real autonomia: o Reino de Piemonte-Sardenha, industrial e dinâmico, cuja burguesia, interessada em obter um mercado nacional, passou a articular a unificação; o Reino de Nápoles, cuja monarquia absolutista não queria perder poder; o Reino das Duas Sicílias, rural e com uma indústria pouco desenvolvida, que tinha interesses diferentes dos estados do norte; e os Estados da Igreja, onde em hipótese alguma o papa aceitava submeter o poder eclesiástico ao político.

No início do século, por meio do Congresso de Viena (1815), a Áustria recebeu o controle de vários territórios do norte italiano. As reações dos povos da Península Itálica não tardaram a aparecer. Republicanos e monarquistas nacionalistas organizaram a Carbonária, sociedade secreta que não raro utilizava o terrorismo político como forma de luta e de conscientização da população italiana para a causa nacionalista, que culminaria com a unificação da Itália.

Unificação italiana



Os movimentos revolucionários de 1848, conhecidos como Primavera dos Povos, acirraram o sentimento nacionalista: de um lado, estavam os republicanos, liderados por Mazzini e Giuseppe Garibaldi; de outro, os monarquistas, sob o comando do conde Camilo Cavour.

A aliança entre Napoleão III, da França, e Vítor Emanuel II, do Piemonte, por meio do primeiro-ministro conde Cavour, efetivou o seguinte acordo: em troca do auxílio francês na guerra contra a Áustria, Napoleão III receberia os territórios de Nice e Savoia. Vitórias franco-piemontesas nas batalhas de Magenta e Soferino sobre a Áustria renderam à Itália a unificação da Lombardia e da Itália central. A Itália do sul (Duas Sicílias e Nápoles) contou com a participação de Giuseppe Garibaldi e seus camisas-vermelhas, representando uma tendência republicana no processo, que se contrapunha às intenções monárquico-constitucionais do Piemonte. A rápida intervenção de Vítor Emanuel II, atravessando os Estados Pontifícios e exigindo de Garibaldi a cessão das Duas Sicílias, evitou que o problema se tornasse maior.



STEFANO BIANCETTI/CORBIS/GETTY IMAGES

Encontro de Vítor Emanuel II e Garibaldi em Teano, de Sebastiano de Albertis. Após esse encontro, a tendência republicana do movimento de unificação italiana sujeitou-se ao ideal monárquico, encabeçado pelo Reino de Piemonte-Sardenha.

Em 1861, Vítor Emanuel II foi coroado rei da Itália, cuja capital era Turim. Veneza foi finalmente anexada em 1866, durante a Guerra das Sete Semanas, entre Prússia e Áustria; e Roma, em 1870, quando a Guerra Franco-Prussiana obrigou Napoleão III a retirar as tropas francesas que protegiam a Santa Sé.

UNIFICAÇÃO DA ALEMANHA

Após o Congresso de Viena, o território germânico encontrou-se dividido em 39 estados, que possuíam como único vínculo político a Dieta de Frankfurt – espécie de parlamento no qual dois estados mais fortes, Áustria e Prússia, disputavam a liderança política. Rivais entre si, almejavam a unificação germânica sob seu controle.

O fator fundamental do caminho da unificação foi a criação do Zollverein (união aduaneira), que derrubou as tarifas alfandegárias e possibilitou a unidade econômica dos Estados germânicos, sob a liderança da Prússia. O crescimento econômico dos estados do norte permitiu o surgimento de uma fortalecida burguesia industrial nacionalista, ligada à indústria pesada e à mineração. Outro fator de unidade foi o desenvolvimento de ferrovias, estreitando ainda mais as relações entre eles.



A Prússia, grande centro desse desenvolvimento, sofria pressões da burguesia, que pretendia controlar as despesas da monarquia. Os problemas internos foram solucionados com a ascensão de Otto von Bismarck como primeiro-ministro do rei Guilherme I. Bismarck era partidário da teoria de que a unificação deveria ser obtida pela força militar, principalmente contra a Áustria, e conduziu o processo de cima para baixo. Contando com um poderoso exército e hábil diplomacia, iniciou a primeira etapa com a Guerra dos Ducados (1863) contra a Dinamarca, anexando os territórios de Schleswig e Holstein. Desentendendo-se com a Áustria, Bismarck declarou-lhe guerra, fato que iniciou a segunda fase, conhecida como Guerra das Sete Semanas (1866). Os austríacos foram vencidos pelo exército prussiano, sob o comando do general Moltke, na Batalha de Sadowa. Essas vitórias possibilitaram a formação da Confederação Germânica do Norte.

Restava ainda unificar o sul e os ricos territórios fronteiriços da Alsácia-Lorena, então sob domínio francês. Procurando exaltar o nacionalismo alemão, Bismarck voltou-se contra a França de Napoleão III. Após algumas questões diplomáticas, o incidente decisivo ocorreu durante a questão sucessória da Espanha, na qual generais espanhóis ofereceram a Coroa da Espanha a Leopoldo Hohenzollern, parente de Guilherme I, da Prússia.

Napoleão III foi derrotado e aprisionado na Batalha de Sedan, ocorrida em 1870, e a França rendeu-se após Paris ter sido bombardeada. Napoleão III foi derrubado e os alemães só não ocuparam Paris porque operários franceses organizaram barricadas e estabeleceram o primeiro governo operário da História – a Comuna francesa –, que opunha-se ao acordo feito por liberais da alta burguesia, organizados fora de Paris, os quais proclamaram a república e assinaram um acordo de paz com a Prússia, cedendo o território da Alsácia-Lorena.

UM PERÍODO DEFINIDOR

No século XIX, com o avanço do capitalismo industrial e dos vários nacionalismos, o mundo começava a mudar. Na Europa, a unificação da Itália e da Alemanha,

somadas à Comuna de Paris e aos movimentos operários, colocou o Velho Mundo em ebulição. No Novo Mundo, a expansão dos Estados Unidos, a Revolução Mexicana, a independência de Cuba e a Guerra do Pacífico foram alguns dos principais fatos que marcaram o século nas Américas. Foi um período definidor, que moldou o continente como o conhecemos hoje em dia.

É esse momento que você conhecerá melhor a seguir.

GRANGER HISTORICAL PICTURE ARCHIVE/ALAMY STOCK PHOTO

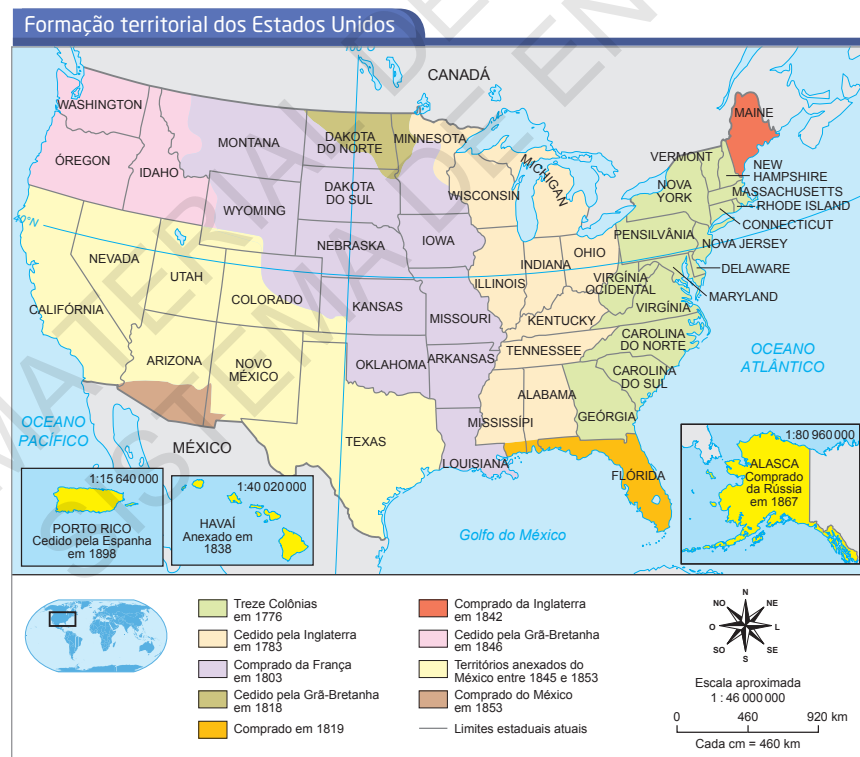


Charge que mostra o Tio Sam, símbolo dos Estados Unidos, sobre o mapa das Américas e segurando o chamado *big stick*. São duas doutrinas simbolizadas simultaneamente: a Doutrina Monroe (“A América para os americanos”), que recusava qualquer tipo de influência de países de fora do continente, especialmente europeus; e o Big Stick (“Fale manso, mas tenha um porrete forte”), que previa uma diplomacia aliada à força militar.

ESTADOS UNIDOS

No decorrer do século XIX, os Estados Unidos tornaram-se uma grande potência industrial, embora no plano internacional não exercessem influência importante. Para alcançar o poderio econômico e industrial, internamente, passou por conflitos e mudanças políticas, econômicas e territoriais.

O país experimentou um considerável aumento territorial em virtude de disputas, conflitos e compras, motivados pela migração interna e pela imigração europeia.



World History Atlas: Mapping the Human Journey. Londres: Dorling Kindersley, 2008.

O movimento das anexações, que ficou conhecido por Marcha para o Oeste (1848-1849), foi desencadeado pela corrida do ouro encontrado na Califórnia e incentivado com distribuição gratuita de terras aos colonos que se fixassem em um lote. A conquista foi empreendida por pioneiros que, usando de violência e contando muitas vezes com apoio militar, conseguiram quebrar a resistência das nações indígenas norte-americanas. Os poucos remanescentes indígenas do Oeste, sobreviventes do massacre, foram pouco a pouco empurrados das planícies para reservas do Estado. Essa era uma política deliberada do governo e sustentada pela ideologia do Destino Manifesto, segundo a qual os norte-americanos estavam predestinados a construir uma grande civilização no Novo Mundo e, para tanto, era fundamental ocupar os espaços pouco povoados do continente, imprimindo sua cultura. Os indígenas eram vistos como selvagens e foram reduzidos, tendo suas terras tomadas pelo “homem branco”.



AUTRY NATIONAL CENTER, LOS ANGELES, ESTADOS UNIDOS

Imagem indicativa da doutrina do Destino Manifesto, mostrando o caminho da civilização rumo ao Oeste. O telégrafo, o livro e as estradas de ferro representam o universo civilizado, que ganha terreno no mundo considerado inculto e selvagem, no qual estariam os indígenas e os animais não domesticados. Esse era o discurso sobre o qual se assentava a expansão territorial norte-americana.

O expansionismo dos Estados Unidos não se contentou apenas com a conquista do Oeste. A doutrina do Destino Manifesto pregava que o país fora escolhido pela providência divina para cumprir sua missão civilizadora.

A ideologia do Destino Manifesto marcou a ação geopolítica norte-americana a partir de meados do século XIX, principalmente no governo de Theodore Roosevelt, o qual adotou uma posição imperialista tão contundente que ficou conhecida por Big Stick ou “Política do grande porrete”.

MÉXICO

A independência mexicana foi um processo iniciado em 1810, com grande apoio popular, que foi concluída apenas em 1821, como um movimento de elite. Em meados do século XIX, o México atravessava uma profunda crise política provocada pelas ferozes disputas pelo poder entre conservadores e liberais, ambos

representantes da elite que tomou conta do país após sua independência. Nas mãos da elite agrária conservadora, o país estava sobrecarregado de dívidas. A crise atingiu o auge quando, em 1857, o liberal Benito Juárez assumiu o poder e promoveu profundas reformas no país, dando maior poder aos mestiços, em detrimento dos *criollos*, que até então detinham o poder.

Juárez negou-se a indenizar o clero pelas terras tomadas pelo Estado para uma tentativa de reforma agrária e também a assumir a dívida externa contraída pelos governos anteriores. Isso desagradou os conservadores do país, que, com o apoio da Inglaterra, da França e da Espanha, deram início a uma guerra civil. A força dos conservadores era superior à do grupo de Juárez e venceu a guerra ao tomar a capital mexicana. O lado vitorioso colocou um austríaco, Maximiliano, no poder em 1864.

Refugiando-se no norte do país, Juárez tentou organizar a resistência, enquanto o imperador Maximiliano, representante da única experiência monarquista nas Américas fora do Brasil, não obteve a unidade nacional. A intervenção francesa não era bem-vista pelos Estados Unidos, que viam nela uma violação à Doutrina Monroe, expressa pela máxima “A América para os americanos”.

Perdendo o apoio da França, o imperador foi preso e fuzilado junto a alguns conservadores, sob o comando de Juárez. Terminava o curto império de Maximiliano. Em seu segundo governo, Juárez reduziu o poder do exército e iniciou um vasto programa social de governo. Após sua morte, em 1875, assumiu o poder o ditador Porfírio Díaz.

CUBA

Os esforços de Cuba para conquistar sua independência da Espanha começaram em 1850, quando agricultores nativos financiaram e dirigiram várias expedições contra as guarnições espanholas na ilha. A luta transformou-se na chamada Guerra dos Dez Anos.

Depois de uma revolta aberta em 1895 e do afundamento do navio norte-americano Maine, ancorado no Porto de Havana para proteger seus cidadãos, em 1898 os Estados Unidos entraram no conflito ao lado dos revolucionários, iniciando o breve e controvertido episódio conhecido como Guerra Hispano-Americana.

Em 1901, a independência foi garantida, embora, inicialmente, sob suposta proteção dos Estados Unidos, responsáveis pela Emenda Platt (revogada em 1934), implantada na Constituição de Cuba para dar aos norte-americanos o direito de intervir no país para preservar não só a independência, mas também a estabilidade do governo.

PACÍFICO

Ricos depósitos de guano e salitre existentes na América do Sul atraíram a Grã-Bretanha, grande importadora, usuária e revendedora desses produtos. Os chilenos não tiveram dificuldades em atrair capitais

britânicos, interessados na exploração intensiva desses depósitos. Isso implicava receber apoio econômico e militar britânico.

Empresas inglesas, acobertadas pelo Chile, invadiram gradativamente a região, explorando e construindo uma ferrovia e concentrando-se no Porto de Antofagasta. Um incidente aduaneiro entre Chile e Bolívia foi o pretexto para um desembarque militar chileno no porto boliviano. As hostilidades estavam declaradas.

A Guerra do Pacífico eclodiu em 1879. Os bolivianos viram-se impossibilitados de locomover suas débeis forças até o Deserto de Atacama, já sob domínio chileno. O Peru entrou no conflito, objetivando vantagens

sobre a região. Com a vitória, o Chile obteve a rica região mineradora de cobre. O salitre fez aumentar as rendas nacionais e o governo devolveu aos empresários ingleses as jazidas expropriadas pelo governo peruano. No entanto, logo após a vitória chilena, registraram-se desavenças entre Chile e Inglaterra. O Deserto do Atacama, motivo do conflito entre Peru e Bolívia, era definitivamente uma região chilena, contudo, sua riqueza não perdurou. Os avanços tecnológicos encontraram uma forma de produzir nitratos, fixando o nitrogênio do ar, o que provocou uma queda vertiginosa das exportações de salitre e a conseqüente ruína da economia chilena.

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO
SISTEMA DE ENSINO DOM BOSCO

ROTEIRO DE AULA

UNIFICAÇÃO DA ITÁLIA E DA ALEMANHA

Itália

Antecedentes:

Vários reinos distintos na Península Itálica.

Causas:

A região norte era bem mais desenvolvida e buscou a unificação para ampliar seu mercado consumidor, unificar a moeda e os impostos.

Consequências:

A invasão dos Estados Pontifícios deixou a Igreja Católica insatisfeita e não houve reconhecimento do Estado italiano por parte dela, o que só foi resolvido em 1929, com o Tratado de Latrão, assinado por Benito Mussolini.

Alemanha

Antecedentes:

39 estados que formavam a Confederação Germânica.

Causas:

A Prússia liderou a criação do Zollverein (união aduaneira dos Estados germânicos). Guilherme I nomeia Bismarck para a missão de unificar esses estados.

Consequências:

Criação do Segundo Reich alemão, desenvolvimento econômico e militar e aumento da importância da Alemanha no cenário europeu.

ROTEIRO DE AULA

AMÉRICAS NO SÉCULO XIX

Expansão dos Estados Unidos

- Guia ideológico: Destino Manifesto.
- 1803: Compra da Louisiana.
- 1819: Compra da Flórida.
- 1845: Anexação do Texas.
- 1846: Anexação de Oregon.
- 1848: Anexação de Califórnia, Nevada, Utah, Arizona e Novo México.
- 1898: Anexação do Havaí.

Cuba

- Independência da Espanha: 1901.
- Emenda Platt: Emenda constitucional que permitia aos Estados Unidos controlar Cuba.

México

Sequência no comando do país:

- Benito Juárez chega ao poder.
- Nomeação de Maximiliano como imperador.
- Após a prisão e o fuzilamento de Maximiliano, Benito Juárez assume novamente.
- Com sua morte, Porfírio Díaz assume o comando do país.

Guerra do Pacífico

- Eclosão: 1879.
- Consequências: Queda na exportação de salitre e destruição da economia chilena.
- O Peru perdeu sua porção sul e a Bolívia ficou sem saída para o mar.

EXERCÍCIOS DE APLICAÇÃO

1. UFU-MG

“Alexandre, Bispo, Servo dos Servos de Deus, ao Caríssimo filho em Cristo, Afonso, Ilustre Rei dos Portugueses, e a seus herdeiros, in perpetuum. Está claramente demonstrado que, como bom filho e príncipe católico, prestaste inumeráveis serviços a tua mãe, a Santa Igreja, [...] Por isso, nós atendemos às qualidades de prudência, justiça e idoneidade de governo que ilustram a tua pessoa, tomamo-la sob a proteção de São Pedro e nossa, e concedemos e confirmamos por autoridade apostólica ao teu excelso domínio o reino de Portugal [...]”

Disponível em: <<http://ensina.rtp.pt/artigo/a-bula-manifestis-probatum-o-documento-fundador-do-reino/>>. Acesso em: 6 mar. 2018.

Em 23 de maio de 1179, o papa Alexandre III emitiu uma bula, declarando D. Afonso Henriques soberano de Portugal. Esse trecho do documento é testemunho do surgimento precoce da primeira nação europeia. A aliança entre a nobreza e a burguesia (abençoada pela Igreja) enfraqueceu os senhores feudais, dando início ao aparecimento dos Estados nacionais. Esse processo se arrastaria até o século XIX, quando surgiu a última nação por meio da unificação de reinos. De acordo com as informações dadas, a nação referida no trecho em destaque é:

- a) Alemanha.
- b) Itália.
- c) França.
- d) Inglaterra.

Apesar de o texto citar o papa Alexandre, o que pode confundir os alunos e induzi-los a considerar que trata-se de uma referência à Itália, é preciso lembrar que o Congresso de Viena deixou a região da futura Alemanha dividida em reinos e ducados sob a forte influência da Áustria. A Alemanha unifica-se em 1871, após a vitória na Guerra Franco-Prussiana.

2. Fuvest-SP

“Fizemos a Itália, agora temos que fazer os italianos”.

“Ao invés da Prússia se fundir na Alemanha, a Alemanha se fundiu na Prússia”.

Estas frases, sobre as unificações italiana e alemã:

- a) aludem às diferenças que as marcaram, pois, enquanto a alemã foi feita em benefício da Prússia, a italiana, como demonstra a escolha de Roma para capital, contemplou todas as regiões.
- b) apontam para as suas semelhanças, isto é, para o caráter autoritário e incompleto de ambas, decorrentes do passado fascista, no caso italiano, e nazista, no alemão.
- c) chamam a atenção para o caráter unilateral e autoritário das duas unificações, imposta pelo Piemonte, na Itália, e pela Prússia, na Alemanha.
- d) escondem suas naturezas contrastantes, pois a alemã foi autoritária e aristocrática e a italiana foi democrática e popular.
- e) tratam da unificação da Itália e da Alemanha, mas nada sugerem quanto ao caráter positivo do processo liderado por Cavour, na Itália, e por Bismarck, na Alemanha.

Nesta questão, é importante analisar as frases clássicas sobre as unificações da Itália e da Alemanha. Na primeira, a palavra-chave é “fizemos”, o que já denota a imposição e o autoritarismo. Na segunda, está subentendido um processo de dominação, não de unificação: a Alemanha se fundiu à Prússia, que fora a grande liderança desse processo.

3. Unicamp-SP – A unificação italiana mesclou as lutas nacionais com as reivindicações dos camponeses que queriam o fim do laço de servidão e o acesso à terra. Mas essas reivindicações não foram atendidas.

- a) De que forma a unificação beneficiou a população do norte da Itália em detrimento dos camponeses do sul?

A unificação italiana melhorou a situação do país em relação às demais

potências europeias, mas apenas a população do norte foi beneficiada

com a industrialização, enquanto a do sul foi utilizada como mão de obra

barata.

- b) Quais as consequências sociais do aumento da miséria entre os camponeses italianos do sul?

Buscando melhores condições de vida e fugir da pobreza e da miséria,

muitos camponeses do sul emigraram para outros países da América,

como os Estados Unidos e o Brasil.

4. FGV-SP – Ao longo do século XIX, a chamada Marcha para o Oeste permitiu a expansão territorial dos Estados Unidos. Em relação a esse processo, assinale a alternativa correta:

- a) A expressão “Destino Manifesto” justificava o expansionismo, relacionando-o a uma espécie de missão civilizadora por parte dos estadunidenses.
- b) A expansão territorial foi impedida porque a população francesa da Louisiana se recusou a integrar a Federação americana.
- c) O governo mexicano reconheceu a superioridade civilizacional dos Estados Unidos e cedeu territórios como o Texas e a Califórnia.
- d) O regime de grande propriedade, predominante nos territórios do Oeste, atraiu grandes fluxos migratórios.
- e) A construção de estradas de ferro, que acelerou a expansão para o Oeste, foi possível graças à compra de terras indígenas.

A teoria do Destino Manifesto foi o grande símbolo e motor da expansão territorial dos Estados Unidos. Inclusive, servia para justificar a violência contra grupos indígenas, uma vez que os brancos estavam, supostamente, levando a civilização aos selvagens.

5. PUC-RJ – Assinale a alternativa que não caracteriza de modo correto o rápido processo de urbanização e modernização ocorrido nas Américas entre 1870 e 1920:

- a) Os Estados Unidos experimentaram, no período, uma industrialização em grande escala e altamente concentrada, acompanhada de rápida urbanização. A expansão comercial e financeira para além de suas fronteiras atingiu países vizinhos da América Central e Caribe.
- b) A urbanização e modernização aceleradas foram características visíveis nas capitais dos países latino-americanos que vinham se beneficiando do sucesso

de suas economias agrário-exportadoras, como o México, a Argentina e o Chile.

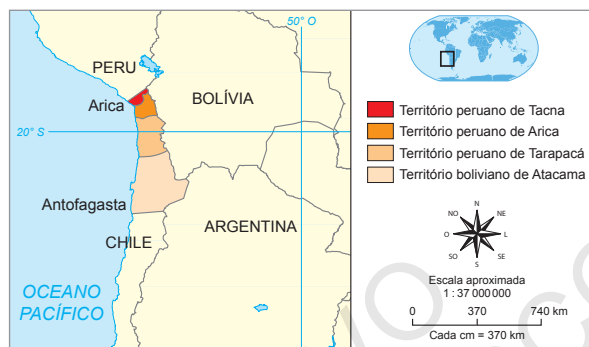
- c) A sobrevivência da monarquia e a continuação da escravidão até 1888 impediram a urbanização, o acesso à modernização e ao progresso industrial de fins do século XIX no Brasil, cuja economia ainda dependia da produção cafeeira.
- d) A imigração em massa para as Américas de trabalhadores europeus pobres de distintas nacionalidades foi outro importante aspecto no processo de rápida modernização e industrialização em fins do século XIX e início do século XX.
- e) As propostas civilizatórias eurocêntricas que fizeram da raça um atributo negativo apenas dos povos não brancos foram admiradas pelas elites governantes das Américas, que não raro adotaram políticas de branqueamento para suas populações.

Entre 1870 e 1920, os Estados Unidos passaram por um processo de industrialização e urbanização, ocorreu a expansão urbana e a modernização do México e do Chile, a imigração para as Américas (especialmente para os Estados Unidos) e predominava uma visão preconceituosa quanto aos povos ameríndios. Por eliminação, a alternativa incorreta é a C.

6. PUC-MG

C2-H6

Observe atentamente o mapa a seguir, de fins de 1880:



O mapa dado retrata:

- a) os territórios conquistados pelo Chile durante a Guerra do Pacífico, também conhecida como a Guerra do Salitre.
- b) as áreas cedidas à Inglaterra, potência imperialista na América Latina durante o século XIX, para exploração de cobre, nitrato, salitre e guano.
- c) os territórios do Peru, Bolívia e Chile disputados pelos franceses e ingleses, interessados nas reservas carboníferas e minerais da região.
- d) os pontos estratégicos reivindicados pelos Estados Unidos na área do Pacífico junto aos governos do Chile, Peru e Bolívia.
- e) os últimos territórios sob o domínio espanhol libertados pelos bolivianos, peruanos e chilenos em fins do século XIX.

Após a Guerra do Pacífico, o Chile ampliou seus territórios e fechou o acesso ao mar para a Bolívia.

Competência: Compreender as transformações dos espaços geográficos como produto das relações socioeconômicas e culturais de poder.

Habilidade: Interpretar diferentes representações gráficas e cartográficas dos espaços geográficos.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

7. UpeL-RS – Leia o texto a seguir:

“Com a crescente expansão da industrialização do continente europeu, a partir de 1830, os pequenos estados italianos e alemães sentiram a necessidade de promover uma centralização, com o objetivo de conseguir equiparar-se às grandes potências, principalmente França e Inglaterra. Ainda politicamente fracas, nem a burguesia italiana nem a alemã tinham condições de assumir a direção do governo. Por isso, aceitavam a monarquia constitucional, desde que o Estado incentivasse o progresso econômico. Acreditavam que só assim poderiam chegar à centralização política, sem passar necessariamente por mudanças estruturais que colocassem em perigo sua posição de classe proprietária.”

PAZZINATO, Alceu Luiz et al. *História moderna e contemporânea*. São Paulo: Ática, 1993. p. 186.

O texto está relacionado com:

- a) as *trade-unions*, ou uniões operárias, que inicialmente eram entidades de auxílio mútuo, fortemente assistencialistas, preocupadas em ajudar trabalhadores com dificuldades econômicas e reivindicar melhores condições de trabalho.

- b) o socialismo utópico, assim chamado por acreditar na organização comunista das sociedades, sem lutas de classe, através de reformas pacíficas e graduais.
- c) o socialismo científico, que criticava o capitalismo dominante, propondo a organização de uma sociedade comunista, necessariamente pela luta de classes.
- d) o movimento cartista, em que os trabalhadores ingleses promoveram agitações de rua e apresentaram ao Parlamento reivindicações como representação igual para todas as classes, sufrágio universal restrito para os homens aos vinte e um anos etc.
- e) o nacionalismo, na prática representado pela unificação da Itália e da Alemanha, o qual defendia a luta dos povos ligados por laços étnicos, linguísticos e culturais, pela sua independência como nação.

8. UFG-GO – A unificação italiana, no final do século XIX, ameaçou a integridade territorial da Igreja. Esse impasse resultou:

- a) no reforço dos sentimentos nacionalistas na Itália, provocando a expropriação das terras da Igreja.
- b) no envolvimento da Igreja em lutas nacionais, criando congregações para a expansão do catolicismo.

- c) na adoção de atitudes liberais pelo papa Pio IX, como forma de deter as forças fascistas.
- d) na assinatura do Tratado de Latrão, em 1929, quando Mussolini criou o Estado do Vaticano.
- e) no Risorgimento, processo em que segmentos ligados à Igreja defenderam a Itália independente.

9. UFRGS-RS – Dentre as alternativas a seguir, assinale aquela que está correta em relação ao processo de unificação italiana, concluída na segunda metade do século XIX:

- a) O Congresso de Viena concluiu o processo de integração nacional italiano na medida em que este veio ao encontro dos interesses das elites locais.
- b) O processo de unificação nacional resultou das fortes pressões da burguesia do sul do país, cuja economia demandava um mercado interno homogêneo, dinâmico e integrado para a colocação da sua moderna produção industrial.
- c) A construção do Estado nacional implicou enfrentar e expulsar as tropas de ocupação pertencentes aos impérios Britânico, Russo e Espanhol, estabelecidas na Península Itálica desde os acontecimentos de 1848.
- d) O movimento de unificação partiu das áreas mais industrializadas, teve forte presença de uma burguesia interessada na ampliação do mercado interno e foi sustentado pela ideologia do nacionalismo.
- e) A consolidação da formação do Estado nacional italiano ocorreu com a anuência do papa Pio IX e o reconhecimento, pelo primeiro-ministro Cavour, da existência e da soberania do Estado do Vaticano, após as negociações da Questão Romana.

10. UNESP – O desmonte do muro que dividia a cidade de Berlim e o acordo sobre a reunificação alemã são fatores relevantes para a construção de uma nova Europa. No entanto, a fundação do Estado moderno alemão remonta ao século XIX e se relaciona com a:

- a) cooperação abrangente entre a Prússia e a União Soviética.
- b) multiplicação das taxas alfandegárias, a revogação da Liga Aduaneira, a aliança franco-prussiana e a ação do papa.
- c) cooperação pacífica, duradoura e estável entre todos os Estados da Europa.
- d) conhecida e inevitável neutralidade alemã na disputa de mercados.
- e) reorganização do exército prussiano e com o despertar do sentimento nacionalista de união.

11. UFPR – “O culpado se chama burguesia. [...] Sim, a pátria está subjugada, Paris desonrada e, amanhã, terá a canga prussiana presa em seu pescoço. Mas é ela, a burguesia, quem prendia as mãos da revolução e esmagava seus dedos [...]”

O texto, escrito no calor da luta da Comuna de Paris, relaciona o movimento:

- a) à revolução social proletária e à resistência contra a invasão estrangeira da cidade.
- b) ao nacionalismo francês e prussiano e à revolução política liderada pela burguesia.
- c) à reforma constitucional e à ampliação dos mecanismos institucionais de participação política.
- d) ao fim do poder republicano burguês e à restauração do império na França.

- e) à instalação do comunismo e à necessária repressão aos anarquistas.

12. UNESP – As unificações políticas da Alemanha e da Itália, ocorridas na segunda metade do século XIX, alteraram o equilíbrio político e social europeu. Entre os acontecimentos históricos desencadeados pelos processos de unificações, encontram-se:

- a) a ascensão do bonapartismo na França e o levante operário em Berlim.
- b) a aliança da Alemanha com a Inglaterra e a independência da Grécia.
- c) o nacionalismo revanchista francês e a oposição do papa ao Estado italiano.
- d) a derrota da Internacional operária e o início da União Europeia.
- e) o fortalecimento do Império Austríaco e a derrota dos fascistas na Itália.

13. Fuvest-SP – No século XIX, o surgimento do transporte ferroviário provocou profundas modificações em diversas partes do mundo, possibilitando maior e melhor circulação de pessoas e mercadorias entre grandes distâncias. Dentre tais modificações, as ferrovias:

- a) facilitaram a integração entre os Estados nacionais latino-americanos, ampliaram a venda do café brasileiro para os países vizinhos e estimularam a constituição de amplo mercado regional.
- b) permitiram que a cidade de Manchester se conectasse diretamente com os portos do sul da Inglaterra e, dessa forma, provocaram o surgimento do sistema de fábrica.
- c) facilitaram a integração comercial do Ocidente com o Extremo Oriente, substituíram o transporte de mercadorias pelo Mar Mediterrâneo e despertaram o sonho de integração mundial.
- d) permitiram uma ligação mais rápida e ágil, nos Estados Unidos, entre a Costa Leste e a Costa Oeste, chegando até a Califórnia, palco da famosa corrida do ouro.
- e) permitiram a chegada dos europeus ao centro da África, reforçaram a crença no poder transformador da tecnologia e demonstraram a capacidade humana de se impor à natureza.

14. Fuvest-SP – A ideia de ocupação do continente pelo povo americano teve também raízes populares, no senso comum e também em fundamentos religiosos. O sonho de estender o princípio da “união” até o Pacífico foi chamado de “Destino Manifesto”.

A concepção de “Destino Manifesto”, cunhada nos Estados Unidos da década de 1840:

- a) difundiu a ideia de que os norte-americanos eram um povo eleito e contribuiu para justificar o desbravamento de fronteiras e a expansão em direção ao Oeste.
- b) tinha origem na doutrina judaica e enfatizava que os homens deviam temer a Deus e respeitar a todos os semelhantes, independentemente de sua etnia ou posição social.
- c) baseava-se no princípio do multiculturalismo e impediu a propagação de projetos ou ideologias racistas no Sul e no Norte dos Estados Unidos.
- d) derivou de princípios calvinistas e rejeitava a valorização do individualismo e do aventureirismo nas campanhas militares de conquista territorial, privilegiando as ações coordenadas pelo Estado.

- e) defendia a necessidade de se preservar a natureza e impediu o prosseguimento das guerras contra indígenas, na conquista do Centro e do Oeste do território norte-americano.

15. UFSCar-SP

“Se vendemos nossa terra a vós, deveis conservá-la à parte, como sagrada, como um lugar onde mesmo um homem branco possa ir sorver a brisa aromatizada pelas flores dos bosques. Assim consideraremos vossa proposta de comprar nossa terra. Se nos decidirmos a aceitá-la, farei uma condição: o homem branco terá que tratar os animais desta terra como se fossem seus irmãos.

Sou um selvagem e não compreendo outro modo. Tenho visto milhares de búfalos apodrecerem nas pradarias, deixados pelo homem branco que neles atira de um trem em movimento. Sou um selvagem e não compreendo como o fumegante cavalo de ferro possa ser mais importante que o búfalo, que nós caçamos apenas para nos mantermos vivos.”

Carta do chefe índio Seattle ao presidente dos Estados Unidos, que pretendia comprar as terras de sua tribo em 1855.

- a) Identifique uma diferença na maneira do chefe índio e dos brancos entenderem a relação entre o homem e a natureza.

- b) Explique as consequências, para a população indígena dos Estados Unidos, do contato com os brancos.

16. UNESP – A expansão territorial dos Estados Unidos, no século XIX, foi o resultado da compra da Luisiana francesa pelo governo central, da anexação de territórios mexicanos, da distribuição de pequenos lotes de terra para colonos pioneiros, da expansão das redes de estradas de ferro, assim como da anexação de terras indígenas. Esse processo expansionista foi ideologicamente justificado pela doutrina do Destino Manifesto, segundo a qual:

- a) o direito pertence aos povos mais democráticos e laboriosos.
 b) o mundo deve ser transformado para o engrandecimento da humanidade.

- c) o povo americano deve garantir a sobrevivência econômica das sociedades pagãs.
 d) as terras pertencem aos seus descobridores e primeiros ocupantes.
 e) a nação deve conquistar o continente que a Providência lhe reservou.

17. UFRRJ

1899 – Nova Iorque – Mark Twain propõe mudar a bandeira

“[...] Em plena euforia imperial, os Estados Unidos celebram a conquista das ilhas do Havai, Samoa e as Filipinas, Cuba, Porto Rico e uma ilhota que se chama, eloquentemente, dos Ladrões. O Oceano Pacífico e o Mar das Antilhas viraram lagos norte-americanos, e está nascendo a United Fruit Company; mas o escritor Mark Twain, velho estraga-festas, propõe que se mude a bandeira nacional: que sejam negras, diz, as listras brancas, e que umas caveiras com tibias cruzadas substituam as estrelas. [...]”

GALEANO, Eduardo. *As caras e as máscaras*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p. 341.

Há exatos cem anos, os Estados Unidos da América estavam inseridos em um processo de dominação territorial e econômica que afetou, igualmente, as grandes potências europeias e o Japão.

- a) Nomeie esse processo e cite uma de suas principais características econômicas.

- b) Explique as razões de Mark Twain para sua proposta.

ESTUDO PARA O ENEM

18. Enem

C2-H7

A primeira metade do século XX foi marcada por conflitos e processos que a inscreveram como um dos mais violentos períodos da história humana. Entre os principais fatores que estiveram na origem dos conflitos ocorridos durante a primeira metade do século XX estão:

- a) a crise do colonialismo, a ascensão do nacionalismo e do totalitarismo.
- b) o enfraquecimento do Império Britânico, a Grande Depressão e a corrida nuclear.
- c) o declínio britânico, o fracasso da Liga das Nações e a Revolução Cubana.
- d) a corrida armamentista, o terceiro mundismo e o expansionismo soviético.
- e) a Revolução Bolchevique, o imperialismo e a unificação da Alemanha.

19. Fuvest-SP

C2-H7

A incorporação de novas áreas, entre 1820 e 1850, que deu aos Estados Unidos sua atual conformação territorial, estendendo-se do Atlântico ao Pacífico, deveu-se fundamentalmente:

- a) a um avanço natural para o Oeste, tendo em vista a chegada de um imenso contingente de imigrantes europeus.
- b) aos acordos com as lideranças indígenas, Sioux e Apache, tradicionalmente aliadas aos brancos.

- c) à vitória na guerra contra o México, que, derrotado, foi obrigado a ceder quase a metade de seu território.
- d) à compra de territórios da Inglaterra e Rússia, que assumiram uma posição pragmática diante do avanço norte-americano para o Oeste.
- e) à compra de territórios da França e da Espanha, que estavam, naquele período, atravessando graves crises econômicas na Europa.

20. UNESP (adaptado)

C3-H11

“Precisamos manter para sempre o princípio de que só o povo deste continente tem o direito de decidir o próprio destino. Se, porventura, uma parte desse povo, constituindo um Estado independente, pretendesse unir-se à nossa Confederação, esta seria uma questão que só a ele e a nós caberia determinar, sem qualquer interferência estrangeira.”

Primeira mensagem anual do presidente Polk ao Congresso dos Estados Unidos. In: SYRETT, H. C. (Org.). *Documentos históricos dos Estados Unidos*, Cultrix, s/d.

O discurso acima, de 2 de dezembro de 1845, reafirmava a crença do presidente Polk na expansão do território americano. O conjunto de ideias que melhor explicita essa crença é:

- a) o New Deal.
- b) a Doutrina Truman e o New Deal.
- c) o Destino Manifesto e a Doutrina Monroe.
- d) a Política de Boa Vizinhança e o Destino Manifesto.

IMPERIALISMO E PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

20

A COLONIZAÇÃO CAPITALISTA

Estudamos o colonialismo levado a cabo pelas primeiras potências europeias a se unificar, as quais lançaram-se ao mundo com as Grandes Navegações. Esse processo teve como consequências a acumulação de capital, que permitiu o desenvolvimento do capitalismo moderno; as ideias iluministas, que deram as bases intelectuais das revoluções que ocorreram na Europa; e as inovações da Revolução Industrial, que transformaram a forma de se relacionar com o mundo, inaugurando um período mais urbano que agrícola.

É nesse contexto que acontecem as últimas unificações na Europa – Alemanha e Itália – lideradas justamente pelas burguesias industriais. E, na esteira desse processo, a Europa fica pequena para esses donos de indústrias. Consequentemente, essa questão vira um problema de Estado. Alimentadas pelo nacionalismo que vinha sendo construído desde o início do século XIX, as nações europeias começaram a disputar territórios pelo mundo em uma nova onda de colonizações. É o neocolonialismo ou imperialismo, que estudaremos a seguir.



Charge de 1876 que simboliza o imperialismo capitalista e representa dois gigantes disputando a posse da Ásia.

- A colonização capitalista
- Neocolonialismo
- Partilha da África
- Imperialismo europeu na Ásia
- Tensões e disputas na Europa
- Europa pré-guerra
- atentado de Sarajevo: a causa imediata da guerra
- Etapas da guerra
- Tratados de paz
- Liga das Nações

HABILIDADES

- Identificar registros de práticas de grupos sociais no tempo e no espaço.
- Analisar a atuação dos movimentos sociais que contribuíram para mudanças ou rupturas em processos de disputa pelo poder.
- Avaliar criticamente conflitos culturais, sociais, políticos, econômicos ou ambientais ao longo da História.
- Associar as manifestações culturais do presente aos seus processos históricos
- Interpretar historicamente e/ou geograficamente fontes documentais acerca de aspectos da cultura

NEOCOLONIALISMO

O agigantamento do capitalismo fez surgir o excedente de capitais. Assim, boa parte desse capital deixou seus países de origem em busca de melhores oportunidades lucrativas em outras áreas, especialmente nas regiões menos desenvolvidas da África, da Ásia e da América Latina, haja vista que dispunham de matérias-primas, mão de obra barata, fontes de energia e mercados consumidores.

Também havia a necessidade de aplicação dos capitais excedentes da economia industrial e de obtenção de bases estratégicas visando à segurança do comércio marítimo nacional. Por esses motivos, Inglaterra, França, Alemanha, Itália, Japão e Rússia converteram-se em países imperialistas e acabaram por repartir o mundo colonial entre si: África, Ásia e Oceania.

PARTILHA DA ÁFRICA

Até o fim do século XVIII, o continente africano era um gigante desconhecido pelos europeus. No século XIX, o ímpeto imperialista favoreceu as incursões exploratórias do interior do continente. A produção industrial avançava em muitas regiões europeias, como França, Países Baixos e Prússia, além da Inglaterra. Esse processo se acelerou e se expandiu com a unificação da Itália e da Alemanha, estabelecendo Estados nacionais formados a partir de 1870, sob a liderança da burguesia industrial, comercial e financeira, que reunia condições necessárias para consolidar sua produção industrial.

O Estado nacional, controlado pela burguesia, passava a fomentar e a facilitar a industrialização à medida que permitia o controle de áreas coloniais capazes de absorver parte da produção e, ao mesmo tempo, fornecer matérias-primas. Com isso em vista, a dominação e a exploração do continente africano foram perpetradas pelas principais nações europeias.

A França, por exemplo, dominou e colonizou a Argélia em 1830. Em 1876, Leopoldo II da Bélgica organizou, em Bruxelas, um congresso de delegados das sociedades científicas de toda a Europa, no qual seriam discutidas ações filantrópicas e científicas para ajudar a África.

O congresso foi, na verdade, uma articulação política: no encerramento, Leopoldo II propôs a criação de um comitê que prosseguisse com o trabalho da conferência e se dispôs a ser o presidente. Foi criada, então, a Associação Internacional Africana e, depois, o Comitê de Estudos do Alto Congo para iniciar a exploração e a conquista do Congo africano. Um dos principais contribuintes era o próprio rei Leopoldo II, que posteriormente arrogou-se proprietário particular do Congo.

A partilha da África no século XIX



Os demais países europeus lançaram-se em uma acirrada disputa imperialista que culminou com a Conferência de Berlim (1885), quando o continente africano foi literalmente dividido entre as nações imperialistas europeias. O governo francês já vinha estabelecendo entrepostos dedicados ao comércio de escravos em regiões como o Senegal, mas só fundou verdadeiras colônias no século XIX, com a invasão da Argélia (1830) e o estabelecimento de protetorados na Tunísia (1881) e no Marrocos (1912). No interior do continente, fundou o Sudão francês (1880), atual Mali, além de ocupar vastas áreas da África Ocidental e Central, que correspondem aos atuais Camarões, Togo, Senegal e Congo, entre outras.

O Império Britânico alimentava o sonho de construir um território contínuo que cortasse a África de norte a sul, o que afinal ocorreu na Conferência de Berlim (1885), criando um verdadeiro corredor inglês na África, entre o Cairo (atual Egito) e a colônia do Cabo (atual África do Sul), território ocupado pelos bôeres, designação dos colonos de origem holandesa que habitavam o extremo sul da África.

Apesar de o Império Britânico dominar o Cabo desde 1814, isso não significava o controle completo do extremo sul da África, o que só ocorreu com a Guerra dos Bôeres, estimulada pela descoberta de diamantes em áreas ocupadas por esses colonos, como Transvaal, Orange e Natal.

Os holandeses venceram um primeiro conflito (1880-1881), mas as tropas inglesas os derrotaram entre 1889 e 1902 e anexaram as regiões bôeres à colônia do Cabo. Dessa forma, surgiu uma nova colônia sob domínio inglês, a União Sul-Africana, em 1910, com elevado grau de autonomia.

Alemanha e Itália, excluídas da partilha territorial em função de seu processo de unificação interna, também precisavam de mercados para sua crescente produção industrial.

O acirramento das disputas territoriais, sobretudo a partir de 1870, resultou na organização da Conferência de Berlim (1885), quando buscou-se equilibrar a distribuição do território africano entre as nações industrializadas. Apesar de contemplar algumas demandas alemãs, o evento não foi suficiente para conter as tensões políticas que estavam surgindo.

Participaram da Conferência de Berlim, organizada por Bismarck, todas as grandes nações industrializadas da Europa, como Portugal e Espanha, que detinham territórios na África. Participaram também os Estados Unidos – na condição de potência emergente – e o Império Otomano, com inúmeros interesses no norte do continente africano.

O congresso manteve as antigas colônias ibéricas e ratificou os domínios territoriais da Inglaterra, da França e de outros países. Também atendeu aos interesses da Alemanha, que não possuía territórios na África, mas passou a controlar o sudoeste (atual Namíbia) e Tanganica.

A partilha da África, consumada pela conferência, incidiu sobre territórios há séculos ocupados por populações africanas, sem respeitar as relações históricas ou étnicas dos envolvidos, criando Estados artificiais até hoje responsáveis por boa parte dos conflitos desse continente.

A conferência solucionou apenas parcialmente o problema da divisão territorial e não cessou a corrida imperialista, como a questão do Marrocos bem o demonstrou. O imperador alemão Guilherme II, em visita à cidade de Tânger (1905), defendeu a independência do Marrocos do domínio francês, gerando a Primeira Crise do Marrocos, solucionada na Conferência de Algeciras (1906), que estabeleceu o controle de seis portos pelo sultão do Marrocos, sob inspeção francesa. A Segunda Crise do Marrocos (1911) foi desencadeada pelo deslocamento do navio de guerra alemão Panther para o Porto de Agadir. O conflito só foi superado pelo Tratado de Fez, que cedeu o território do Médio Congo (atual Camarões) à Alemanha em troca do reconhecimento da soberania francesa no Marrocos.

O extraordinário desenvolvimento industrial e a agressiva política externa da Alemanha colocavam em risco os interesses da Inglaterra e da França. Em poucas décadas, os germânicos conseguiram aumentar sua produção de aço e carvão, avançando sobre mercados franco-britânicos. Rival da Inglaterra desde os tempos medievais, a França fora derrotada pela Prússia na Guerra Franco-Prussiana.

A aproximação entre França e Inglaterra contra um inimigo comum – a Alemanha – e o estabelecimento de alianças entre os estados europeus, na chamada Política de Alianças, instituíram novas composições

de forças com a formação da Tríplice Entente e da Tríplice Aliança. Disputas imperialistas na África geraram diversos conflitos diplomáticos entre as metrópoles envolvidas, constituindo-se um dos principais fatores que levaram à eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914).

IMPERIALISMO EUROPEU NA ÁSIA

Assim como a África, exceto por algumas ilhas e regiões costeiras, a maior parte da Ásia mantivera-se isolada dos europeus até o século XIX. Somente alguns portos estavam abertos aos comerciantes ocidentais, que ali recebiam produtos orientais para vendê-los no Ocidente.

O interior do continente asiático permaneceu alheio às influências ocidentais. Essa situação modificou-se radicalmente no transcorrer do século XIX, no contexto da expansão imperialista. Interessados no imenso mercado asiático, países ocidentais passaram do simples comércio portuário para a política de zonas de influência, promovendo uma verdadeira partilha.

A Rússia era a principal interessada na expansão territorial pela Ásia, pois a maior parte de seu território localiza-se nesse continente. Os russos chocaram-se com os ingleses na Ásia Central e com o Japão na Manchúria, depois da construção da estrada de ferro de Moscou a Vladivostok, na China. Mesmo assim, a industrialização que se seguiu na Rússia não foi generalizada, ou seja, o país ainda permaneceu longe de atingir o nível industrial de outras nações no mesmo período.

A influência britânica na Ásia tornou-se cada vez maior, sobretudo após a vitória inglesa na Guerra dos Sete Anos (1763). Após o conflito, que determinou a supremacia britânica na região, uma companhia inglesa foi encarregada da exploração comercial. Por meio de acordos comerciais, alianças e intervenções militares nos remanescentes estados indianos, a Inglaterra estabeleceu o controle econômico e, posteriormente, político sobre esse território, pois a bem-sucedida repressão inglesa na Revolta dos Cipayos (nativos que serviam nos exércitos coloniais) em 1858 fez com que Índia, Paquistão, Bangladesh e Sri Lanka fossem integrados ao Império Britânico no século XIX; e Birmânia, Afeganistão e Tibete no início do século XX. A dominação inglesa levou a economia local (quase sempre doméstica e de subsistência) à destruição. A fome assolou a numerosa população do país. Entre 1827 e 1850, morreram 5 milhões de pessoas vítimas da fome; e entre 1875 e 1900, 26 milhões.

Na China, onde o ópio há muito era utilizado como medicamento, a penetração britânica foi facilitada pela disseminação da droga pelos ingleses. A reação chinesa foi o estopim do processo que levou à Guerra do Ópio (1841-1842), que abriu aos produtos ingleses os portos de Xangai e Nanquin, além de tornar Hong Kong um protetorado inglês.

A reação contra a dominação estrangeira partiu de uma organização xenófoba, a Sociedade dos Boxers, que promovia atentados contra estrangeiros residentes na China. Os países europeus organizaram uma expedição conjunta para punir o movimento e o governo chinês que o apoiava. Dessa ação originou-se a Guerra dos Boxers (1900-1901), que completou a dominação da China pelas potências ocidentais.

EUROPA PRÉ-GUERRA

Entre o fim do século XIX e o início do século XX, a Inglaterra detinha o posto de maior potência industrial do Ocidente, seguida pela França. Sua hegemonia naval parecia incontestável. Apesar disso, a partir de 1870, novos países passaram a disputar espaço no contexto mundial, até então dominado por Inglaterra e França. Entre esses países destacou-se a Alemanha, unificada sob a liderança de Otto von Bismarck.

As três últimas décadas do século XIX foram marcadas por um tenso equilíbrio geopolítico na Europa e por severas disputas nas colônias. Foi a época áurea dos choques imperialistas. Como o desenvolvimento do capitalismo deu-se de maneira desigual, era inevitável que uma nação se atrasasse em relação a outra. Como forma de recuperar o tempo perdido, cada país garantiu seu mercado interno para a própria burguesia com fortes políticas protecionistas, como a criação de altas barreiras alfandegárias. Nesse processo destacaram-se seis potências industriais emergentes: Alemanha, Áustria, Itália, Rússia, Estados Unidos e Japão.

A Alemanha foi a mais agressiva das potências emergentes e nesse país a luta econômica assumiu uma forma belicosa: uma guerra econômica. Enquanto protegia seu mercado interno com pesada barreira protecionista, procurava abrir o mercado alheio com armas poderosas, como o *dumping* (concorrência desleal).

A Inglaterra teve sua hegemonia contestada pelo crescente poderio alemão e passou a reagir frente à agressiva política imperialista germânica, sobretudo quando a marinha alemã passou a rivalizar com a britânica. Essa polarização tornou ainda mais tensas as relações internacionais entre Alemanha e Inglaterra.

Ultracionalismos

As paixões nacionalistas se fortaleceram no mesmo processo do avanço imperialista, resultado de uma guerra econômica entre as nações industriais, que passaram a se proteger com a ideologia nacionalista. Desenvolveu-se o chauvinismo (nacionalismo exagerado) e a xenofobia (aversão por estrangeiros), expressões ideológicas de um problema econômico: a proteção do mercado interno.

O período entre 1870 e 1914, portanto, foi marcado pelo ódio mútuo entre as potências europeias.

As tensões políticas, econômicas e diplomáticas somavam-se às corridas armamentista e imperialista entre as nações industrializadas. A disputa entre

os europeus por territórios na África e na Ásia para conquistar mais mercados consumidores tornou-se um forte elemento de rivalidade entre os países envolvidos. O imperialismo tinha, ainda, reflexos dentro do próprio continente europeu, no qual se disputavam áreas de influência. Some-se isso à política de alianças e às questões nacionalistas que agitavam a Europa no início do século XX, resumidas em três movimentos: pangermanismo, revanchismo francês e pan-eslavismo.

O pangermanismo, fortalecido após a unificação da Alemanha em 1870, defendia a união de todos os povos alemães sob o mesmo Estado, a Grande Alemanha, incluindo as minorias da Europa Central, do Leste Europeu, do norte da Itália e das regiões bálticas. O ressentimento pela partilha imperialista da África e da Ásia, considerada injusta pela Alemanha, estimulava o nacionalismo germânico.

O revanchismo francês foi gerado após a derrota da França para a Prússia em 1870, guerra que marcou a unificação da Alemanha. Os franceses não perdoavam a conquista de Paris pelas tropas alemãs nem a humilhação sofrida em Versalhes, quando os alemães comemoraram com um baile e sagraram seu imperador no símbolo maior da monarquia francesa. Em especial, não perdoavam a perda dos territórios da Alsácia-Lorena para os alemães.

O pan-eslavismo, como o próprio nome sugere, referia-se ao desejo de unificação dos povos eslavos. Inicialmente, vinculava-se ao sentimento nacional entre povos eslavos submetidos às potências estrangeiras. Com o tempo, passou a ser associado apenas à Rússia e considerado a ideologia da corte czarista para atingir objetivos estratégicos, como conquistar uma saída para o Mar Mediterrâneo. Na época da guerra, o pan-eslavismo traduzia-se claramente em uma ideologia antigermânica e antiotomana, pois várias nações eslavas localizadas na Península Balcânica estavam sob o domínio da Áustria, nação germânica, ou do Império Turco-Otomano.

Paz armada

Na Europa, a corrida imperialista e os choques dela resultantes envolveu as grandes potências industrializadas: Inglaterra, Alemanha, França, Itália, Estados Unidos, Rússia, Japão e Bélgica. Os antagonismos imperialistas poderiam ser representados pelo conceito de paz armada: uma aparência pacífica e civilizada da Europa da *belle époque*, cobrindo a veloz corrida armamentista. Paralelamente à grande expansão econômica, expandiam-se também os arsenais e efetivos militares dos países industrializados. Fuzis, canhões, metralhadoras, encouraçados, torpedeiros e, depois, submarinos e aviões revelaram-se um excelente negócio e compunham o estoque disponível para o momento de perigo.

Graças aos esforços da corrida armamentista, houve nesse período uma militarização da economia, com a aplicação de enormes volumes financeiros para fins bélicos, o que enfraqueceu as finanças do Estado. Em compensação, o poder do Estado aumentava proporcionalmente ao seu orçamento militar, embora esse investimento também estivesse relacionado ao risco cada vez maior de guerras. O processo de industrialização desempenhou um papel crucial no desenvolvimento da guerra, pois tornou possível a organização e a provisão de equipamentos e suprimentos para um número até então inconcebível de tropas. Em duas ocasiões (em 1889 e 1907), as conferências em Haia foram tentativas diplomáticas de frear a corrida armamentista e condenar o expansionismo territorial. Tentativas inúteis, pois a ameaça de guerra não diminuiu.

Sistema de alianças

Em 1882, foi assinado o Tratado da Tríplice Aliança, reunindo Alemanha, Áustria-Hungria e Itália, sob a liderança da Alemanha.

Em 1907, formou-se a Tríplice Entente, com a aliança de França, Inglaterra e Rússia. As rivalidades imperialistas, antes polarizadas entre Inglaterra e Alemanha, agora envolviam toda a Europa. Com os sistemas de alianças e contra-alianças militares, qualquer conflito teria imediata expansão, pois os pactos mútuos mobilizariam todos em caso de guerra.

ATENTADO DE SARAJEVO: A CAUSA IMEDIATA DA GUERRA

Em junho de 1914, o arquiduque Francisco Ferdinando, herdeiro do trono austríaco, foi assassinado em Sarajevo, capital da Bósnia, por um estudante sérvio chamado Gavrilo Princip. Embora o marco inicial da deflagração da guerra tenha sido o assassinato do arquiduque Ferdinando, da Áustria, essa não foi a principal causa da guerra. Uma complexa interação de fatores sociais, políticos e econômicos que se desenrolavam desde a década de 1870 estava por trás do conflito.

O crime não foi um ato isolado, pois com o estudante sérvio havia toda uma organização antiaustríaca. Gavrilo era membro de uma organização nacionalista sérvia denominada Mão Negra, sociedade secreta dedicada a libertar os territórios eslavos do domínio austríaco.

A descoberta dessa conexão proporcionou ao governo austríaco a motivação e a legitimação necessárias para a declaração de guerra contra a Sérvia. Apesar dos apelos diplomáticos de várias nações, os austríacos atacaram a Sérvia em 29 de julho de 1914. Era o início da Primeira Guerra Mundial.

ETAPAS DA GUERRA

No início do conflito havia, em ambos os lados, a expectativa de vitória rápida e ampla. Os Estados

européus vinham se preparando para a guerra havia vinte anos, mas quando o conflito irrompeu ficou claro que as nações e os líderes militares envolvidos tinham pouca ideia das consequências de um conflito dessa dimensão.

Europa - divisão política em 1914 e Primeira Guerra Mundial



Primeira fase: guerra de movimentos

A guerra teve início, de fato, quando a Áustria atacou a Sérvia. A Rússia começou a movimentar suas tropas em 30 de julho, levando a Alemanha à declaração de guerra em 1º de agosto e à ocupação de Luxemburgo no dia seguinte. Os alemães fizeram, então, um ultimato à Bélgica exigindo livre passagem para suas tropas com o objetivo de invadir a França, segundo as prerrogativas do Plano Schlieffen, que previa também a invasão da Rússia. A recusa belga acarretou a invasão do país em 3 de agosto, o que, por sua vez, motivou a Inglaterra a declarar guerra à Alemanha em 4 de agosto. Iniciava-se assim a primeira fase da guerra, chamada guerra de movimentos, marcada por rápidos movimentos de tropas que procuravam ocupar a maior parte possível do território inimigo.

Inicialmente, o plano alemão foi bem-sucedido. Na Batalha das Fronteiras, em agosto de 1914, a Alemanha ocupou a Bélgica e quebrou a resistência da França, invadindo seu território. Os exércitos alemães avançavam rapidamente em direção a Paris, mas precisaram se dividir para responder à invasão russa na Prússia Oriental. Essa divisão foi fundamental para a interrupção do

avanço alemão na Batalha do Marne, em setembro de 1914. Enquanto isso, as tropas austríacas combatiam os sérvios, sem conseguir uma vitória decisiva.



A metralhadora foi uma das tecnologias utilizadas na Primeira Guerra Mundial.

Mesmo sem vitória, a reação francesa, em setembro de 1914, ao menos impediu um maior avanço alemão. A metade sul da frente ocidental ficou estática e o combate seguiu em direção ao norte da França. A última grande batalha dessa fase inicial da guerra aconteceu em Ypres, onde o exército alemão fez uma tentativa de romper as tropas aliadas. Com o fracasso da ofensiva, os exércitos alemães adotaram a tática de guerra de posição. As tropas francesas e britânicas, embora vitoriosas, ficaram extremamente debilitadas e adotaram a mesma tática. A nova configuração mostrava o equilíbrio entre os adversários, que se estabeleceram frente a frente ao longo de uma trincheira contínua de cerca de 780 km, da Suíça ao Mar do Norte. Iniciava-se a guerra de trincheiras no fronte ocidental.

Durante a primeira etapa da guerra, alguns países ainda faziam acordos políticos, mas a política de alianças encontrava-se praticamente consolidada com a formação de dois blocos inimigos: a Tríplice Aliança, composta por Alemanha, Áustria-Hungria, Turquia e Bulgária; e a Tríplice Entente, formada por França, Bélgica, Rússia e Grã-Bretanha. A oposição entre esses blocos determinou a configuração da segunda fase da guerra.

Segunda fase: guerra de trincheiras

A guerra de trincheiras, que se arrastou de 1914 a 1917, foi marcada pelo imobilismo dos exércitos e pelo uso de artilharia, em especial metralhadoras. O emprego de armas químicas, generalizado a partir de 1915, tornou as condições de vida nas trincheiras ainda mais precárias. Essas galerias escavadas se estendiam por milhares de quilômetros e contavam com apoio logístico, que incluía abastecimento de alimentos, homens e armas, estando associadas a outras estruturas defensivas: os abrigos subterrâneos. Os exércitos ocupavam trincheiras frente a frente, separadas por uma faixa de terra que muitas vezes se resumia a algumas dezenas de metros. Era a "terra de ninguém", pontilhada de obstáculos e de arame farpado, tornando praticamente impossível qualquer deslocamento da infantaria.



Trincheira do exército britânico. As condições de vida nesses lugares eram precárias.

Embora membro da Tríplice Aliança, a Itália permaneceu neutra no início da guerra. Sob a promessa, por parte da Inglaterra e da França, de que guerreando ao lado da Entente poderia participar da nova partilha colonial e garantir controle sobre parte do litoral balcânico, a Itália aliou-se à Entente, dando origem à nova frente de guerra: a do Mediterrâneo.

No fronte oriental, a atrasada Rússia czarista estava amargando uma severa derrota para as bem equipadas forças militares da Alemanha. Isso levou a fortes oposicionismos contra o czar, e o povo exigia a retirada do país da guerra. A situação interna do Império Czarista se deteriorou, favorecendo o crescimento da oposição menchevique e principalmente dos bolcheviques.

No mar, as marinhas inglesa e alemã lançaram-se à guerra de bloqueio mútuo. A Inglaterra impediu o envio de abastecimento à Alemanha, que respondeu com o bloqueio submarino, inaugurando a guerra submarina sem trégua que ameaçou inclusive países neutros. Estes, tendo sua neutralidade violada por ataques submarinos alemães, tomaram posição: foi o caso dos Estados Unidos, que, em abril de 1917, responderam à Alemanha engajando-se aos Aliados.

Ofensivas de 1918

Com a vitória na Rússia, os bolcheviques atenderam aos anseios populares e retiraram o país da guerra ainda em 1917, pelo Tratado Brest-Litovsk. Isso aliviou o fronte oriental alemão. A entrada dos Estados Unidos, no entanto, veio compensar a saída da Rússia e favoreceu a Entente. Tentando ganhar tempo, os alemães lançaram-se em uma forte ofensiva contra a França, comandados por Ludendorff, mas foram contidos na Segunda Batalha do Marne pelo general Foch, então chefe do comando único francês. Essa derrota favoreceu o desmantelamento das forças reunidas em torno dos alemães.

A superioridade bélica da Entente, sobretudo após a entrada dos Estados Unidos, fez o bloqueio alemão decompor-se. A Bulgária e a Turquia, aliadas da Alemanha,

aceitaram a paz diante do avanço britânico. O Império Austro-Húngaro se desarticulou em decorrência dos movimentos nacionais. A Itália, ainda não recuperada do desastre na Batalha de Caporetto, tentou uma nova ofensiva em Vitório-Vêneto, dessa vez auxiliada pelos Aliados contra o já decomposto Império Austro-Húngaro. Sucessivas propostas de paz foram rejeitadas por ambos os lados.

Em 1918, sozinha e isolada no conflito, a Alemanha sofreu uma revolução republicana social-democrata, que precipitou a fuga do *kaiser* Guilherme II. Foi proclamada a República de Weimar. Em novembro de 1918, o governo provisório, chefiado pelo general Hindenburg, aceitou o armistício com base na proposta do programa dos 14 pontos, proposto pelo presidente Woodrow Wilson, dos Estados Unidos.

Os 14 pontos de W. Wilson propunham:

- 1) abolição da diplomacia secreta;
- 2) liberdade dos mares à navegação internacional;
- 3) redução das tarifas protecionistas;
- 4) desarmamento;
- 5) redivisão das colônias de forma mais equitativa;
- 6) evacuação alemã do território russo;
- 7) evacuação alemã da Bélgica;
- 8) retorno da Alsácia-Lorena para a França;
- 9) redefinição das fronteiras italianas;
- 10) divisão do Império Austro-Húngaro;
- 11) restauração da Sérvia, da Romênia e de Montenegro;
- 12) divisão do Império Turco;
- 13) restauração da Polônia, com uma saída para o mar;
- 14) criação de uma sociedade internacional de nações.

TRATADOS DE PAZ

Com o fim da guerra, as nações envolvidas nas disputas assinaram importantes tratados de paz, que redefiniram o contexto geopolítico europeu entre 1919 e 1930. As nações vencedoras adotaram o princípio da “paz dos vencedores”, que previa severas retaliações aos países vencidos. Os descontentamentos e revanchismos surgidos das arbitrariedades dos tratados de paz, principalmente em relação ao Tratado de Versalhes, são consequências da Primeira Guerra que permaneceram e fazem parte do contexto histórico da Segunda Guerra Mundial.

Em 1919, o Tratado de Saint-Germain foi imposto à Áustria. Restringida à sua população de língua alemã, a Áustria teve seu território muito reduzido com a separação da Hungria e com a cessão de terras para a Tchecoslováquia, e a Iugoslávia, o Trieste e o Trento (Itália irredenta) para a Itália.

Ainda em 1919, a Bulgária assinou o Tratado de Neuilly, perdendo grande parte dos territórios para Grécia, Iugoslávia e Romênia. Com a Hungria, assinou o Tratado de Trianon (1920); e, com a Turquia, o Tratado de Sèvres (1920).

Costuma-se afirmar que o término da Primeira Guerra Mundial marcou o início da Segunda. Essa frase é compreensível ao se analisar as imposições feitas à Alemanha pelo Tratado de Versalhes.

Em janeiro de 1919, os representantes das nações vitoriosas reuniram-se em Paris para debater os problemas das nações derrotadas. Na realidade, apenas três países discutiram os pontos essenciais: França, representada por Clemenceau; Inglaterra, por Lloyd George; e Estados Unidos, por seu presidente Woodrow Wilson, que, um ano antes, formalizara os 14 pontos que serviriam de base às negociações.

Tratado de Versalhes

Em 28 de junho de 1919, firmou-se o Tratado de Versalhes, ou, no dizer dos alemães, o Ditado de Versalhes (*diktat*), pelo fato de não terem participado das negociações, pois foram considerados derrotados e responsáveis pela guerra, sendo obrigados a cumprir as exigências políticas, econômicas e militares impostas pelas nações vitoriosas.

As imposições do Tratado de Versalhes foram vistas pela Alemanha como excessivas e injustas. Mais impactante que as repreensões militares e políticas, a indenização cobrada da Alemanha causou revolta e fez nascer um sentimento de revanchismo entre a população alemã. O alto valor pago pelo país comprometeu severamente sua economia e o afundou em uma crise econômica que perdurou por toda a década de 1920, na qual a inflação, o desemprego e a desvalorização da moeda (marco) atingiam níveis altíssimos.

Dividido em 5 capítulos e 400 artigos, o Tratado de Versalhes pode ser sintetizado da seguinte forma:

1. Cláusula do Pacto da Sociedade das Nações:

- proposta por W. Wilson, criava a Liga ou Sociedade das Nações como fórum das questões internacionais do pós-guerra.

2. Cláusulas de segurança (exigidas pela França):

- desarmamento da Alemanha, com a supressão da marinha de guerra, da aviação militar e da artilharia pesada;
- desmilitarização total da margem esquerda do Rio Reno;
- fiscalização militar sobre a Alemanha, por comissão interaliada;
- extinção do serviço militar obrigatório.

3. Cláusulas territoriais:

- devolução da Alsácia-Lorena à França;
- devolução de terras à Bélgica e à Dinamarca;
- cessão dos Sudetos à recém-criada Tchecoslováquia;
- cessão de terras à Polônia, com o Corredor Polonês (saída para o mar);
- perda das colônias negociadas com a França e a Inglaterra antes da guerra;
- reconhecimento do Porto de Dantzig como cidade livre.

4. Cláusulas econômicas:

- pagamento de dívida de guerra aos membros da Entente por 30 anos;
- cessão à França do direito de explorar as minas de carvão no Sarre;
- privilégios alfandegários às nações vencedoras.

5. Cláusulas diversas:

- reconhecimento alemão da independência da Polônia e da Tchecoslováquia;
- proibição de anexar a Áustria à Alemanha;
- estabelecimento de normas em relação ao uso bélico de gases venenosos e sobre crimes de guerra.

Após o Tratado de Versalhes, a Europa ficou dividida da seguinte maneira:

Europa - divisão política após a Primeira Guerra Mundial (1921)



Os tratados de paz assinados com o término da guerra, como o Tratado de Saint-Germain, contribuíram decisivamente para a nova configuração do território europeu.

Base cartográfica: IBGE.

LIGA DAS NAÇÕES

A Liga das Nações, formada em 1919, tinha por objetivos básicos prevenir conflitos futuros por meio da paz por arbitramento, estimular a cooperação internacional, zelar pela segurança mundial e promover o desarmamento mundial.

A sede da Liga organizou-se em Genebra, onde foram instituídos uma Secretaria Geral permanente, uma Assembleia Geral e um Conselho Executivo. A Assembleia era composta por representantes dos países-membros que se reuniam uma vez ao ano.

Por sua vez, o Conselho era o principal órgão político e tinha poder decisório. Ele era composto por membros permanentes de França, Itália, Japão, Grã-Bretanha e, posteriormente, Alemanha e União Soviética. Os membros não permanentes do Conselho eram escolhidos pela Assembleia Geral.

As bases da Liga eram demasiadamente frágeis. Nem mesmo os Estados Unidos, que propuseram a criação, quiseram integrá-la como país-membro, alegando a neutralidade em relação à política europeia.

A Liga não tinha forças armadas próprias, de forma que seu poder reduzia-se à determinação de sanções econômicas e militares. Nesse sentido, sua atuação foi bem-sucedida em questões relativas aos Balcãs e na América Latina, bem como na assistência econômica e atenção a refugiados. No entanto, em questões que necessitavam de apoio militar, como a invasão do Japão à Manchúria e o ataque russo à Finlândia, a Liga das Nações mostrou-se impotente.

Sua ineficiência também ficou evidente no que se refere à ascensão dos nacionalismos exacerbados na Europa, tendo em vista que os regimes nacionalistas remilitarizariam o continente no período entreguerras. Assim, a Liga fracassou, não conseguindo impedir o desencadeamento da Segunda Guerra Mundial, em 1939.

No pós-Segunda Guerra, em 1946, a Liga das Nações se autodissolveu e transferiu as responsabilidades à ONU, fundada em 1945.

ROTEIRO DE AULA

IMPERIALISMO OU NEOCOLONIALISMO

Razões

Expansão do capitalismo e busca de novos mercados. Alocação de capitais e dominação de áreas economicamente menos desenvolvidas.

Partilha da África

A Conferência de Berlim, liderada por Leopoldo da Bélgica, dividiu o continente entre as potências europeias.

Partilha da Ásia

A Ásia passou séculos afastada da Europa, geográfica e comercialmente. Após a Guerra dos Boxers, foi ampliado o controle ocidental na região. A Inglaterra foi o país que mais ampliou seus domínios na região no período imperialista, com colônias na Índia e ampliação da influência na China.

ROTEIRO DE AULA

PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

Correntes políticas e estratégicas do pré-guerra:

• Ultracionalismo.

• Política de alianças.

Etapas da guerra:

• Movimento de tropas.

• Expectativa inicial de vitória rápida, com movimentos de tropas buscando ocupar a maior parte possível do território inimigo.

• Guerra de trincheiras.

• Imobilismo dos exércitos, grande uso de artilharia, armas químicas e inovações bélicas, como aviões, blindados e metralhadoras.

Ofensivas de 1918:

• Saída da Rússia em 1917 e entrada dos Estados Unidos em 1918.

Tratado de Versalhes:

• Imposições excessivas e pesada indenização comprometeram a economia alemã, gerando as condições necessárias para a crise e, futuramente, a ascensão do nazismo.

• Criação da Liga das Nações, órgão internacional responsável pela manutenção da paz e cooperação internacional.

EXERCÍCIOS DE APLICAÇÃO

1. UCS-RS – Sobre o imperialismo ocorrido durante os séculos XIX e XX, é correto afirmar que uma de suas principais características foi:

- a) ser um fenômeno essencialmente econômico que em nada afetou o cotidiano dos povos subjugados.
- b) ficar restrito ao continente africano, a partir do advento conhecido como “Partilha da África”.
- c) representar um acordo entre as potências capitalistas, visando dividir, de forma pacífica e ordeira, os mercados mundiais.
- d) permitir a expansão econômica e política em escala mundial das economias capitalistas, assegurando o controle de vastos mercados consumidores.
- e) ser um empreendimento europeu e cristão, procurando levar o processo civilizatório para os povos da África e da América.

A resposta da questão é uma definição clássica do imperialismo, um processo de expansão econômica dos primeiros países que desenvolveram grandes parques industriais e que foram, nesse contexto, os primeiros grandes capitalistas do mundo e difusores de um crescente processo de globalização. Disso decorreu a divisão internacional do trabalho, que relegou os países mais pobres a serem exportadores de matéria-prima bruta enquanto outros, mais ricos, ficavam responsáveis pela produção industrial.

2. UNESP

“A África só começou a ser ocupada pelas potências europeias exatamente quando a América se tornou independente, quando o antigo sistema colonial ruiu, dando lugar a outras formas de enriquecimento e desenvolvimento das economias mais dinâmicas, que se industrializavam e ampliavam seus mercados consumidores. Nesse momento foi criado um novo tipo de colonialismo, implantado na África a partir do final do século XIX [...]”

MELLO E SOUZA, Marina de. *África e Brasil africano*, 2007.

O “novo tipo de colonialismo”, mencionado no texto, tem, entre suas características:

- a) a busca de fontes de energia e de matérias-primas pelas potências europeias, associada à realização de expedições científicas de exploração do continente africano.
- b) a tentativa das potências europeias de reduzir a hegemonia norte-americana no comércio internacional e retomar a posição de liderança na economia mundial.
- c) o esforço de criação de um mercado consumidor global, sem hierarquia política ou prevailecimento comercial de um país ou continente sobre os demais.
- d) a aquisição de escravos pelos mercadores africanos, para ampliar a mão de obra disponível nas colônias remanescentes na América e em ilhas do Oceano Pacífico.
- e) o estabelecimento de alianças políticas entre líderes europeus e africanos que favorecessem o avanço militar dos países do Ocidente europeu na Primeira Guerra Mundial.

O novo colonialismo a que o texto se refere, também chamado de neocolonialismo ou imperialismo, foi um grande processo de expansão do poder econômico europeu sobre o mundo, com um movimento paralelo dos Estados Unidos expandindo seu domínio sobre a América. O que a alternativa correta descreve é a divisão internacional do trabalho decorrente do imperialismo.

3. Fuvest-SP – Leia este texto, que se refere à dominação europeia sobre os povos e terras africanas:

“Desde o século XVI, os portugueses e, trezentos anos mais tarde, os franceses, britânicos e alemães souberam usar os povos [africanos] mais fracos contra os mais fortes que desejavam submeter. Aliaram-se àqueles e somaram os seus grandes números aos contingentes, em geral pequenos, de militares europeus.”

COSTA E SILVA, Alberto da. *A África explicada aos meus filhos*. Rio de Janeiro: Agir, 2008. p. 98.

a) Diferencie a presença europeia na África nos dois períodos aos quais o texto se refere.

No século XVI, a presença europeia na África buscava manter a economia mercantilista. No caso das colônias africanas, serviram para o abastecimento do tráfico de escravizados e o acúmulo de metais preciosos. Já no século XIX, em um contexto de avanço do imperialismo, o processo de dominação política tinha como objetivo a exploração de matéria-prima e mão de obra baratas e a expansão do mercado consumidor de bens industrializados.

b) Indique uma decorrência, para o continente africano, dessa política colonial de estimular conflitos internos.

A política europeia de “dividir para dominar” levou diversos territórios a um processo de disputa interna pelo poder entre etnias rivais, cuja existência foi ignorada pelos europeus ao fazer as divisões. A exploração econômica predatória dos europeus, que não desenvolveu estruturas que permitissem aos povos conquistados se desenvolverem de forma independente, também colaborou de forma negativa. Como resultado, muitas guerras civis e desestruturação econômica e política, que perduram até os dias de hoje.

4. Enem

C2-H7

“Três décadas – de 1884 a 1914 – separam o século XIX – que terminou com a corrida dos países europeus para a África e com o surgimento dos movimentos de unificação nacional na Europa – do século XX, que começou com a Primeira Guerra Mundial. É o período do imperialismo, da quietude estagnante na Europa e dos acontecimentos empolgantes na Ásia e na África.”

ARENDDT, H. *As origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

O processo histórico citado contribuiu para a eclosão da Primeira Grande Guerra na medida em que:

- a) difundiu as teorias socialistas.
- b) acirrou as disputas territoriais.**
- c) superou as crises econômicas.
- d) multiplicou os conflitos religiosos.
- e) conteve os sentimentos xenófobos.

O crescimento das disputas de territórios e os sentimentos de nacionalismo entre as regiões foram processos fundamentais para a eclosão da Primeira Guerra Mundial. O assassinato de arquiduque Francisco Ferdinando, príncipe da Áustria-Hungria, é considerado o estopim da guerra e um exemplo das tensões entre as nações.

Competência: Compreender as transformações dos espaços geográficos como produto das relações socioeconômicas e culturais de poder.

Habilidade: Identificar os significados histórico-geográficos das relações de poder entre as nações.

5. Vunesp-SP – A Primeira Guerra Mundial (1914-1918)

resultou de uma alteração da ordem institucional vigente em longo período do século XIX. Entre os motivos desta alteração, destacam-se:

- a) a divisão do mundo em dois blocos ideologicamente antagonísticos e a constituição de países industrializados na América.
- b) a desestabilização da sociedade europeia com a emergência do socialismo e a constituição de governos fascistas nos países europeus.
- c) o domínio econômico dos mercados do continente europeu pela Inglaterra e o cerco da Rússia pelo capitalismo.
- d) a oposição da França à divisão de seu território após as guerras napoleônicas e a aproximação entre a Inglaterra e a Alemanha.

- e) a unificação da Alemanha e os conflitos entre as potências suscitados pela anexação de áreas coloniais na Ásia e na África.**

Todas as alternativas apresentam algum erro, como a constituição de países industrializados na América, o fascismo na Europa, o cerco da Rússia pelo capitalismo e a aproximação entre Inglaterra e Alemanha. Um dos processos que contribuíram para a eclosão da Primeira Guerra Mundial foi a unificação da Alemanha, ainda no fim do século XIX, fortalecendo o sentimento nacional, bem como o imperialismo europeu e a competição por territórios asiáticos e africanos.

6. UFTM-MG – Analise a tabela:

Ano	Valor (milhões de libras)
1880	132
1890	158
1900	205
1910	288
1914	297

HOBBSAWM, Eric. *A era dos impérios (1875-1914)*, 1988.

Sobre o crescimento dos gastos militares, é correto afirmar que:

- a) foi um subproduto das crescentes disputas que envolveram esses países, que buscavam se fortalecer no cenário externo.**
- b) foi motivado pela necessidade de enfrentar os movimentos armados nas colônias da África e Ásia, que começavam a se rebelar.
- c) incentivou a formação de grupos pacifistas, que combatiam os gastos com armas por meio de campanhas junto aos empresários.
- d) deveu-se ao oligopólio da produção de equipamentos militares, cujos preços eram impostos pelas poucas empresas do setor.
- e) resultou da necessidade de os Estados armarem-se para controlar a mobilização dos trabalhadores urbanos e suas greves.

A crescente militarização visualizada na tabela mostra as disputas crescentes dos países europeus, desde o século XIX, com o imperialismo e, no começo do século XX, com a paz armada.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

7. PUC-RJ



HISTORIC IMAGES/ALAMY STOCK PHOTO

A Doutrina Monroe

John J. Johnson, *Latin America in Caricature*. Austin: Un. of Texas Press, 1980. p. 55.

Sobre o significado e os acontecimentos do período histórico representado na charge, é incorreto afirmar:

- que as diretrizes da doutrina retratada na charge foram fixadas pelo presidente dos EUA, James Monroe, em 1823, no contexto da restauração monárquica na Europa e das tentativas da Espanha de recuperar o poder que perdia em suas colônias americanas.
- que a doutrina retratada na charge afirmava que os EUA não permitiriam a recolonização da América recém-independente pelas potências europeias a partir de intervenções do Congresso de Viena.
- que, neste contexto, os EUA defendiam o direito dos povos americanos à autodeterminação nacional, traduzido na frase "A América para os americanos".
- que, com a doutrina retratada na charge, declarou-se que os Estados Unidos não tinham nenhuma pretensão sobre as colônias ou dependências de quaisquer potências europeias.
- que a doutrina retratada na charge foi o ponto mais alto de uma era que celebrou a força, a prosperidade econômica e a consolidação da independência dos Estados Unidos.

8. UERJ (adaptado)



HERGÉ. *Tintim na África*. Rio de Janeiro: Record, 1975. (Adaptado)

Na década de 1930, foi publicada a primeira edição da história em quadrinhos em que o personagem Tintim, um jovem repórter belga, faz uma expedição ao Congo, colônia do seu país na época.

Com base na imagem, nota-se que Tintim simbolizava as práticas de colonização europeia na África, associadas à política de:

- integração étnica.
- ação civilizadora.
- cooperação militar.
- proteção ambiental.

9. **UFRN** – Na Copa do Mundo de Futebol de 2010, realizada na África do Sul, muitos brasileiros ficaram surpresos ao saberem que várias nações do continente africano, como Costa do Marfim, Nigéria, Gana e o próprio país sede do evento, apresentavam influências linguísticas europeias. Isso ficava evidente, por exemplo, nos nomes dos jogadores estampados nas camisetas e nos hinos nacionais, cantados em inglês ou francês. Essas influências da Inglaterra e da França na África são resultantes:

- da expansão do cristianismo, estimulado pelos propósitos das Cruzadas.
- do neocolonialismo do século XIX, no contexto da Segunda Revolução Industrial.
- da globalização, que promoveu o intercâmbio cultural mundial no século XX.
- do tráfico negreiro, que implantou colônias europeias no continente africano.

10. **UNESP** – Com a publicação do livro do economista inglês Hobson, *Imperialismo: um estudo*, em 1902, difundiu-se o significado moderno da expressão "imperialismo", que passou a ser entendido como:

- um esforço despendido pelas economias centrais no sentido de promover as economias periféricas.
- a condição prévia e necessária ao incremento do desenvolvimento industrial nos países capitalistas.
- um acordo entre as potências capitalistas, visando dividir, de forma pacífica, os mercados mundiais.
- a expansão econômica e política em escala mundial das economias capitalistas na fase monopolista.
- o "fardo do homem branco", um empreendimento europeu, procurando expandir a civilização na África.

11. **UFMG** – A expansão neocolonial do final do século XIX pode ser associada à:

- divisão internacional do trabalho entre produtores de matérias-primas e consumidores de produtos industrializados.
- necessidade de expansão da influência da Igreja Católica frente ao aumento dos seguidores da Reforma.
- atração pelo entesouramento permitido pela conquista de regiões com jazidas de metais preciosos.
- busca de novas oportunidades de investimentos lucrativos para o capital excedente nos países industriais.

12. **UFMT** – Entre o final do século XIX e o início do XX, os países capitalistas desenvolvidos conseguiram dominar praticamente todo o mundo. Era o imperialismo.

Analisando suas motivações e características, julgue os itens e escreva nos parênteses (V) se for verdadeiro ou (F) se for falso:

() As causas da expansão imperialista ligaram-se às transformações de estrutura capitalista na Segunda Revolução Industrial e marcaram o início do capitalismo monopolista e financeiro.

() Razões humanitárias e filantrópicas foram usadas para justificar a política imperialista; a Europa assume uma missão “civilizadora”.

() A década de 1870 conheceu uma crise econômica acompanhada de excedentes de capitais, o que, por um lado, impossibilitava o reinvestimento na produção e, por outro, tornava necessário encontrar áreas extraeuropeias para investir.

13. FGV-SP – A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) provocou mudanças importantes no mapa político da Europa. Entre essas, é correto apontar a:

- a) devolução da Alsácia-Lorena, então com a Alemanha, para a França e a concessão de uma saída para o mar para a Polônia, criando o chamado Corredor Polonês.
- b) perda, pela Itália, da região de Trieste para a Jugoslávia, e a cessão, pela França, da região basca para a Espanha.
- c) anexação do norte da Bélgica pela França e o reconhecimento da independência da Grécia.
- d) incorporação de Montenegro ao território grego e a fragmentação do Reino Unido, com a independência do País de Gales.
- e) ampliação do Império Austro-Húngaro, com o ajustamento da Sérvia, e a devolução da Armênia para o Império Turco.

14. PUC-RJ – Em 1914, as tensões políticas entre as principais potências europeias levaram a uma guerra que se tornou, ao longo dos anos seguintes, um dos mais trágicos momentos da história da humanidade. Em relação à Primeira Guerra Mundial, é incorreto afirmar que:

- a) a Grande Guerra foi travada em duas frentes de combate e em ambas a perda de vidas humanas alcançou a dimensão de verdadeiros massacres.
- b) na guerra de 1914-1918, foram utilizadas novas tecnologias de comunicação e transportes, proporcionando um avanço científico acelerado.
- c) por envolver grandes potências coloniais, a Grande Guerra atingiu populações não europeias, o que deu ao conflito uma dimensão mundial.
- d) através de bombardeios aéreos, racionamentos de alimentos e produtos, a guerra envolveu, em grande escala, a população civil dos países em conflito.
- e) a Grande Guerra decorreu da tensão política e ideológica entre americanos e soviéticos na disputa por áreas de influência no continente europeu.

15. UERJ

“O patriotismo é o amor pelos seus; o nacionalismo é o ódio pelos outros.”

Romain Gary (1914-1980), citado por Henri Deleersnijder. *O Globo*, 28 jul. 2014.

A frase do escritor francês Romain Gary ajuda a compreender como reivindicações de autonomia de povos e sociedades variadas acabam por ocasionar disputas territoriais e políticas. Um exemplo dessa situação é a eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), para

a qual contribuiu o seguinte fator:

- a) difusão do domínio soviético.
- b) expansão do ideal pangermânico.
- c) agravamento das crises balcânicas.
- d) crescimento das ações antisemitas.

16. Acafe-SC – Em 2014, completa um século do início da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Este evento provocou profundas transformações políticas, econômicas e militares na Europa. O resplendor da *belle époque* contrastava com o horror da destruição e de milhões de mortes.

Considere o contexto que gerou e deflagrou a Grande Guerra e os anos que se seguiram ao conflito e analise as afirmações a seguir:

- I. As políticas nacionalistas dos países europeus contribuíam para acelerar os antagonismos. O pan-eslavismo foi decisivo no posicionamento russo pró-Sérvia na questão balcânica, que resultou na morte do arquiduque Francisco Ferdinando.
- II. Na fase inicial da guerra, embora se mantendo neutros, os Estados Unidos da América (EUA) forneciam alimentos e armas para os países da Entente.
- III. A guerra de trincheiras teve como palco principal o território alemão. Na Batalha do Marne, a cidade de Berlim chegou a ser sitiada pelas tropas francesas. Chegava ao fim o “mito” da invencibilidade alemã.
- IV. Com a ascensão de um governo socialista, a Rússia alia-se ao Império Austro-Húngaro na formação de frente oriental e com o Exército Vermelho tem decisiva participação nas últimas batalhas da Primeira Guerra.
- V. Nesta guerra, a Alemanha contou com a participação decisiva da Itália ao seu lado, até o fim do conflito (1918). Um fator determinante para a derrota alemã foi a aliança que o Império Turco-Otomano fez com os belgas, obrigando o exército alemão a lutar em duas frentes (ocidental e oriental).

Assinale a alternativa correta:

- a) Todas as afirmações estão corretas.
- b) Apenas as afirmações I e II estão corretas.
- c) Apenas as afirmações IV e V estão corretas.
- d) Apenas a afirmação IV está correta.

17. UFSE – A Liga das Nações (ou Sociedade das Nações), criada em 28 de abril de 1919, pela Conferência de Paz de Versalhes, foi uma espécie de tribunal supranacional cujo objetivo era:

- a) julgar e punir as nações que incentivassem a expansão imperialista com o objetivo de partilhar outras regiões do planeta.
- b) regular a paz mundial através da eliminação dos conflitos políticos entre os territórios anexados após a guerra.
- c) defender o ideal de que os povos submetidos à dominação estrangeira tinham direito de fazer a independência.
- d) arbitrar e regular os conflitos que no futuro surgissem, visando eliminar para sempre o perigo de nova guerra.
- e) aplicar os mecanismos criados pelo Tratado de Versalhes para impor a paz negociada às potências europeias.

ESTUDO PARA O ENEM

18. Enem

C4-H16

Texto I

“A escravidão não é algo que permaneça apesar do sucesso das três revoluções liberais, a Inglesa, a Norte-Americana e a Francesa; ao contrário, ela conhece o seu máximo desenvolvimento em virtude desse sucesso. O que contribui de forma decisiva para o crescimento dessa instituição, que é sinônimo de poder absoluto do homem sobre o homem, é o mundo liberal.”

LOSURDO, D. *Contra-história do liberalismo*. Aparecida: Ideias & Letras, 2006. (Adaptado)

Texto II

“E, sendo uma economia de exploração do homem, o capitalismo tanto comercializou escravos para o Brasil, o Caribe e o sul dos Estados Unidos, nas décadas de 30, 40, 50 e 60 do século XIX, como estabeleceu o comércio de trabalhadores chineses para Cuba e o fluxo de emigrantes europeus para os Estados Unidos e o Canadá. O tráfico negreiro se manteve para o Brasil depois de sua proibição, pela lei de 1831, porque ainda ofereceu respostas ao capitalismo.”

TAVARES, L. H. D. *Comércio proibido de escravos*. São Paulo: Ática, 1988. (Adaptado)

Ambos os textos apontam para uma relação entre escravidão e capitalismo no século XIX. Que relação é essa?

- A imposição da escravidão à América pelo capitalismo.
- A escravidão na América levou à superação do capitalismo.
- A contribuição da escravidão para o desenvolvimento do sistema capitalista.
- A superação do ideário capitalista em razão do regime escravocrata.
- A fusão dos sistemas escravocrata e capitalista, originando um novo sistema.

19. Enem

C2-H7

A primeira metade do século XX foi marcada por conflitos e processos que a inscreveram como um dos mais violentos períodos da história humana. Entre os principais fatores que estiveram na origem dos conflitos ocorridos durante a primeira metade do século XX, estão:

- a crise do colonialismo, a ascensão do nacionalismo e do totalitarismo.
- o enfraquecimento do Império Britânico, a Grande Depressão e a corrida nuclear.
- o declínio britânico, o fracasso da Liga das Nações e a Revolução Cubana.
- a corrida armamentista, o terceiro mundismo e o expansionismo soviético.
- a Revolução Bolchevique, o imperialismo e a unificação da Alemanha.

20. UFPEL-RS

C1-H1

Artigos do Tratado de Versalhes (século XX)

“Art. 45 – A Alemanha cede à França a propriedade absoluta [...], com direito total de exploração, das minas de carvão situadas na bacia do Rio Sarre.

Art. 119 – A Alemanha renuncia, em favor das potências aliadas, a todos os direitos sobre as colônias ultramarinas.

Art. 171 – Estão proibidas na Alemanha a fabricação e a importação de carros blindados, tanques, ou qualquer outro instrumento que sirva a objetivos de guerra.

Art. 232 – A Alemanha se compromete a reparar todos os danos causados à população civil das potências aliadas e a seus bens”.

MARQUES, Adhemar Martins et al. *História contemporânea: textos e documentos*. São Paulo: Contexto, 1999.

De acordo com o texto e com seus conhecimentos, é correto afirmar que o Tratado de Versalhes:

- encerrou a Segunda Guerra Mundial, fazendo com que a Alemanha perdesse as colônias ultramarinas para os países dos Aliados.
- extinguiu a Liga das Nações, propondo a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945, com o objetivo de preservar a paz mundial.
- estimulou a competição econômica e colonial entre os países europeus, culminando na Primeira Guerra Mundial.
- permitiu que as potências aliadas dividissem a Alemanha no fim da Segunda Guerra Mundial em quatro zonas de ocupação: francesa, britânica, americana e soviética.
- impôs duras sanções à Alemanha, no fim da Primeira Guerra Mundial, fazendo ressurgir o nacionalismo e reorganizando as forças políticas do país.

21

REVOLUÇÃO RUSSA E REGIMES TOTALITÁRIOS

- A nação do proletariado
- Antigo Regime na Rússia
- Revolução de 1905
- Partidos políticos
- Revolução burguesa ou menchevista
- Revolução socialista ou bolchevista
- Governo bolchevique
- Governo de Stalin
- O crescimento do totalitarismo na Europa
- Itália entreguerras
- Fascismo italiano
- Nazismo
- Guerra civil e fascismo na Espanha

HABILIDADES

- Analisar a produção da memória pelas sociedades humanas.
- Comparar pontos de vista expressos em diferentes fontes sobre determinado aspecto da cultura.
- Analisar a atuação dos movimentos sociais que contribuíram para mudanças ou rupturas em processos de disputa pelo poder.

ANTIGO REGIME NA RÚSSIA

No fim do século XIX, a Rússia era um país defasado econômica e politicamente se comparado à Europa Ocidental. Sua estrutura política era semelhante ao Antigo Regime e sustentava uma autocracia czarista. Essa situação começou a mudar lenta e progressivamente com o início de uma incipiente revolução industrial na Rússia. Duas novas classes sociais emergiram no país: a burguesia e o operariado. Esse crescimento contribuiu para o agravamento das contradições internas que conduziram à Revolução de 1917.

REVOLUÇÃO DE 1905

Nesse período, estourou a guerra contra o Japão (1904-1905), na qual os russos foram derrotados. A derrota enfraqueceu o czar Nicolau II e contribuiu para o aumento da crise econômica e social interna. Para exigir reformas, em 22 de janeiro de 1905 camadas populares e classes médias uniram-se em uma passeata pacífica em direção ao palácio do czar. A violenta reação do governo resultou no massacre de inúmeros participantes, dando a esse episódio o nome de Domingo Sangrento. A crise interna adquiriu repercussões inesperadas. Greves e revoltas eclodiam em toda a Rússia. Os soviets – conselhos de operários, soldados e camponeses – encabeçaram a luta. Motins ocorreram no Porto de Odessa e parte da Guarda Nacional se rebelou. A burguesia procurou contestar o governo czarista canalizando o movimento para a instalação de um regime constitucional-parlamentar.

Para evitar que a revolução e seus ideais se alastrassem, Nicolau II aceitou a criação da Duma (Assembleia Legislativa), cujo principal objetivo era redigir uma Constituição sob a liderança da burguesia liberal. As divisões internas da Duma refletiam as divisões da própria sociedade russa, gerando fortes enfrentamentos políticos entre seus membros e contribuíram para seu enfraquecimento e sua dissolução pelo czar.



Retrato do czar Nicolau II, da família real Romanov, cerca de 1909. Foi o último czar da Rússia antes da Revolução Russa. De caráter absolutista, o regime czarista era cada vez mais questionado, em especial por movimentos revolucionários que, aos poucos, foram se consolidando.

IAN DAGNALL COMPUTING/ALAMY STOCK PHOTO

PARTIDOS POLÍTICOS

A industrialização, seguida de maior urbanização e formação do operariado, tornou possível a difusão do ideário liberal, absorvido por boa parte da burguesia. O socialismo, por sua vez, tornou-se bandeira de luta das camadas populares, como soldados, camponeses e proletariado.

Organizaram-se, então, dois partidos políticos: o Partido Constitucional-Democrata (ou Kadet), formado pela burguesia e por setores da aristocracia liberal, de tendência reformista; e o Partido Operário Social-Democrata Russo, de caráter revolucionário, que agregou as camadas populares e cujos principais líderes eram Lenin, Trotski, Plekhanov e Martov.

Em 1903, houve a cisão do Partido Social-Democrata, no Congresso de Bruxelas. Formaram-se, assim, duas facções: bolchevique (maioria), favorável ao socialismo revolucionário, propondo a aliança entre operariado e campesinato como base para a ascensão do socialismo e aniquilação radical do capitalismo; e menchevique (minoria), partidária do socialismo evolucionista, propondo uma aliança com a burguesia e a passagem gradual para o socialismo por meio de uma política de reformas progressivas.

Em 1912, os bolcheviques organizaram-se como partido político, sob a liderança de Vladimir Ilich Ulianov, conhecido também por Lenin, jovem advogado de classe média que se tornou o maior articulador político do partido popular.

REVOLUÇÃO BURGUESA OU MENCHEVISTA

A Primeira Guerra Mundial revelou aos russos que eles tinham sérios problemas: exército obsoleto em termos tecnológicos e táticos, com oficiais incompetentes e soldados profissionais engajados ou recrutados do campesinato; somada às deficiências militares, sua economia agrária mostrou-se incapaz de sustentar a guerra, tendo em vista que o desvio de alimentos para a frente de combate gerou escassez e revolta entre as camadas populares, bem como aumentos abusivos dos preços e impostos na tentativa de manter o país em uma guerra que já estava perdida. Os fracassos diante dos alemães, superiores industrial e tecnologicamente, agravaram a crise social, econômica e financeira nacional, acelerando a desagregação do czarismo.

Nesse contexto, ressurgiram os soviets atuando na multiplicação das greves. Os próprios soldados designados para reprimir o movimento acabaram por se unir a eles. Frente a essa complicação política, o czar foi forçado a renunciar em plena guerra. Esse evento ficou conhecido como Revolução de Fevereiro de 1917. Sob a liderança de Kerensky, instalou-se um governo provisório de caráter liberal burguês, logo transformado em República.

O governo menchevista anistiou exilados e presos políticos, proclamou as liberdades civis e propôs eleições (que não se realizaram), mas manteve a decisão de continuar em guerra, principal motivo da insatisfação popular contra o governo.

REVOLUÇÃO SOCIALISTA OU BOLCHEVISTA

A tensão do governo menchevista de Kerensky era gerada pela existência de poderes paralelos (Duma e soviets). A crise interna agravada pela guerra desencadeou uma bolchevização da sociedade russa entre junho e novembro de 1917. Os bolcheviques conquis-

taram a maioria dos soviets. O lema do partido, “Paz, pão e terra”, refletia a vontade popular de retirar a Rússia da guerra, fazer reforma agrária e dirigir a economia para a produção de bens de consumo que atendessem às necessidades dos trabalhadores.

Sem o apoio da aristocracia e das camadas médias e populares, o governo menchevista de Kerensky se isolou. Em setembro, Trotski foi eleito presidente do soviete de Petrogrado, organizou a Guarda Vermelha e planejou a tomada do poder por meio de uma insurreição em Petrogrado. Apoiado pelo cruzador Aurora, pela guarnição de Petrogrado e pela Guarda Vermelha, tomou o Palácio de Inverno, sede do governo de Kerensky. Foi a Revolução de 7 de Novembro de 1917 que deu início ao governo bolchevique.

EVERETT HISTORICAL/SHUTTERSTOCK



Soldados russos declaram apoio à Revolução de Outubro na praça do Palácio de Inverno.

GOVERNO BOLCHEVIQUE

O governo bolchevista tomou medidas de impacto: retirou a Rússia da guerra com a Alemanha por meio do Tratado de Brest-Litovsk; reconheceu a independência da Letônia, Estônia, Lituânia e Finlândia; nacionalizou bancos e grandes empresas estrangeiras; expropriou terras da Igreja, da Coroa e da aristocracia para distribuição aos camponeses por meio dos comitês agrários; e organizou o controle de fábricas por operários.

Guerra Civil Russa

As potências capitalistas da Entente (França e Inglaterra) recusaram-se a aceitar o novo governo por não concordarem com a estatização das propriedades privadas e o não pagamento das dívidas contraídas pelo czar no exterior, além de temerem a propagação das ideias bolchevistas. Em 1918, eclodiu uma violenta guerra civil entre o Exército Branco (inimigos internos do bolchevismo, contando com tropas e auxílio externo) e o Exército Vermelho (bolchevistas). Os brancos foram derrotados em 1921 e o mundo capitalista preocupou-se em isolar o socialismo vigente na Rússia.

Economia

Depois de quatro anos de Primeira Guerra Mundial e outros quatro de guerra civil, a economia russa estava arruinada. Em 1921, a produção industrial estava reduzida a 18% e a produção agrícola a 30% em relação ao montante computado em 1913. A miséria assolou vastas regiões e milhões de cidadãos soviéticos passaram fome, o que gerou uma forte insatisfação do campesinato. Esse quadro caótico levou Lenin a instituir a Nova Política Econômica (NEP), defendendo que o avanço da revolução dependia de um passo atrás para seguir dois à frente. Assim, essa política mesclava princípios da economia de mercado (capitalismo) com economia estatal (socialismo). A NEP reimplantou a contratação do trabalho assalariado, reorganizou o comércio exterior, autorizou a constituição de indústrias privadas, permitiu aos camponeses o comércio dos excedentes de sua produção a preço de mercado e restabeleceu as contas-correntes nos bancos. O setor privado se desenvolveria ao lado do estatal. Essa política, apesar de não romper o cordão sanitário das nações capitalistas, ao menos permitiu a abertura diplomática para a URSS, que passou a ser reconhecida por grande parte das maiores potências.



Emblema da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

GOVERNO DE STALIN

Em janeiro de 1924, a morte de Lenin foi seguida pela luta pelo poder entre Stalin e Trotski: o primeiro, favorável ao socialismo em um só país; e, o segundo, partidário da revolução permanente. Stalin, então secretário-geral do partido, saiu vitorioso em 1928. Trotski exilou-se no México, onde foi posteriormente assassinado. A ascensão de Stalin significou a burocratização do Estado e a instalação de uma implacável ditadura do Partido Comunista de 1936 a 1938 e a eliminação de toda forma de oposição.

A NEP foi suprimida em 1928 e adotaram-se os Planos Quinquenais de planificação econômica e desenvolvimento da indústria pesada. Mesmo enfrentando a resistência dos *kulaks*, iniciou-se a coletivização da agricultura, que representou um grande aumento na produção agrícola. As fazendas eram divididas em dois tipos: *kolkoses* (fazendas estatais) e *sovekoses* (fazendas coletivas). A nova Constituição de 1936 estabeleceu a URSS como integrada por onze repúblicas.

O CRESCIMENTO DO TOTALITARISMO NA EUROPA

O período pós-Primeira Guerra Mundial foi marcado pela ascensão de novas formas de governo. Seguindo a quebra da Bolsa de Valores de 1929, uma terrível crise econômica vivenciada na década de 1930 gerou descrença dos ideais liberais e democráticos em ampla parcela da população de países desenvolvidos, em especial da Alemanha e da Itália. Nesses países, surgiram e tomaram o poder partidos cuja ideologia propunha um novo conceito de Estado: autoritário, unipartidário, militarizado, ufanista e autocrático, perfil conhecido como totalitarismo fascista.

Embora não rompendo com o princípio básico do capitalismo (a propriedade privada dos meios de produção), as sociedades fascistas enxergavam no radicalismo de seus líderes (ditadores) a possibilidade de superar a crise trazida pela guerra e de avançar no desenvolvimento nacional. Os países que vivenciaram governos com esse perfil foram Alemanha, Itália, Espanha, Portugal e Japão, com repercussões e simpatizantes em vários outros, como Brasil, Polônia, Romênia, Iugoslávia, Hungria, Argentina, México e até França, Áustria e Holanda.

Entre as principais ideologias do totalitarismo, destacam-se:

- ultranacionalismo, que coloca a nação como bem supremo, a que os indivíduos devem veneração e sacrifício;
- imperialismo, que visa à dominação política, econômica e cultural de outros países e povos cujas etnias e culturas são consideradas menos desenvolvidas;
- racismo, como filosofia étnica para “purificar” a raça, evitando toda e qualquer “contaminação do sangue”;
- militarismo, como caminho para a construção e manutenção de um povo fisicamente vigoroso e socialmente ordeiro;
- autoritarismo, expresso pela submissão do indivíduo e da coletividade ao Estado, único elemento capaz de catalisar a vontade coletiva, direcionando-a ao bem de todos;
- unipartidarismo, para manter a união nacional;
- idealismo, não condizente com a realidade, mascarando conflitos, interesses e problemas sociais, além de apelar a um passado idealizado como forma de justificar o presente;
- romantismo, ao manipular as emoções das massas, por meio de cultos à pátria, do uso excessivo de emblemas nacionais e da supervalorização das qualidades e manifestações étnicas.

ITÁLIA ENTREGUERRAS

Para compreender a formulação e a implantação do fascismo na Itália, é necessário analisar a crise econômica, social e política no período entre as duas guerras mundiais.

Antes da Primeira Guerra Mundial, o país apresentava desenvolvimento econômico desigual. Para resolver a crise que afetava os grandes capitalistas e a população desempregada, o governo recorreu a empréstimos estrangeiros e ao mecanismo da inflação, acarretando desvalorização da moeda, aumento dos preços e diminuição do poder aquisitivo da população, que já enfrentava o problema do desemprego.

Como resultado dessa situação, a partir de 1920 as greves se proliferaram, lideradas pela Confederação Geral do Trabalho. Ao norte do país, os metalúrgicos ocupavam as fábricas, realizando a experiência socialista de autogestão. Entretanto, fracassavam por falta de organização e de créditos. A situação do campesinato não diferia muito da dos operários ligados à indústria.

Os grupos políticos italianos estavam divididos e enfraquecidos. Incapacitados de realizar as reformas pretendidas, temiam a ameaça de uma revolução popular, dirigida pelas Ligas Vermelhas (organizações operárias) e pelo Partido Comunista Italiano (PCI), fundado em 1921.

FASCISMO ITALIANO

Em 1919, Mussolini fundou o *fasci di combattimento* (fascismo de combate), em Milão, aproveitando-se do grande número de ex-combatentes para difundir uma ideologia radicalmente antiesquerdista. Ultranacionalistas, os fascistas queriam extirpar os comunistas, identificados como internacionalistas e responsáveis pelas agitações internas na Itália, ou seja, aos olhos dos fascistas, os comunistas estavam contra a Itália.

Durante a guerra, o setor industrial presenciou o avanço socialista. Diante do perigo de uma revolução socialista, os industriais e os proprietários rurais deram apoio financeiro aos esquadristas, movimento de força de combate aos grevistas e à esquerda italiana. Aos poucos, amplos setores passaram a apoiar o fascismo, o que culminou na ascensão de Mussolini ao poder, em 1923.

Mussolini foi vinculado ao Partido Socialista até a Primeira Guerra Mundial. Após voltar do exílio para a Itália, fundou o jornal *Popolo d'Italia*, que, a partir de 1918, tornou-se porta-voz dos princípios de um Estado forte, capaz de resolver os problemas sociais e denunciar a partilha injusta dos territórios e das indenizações de guerra.

Governo fascista

Uma vez no poder, Mussolini preparou progressivamente a instalação do regime ditatorial. Com a reforma eleitoral de 1924, o Partido Nacional Fascista, utilizando-se do terror e de mecanismos fraudulentos, conseguiu vitória esmagadora, elegendo dois terços da Câmara dos Deputados. O líder socialista Giacomo Matteotti foi assassinado, com a conivência de Mussolini, por denunciar a fraude e a violência das

eleições. Deputados opositores foram excluídos da Assembleia, sindicatos foram dissolvidos, jornais antifascistas depredados e adversários presos foram exilados ou mortos brutalmente. Em 1925, todo o poder foi centralizado.

No plano econômico, um dos desafios do governo era combater o desemprego. Para tanto, foram construídas grandes obras públicas. O crescimento da produção industrial e agrícola foi significativo, mas o fascismo não se mostrou tão eficaz em melhorar as condições de vida da classe trabalhadora, tampouco garantiu a parcela de lucro das classes dirigentes. A partir de 1929, problemas como desemprego e inflação agravaram-se com a crise, alimentando ainda mais o autoritarismo fascista na Itália. Procurando apoio da Igreja Católica, Mussolini negociou, em 1929, o Tratado de Latrão, pelo qual o governo da Itália concedia uma pequena área autônoma de Roma, constituindo o Estado do Vaticano. Em busca de um império territorial, Mussolini adotou, no plano internacional, uma agressiva política imperialista na África, anexando a Líbia em 1922 e a Etiópia entre 1935 e 1936.

NAZISMO

Alemanha pós-Primeira Guerra Mundial

A Alemanha entrou na Primeira Guerra Mundial pouco depois de unificar seu território politicamente. Os ideais que alimentaram a unificação do país estimularam as ações na Primeira Guerra e mantiveram-se fortes o suficiente para servir de base a um governo autoritário.

Nesse contexto, durante as duas primeiras décadas do século XX delinearam-se no país fortes tendências políticas. A primeira delas, de caráter altamente nacionalista, ligava-se diretamente às necessidades imperialistas de expansão da burguesia alemã. A euforia nacionalista da classe dominante, muitas vezes apoiada pelas classes médias urbanas, conduziu a Alemanha à Primeira Guerra Mundial e aumentou o prestígio do Partido Social-Democrata, que obtinha a adesão crescente do proletariado.

A partir de 1918, quando se configurou definitivamente a derrota alemã na Primeira Guerra, o Partido Social-Democrata organizou o movimento que conduziu à proclamação da República de Weimar e assinou o Tratado de Versalhes com os países vencedores, passando a dominar politicamente a nova república.

Em 1923, a crise econômica atingiu seu ponto máximo. Os franceses ocuparam a região mineradora e industrial do Ruhr como represália pelo atraso nos pagamentos das indenizações estipuladas pelo Tratado de Versalhes. O governo alemão, para impedir a ocupação, incentivou a greve dos trabalhadores, pagando-lhes parte dos salários. Isso só foi possível mediante grande emissão de papel-moeda, o que gerou hiperinflação na Alemanha. Em 1923, 1 dólar chegou a valer 8 bilhões de marcos.

Acirramento da crise interna

Foi nesse ambiente hostil que a Alemanha viu surgir e crescer o radical movimento nacional-socialista. Em 1919, foi criado o Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (Nazional-Sozialistische Deutsche Arbeiter Partei), conhecido como nazista, sob a liderança de Adolf Hitler. Em 9 de novembro de 1923, o Partido Nazista tentou tomar o poder no episódio conhecido como Golpe de Munique. O fracasso levou Hitler a ser condenado a cinco anos de prisão, dos quais cumpriu apenas um. Na cadeia, redigiu sua obra mais conhecida, *Mein Kampf* (Minha luta), que se tornaria a obra máxima da ideologia nazista.

As bases ideológicas do nacional-socialismo remontam à segunda metade do século XIX, na Alemanha pós-unificação, com a criação de uma instituição denominada Liga Pan-Germânica, formada principalmente por grupos médios e profissionais liberais. Tinha por princípios a superioridade racial e cultural dos alemães sobre os outros povos do mundo. Isso justificava o antissemitismo e as ideias de dominação imperialista. Hitler e a Alemanha do entreguerras tornaram-se os estimuladores dessa ideologia.

Entre 1924 e 1929, verificou-se na Alemanha um período de estabilidade aparente devido à recuperação econômica possibilitada pelo investimento de capitais norte-americanos e ingleses, mas não durou muito. Com a Crise de 1929, a derrocada econômica abateu-se com toda a força sobre a Alemanha. A crise fortaleceu o Partido Comunista, com a adesão crescente do proletariado. Por outro lado, a alta burguesia, as classes médias e alguns setores do exército viam no Partido Nazista a solução adequada para suas necessidades e para a contenção do movimento socialista. A extrema-direita ultranacionalista alemã lançou a ideia de que os “judeus apátridas” e os “comunistas agitadores” foram os traidores responsáveis pela derrota alemã na guerra.

Ideologia do Partido Nazista

Os princípios da ideologia nazista justificavam uma política nacionalista com vistas à expansão imperialista e à defesa e ao fortalecimento do capitalismo nacional. Entre as principais medidas do Estado nazista, destacam-se o combate ao liberalismo e ao marxismo; o estabelecimento de um Estado forte, dominado por um único partido; o fortalecimento do espírito nacionalista, que, no caso da Alemanha, identificava-se com a ideia de purificação e superioridade de raça ariana; o combate aos não arianos; o repúdio ao Tratado de Versalhes, responsável pelo agravamento das crises econômicas e pela perda de regiões que abrigavam inclusive populações arianas; e o propósito de reunir os arianos em um só Reich, ampliando o “Espaço Vital” alemão (*lebensraum*) a que eles consideravam ter direito como “raça superior”.

Implantação

O Partido Nazista ficou estagnado até 1928, quando elegeu apenas 13 representantes para o Parlamento. No entanto, a Crise de 1929 foi tão severa para os alemães que tanto a massa miserável e desempre-

gada como grandes capitalistas acabaram assumindo posições de extrema-direita, dando base para a rápida ascensão de Hitler. Fortalecidos pela cisão das esquerdas entre o Partido Social-Democrata e o Partido Comunista, em 1930 os nazistas conseguiram 107 cadeiras; em 1932, contavam com 196 e, em 1933, chegaram a ter 288 cadeiras no Parlamento. Acuado, o presidente Hindenburg nomeou Hitler seu chanceler. Pouco tempo depois todos os partidos, exceto o nazista, foram proibidos. Em 1934, com o falecimento do presidente, Hitler foi aclamado em plebiscito líder único e supremo do povo alemão com o título de *führer* (líder). Era o início do Terceiro Reich.

As organizações paramilitares nazistas e sua polícia secreta (Gestapo) passaram a perseguir e eliminar brutalmente seus inimigos ideológicos judeus e comunistas. Um dos episódios foi o incêndio preparado pelos próprios nazistas ao Parlamento alemão, tendo os comunistas sido responsabilizados pelo crime, servindo de pretexto para sua perseguição e liquidação. Em 1938, aconteceu a Noite dos Cristais, quando grupos nazistas quebraram vitrines de lojas, janelas de edifícios judeus e vitrais de sinagogas.

PICTORIAL PRESS LTD/ALAMY STOCK PHOTO



O antissemitismo atingia extremos, como a criação de campos de concentração e extermínio, como Dachau, Treblinka, Auschwitz, Birkenau e Buchenwald, entre outros. Os campos de concentração, como o representado na fotografia, também serviam para exterminar comunistas, homossexuais, ciganos e deficientes físicos e mentais, considerados imperfeitos pelos padrões estéticos arianos. A fotografia mostra mulheres e crianças no campo de concentração de Bergen-Belsen, em abril de 1945, quando da libertação realizada pelas tropas britânicas.

Organização do Estado nazista

A partir de 1933, estabeleceu-se rígido controle na Alemanha sobre vários setores da sociedade: empresas, sindicatos, jornais, universidades etc. Com as leis de Nuremberg, os judeus foram excluídos da vida nacional: tiveram o direito de voto suprimido e foram retirados dos empregos públicos e das universidades. A população foi submetida a um esquema de intensa doutrinação por meio do Ministério de Propaganda, chefiado por Goebbels, que controlava todos os meios

de comunicação. A propaganda nazista revelou-se revolucionária para a época. Foram utilizados recursos de convencimento publicitário extremamente refinados e inéditos. Goebbels lançou mão de todos os recursos possíveis, como cartazes, produção de filmes e até manuais didáticos escolares em que as crianças eram doutrinadas segundo a ideologia nazista.

A recuperação econômica da Alemanha na década de 1930 teve duas orientações básicas. A primeira visava à luta contra o desemprego por meio da realização de grandes obras públicas de valor estratégico, como estradas e aeroportos. A segunda teve por objetivo o desenvolvimento da indústria pesada, que tornaria a Alemanha mais liberada da dependência estrangeira.

As cláusulas do Tratado de Versalhes foram sistematicamente descumpridas. A indústria bélica alemã voltou a produzir armamentos em grande escala e o exército foi imensamente ampliado. Estabeleceu-se uma verdadeira economia de guerra que acabou com o desemprego em tempo recorde.

Com base na doutrina do Espaço Vital os nazistas justificaram, no plano internacional, a invasão de diversos territórios. Em 1938, anexaram a Áustria e os Sudetos (Tchecoslováquia) e, em 1939, invadiram o corredor polonês, dando início à Segunda Guerra Mundial.

GUERRA CIVIL E FASCISMO NA ESPANHA

Em 1931, os espanhóis acabaram com a monarquia e proclamaram a república. Entre 1931 e 1936, houve um tumultuado crescimento da esquerda espanhola organizado na Frente Popular, que chegou ao poder em 1936. Manuel Azaña foi eleito presidente da república, iniciando uma série de reformas sociais e agrárias e adotando uma política anticlerical.

Setores da burguesia, da Igreja e do exército se mobilizaram contra o novo governo socialista. Em 18 de julho de 1936, iniciou-se uma conspiração no exército, que recebeu o apoio das tropas espanholas no Marrocos lideradas pelo general Francisco Franco. O governo ainda contava com a lealdade da marinha e de parte da guarda civil.

Iniciava-se, assim, a Guerra Civil Espanhola. Os rebeldes nacionalistas autoritários receberam apoio com armas, munições e soldados de Hitler, Mussolini e Salazar. Os republicanos receberam auxílio das brigadas internacionais, formadas por voluntários de várias partes do mundo. No entanto, a URSS e as democracias ocidentais deram apoio menor que o esperado. A participação nazista nessa guerra foi importante, pois nela os alemães testaram táticas e armamentos.

A guerra civil terminou em 1939, com a vitória da Frente Nacional, liderada por Francisco Franco, que implantou um Estado inspirado no modelo fascista, com o Partido Único Falange Espanhola Tradicionalista. Franco tornou-se o chefe do Estado espanhol e promulgou a lei que declarava a volta da Espanha à monarquia.

A Guerra Civil Espanhola durou quatro anos e deixou cerca de 1 milhão de mortos. Uma das mais violentas manifestações nessa guerra foi o massacre na cidade de Guernica, eternizada pela obra de mesmo nome feita por Pablo Picasso.

Em 1969, Franco designou o príncipe D. Juan Carlos de Borbón chefe de Estado, mas sem poder de governo. Com o falecimento de Franco em 1975, o rei Juan Carlos, com a pressão popular por democracia, em um contexto de libertação política na Espanha e em Portugal, liderou a redemocratização do país.



Guernica (1937), de Pablo Picasso. Óleo sobre painel, 3,5 m × 7,8 m. O bombardeio sobre a cidade de Guernica, na Espanha, foi um dos episódios mais violentos da Guerra Civil Espanhola. A obra de Pablo Picasso reflete o sofrimento e os horrores praticados contra a população espanhola durante o conflito.

MUSEU NACIONAL RAINHA SOFIA,
MADRI, ESPANHA

ROTEIRO DE AULA

REVOLUÇÃO RUSSA DE 1917

Cronologia e características gerais

Precedentes da Revolução Russa de 1917:

- Gerada pela crise interna agravada pela participação russa na Primeira Guerra Mundial.

Etapas do governo bolchevique:

- Lenin na presidência.
- Retirada russa da guerra.
- Nacionalização de bancos e empresas privadas.
- Reforma agrária.

Etapas do governo de Stalin:

- Disputa entre Stalin e Trotski.
- Stalin, favorável ao isolacionismo, torna-se presidente.
- Burocratização do Estado.
- Regime totalitário de esquerda.
- Planificação econômica e desenvolvimento industrial.

ROTEIRO DE AULA

REGIMES TOTALITÁRIOS

Objetivos e características

- Tentativa de implantar um governo forte e centralizado, capaz de resolver os problemas sociais decorrentes da Primeira Guerra Mundial e da Crise de 1929.
- Ditatoriais, ultranacionalistas e antiesquerdistas.
- Superioridade genética sobre os demais povos (antissemitismo).

Alemanha

Líder:

Adolf Hitler.

Partido:

Nazista

Itália

Líder:

Benito Mussolini.

Partido:

Partido Nacional Fascista.

Espanha

Líder:

Francisco Franco.

Partido:

Partido único Falange Espanhola Tradicionalista.

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO DO SISTEMA DE ENSINO DOM BOSCO

EXERCÍCIOS DE APLICAÇÃO

1. Enem

C2-H7

Os mapas a seguir revelam como as fronteiras e suas representações gráficas são mutáveis:



Essas significativas mudanças nas fronteiras de países da Europa Oriental nas duas últimas décadas do século XX, direta ou indiretamente, resultaram:

- do fortalecimento geopolítico da URSS e de seus países aliados na ordem internacional.
- da crise do capitalismo na Europa, representada principalmente pela queda do Muro de Berlim.
- da luta de antigas e tradicionais comunidades nacionais e religiosas oprimidas por Estados criados antes da Segunda Guerra Mundial.
- do avanço do capitalismo e da ideologia neoliberal no mundo ocidental.

- da necessidade de alguns países subdesenvolvidos ampliarem seus territórios.

Após o colapso da URSS e o fim da Guerra Fria, pode-se observar no mapa como diversas comunidades nacionais conquistaram sua autonomia, antes ameaçada por Estados maiores, que perdem sua força com o fim da potência socialista.

Competência: Compreender as transformações dos espaços geográficos como produto das relações socioeconômicas e culturais de poder.

Habilidade: Identificar os significados histórico-geográficos das relações de poder entre as nações.

- UNESP** – “A ascensão da direita radical após a Primeira Guerra Mundial foi sem dúvida uma resposta ao perigo, na verdade à realidade, da revolução social e do poder operário em geral, e à Revolução de Outubro e ao leninismo em particular.”

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos*.

Identifique a “direita radical” que ascendia no período entreguerras, opondo-se à expansão dos movimentos revolucionários:

- bolchevista.
- liberal.
- menchevista.
- nazifascista.
- anarcossindicalista.

A direita radical que ascendeu no período entreguerras foi o nazifascismo alemão e italiano, que tinha entre suas características um caráter anticomunista.

- Furg-RS** – No movimento revolucionário russo de 1917, os soviets consistiam em:

- uma organização sindical socialista.
- uma organização militar estalinista.
- um comitê formado por camponeses rebeldes, operários e soldados.
- um conselho burocrático popular.
- uma milícia formada por cossacos.

Os soviets eram organizações rebeldes formadas por um conjunto de camponeses, operários e soldados.

4. Enem

C3-H12

“Após a Declaração Universal dos Direitos Humanos pela ONU, em 1948, a Unesco publicou estudos de cientistas de todo o mundo que desqualificaram as doutrinas racistas e demonstraram a unidade do gênero humano. Desde então, a maioria dos próprios cientistas europeus passou a reconhecer o caráter discriminatório da pretensão superioridade racial do homem branco e a condenar as aberrações cometidas em seu nome.”

SILVEIRA, R. Os selvagens e a massa: papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental.

Afro-Ásia, n. 23, 1999. (Adaptado)

A posição assumida pela Unesco a partir de 1948 foi motivada por acontecimentos então recentes, dentre os quais se destacava o(a):

- ataque feito pelos japoneses à base militar americana de Pearl Harbor.

- b) desencadeamento da Guerra Fria e de novas rivalidades entre nações.
- c) morte de milhões de soldados nos combates da Segunda Guerra Mundial.
- d) execução de judeus e eslavos presos em guetos e campos de concentração nazistas.
- e) lançamento de bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki pelas forças norte-americanas.

Uma das características da ideologia nazista estava em sua busca por uma raça ariana pretensamente pura. Para concretizar sua limpeza racial, os nazistas tinham políticas discriminatórias contra todos aqueles que não se encaixavam em seu ideal de pureza racial, entre eles judeus, eslavos, negros, homossexuais e ciganos.

Competência: Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.

Habilidade: Analisar o papel da justiça como instituição na organização das sociedades.

5. UERJ

“O direito ao solo e à terra pode se tornar um dever quando um grande povo, por falta de extensão, parece destinado à ruína. Ou a Alemanha será uma potência mundial ou então não será. Mas, para se tornar uma potência mundial, ela precisa dessa grandeza territorial que lhe dará na atualidade a importância necessária e que dará a seus cidadãos os meios para existir. O próprio destino parece querer nos apontar o caminho.”

HITLER, Adolf. *Minha luta*, 1925. In: FERREIRA, Marieta de M. e outros. *História em curso: da Antiguidade à globalização*. São Paulo: Ed. do Brasil; Rio de Janeiro: FGV, 2008. (Adaptado)

As ideias contidas no projeto político do nazismo buscavam solucionar os problemas enfrentados pela Alemanha após o fim da Primeira Guerra Mundial. Uma dessas ideias, abordada no texto, está associada ao conceito de:

- a) xenofobia.
- b) Espaço Vital.
- c) purificação racial.
- d) revanchismo militar.

Após a Primeira Guerra Mundial, foram impostas diversas restrições à nação alemã, que perdeu diversos territórios. Com o surgimento e a proliferação dos ideais nazistas, uma das propostas desse movimento era recuperar o que se chamava de Espaço Vital, necessário para garantir a grandeza do povo alemão, ou seja, os nazistas objetivavam recuperar os territórios perdidos após a Primeira Guerra Mundial.

6. UERJ



Ilustração de cartaz eleitoral nazista. In: BRENER, Jayme. *Jornal do século XX*. São Paulo: Moderna, 1998.

O cartaz acima traz implícita a ideia de que só o nacional-socialismo, o nazismo, poderia libertar a Alemanha. Dentre as soluções apresentadas pelo Partido Nazista para a sociedade alemã em crise, podemos citar:

- a) nacionalismo, expansionismo e militarismo.
- b) pluripartidarismo, culto ao líder e liberalismo.
- c) racismo, aliança com o comunismo e sindicalismo.
- d) corporativismo, sociedade de classes e poder legislativo forte.

As ideias nazistas eram autoritárias e totalitárias, isto é, formaram na Alemanha um partido único, sem que outros pudessem existir. Perseguiram ideais contrários, como o comunismo, e concentraram o poder nas mãos do líder do Executivo. Entre as ideias nazistas estavam a expansão dos territórios alemães e a constituição de uma sociedade militarizada e de forte nacionalismo.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

7. UERJ

“O retorno a uma semieconomia de mercado provocou o reaparecimento da moeda e, durante o ano de 1921, renasceu o mercado propriamente dito. A desnacionalização de empresas começou respectivamente pelo pequeno e grande comércio, atingindo, mais tarde, a indústria leve. As cooperativas foram devolvidas aos seus antigos acionistas e, no final do ano, permaneciam nas mãos do Estado apenas os setores economicamente estratégicos, o crédito e a indústria pesada.”

MALIA, Martin. *Entender a Revolução Russa*.

O trecho apresentado refere-se a um momento da Revolução Russa no qual:

- a) o Estado soviético implementa a Nova Política Econômica, procurando superar as dificuldades econômicas e sociais advindas do comunismo de guerra.
- b) o Partido Bolchevista promove um processo de abertura política, instaurando um regime político democrático e pluripartidário.
- c) o governo leninista, enfraquecido pela guerra civil, é obrigado a fazer concessões à tradicional nobreza czarista.

- d) o Estado soviético aplica uma política de planificação econômica e de coletivização de terras denominada Planos Quinquenais.
- e) o conflito entre facções dentro do Estado resulta na oposição do Partido Bolchevista ao ideário socialista.

8. UFRRJ – Leia o texto a seguir:

“Em 1921, o problema nacional central era o da recuperação econômica – o índice de desespero do país é eloquente: naquele ano, 36 milhões de pessoas não tinham o que comer. Nas novas e ruinosas condições da paz, o ‘comunismo de guerra’ revelava-se insuficiente: era preciso estimular mais efetivamente os mecanismos econômicos da sociedade. Assim, ainda em 1921, no X Congresso do Partido, Lenin propõe um plano econômico de emergência: a Nova Política Econômica.”

NETO, J. P. *O que é stalinismo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

Sobre a chamada Nova Política Econômica, é correto afirmar que:

- a) ela reintroduziu práticas de exploração econômica anteriores à Revolução Russa de 1917 que se traduziram num abandono temporário de todas as transformações socialistas já feitas e um retorno ao capitalismo.
 - b) ela consistiu na manutenção de elementos econômicos socialistas, na organização da economia (como o planejamento) e na permissão para o estabelecimento de elementos capitalistas por meio da livre-iniciativa em certos setores.
 - c) ela significou fundamentalmente uma reforma agrária radical que promoveu a coletivização forçada das propriedades agrárias e a construção de fazendas coletivas, os *kolkhozes*.
 - d) seu resultado foi catastrófico, mesmo permitindo a volta controlada de relações capitalistas na economia, já que ela ampliou ainda mais o nível de desemprego e produziu fome em grande escala.
 - e) ela significou, com a abertura para o capitalismo, um aumento substancial da produção industrial, mas, ao mesmo tempo, por ter retirado todos os incentivos anteriormente concedidos à produção agrícola, foi a razão da ruína do campo.
9. PUCCamp-SP – A Revolução Socialista na Rússia, em 1917, foi um dos acontecimentos mais significativos do século XX, uma vez que colocou em xeque a ordem socioeconômica capitalista. Sobre o desencadeamento do processo revolucionário, é correto afirmar que:
- a) os mencheviques tiveram um papel fundamental no processo revolucionário, por defenderem a implantação da ditadura do proletariado.
 - b) os bolcheviques representavam a ala mais conservadora dos socialistas, sendo derrotados pelos mencheviques nas jornadas de outubro.
 - c) foi realimentado pela participação da Rússia na Primeira Guerra Mundial, o que desencadeou uma série de greves e revoltas populares em razão da crise de abastecimento de alimentos.
 - d) foi liderada por Stalin, a partir de outubro, que estabeleceu a tese da necessidade da revolução em um só país, em oposição a Trotski, líder do Exército Vermelho.
 - e) o Partido Comunista conseguiu superar os conflitos que existiam no seu interior quando estabeleceu a Nova Política Econômica, que representava os interesses dos setores mais conservadores.

10. UEFS-BA – Os versos “Basta ver que um povo / Deruba um czar”; da composição musical, podem ser associados à:

- a) morte, na guilhotina, dos líderes dos *sans-culottes*, por determinação do terceiro estado, no processo da Revolução Francesa.
- b) luta de independência da América espanhola, nas primeiras décadas do século XIX, que implantou a democracia e o trabalho assalariado.
- c) derrubada do monarca russo e à implantação do sistema socialista, pelo Partido Bolchevique, em outubro de 1917.
- d) queda do Império Alemão, liderado por Otto von Bismarck, e à ascensão ao poder, por um golpe militar, de Adolfo Hitler.
- e) consolidação do regime democrático no Oriente Médio e no norte da África, fruto do movimento denominado Primavera Árabe.

11. UFAM – Segundo o historiador Marc Ferro, o andamento moderado da Revolução Russa, em que burgueses e operários pareciam estabelecer seus respectivos projetos para o futuro, encontrou um obstáculo com a volta de Lenin de seu exílio na Suíça. Com a chegada a Petrogrado de Lenin e os outros bolcheviques exilados, a Revolução seguiria então um novo curso: mais intransigente no sentido da defesa exclusiva dos interesses do proletariado, fora de qualquer mistura com os interesses burgueses. Com as Teses de Abril, ficou declarada a incompatibilidade da causa da revolução socialista com o prosseguimento da guerra, com o governo provisório e com a república parlamentar. Quais as principais medidas anunciadas para esse novo momento revolucionário?

- I. Expropriação das terras da Igreja, da Coroa e da aristocracia e sua distribuição para os camponeses por meio de comitês agrários.
- II. Nacionalização dos bancos e investimentos estrangeiros no país.
- III. Controle das fábricas pelos operários.
- IV. Organização do Exército Vermelho, dirigido por Leon Trotski.
- V. Proposta de paz imediata aceita prontamente pela Inglaterra e pela França, culminando com a assinatura do Tratado de Paz de Brest-Litovsk.

Assinale a alternativa correta:

- a) Somente as proposições I, II, III e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições I, II, III e V estão corretas.
- c) Somente as proposições II, III, IV e V estão corretas.
- d) Todas as proposições estão corretas.
- e) Todas as proposições estão erradas.

12. Cesgranrio-RJ – Em relação ao período compreendido entre as duas guerras mundiais (de 1919 a 1939), caracterizado pela crise do Estado e da sociedade liberal, assinale a afirmativa correta:

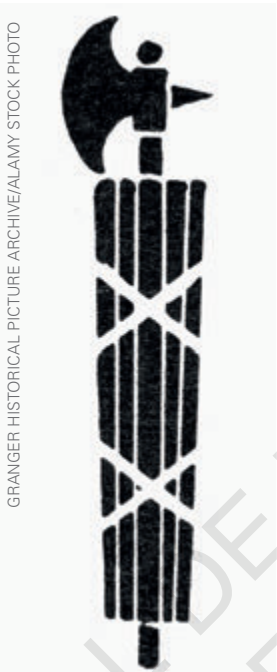
- a) O nazismo consolidou uma política interna de miscigenação racial e social visando preparar a Alemanha para a expansão territorial.
- b) O fascismo encontrou dificuldades sucessivas para implantar o corporativismo, pois sofreu uma violenta oposição dos setores conservadores da burguesia e da classe média italiana.

- c) A ausência de uma política de autossuficiência obrigou os regimes nazifascistas a compensar suas deficiências econômicas com o expansionismo militar.
- d) A expansão da doutrina comunista na Europa, com a consolidação da Revolução Russa, favoreceu a Aliança com os comunistas italianos e alemães, cujo apoio propiciou a ascensão nazifascista.
- e) Nazismo e fascismo são doutrinas baseadas no nacionalismo e no totalitarismo, cuja política intervencionista buscava a estabilidade do Estado.

13. ESPM-SP (adaptado)

“Frequentemente os símbolos permanecem mais vivos na memória do que os fatos que os geraram. Sem eles, grande parte do fascínio atribuído aos movimentos totalitários dos anos 20, 30 e 40 do século XX não estaria presente.”

Paula Diehl. *Propaganda e persuasão*.



O símbolo exibido remete ao:

- a) imperialismo japonês.
- b) franquismo espanhol.
- c) salazarismo português.
- d) fascismo italiano.
- e) nazismo alemão.

14. FEI-SP – Não pode ser considerado um fator que propiciou a eclosão da Segunda Guerra Mundial:

- a) a ascensão de regimes totalitários na Itália e na Alemanha nos anos 20 e 30.
- b) os efeitos da Crise de 29 na economia europeia.
- c) as cláusulas punitivas do Tratado de Versalhes, imposto à Alemanha ao final da Primeira Guerra Mundial.
- d) a vitória dos republicanos na Guerra Civil Espanhola, barrando o avanço do fascismo na Espanha.
- e) a união entre a Áustria e a Alemanha empreendida por Hitler.

15. FGV-RJ – O período entre as duas grandes guerras mundiais, de 1918 a 1939, caracterizou-se por uma intensa polarização ideológica e política. Assinale a alternativa que apresenta somente elementos vinculados a esse período:

- a) New Deal; globalização; Guerra do Vietnã.
- b) Guerra do Vietnã; Revolução Cubana; Muro de Berlim.
- c) Guerra Civil Espanhola; nazifascismo; Quebra da Bolsa de Nova York.
- d) Nazifascismo; New Deal; Crise dos Mísseis.
- e) Doutrina Truman; República de Weimar; Revolução Sandinista.

16. UNESP

“Nas primeiras sequências de *O triunfo da vontade* (filme alemão de 1935), Hitler chega de avião como um esperado Messias. O bimotor plina sobre as nuvens que se abrem à medida que ele desce sobre a cidade. A propósito dessa cena, a cineasta escreveria: ‘O sol desapareceu atrás das nuvens. Mas quando o *führer* chega, os raios de sol cortam o céu, o céu hitleriano’.”

Alcir Lenharo. *Nazismo: o triunfo da vontade*, 1986.

O texto mostra algumas características centrais do nazismo:

- a) o desprezo pelas manifestações de massa e a defesa de princípios religiosos do catolicismo.
- b) a glorificação das principais lideranças políticas e a depreciação da natureza.
- c) o uso intenso do cinema como propaganda política e o culto da figura do líder.
- d) a valorização dos espaços urbanos e o estímulo à migração dos camponeses para as cidades.
- e) o apreço pelas conquistas tecnológicas e a identificação do líder como um homem comum.

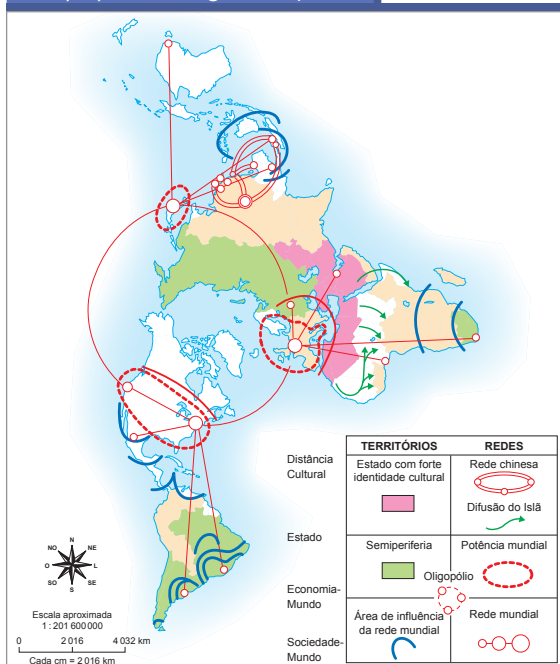
17. UFU-MG – Sobre as características da propaganda nazista, assinale a alternativa correta:

- a) A ascensão de Hitler se deu pela natureza científica de suas afirmações, sendo a propaganda e o terror utilizados apenas quando se tratava da oposição política.
- b) A propaganda utiliza fundamentos dissociados da cultura e das disposições sociais da população, por esta razão usa de insinuações indiretas, veladas.
- c) O terror e a propaganda tiveram semelhante grau de importância no estabelecimento da ideologia nazista, ao mostrar à população os benefícios de quem a ela aderisse e o horror destinado aos inimigos.
- d) A ameaça, a efetiva violência, o uso político da ciência e a propaganda alinhada aos princípios culturais de um povo nunca foram usados como estratégia de doutrinação das massas.

18. Enem

C2-H6

A nova des-ordem geográfica mundial:
uma proposta de regionalização



LÉVY et al. (1992), atualizado.

“O espaço mundial sob a nova ‘des-ordem’ é um emaranhado de zonas, redes ‘aglomerados’, espaços hegemônicos e contra-hegemônicos que se cruzam de forma complexa na face da Terra. Fica clara, de saída, a polêmica que envolve uma nova regionalização mundial. Como regionalizar um espaço tão heterogêneo e, em parte, fluido, como é o espaço mundial contemporâneo?”

HAESBAERT, R.; PORTO-GONÇALVES, C. W. *A nova des-ordem mundial*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2006.

O mapa procura representar a lógica espacial do mundo contemporâneo pós-União Soviética, no contexto de avanço da globalização e do neoliberalismo, quando a divisão entre países socialistas e capitalistas se desfaz e as categorias de “primeiro” e “terceiro” mundo perderam sua validade explicativa.

Considerando esse objetivo interpretativo, tal distribuição espacial aponta para:

- a estagnação dos Estados com forte identidade cultural.
- o alcance da racionalidade anticapitalista.
- a influência das grandes potências econômicas.
- a dissolução de blocos políticos regionais.
- o alargamento da força econômica dos países islâmicos.

19. Enem

C1-H1



COLEÇÃO PARTICULAR

“Com sua entrada no universo dos gibis, o Capitão chegaria para apaziguar a agonia, o autoritarismo militar e combater a tirania. Claro que, em tempos de guerra, um gibi de um herói com uma bandeira americana no peito aplicando um sopapo no *fürer* só poderia ganhar destaque, e o sucesso não demoraria muito a chegar.”

COSTA, C. Capitão América, o primeiro vingador: crítica. Disponível em: <www.revistastart.com.br>. Acesso em: 27 jan. 2012. (Adaptado)

A capa da primeira edição norte-americana da revista do Capitão América demonstra sua associação com a participação dos Estados Unidos na luta contra:

- a Tríplice Aliança, na Primeira Guerra Mundial.
- os regimes totalitários, na Segunda Guerra Mundial.
- o poder soviético, durante a Guerra Fria.
- o movimento comunista, na Guerra do Vietnã.
- o terrorismo internacional, após o 11 de setembro de 2001.

20. Enem

C3-H15

“A primeira produção cinematográfica de propaganda nitidamente antissemita foi *Os Rothschilds* (1940), de Erich Waschneck. Ambientado na Europa conturbada pelas guerras napoleônicas, o filme mostrava como essa importante família de banqueiros judeus beneficiou-se das discórdias entre as nações europeias, acumulando fortuna à custa da guerra, do sofrimento e da morte de milhões de pessoas. O judeu é retratado como uma criatura perigosa, de mãos aduncas, rosto encarniçado e olhar sádico e maléfico.”

PEREIRA, W. Cinema e genocídio judaico: dimensões da memória audiovisual do nazismo e do holocausto.

In: *Educando para a cidadania e a democracia*.

6ª Jornada Interdisciplinar. Rio de Janeiro: SME; Uerj, jun. 2008. (Fragmento)

Os Rothschilds foi produzido na Alemanha nazista. A partir do texto e naquela conjuntura política, o principal objetivo do filme foi:

- defender a liberdade religiosa.
- controlar o genocídio racial.
- aprofundar a intolerância étnica.
- legitimar o expansionismo territorial.
- contestar o nacionalismo autoritário.

DEMOCRACIAS LIBERAIS E CRISE DE 1929

22

OS PAÍSES OCIDENTAIS DEPOIS DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

A Primeira Guerra Mundial modificou as dinâmicas ao redor do mundo. Como vimos, impulsionou a revolução socialista na Rússia e levou à ascensão de líderes militaristas e xenófobos ao poder em países como Itália e Alemanha. Do lado dos principais países vencedores, pertencentes à Tríplice Entente, tanto a Inglaterra como a França sofreram com o conflito ocorrido em seu território. Por outro lado, é neste momento que se dá o crescimento dos Estados Unidos como potência econômica mundial, que viveu um período de grande prosperidade no sistema capitalista.

FRANÇA

O país da Europa Ocidental que mais sofreu com a Primeira Guerra Mundial foi a França: 10% de seu território foi devastado, 14% de sua população masculina morreu e cerca de 30% de sua riqueza diminuiu.

A oposição socialista tirou proveito da insatisfação popular e venceu as primeiras eleições após a guerra, colocando no poder Léon Blum, que promoveu várias reformas, porém, não resistindo às pressões e à crise, renunciou. Apesar de não ter chegado ao poder, houve o crescimento de um movimento fascista na França, denominado Action Française e liderado pelo radical Charles Maurras. Muitos franceses tornaram-se simpatizantes de Hitler e Mussolini na década de 1930.

REINO UNIDO

Também bastante sacrificado pela guerra, o Reino Unido perdeu 32% da riqueza e 6% da população masculina. Sua indústria entrou em crise e o desemprego aumentou. Greves propagaram-se por todo o país. Além disso, emergia a crise de desagregação do Império Britânico. Antigos Estados-membros tornavam-se independentes ou organizavam-se em movimentos separatistas. Diante do avanço dos regimes totalitários de direita e de esquerda entre 1920 e 1940, o Reino Unido permaneceu como o maior defensor das liberdades democráticas na Europa.

ESTADOS UNIDOS

No fim do século XIX, os Estados Unidos alcançaram um considerável desenvolvimento econômico, voltando seus interesses aos mercados latino-americanos. Sua ação imperialista, inicialmente marcada pela "política do dólar", caracterizada pela concessão de empréstimos, foi substituída pela Política do Big Stick.

Economicamente, os Estados Unidos foram os principais beneficiários da Primeira Guerra Mundial. Ao entrarem no conflito em 1917 e dar-lhe curso decisivo, não apenas ajudaram a garantir a vitória da Tríplice Entente, como se tornaram os maiores credores mundiais. No Brasil, a tímida indústria, considerando os padrões da época, acabou beneficiada pelo contexto da guerra durante o governo de Venceslau Brás.

Além de credores, os Estados Unidos continuavam a produzir e a vender muito para a Europa, que estava em pleno processo de reconstrução econômica, tornando-se os principais fornecedores de manufaturados, produtos alimentícios e matérias-primas para a Europa. Esse aquecimento da indústria também teve reflexos no setor naval e os Estados Unidos passaram a ser a mais importante frota mercantil e militar do mundo. Para auxiliar na reconstrução dos países assolados pela guerra,

- Os países ocidentais depois da Primeira Guerra Mundial
- França
- Inglaterra
- Estados Unidos

HABILIDADES

- Analisar a ação dos Estados nacionais no que se refere à dinâmica dos fluxos populacionais e no enfrentamento de problemas de ordem econômico-social.
- Comparar o significado histórico-geográfico das organizações políticas e socioeconômicas em escala local, regional ou mundial.
- Analisar diferentes processos de produção ou circulação de riquezas e suas implicações socioespaciais.

emprestaram cerca de 10 bilhões de dólares a países europeus e assumiram o controle de metade do estoque mundial de ouro.

Mesmo desfrutando de prosperidade econômica, os Estados Unidos encontravam sérios problemas na política interna. A fim de impedir a disseminação de ideias comunistas e a concorrência, impuseram sérias restrições à imigração.

Prosperidade americana na década de 1920

O crescimento norte-americano no período entreguerras foi muito alto. Entre 1923 e 1929, chegou a 64%. Foi uma época de grande progresso, mesmo apoiado na base pouco firme do liberalismo desenfreado.

A frota de automóveis, de 8 milhões de veículos no início da década de 1920, passou, em 1929, para 23 milhões. Bens de consumo duráveis, como fogões, geladeiras e rádios tornaram-se comuns nas casas americanas. Os preços baixavam com o aumento da produção e do consumo e 95% da população economicamente ativa estava empregada. Esse incrível crescimento e bem-estar dos Estados Unidos favoreceu o desenvolvimento de um novo modo de vida, mundialmente conhecido como *american way of life* (modo de vida americano).

No entanto, ao mesmo tempo em que mansões eram construídas, automóveis engarrafavam as ruas de Nova York, surgiam favelas nas periferias das grandes cidades e os afrodescendentes ainda estavam, em sua maioria, abaixo na linha de pobreza.

Politicamente, o governo norte-americano mantinha uma estratégia de isolamento em relação aos problemas da Europa e o Congresso impediu a entrada do país na Liga das Nações.

O ESTILO DE VIDA AMERICANO

Nos módulos anteriores, estudamos o desenvolvimento e as consequências da Primeira Guerra Mundial, que levou os países europeus a um cenário de destruição, tendo parte de seu território devastado, suas economias comprometidas e sua população insatisfeita. Por outro lado, os Estados Unidos souberam aproveitar o momento e, em pleno crescimento econômico, emprestaram dinheiro e passaram a produzir e exportar para o mundo inteiro.

Junto aos produtos, também foi exportado o *american way of life* ("estilo de vida americano"), em que se mostrava o consumo de produtos diversos como forma de alcançar a felicidade, fossem eles automóveis, eletrodomésticos ou comidas industrializadas. Esse estilo estava acompanhado da ideia do *self-made man* ("homem empreendedor"), que conseguia se livrar da pobreza e alcançava a riqueza por meio de seu trabalho e esforço.

O sucesso econômico dos Estados Unidos, porém, tornou-se um problema à medida que a produção aumentou muito mais do que as pessoas e os países podiam consumir. Após esse excesso de oferta e prosperidade, os Estados Unidos enfrentarão uma fase de crise econômica.

Outdoor na autoestrada 99, na Califórnia, Estados Unidos. A propaganda foi patrocinada pela Associação Nacional de Fabricantes e diz: "O maior padrão de qualidade de vida do mundo. Não tem jeito melhor que o jeito americano".
Fotografia de 1937.



OS ANTECEDENTES DA CRISE

O surto de crescimento na década de 1920 confirmou os Estados Unidos como a locomotiva do mundo capitalista. Em 1925, os países europeus já haviam reestruturado boa parte de suas economias e passaram a ser menos dependentes das importações norte-americanas. Ao mesmo tempo, a produção crescia exponencialmente nos Estados Unidos e países periféricos, como o Brasil, acreditavam que os grandes mercados norte-americanos e europeu estavam garantidos para absorver sua crescente monoprodução agrícola.

A partir de 1928, porém, começaram a diminuir as encomendas de produtos industrializados nos Estados Unidos, pois o consumo estava saturado, uma vez que a produção crescia mais que os salários e a maioria das pessoas que já havia adquirido um bem de consumo durável, como automóvel, geladeira e fogão, não estava mais interessada em comprar outro.

A Crise de 1929 foi provocada pela superprodução de bens industriais e agrícolas nos Estados Unidos. Foi a mais séria crise econômica vivida pelo capitalismo, arrastando-se da quebra da Bolsa de Valores de Nova York em 1929 até a Segunda Guerra Mundial. Iniciou-se nos Estados Unidos e expandiu-se rapidamente pela Europa e pelo restante do mundo.

A Crise de 1929 não pode ser analisada isoladamente como a crise interna de um único país. Vários fatores conjugados podem esclarecer suas origens:

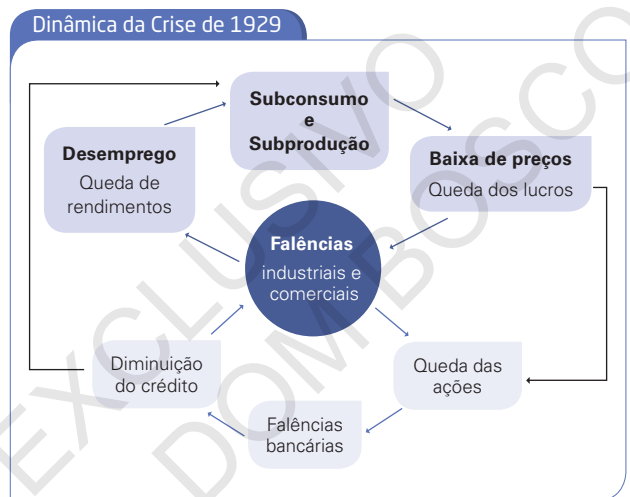
- excesso na produção industrial norte-americana após a Primeira Guerra Mundial;
- superprodução agrícola provocada pelos avanços técnicos na agricultura;
- recuperação econômica dos países europeus, que haviam tido grandes perdas na guerra e que, por volta de 1925, diminuíram suas importações dos Estados Unidos;
- concentração da riqueza nas mãos dos grandes capitalistas e ausência de leis trabalhistas salariais que fortalecessem o mercado interno;
- fragilidade do mercado interno, provocada pela exploração do trabalho assalariado, incapaz de absorver a enorme produção industrial;
- capitalismo liberal que não permitia a intervenção do governo nos setores de produção, deixando a economia totalmente a favor dos interesses dos grandes grupos econômicos;
- grande especulação com o preço das ações na Bolsa de Valores de Nova York;
- política de estocagem por parte do governo para garantir o preço dos produtos.

A CRISE

Às vésperas de 1929, a economia norte-americana estava estrangulada e, desde 1925, já vinha demonstrando sinais da crise: enormes estoques de cereais

provocaram a diminuição dos preços, levando muitos fazendeiros à falência; redução da produção industrial; desemprego em massa; queda do poder aquisitivo e do consumo interno.

A Bolsa de Valores de Nova York ressentia-se da crise a cada ano, pois, em boa parte, o crescimento financeiro fundava-se em falsas bases especulativas. Muitas empresas tiveram suas ações supervalorizadas. Grandes investidores aplicavam maciçamente seu capital nessa especulação artificial do mercado.



Quando o mercado percebeu que muitas empresas que tinham ações negociadas na Bolsa de Nova York estavam à beira da falência, sucederam-se as crises nas bolsas de valores. A maior delas estourou em 24 de outubro de 1929, na chamada Quinta-Feira Negra, quando milhões de ações da Bolsa de Nova York foram postas à venda juntas e não tinham compradores. Tentou-se reativá-las, mas na semana seguinte, em 29 de outubro de 1929, na chamada Terça-Feira Negra, as ilusões dos investidores desfizeram-se: definitivamente não havia mais compradores para as ações. Foi a quebra da Bolsa de Valores de Nova York.

O suicídio daqueles que perderam tudo na especulação tornou-se comum. Milhares de empresas e bancos foram à falência, o desemprego chegou ao limite suportável por uma nação, cerca de 12 milhões de desempregados vagavam pelas ruas e grande número de agricultores perderam suas terras hipotecadas. A produção nacional quase parou nos três anos seguintes.

A grande crise econômica repercutiu mundialmente. Países importadores diminuíram suas compras externas. Países subdesenvolvidos, sem ter para quem vender, ficaram sem recursos financeiros para importar. Medidas internas em cada país eram os únicos esforços possíveis, o que conduziu muitas nações a formas autoritárias de governo.

A DECADÊNCIA DO LIBERALISMO

Inicialmente, foi necessário intervir junto a empresários e produtores. O capitalismo liberal, que dava total liberdade às empresas, mostrou-se

inviável diante da nova conjuntura. No poder, o Partido Republicano, tendo Herbert Hoover como presidente, não conseguiu contornar a crise e sanar a economia nacional.

Era preciso controlar a produção, estipular taxas e preços e estabelecer uma política salarial adequada, mudando a filosofia econômica. O capitalismo liberal, que pregava a ausência do Estado na economia, deveria ser substituído por outro modelo: o capitalismo intervencionista. Encurralados nessa situação, os Estados ocidentais, liderados pelos Estados Unidos, a exemplo do que vinha sendo feito com sucesso na União Soviética stalinista, interferiram na economia, dando origem ao Estado interventor ou Estado keynesiano, com base nas ideias do economista inglês John Maynard Keynes, que defendia baixas taxas de juros e a intervenção do

Estado na economia como forma de incentivar os investimentos e superar o desemprego, gerando consumo. O Estado se endividaria para promover a construção de obras de infraestrutura, como rodovias, estradas de ferro, saneamento, hospitais, escolas, portos e aeroportos, entre outras.

Em 1932, o Partido Republicano perdeu as eleições para o Partido Democrata, cujo candidato, Franklin Delano Roosevelt, representava para muitos eleitores a “última tábua de salvação”.

Eleito, Roosevelt organizou uma equipe para modificar a economia norte-americana por meio do New Deal (Novo Acordo), um conjunto de medidas que incluía investimento em obras públicas, destruição de estoques agrícolas, controle de preços e menor jornada de trabalho.

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO DO
SISTEMA DE ENSINO DOM BOSCO

ROTEIRO DE AULA

DEMOCRACIAS LIBERAIS

Características gerais

França:

- Perdeu 30% de sua riqueza.
- Governo socialista de Léon Blum, sem êxito.

Reino Unido:

- Perdeu 32% da riqueza.
- Início da desagregação do Império Britânico.

Estados Unidos:

- Grandes beneficiários, passaram de devedores a credores e fornecedores da Europa.
- Extraordinário crescimento econômico (64% entre 1923 e 1926).
- Desenvolveram uma política de intervenção para a América Latina.
- Consolidaram o *american way of life* (modo de vida americano).

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO DO SISTEMA DE ENSINO DOM BOSCO

ROTEIRO DE AULA

CRISE DE 1929

Características gerais

Causas:

- Excesso de produção industrial.
- Recuperação econômica da Europa.
- Capitalismo liberal norte-americano.
- Política de estocagem.
- Política de baixos salários e concentração de renda.

Consequências:

- Preços baixos, falências, desemprego, baixo poder aquisitivo, queda do mercado interno.
- Quebra da Bolsa de Valores de Nova York: Quinta-Feira Negra e Terça-Feira Negra (*crash* da Bolsa).
- Generalização da crise dos Estados Unidos para o restante do mundo.

Reação à crise:

- Eleição de Roosevelt, do Partido Democrata (1933 a 1945).
- New Deal: controle da produção, sistema de crédito, política salarial, leis trabalhistas, reorganização dos sindicatos, sistema de previdência social, empregos públicos, controle das exportações, garantia aos investidores, controle das companhias de *holding* e reorganização da agricultura (Agricultural Adjustment Act).

EXERCÍCIOS DE APLICAÇÃO

1. UNESP

“Enquanto a economia balançava, as instituições da democracia liberal praticamente desapareceram entre 1917 e 1942; restou apenas uma borda da Europa e partes da América do Norte e da Austrália. Enquanto isso, avançavam o fascismo e seu corolário de movimentos e regimes autoritários.

A democracia só se salvou porque, para enfrentá-lo, houve uma aliança temporária e bizarra entre capitalismo liberal e comunismo [...]. Uma das ironias deste estranho século é que o resultado mais duradouro da Revolução de Outubro, cujo objetivo era a derrubada global do capitalismo, foi salvar seu antagonista, tanto na guerra quanto na paz, fornecendo-lhe o incentivo – o medo – para reformar-se após a Segunda Guerra Mundial [...].”

Eric Hobsbawm. *Era dos extremos*, 1995.

Segundo o texto, a economia balançava e as instituições da democracia liberal praticamente desapareceram entre 1917 e 1942 devido:

- a) à crise financeira que culminou com a quebra da Bolsa de Valores de Nova York e à ascensão de projetos totalitários de direita.
- b) ao avanço do socialismo no continente africano e ao armamentismo alemão após a chegada dos nazistas ao poder.
- c) à ascensão econômico-financeira dos Estados Unidos e à Guerra Fria entre Ocidente capitalista e Oriente socialista.
- d) ao desenvolvimento do capitalismo industrial na Rússia e à derrota alemã na Segunda Guerra Mundial.
- e) ao fim das democracias liberais no Ocidente e ao surgimento de Estados islâmicos no Oriente Médio e sul asiático.

O período entre 1917 e 1942 viu surgir uma série de problemas que abalaram as democracias liberais, sempre relacionadas às guerras mundiais e às crises internas dos países. Economicamente, as democracias liberais sofreram com a Crise de 1929 e com a quebra da Bolsa de Valores de Nova York, devastando a economia dos Estados Unidos e de boa parte do mundo. Politicamente, com o fim da Primeira Guerra Mundial, o ressentimento e a crise fizeram surgir diversos ideais extremistas e totalitários, como o fascismo e o nazismo.

2. UNESP

“No fim da década de 20, anos de prosperidade, uma grave crise econômica, conhecida como a Grande Depressão, começou nos EUA e atingiu todos os países capitalistas. J. K. Galbraith, economista norte-americano, afirma que, ‘à medida que o tempo passava, tornava-se evidente que aquela prosperidade não duraria. Dentro dela estavam contidas as sementes de sua própria destruição.’”

Dias de *boom* e de desastre. In: J. M. Roberts (Org.). *História do século XX*.

A aparente prosperidade pode ser percebida nas seguintes características:

- a) o aumento da produção automobilística, a expansão do mercado de trabalho e a falta de investimentos em tecnologia.
- b) a destruição dos grandes estoques de mercadorias, o aumento dos preços agrícolas e o aumento dos salários.
- c) a cultura de massa com a venda de milhões de discos, as dívidas de guerra dos EUA e o aumento do número de empregos.

d) a crise de superprodução, a especulação desenfreada nas bolsas de valores e a queda da renda dos trabalhadores.

e) o aumento do mercado externo, o mito do *american way of life* e a intervenção do Estado na economia.

A crise nos Estados Unidos esteve ligada à superprodução, que levou a uma oferta maior que a demanda. Também tem relação com a especulação sem limites na Bolsa de Valores e a diminuição de renda dos trabalhadores, que inviabilizou a aquisição de mais bens e produtos.

3. Mackenzie-SP – No século passado, ocorreu a Crise de 1929. Assinale a alternativa que apresenta algumas das suas causas:

- a) a superprodução de mercadorias e a saturação dos mercados consumidores.
- b) o surgimento de ideologias como o fascismo e o nazismo.
- c) a diminuição do crédito bancário e o aumento de impostos para as importações.
- d) o equilíbrio entre a produção agrícola e o comércio mundial.
- e) a quebra da colheita e a demanda ilimitada da indústria automotiva.

A Crise de 1929 ocorreu principalmente graças à superprodução de mercadorias, impulsionada pela euforia causada pela prosperidade econômica que o país vivia.

4. Enem

C4-H18

Ao deflagrar-se a crise mundial de 1929, a situação da economia cafeeira se apresentava como se segue:

“A produção, que se encontrava em altos níveis, teria que seguir crescendo, pois os produtores haviam continuado a expandir as plantações até aquele momento. Com efeito, a produção máxima seria alcançada em 1933, ou seja, no ponto mais baixo da depressão, como reflexo das grandes plantações de 1927-1928. Entretanto, era totalmente impossível obter crédito no exterior para financiar a retenção de novos estoques, pois o mercado internacional de capitais se encontrava em profunda depressão, e o crédito do governo desaparecera com a evacuação das reservas.”

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1997. (Adaptado)

Uma resposta do Estado brasileiro à conjuntura econômica mencionada foi o(a):

- a) atração de empresas estrangeiras.
- b) reformulação do sistema fundiário.
- c) incremento da mão de obra imigrante.
- d) desenvolvimento de política industrial.
- e) financiamento de pequenos agricultores.

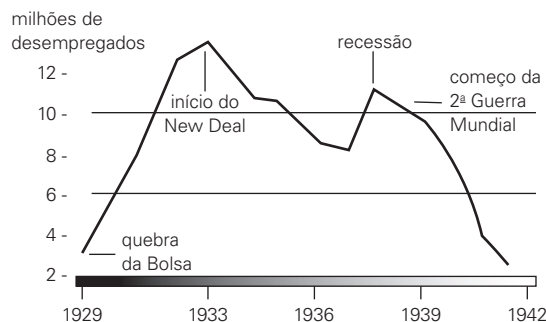
Uma das medidas propostas pelo governo brasileiro para enfrentar a Crise de 1929 foi o incentivo à industrialização do país para que o Brasil dependesse menos do capital estrangeiro, protegendo assim a economia nacional.

Competência: Entender as transformações técnicas e tecnológicas e seu impacto nos processos de produção, no desenvolvimento do conhecimento e na vida social.

Habilidade: Analisar diferentes processos de produção ou circulação de riquezas e suas implicações socioespaciais.

5. PUC-RJ

Desemprego nos Estados Unidos (1929-1942)



Hilário Franco Jr. e Ruy de Oliveira Andrade Filho. *Atlas de história geral*. São Paulo: Scipione, 1993. p. 70. (Adaptado)

O gráfico apresenta a variação do número de desempregados na sociedade norte-americana, entre 1929 e 1942. A partir da leitura do gráfico e de seus conhecimentos, assinale a afirmativa correta:

- a)** A política do New Deal, estimulando investimentos em obras públicas e na agricultura e regulamentando o mercado de trabalho, teve como um de seus principais desdobramentos a redução do número de desempregados.
- b)** A quebra da Bolsa de Valores de Nova York ocasionou, de imediato, o aumento dos investimentos industriais nos Estados Unidos, especialmente no setor bélico, estimulando uma nova guerra mundial.
- c)** O retorno aos índices de desemprego a níveis inferiores aos da Crise de 1929 somente ocorreu por ocasião do início da II Guerra Mundial, em 1939, quando o governo norte-americano enviou tropas para as frentes de combate.
- d)** Correlacionada ao enorme índice de desempregados, a economia norte-americana viveu, entre 1929 e 1942, uma crise recessiva ininterrupta e sem precedentes nos setores agrícola, industrial e financeiro.
- e)** O governo Roosevelt, através do New Deal, estimulou o livre-cambismo internacional durante os anos 30, de uma tal forma que essa política repercutiu na ampliação da entrada de novos capitais, estimulando a geração de empregos.

Uma das estratégias para enfrentar a Crise de 1929 foi o New Deal, que consistiu na maior intervenção do Estado na economia. O governo investiu em obras públicas e na regulamentação do mercado de trabalho, a fim de gerar mais empregos. Com isso, as pessoas passaram a consumir novamente, de forma gradativa, fazendo a economia melhorar.

6. PUC-RJ (adaptado) – Leia o texto e responda o que se pede:

“Todos os olhos sobre o mercado. Obama lança maior pacote desde a Grande Depressão para regular setor financeiro. O presidente dos EUA, Barack Obama, anunciou ontem um ambicioso projeto de reforma no sistema regulatório do mercado financeiro americano, disposto a evitar uma reprise da crise econômica que empurrou o país para a recessão e que é responsável por mais de seis milhões de demissões desde meados do ano passado. Admitindo que os problemas atuais têm sua origem num sistema financeiro que se expõe demais ao risco e cuja supervisão se dilui entre mais de dez agências regulatórias que não conversam entre si, Obama anunciou seu pacote de reforma, considerado pelos analistas como o maior desde a Grande Depressão dos anos 30. O plano prevê cooperação internacional entre autoridades reguladoras para controlar paraísos fiscais e proteção ao consumidor de produtos financeiros.”

O Globo, 18 jun. 2009, p. 19.

Indique uma diferença e uma semelhança entre a crise econômica que afetou os EUA em 2009 e aquela que ocorreu na década de 1930 (Grande Depressão).

A crise ocorrida em 2009 foi decorrente de ações financeiras especulativas, as quais foram viabilizadas pela dinâmica do mercado em uma economia globalizada e justificaram a decisão de Obama de criar mecanismos regulatórios. Já a Crise de 1929 foi consequência da superprodução industrial e do subconsumo na economia norte-americana, o que culminou na quebra da Bolsa de Valores de Nova York. As duas crises assemelham-se por apresentar elevados índices de desemprego, recessão econômica e intervenção do Estado na economia.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

7. UFMG – Considerando-se a crise econômica mundial iniciada em 1929 com a quebra da Bolsa de Nova York, é correto afirmar que:

- a)** a Alemanha sofreu impacto imediato e violento desse evento em razão dos laços econômicos estreitos que vinha mantendo com os Estados Unidos.

b) a escassez de matérias-primas e de crédito, entre outras causas do *crash* norte-americano, muito contribuiu, na época, para alimentar a espiral inflacionária.

c) a URSS foi um dos países atingidos por esse evento, pois a recessão no mundo capitalista prejudicou as exportações de petróleo do país.

d) os países da América do Sul sentiram os efeitos desse evento devido à repatriação do capital estrangeiro anteriormente investido nessa região.

8. IFSP – Em seu discurso de posse, em 1933, o presidente dos EUA, Franklin Delano Roosevelt, tentou encorajar seus compatriotas:

“O único medo que devemos ter é do próprio temor. Uma multidão de cidadãos desempregados enfrenta o grave problema da subsistência e um número igualmente grande recebe pequeno salário pelo seu trabalho. Somente um otimista pode negar as realidades sombrias do momento.”

O problema que atemorizava os EUA, cujos efeitos foram desemprego e baixos salários, referido pelo presidente Roosevelt, era:

- a) a Primeira Guerra Mundial, em que os EUA lutaram ao lado da Tríplice Entente contra a Tríplice Aliança, obtendo a vitória após três anos de combate. Entretanto, a vitória não trouxe crescimento econômico, mas, sim, desemprego e fome.
- b) a Segunda Guerra Mundial, quando os norte-americanos lutaram ao lado dos Aliados contra o Eixo nazifascista. Embora vencedores, o ônus financeiro da guerra foi muito pesado.
- c) a Guerra do Vietnã, quando os EUA apoiaram o Vietnã do Sul contra o avanço comunista do Vietnã do Norte, tendo gasto milhões de dólares em uma guerra infrutífera.
- d) a depressão de 1929, causada pela existência de uma superprodução, acompanhada de um subconsumo, crise típica de um Estado liberal.
- e) a Primeira Guerra do Golfo, quando o Iraque invadiu o Kuwait e os EUA, na defesa de seus interesses petrolíferos, invadiram o Iraque na defesa de seu pequeno Estado aliado.

9. UDESC – A expressão *american way of life* (“estilo de vida americano”) marcou um determinado período da História contemporânea.

Em relação às questões que contribuem para o entendimento dessa expressão e ao período a que se referem, assinale a alternativa incorreta:

- a) Refere-se ao consumismo acelerado e ao crescimento industrial norte-americano, estimulados pelo forte protecionismo a partir da década de 1920.
- b) Durante a Guerra Fria serviu como modo de divulgar o que se poderia alcançar com o capitalismo.
- c) O cinema e os programas de TV americanos foram importantes veículos do *american way of life*. Assim, as pessoas de diferentes lugares do mundo conheceram as casas da classe média americana com seus modernos carros e eletrodomésticos.
- d) O estilo americano de vida, sobretudo o poder de consumo, espalhou-se aos diferentes lugares do mundo, sendo adotado e adaptado pelas mais diferentes culturas, inclusive a brasileira.
- e) Expressão usada para se referir à Guerra da Secesão Americana.

10. Mackenzie-SP – As causas da Crise de 1929 foram:

- a) aumento das taxas de juros, explosão de consumo, queda da produção agrícola e nacionalização de empresas.
- b) consolidação do nazifascismo, aumento do consumo, valorização do mercado financeiro e aumento das exportações.

c) *crack* da Bolsa de Nova York, aumento dos preços do petróleo e redução dos salários.

d) intervenção do Estado na economia, contradição entre capacidade de consumo e produção e concorrência com os produtos asiáticos.

e) superprodução agrícola e industrial, diminuição do consumo, *crack* da Bolsa de Nova York e diminuição das exportações.

11. CFT-MG – Em 18 de janeiro de 1930, a capa do jornal norte-americano *The Saturday Evening Post* trazia uma ilustração na qual todos os personagens observavam atentamente um cartaz com as cotações da Bolsa de Valores.



COLEÇÃO PARTICULAR

A imagem satiriza o período imediatamente anterior à quebra da Bolsa, no qual a sociedade norte-americana vivenciou um:

- a) ímpeto especulativo que afetava todas as camadas sociais.
- b) clima de decadência que atingia os grandes investidores.
- c) impulso econômico que impossibilitava o pleno emprego.
- d) estado de miséria que afligia as grandes parcelas da população.

12. Logo após a Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos se tornaram uma potência mundial. Sobre o período de prosperidade econômica que este país viveu:

- I. A prosperidade nos Estados Unidos significou a melhoria de vida para todos os cidadãos, deixando de existir pessoas em condições de pobreza no país.
- II. Nas grandes cidades dos Estados Unidos seriam realizadas grandes construções, como o Empire State Building.
- III. O crescimento econômico e o Estado de bem-estar nos Estados Unidos levaram ao desenvolvimento da mentalidade do “estilo de vida americano”.

Considerando as afirmativas, marque a opção correta:

- a) Nenhuma opção está correta.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II e III.
- e) Todas as opções estão corretas.

13. Unirio-RJ – A grave crise econômico-financeira que atingiu o mundo capitalista na década de 30 tem suas origens nos Estados Unidos. A primeira medida governamental que procurou, internamente, solucionar essa crise foi o New Deal, adotado por Roosevelt em 1933. Uma das medidas principais desse programa foi o(a):

- encerramento dos investimentos governamentais em obras de infraestrutura.
- fim do planejamento e da intervenção do Estado na economia.
- imediate suspensão da emissão monetária.
- política de estímulo à criação de novos empregos.
- redução dos incentivos à produção agrícola.

14. UFGM-MS – Pelo olhar da fotógrafa estadunidense Margareth Bourke-White (1904-1971), em parceria com o escritor Erskine Caldwell (1903-1987), o ensaio fotográfico “You have seen their faces” (1937) foi publicado e chamou atenção por cenas das décadas de 1920 e 1930. A imagem retrata uma contradição decorrente da relação entre:



Margareth Bourke-White. Louisville, Kentucky, 1937.

- os impactos da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a ascensão de regimes totalitários na Europa.
- o período de euforia econômica conhecido como *american way of life* e o aumento da entrada de imigrantes hispânicos nos Estados Unidos.
- o crescimento da indústria automobilística e o aumento de consumidores de bens duráveis nos Estados Unidos.
- a euforia econômica dos Estados Unidos após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), conhecida como *american way of life*, e os impactos sociais da depressão econômica decorrentes da quebra da Bolsa de Nova York em 1929.
- os investimentos do New Deal, plano de reconstrução econômica dos Estados Unidos de 1932, e o crescimento da oferta de emprego na construção civil na cidade de Nova York.

15. UFRGS-RS – Leia o segmento abaixo, sobre a história da América Latina no século XX:

“A Grande Depressão da década de 1930 terminou a demolição do neocolonialismo e energizou movimentos nacionalistas por toda a América Latina. Nos anos após o colapso da Bolsa de Nova York, de 1929, o volume do comércio internacional latino-americano reduziu-se à metade, em um violento espasmo. Com o avanço da década

de 1930, ocorreu um importante fenômeno, um efeito colateral positivo do colapso do comércio internacional.”

CHASTEEN, J. *América Latina: uma história de sangue e fogo*. Rio de Janeiro: Campus, 2001. p. 187.

O segmento faz referência a um importante fenômeno histórico na América Latina. Assinale a alternativa que indica esse fenômeno:

- Industrialização por substituição de importações, modelo econômico que se tornaria predominante na região até os anos 1980.
- Dependência das exportações do setor primário, com a consequente ampliação das monoculturas nos países latino-americanos.
- Desindustrialização local decorrente do colapso do comércio internacional com os Estados Unidos, principais compradores dos manufaturados latino-americanos.
- Adoção de políticas neoliberais, como privatizações de empresas públicas e cortes de gastos sociais, no período subsequente à Grande Depressão.
- Transformação da América Latina na região mais industrializada do globo, a partir do colapso completo das indústrias europeias e norte-americanas, durante a década de 1930.

16. CFT-MG – A questão refere-se à tabela seguinte.

Índice de preços e salários nos Estados Unidos		
ANOS	PREÇOS	SALÁRIOS
1929	95,3	100,5
1930	86,4	81,3
1931	73,0	61,5
1932	64,8	41,6
1933	65,9	44,0

Analisando esses dados, conclui-se, corretamente, que a crise:

- fez parte da Grande Depressão atenuada pelos efeitos da implementação do New Deal.
- afetou os preços da economia americana com impacto significativo na massa salarial.
- foi de superprodução, pois os preços se elevaram devido à grande quantidade de produtos disponíveis.
- constitui uma avaliação histórica equivocada, uma vez que no ano de 1929 a economia americana era satisfatória.

17. UNESP – A crise capitalista desencadeada em 1929 nos EUA e na Europa Ocidental estendeu-se para a América Latina, contribuindo para:

- a revogação de todas as tarifas protecionistas, o intervencionismo estatal e a substituição de importações.
- abalar o poder das oligarquias e o surgimento de regimes populistas e ditaduras conservadoras.
- a modernização do campo através do deslocamento de mão de obra que sobrevivia precariamente nas cidades.
- Juan Domingo Perón destacar-se como governante populista no México.
- a ruptura da estrutura de espoliação do povo latino-americano.

ESTUDO PARA O ENEM

18. Enem

C2-H7

“Mas a Primeira Guerra Mundial foi seguida por um tipo de colapso verdadeiramente mundial, sentido pelo menos em todos os lugares em que homens e mulheres se envolviam ou faziam uso de transações impessoais de mercado. Na verdade, mesmo os orgulhosos EUA, longe de serem um porto seguro das convulsões de continentes menos afortunados, se tornaram o epicentro deste que foi o maior terremoto global medido na escala Richter dos historiadores econômicos – a Grande Depressão do entreguerras.”

HOBBSBAWM, E. J. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

A Grande Depressão econômica que se abateu nos EUA e se alastrou pelo mundo capitalista deveu-se ao(à):

- a) produção industrial norte-americana, ocasionada por uma falsa perspectiva de crescimento econômico pós-Primeira Guerra Mundial.
- b) vitória alemã na Primeira Grande Guerra e, conseqüentemente, sua capacidade de competição econômica com os empresários norte-americanos.
- c) desencadeamento da Revolução Russa de 1917 e a formação de um novo bloco econômico, capaz de competir com a economia capitalista.
- d) Guerra Fria, que caracterizou o período de entreguerras, provocando insegurança e crises econômicas no mundo.
- e) tomada de medidas econômicas pelo presidente norte-americano Roosevelt, conhecidas como New Deal, que levaram à crise econômica no mundo.

19. PUCCamp-SP

C4-H18

“O capitalismo nasceu sob a égide da aceleração. Quanto menos tempo despendido, mais produtos a serem transformados em mercadoria. ‘Tempo é dinheiro’ significa o mais das vezes: menos tempo traz mais dinheiro. A identidade supõe aqui inversão de grandezas. Na competição comercial dá-se o mesmo. Quem chega antes, quem se adianta na roda do calendário e do relógio, terá maiores oportunidades de vender. Quem já chegou, já ganhou espaço e poder. Concorre quem mais corre.”

BOSI, Alfredo. *Entre a literatura e a história*. São Paulo: Ed. 34, 2013. p. 355.

A quebra da Bolsa de Nova York (1929) culminou em uma notável crise do capitalismo. Essa crise acarretou a revisão de alguns princípios, dentre os quais se destacou:

- a) o liberalismo econômico, que tornara possível a produção de bens de consumo muito acima das necessidades do mercado, sem mecanismos de regulação.
- b) o protecionismo estatal, que permitira a expansão descontrolada do crédito bancário, resultando em dívidas pendentes assumidas pelo Estado.

- c) a democracia liberal, que possibilitara a melhoria da qualidade de vida da população de menor renda e seu acesso ao consumo, não atendido pelo mercado, o que provocou revolta e quebra-quebras.
- d) o keynesianismo, que estimulava a concentração do consumo nas classes médias e altas, dificultando a ampliação do mercado interno e engessando o crescimento.
- e) a privatização vigente dos serviços públicos e da seguridade social, que desonerava os Estados, mas punha em risco a qualidade de vida e as condições de trabalho dos cidadãos.

20. Enem

C1-H4

Texto I

“A Europa entrou em estado de exceção, personificado por obscuras forças econômicas sem rosto ou localização física conhecida que não prestam contas a ninguém e se espalham pelo globo por meio de milhões de transações diárias no ciberespaço.”

ROSSI, C. *Nem fim do mundo nem mundo novo. Folha de S.Paulo*, 11 dez. 2011. (Adaptado)

Texto II

“Estamos imersos numa crise financeira como nunca tínhamos visto desde a Grande Depressão iniciada em 1929 nos Estados Unidos.”

Entrevista de George Soros. Disponível em: <www.nybooks.com>. Acesso em: 17 ago. 2011. (Adaptado)

A comparação entre os significados da atual crise econômica e do *crash* de 1929 oculta a principal diferença entre essas duas crises, pois:

- a) o *crash* da Bolsa em 1929 adveio do envolvimento dos EUA na I Guerra Mundial e a atual crise é o resultado dos gastos militares desse país nas guerras do Afeganistão e Iraque.
- b) a Crise de 1929 ocorreu devido a um quadro de superprodução industrial nos EUA e a atual crise resultou da especulação financeira e da expansão desmedida do crédito bancário.
- c) a Crise de 1929 foi o resultado da concorrência dos países europeus reconstruídos após a I Guerra e a atual crise se associa à emergência dos BRICS como novos concorrentes econômicos.
- d) o *crash* da Bolsa em 1929 resultou do excesso de proteções ao setor produtivo estadunidense e a atual crise tem origem na internacionalização das empresas e no avanço da política de livre-mercado.
- e) a Crise de 1929 decorreu da política intervencionista norte-americana sobre o sistema de comércio mundial e a atual crise resultou do excesso de regulação do governo desse país sobre o sistema monetário.

23

SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E A PERSEGUIÇÃO, INTOLERÂNCIA E EXTERMÍNIO

- O início da guerra
- Entrada da União Soviética
- Combate ao Japão
- Perseguição e intolerância no decorrer da guerra
- Dos campos de trabalho aos campos de extermínio
- Depois da guerra

HABILIDADES

- Identificar os significados histórico-geográficos das relações de poder entre as nações.
- Avaliar criticamente conflitos culturais, sociais, políticos, econômicos ou ambientais ao longo da História.

O INÍCIO DA GUERRA

Com o término da Primeira Guerra Mundial, o cenário de crise na Europa propiciou a ascensão de líderes e governos autoritários, com discursos xenófobos e violentos. O nazismo na Alemanha e o fascismo na Itália conseguiram se estruturar e permanecer sem retaliações entre os países da Europa durante certo tempo.

Após o Pacto de Não Agressão (Molotov-Ribbentrop) firmado entre a União Soviética stalinista e a Alemanha nazista, em 23 de agosto de 1939, Hitler adiou o confronto com o Exército soviético para concentrar seus esforços na expansão do território, invadindo a Polônia, e na resistência aos contra-ataques da França e da Inglaterra.

Acrescente-se a isso o pacto anterior da Alemanha com a Itália e, desde 1937, com o Japão, configurando o chamado Eixo contra as nações que ficariam conhecidas como Aliadas.

O marco do início da Segunda Guerra Mundial é o dia 1º de setembro de 1939, quando tropas alemãs e soviéticas entraram na Polônia. Inglaterra e França, que haviam defendido a autonomia da Polônia, ficaram em situação complicada, porque deveriam declarar guerra aos alemães, atitude que teria repercussão política danosa, visto que franceses e ingleses não tinham sido diretamente agredidos pelos alemães. A declaração de guerra contra a Alemanha poderia contrariar a opinião pública. As tropas movimentavam-se na fronteira franco-alemã, mas não vinha a ordem de ataque. Hitler afirmava que seu problema era com a Polônia, que nada havia feito contra ingleses e franceses, mas se defenderia em caso de ataque.

A Alemanha estava preparada para agir com um plano de ataque em massa, usando aviação, infantaria e blindados simultaneamente. No começo de 1940, sem declaração formal de guerra, pelo processo ofensivo denominado *blitzkrieg* (guerra-relâmpago), os alemães invadiram países que haviam declarado neutralidade. Dinamarca, Holanda, Bélgica e Luxemburgo foram anexados ao III Reich, que se apropriou de seus recursos para enfrentar França e Inglaterra.

As tropas nazistas não ficaram circunscritas aos territórios da Europa continental. Grupos especializados, conhecidos por Afrika Korps, conduzidos pelo general Rommel, atuavam no norte da África. O plano era chegar ao Canal de Suez, tomar o Egito dos britânicos e controlar toda a Bacia do Mediterrâneo, visto que os italianos haviam deslocado tropas para a Albânia e a Grécia e se aproximavam da Turquia.

Enquanto as forças nazifascistas obtinham sucesso nessas áreas, os japoneses se expandiam no Oceano Pacífico, criando expectativa de guerra contra os Estados Unidos.

A Grã-Bretanha resistia aos duros golpes do Eixo, com ataques quase diários a Londres pela Luftwaffe, a poderosa aviação alemã. Os nazistas não conseguiam realizar *blitzkrieg* no território inglês, mas lhe faziam sérios estragos materiais e humanos.

ENTRADA DA UNIÃO SOVIÉTICA

Seguro de estar próximo da vitória, Hitler praticamente ignorou o Pacto Molotov-Ribbentrop (de não agressão), apresentando a Operação Barba Ruiva, um plano de ataque à União Soviética. Em agosto de 1941, com o território invadido pelas tropas nazistas, a União Soviética declarou guerra à Alemanha.

Os japoneses aproveitaram a situação, que parecia favorável, e, em dezembro de 1941, atacaram a base naval de Pearl Harbor, no Havaí, possessão dos Estados

Unidos. O governo norte-americano reagiu declarando guerra ao Japão e ao Eixo.

Com a entrada da União Soviética e dos Estados Unidos, o quadro de guerra alterou-se. Se antes havia expansionismo do Eixo, os Aliados armaram uma contraofensiva que ganhou dimensões mundiais. Houve destruição em maior ou menor grau em todos os continentes.

A guerra foi difícil para os alemães nas terras soviéticas, cuja resistência dava sinais de vitória, como no episódio da defesa de Stalingrado, cuja terrível batalha registrou baixas consideráveis de ambos os lados, mas deu a vitória aos soviéticos, que então iniciaram a expulsão das tropas alemãs.

Enquanto os japoneses conheciam as primeiras derrotas para os Estados Unidos no Pacífico, os Aliados obtinham vitórias importantes na África e no *front* soviético. Os porta-aviões norte-americanos realizavam operações decisivas contra o Japão. Em determinado momento, os japoneses começaram a fazer uso dos *kamikazes*, aviadores suicidas, para abalar o poderio naval e aéreo dos Estados Unidos. Esses aviadores deram um tom ainda mais dramático à guerra.

GRANGER HISTORICAL PICTURE ARCHIVE/ALAMY STOCK PHOTO



A fotografia mostra um ataque *kamikaze* a porta-aviões norte-americanos. A ideia do Japão era impedir operações aéreas que minassem o domínio sobre áreas estratégicas de seu interesse. Assim, a guerra atingiu uma dramaticidade sem precedentes.

Em 1943, as forças aliadas invadiram a Itália e Benito Mussolini foi derrubado, criando mais problemas para os alemães, que tinham um novo *front* de batalha aberto no sul de sua área. Hitler ordenou a invasão da Itália a partir da Áustria e o esforço de guerra começava a exaurir as forças nazistas. As tropas soviéticas, por sua vez, recuperavam o território e iniciavam o ataque na fronteira alemã. Enquanto isso, esboçava-se um plano de liberação do espaço francês do domínio nazista, baseado no desembarque em massa na Normandia. O Dia D, como ficou conhecido, foi executado em 6 de junho de 1944. Milhares de soldados aliados pereceram, mas os alemães foram desalojados da região.

A saída das tropas nazistas envolvia, frequentemente, a eliminação em massa de populações civis con-

centradas nos campos de trabalho forçado. A corrida implicava saber qual país Aliado chegaria primeiro a Berlim para definir a rendição alemã. Os soviéticos estavam em vantagem e a tensão com os Aliados crescia. Estados Unidos e Grã-Bretanha já não consideravam a rendição alemã realizada pela União Soviética um bom negócio. Stalin tinha pretensões claras de domínio no Leste Europeu e na Ásia, gerando atrito com os países aliados, que já negociavam um desfecho para a guerra. No final de abril de 1945, o Exército Vermelho havia atingido Berlim e, em 7 de maio, os alemães assinaram a capitulação. De acordo com alguns historiadores, Hitler suicidou-se em 30 de abril de 1945.

COMBATE AO JAPÃO

O único país do Eixo que ainda resistia era o Japão, com ações desesperadas. Os militares norte-americanos julgavam que a guerra ainda duraria meses se nenhuma iniciativa abalasse a moral dos japoneses. Cientistas que trabalhavam com tecnologia aplicada à guerra já haviam experimentado a bomba atômica no estado do Novo México. O presidente Harry Truman passou a considerar o lançamento desse artefato em alguma cidade japonesa. Em 6 de agosto de 1945, o avião *Enola Gay* jogou a bomba atômica *Little Boy* em Hiroshima e, alguns dias depois, em Nagasaki. Diante da situação caótica, o Japão iniciou conversações sobre a capitulação.

As negociações resultaram na proposta de rendição japonesa, apresentada oficialmente em 15 de agosto de 1945. O fim do conflito só ocorreu em 2 de setembro de 1945, após a confirmação de algumas exigências das forças aliadas. Deixando um rastro de destruição, a Segunda Guerra Mundial encerrou-se, abrindo uma nova disputa pelo poder no mundo e outra ameaça à vida: a bomba atômica.

PERSEGUIÇÃO E INTOLERÂNCIA NO DECORRER DA GUERRA

Durante a década de 1930, as ideologias nazista e fascista cresceram na Alemanha e na Itália. A crise e a derrota na Primeira Guerra Mundial levaram a população alemã a aderir aos pensamentos formulados por Adolf Hitler e pelo Partido Nazista, entre eles, os que acusavam outros grupos de responsáveis pela crise no país, principalmente os judeus. Unir o povo alemão em torno de um inimigo em comum, os judeus, era uma das estratégias de Hitler, que esboçou boa parte de seus pensamentos em seu livro *Mein Kampf* (Minha luta).

A ideologia nazista era orientada pela teoria eugênica, ou seja, de pureza racial. Para Hitler, existiria um alemão perfeito, sem misturas com outras etnias e, entre suas políticas, o líder buscou segregar e exterminar grupos considerados inferiores, como judeus, negros, homossexuais e ciganos, entre outros.

DOS CAMPOS DE TRABALHO AOS CAMPOS DE EXTERMÍNIO

A política eugenista nazista concretizou-se com a chamada “solução final”, por meio da qual todos os judeus deveriam ser retirados do território alemão e transportados para o leste. Essa política determinou a ida de milhares de judeus, assim como de outros grupos perseguidos, para os campos de concentração, onde eles eram aprisionados e forçados a trabalhar.

Nos campos de concentração eram mantidos, portanto, as raças e os elementos considerados indesejáveis, onde deviam trabalhar, além de sofrer por falta de condições humanas básicas.

A solução final nazista também criou diversos campos de extermínio, utilizados para o genocídio de judeus e de outros grupos considerados indesejados. Nessas instalações, os assassinatos em massa eram cometidos, entre outras formas, por meio de fuzilamentos e câmaras de gás.

Entre os que foram enviados para os campos de concentração e extermínio, poucos sobreviveram e a maioria conseguiu viver porque foi aprisionada apenas ao fim da guerra. Graças a esses sobreviventes, hoje temos acesso a relatos que denunciam os horrores dos campos de concentração e de extermínio nazistas.

DEPOIS DA GUERRA

O número de mortos durante a Segunda Guerra Mundial ultrapassou 50 milhões. Entre estes, 36 milhões morreram na Europa, sendo metade civis. Entre os grupos perseguidos pelos nazistas, estima-se que 6 milhões de judeus foram mortos e mais 5 milhões pertencentes a grupos como ciganos, homossexuais e minorias étnicas.

No período que antecedeu a guerra e no decorrer dela, milhares de judeus refugiaram-se em outros países, movimentações que nem sempre eram feitas com êxito, em razão das políticas que restringiam o número de refugiados em cada país. Com o fim da guerra e a derrota da ideologia nazista, muitos judeus voltaram à Alemanha, à Itália e à Áustria. Muitos judeus também migraram para o Estado de Israel, que foi estabelecido em 1948 em território palestino.

Encerrado o conflito, os países vencedores e então potências mundiais assinaram uma declaração em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que buscava ressaltar valores como a democracia e os direitos humanos, a fim de evitar guerras e ideologias como a que o mundo havia acabado de vivenciar.

MATERIAL DE USO
SISTEMA DE ENSINO

ROTEIRO DE AULA

SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1939-1945)

Antecedentes

Lutas ideológicas: capitalismo x socialismo; liberalismo x totalitarismo. Atitude revanchista da Alemanha, da Itália e do Japão. Conquistas de mercados: Japão (Manchúria); Itália (Etiópia). Teoria do espaço vital da Alemanha: anexação da Áustria (Anschluss), dos Sudetos (da Tchecoslováquia) e da Polônia. Inoperância da Liga das Nações. Fracasso da Conferência de Munique: Mussolini, Deladier e Chamberlain decidiram ceder os Sudetos à Alemanha de Hitler.

Fase europeia (1939-1941)

Início da guerra: invasão à Polônia (1ª de setembro de 1939). Inglaterra e França declararam guerra à Alemanha. Rússia invadiu Finlândia e Polônia Oriental. Alemanha invadiu Noruega, Dinamarca, Holanda, Bélgica e França. Retirada de Dunquerque: derrota aliada. Criação da República de Vichy, na França, sob o comando de Pétain, no sul. Plano Leão Marinho: ataque à Inglaterra (Batalha da Inglaterra). Ataque alemão à União Soviética sem declaração de guerra. Carta do Atlântico: solidariedade dos Estados Unidos aos países aliados.

Fase mundial (1941-1945)

Ataque japonês à base norte-americana de Pearl Harbor em dezembro de 1941. Guerra no norte da África: Rommel (alemão) x Montgomery (inglês). Invasão à Itália pelos Aliados. Batalha do Atlântico: marinha inglesa x marinha alemã. Resistência francesa organizada por De Gaulle. Batalhas no Pacífico: Mar de Coral e Batalha de Midway. Morte de Mussolini no norte da Itália. Desembarque na Normandia: Dia D (6 de junho de 1944).

Fim da guerra

Reconquista da França, Holanda e Bélgica. Conferência de Yalta: Churchill, Roosevelt e Stalin. Morte de Roosevelt: assumiu o vice-presidente Truman. Rendição da Alemanha em 8 de maio de 1945. Lançamento da bomba atômica em Hiroshima e Nagasaki (6 e 9 de agosto de 1945). Rendição japonesa ao general MacArthur.

ROTEIRO DE AULA

PERSEGUIÇÃO, INTOLERÂNCIA E EXTERMÍNIO NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Ideologia nazista

Eugenia e pureza racial.

Antissemitismo.

Racismo.

Espaços de perseguição a grupos considerados indesejados

Guetos de judeus.

Campos de concentração.

Campos de extermínio.

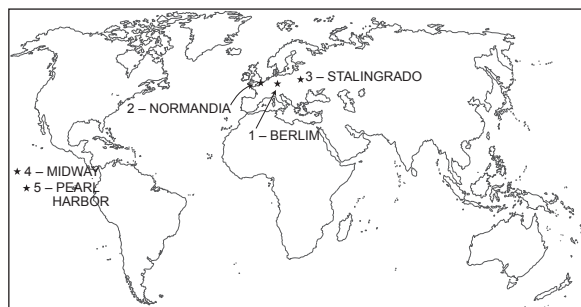
Consequência dos refugiados judeus pelo mundo

Criação do Estado de Israel em

1948.

EXERCÍCIOS DE APLICAÇÃO

1. PUC-RS – Relacione os locais destacados no mapa, representativos de episódios importantes da Segunda Guerra Mundial, com os fatos correspondentes abaixo relacionados:



- () Desembarque dos Aliados, em junho de 1944, para invadir a Alemanha, conhecido como Dia D.
- () Vitória americana imposta aos japoneses, em junho de 1942.
- () Derrota alemã para o exército russo; o exército alemão, que se dizia invencível, retira-se destruído.
- () Bombardeio da aviação japonesa, em dezembro de 1941, a uma base naval, destruindo parte da frota norte-americana.
- () Suicídio de Hitler, em abril de 1945, em um abrigo da chancelaria; na mesma época, as tropas aliadas ocupam a região.

A numeração correta dos fatos, de cima para baixo, é:

- a) 1 – 5 – 3 – 4 – 2.
- b) 2 – 4 – 3 – 5 – 1.
- c) 2 – 5 – 3 – 4 – 1.
- d) 3 – 4 – 1 – 2 – 3.
- e) 3 – 4 – 2 – 5 – 1.

O desembarque dos Aliados ocorreu na Normandia, na França, e ficou conhecido como Dia D. Em 1942, ocorreu uma batalha aeronável entre Estados Unidos e Japão, em que os primeiros saíram vitoriosos. Stalingrado, na então União Soviética, foi o local onde ocorreu uma grande perda da Alemanha. Também na região do Pacífico, o Japão ataca a base dos Estados Unidos, Pearl Harbor, fazendo o país americano entrar na guerra. Em 1945, em Berlim, Hitler se suicida, já em período de derrota do Eixo.

2. UFRJ



STANLEY TROUTMAN/AP PHOTO/ GLOW IMAGES

“Hiroshima, Japão. No exato momento em que 60 anos antes a primeira bomba atômica da história devastava a cidade de Hiroshima, no Japão, mais de 50 mil pessoas fizeram um minuto de silêncio em homenagem às vítimas do ataque. Às 8:15 min [...] o mundo relembrou a detonação da arma mais poderosa já vista no planeta até então,

que matou cerca de cem mil pessoas diretamente e outras milhares nos anos seguintes.”

O Globo, 6 ago. 2005. p. 36. (Adaptado)

a) Apresente um argumento do governo norte-americano em defesa da ação que devastou Hiroshima, no dia 6 de agosto de 1945, e Nagasaki, três dias depois.

Argumentos do governo norte-americano, entre outros: era preciso empregar todos os recursos militares disponíveis para garantir a rendição japonesa e encerrar o conflito; era necessário intimidar o inimigo e demais países por meio da demonstração do poder destrutivo da nova arma; não deveria haver dependência do apoio militar da União Soviética para derrotar o Japão.

b) Considerando a situação militar da Ásia Oriental em meados de 1945, mencione uma crítica aos bombardeios dessas duas cidades japonesas.

As forças aliadas, às vésperas das duas explosões, encontravam-se em grande vantagem militar sobre as tropas japonesas na Ásia Oriental.

3. Enem

C2-H7

O objetivo de tomar Paris marchando em direção ao oeste era, para Hitler, uma forma de consolidar sua liderança no continente. Com esse intuito, entre abril e junho de 1940, ele invadiu a Dinamarca, a Noruega, a Bélgica e a Holanda. As tropas francesas se posicionaram na Linha Maginot, uma linha de defesa com trincheiras, na tentativa de conter a invasão alemã. Para a Alemanha, o resultado dessa invasão foi:

- a) a ocupação de todo o território francês, usando-o como base para a conquista da Suíça e da Espanha durante a segunda fase da guerra.
- b) a tomada do território francês, que foi então usado como base para a ocupação nazista da África do Norte durante a guerra de trincheiras.
- c) a posse de apenas parte do território, devido à resistência armada do Exército francês na Linha Maginot.
- d) a vitória parcial, já que, após o avanço inicial, teve de recuar, devido à resistência dos blindados do general De Gaulle, em 1940.
- e) a vitória militar, com ocupação de parte da França, enquanto outra parte ficou sob controle do governo colaboracionista francês.

Nesta ocasião, a Alemanha teve sucesso militar, mesmo com a existência da Linha Maginot (uma linha de fortificação e defesa francesa), conquistando parte do território francês, não sua totalidade. A parte não ocupada passou a ser administrada pelos franceses, mas com acordos com os alemães, chamado de Governo de Vichy. Por isso ele é chamado de colaboracionista, já que não participou da resistência francesa contra a Alemanha de Hitler.

Competência: Compreender as transformações dos espaços geográficos como produto das relações socioeconômicas e culturais de poder.

Habilidade: Identificar os significados histórico-geográficos das relações de poder entre as nações.

4. UFU-MG (adaptado) – O depoimento a seguir, escrito por uma pesquisadora polonesa em 1985, relembra momentos de sua adolescência entre judeus em Varsóvia. Trecho 1: anos finais da década de 1930; trecho 2: meados da década de 1940.

Trecho 1

“Àquela época, era difícil para qualquer um ingressar na escola de medicina da Universidade de Varsóvia – para uma moça ou um rapaz judeu, era quase impossível. Embora as universidades polonesas não tivessem chegado a adotar a exclusão total, havia não obstante uma clara restrição extraoficial ao número de judeus admitidos como alunos, em especial nos cursos que preparavam profissionais liberais, como o de medicina.”

Trecho 2

“Os guardas obrigam mais e mais pessoas a entrarem, até que fica difícil respirar. Crianças gritam, homens praguejam e blasfemam, uma pessoa fica histérica.

– Vamos botar essas três judias pra fora! – exclama de repente uma mulher. – Estaremos bem melhor sem elas.

Uma forte reprimenda faz com que ela se cale.

– Mais uma palavra – um homem mutilado diz asperamente – e quem vai ser jogada para fora é você.”

BAUMAN, Janina. *Inverno na manhã*: uma jovem no gueto de Varsóvia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. p. 17 e 198.

Considerando a narrativa apresentada e o contexto a que se refere, assinale a alternativa correta:

- a) A perseguição nazista aos judeus não causou inicialmente muita estranheza, pois diferentes práticas antissemitas eram comuns no dia a dia em várias partes da Europa.
- b) O catolicismo e o anglicanismo eram muito difundidos na Polônia já naquela época. Fato este que justificava o forte preconceito contra outras religiões, até mesmo antes do surgimento do nazismo.
- c) O convívio entre praticantes de diferentes religiões é indesejável, sobretudo em regiões com culturas tradicionais ou em espaços muito habitados, devido ao risco de violências.
- d) Hostilidades, restrições e perseguições são sempre lembradas por escritores que viveram o holocausto, mas não se repetem atualmente devido à grande tolerância religiosa.
- e) Na Polônia, o antissemitismo e o holocausto foram conduzidos pelos próprios poloneses católicos.

Historicamente, é possível perceber que o preconceito contra judeus esteve presente em diversos países europeus, retratando o povo de maneira inferior. Nesse sentido, alguns aspectos do antissemitismo não foram combatidos inicialmente. A Polônia, que era composta majoritariamente por judeus, foi uma das regiões que mais sofreu com o genocídio do povo judeu. Hoje em dia, é possível notar intolerância religiosa em vários locais do mundo.

5. UFT-TO – Considere os dois trechos abaixo:

“Em 11 de janeiro de 1948, um editorial do *Le Monde*, intitulado ‘Os sobreviventes dos campos de extermínio’, conseguiu aludir de modo tocante a ‘280 mil deportados, 25 mil sobreviventes’, mas sem mencionar uma única vez a palavra ‘judeu’.

[...]

Em 15 de março de 2005, no Museu do Holocausto, em Jerusalém, o primeiro-ministro francês Jean-Pierre Raffarin

declarou solenemente: ‘A França foi, por vezes, cúmplice dessa infâmia. Ela contraiu uma dívida imprescindível que a mantém sob obrigação.’”

JUDT, Tony. *Pós-guerra*: uma história da Europa desde 1945. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. (Adaptado)

A reavaliação do passado feita por Jean-Pierre Raffarin é perceptível ao contrapormos os dois trechos. Com base nessa reavaliação, é correto afirmar que existiu:

- a) a colaboração de cidadãos franceses com os alemães na captura e envio de judeus para os campos de concentração.
- b) a colaboração francesa com o exército alemão durante a invasão da Bélgica em 1939.
- c) um acordo militar secreto de não agressão entre o governo francês e a Itália fascista no começo de 1938, o que impediu que os exércitos franceses entrassem prontamente na guerra.
- d) apoio militar e logístico francês ao exército alemão durante a invasão da União Soviética em 1943.
- e) participação francesa no extermínio de judeus nos campos de concentração localizados na Espanha.

O Pacto de Não Agressão foi assinado entre Alemanha e União Soviética em 1939. Parte da França, após a conquista alemã, formou o Governo de Vichy, considerado um governo francês colaboracionista com o nazismo. Portanto, parte dos franceses colaborou para os planos de extermínio judaico.

6. UEPG-PR (adaptado) – Um dos maiores conflitos da história da humanidade, a II Guerra Mundial, ocorrida entre 1939 e 1945, mudou a feição mundial na segunda metade do século XX. A respeito desse conflito, assinale a alternativa correta:

- a) A invasão da Polônia pela Alemanha nazista gerou uma reação imediata da França e da Inglaterra, que declararam guerra à Alemanha, dando início a I Guerra Mundial.
- b) O inesperado ataque japonês à base naval de Pearl Harbor, no Havaí, provocou o adiamento dos Estados Unidos na guerra.
- c) O norte da África, região estratégica durante a guerra, não foi cenário de grandes batalhas entre Aliados e nazistas.
- d) O lançamento da bomba atômica nas cidades de Hiroshima e Nagasaki fez com que o Japão continuasse a guerra em busca de retaliação.
- e) O holocausto comandado pelos nazistas foi uma estratégia para a solução do “problema judeu” e levou à morte cerca de seis milhões de pessoas nos diversos campos de concentração montados nas regiões controladas pelos alemães durante a guerra.

A alternativa E aborda corretamente os aspectos do holocausto. A questão refere-se aos acontecimentos da Segunda Guerra Mundial, em que houve combates no norte da África, o ataque a Pearl Harbor foi decisivo para a participação dos Estados Unidos na guerra, e ainda, as bombas encerraram o conflito na região do Pacífico.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

7. IFPE – Analise as proposições abaixo, sobre a Segunda Guerra Mundial:

- I. Os países que compunham o Eixo, contra o qual foi declarada a guerra, foram Alemanha, Itália e Japão.
- II. O início desta guerra se deu com o lançamento, pelos Estados Unidos, das bombas atômicas nas cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki.
- III. Um dos fatos determinantes para a entrada dos Estados Unidos no conflito foram os ataques à base militar estadunidense de Pearl Harbor.
- IV. As mulheres participaram de diversas formas da II Guerra Mundial, como, por exemplo, enfermeiras nos *fronts* ou fabricando armas e munições.
- V. Antes alinhado com os Estados Unidos, o Brasil, governado por Getúlio Vargas, sofreu pressão italiana e entrou no conflito para lutar ao lado dos países do Eixo.

Estão corretas apenas:

- | | |
|-----------------|-----------------|
| a) I, III e IV. | d) III, IV e V. |
| b) I, III e V. | e) III e IV. |
| c) II e III. | |

8. UEL-PR – A Segunda Guerra Mundial ocorreu entre 1939-1945. Sobre o tema, assinale a alternativa incorreta:

- a) Não teve a participação da Suécia e Portugal, assim como a Suíça, cujas neutralidades foram respeitadas pelos beligerantes.
- b) A invasão alemã da Rússia, denominada “Operação Barbarossa”, fez com que esse país tivesse o maior número de mortos no conflito, em torno de 20 milhões de pessoas.
- c) Quando o Brasil entrou no conflito, internamente existia o modelo político direitista chamado Estado Novo.
- d) Quando Estados Unidos e Japão chocaram-se militarmente, houve a mundialização do conflito.
- e) Ao final da luta, irrompeu em todo o mundo a doença conhecida como gripe espanhola, responsável pela morte de milhões de pessoas.

9. UFPel-RS – Durante a 2ª Guerra Mundial, a França de “Vichy”, identificada no mapa, caracterizou-se por:



Fonte: *Atlas da história do mundo*. Folha de S.Paulo, 1995. p. 268.

- a) ser um território dominado e administrado diretamente pelos oficiais nazistas, sem qualquer participação de franceses.
- b) apoiar explicitamente a “resistência” e estabelecer acordos militares com os ingleses.
- c) ser uma trincheira contra a *blitzkrieg* (guerra-relâmpago) efetivada pela Alemanha, na Europa.
- d) representar um território de absoluta neutralidade em relação à guerra, onde não foi permitido o trânsito de tropas beligerantes.
- e) ter um governo subordinado aos interesses nazistas, que permitia o trânsito de tropas alemãs em seu território.

10. Acafe-SC – Sobre a II Guerra Mundial, apenas uma alternativa está incorreta. Assinale-a.

- a) Após contornarem as defesas francesas da linha Maginot, os alemães invadiram a França, ocupando Paris.
- b) Em 1939 a Alemanha, invadindo a Polônia, inaugurou a guerra-relâmpago (*blitzkrieg*); era o início do conflito.
- c) A Alemanha e a União Soviética assinaram um Pacto de Não Agressão, sendo que esse acordo foi respeitado até o fim da guerra.
- d) A entrada norte-americana no conflito deu-se pelo ataque japonês na base militar de Pearl Harbor.
- e) O Brasil participou da guerra, com a Força Expedicionária Brasileira, na Itália.

11. UFMT – A respeito da Segunda Guerra Mundial, afirmou-se: Esta guerra é, de fato, continuação da anterior. Essa afirmação pode ser justificada, entre outros motivos:

- a) pelos ressentimentos da Itália e da Alemanha, que passaram a desenvolver um nacionalismo exacerbado e uma política expansionista.
- b) pelo enfraquecimento da França e da Grã-Bretanha como mediadoras da paz, diante da ascensão da União Soviética como potência hegemônica.
- c) pela rivalidade industrial entre Inglaterra e Alemanha, acentuada pela concorrência econômica após a Crise de 1929, iniciada nos EUA.
- d) pela emergência dos nacionalismos na região balcânica, o que gerou intervenções militares dos países do Eixo, contra os interesses dos Aliados.
- e) pelo revanchismo francês em relação à Alemanha, devido à perda da região da Alsácia-Lorena na Guerra Franco-Prussiana.

12. PUC-RJ – Nos anos de 1941 e 1942, houve mudanças na configuração das alianças políticas e militares que então caracterizavam a Segunda Grande Guerra (1939-1945). Frente a tais alterações, o governo do presidente Getúlio Vargas imprimiu novos rumos à política externa brasileira. Sobre esses acontecimentos, podemos afirmar que:

- I. O ataque japonês a Pearl Harbor, em 1941, deflagrou a participação militar ostensiva dos EUA na guerra.
- II. A invasão alemã, na União Soviética, em 1941, interferiu, entre outros aspectos, na aproximação diplomática e militar entre EUA, URSS e Inglaterra.
- III. A crescente aproximação diplomática com os EUA condicionou a declaração de guerra ao Eixo, por parte do governo Vargas, em 1942.

IV. A participação militar brasileira na guerra, associada ao envio da FEB, conjugou-se à ofensiva das tropas aliadas, no *front* europeu, em meados de 1944.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas II e IV estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas I, III e IV estão corretas.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

13. UECE – O Comitê Olímpico Internacional (COI), em 1931, escolheu Berlim como sede da XI Olimpíada, que aconteceria no ano de 1936. A opinião mundial dividiu-se e muitos foram contra. O deputado comunista francês Florimond Bonte afirmou: “Ir a Berlim é aceitar tornar-se cúmplice dos carrascos”. Nos Estados Unidos, as universidades de Long Island, Notre Dame e Nova York recusaram ceder seus atletas para a seleção. Na Europa, alguns grupos tentaram promover jogos alternativos para concorrer com os Jogos Olímpicos daquele ano. Na Alemanha, o Partido Nazista também se posicionou contra, entretanto, em 1933, Hitler, ao assumir o poder, mudou de opinião, visto que os jogos serviriam como:

- a) cilada para sequestrar atletas importantes que seriam usados como reféns na guerra.
- b) propaganda e oportunidade de mostrar para o mundo a suposta superioridade ariana.
- c) motivo para entender que se tratava de um infame festival promovido pelos judeus.
- d) oportunidade de encontrar políticos importantes do mundo nas delegações atléticas.

14. UFRGS-RS – Leia as afirmações abaixo, sobre as Leis de Nuremberg, conjunto de textos legais decretados pela ditadura nazista alemã em 1935:

- I. A Lei de Proteção do Sangue e Honra Alemães proíbe o casamento entre judeus e “arianos”.
- II. A Lei de Cidadania do Reich proíbe a concessão de cidadania alemã aos judeus e a outros grupos considerados “não arianos”, estabelecendo limitações à vida cívica e política desses indivíduos.
- III. As Leis de Nuremberg representavam a sistematização legal da já existente e violenta perseguição aos judeus na Alemanha nazista.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas I e II.
- c) Apenas I e III.
- d) Apenas II e III.
- e) I, II e III.

15. UFRN

“O filósofo alemão Theodor Adorno, refletindo sobre aspectos da sociedade ocidental do século XX, chegou à conclusão de que ‘Pessoas que se enquadram cegamente em coletividades transformam-se em algo análogo à matéria bruta e omitem-se como seres autodeterminantes. Isso combina com a disposição de tratar os outros como massa amorfa [...] Aquilo que exemplificava apenas alguns monstros nazistas poderá ser observado hoje em grande número de pessoas, como delinquentes juvenis, chefes de quadrilhas e similares, que povoam o noticiário dos jornais, diariamente [...] As pessoas dessa índole equiparam-se de certa forma às coisas. Depois, caso o consigam, elas igualam os outros às coisas. A expressão ‘acabar com eles’, tão popular no mundo dos valentões, como no dos nazistas, revela muito bem essa ideia’.”

COHN, Gabriel (Org.). *Theodor Adorno*. São Paulo: Ática, 1986. p. 40.

O acontecimento da história da Alemanha que, no século XX, serviu de base para as reflexões de Adorno no fragmento anterior foi:

- a) a ascensão política dos *junker* – grandes proprietários, conservadores, protestantes –, que tinham se beneficiado com a alta dos preços, após a Guerra Franco-Prussiana.
- b) a agressiva política externa do III Reich, reivindicando territórios da Polônia, que acabaria sendo invadida por Hitler.
- c) a política de manutenção da “pureza da raça” ariana, com a eliminação das raças ou elementos considerados inferiores, sobretudo os judeus.
- d) a tomada do poder pelo Partido Comunista Alemão, que pregava a revolução socialista como alternativa para sair da crise econômica decorrente do Tratado de Versalhes.

16. UPE – Observe a gravura seguinte.



MUSEU MEMORIAL DO HOLOCAUSTO, ESTADOS UNIDOS/CORTESIA DE SEE PUBLISHED SOURCE

Leia atentamente o texto a seguir:

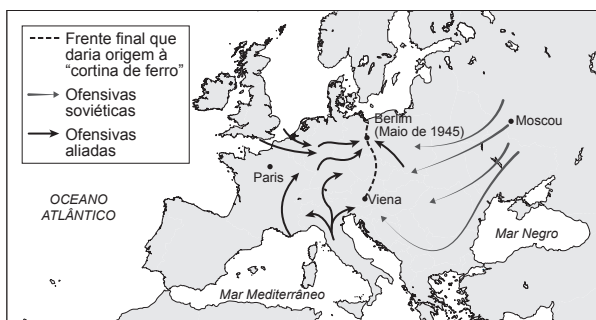
“Para alguns, o sobrenome Levy na lista telefônica ainda é numeroso demais. Paul Riche, no jornal *Au Pílori*, advoga a eliminação total dos judeus, sem ambiguidade: ‘Morte ao judeu! Morte à vilania, à duplicidade, à esperteza judaica! Morte ao argumento judaico! Morte à usura judaica! Morte à demagogia judaica! Morte a tudo que é falso, feio, sujo, repugnante, negroide, mestiço, judeu! Este é o último recurso dos homens brancos perseguidos, roubados, pilhados, assassinados pelos semitas e que ainda encontram forças para se libertarem dessa abominável opressão.

...Morte! Morte ao judeu! Sim. Repetimos. Repetimos! Morte! M.O.R.T.E. AO JUDEU! Aqui! O judeu não é um homem. É uma besta malcheirosa. As pessoas se livram dos piolhos. Combatem as epidemias. Lutam contra as invasões microbianas. Defendem-se contra o mal, contra a morte – portanto, contra os judeus’.”

Jornal *Au Pílori*, 14 de março de 1941. In: FERRO, Marc. *História da Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Ática, 1997. p. 144.

“Judeus não são bem-vindos aqui!” diz, em tradução livre, a ilustração antissemítica que se encontra em um livro infantil publicado na Alemanha, em 1936. A matéria de jornal citada, publicada em Paris, em 1941, reproduz o mesmo discurso nazista da imagem. Os danos causados pelos poderes que se tornam fora de controle e fora de equilíbrio racional e emocional geram sementes que se espalham e se difundem, podendo até criar “monstros”, como o do caso do atentado na Bélgica, que matou 76 inocentes, em julho próximo passado.

Essa ideia, presente no cartaz e no texto, permanece, embora em outra dimensão, contribuindo para a violência global.



Assinale a alternativa que o analisa corretamente:

- a) Trata-se do final do conflito na Europa, caracterizado pela rendição italiana em 1943 e pelo desembarque aliado na Normandia em 1944.
- b) Demonstra a última ofensiva nazista na Europa Ocidental, frustrada pelo desembarque aliado na Normandia.
- c) Explicita os acordos de áreas de influência, definidos depois da Conferência de Teerã em 1943 e finalmente ratificados pelo encontro de Yalta em 1945.
- d) Demonstra a ofensiva militar aliada no Pacífico.
- e) Demonstra a última ofensiva italiana na Europa Ocidental, antes de sua rendição aos aliados em 1943.

20. Enem

C3-H12

“Após a Declaração Universal dos Direitos Humanos pela ONU, em 1948, a Unesco publicou estudos de cientistas de todo o mundo que desqualificaram as doutrinas racistas e demonstraram a unidade do gênero humano. Desde então, a maioria dos próprios cientistas europeus passou a reconhecer o caráter discriminatório da pretensão superioridade racial do homem branco e a condenar as aberrações cometidas em seu nome.”

SILVEIRA, R. Os selvagens e a massa: papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental. *Afro-Ásia*, n. 23, 1999. (Adaptado)

A posição assumida pela Unesco, a partir de 1948, foi motivada por acontecimentos então recentes, dentre os quais se destacava o(a):

- a) ataque feito pelos japoneses à base militar americana de Pearl Harbor.
- b) desencadeamento da Guerra Fria e de novas rivalidades entre nações.
- c) morte de milhões de soldados nos combates da Segunda Guerra Mundial.
- d) execução de judeus e eslavos presos em guetos e campos de concentração nazistas.
- e) lançamento de bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki pelas forças norte-americanas.

GUERRA FRIA

24

A CAMINHO DE UMA NOVA ORDEM MUNDIAL

Com o término da Segunda Guerra Mundial, a política mundial ganhou um novo traçado. Dois países assumiram posição de supremacia e dividiram o restante do mundo em áreas de influência política e ideológica. Os Estados Unidos encabeçaram o bloco capitalista, e a União Soviética, o bloco socialista.

Não havia choque direto entre Estados Unidos e URSS, mas as duas superpotências fomentavam campanhas na periferia do globo para ampliar seus domínios políticos e econômicos.

ESTADOS UNIDOS NO PÓS-GUERRA

A Europa destruída deixou de ser o centro das decisões. Os Estados Unidos, apesar dos prejuízos materiais e humanos, beneficiaram-se economicamente com a Segunda Guerra Mundial. Como na Primeira Guerra, seu território passou incólume pelo conflito, com exceção do ataque japonês a Pearl Harbor, e suas indústrias produziam como nunca, abastecendo os Aliados e gerando créditos enormes. Toda a prosperidade econômica revertia-se para o padrão de vida baseado no consumo, na busca do bem-estar, inclusive com o uso do automóvel. Como no entreguerras, ganhou força o *american way of life*.

Instalou-se o medo do comunismo, verdadeira paranoia na sociedade americana. Houve suspensão de uma série de direitos civis garantidos constitucionalmente para neutralizar inimigos do governo. Durante dois anos, o comitê do senador McCarthy perseguiu funcionários do Estado, ativistas políticos, cientistas e líderes sindicais.

Enquanto os norte-americanos inauguravam redes de supermercados, autoestradas, lojas de departamentos e lanchonetes *fast-foods*, a Europa reerguia-se da destruição provocada pela guerra.

GUERRA FRIA NA EUROPA

O confronto entre as duas superpotências resultou na divisão da Europa em Ocidental (capitalista) e Oriental (socialista). A separação geográfica não expressava claramente toda a tensão no território. De acordo com o historiador Nicolau Sevcenko:

Após 1945, a instauração da Guerra Fria reformularia o jogo político em termos, literalmente, de um duelo de propaganda. O núcleo das potências capitalistas de um lado e, de outro, o bloco soviético, separados simbolicamente pelo Muro de Berlim, mantinham seu enfrentamento por meio do controle das comunicações, da política cultural e dos sistemas educacionais, na medida em que o advento das armas atômicas tornava o conflito direto inviável. Macarthismo e stalinismo se representavam como os únicos dialetos em que podia ser articulado qualquer discurso público ou prática cultural. Nas periferias do mundo, o confronto se desdobrava em violência desenfreada, por meio de ditaduras brutais e guerras genocidas em que eram testados os últimos prodígios da corrida armamentista, incluindo armas químicas, biológicas e mísseis teleguiados de grande impacto destrutivo. Os massacres diários nas periferias se traduziam em duelos estatísticos na linguagem publicitária da Guerra Fria.

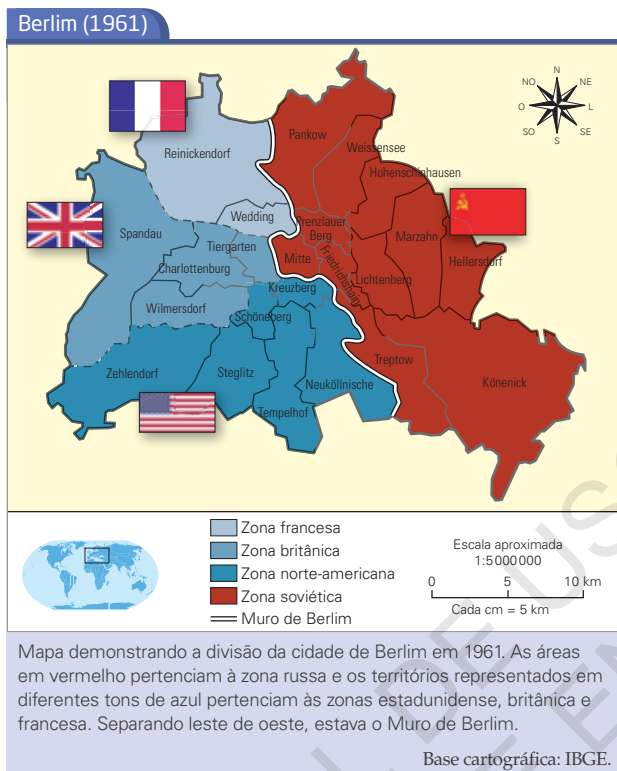
SEVCENKO, Nicolau. *A corrida para o século XXI: no loop da montanha-russa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 85.

- A caminho de uma Nova Ordem Mundial
- Estados Unidos no pós-guerra
- Guerra Fria na Europa
- Alianças e áreas de proteção
- Fora da Europa
- Queda do Muro de Berlim
- A guerra para além das armas: discurso e ideologia
- Propaganda e cultura
- Corrida armamentista
- Corrida espacial

HABILIDADES

- Identificar os significados histórico-geográficos das relações de poder entre as nações.
- Avaliar criticamente conflitos culturais, sociais, políticos, econômicos ou ambientais ao longo da História.

Terminada a Segunda Guerra Mundial, a divisão da Alemanha em quatro zonas de influência (britânica, francesa, norte-americana e soviética) transformou-se em uma disputa entre a União Soviética e os Estados Unidos e resultou, em 1949, no estabelecimento da República Federal Alemã (capitalista) e da República Democrática Alemã (socialista). Berlim, capital situada na parte oriental, foi dividida da mesma forma, ficando uma área capitalista encravada na Alemanha socialista. As pessoas que tentavam escapar logo foram impedidas com a decisão do Partido Comunista de construir um muro isolando Berlim Oriental.



A ameaça de guerra entre os dois lados contribuiu para a organização de sistemas de defesa conjunta entre os países de cada bloco político-ideológico. Assim, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) tornou-se a organização militar do mundo capitalista, com base em vários países europeus que apontavam mísseis para o lado socialista. Do outro lado, instituiu-se o Pacto de Varsóvia, com a mesma finalidade da Otan, apontando mísseis para o lado capitalista da Europa.

ALIANÇAS E ÁREAS DE PROTEÇÃO

Dessa forma, os países europeus foram governados entre 1945 e 1947 por coligações de centro-esquerda, que defenderam a estatização gradual de bancos, indústrias e terras, procurando conciliar liberdade e igualdade com justiça social. Os comunistas pregavam a passagem imediata para a estrutura socialista e a ditadura do proletariado segundo moldes soviéticos, obtendo ampla votação tanto no Leste Europeu como em países como França e Itália, onde também era influente a democracia cristã, adepta de um mode-

lo de sociedade capitalista que possibilitava a justiça social conforme valores cristãos. Como essas forças não conseguiram formar maiorias parlamentares, estabeleceram-se governos tripartites representando uma composição, união que alterou profundamente as instituições políticas, econômicas e sociais na Europa. No plano político, surgiram Constituições mais democráticas: na França, adotou-se o voto feminino; na Itália, aboliu-se a monarquia mediante plebiscito; e, no Japão, implantou-se uma Constituição liberal, embora a monarquia permaneça até hoje.

As coligações europeias duraram pouco, pois, a partir de 1947, o antagonismo entre os blocos capitalista e socialista reapareceu e ganhou força. Em termos econômicos, nacionalizaram-se os setores financeiros e industriais; estatizaram-se setores de base, fontes de energia e minas de carvão. França e Inglaterra também nacionalizaram gás, eletricidade, transporte e bancos. No plano social, o movimento sindical teve impulso, com os trabalhadores unidos em Centrais Gerais do Trabalho (CGTs) ou articulados em confederações, obtendo conquistas salariais e sociais.

Em março de 1947, a política europeia tomou novos rumos quando os Estados Unidos, sob o comando do presidente Harry Truman, substituíram a Inglaterra no processo de repressão à guerrilha comunista dos partisans na Grécia e na Turquia, contrariando as disposições da Conferência de Yalta, que estabelecia áreas de influência exclusiva para os países vencedores da guerra. O historiador Norman Lowe aponta de forma inequívoca a origem da Doutrina Truman:

Esta doutrina surgiu a partir dos eventos na Grécia, onde os comunistas estavam tentando derrubar a monarquia. Tropas britânicas, que ajudaram a libertar a Grécia dos alemães em 1944, haviam restaurado a monarquia, mas agora estavam sentindo o peso de apoiá-la contra os comunistas que recebiam ajuda da Albânia, da Bulgária e da Iugoslávia. Ernest Bevin, o ministro das relações exteriores da Grã-Bretanha, apelou aos Estados Unidos e Truman anunciou (março de 1947) que o país apoiaria povos livres que estivessem resistindo a ser subjugados por minorias armadas ou por pressões externas. A Grécia imediatamente recebeu enormes quantidades de armas e outros suprimentos e, em 1949, os comunistas foram derrotados [...]

A Doutrina Truman deixava claro que os Estados Unidos não tinham a intenção de voltar ao isolamento em que haviam estado após a Primeira Guerra Mundial, e sim estavam comprometidos com “uma política de contenção do comunismo” não apenas na Europa, mas também no mundo todo, incluindo a Coreia e o Vietnã.

LOWE, Norman. *História do mundo contemporâneo*. Porto Alegre: Penso, 2011. p. 145.

A intervenção norte-americana no caso grego marcou o início da Doutrina Truman, segundo a qual

a política externa dos Estados Unidos usaria todos os meios e recursos para conter o comunismo e a influência soviética em outros países, rompendo a relativa cordialidade com a URSS. Os historiadores consideram a Doutrina Truman o início da Guerra Fria.



O Plano Marshall consistia em um pacote de ajuda econômica de 13 bilhões de dólares aos países europeus cujos regimes políticos tinham a aprovação dos Estados Unidos. Afastaram-se todos os ministros europeus ligados aos partidos comunistas e houve desmobilização do movimento sindical.

A URSS não tardou a reagir, criando, em 1949, o Comecon, versão socialista do Plano Marshall, objetivando a autossuficiência em relação ao bloco capitalista. O Kominform formou-se como organismo encarregado de unificar os principais partidos comunistas europeus, o que afastou os países sob sua influência da supremacia norte-americana, gerando o bloco da Cortina de Ferro.

O entrelaçamento das economias europeias visava eliminar as rivalidades tradicionais e fortalecer o bloco ocidental, sob a liderança dos Estados Unidos. A economia europeia cresceu com adesões sucessivas de outros países, até a assinatura do Tratado de Maastricht (1992), criando a União Europeia (UE), caracterizada por mercado único, sem taxas alfandegárias, moeda única (euro) e políticas comuns para a agricultura, o comércio e os transportes, entre outras áreas. O Comecon e o Pacto de Varsóvia extinguíram-se em 1991, com a democratização da URSS em meados da década de 1980.

FORA DA EUROPA

Durante a Guerra Fria, o mundo possuía uma estrutura bipolar, contrapondo os países capitalistas (Primeiro Mundo) aos socialistas (Segundo Mundo). O Terceiro Mundo, que reunia países da América Latina, da África e da Ásia, conquistou alguma expressão política apenas com a Conferência de Bandung (1955).

Nos países latino-americanos, só aumentaria nos anos seguintes a influência dos Estados Unidos, que apoiaram e financiaram, a partir dos anos 1960, uma série de golpes militares, impondo ditaduras radicalmente anticomunistas, como o regime militar que dominou a política no Brasil até a década de 1980.

A URSS mantinha forte controle político-militar na Europa Oriental visando preservar suas posições. Em 1953, Stalin, que sistematicamente eliminou oposições à União Soviética, faleceu, provocando uma revisão do socialismo aplicado. No congresso do Partido Comunista de 1956, Nikita Krushev realizou um importante discurso, denunciando Stalin por cometer atrocidades e impedir a existência de um socialismo democrático. Esse revisionismo soviético repercutiu no mundo socialista.

QUEDA DO MURO DE BERLIM

Na década de 1980, funcionou como catalisador para o fim da Guerra Fria uma grave crise econômica no bloco socialista, envolvendo falta de produtos e de concorrência e baixos salários. A queda do Muro de Berlim, em 1989, foi o ato simbólico que decretou o encerramento de décadas de disputas econômicas, ideológicas e militares entre o bloco capitalista, comandado pelos Estados Unidos; e o socialista, dirigido pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Na sequência, ocorreu a reunificação das Alemanhas Ocidental e Oriental.



SUEDEUTSCHE ZEITUNG PHOTO/ALAMY STOCK PHOTO

Queda do Muro de Berlim, em 1989. Cidadãos de ambos os lados do muro que dividia a cidade participaram de sua derrubada, levando consigo fragmentos do antigo marco de separação.

Com a queda do Muro de Berlim, foi necessário reordenar a política e a economia mundial nos moldes de uma nova década, pelo menos no que se pretendia, diferente das anteriores. A situação de Berlim mostrou como estava realmente a estrutura soviética. Depois de uma série de políticas de abertura, o governo, centrado em Moscou, começara a perder influência sobre territórios aliados. Muitos viram nessas políticas a brecha para iniciar um processo de ruptura com o sistema, considerado dominador e autoritário.

A URSS agrupava diversas populações, que muitas vezes já haviam disputado territórios e possuíam desavenças históricas. Pelo formato adotado, essas populações acabaram unidas, muitas vezes contra suas

vontades e tradições, transformando alguns locais em uma espécie de “barril de pólvora”, pois a qualquer momento poderia haver conflito entre elas.

A década de 1990 foi marcada pela separação de territórios, como Tchecoslováquia (desmembrada em 1992 nos países chamados atualmente República Checa e Eslováquia) e Iugoslávia (desmembrada por meio de guerras civis em Sérvia, Montenegro, Croácia, Eslovênia, Bósnia-Herzegovina e Macedônia). Ainda existem conflitos étnicos, religiosos e territoriais não resolvidos entre algumas dessas populações.

As ideologias de esquerda perderam o referencial prático de modelo social, mas isso não significou seu fim. Muitos teóricos readequaram suas leituras para a organização política e econômica que se desenvolveu a partir da década de 1990.

PROPAGANDA E CULTURA

Tanto a URSS como os Estados Unidos difundiram diversas propagandas para promover seus sistemas ao mundo. Os socialistas, além de exaltar seus líderes, mostravam-se como um escudo contra as hostilidades estadunidenses e ressaltavam que estes últimos não estariam dispostos a abrir mão das armas. As propagandas soviéticas também procuravam mostrar que os Estados Unidos forçavam seus aliados a assinar pactos e tratados. Os Estados Unidos, por sua vez, produziam inúmeras propagandas, tanto para relacionar seu país enquanto defensor das liberdades como para difamar o socialismo.



HERITAGE IMAGE PARTNERSHIP LTD/ALAMY STOCK PHOTO

Pôster da União Soviética. Como era comum em propagandas políticas, o governante Stalin é exaltado. O cartaz ainda diz “Graças ao amado Stalin para a nossa infância feliz!”. Produzido em 1950 pela artista Nina Vatolina.



Imagem da década de 1940 apresentando o que seriam os Estados Unidos sob o controle do comunismo. Como estudamos, houve um investimento ideológico por parte do governo estadunidense para barrar qualquer movimento de cunho socialista.

A propaganda anticomunista obteve tanto sucesso e tantos mitos foram criados nesse período que surgiu um temor coletivo em torno de uma suposta revolução comunista que poderia ocorrer a qualquer momento. Esse medo foi exacerbado não apenas nos Estados Unidos, mas nos diversos países ocidentais que consumiam seus produtos e sua cultura, como o Brasil.

O terror ao comunismo levou a acusações mútuas dentro dos Estados Unidos, inclusive de políticos, que apontavam uns aos outros como inimigos do país e espiões soviéticos.

As disputas entre capitalistas e socialistas também repercutiram no mundo cultural, e isso pode ser identificado nas histórias em quadrinhos produzidas na época. Nelas, é possível encontrar heróis bem conhecidos pelo público enfrentando adversários relacionados direta ou indiretamente aos soviéticos.

A história em quadrinhos *Quarteto Fantástico*, por exemplo, foi criada em plena corrida espacial e fala de uma viagem para o espaço que dá superpoderes aos integrantes do grupo. O inimigo do quarteto era um vilão que possuía muitas características que remetiam à visão que se tinha dos socialistas do Leste Europeu.

Na Inglaterra, surgem a banda The Beatles e os Rolling Stones, ambos liderando movimentos na música que criticavam o momento político de guerra. Nos Estados Unidos, cresciam movimentos por “paz e amor”, os chamados *hippies*, que também tinham representação na música do período.

Os movimentos contra as guerras de que os Estados Unidos participavam tiveram grande participação da juventude. Além de essa realidade ser colocada nas músicas, também podia ser vista em filmes que retratavam a violência das guerras, como *Apocalypse Now* (1979) e *Platoon* (1986).

CORRIDA ARMAMENTISTA

O término da Segunda Guerra Mundial foi marcado pela explosão das bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki. Agora, o mundo todo sabia do poderio dos Estados Unidos: eles tinham a bomba atômica. A

Guerra Fria iniciou-se com essa mentalidade e, se tudo era considerado uma grande corrida entre capitalistas e socialistas, a União Soviética também precisaria produzir as próprias bombas atômicas. O primeiro teste nuclear soviético foi realizado em 1949, quatro anos após a Segunda Guerra Mundial.

A corrida armamentista levava cada país a pesquisar e demonstrar mais poder de destruição que seu adversário e a cada momento eram exibidas novas armas. Os Estados Unidos e a União Soviética já haviam alcançado a tecnologia dos mísseis balísticos de longo alcance, não necessitando mais de aviões para lançar suas bombas. A corrida armamentista desenvolveu-se em conjunto com a corrida espacial, que utilizava as mesmas tecnologias de foguetes para a produção de bombas e satélites.

CORRIDA ESPACIAL

A corrida espacial afetou a produção bélica e a área tecnológica. O sucesso na conquista do espaço comprovaria a eficiência dos modelos socialista e capitalista. Estados Unidos e URSS empenhavam-se em mostrar esse domínio. A cada conquista, de um lado, a resposta não tardava a chegar do outro. Os soviéticos largaram na frente, pondo o primeiro satélite artificial em órbita (Sputnik, em 1957) e levando o primeiro ser vivo ao espaço (a cadela Laika a bordo do Sputnik 2). Também surpreenderam o mundo ao lançar, em 1961, a Vostok 1, tripulada por Yuri Gagarin, primeiro astronauta a orbitar a Terra.

A reação dos Estados Unidos veio com a criação da Nasa, em 1958, e o lançamento do primeiro satélite no mesmo ano, o Explorer I. Em 1962, colocaram o astronauta John Glenn em órbita. O projeto de chegar à Lua dominou a década de 1960. Em 20 de julho de 1969, o módulo lunar Eagle, pertencente à missão Apollo XI, aterrissou com sucesso na Lua, onde o astronauta Neil Armstrong foi o primeiro homem a pisar.



Tripulação do Apollo 11, que chegou à Lua em 1969. Da esquerda para a direita: Neil Armstrong (comandante); Michael Collins (piloto do módulo de comando); e Edwin “Buzz” Aldrin (piloto do módulo lunar).

Iniciada no contexto da Guerra Fria, a exploração do espaço ainda hoje representa uma das mais desafiadoras fronteiras da humanidade para a ciência e a tecnologia. Os gastos militares e espaciais comprometeram os recursos da União Soviética. Assim, a política da Guerra Fria teve repercussões que afetariam o futuro do próprio socialismo.

ROTEIRO DE AULA

GUERRA FRIA

Bipolarização

Duas potências dividindo sua influência no mundo e rivalizando em uma guerra não declarada.

Características

Lutas ideológicas, intervencionismos, guerras localizadas e corrida armamentista.

Início

Guerra Fria iniciada com a Doutrina Truman.

Blocos

Dois blocos políticos: capitalista (EUA) e socialista (URSS).

Desdobramentos imediatos

Divisão da Alemanha em quatro zonas de influência. Criação da ONU: Conferência de São Francisco. Criação da Otan, sob a liderança dos EUA. Criação do Pacto de Varsóvia, sob a liderança da URSS. Plano Marshall (EUA): reconstrução da Europa e combate ao avanço soviético. Desenvolvimento industrial. Divisão da Alemanha (Oriental e Ocidental) em 1949. Guerra da Coreia (1950-1953).

Pontos de tensão

Stalinismo (URSS) x macarthismo (EUA). Otan x Pacto de Varsóvia. Crise dos Mísseis: Cuba (outubro de 1962).

ROTEIRO DE AULA

GUERRA FRIA: PROPAGANDA, ARMAS E ESPAÇO

Função e características

Propagandas norte-americanas e soviéticas para demonstrar superioridade.

Promoção e difamação entre as diferentes ideologias.

Propaganda anticomunista e terror ao comunismo nos Estados Unidos.

Reflexos da Guerra Fria na cultura, nos quadrinhos, nos filmes e na música.

Desenvolvimentos tecnológicos graças à competição da Guerra Fria

Corrida armamentista.

Corrida espacial.

Primeiros satélites e seres humanos chegam ao espaço e pisam na Lua.

O investimento nessas corridas prejudicou a economia soviética.

EXERCÍCIOS DE APLICAÇÃO

1. Enem

C2-H7

“O massacre da Floresta de Katyn foi notificado pela primeira vez pelos alemães em abril de 1943. Numa colina na Rússia, soldados nazistas encontraram aproximadamente doze mil cadáveres. Empilhando em valas estava um terço da oficialidade do exército polonês, entre os quais, vários engenheiros, técnicos e cientistas. Os nazistas aproveitaram-se ao máximo do episódio em sua propaganda antissoviética. Em menos de dois anos, porém, a Alemanha foi derrotada e a Polônia caiu na órbita da União Soviética – a qual reescreveu a história, atribuindo o massacre de Katyn aos nazistas. A Polônia inteira sabia tratar-se de uma mentira; mas quem o dissesse enfrentaria tortura, exílio ou morte.”

Disponível em: <<http://veja.abril.com.br>>. Acesso em: maio 2009. (Adaptado)

Como o massacre de Katyn e a farsa montada em torno desse episódio se relacionam com a construção da chamada Cortina de Ferro?

- A aniquilação foi planejada pelas elites dirigentes polonesas como parte do processo de integração de seu país ao bloco soviético.
- A construção de uma outra memória sobre o massacre de Katyn teve o sentido de tornar menos odiosa e ilegítima, aos poloneses, a subordinação de seu país ao regime stalinista.
- O exército polonês havia aderido ao regime nazista, o que levou Stalin a encará-lo como um possível foco de restauração do Reich após a derrota alemã.
- A Polônia era a última fronteira capitalista do Leste Europeu e a dominação desse país garantiria acesso ao Mar Adriático.
- A aniquilação do exército polonês e a expropriação da burguesia daquele país eram parte da estratégia de revolução permanente e mundial defendida por Stalin.

A construção de uma nova memória sobre o acontecimento estaria ligada a uma tentativa de amenizar o fato de que a Polônia, em um novo momento político, estaria relacionada aos antigos responsáveis pelo massacre da Floresta de Katyn.

Competência: Compreender as transformações dos espaços geográficos como produto das relações socioeconômicas e culturais de poder.

Habilidade: Identificar os significados histórico-geográficos das relações de poder entre as nações.

- IFSP (adaptado)** – Considere a imagem e o texto a seguir:



AGÊNCIA FOTOGRAFICZNA CAROJALAMY, STOCK PHOTO

“A imagem refere-se ao Muro de Berlim em 1989. A cidade de Berlim possui aproximadamente 890 km² (dos quais 403 km² correspondiam a Berlim Oriental); dividida em duas partes já desde 1948, foi, em 1961, solidamente sepa-

rada por uma fronteira física até então inexistente – e constituída como fronteira fechada por um muro de concreto de 43,7 km no meio da cidade (156,4 km era o tamanho total do muro em torno de Berlim Ocidental), com uma altura que variava de 3,40 a 4,20 m. O muro, simbólica e concretamente, separava sistemas, países e mundos sociais.”

MORAES, Luis Edmundo Souza. O Muro, dois Estados, dois Mundos. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/8279/4776>>. Acesso em: out. 2015.

De acordo com a imagem e o contexto descrito, é correto o que se afirma em:

- Os alemães comemoraram o fim da divisão entre a República Democrática da Alemanha (Alemanha Oriental) e a República Federal da Alemanha (Alemanha Ocidental), assim como a queda do Muro de Berlim e possível reunificação que só ocorreu em 1990.
- Os alemães comemoraram a data da construção do Muro de Berlim e os 40 anos da República Democrática da Alemanha (Alemanha Oriental), pois havia muita resistência e protestos por parte da maioria dos alemães que eram contra a reunificação prevista para 1990.
- Os alemães comemoraram o fim da divisão entre a República Democrática da Alemanha (Alemanha Ocidental) e a República Federal da Alemanha (Alemanha Oriental), assim como a queda do Muro de Berlim e possível reunificação que só ocorreu em 1990.
- Os alemães comemoraram a queda do Muro de Berlim, o fim da Guerra Fria, bem como o fim da luta armada entre a República Democrática da Alemanha (Alemanha Oriental) e a República Federal da Alemanha (Alemanha Ocidental) e almejavam a reunificação prevista para 1990.
- Os alemães comemoraram as pesadas indenizações que a República Democrática da Alemanha (Alemanha Oriental) foi condenada a pagar judicialmente para a República Federal da Alemanha (Alemanha Ocidental), devido às mortes dos alemães que tentaram atravessar o muro para ir de uma Alemanha para outra.

O fim da divisão física e simbólica representada pelo Muro de Berlim foi amplamente comemorado pelos cidadãos e cidadãs da Alemanha (Ocidental e Oriental), pois, para além da tensão da bipolaridade que dividia o mundo, os alemães foram forçosamente separados de amigos e familiares desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

3. UERJ

Projeção polar norte



Reinaldo Scalzaretto e Demétrio Magnoli. *Atlas geopolítica*. São Paulo: Scipione, 1996.

(Nova) Guerra Fria sobre o Ártico

“Mesmo divergindo sobre as causas do fenômeno, a comunidade científica é unânime: o Ártico está derretendo. Segundo um estudo da Arctic Climate Impact Assessment (ACIA), publicado em 2004, 4 998 000 km² de geleiras desapareceram ao longo dos últimos 30 anos.”

<http://diplo.uol.com.br> (Adaptado)

No mapa e na reportagem, apresentam-se informações que remetem a possíveis alterações na economia e na política da região ártica, fruto da combinação de eventos como a mundialização do capitalismo e o aquecimento global.

Dois significativos interesses estratégicos que podem produzir uma redefinição da geopolítica do Ártico são:

- a) instalação de bases militares e monitoramento do tráfego aéreo.
- b) aproveitamento da biodiversidade e expansão do mar territorial.
- c) exploração de recursos minerais e controle de novas rotas marítimas.
- d) utilização de reservas de água potável e aproveitamento da energia hidrelétrica.

Entre os novos interesses estratégicos que poderiam produzir uma redefinição da geopolítica do Ártico estão a exploração de recursos minerais, antes impedidos ou dificultados pelas condições climáticas da região, e o controle de novas rotas marítimas, que estarão livres de grandes calotas de gelo.

4. Unioeste-PR

“A Segunda Guerra Mundial mal terminara quando a humanidade mergulhou no que se pode encarar, razoavelmente, como uma Terceira Guerra Mundial, embora numa guerra muito peculiar.”

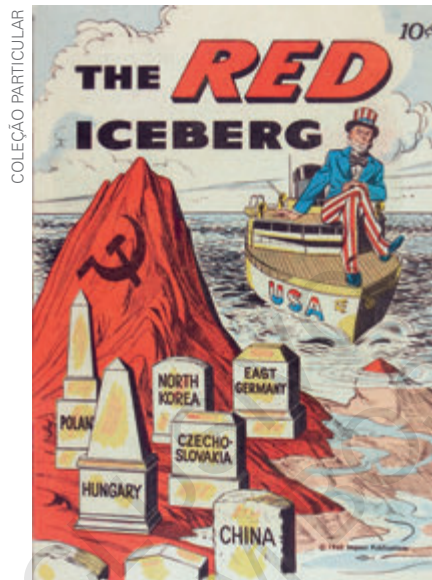
HOBSBAWM, E. *Era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Sobre a Guerra Fria, objeto da citação anterior, é incorreto afirmar:

- a) A Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) e o Pacto de Varsóvia foram criados, entre outros fatores, por causa do crescimento das tensões entre os blocos de países liderados pelos norte-americanos e soviéticos.
- b) A República da Coreia do Sul e a República Popular Democrática da Coreia do Norte, ideologicamente opostas, envolveram-se numa guerra fratricida, cujo armistício acabou unificando os dois países.
- c) A queda do Muro de Berlim, em 1989, símbolo maior da Guerra Fria, acompanhou o processo conhecido como fim do “socialismo real” e possibilitou a reunificação da República Democrática Alemã e da República Federal da Alemanha.
- d) Com relação à Guerra do Vietnã, conflito armado ocorrido durante a Guerra Fria, o maior temor dos Estados Unidos era o chamado “efeito-dominó”, isto é, que outros países vizinhos tentassem seguir o exemplo da insubordinação vietnamita.
- e) Durante a Guerra Fria, diversas produções cinematográficas contribuíram para difundir o anticomunismo e a ideia de um confronto entre dois blocos de poder.

A guerra civil na Coreia foi um sintoma da Guerra Fria, separando o país em dois blocos, o norte comunista e o sul capitalista. Até hoje o país segue dividido dessa forma.

5. Cefet-MG – Analise a imagem seguinte, alusiva à nova ordem mundial que se instalou com o fim da Segunda Guerra.



Disponível em: <<http://opiniocia.blogspot.com.br/2013/11/cartazes-de-propaganda-anticomunista.html>>. Acesso em: ago. 2014.

Essa imagem pretende:

- a) alertar sobre o perigo do comunismo.
- b) comprovar a ação ofensiva do capitalismo.
- c) demonstrar a superioridade do capitalismo.
- d) denunciar a situação precária do comunismo.

Essa imagem, parte da propaganda anticomunista dos Estados Unidos, visava propagar um alerta à ideologia comunista da União Soviética, país inimigo durante a Guerra Fria.

6. IFRS – Durante a Guerra Fria, o mundo dividiu-se em dois grandes blocos, pois as duas maiores potências, EUA e URSS, estabeleceram um conflito ideológico em busca da hegemonia sobre a economia mundial. Para tanto, a metodologia utilizada por estadunidenses e soviéticos foi o domínio político e econômico sobre as chamadas áreas de influência, em que a América Latina passou a ser alvo dos interesses dos EUA. Neste contexto, o Brasil foi o local escolhido para inaugurar a interferência do capitalismo estadunidense na América Latina, através da instauração da:

- a) Revolução de 1930.
- b) redemocratização.
- c) ditadura civil-militar.
- d) República da Espada.
- e) ditadura Estado-novista.

Com base em diversas fontes e documentos, podemos afirmar que os Estados Unidos, sob o pano de fundo da Guerra Fria e com o pretexto de evitar que o comunismo assumisse o governo brasileiro, auxiliou forças internas do Brasil a iniciar uma ditadura no país.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

7. Fuvest-SP

“O processo de expansão das características multilaterais do sistema ocidental nas diversas áreas do mundo conheceu crescente impasse a partir do início do novo século. A sustentabilidade de um sistema substancialmente unipolar mostrou-se cada vez mais crítica, precisamente em face das transformações estruturais, ligadas, antes de mais nada, ao crescimento econômico da Ásia, que pareciam complementar e sustentar a ordem mundial do pós-Guerra Fria. A ameaça do fundamentalismo islâmico e do terrorismo internacional dividiu o Ocidente. O papel de pilar dos Estados Unidos oscilou entre um unilateralismo imperial, tendendo a renegar as próprias características da hegemonia, e um novo multilateralismo, ainda a ser pensado e definido.”

PONS, Sívio. *A revolução global: história do comunismo internacional (1917-1991)*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

O texto propõe uma interpretação do cenário internacional no princípio do século XXI e afirma a necessidade de:

- valorizar a liderança norte-americana sobre o Ocidente, pois apenas os Estados Unidos dispõem de recursos financeiros e militares para assegurar a nova ordem mundial.
- reconhecer a falência do modelo comunista, hegemônico durante a Guerra Fria, e aceitar a vitória do capitalismo e da lógica multilateral que se constituiu a partir do final do século XX.
- combater o terrorismo islâmico, pois ele representa a principal ameaça à estabilidade e à harmonia econômica e política entre os Estados nacionais.
- reavaliar o sentido da chamada globalização, pois a hegemonia política e financeira norte-americana tem enfrentado impasses e resistências.
- identificar o crescimento vertiginoso da China e reconhecer o atual predomínio econômico e financeiro dos países do Oriente na nova ordem mundial.

8. **Espcex-SP** – Espesso e perigoso, o Muro de Berlim separou bairros, cortou cemitérios ao meio e fechou entradas de igrejas. Existiu por 28 anos, durante os quais se estima que 125 pessoas morreram ao tentar transpô-lo. Sobre o Muro de Berlim, é correto afirmar que:

- na noite de 29 de novembro de 1947, o governo da Alemanha Oriental conduziu sua construção.
- apesar de todo o aparato de segurança que ele continha, não impediu a fuga em massa de seus cidadãos.
- tornou-se o maior símbolo da Guerra Fria, pois dividia uma cidade nos dois sistemas econômico-ideológicos existentes.
- por ocasião do bloqueio ocorrido à cidade de Berlim (junho de 1948 a maio de 1949), seus acessos foram fechados.
- sua construção foi motivada pela fuga de alemães ocidentais para o Leste Europeu, através de Berlim Oriental.

9. **UCS-RS** – Em 1991, ocorreu um dos mais significativos fatos da história recente: a extinção da União Soviética. Sobre esse fato histórico, é correto afirmar que:

- O estadista Mikhail Gorbachev, em 1985, assumiu o controle do Partido Comunista Soviético com ideias inovadoras. Entre suas maiores metas governamentais, Gorbachev empreendeu duas medidas: a *perestroika* e a *glasnost*.
- A *perestroika* visava modernizar a economia russa com a adoção de medidas que diminuam a partici-

pação do Estado na economia. A *glasnost* (transparência) estabelecia algumas liberdades políticas e direitos individuais.

III. A implantação dessas medidas trouxe uma série de consequências, como, por exemplo, a declaração da independência de países que compunham a antiga URSS, tais como a Letônia, a Estônia e a Lituânia.

Das proposições acima:

- apenas I está correta.
- apenas II está correta.
- apenas I e II estão corretas.
- apenas II e III estão corretas.
- I, II e III estão corretas.

10. **PUCCamp-SP** – Os Estados Unidos emergiram da Segunda Guerra Mundial como o país mais rico e poderoso do mundo. No pós-guerra, dois grandes planos contribuíram para a prosperidade e crescimento material desse país, entre eles, o Plano Marshall, pois, ao:

- encorajar maiores investimentos com baixos juros para a reconstrução da economia do país, estimulou a demanda por produtos manufaturados no mercado interno e a exportação de excedentes da produção industrial para a Europa.
- romper com os pressupostos do liberalismo econômico, prolongou a paralisação das atividades industriais e manteve o desemprego, reduzindo a competitividade das economias europeias no comércio internacional.
- financiar a reconstrução da Europa, incluiu novamente os mercados europeus na pauta das exportações norte-americanas, ajudando a acelerar o crescimento econômico do país e impedindo o avanço dos comunistas na região.
- neutralizar os conflitos militares entre o bloco socialista e o bloco capitalista, durante a Guerra Fria, reduziu a competição econômica na Europa, impulsionando o desenvolvimento industrial e do comércio internacional americano.
- incrementar o comércio entre os países ricos e pobres a fim de reaquecer a economia, os Estados Unidos promoveram a reorganização econômica europeia, elevando os níveis de emprego e de produção dos norte-americanos.

11. **Unifor-CE** – Há vinte anos, o mundo vivenciou um dos mais importantes marcos da história mundial. Em nove de novembro de 1989, a queda de um muro simbolizou o desaparecimento de um regime de rivalidade política internacional que deixou cicatrizes até nossos tempos. Acerca do referido momento histórico e do contexto em que se inseriu, marque a opção incorreta:

- Uma das consequências advindas da queda do Muro de Berlim foi a reunificação das duas Alemanhas, antes divididas.
- O acontecimento propiciou uma maior integração da Europa, além de ter selado o final da Guerra Fria.
- O líder soviético Gorbachev teve notável influência na derrocada do antigo regime, dando lugar a uma nova ordem política internacional.
- Também foram atores políticos da época o ex-líder sindical polonês Lech Walesa e o ex-dirigente húngaro Miklos Nemeth.
- A principal consequência deste acontecimento foi o fortalecimento do regime comunista, especialmente na Alemanha, Rússia e Polônia.

12. ESCS-DF – O pouso de uma sonda na superfície de um cometa, em 2014, levou o mundo a voltar sua atenção, mais uma vez, para o espaço, quarenta e cinco anos após o homem ter chegado à Lua. Trata-se, entretanto, do prolongamento de um processo histórico, iniciado no pós-Segunda Guerra Mundial, denominado era espacial. Naquele contexto, escrevia-se mais um capítulo na disputa pelo poder mundial entre as duas superpotências, os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Esse cenário de confrontação perdurou, com maior ou menor intensidade, até o desmonte do “socialismo real”, sendo conhecido como:

- a) Guerra nas Estrelas. c) Guerra Fria.
b) Coexistência Pacífica. d) Missão Soyus.

13. UFF-RJ – Segundo Eric Hobsbawm, a Segunda Guerra Mundial mal terminara quando a humanidade mergulhou no que se pode encarar, razoavelmente, como uma Terceira Guerra Mundial, porém com caráter muito peculiar – a Guerra Fria. A partir desta interpretação sobre a Guerra Fria, é incorreto afirmar que:

- a) seu aspecto mais óbvio foi a frenética corrida armamentista das grandes potências.
b) formalmente, teve início com a enunciação da Doutrina Truman, em março de 1947.
c) a crise dos mísseis cubanos representou seu momento mais explosivo, uma vez que a União Soviética insistiu em mantê-los naquele território.
d) sua peculiaridade foi a de, em termos objetivos, não ter representado perigo iminente de guerra mundial.
e) uma de suas manifestações revelou-se em 1950, quando, abalados pela vitória comunista na China, os Estados Unidos e seus aliados intervieram na Coreia a fim de impedir que o regime comunista do norte daquele país se estendesse para o sul.

14. Enem – Do ponto de vista geopolítico, a Guerra Fria dividiu a Europa em dois blocos. Essa divisão propiciou a formação de alianças antagônicas de caráter militar, como a Otan, que aglutinava os países do bloco ocidental, e o Pacto de Varsóvia, que concentrava os do bloco oriental. É importante destacar que, na formação da Otan, estão presentes, além dos países do oeste europeu, os EUA e o Canadá. Essa divisão histórica atingiu igualmente os âmbitos político e econômico e se refletia pela opção entre os modelos capitalista e socialista. Essa divisão europeia ficou conhecida como:

- a) Cortina de Ferro. d) Convenção de Ramsar.
b) Muro de Berlim. e) Conferência de Estocolmo.
c) União Europeia.

15. UEM-PR (adaptado) – Sobre o período da chamada Guerra Fria, que se inicia após o final da Segunda Guerra Mundial e persiste até o início da década de noventa do século passado, veja as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta:

- I. Durante a Guerra Fria, os Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas exerciam uma influência direta sobre dois blocos de países distintos e politicamente antagônicos.
II. Durante a Guerra Fria, a América Latina alinhou-se aos Estados Unidos da América, e neste contexto foi criada a Organização dos Estados Americanos para coordenar a ação dos governos no continente.
III. Ao contrário dos demais países da América Latina, o Brasil, nos primeiros anos da Guerra Fria, permaneceu sob a influência da União Soviética. Em razão

disso, o Partido Comunista Brasileiro dominou os trabalhos da Assembleia Constituinte de 1945.

- a) I e II estão corretas.
b) I e III estão corretas.
c) II e III estão corretas.
d) todas as alternativas estão corretas.
e) nenhuma das alternativas está correta.

16. UERJ – A viagem do homem à Lua, em julho de 1969, representou uma das conquistas científicas de maior repercussão do século XX.



www.vale1clique.com

Esse acontecimento teve grande significado político em função da conjuntura da época, marcada pela:

- a) aliança militar entre países não alinhados.
b) bipolaridade entre os blocos capitalista e socialista.
c) coexistência pacífica entre regiões descolonizadas.
d) concorrência tecnológica entre nações desenvolvidas

17. UEPB – Na Guerra Fria, a cultura *pop* norte-americana foi utilizada para propagandear ideais e o *american way of life*. O fim era ampliar o leque de alianças e conquistar simpatias para ganhar disputas contra os comunistas. Assinale a única alternativa incorreta:

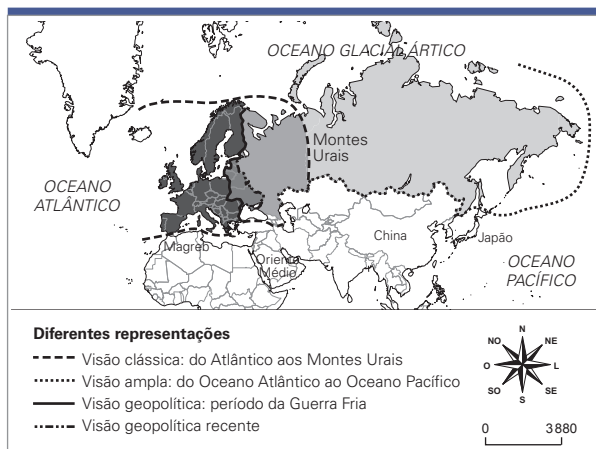
- a) A indústria cinematográfica de Hollywood combateu a paranoia anticomunista e o medo da guerra nuclear instalados nos EUA. Filmes como *Cortina de Ferro* denunciavam o Comitê de Investigação de Atividades Antiamericanas como o centro da propaganda pró-*american way of life*.
b) Mesmo inverossímil, o agente James Bond (007) representa a Guerra Fria no cinema. Ele tentava salvar o mundo da destruição por armas atômicas e/ou enfrentava os inimigos do “mundo livre”; lia-se comunistas.
c) Na Guerra Fria, havia os super-heróis da Marvel Comics que lutavam contra o comunismo. O Quarteto Fantástico tinha o maligno Dr. Destino, governante da Latvéria (república do Leste Europeu), como inimigo. A narração dizia que os EUA estavam numa “corrida espacial contra uma potência estrangeira”.
d) A agressiva política adotada por Ronald Reagan (EUA) e Margaret Thatcher (Inglaterra), contra países comunistas, causou uma nova corrida armamentista e fez com que os quadrinhos adotassem uma postura crítica em relação à Guerra Fria. É a época de séries como *Cavaleiro das Trevas* e *Watchmen*.
e) Com o fim da 2ª Guerra, editoras dos EUA tiveram prejuízos por não explorarem mais o filão do super-herói engajado no combate ao nazismo. Passaram a editar revistas de terror e ficção científica, com seres estranhos invadindo a Terra, que mostravam como os norte-americanos viam os soviéticos, seus novos inimigos.

ESTUDO PARA O ENEM

18. Enem (cancelado)

C2-H6

A figura apresenta diferentes limites para a Europa, o que significa que existem divergências com relação ao que se considera como território europeu.



BOURGAT, S.; BRÁS, C. (Coord.). *Histoire et géographie*. Travaux dirigés. Paris: Hatier, 2008. (Adaptado)

De acordo com a figura:

- a) a visão geopolítica recente é a mais restritiva, com um número diminuto de países integrando a União Europeia.
- b) a delimitação da Europa na visão clássica, separando-a da Ásia, tem como referência critérios naturais, ou seja, os Montes Urais.
- c) a visão geopolítica dos tempos da Guerra Fria sobre os limites territoriais da Europa supõe o limite entre civilizações desenvolvidas e subdesenvolvidas.
- d) a visão geopolítica recente incorpora elementos da religião dos países indicados.
- e) a representação mais ampla a respeito das fronteiras da Europa, que engloba a Rússia chegando ao Oceano Pacífico, descaracteriza a uniformidade cultural, econômica e ambiental encontrada na visão clássica.

19. Enem

C2-H7

“Os 45 anos que vão do lançamento das bombas atômicas até o fim da União Soviética não foram um período homogêneo único na história do mundo. [...] dividem-se em duas metades, tendo como divisor de águas o início da década de 70. Apesar disso, a história deste período foi reunida sob um padrão único pela situação internacional peculiar que o dominou até a queda da URSS”.

HOBBSAWM, Eric J. *Era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

O período citado no texto e conhecido por “Guerra Fria” pode ser definido como aquele momento histórico em que houve:

- a) corrida armamentista entre as potências imperialistas europeias, ocasionando a Primeira Guerra Mundial.
- b) domínio dos países socialistas do sul do globo pelos países capitalistas do norte.
- c) choque ideológico entre a Alemanha nazista/União Soviética stalinista, durante os anos 30.
- d) disputa pela supremacia da economia mundial entre o Ocidente e as potências orientais, como a China e o Japão.
- e) constante confronto das duas superpotências que emergiam da Segunda Guerra Mundial.

20. UFTM-MG

C2-H9

Observe a charge, datada de 1962, que representa, à esquerda, Nikita Krushev, secretário-geral do Partido Comunista da então União Soviética e, à direita, John Kennedy, presidente dos Estados Unidos.



UFTM, MG

A imagem refere-se:

- a) à disputa pela hegemonia sobre as colônias do continente africano, importante fonte de matérias-primas.
- b) ao risco de confronto entre os EUA e a URSS, motivado pela tentativa dos russos de dotar Cuba de armas nucleares.
- c) à política de enfrentamento de Kennedy, que desgostou os grupos americanos conservadores.
- d) ao enfraquecimento da União Soviética, cuja situação econômica impedia a produção de armas no ritmo dos americanos.
- e) às disputas em torno do projeto americano, que previa a construção de escudos antiaéreos em torno do planeta.

REVOLUÇÕES SOCIALISTAS NA ÁSIA E REVOLUÇÃO MEXICANA

25

REVOLUÇÕES SOCIALISTAS

Encerrada a Segunda Guerra Mundial, novas preocupações dominavam o cenário político internacional. Agitações tomavam conta das áreas coloniais europeias nos continentes africano e asiático. Grupos de povos colonizados defendiam sua autonomia dos estados europeus, propondo governos nacionalistas, socialistas ou de inspiração religiosa. Além disso, houve tomada de consciência a respeito do subdesenvolvimento e a agenda política de países pobres passava a ter como meta a superação do atraso, visto por muitos como dependência dos produtos industrializados do Primeiro Mundo. A visão de pertencer ao Terceiro Mundo, ou seja, ao setor subdesenvolvido do mundo, alimentava propostas de industrialização de viés nacionalista. Outro aspecto relevante da fase pós-Segunda Guerra Mundial foi a expansão do regime socialista no mundo. Os comunistas controlavam países da Europa Oriental, tinham apoiadores na Europa Ocidental, avançavam no continente asiático e, posteriormente, no africano. Daí surgirem propostas nacionalistas de caráter socialista que visavam superar o subdesenvolvimento nos países que nasceram de experiências coloniais. Nacionalismo e socialismo representavam ingredientes das tensões no mundo bipolarizado.

REVOLUÇÕES NA ÁSIA

Enquanto na Europa sucediam os desdobramentos da Guerra Fria, na Ásia a derrota do Japão na Segunda Guerra Mundial favorecia a expansão do comunismo, em especial na China e na Coreia. Na China, a vitória dos comunistas na revolução em 1949 estimulou a Guerra da Coreia, primeiro grande conflito dos anos da Guerra Fria. Receosos do domínio total do comunismo no Extremo Oriente, os americanos apressaram a expansão dos benefícios do Plano Marshall ao Japão, garantindo que um antigo inimigo se tornasse um importante aliado capitalista na região.

SUEDEDEUTSCHE ZEITUNG PHOTO/
ALAMY STOCK PHOTO



Grande peça de propaganda do governo da Coreia do Norte fazendo alusão aos heróis da revolução.

CHINA

Desde 1919, a China dividia-se entre proposições nacionalistas e socialistas. Os nacionalistas eram, a princípio, guiados por Sun Yat-sen, homem forte da elite chinesa que proclamou a república em 1911 e conduzia parte do território. Foi sucedido por Chiang Kai-shek, chefe militar que enfrentou as forças comunistas conduzidas por Mao Zedong (Mao Tsé-tung).

- Revoluções socialistas
- Revoluções na Ásia
- China
- Vietnã
- Coreia
- Em busca de liberdade
- Revolução Mexicana

HABILIDADES

- Identificar os significados histórico-geográficos das relações de poder entre as nações.
- Comparar o significado histórico-geográfico das organizações políticas e socioeconômicas em escala local, regional ou mundial.
- Analisar a atuação dos movimentos sociais que contribuíram para mudanças ou rupturas em processos de disputa pelo poder.
- Comparar diferentes pontos de vista, presentes em textos analíticos e interpretativos, sobre situações ou fatos de natureza histórico-geográfica acerca das instituições sociais, políticas e econômicas.
- Avaliar criticamente conflitos culturais, sociais, políticos, econômicos ou ambientais ao longo da História.

Durante anos, a China esteve dividida entre os dois grupos, até que se esboçou uma união para enfrentar a ocupação nipônica na década de 1930. Até encerrar o confronto com o Japão, a aliança se manteve. Com a rendição japonesa, a trégua entre comunistas e nacionalistas terminou e a luta pelo poder na China foi retomada.

Governada pela dinastia Manchu desde 1644, a China passou ao domínio das potências estrangeiras a partir de 1841 com a Guerra do Ópio, apesar da aparente manutenção da ordem imperial. A filosofia de Confúcio favoreceu a exploração, pois pregava o respeito à autoridade e à hierarquia, bem como o culto ao passado, mantendo as tradicionais estruturas de privilégios que favoreciam a dominação.

No início do século XX, houve uma tentativa de combater esses valores e encerrar a dominação internacional. A Revolução dos Boxers (1898-1901) despertou o descontentamento geral e a percepção de que a dinastia Manchu era responsável pela miséria do país, visto que apoiava a situação de controle. Em 1911, o clima de ebulição sociopolítica levou à proclamação da república, mas o novo governo não conseguiu afastar o domínio imperialista, encabeçado pelo Japão após a Primeira Guerra Mundial, enquanto o governo republicano do Partido Nacionalista (Kuomintang), liderado por Sun Yat-sen, sofria pressões internas dos chefes militares locais, que buscavam mais autonomia e manutenção do domínio internacional vantajoso a eles.

Em 1919, novas contestações em função das cláusulas do Tratado de Versalhes que beneficiavam o Japão motivaram passeatas de estudantes em Pequim e ganharam apoio de outros setores da sociedade. Em 1920 estourava uma greve em Xangai, influenciada pelos ideais socialistas da Revolução Russa, e fundava-se o Partido Comunista Chinês (PCC), por Chen Tu-xiu, com participação de Peng-Pai e Mao Tsé-tung.

O Kuomintang buscou apoio da URSS e do PCC para a unificação nacional, contra a autonomia dos senhores locais e a dominação imperialista. Em 1925, com a morte de Sun Yat-sen, Chiang Kai-shek assumiu o Kuomintang e introduziu uma política agressiva contra o PCC.

Em síntese: sob o governo de Chiang Kai-shek, o Partido Nacionalista perdeu a identidade, passando a desfrutar de uma série de vantagens que a exploração imperialista proporcionava. A corrupção instaurada esmagava o movimento popular urbano. A derrota nas cidades fez o PCC, então liderado por Mao Tsé-tung, retirar-se para o campo, a fim de organizar suas bases de apoio. Em 1931, em Kiangsi, proclamou-se a República Popular da China, acirrando o confronto entre os nacionalistas do Kuomintang e os comunistas do PCC.

Chiang Kai-shek mantinha a unidade do país à custa de acordos com os chefes locais, que comprometiam o próprio governo nacional com sua autonomia. Em 1930, instaurou-se uma guerra civil. Em 1931, aproveitando-se da fragilidade chinesa, o Japão invadiu a Manchúria (norte do país), onde estabeleceu um Estado-satélite (Manchukuo). O Kuomintang passou a sofrer dupla

pressão: do imperialismo japonês e do levante comunista no campo.

Em 1934, os nacionalistas organizaram uma grande campanha militar para derrotar os comunistas. Fugindo das tropas, Mao liderou a Grande Marcha (1934-1935), tornando-se então secretário-geral do PCC e o principal dirigente comunista.

Diante do avanço japonês, Mao conseguiu organizar uma nova frente única com os nacionalistas, por meio de um acordo firmado em 1937. Até o término da Segunda Guerra Mundial, esse acordo deu ao PCC o controle de parte do exército chinês, além de crescente popularidade. Com a rendição do Japão em agosto de 1945, Chiang Kai-shek decretou, em 1946, uma nova mobilização para eliminar o perigo comunista. Reiniciava-se a guerra civil. Contando com o apoio norte-americano, os nacionalistas passaram a ser vistos pela população como cúmplices das potências estrangeiras.

A URSS, envolvida com problemas internos, não podia amparar o PCC. Apesar disso, os comunistas, organizados no Exército Popular de Libertação, continuaram avançando e tomaram Pequim em 1949. Ao mesmo tempo, os Estados Unidos isolaram a China comunista (República Popular da China), negando-lhe reconhecimento diplomático e intercâmbio econômico.

A China comunista manteve relações amistosas com a URSS durante o governo de Stalin, que deu amplo apoio à modernização tecnológica e científica, inclusive na área de energia atômica. A morte de Stalin, em 1953, e a ascensão de Krushev com sua política de aproximação diplomática do bloco ocidental, no período da coexistência pacífica, motivaram o governo chinês a romper relações com a URSS, acusando-a de revisionismo.

Mas o ponto de maior tensão começa em 1966. Liderado por Mao Tsé-tung, o Partido Comunista realiza a chamada Revolução Cultural. A ideia do líder chinês era dar uma resposta a seus opositores, principalmente após o fracasso de seus planos econômicos. Com violentas ações repressivas, executadas por jovens dos comitês revolucionários, professores, intelectuais e burocratas foram assassinados. Famílias inteiras foram presas em campos de trabalhos forçados ou até mesmo mortas. Livros foram queimados e o ensino superior foi desativado. Foi uma verdadeira guerra ideológica. Podemos dizer que essa revolução não chegou ao fim até a morte de Mao, em 1976.

No mesmo período, houve o conflito sino-soviético, ocasionando o rompimento de relações entre URSS e China. Após a fragmentação do bloco comunista, o modelo chinês enfrentou instabilidades. Deng Xiaoping, líder chinês de 1978 a 1990, tentou se afastar do modelo de Mao Tsé-tung, transformando a China em uma economia de mercado, um capitalismo de Estado. Isso deixou grupos de estudantes e intelectuais insatisfeitos, pois a abertura econômica não veio acompanhada de uma abertura política. Em abril de 1989, houve uma série de manifestações em Pequim e em mais quatrocentas cidades chinesas. O centro desses protestos foi a Praça da

Paz Celestial. Esse movimento ficou conhecido como Movimento Democrático da China e, após várias tentativas do governo de desmobilizar a população, ele foi duramente reprimido pelas forças militares.

VIETNÃ

O caso vietnamita também exemplifica a divisão entre os povos explorados pelo imperialismo. Os comunistas da Indochina, liderados por Ho Chi Minh, lutaram contra a invasão nipônica, embora existissem forças nacionalistas alinhadas em defesa do território. Após a vitória dos Aliados, os franceses pretendiam recuperar o controle da Indochina, sua antiga área de exploração. Os vietnamitas defenderam sua autonomia e esse conflito gerou um combate sangrento.

Antecedentes da Guerra do Vietnã

Durante a Segunda Guerra Mundial, em 1940, logo após a invasão da França por Hitler, os japoneses ocuparam a Indochina, dominada pela França desde 1860, com população de maioria budista.

Em 1945, com o término da guerra e a derrota japonesa, Ho Chi Minh, fundador da Liga Revolucionária Vietminh, proclamou a independência do Vietnã, enfrentando a resistência francesa, que pretendia reocupar a região, o que provocou a Guerra da Indochina.

Em 1954, os franceses foram totalmente derrotados na Batalha de Dien Bien Phu por tropas do Vietminh e do movimento Pathet Lao, ao mesmo tempo que a opinião pública francesa pressionava o governo a sair do Vietnã. No mesmo ano, o governo francês convocou a Conferência de Genebra para negociar a paz e a independência da região, o que resultou na fragmentação do território e na independência de Laos, Camboja e Vietnã (ex-Indochina).

Durante a Segunda Guerra Mundial, o território do Vietnã havia sido dividido em áreas dos exércitos soviético e americano na altura do paralelo 17, mesma estratégia adotada na Coreia contra a ocupação pelo exército japonês. Até a realização de eleições populares que marcariam a reunificação do país, o território vietnamita deveria permanecer dividido: o norte governado por Ho Chi Minh com capital em Hanói; e o sul sob o comando de Bao-Dai, com capital em Saigon. No contexto da Guerra Fria, um lado recebia assistência da URSS; o outro, dos Estados Unidos.

Essa situação deveria perdurar até 1956, quando a população decidiria, em plebiscito, o destino do Vietnã, reunificado em torno do socialismo ou do capitalismo. O governo norte-americano impediu a consulta popular, sob o pretexto de as ações continuadas dos guerrilheiros vietcongues no sul do paralelo estarem desestabilizando o governo nacionalista.

Ho Chi Minh, declaradamente comunista, obteve o apoio dos vietcongues (do sul) para a unificação nacional. A possibilidade de vitória de Ho Chi Minh nas eleições e o contexto da Guerra Fria levaram o então presidente norte-americano Dwight Eisenhower a apoiar o sucessor de Bao-Dai no sul, o ditador Ngo Dinh

Diem, que cancelou as eleições, episódio que deu início à Guerra do Vietnã (1960), conflito que durou quinze anos e foi caracterizado pela desigualdade de forças.

Ação estadunidense no Vietnã

O presidente norte-americano Lyndon Johnson, que sucedeu John Kennedy, obteve autorização do Senado para a intervenção total no Vietnã, enviando, entre 1965 e 1968, mais de 500 mil soldados para a região, além de bombardear o Vietnã do Norte. A resistência Vietminh, com o apoio dos vietcongues, e a pressão da opinião pública minaram a disposição dos Estados Unidos de ajuda ao Vietnã do Sul.

O governo Nixon adotou a política de “vietnamização da guerra”, com a retirada de tropas e a manutenção do apoio ao Vietnã do Sul em armamentos e bombardeios contra o Vietnã do Norte. O escândalo político envolvendo o presidente Nixon, conhecido como Watergate, e acordos falhos para a saída estadunidense honrosa da guerra causaram a derrota total dos Estados Unidos no conflito. Em abril de 1975, tropas do norte e vietcongues ocuparam Saigon, reunificando o país, e rebatizaram a cidade com o nome de Ho Chi Minh.



BETTMANN ARCHIVE/GETTY IMAGES

A imagem denuncia o ataque norte-americano a populações indefesas do Vietnã. Os comandantes das operações militares dos Estados Unidos atribuíam o sucesso dos guerrilheiros vietcongues ao apoio vietnamita popular, justificando seus ataques aterrorizantes a vilas inteiras.

A guerra provocou a morte de 58 mil norte-americanos e deixou milhares de soldados veteranos mutilados ou com sérios problemas psicológicos. Com o término da Guerra Fria, o Vietnã adotou a *doi moi* (renovação), reforma semelhante à *perestroika* soviética, abrindo seu mercado aos países capitalistas, em especial ao Japão.

O Vietnã foi totalmente destruído, com perdas materiais imensas e populações indefesas massacradas. O governo norte-americano gastou milhões nessa cruzada anticomunista, que dividiu opiniões do próprio país e do mundo. Os Estados Unidos só se retiraram oficialmente da região em 1975, após reconhecerem a derrota para os guerrilheiros vietcongues. Sob a égide comunista, o Vietnã foi reunificado.

COREIA

Após a derrota do Eixo, em 1945, a Coreia, dominada pelo Japão durante a Segunda Guerra Mundial, dividiu-se em duas zonas de ocupação: Coreia do Sul (Estados Unidos) e Coreia do Norte (URSS). Antes do

término da guerra, o paralelo 38 norte estava definido como limite de atuação militar das duas potências, com o objetivo de acelerar a rendição japonesa nas duas frentes.

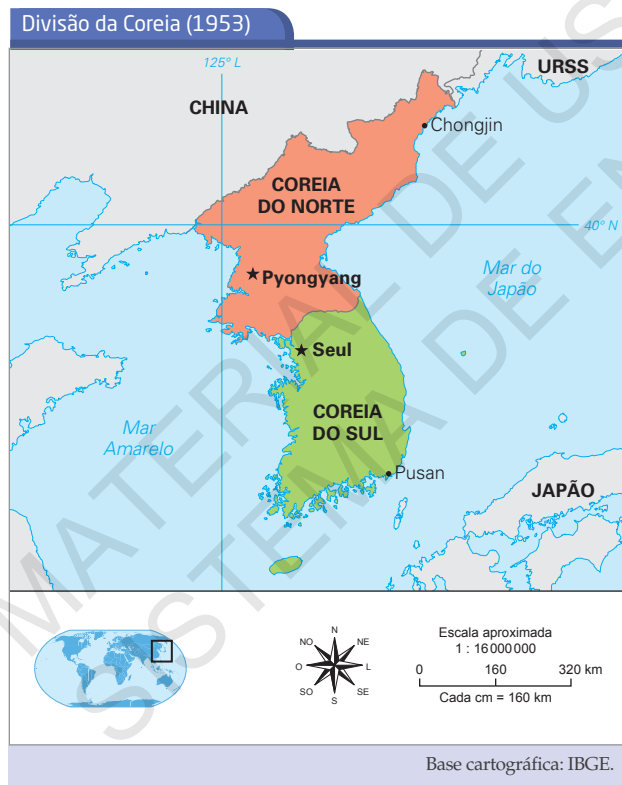
Com o fim da guerra, a divisão tornou-se real, surgindo dois estados coreanos, que deveriam ser mantidos até as eleições gerais, sob a supervisão da ONU, mas a URSS as impediu no norte. Em 25 de julho de 1950, motivados pela vitória comunista da Revolução Chinesa, os norte-coreanos, em busca da unificação territorial, invadiram a Coreia do Sul, conseguindo sua capitulação.

Da intervenção das potências à coexistência pacífica

Decidido a intervir, o presidente norte-americano Harry Truman aproveitou a ausência do representante soviético na ONU para colocar a Coreia do Sul sob tutela das tropas da ONU, que eram, de fato, americanas, sob o comando do general MacArthur.

Representando o bloco socialista, China e URSS intervieram em favor da Coreia do Norte, evidenciando a bipolarização na área.

Concluída a guerra, em 1953, o acordo de paz de Pan Mun Jon manteve a divisão do território coreano na altura do paralelo 38 norte e aproximou URSS e Estados Unidos, dando início ao período da coexistência pacífica, apesar do clima de tensão entre as Coreias.



Em função dos investimentos estrangeiros, a Coreia do Sul desenvolveu sua economia com base no modelo capitalista, tornando-se rapidamente um dos Tigres Asiáticos. A Coreia do Norte até hoje mantém um dos regimes ditatoriais mais fechados do planeta.

AMÉRICA: O MÉXICO EM BUSCA DE LIBERDADE

O México conseguiu sua independência em 1810, ainda que a Espanha não a tenha reconhecido, o que levou a uma guerra que durou dez anos. O século seguinte foi de muita dificuldade e luta para a maior parte da população, enquanto a elite agrária dominava a política e a economia. A escravidão foi abolida em 1829, porém os mais pobres, de maioria indígena ou mestiça, continuaram sem recursos, impedidos de conquistar melhores condições de vida e de participar da política.

Nesse contexto, estavam dadas as bases para um governo autoritário. Porfirio Díaz começa a governar em 1876 e estabelece uma ditadura no México. Por um lado, houve crescimento econômico e certa estabilidade, mas, por outro, isso só aconteceu às custas das pessoas mais pobres, a grande massa da população. Era preciso lutar novamente por liberdade. Antes, os mexicanos lutaram contra os espanhóis e, depois, contra um mexicano ditador.

REVOLUÇÃO MEXICANA

No governo do caudilho Porfirio Díaz, capitais norte-americanos entravam no México para explorar minérios, principalmente na região mais setentrional. Embora houvesse uma Constituição e eleições para a presidência da república, de fato acontecia uma ditadura, que reelegia Porfirio Díaz em eleições fraudulentas. Essa situação perdurou de 1876 a 1910.

Esse presidente criou uma legislação fundiária, estabelecendo a propriedade privada da terra. O que houve, na prática, foi a expropriação de terras comunais indígenas, seguida da venda e expulsão da população do campo, e criou-se um clima de revolta camponesa no país.

Acrescente-se a esse quadro a emergência de uma nova elite liberal, que ganhava força com os investimentos norte-americanos e cujos filhos iam estudar nos Estados Unidos, voltando interessados em mudar o jogo político do país. Configurou-se o quadro de insurgência no início do século XX, quando a nova elite liberal lançou a candidatura de Francisco Madero ao cargo de presidente.

Porfirio Díaz acusou Madero de agitar a população e incentivar a desordem pública. Com Madero preso, as eleições seguiam com as fraudes costumeiras. Contudo, a população havia sido convocada a não aceitar o resultado do pleito. Populares atenderam ao apelo de Madero. No sul do México, o líder camponês Emiliano Zapata mobilizou a população e iniciou um levante. No norte, as agitações também tiveram curso sob a liderança de Pancho Villa. Assim, iniciava-se, em 1910, a Revolução Mexicana.

Em 1911, Porfirio Díaz renunciou ao cargo de presidente da república e outro sufrágio elegeu Francisco Madero, que convocou eleições para uma Assembleia Constituinte e, em nome da revolução, aboliu o artigo da Constituição vigente que permitia a reeleição. Os liberais aclamaram a possibilidade de revezamento no poder, mas os populares não foram atendidos em suas reivindicações e romperam com Madero, que tornou-se inimigo na revolução.

Emiliano Zapata apresentou o Plano Guadalupe, voltado à reforma agrária e ao estabelecimento de um governo popular.

EL HISTORICAL 1E/ALAMY STOCK PHOTO



Madero e Zapata e seus companheiros revolucionários em Cuernavaca, México.

Depois de violências de parte a parte, conspirações entre integrantes do governo Madero e milhares de mortos, o presidente foi derrotado, preso e executado. Ao longo do conflito, o México ainda teve como presidentes da república Victoriano Huerta, Eulalio Gutiérrez, Venustiano Carranza e Álvaro Obregón. Nesse contexto de agitação e sedições começou a disputa entre Pancho Villa e Emiliano Zapata pelo poder político. Ao final, todos haviam sido executados e a tradição revolucionária foi preservada na memória dos mexicanos. Aprovou-se uma nova Constituição em 1917, que garantiu a desapropriação de terras em nome da utilidade pública, sem dúvida uma conquista social. A Constituição mexicana refletia o pensamento revolucionário, sendo uma das mais avançadas do início do século XX.

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO DO
SISTEMA DE ENSINO DOM BOSCO

ROTEIRO DE AULA

REVOLUÇÕES SOCIALISTAS: ÁSIA

Revolução Chinesa

Antecedentes:

Atraso socioeconômico; ocupação estrangeira (ingleses no sul e japoneses na Manchúria); luta pela expulsão dos ingleses e japoneses organizada por Sun Yat-sen e Yuan Che-kai, com a criação do Kuomintang (Partido Popular Nacionalista); proclamação da república sob o controle de Chiang Kai-shek.

Revolução comunista:

Mao Tsé-tung, líder do Partido Comunista, iniciou a longa marcha na busca por apoio dos camponeses. Em 1949, tomou o poder com o auxílio da URSS e a China foi dividida em China nacionalista (de Formosa) e China comunista.

China comunista (governo de Mao):

Implantou o socialismo; morte de Stalin; crise com a URSS; em 1967 tentou revigorar o regime com a Revolução Cultural.

China pós-Mao Tsé-tung:

Lenta abertura econômica; reações às mudanças (movimento estudantil da Praça da Paz Celestial); renegociação da reanexação de Hong Kong ao seu território (1997).

ROTEIRO DE AULA

Vietnã

Antecedentes:

Colônia francesa dividida em norte comunista e sul capitalista.

Guerra:

Em 1960, o norte invade o sul, que pede auxílio norte-americano. A luta tornou-se expressão da Guerra Fria. Domínio do norte, unificando o país sob o governo socialista.

Coreia

Antecedentes:

Após a derrota japonesa em 1945, a Coreia divide-se em duas zonas de ocupação: Coreia do Sul (ocupada pelos Estados Unidos) e Coreia do Norte (ocupada pela URSS). Em 1950, apoiada pela China comunista e pela URSS, a Coreia do Norte invade o território abaixo do paralelo 38 e dá início ao conflito.

Guerra:

Em 1953, é realizado um acordo de paz que mantém a divisão do território coreano e aproxima URSS e Estados Unidos, no que passou a ser conhecido como coexistência pacífica.

ROTEIRO DE AULA

REVOLUÇÃO MEXICANA

Ditadura de Porfirio Díaz

País nas mãos dos latifundiários e exploração dos pequenos agricultores.

Líderes populares

Norte: Pancho Villa.

Sul: Emiliano Zapata.

Período de guerra civil

1910-1920.

Desestabilização

Guerrilhas provocadas pelo não cumprimento das reformas.

EXERCÍCIOS DE APLICAÇÃO

1. UnB-DF (adaptado) – Com base nos seus conhecimentos sobre a Revolução Cultural chinesa, avalie se a afirmação está certa ou errada:

Na China, em meados dos anos 1960, Mao Tsé-tung estimulou o movimento antitradicionalista e anticapitalista conhecido como Revolução Cultural, que culminou na perseguição e no assassinato de considerável número de pessoas, sobretudo intelectuais, artistas e indivíduos pertencentes a minorias étnicas, como tibetanos e uigures.

Certo. A afirmativa apresenta o caráter radical e violento da Revolução

Cultural chinesa, como visto no módulo.

2. UnB-DF (adaptado) – Julgue como certa ou errada a afirmação a seguir:

Na China, após a morte de Mao Tsé-tung e a transferência do controle do Estado para Deng Xiaoping, ocorreram a abertura do sistema econômico, que reduziu a possibilidade de interferência do Estado na economia, e uma reforma política, por meio da qual se passou a garantir à população o exercício de direitos civis, políticos e sociais.

Errado. O que ocorreu foi o contrário. Houve maior participação e interfe-

rência do Estado na economia e menos direitos civis, políticos e sociais.

3. Enem

C3-H15

NICK UTI/AP PHOTO/GLOW IMAGES



Disponível em: <www.culturabrasil.org.br>. Acesso em: 28 abr. 2010.

A foto revela um momento da Guerra do Vietnã (1965-1975), conflito militar cuja cobertura jornalística utilizou, em grande escala, a fotografia e a televisão. Um dos papéis exercidos pelos meios de comunicação na cobertura dessa guerra, evidenciado pela foto, foi:

- demonstrar as diferenças culturais existentes entre norte-americanos e vietnamitas.
- defender a necessidade de intervenções armadas em países comunistas.
- denunciar os abusos cometidos pela intervenção militar norte-americana.**
- divulgar valores que questionavam as ações do governo vietnamita.

e) revelar a superioridade militar dos Estados Unidos da América.

A Guerra do Vietnã ocorreu no contexto da Guerra Fria e foi um dos pontos de eclosão de guerras entre URSS e Estados Unidos, ainda que não diretamente. Com a justificativa de conter o comunismo, os Estados Unidos guerrearam contra o Vietnã com extrema violência. Foi notável a utilização do napalm, que em 1980 teve seu uso proibido por uma comissão da ONU. Essa foto virou um símbolo dos abusos cometidos pelos norte-americanos.

Competência: Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.

Habilidade: Avaliar criticamente conflitos culturais, sociais, políticos, econômicos ou ambientais ao longo da História.

4. UFRJ



OROSCO, José Clemente. *Zapatistas* (detalhe). Museu de Arte Moderna de Nova York / AKG Berlin LatinStock, 1931.

Há exatos cem anos teve início a Revolução Mexicana, que ocasionou profundas mudanças na sociedade nas primeiras décadas do século XX. Explique um fator que tenha contribuído para a deflagração da Revolução Mexicana.

O crescimento econômico durante o governo de Porfirio Díaz (1876-

-1911) não foi distributivo, ou seja, criou muitas desigualdades regionais

e sociais. Além disso, houve queda na produção de alimentos básicos

(milho, por exemplo) e, ao mesmo tempo, um aumento da população

mexicana. Outro fator foi a questão agrária: em torno de novecentos

grandes proprietários concentravam mais da metade das terras agricul-

táveis, enquanto milhões de camponeses não possuíam terra alguma.

5. UFU-MG

“Em 1876, depois de alguns anos de rebeliões populares, resistência regional à consolidação do governo central e lutas internas entre as elites liberais, Porfirio Díaz chegou ao poder e governou a frágil nação até 1910. Díaz tinha originalmente construído sua reputação como homem do povo, especificamente como líder militar de uma aliança

MUSEU DE ARTE MODERNA, NOVA YORK

popular que tinha combatido e derrotado os invasores europeus. Entretanto, ele cada vez mais se imaginava um Bismarck ou Napoleão do Novo Mundo, decidido a restaurar a ordem e a estabilidade no México e buscar a modernidade e o desenvolvimento econômico através do autoritarismo.”

GERSTLE, Gary. Raça e nação nos Estados Unidos, México e Cuba (1880-1940). In: PAMPLONA, Marco A.; DOYLE, Don H. (Org.). *Nacionalismo no Novo Mundo: a formação de Estados-nação no século XIX*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

A respeito do projeto de modernização do México, idealizado por Porfirio Díaz e seus conselheiros científicos, marque a alternativa incorreta:

- a) Alguns membros da elite porfiriana defendiam que a nação mexicana precisava incorporar de algum modo as massas indígenas, e ressuscitaram, assim, uma narrativa nacionalista sobre os astecas.
- b) O ideal de embranquecimento da população estava presente nas preocupações dos conselheiros, que atrelavam a ideia de vigor nacional à necessidade de uma população predominantemente branca.
- c) O Estado porfiriano integrou as populações indígenas com o intuito de embranquecê-las a partir de políti-

cas de incorporação que atendiam às reivindicações políticas das tribos.

- d) Contingentes cada vez maiores de índios e mestiços deixavam áreas rurais isoladas em direção às regiões comerciais, industriais e de mineração, atraídos pelo projeto de modernização econômica.

No projeto de modernização do México idealizado por Porfirio Díaz não houve integração das populações indígenas, nem mesmo com o projeto de embranquecê-las.

6. PUC-MG – As alternativas apresentadas abaixo estão relacionadas à Revolução Mexicana de 1910, exceto:

- a) participação do povo no processo de decisão política numa franca oposição contra as elites latifundiárias.
- b) participação intensa dos camponeses, desejosos por uma reforma agrária a qualquer custo.
- c) atuação direta da Igreja Católica na condução do movimento devido à grande devoção do povo.
- d) condução da revolução por Zapata e Pancho Villa, protagonistas na defesa da liberdade e do direito à terra.

Não houve participação direta da Igreja Católica na condução do movimento revolucionário mexicano. As demais alternativas estão corretas.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

7. UFRN – A China atravessava grandes dificuldades econômicas em 1966, quando Mao Tsé-tung deu início à Revolução Cultural, que se declarava contrária a quatro velharias: “velhas ideias, velha cultura, velhos costumes e velhos hábitos”. Apesar de propagar transformações nessas áreas, a Revolução Cultural foi também um movimento político, pois:

- a) fortaleceu o poder de Mao Tsé-tung, em razão da repressão aos líderes acusados de direitistas e do expurgo dos que faziam oposição ao grupo maoísta.
- b) possibilitou a consolidação da Guarda Vermelha no poder, a qual reimplantou o burocratismo, o autoritarismo e o nepotismo típico do modelo soviético.
- c) ampliou a influência do modelo soviético sobre o comunismo chinês, com o investimento de muitos capitais e contando com a cooperação de técnicos soviéticos no planejamento da economia.
- d) traçou uma nova diretriz para o país, com a qual Mao Tsé-tung buscava o desenvolvimento de relações internacionais que atraíssem capitais e empresas estrangeiras.

8. UFMG – Observe esta imagem:



JEFF WIDENER/AP PHOTO/GLOW IMAGES

Divulgada mundialmente, essa imagem retrata um momento marcante das manifestações que ocorreram na Praça da Paz Celestial, em Pequim, em junho de 1989. Considerando-se essas informações e outros conhecimentos sobre o assunto, é correto afirmar que essas manifestações foram:

- a) influenciadas por acontecimentos na ex-URSS, onde o governo comunista havia sido derrubado como consequência dos protestos de milhares de estudantes e trabalhadores em todo o país.
- b) promovidas por representantes de diversos setores da economia, contrários à abertura de mercado, que possibilitaram a concorrência dos países capitalistas e a retração da produção industrial.
- c) provocadas pela insatisfação de amplas parcelas da população com as medidas adotadas durante a Revolução Cultural, implementada pelo governo comunista com o objetivo de fortalecer o regime.
- d) realizadas por estudantes, trabalhadores e intelectuais que exigiam reformas democráticas e combate à crescente corrupção de membros da burocracia governamental e do Partido Comunista.

9. FGV-SP – A Grande Marcha empreendida nos anos 30 por Mao Tsé-tung e seus seguidores foi:

- a) uma fuga dos contingentes comunistas que estavam sendo perseguidos pelas tropas do Kuomintang.
- b) uma fuga dos seguidores de Mao perseguidos pelas tropas japonesas que invadiram a Manchúria.
- c) uma tentativa das tropas comunistas de cortar as linhas de abastecimento das tropas nacionalistas.
- d) uma tentativa das tropas de Mao de cercar as tropas japonesas que haviam invadido a Manchúria e o norte da China.
- e) a marcha empreendida pelos comunistas sobre Nankim para derrotar as tropas do Kuomintang.

10. UEPA – A “Revolução Cultural Chinesa”, também chamada de “Grande Revolução Cultural Proletária”, foi adotada pelo regime de Mao Tsé-tung na década de 1960. Foi um contragolpe político aos críticos do fracasso de seu plano político-econômico “Grande Salto para a Frente”, dos anos anteriores, que pretendia desenvolver o país segundo o modelo de industrialização soviético. A nova orientação política imposta por Mao e resumida em seu Livro Vermelho conclamava os jovens chineses, fiéis à revolução, a denunciar políticos e intelectuais com supostas inclinações burguesas. Na verdade, a propalada revolução cultural resultou:

- a) num movimento de perseguição generalizada política e social de todos os críticos do regime maoista, dentre eles dirigentes políticos, artistas e intelectuais.
- b) num verdadeiro salto adiante da Revolução Chinesa, com a adoção de uma linha de desenvolvimento econômico pautado na agricultura e na criação de uma nova estrutura política que perdurou nas décadas seguintes.
- c) numa aproximação com o regime do Kuomintang (Partido Nacionalista), estabelecido na ilha de Taiwan (Formosa), política que entrou em declínio a partir da morte de Mao em 1976.
- d) num avanço no desenvolvimento das artes e da cultura no país, em grande medida, liderado por grupos maoistas partidários da formação de um socialismo à chinesa, mais aberto ao Ocidente capitalista.
- e) no rompimento com a União Soviética e com a linha bolchevista adotada pelo Partido Comunista Chinês, o que levou o país ao gradativo processo de abertura aos capitais internacionais.

11. UFMG

“Entre 1961 e 1973, um total de 57 939 norte-americanos morreram no conflito da Indochina, a mais longa e custosa guerra externa na história dos Estados Unidos. A Força Aérea dos EUA jogou sobre o Vietnã uma tonelagem de bombas mais de três vezes superior ao que foi jogado na Alemanha durante a Segunda Guerra.”

KEYLOR, William R. *The Twentieth-Century World: an International History*. New York: Oxford University Press, 1996. p. 375.

Considerando-se a Guerra do Vietnã, é correto afirmar que:

- a) o conflito foi motivado pela intenção do governo norte-americano de impedir a expansão do comunismo no Sudeste Asiático.
- b) os norte-americanos deram apoio decidido às ações de seu governo no Vietnã e manifestaram insatisfação quando suas tropas foram retiradas de lá.
- c) os vietnamitas que enfrentavam o exército dos EUA lutavam em condições difíceis, pois não dispunham de apoio externo.
- d) a saída das tropas norte-americanas e a subsequente derrota das forças locais pró-Ocidente levaram à divisão do Vietnã.

12. Mackenzie-SP

[...] Para os mais velhos, Mao é um constrangimento. É raro encontrar quem o defenda. Ao fim da viagem, quando eu já me conformava com o ritmo lento e as respostas esquivas dos chineses, testemunhei a única reação direta, quase intempestiva, de um professor de Economia da Universidade de Tsing-Hua, Denggao Long. Ao indagar se as

mudanças na China mostravam uma verdadeira revolução de Deng, Long deu um pulo na cadeira e até arriscou o inglês: ‘Revolução? Não! Reforma.’ Eu sorri, e ele continuou: ‘Revolução, nunca mais na China. A Revolução Cultural foi uma tragédia, um erro [...]’

Revista *Época*, 6/2008.

Que aspecto da Revolução Cultural chinesa, ocorrida entre as décadas de 1960/1970, justificaria a afirmação destacada no trecho acima? Assinale a alternativa que responde, corretamente, à questão.

- a) A Revolução Cultural agiu em favor da burocratização do Estado chinês e da planificação excessivamente centralizada da economia.
- b) No plano econômico, a Revolução Cultural atrasou o avanço tecnológico do país, entre outros aspectos, devido às inúmeras perseguições a intelectuais, cientistas e educadores.
- c) Por meio da mudança de mentalidade, o governo maoista pretendia consolidar os ideais revolucionários burgueses em detrimento da massa camponesa.
- d) A Revolução Cultural combateu duramente o isolamento tradicional da cultura chinesa, valorizando o cosmopolitismo e a inovação criadora trazida pelo comunismo.
- e) Defendendo uma revolução proletária urbana nos moldes da Revolução Russa, Mao Tsé-tung precisou usar de extrema violência para conter a participação da massa camponesa, o que resultou em massacre.

13. Cesgranrio-RJ – Ao longo do século XX, diversos movimentos sociais eclodiram na América Latina. Dentre eles, destacamos a Revolução Mexicana, iniciada em 1911, que se caracterizou, em suas origens, como um movimento:

- a) operário pela implantação de um governo socialista no México.
- b) nacionalista contrário à dominação política espanhola.
- c) burguês em defesa da industrialização do país.
- d) camponês de luta por uma reforma agrária.
- e) liberal em prol de uma aliança econômica com os Estados Unidos.

14. UERJ

“A revolução é uma súbita imersão do México em seu próprio ser [...] é uma busca de nós mesmos e um regresso à mãe. Nela, o México se atreve a ser.”

Octavio Paz, escritor mexicano. Citado por *Grandes fatos do século XX*. Rio de Janeiro: Rio Gráfica, 1984.

A Revolução Mexicana, iniciada em 1911, trouxe à tona a organização e a luta de populações camponesas de origem indígena que até hoje utilizam esse movimento como símbolo. A eclosão da Revolução Mexicana pode ser explicada pelos seguintes motivos:

- a) A influência do ideário positivista e a atuação dos “científicos” nos movimentos camponeses.
- b) A luta do campesinato pela propriedade da terra e as reivindicações de setores burgueses por um maior espaço na política.
- c) A necessidade de uma modernização capitalista e o desejo da burguesia pela ampliação da influência do capital francês no país.
- d) A união dos liberais e dos comunistas mexicanos contra o porfiriato e o interesse dos grandes proprietários na aliança com o capital inglês.

15. UFMG – No contexto da Revolução Mexicana, na segunda década do século passado, o Exército Libertador do Sul, liderado por Emiliano Zapata, sublevou-se no México. No final do mesmo século, em 1994, no estado sulista de Chiapas, a organização denominada Exército Zapatista de Libertação Nacional iniciou um movimento rebelde. Os dois movimentos referidos têm vários pontos em comum, entre os quais destaca-se a luta para:

- tomar o poder e implantar governos inspirados nas ideias agraristas do líder chinês Mao Tsé-tung.
- defender os interesses dos operários e trabalhadores fabris, constantemente violados pelo governo mexicano.
- destituir as elites dirigentes e instaurar um Estado socialista inspirado na tradição marxista latino-americana.
- resgatar as terras dos camponeses de origem indígena e conquistar melhores condições de vida para eles.

16. Fuvest-SP

ESCOLA NACIONAL DE AGRICULTURA, CHAPINGO, MÉXICO



Diego Rivera. *O sangue dos mártires da revolução fertilizando a terra* (mural pintado em 1927).

Neste mural, o pintor mexicano retratou a morte de Emiliano Zapata. Observando a pintura, é correto afirmar que Rivera:

- foi uma rara exceção na América Latina do século XX, pois artistas e escritores se recusaram a relacionar arte com problemas sociais e políticos.
- retratou, no mural, um tema específico, sem semelhanças com a situação dos camponeses de outros países da América Latina.
- quis demonstrar, no mural, que, apesar da derrota armada dos camponeses na Revolução Mexicana, ainda permaneciam esperanças de mudanças sociais.
- representou, no mural, o girassol e o milho como símbolos religiosos cristãos, próprios das lutas camponesas da América Latina.
- transformou-se numa figura única na história da arte da América Latina, ao abandonar a pintura de cavalete e fazer a opção pelo mural.

17. UFU-MG – Considere as informações a seguir. A imagem adiante é um fragmento do mural pintado por Diego Rivera, intitulado *En el arsenal*, no qual o artista retrata, entre outros amigos, Frida Kahlo, distribuindo espingardas e baionetas aos trabalhadores. Na margem esquerda, vê-se David Siqueiros (colega e correligionário de Rivera) com o uniforme de capitão, cargo que tinha ocupado nos anos da revolução. Na margem direita, Julio Mella distribuiu cartucheiras e, ao seu lado, está sua companheira Tina Modotti, fotógrafa e ativista comunista no México, na União Soviética e na Guerra Civil Espanhola.



Diego Rivera. *En el arsenal* (1928). Mural, color. 2,03 m × 3,98 m. (detalhe). Secretaría de Educación Pública.

A pintura mural foi exaltada, por diversos governos na primeira metade do século XX, como expressão nacional vital. Especialmente no continente americano, os murais estiveram no centro das discussões em torno da existência e pertinência de uma arte social, cujo caráter de protesto e de denúncia era inerente às manifestações artísticas engajadas diretamente no processo político. Essas manifestações artísticas almejaram tornar-se instrumento de transformação da sociedade. A partir da imagem e das referências apresentadas, responda:

- Essa imagem se refere a que movimento social? Quais são as principais características desse movimento?

- Quais categorias sociais tiveram atuação no movimento e estão representadas na pintura?

ESTUDO PARA O ENEM

18. Sistema Dom Bosco

C2-H7

Durante a chamada Revolução Cultural chinesa, muitas pessoas foram mortas e perseguidas, livros foram queimados e famílias presas em campos de trabalho forçado. Pensando nisso, analise a fotografia e assinale a alternativa correta:

WORLD HISTORY ARCHIVE/
ALAMY STOCK PHOTO

- a) Os discursos sobre a Revolução Cultural são posteriores, feitos pelo Ocidente para desmoralizar a revolução.
- b) Como vemos na foto, havia muito apoio à revolução, por isso é possível dizer que a violência não foi tão grave.
- c) Pela imagem, podemos ver como a Revolução Cultural queria ser vista na China e no mundo, ao mesmo tempo em que escondia sua violência.
- d) Pela imagem, podemos ver como o Ocidente queria mostrar a revolução, cujos líderes preferiam mostrar a violência como forma de impor respeito.
- e) Como vemos na imagem, a Revolução Cultural chinesa foi unânime, com apoio total da população chinesa.

19. Sistema Dom Bosco

C2-H7

Analise a foto abaixo e assinale a alternativa que melhor explica o contexto e a importância dessa imagem:

KOREA SUMMIT PRESS POOL/POOL VIA
REUTERS/FOTORENA

- a) A foto foi tirada na Coreia do Norte, e a divisão das Coreias, que já foi causa de uma guerra na década de 1950, hoje é motivo de paz e celebração.
- b) A foto foi tirada na fronteira entre as duas Coreias, divididas após a Segunda Guerra Mundial e palco de conflitos entre EUA e URSS, e que atualmente estão se aproximando novamente.
- c) A foto foi tirada nos EUA, país que está liderando a aproximação das duas Coreias nos últimos anos, em oposição à Rússia, que quer mantê-las divididas.
- d) A foto foi tirada na fronteira entre as duas Coreias, no momento em que os EUA estão liderando a aproximação das duas Coreias, em oposição à Rússia, que quer mantê-las divididas.
- e) A foto foi tirada nos EUA e mostra a aproximação entre as duas Coreias, divididas após uma guerra no contexto da Guerra Fria.

20. FGV-SP

C1-H5



MIGSTOCK/ALAMY STOCK PHOTO

Juan O'Gorman. *Retábulo da independência*, pintura mural, 1960-1961 (detalhe).

A imagem acima é representativa do movimento muralista mexicano, que, entre outras características, explorou temas da história do México. Nesse detalhe, é possível identificar a:

- a) ausência de elementos da religiosidade católica devido à valorização dos aspectos indígenas.
- b) representação de uma História com pouca ênfase aos seus conflitos sociais e às tensões políticas.
- c) mestiçagem cultural característica da formação do México e de diversos outros Estados latino-americanos.
- d) crítica explícita à dominação imperialista dos Estados Unidos em relação ao México.
- e) defesa do papel da elite mexicana como condutora dos destinos coletivos de sua nação.

26

REVOLUÇÃO CUBANA E DESCOLONIZAÇÃO DA ÍNDIA

- A revolução duradoura
- Revolução Cubana
- A descolonização após a Segunda Guerra Mundial
- Fatores e contexto da descolonização
- A Índia se levanta
- Tensões e dificuldades do pós-independência

HABILIDADES

- Comparar diferentes pontos de vista, presentes em textos analíticos e interpretativos, sobre situações ou fatos de natureza histórico-geográfica acerca das instituições sociais, políticas e econômicas.
- Avaliar criticamente conflitos culturais, sociais, políticos, econômicos ou ambientais ao longo da História.
- Identificar os significados histórico-geográficos das relações de poder entre as nações.
- Analisar a atuação dos movimentos sociais que contribuíram para mudanças ou rupturas em processos de disputa pelo poder.

A REVOLUÇÃO DURADOURA

O caso de Cuba é único. Logo ao sul dos Estados Unidos, nesta ilha que sempre esteve na esfera de influência dos estadunidenses, eclodiu uma revolução comunista. Os revolucionários saíram-se vitoriosos, depuseram o antigo ditador e instauraram seu regime. Em 1961, durante a Guerra Fria, Cuba alinhou-se ao bloco soviético.

Até hoje Cuba é uma ditadura socialista. Por um lado, avançaram na educação e na saúde, acabando com o analfabetismo e criando um dos melhores sistemas de saúde pública do mundo. Por outro, para sustentar uma ditadura por tantos anos, recorreram à repressão e à censura.

REVOLUÇÃO CUBANA

No que se refere ao confronto entre capitalismo e socialismo na América Latina, Cuba registrou o acontecimento mais significativo. O ditador Fulgêncio Batista, por meio de fraudes eleitorais, manteve o poder na ilha de 1933 até 1959.

A insatisfação da população com relação ao regime ditatorial era grande. Mais de uma centena de pessoas, lideradas por Fidel Castro – que seria o grande líder da revolução – atacaram o quartel de Moncada em 1953. A tentativa foi frustrada, porém o discurso de defesa de Fidel, intitulado “A história me absolverá”, ficou muito conhecido e tornou-se um símbolo.

Durante o exílio no México, Fidel Castro e seu irmão, Raúl, encontraram-se com um revolucionário argentino chamado Che Guevara, que difundiu a ideia da luta guerrilheira pela América Latina como forma de construção do socialismo.

Fidel Castro liderou o movimento contra o governo acompanhado do argentino Che Guevara. A ação com traço nacionalista situava-se no campo de crítica à ditadura não comprometida com os interesses populares. Em 1956, retornaram a Cuba, juntos, diretamente para a Sierra Maestra, local que tornou-se o centro da organização de um grupo guerrilheiro.

Três anos depois, no ano-novo de 1959 para 1960, em meio aos fogos, a guerrilha tomava a capital Havana. A campanha vitoriosa contra Fulgêncio Batista estabeleceu um governo revolucionário que atingiu interesses norte-americanos na ilha. A implementação do programa de distribuição de terras, nacionalização de empresas dos Estados Unidos, educação ampla e atendimento à saúde da população provocou pressão do governo estadunidense sobre o país.

ALPHA HISTORICAL/ALAMY STOCK PHOTO



Foto de Fidel Castro discursando no centro de Havana em 1961, dois anos após a Revolução Cubana.

A pressão norte-americana com o estabelecimento de entraves ao comércio cubano traduziu a situação de crise na ilha. A proposta socialista pareceu interessante, pois, conforme Che Guevara e outros revolucionários, a União Soviética poderia ajudar Cuba economicamente, além de significar considerável respaldo político na época.

Em 1961, houve o desembarque na Baía dos Porcos, uma ação organizada pelo governo estadunidense visando a derrubada do governo revolucionário. A invasão seria executada por exilados cubanos treinados para uma ação de guerrilha e teria o apoio dos Estados Unidos. A tentativa foi malsucedida e a ampla maioria dos exilados foi presa na reação do governo cubano. Após a derrota dos ataques, Fidel Castro declarou o caráter socialista da Revolução Cubana, que, em um primeiro momento, havia sido apenas um movimento nacionalista contra um ditador. Assim, obteve o apoio imediato da URSS. O nível de tensão internacional cresceu e os Estados Unidos impuseram um embargo econômico à ilha, algo que permanece até os dias de hoje, apesar do esforço de Barack Obama em se aproximar de Cuba.

Fidel Castro governou Cuba, imprimindo reformas que alteraram profundamente a vida da população da ilha, ao menos até o início dos anos 1980, enquanto tinha o apoio financeiro da URSS.

O mais elevado grau de tensão causado por essa ilha socialista às margens da maior potência capitalista do mundo aconteceu quando o dirigente soviético Nikita Krushchev negociou com Fidel a instalação de uma base para o lançamento de mísseis balísticos no fim de 1962, no que ficou conhecido como Crise dos Mísseis. O presidente Kennedy chegou a ir a público nos Estados Unidos para informar a população sobre o perigo de um ataque e informou que estava preparado para utilizar força militar contra Cuba se fosse necessário.

Navios norte-americanos fizeram um bloqueio naval à ilha e, em um momento de muita tensão política, uma frota soviética aproximou-se do bloqueio. Diante do embate eminente, Kennedy e Nikita Khrushchev negociaram uma solução. Os soviéticos tiraram os mísseis da ilha e os estadunidenses comprometeram-se a não invadir Cuba. Sem alarde público, os Estados Unidos também retiraram os mísseis que haviam instalado na Turquia, muito próximos à fronteira com a URSS.

A importância da Revolução Cubana para a América Latina residiu na possibilidade de superação do subdesenvolvimento por meio de ação guerrilheira responsável pelo ingresso dos países latino-americanos no mundo socialista. Em pouco tempo, estabeleceram-se governos militares assentados em doutrinas de segurança nacional, iniciando-se uma severa perseguição a grupos de esquerda.

A DESCOLONIZAÇÃO APÓS A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

O fim da Segunda Guerra Mundial marcou o enfraquecimento de grandes potências imperialistas, como Inglaterra e França, abrindo caminho para movimentos e líderes anti-imperialistas e nacionalistas em suas colônias: no Irã, Mossadegh liderou a resistência; na Indonésia, foi comandado por Ahmed Sukarno. O processo de descolonização dizia respeito à independência em relação às potências ocidentais.

Em abril de 1955, representantes de 29 países africanos e asiáticos reuniram-se na Indonésia na Conferência de Bandung, liderada por Indonésia e Índia, além de Birmânia e Sri Lanka. Ficou entendido entre esses países que o imperialismo era um crime contra a humanidade e, portanto, deveria ser feito um tribunal de descolonização. Em oposição à bipolaridade da Guerra Fria então vigente, que opunha leste (URSS) e oeste (Estados Unidos), a conferência propôs a polarização norte (imperialistas) e sul (colonizados).

Entre 1945 e 1960, mais de quarenta países declararam sua independência, os quais somavam aproximadamente um quarto da população mundial. O ideal de independência dos povos colonizados transformou-se em um fenômeno de massa, com o surgimento de vários países politicamente livres, o que não impediu a manutenção da dependência econômica, determinando o subdesenvolvimento e o terceiro mundismo.

FATORES E CONTEXTO DA DESCOLONIZAÇÃO

No contexto da Guerra Fria, o processo de descolonização apresentou duas opções: libertação por meio de luta armada, em geral com a adoção de regimes políticos alinhados ao socialismo soviético; e independência gradual concedida pela metrópole, de comum acordo com elites locais articuladas com o capitalismo, normalmente mantendo a subordinação econômica.

A ÍNDIA SE LEVANTA

O caso indiano enquadra-se no segundo processo descolonizador – independência gradual concedida pela metrópole, não sem disputas anteriores. Movimentos nacionalistas indianos e sua revolta contra os ingleses eram notórios mesmo antes do fim da Segunda Guerra Mundial. Desde então, Mohandas Gandhi, mais tarde Mahatma Gandhi, precursor do movimento pela independência, lançou mão de campanhas de desobediência civil e não violência a fim de dificultar o controle britânico.



WORLD HISTORY ARCHIVE/ALAMY STOCK PHOTO

Mohandas Gandhi (1869-1948) ou Mahatma (grande alma, em hindu) adotou estratégias de desobediência civil e resistência pacífica contra o domínio imperialista inglês.

A luta pela independência foi liderada inicialmente pelo Partido do Congresso Nacional Indiano, fundado em 1885, representando a população hindu, e pela Liga Muçulmana, fundada em 1906, representando a população islâmica. Por meio de greves e sabotagens nos anos 1920, Gandhi pregava a resistência pacífica aos ingleses, assumindo a liderança nacional ao comandar um boicote aos produtos manufaturados ingleses, defendendo o uso de tecidos rústicos de algodão produzidos manualmente na Índia. Depois de preso e libertado (1922-1924), Gandhi promoveu passeatas e boicote ao sal em 1930, evidenciando ser inviável a presença tradicional na colônia.

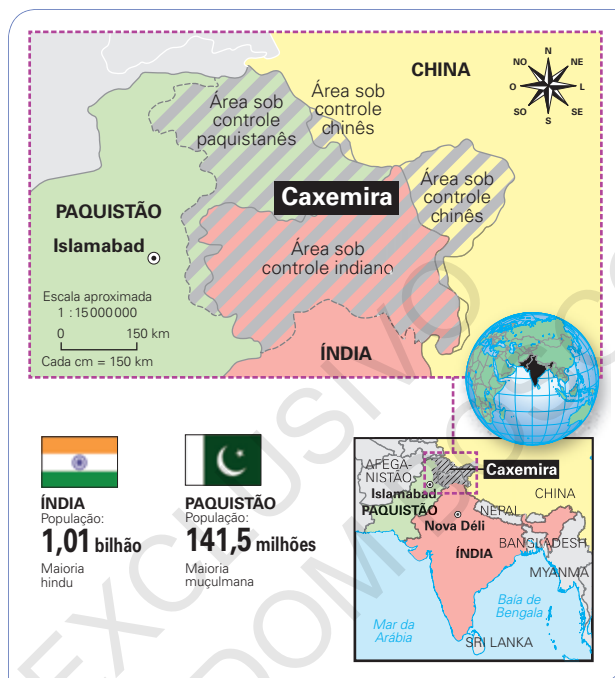
Evitando o confronto direto e procurando preservar sua influência econômica, a Inglaterra adotou a estratégia da libertação gradual, retirando-se paulatinamente da Índia até 1947. O novo país dividiu-se logo depois em Índia ou União Indiana, essencialmente hinduísta, sob o comando de Nehru; e Paquistão, composto por duas regiões, ocidental e oriental, de maioria muçulmana, sob o comando de Ali Jinnah. Ao mesmo tempo, formou-se no extremo sul, na Ilha do Ceilão, um terceiro estado autônomo, o Sri Lanka, de maioria budista. Na Índia, Gandhi adotou uma política de modernização econômica e de pacificação religiosa, apesar de ser hinduísta devoto.

A divisão da Índia provocou uma das maiores migrações do mundo, envolvendo milhões de refugiados que se deslocaram de um estado para outro, além de uma série de confrontos entre hindus e muçulmanos. Em meio a esses conflitos, Gandhi foi assassinado em 1948 por um radical hindu contrário à ideia gandhista de aproximação entre hindus e muçulmanos. Posteriormente, em 1971, o Paquistão ainda sofreria secessão de sua parte oriental, o Paquistão Oriental, tornado independente com o nome de Bangladesh ou atual República Popular de Bengala.

A questão da Caxemira

As disputas entre hindus e islâmicos no norte do Subcontinente Indiano culminaram na independência paquis-

tanesa. O lado ocidental manteve o nome Paquistão; o oriental passou a Bangladesh. O processo envolveu a disputa por territórios e a eliminação de minorias de cada lado.



Os conflitos entre Índia e Paquistão pelo controle do território da Caxemira, no norte, provocaram a morte de milhares de pessoas, chegando a ter participação da ONU na tentativa de evitar novos massacres. Ainda hoje os dois países rivalizam quanto a territórios da Caxemira.

TENSÕES E DIFICULDADES DO PÓS-INDEPENDÊNCIA

Agravando as dificuldades nacionais, emergiram conflitos étnicos, religiosos e políticos, desembocando no extremismo de grupos separatistas que têm desestabilizado a região. Exemplos: assassinato na Índia de Indira Gandhi (1984) por radicais hindus, os sikhs, e de Rajiv Gandhi (1991); atentados terroristas no Paquistão e no Sri Lanka, onde a população tamil, de religião islâmica, luta pela criação de um Estado independente.

Além de seu histórico conflito externo com a Índia, internamente o Paquistão tem enfrentado problemas como o assassinato da líder de oposição Benazir Buttho (2008) e a renúncia de Pervez Musharraf à presidência do país, fragilizando a posição norte-americana nessa região, uma vez que Musharraf era um importante aliado na luta contra o terrorismo. Na Índia, a irradiação desses extremismos contou com o declínio do poder federal, representado pelo Partido do Congresso, o qual envolveu o país em um programa de ampla modernização, sem reverter o quadro social.

Apesar do crescimento de 10% ao ano, a Índia chega a apresentar quase 50% da população abaixo da linha da pobreza, vivendo em favelas ou nas ruas; 80% da população não têm acesso à rede de esgoto; e dois terços das crianças estão subnutridas.

ROTEIRO DE AULA

REVOLUÇÃO CUBANA

Antecedentes

Início da luta pela independência (1850), com interesse norte-americano (Guerra Hispano-Americana). Emenda Platt: intervenção dos Estados Unidos (revogada em 1934). Governo ditatorial de Fulgêncio Batista, com o apoio dos Estados Unidos.

Revolução de 1959

Governo repressivo de Fulgêncio Batista e tentativa de golpe de Fidel Castro (1953). Exílio de Fidel Castro (Movimento de 26 de Julho). Tomada do poder (10 de janeiro de 1959) por Fidel Castro e Che Guevara.

Regime cubano

Socialismo marxista sem alinhamento com a URSS, de início. Unidades populares para reformas de base. Economia e base agrária açucareira. Expulsão da OEA e bloqueio econômico. Aproximação com a URSS. Bloqueio naval – Kennedy e os mísseis soviéticos (1962).

Pressão internacional

Crescente pelo fim do bloqueio dos Estados Unidos a Cuba. Fidel Castro afasta-se do poder (24 fevereiro de 2008) e o transfere ao irmão Raúl Castro.

ROTEIRO DE AULA

DESCOLONIZAÇÃO DA ÍNDIA

Descolonização

Fatores:

Contradições do imperialismo; choque cultural entre colonizados e colonizadores; doutrina socialista contra interesses imperialistas; doutrina da autodeterminação dos povos defendida por ONU, URSS e EUA.

Índia

Yawaharlal Nehru:

Criação do Partido do Congresso contra a dominação inglesa.

Mahatma Gandhi:

Reação pacífica e desobediência civil (gandhismo).

Maior dificuldade:

Rivalidade interna entre muçulmanos e hindus. Gandhi foi assassinado. Em 1947, a Inglaterra deu independência à colônia, dividindo-a em Índia e Paquistão (Oriental e Ocidental). Em 1970, o Paquistão Oriental libertou-se, com o nome Bangladesh.

EXERCÍCIOS DE APLICAÇÃO

1. UDESC – Assinale a alternativa correta em relação à Revolução Cubana e aos seus desdobramentos:

- a) Nos últimos dez anos, houve uma reaproximação de Cuba com os Estados Unidos, especialmente durante o governo de George W. Bush.
- b) Na era Barack Obama, houve o fim do bloqueio econômico imposto a Cuba desde 1962.
- c) Realizada a Revolução em 1959, foi somente em 1961 que Cuba se “alinhou” ao socialismo.**
- d) Com a dissolução da União Soviética, Cuba passou por um momento de efervescência econômica, ocupando espaço que antes pertencia aos soviéticos.
- e) Em 1962, durante a Guerra Fria, Cuba ficou sob a proteção norte-americana no episódio conhecido como Crise dos Mísseis.

Esta é uma informação muito importante. A Revolução Cubana foi nacionalista, buscava derrubar um ditador. Só após algum tempo é que o país alinhou-se ao socialismo soviético.

2. UnB-DF (adaptado)

“É tremenda injustiça comparar Khrushchev a Hitler. A arrogância, a truculência, a insensibilidade brutal do ditador soviético são inéditas na História do mundo. Nunca se viu, desde os tempos de Gengis Khan, tamanho desprezo pelos valores da civilização ou maior falta de escrúpulos. Estarrecido, o mundo, ao mesmo tempo em que se inteirava da consumação das ameaças de Khrushchev de fazer explodir a superbomba de 50 megatons, lia a resposta dele ao apelo dos deputados trabalhistas ingleses para que desistisse da explosão. Em lugar de responder como faria um homem civilizado e dotado de qualquer vestígio de decência ou de sentimento de humanidade, Khrushchev replicou, com todo o seu furor vesânico, para ameaçar a Inglaterra de destruição total, assegurando que ela seria riscada do mapa.”

O trecho acima, extraído e adaptado do jornal *O Globo*, é parte do editorial “Ditador fanático quer subjugar o mundo pelo terror”, publicado na primeira página da edição de 1º de novembro de 1961. Considerando a retórica do editorial, o ano em que foi publicado e o contexto histórico em que se inscreve, além de aspectos marcantes da história do século XX, avalie e justifique os itens:

- a) No ano em que o mencionado editorial foi publicado, a Revolução Cubana assumiu a opção marxista, mas, diante do temor de que, com essa decisão, o clima de dramaticidade da Guerra Fria fosse transportado para as Américas, Fidel Castro afastou Cuba da influência soviética.

Errado. Esse foi o ano do alinhamento de Cuba com o socialismo soviético.

- b) O texto traduz um discurso típico do período da Guerra Fria, quando a retórica de forte passionalidade era utilizada pelos dois campos ideológicos em luta: o capitalista, conduzido por Washington, e o socialista, liderado por Moscou.

Correto. De fato, Cuba foi um importante palco de disputas durante a

Guerra Fria, uma vez que fica bem próxima dos Estados Unidos e era um

país alinhado aos soviéticos.

3. Enem

C2-H7

“Os soviéticos tinham chegado a Cuba muito cedo na década de 1960, esgueirando-se pela fresta aberta pela imediata hostilidade norte-americana em relação ao processo social revolucionário. Durante três décadas os soviéticos mantiveram sua presença em Cuba com bases e ajuda militar, mas, sobretudo, com todo o apoio econômico que, como saberíamos anos mais tarde, mantinha o país à tona, embora nos deixasse em dívida com os irmãos soviéticos – e depois com seus herdeiros russos – por cifras que chegavam a US\$ 32 bilhões. Ou seja, o que era oferecido em nome da solidariedade socialista tinha um preço definido.”

PADURA, L. Cuba e os russos. *Folha de S.Paulo*, 19 jul. 2014. (Adaptado)

O texto indica que durante a Guerra Fria as relações internas em um mesmo bloco foram marcadas pelo(a)

- a) busca da neutralidade política.
- b) estímulo à competição comercial.
- c) subordinação à potência hegemônica.**
- d) elasticidade das fronteiras geográficas.
- e) compartilhamento de pesquisas científicas.

A Guerra Fria caracterizou-se pelo confronto entre duas superpotências, cada uma delas liderando seu bloco. As relações existentes dentro deles pressupunham a subordinação dos Estados mais fracos às potências hegemônicas, o que podia gerar tensões e rupturas (como a China de Mao em relação à URSS e a França gaullista em relação aos Estados Unidos).

Competência: Compreender as transformações dos espaços geográficos como produto das relações socioeconômicas e culturais de poder.

Habilidade: Identificar os significados histórico-geográficos das relações de poder entre as nações.

4. CPS-SP



HO/PRESS INFORMATION BUREAU/JAFP

Disponível em: <<http://zonacurva.com.br>>. Acesso em: dez. 2014.

“Algumas viagens ocorrem por razões políticas. Uma dessas viagens foi feita pelo líder pacifista Mohandas Gandhi (conhecido por Mahatma, que significa Grande Alma). Gandhi conduziu milhares de indianos ao litoral em uma marcha de cerca de 300 quilômetros, a fim de que todos coletassem seu próprio sal de cozinha, deixando de adquirir o produto industrializado dos britânicos e, portanto, não pagando impostos. Esta ação eficiente, que feriu os cofres da Coroa britânica, foi a chamada Marcha do Sal, ocorrida entre 12 de março e 5 de abril de 1930.”

veja.abril.com.br/idade/exclusivo/conheca_pais/india/personagem.html. Acesso em: 9/8/2013. (Adaptado)

De acordo com as informações do texto, é correto afirmar que a Marcha do Sal demonstrava a:

- a) cooperação entre o Império Britânico e a Índia governada por Gandhi.
- b) recusa de Gandhi à exploração neocolonial da Índia pela Inglaterra.**
- c) aprovação de Gandhi à cobrança de impostos dos produtos agrícolas.
- d) adesão de Gandhi ao modelo neocolonial mercantilista da Coroa britânica.
- e) ação educativa de Gandhi para conscientizar o povo contra o uso do sal marinho.

Gandhi foi um líder pacífico de resistência contra a dominação britânica e a Marcha do Sal é um dos momentos de manifestação política desse processo.

5. PUC-RJ – As lutas pela descolonização transformaram profundamente o mapa político mundial na segunda metade do século XX. As alternativas abaixo relacionam características importantes dos Estados nacionais surgidos na África e Ásia ao longo desse período, com exceção de uma. Qual?

- a) A maioria dos novos Estados nacionais adotou sistemas políticos e modelos de governo ocidentais inspirados nas experiências de suas metrópoles.
- b) Os Estados recém-constituídos conseguiram construir uma identidade política sólida, o que permitiu a organização do movimento dos países “não alinhados”, em Bandung, na Indonésia.**
- c) Na maioria dos novos países, coube ao Estado tomar para si as tarefas de modernização e crescimento econômico com o objetivo de promover o desenvolvimento nacional.
- d) Nos países em que a independência se realizou por meio de revoluções sociais, os novos Estados tenderam para o modelo soviético.
- e) Nos processos de independência conseguidos através de guerras contra as antigas metrópoles, os exércitos nacionais e suas lideranças acabaram por desempenhar um papel de destaque na política nacional dos novos Estados.

O erro da alternativa B é dizer que houve uma identidade política sólida, apesar de realmente ter havido uma reunião de países não alinhados em Bandung.

6. UFF-RJ – Ao visitarem a Índia em 1912, o casal de sociólogos ingleses, Beatriz e Sidney Webb, afirmou: “Igualmente claro é que o indiano às vezes é um trabalhador excepcionalmente relutante para suar. Ele não se importa muito com o que ganha. Prefere quase definir de fome do que trabalhar demais. Por mais baixo que seja seu nível de vida, seu nível de trabalho é ainda menor – pelo menos quando está trabalhando para um patrão que não lhe agrada. E suas irregularidades são impressionantes!”

Beatriz e Sidney Webb, 1912. Apud: SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 259.

A leitura do texto acima sugere uma situação de tensão no domínio colonial inglês na Índia.

- a) Indique duas razões para a luta pela independência da Índia em 1947.

Como razões para a luta pela independência da Índia em 1947, destacam-

-se o movimento nacionalista dos intelectuais hindus, a decadência da In-

glaterra como potência colonial e econômica após a Segunda Guerra Mun-

dial, as mobilizações de desobediência civil propostas por Gandhi – o que

incluía o boicote a produtos da Inglaterra e o não pagamento de impostos.

- b) Analise a utilização do trabalho como forma de resistência no processo de independência indiano.

Uma vez que os patrões, no limite, eram os ingleses, a negação do tra-

balho “a um patrão que não lhe agrada” era uma forma pacífica de deso-

bediência civil e, portanto, de mobilização política.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

7. UECE – A tentativa frustrada de derrubar o ditador Fulgêncio Batista por meio do ataque ao Quartel de Moncada, em julho de 1953, culminou na captura de Fidel Castro, que optou por defender-se no julgamento. Sobre a autodefesa de Fidel Castro, é correto afirmar que:

- a) considerada brilhante, foi totalmente acatada pelo tribunal que absolveu o réu.
- b) foi publicada clandestinamente e conhecida como “A história me absolverá”.**
- c) o tribunal não aceitou a autodefesa de Fidel e indicou um advogado para fazer sua defesa.
- d) sua inconsistência jurídica provocou o arquivamento do processo.

8. UERJ

“O caminho para a revolução pela longa guerra de guerrilha foi descoberto um tanto tardiamente pelos revolucionários sociais do século XX [...]. A própria palavra ‘guerrilha’ não fazia parte do vocabulário marxista até depois da Revolução Cubana de 1959.”

HOBBSAWM, Eric J. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

A guerrilha foi fundamental para a vitória, em Cuba, no ano de 1959, do Movimento 26 de Julho, liderado por Fidel Castro e Che Guevara. O grupo revolucionário cubano fez a opção por essa estratégia por acreditar que:

- a) a adesão ao comunismo impunha a luta direta contra o poder estabelecido.
- b) a ocupação militar norte-americana anulava outras formas de luta contra a elite política.
- c) a ditadura instalada no país eliminava a possibilidade de uma oposição ao regime por via legal.
- d) o nacionalismo pequeno-burguês impedia a presença das camadas populares nos partidos de oposição à ditadura.

9. FGV-SP

“Em 1962 tem lugar a crise dos ‘mísseis’, quando Kennedy ameaça novamente invadir Cuba pretextando a instalação de mísseis soviéticos na ilha. Sem consultar os cubanos, os soviéticos terminam por dismantelar os foguetes, que haviam sido oferecidos para a proteção do regime de Fidel.”

SADER, Eder (Org.) *Che Guevara: política*. São Paulo: Expressão Popular, p. 24.

Tendo em vista essa informação, é correto afirmar:

- a) O governo dos Estados Unidos fomentou o movimento dirigido por Fidel Castro para derrubar o presidente nacionalista Fulgêncio Batista.
- b) A “crise dos mísseis” provocou o completo isolamento do governo cubano, que se desentendeu tanto com os Estados Unidos quanto com a União Soviética.
- c) A “crise dos mísseis” provocou a saída de Che Guevara do governo cubano, demitido por Fidel Castro por suas posições radicais contra os Estados Unidos.
- d) A “crise dos mísseis” desencadeou o embargo econômico dos Estados Unidos a Cuba, que foi suspenso com o fim da União Soviética em 1991.
- e) Em 1961, o governo estadunidense patrocinou a invasão da Baía dos Porcos, no sul de Cuba, por tropas integradas por exilados cubanos.

10. Sedu-ES – Um dos principais momentos da 7ª Cúpula das Américas, realizada em abril de 2015 no Panamá, foram os discursos dos presidentes dos Estados Unidos e de Cuba que sinalizaram a intenção de retomada das relações entre esses países, após décadas marcadas:

- a) pela política norte-americana de embargo econômico a Cuba, vigente desde os anos 1960, com o objetivo de retaliar política e economicamente esse país convertido ao socialismo, restringindo as trocas comerciais entre este e empresas norte-americanas, bem como o trânsito de cidadãos.
- b) pelo isolamento político de Cuba no continente ante a influência dos Estados Unidos na região, do qual é exemplo sua suspensão definitiva como integrante da OEA desde 1962 e a ausência da ilha de todas as “Cúpulas das Américas” realizadas desde essa década até 2015.
- c) por tentativas, por parte do governo cubano, de invasão da baía de Guantânamo, território insular ocupado pelos Estados Unidos desde 1903, que lá instalaram a base militar que abriga uma prisão de alta segurança onde concentram-se prisioneiros acusados de terrorismo.
- d) por ataques mútuos entre os dois países durante a Guerra Fria, cujo auge ocorreu na chamada Crise dos Mísseis, conflito que teve vitória cubana, com a consequente retirada de mísseis norte-americanos de seu território, seguida de medidas de retaliação por parte dos Estados Unidos.

- e) por fluxos emigracionais cubanos desde o fim da URSS, país que sustentava economicamente a Ilha e cuja derrocada impulsionou levas de cubanos a emigrarem clandestinamente a Miami, onde hoje exercem pressão para que os Estados Unidos apoiem o socialismo cubano.

11. Cederj – A América Latina revelou, no século XX, situações políticas do caudilhismo até a implantação de regimes comunistas. Essas situações extremas estão explicitadas na opção:

- a) Venezuela de Maduro e Brasil de JK.
- b) Bolívia de Guevara e Argentina de Macri.
- c) Argentina com Perón e Cuba com Fidel Castro.
- d) Argentina de Perón e Brasil do Estado Novo com Vargas.

12. Sistema Dom Bosco – Em 1960, as relações entre Cuba e Estados Unidos começaram a complicar. Na reunião da Assembleia das Nações Unidas de 1960 começa um processo de:

- a) reaproximação entre Cuba e Estados Unidos, o que levou ao alinhamento com o bloco capitalista nos anos seguintes.
- b) aproximação de Cuba com outros países latino-americanos, o que levou ao incentivo norte-americano às ditaduras militares nesses países para evitar novas Cubas.
- c) aproximação de Cuba com a URSS, o que levou a uma guinada da ilha ao bloco socialista.
- d) aproximação de Cuba com a URSS, que levou a uma série de ataques dos Estados Unidos.
- e) aproximação com Malcolm X, o que fez Cuba ser defensora do movimento negro.

13. Fuvest-SP (adaptado) – Índia e China ocupam, no atual cenário mundial, um lugar tão importante que já se fala, entre estudiosos de geopolítica, em denominar o século XXI como o “século asiático”. Sobre as trajetórias históricas contemporâneas desses dois países, iniciadas, respectivamente, em 1947 e 1949, é possível estabelecer mais de um paralelo, ressaltando semelhanças e contrastes. Indique o processo histórico da Índia, a partir de 1947, e seus desdobramentos posteriores.

14. FGV-SP – A independência da Índia do domínio britânico deveu-se, em grande parte, à liderança de (Mahatma) Mahandas K. Gandhi. Em sua luta pela independência, algo que lhe valeu alguns anos de cadeia, Gandhi preconizava:

- a) a guerrilha urbana.
- b) a guerrilha camponesa.
- c) a resistência pacífica.
- d) a queima das plantações britânicas.
- e) a greve geral.

15. Fuvest-SP – Gandhi (1869-1948) conseguiu mobilizar milhões de indianos na luta para tornar o país independente da dominação britânica, recorrendo ao:

- a) socialismo, à denúncia do sistema de castas e à guerra revolucionária.
- b) nacionalismo, à modernização social e à ação coletiva não violenta.
- c) tradicionalismo, à defesa das castas e à luta armada.
- d) capitalismo, à cooperação com o imperialismo e à negociação.
- e) fascismo, à aliança com os paquistaneses e ao fundamentalismo religioso.

16. UFF-RJ – Quando comparada à Revolução Chinesa, a independência indiana adquire uma singularidade que, ainda hoje, desperta a atenção dos estudiosos. Ao contrário de uma revolução comunista, a Índia adquiriu sua independência pela via pacífica. Identifique o comentário que se refere, corretamente, à política implementada por Gandhi para obter a independência:

- a) A política de desobediência civil, cujo exemplo foi a chamada Marcha do Sal, fundamentava-se no princípio da resistência pela violência.
- b) O sistema hindu, fundado na igualdade social e no sistema de castas, representou um obstáculo à independência indiana.
- c) Parte significativa da burguesia indiana apoiou a política de Gandhi, pois o seu programa de defesa do

produto nacional ajudava a combater a concorrência dos materiais ingleses.

- d) A doutrina da dignidade do trabalho defendida por Gandhi implicava a defesa intransigente de greves de cunho político.
- e) O principal impulso do programa de Gandhi era a proposta de reformulação da aldeia tradicional com a introdução da mecanização no campo.

17. FGV-SP

“[...] em 1955, em Bandung, na Indonésia, reuniram-se 29 [...] países que se apresentavam como do terceiro mundo. Pronunciaram-se pelo socialismo e pelo neutralismo, mas também contra o Ocidente e contra a União Soviética, e proclamaram o compromisso dos povos liberados de ajudar a libertação dos povos dependentes [...]”

A conferência a que o texto se refere é apontada como um:

- a) indicador da crise do sistema colonial por representar os interesses dos países que estavam sofrendo as consequências do processo de industrialização na Europa.
- b) indício do processo de globalização da economia mundial, uma vez que suas propostas defendiam o fim das restrições alfandegárias nos países periféricos.
- c) sintoma de esgotamento do imperialismo americano no Oriente Médio, provocado pela quebra do monopólio nuclear a favor dos árabes.
- d) sinal de desenvolvimento da economia dos denominados “tigres asiáticos” que valorizou o planejamento estratégico, a industrialização independente e a educação.
- e) marco no movimento descolonizador da África e da Ásia que condenou o colonialismo, a discriminação racial e a corrida armamentista.

ESTUDO PARA O ENEM

18. Enem

C2-H6



ILLINGWORTH, L. G. Outubro de 1962.

Disponível em: <www.llgc.org.uk>. Acesso em: 8 mar. 2016.

A charge faz alusão à intensa rivalidade entre as duas maiores potências do século XX. O momento mais tenso dessa disputa foi provocado pela:

- a) ampliação da Guerra do Vietnã.
- b) construção do Muro de Berlim.
- c) instalação de mísseis em Cuba.
- d) eclosão da Guerra dos Sete Dias.
- e) invasão do território do Afeganistão.

19. UERJ

C2-H10

“Se há apenas cinco ou dez anos dissessem a alguém em Cuba que um presidente norte-americano visitaria a Ilha, a resposta seria um sorriso irônico; mas se fosse mencionada a possibilidade de ver os Rolling Stones tocando em Havana, a reação teria sido uma gargalhada – ou um grito, se a pessoa assim informada tivesse seus 60 ou 70 anos de vida. Porque aqueles que fomos jovens em Cuba na década de 1960 dificilmente esqueceremos as críticas políticas quando confessávamos ouvir os Beatles ou os Stones. Quem poderia ter previsto? Definitivamente, os tempos estão mudando.”

Leonardo Padura. *Folha de S.Paulo*, 12 mar. 2016. (Adaptado)

As considerações do escritor sobre a sociedade cubana indicam que, na década de 1960 e no momento atual, as diferenças entre as condições de vida são contextualizadas, respectivamente, pelos seguintes aspectos das relações internacionais:

- a) expansão mundial de regimes totalitários – supremacia das concepções neoliberais.
- b) crescimento da influência global soviética – afirmação da hegemonia norte-americana.
- c) bipolaridade entre capitalismo e socialismo – multipolaridade da ordem econômica.
- d) política externa independente na América Latina – integração das nações subdesenvolvidas.

20. Enem

C5-H22

AGE FOTOSTOCK/EASYPIX BRASIL



Dilema de Lord Willingdon.

Disponível em: <www.gandhiserve.org>. Acesso em: 21 nov. 2011.

O cartum, publicado em 1932, ironiza as consequências sociais das constantes prisões de Mahatma Gandhi pelas autoridades britânicas, na Índia, demonstrando:

- a) a ineficiência do sistema judiciário inglês no território indiano.
- b) o apoio da população hindu à prisão de Gandhi.
- c) o caráter violento das manifestações hindus frente à ação inglesa.
- d) a impossibilidade de deter o movimento liderado por Gandhi.
- e) a indiferença das autoridades britânicas frente ao apelo popular hindu.

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO
SISTEMA DE ENSINO DOM BOSCO

27

DESCOLONIZAÇÃO DA
ÁFRICA E REGIMES
MILITARES NA AMÉRICA
DO SUL

- A África se levanta
- Ruanda e África do Sul
- Congo
- Angola
- Moçambique
- Egito
- Totalitarismo sul-americano
- Argentina
- Chile
- Uruguai
- Paraguai

HABILIDADES

- Identificar os significados histórico-geográficos das relações de poder entre as nações.
- Analisar a atuação dos movimentos sociais que contribuíram para mudanças ou rupturas em processos de disputa pelo poder.
- Comparar diferentes pontos de vista, presentes em textos analíticos e interpretativos, sobre situações ou fatos de natureza histórico-geográfica acerca das instituições sociais, políticas e econômicas.
- Avaliar criticamente conflitos culturais, sociais, políticos, econômicos ou ambientais ao longo da História.

A ÁFRICA SE LEVANTA

Conheceremos algumas das principais independências de nações africanas. Diferentemente da Ásia, os processos de descolonização na África foram muito violentos. Para alcançar a desejada independência, os países africanos, de maneira geral, enfrentaram manifestações internas, embates bélicos e ditaduras.

Em geral, a independência política não veio acompanhada de uma independência econômica. As nações africanas, historicamente machucadas pelo colonialismo europeu, pelo tráfico de escravizados, pela extração destrutiva de suas riquezas e pelo pequeno ou nulo desenvolvimento local não tiveram condições de se libertar das amarras econômicas impostas pelas potências mundiais. Ainda hoje esses efeitos são sentidos. Veremos a seguir cada um dos principais casos de independência no continente africano, cada qual com suas particularidades e semelhanças.

RUANDA E ÁFRICA DO SUL

Em Ruanda, a disputa pelo poder entre as etnias hutu (aproximadamente 90% da população) e tutsi produziu massacres e chacinas que horrorizaram o mundo.

Colonizada inicialmente por holandeses, denominados bôeres ou africaneres, a África do Sul passou ao domínio britânico após a Guerra dos Bôeres. Em 1910, formou-se a União Sul-Africana e, a partir de 1911, a minoria africaner impôs uma série de leis restringindo os direitos da maioria negra. Em 1948, instituiu-se oficialmente o regime do *apartheid* – política segregacionista que impedia os negros de participação política, circulação em determinadas áreas, como praias ou bairros das cidades, casamento com brancos, posse de terras, acesso a serviços como bancos, transportes e escolas. A população negra, na maioria de etnia zulu, lutou contra as medidas segregacionistas desde 1912, quando criou o partido Congresso Nacional Africano (CNA). Em 1960, após protestos e manifestações, o CNA foi posto na ilegalidade e seu líder, Nelson Mandela, condenado à prisão perpétua.

Apenas em 1990 o CNA voltou à legalidade, sendo libertado Nelson Mandela, cuja liderança e carisma levaram ao fim do *apartheid* em 1994, mesmo ano em que se elegeu presidente do país.

AFRICA MEDIA ONLINE/ALAMY STOCK PHOTO



Nelson Mandela em campanha eleitoral em 1994. Ele foi o grande líder no movimento pela independência da África do Sul e pelo fim do *apartheid*. Faleceu em 2013 e é considerado uma das figuras mais importantes do século XX.

CONGO

Em 1885, após a Conferência de Berlim, o Congo tornou-se propriedade pessoal do rei da Bélgica, Leopoldo II, e oficialmente colônia belga em 1908. Tinha a exploração de diamante, ouro, cobre e estanho como principal atividade econômica. Em consequência de manifestações populares e do incêndio da capital Leopoldville, a Bélgica foi obrigada a conceder a independência ao Congo em 1959. No ano seguinte, formou-se o Estado Livre do Congo, com Joseph Kasavubu como presidente e Patrice Lumumba como primeiro-ministro. Embora independente, a presença europeia ainda gerava contínuas manifestações.

PHOTO 12/ALAMY STOCK PHOTO



Multidão no Congo em passeata para se libertar da dominação belga, 1960.

Sob o comando de Moisés Tshombe, soldados belgas e mercenários, financiados pela companhia belga Union Minière, declararam independente a província mineradora de Katanga. Lumumba e Kasavubu apelaram à ONU, que enviou emissários de paz à região. Expediente inútil, pois começou uma guerra civil. Lumumba tentou uma ofensiva contra Katanga, sem sucesso, mesmo com o apoio da URSS.

O presidente Kasavubu, pressionado pela Bélgica e pelos Estados Unidos, substituiu Lumumba pelo coronel Joseph Mobutu. Manifestações populares forçaram a libertação de Lumumba da prisão, mas ele acabou assassinado pelos mercenários de Katanga.

Em 1965, Mobutu assumiu o governo, implantando uma ditadura pessoal. Em 1971, o Congo adotou o nome de República do Zaire, enfrentando crescentes pressões externas contra a ditadura e o nacionalismo, intensificadas especialmente no fim dos anos 1980 e início dos anos 1990, mergulhando o país em sucessivas crises políticas, greves e agravamento do quadro socioeconômico.

ANGOLA

O Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA), fundado em 1956 por Agostinho Neto, iniciou um movimento guerrilheiro contra o colonialismo salazarista português. Ao mesmo tempo, surgiram outras organizações de libertação, como a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), dirigida por Holden Roberto; e a União Nacional pela Libertação Total de Angola (Unita), chefiada por Jonas Savimbi. A Revolução dos Cravos (1974) em Portugal, ao derrubar a ditadura fascista portuguesa, possibilitou a assinatura do Acordo de Alvor, marcando a independência de Angola para 1975.

A FNLA, por sua vez, encontrava-se em processo de extinção. Apenas com a distensão internacional dos anos 1990 e o fim da Guerra Fria houve acordos para a normalização do país, a exemplo do que o governo e a Unita firmaram, autorizando eleições pluripartidárias em 1992. Jonas Savimbi não reconheceu a vitória de José Eduardo, reiniciando a guerra civil. Os dois lados retomaram negociações sob patrocínio da ONU, com envio de efetivos militares em 1995, inclusive tropas brasileiras.

MOÇAMBIQUE

A luta pela independência moçambicana começou em 1962, liderada pela Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), que tinha como líder o socialista Eduardo Mondlane, assassinado em 1969. Após a morte de Mondlane, Samora Machel assumiu o comando e a Frelimo ocupou gradativamente o território do país.

Em 1974 ocorreu em Portugal a Revolução dos Cravos, um momento de virada política no país, pondo fim ao regime ditatorial conhecido como Estado Novo. Nesse processo, a antiga metrópole reconheceu no ano seguinte a independência de suas colônias, entre elas, Moçambique, com Samora Machel na presidência, apesar da oposição da Resistência Nacional Moçambicana (Renamo).

A abertura política do país levou a eleições multipartidárias em 1994, incluindo acordos com os guerrilheiros. Venceu o líder da Frelimo, Joaquim Chissano, que precisava conviver com os deputados oposicionistas da Renamo.

EGITO

O Egito representa um dos poucos países da África a alcançar a independência antes do término da Segunda Guerra Mundial, embora mantivesse a subordinação econômica. Em 1953, Gamal Abdel Nasser assumiu o governo egípcio, implantando uma política nacionalista contra a dominação estrangeira. Em defesa da nacionalização do Canal de Suez, o Egito esteve envolvido na Guerra de Suez, entre outubro e novembro de 1956, quando tropas egípcias enfrentaram forças anglo-francesas. Após a intervenção dos Estados Unidos e a evacuação das tropas estrangeiras, manteve-se a soberania egípcia no canal. Atualmente, o Egito integra o bloco de países islâmicos contrários à influência norte-americana.

KEYSTONE PRESS/ALAMY STOCK PHOTO



Nasser é aclamado ao anunciar a retomada do Canal de Suez.

CICATRIZES DA DESCOLONIZAÇÃO TARDIA

Fruto de processos violentos, a descolonização da África deixou marcas profundas no continente que não foram reflexo da descolonização em si, mas de séculos de colonização. No mapa da página a seguir, é possível conferir o ano de independência de cada um dos países africanos. Note como quase todas elas aconteceram no século XX, a maioria após a década de 1960.



Um continente que, erroneamente, muitas vezes é visto apenas como uma enorme extensão de terra. Não há o costume de reconhecer sua pluralidade, esqueceu-se que foi retalhado e colonizado pelas potências e que abriga uma enorme diversidade de grupos étnicos, desafiados a se adaptar às identidades nacionais dos Estados formados no século XX. Carentes de recursos financeiros, os países africanos muitas vezes dependem de capital estrangeiro. O governo chinês demonstra interesse crescente na África, em busca de obter retorno dos investimentos e ampliar sua influência geopolítica.

TOTALITARISMO SUL-AMERICANO

O fato de ter havido uma revolução socialista bem-sucedida bem próxima do território dos Estados Unidos, em Cuba, deixou os norte-americanos atentos, assustados e colocou-os em uma posição de contra-ataque.

Era a Guerra Fria, quando Estados Unidos e URSS disputavam a hegemonia mundial. Na perspectiva dos estadunidenses, não poderia haver outra Cuba. Por isso, apoiaram golpes militares conservadores em vários países das Américas. O receio, justificado ou não, de golpes comunistas, gerou apoio entre as classes médias e altas desses países. Assim, por décadas, países como Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai viveram ditaduras militares violentas.

ARGENTINA

Anteriormente à instalação do Estado militar, a Argentina vivenciou, entre 1946 e 1955, o governo autoritário de inspiração nazifascista e populista de Juan Domingo Perón, militar que participara, em 1943, de um golpe liderado pelo Grupo de Oficiais Unidos (GOU), reunindo jovens oficiais de perfil anticomunista, ultracatólico e de inspiração fascista, o qual instaurou um regime militar em que ele próprio ocupou o cargo de ministro do Trabalho. Com o início da distensão política argentina em 1945, retornou a liberdade de imprensa.

Eleito presidente no ano seguinte, Perón criou mecanismos de controle institucional dos meios de comunicação inspirados nos governos nazifascistas que conhecera na Europa antes de se tornar líder político. Também implantou uma política nacionalista e uma extensa legislação trabalhista, o que provocou um golpe militar em 1955.



Perón representou a implantação das práticas populistas na Argentina, país que governou de 1946 a 1955 e de 1973 a 1974.

Desde a queda do governo peronista até meados da década de 1970, a Argentina esteve em crise permanente, originada pela progressiva dependência econômica do capitalismo internacional, notadamente norte-americano.

No contexto da Guerra Fria, houve estímulo ao fortalecimento das corporações militares, fato que, aliado à simpatia da elite oligárquica Argentina pelas conquistas brasileiras com o milagre econômico, justificou a tomada de poder pelas forças armadas em 1976.

Como no Brasil, instaurou-se uma ditadura militar (1976-1983), concebida como um processo de reorganização nacional, comprometida em combater o avanço da esquerda, cassar direitos políticos e impor a censura, a repressão e a tortura. A política econômica beneficiou a agroexportação, o capital externo e o setor financeiro, mas deixou o desenvolvimento industrial em plano secundário, provocando altos níveis de desemprego e falência.

O conflito bélico entre Argentina e Grã-Bretanha, na Guerra das Malvinas, em 1982, pôs fim à ditadura militar em função da derrota esmagadora, com saldo de oitocentos mortos e mais de mil feridos. A rendição aos ingleses, que receberam apoio dos Estados Unidos, deflagrou uma contestação geral ao governo militar. O então presidente, general Leopoldo Galtieri, foi deposto e substituído por Raúl Alfonsín, que comprometeu-se a restabelecer a democracia. Ao mesmo tempo, a sociedade civil se reorganizava.

Nas eleições de 1983, a União Cívica Radical derrotou o Partido Justicialista e Alfonsín governou a Argentina até 1989, sendo responsável pela transição do país para a democracia. Em sua administração, começaram os delicados processos contra as juntas militares que governaram nos anos da ditadura, responsáveis pela morte de milhares de opositores ao regime. A maioria da população apoiou esses processos, destacando-se o movimento Mães da Praça de Maio, que organizou manifestações contra a violência da ditadura. A condenação desses oficiais concretizou-se em dezembro de 1985, fato inédito na América do Sul, que provocou levantes militares, como em 1987, quando o país esteve à beira de uma guerra civil.

Externamente, Alfonsín firmou tratados diplomáticos com vários países, inclusive o Brasil, voltados para a integração dos mercados regionais do Cone Sul, que em 1991 dariam origem ao Mercosul. Internamente, combateu a inflação e equacionou a dívida externa por meio do Plano Austral, que criou uma nova moeda (austral), congelou preços e salários e combateu o sindicalismo associado ao justicialismo.

Apesar do sucesso inicial, o Plano Austral fracassou ao não resolver problemas estruturais da Argentina, mesmo com a implantação de medidas como o Plano Nacional de Alfabetização e o Plano Nacional Alimentar. Um processo de hiperinflação marcou o fim desse governo, atingindo patamares superiores a 3 mil por cento. Nas eleições, venceu o justicialis-

ta Carlos Menem (1989-1999), que, para combater a inflação, equiparou o austral ao dólar e privatizou empresas, mas não evitou o aumento da pobreza e do desemprego. Durante seu governo, atentados terroristas à embaixada de Israel e à Associação Israelita Argentina vitimaram mais de cem pessoas. Externamente, assinou o Tratado de Assunção em 1991, formalizando a criação do Mercosul.

A partir de 1998, a Argentina viveu quatro anos de recessão econômica, chegando a atingir o sucessor de Menem, Fernando de La Rúa, que renunciou em 2001, após intensos protestos populares. Seu substituto, Rodríguez Saá, decretou a moratória – suspensão de pagamento da dívida externa. A Assembleia Legislativa aprovou Eduardo Duhalde como presidente provisório até a eleição de 2003. Néstor Kirchner, que assumiu a presidência, desvalorizou a moeda argentina, mas contou com o bom momento da economia internacional para a retomada do crescimento. Em outubro de 2007, Cristina Kirchner, esposa de Néstor, assumiu o governo argentino, mantendo o ritmo de desenvolvimento econômico, apesar de os produtores rurais protestarem contra a política agrícola adotada, que dificultava as exportações para garantir o abastecimento interno.

CHILE

A história do Chile é marcada pela presença de forças armadas na política desde sua independência, em 1810, até as últimas décadas do século XX. No contexto do século XIX, marcado pelas disputas imperialistas, o Chile envolveu-se na Guerra do Pacífico (1879-1881) contra as tropas conjuntas de Bolívia e Peru, pelo controle de áreas ricas em nitratos encontrados em depósitos de salitre e guano (excrementos de aves marinhas), sob domínio de empresas inglesas com sede no Chile. O aumento dos impostos para as companhias chilenas que operavam no litoral boliviano e sua recusa em pagar as sobretaxas motivaram a guerra. O governo da Bolívia determinou o sequestro dos bens das empresas de origem chilena. Deflagrado o conflito, o apoio inglês contribuiu para a vitória do Chile. A Bolívia perdeu o acesso ao Oceano Pacífico, problema territorial que ainda se constitui em ponto central de sua diplomacia.

A posse do presidente Salvador Allende, em 1970, deu início ao governo popular de caráter socialista, que nacionalizou riquezas minerais (ferro e salitre, principalmente) e implantou a reforma agrária, que buscava eliminar os latifúndios no Chile. Allende planejava implantar o socialismo por meio do voto. Em maio de 1973, após três anos de governo, seu grupo político (Unidade Popular), uma coligação de partidos de esquerda, obteve números expressivos nas eleições parlamentares, o que lhe aumentou a base de ação. Com apoio norte-americano, a direita do país, formada pela burguesia industrial, pela Igreja, por amplos setores das forças armadas e por partidos de

oposição (Democrata-Cristão e Nacional) iniciou um processo de tomada do poder. Em 11 de setembro de 1973, tropas comandadas por Augusto Pinochet atacaram o Palácio do Governo e instalaram uma das mais repressivas ditaduras pós-Segunda Guerra Mundial. Allende morreu nesse episódio e até hoje se questiona se ele se suicidou ou se foi assassinado pelos militares golpistas.

Com o golpe militar, recomeçou a dependência econômica do Chile do capital estrangeiro norte-americano, substituindo as mudanças revolucionárias do governo popular por práticas autoritárias e ditatoriais. Com o início do processo de abertura democrática em 1989, a população chilena voltou, aos poucos, a gozar de seus direitos e ver os crimes praticados pelo governo ditatorial serem julgados.



Augusto Pinochet, chefe do governo apontado como marco inicial do neoliberalismo no mundo ocidental, pela retomada dos preceitos liberais de mercado e pela retirada da intervenção do Estado da economia. Segundo o neoliberalismo, a participação estatal deve ser mínima (Estado mínimo), restrita a setores considerados estratégicos e essenciais.

URUGUAI

Após ser chamado de Suíça latina, o Uruguai sofreu uma profunda crise no fim dos anos 1960. Empossado em 1967, o presidente Jorge Pacheco Areco implantou um governo autoritário que não se apoiava diretamente nas forças armadas nacionais, mas instaurou medidas de segurança como repressão aos militantes de oposição, em especial ao grupo guerrilheiro dos tupamaros,

o fechamento de alguns meios de comunicação impressos e a morte de opositores em enfrentamentos com a polícia. Para isso, adotou técnicas repressivas aprendidas com assessores brasileiros e norte-americanos.

Na época das eleições, em 1971, o governo de Jorge Pacheco entregou a responsabilidade de reprimir a oposição às forças armadas, efetivando a entrada dos militares no jogo político. A vitória do candidato de Jorge Pacheco, Juan María Bordaberry, tornou mais rígida a repressão, com a suspensão dos direitos individuais. A criação do Conselho de Segurança Nacional deu-lhes força para tomar diretamente o poder em 1973.

BETTMANN/GETTY IMAGES



Jorge Pacheco Areco em 1968, durante seu mandato como presidente do Uruguai.

O governo militar uruguaio estendeu-se até 1984, quando uma greve geral forçou os militares a estabelecer negociações com os líderes políticos civis e organizar eleições.

Em 1989, o presidente eleito Luis Alberto Lacalle instituiu uma ampla liberalização da economia, optando pela adesão do país ao Mercosul. Reeleito em 1994, Sanguinetti priorizou reformas na educação e na segurança pública, manteve o liberalismo econômico, mas a queda dos preços dos produtos de exportação uruguaios e a retração econômica nos mercados mundiais levaram o país à recessão entre 1999 e 2002. Em consequência, graves problemas econômicos e aumento do desemprego atingiram o governo de Jorge Batlle. Eleito em 2004, Tabaré Vázquez conseguiu retomar o crescimento econômico, essencial para a estabilidade democrática no Uruguai.

PARAGUAI

Em 4 de maio de 1954, o general Alfredo Stroessner, com o apoio da embaixada norte-americana, liderou um golpe de Estado no Paraguai, país agrário de população majoritariamente camponesa. Investidores estrangeiros controlavam os setores de indústria e exportação. O regime político implantado por Stroessner caracterizou-se pelo imobilismo, porque preservava as estruturas arcaicas do país e a ditadura, com decretação de estado de sítio e censura à imprensa, além de entrega dos recursos naturais paraguaios aos interesses estrangeiros, essencialmente norte-americanos.

Em 1959, algumas personalidades políticas do tradicional Partido Colorado iniciaram um movimento a fim de revogar o estado de sítio e restabelecer a liberdade de imprensa, aliando críticas contra o alto custo de vida e a repressão política. Em resposta, Stroessner dissolveu o Congresso Nacional, deportou os descontentes e novamente decretou estado de sítio, acirrando os ânimos da oposição, representada principalmente pelo movimento de luta armada Frente Unida de Libertação Nacional e pelo Partido Comunista.

A combinação de autoritarismo, miséria e total dependência externa tornou o Paraguai um dos países mais pobres da América Latina. Apesar da precária situação, Stroessner firmou com o Brasil, em 26 de abril de 1973, o tratado para a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, no Rio Paraná, por associação das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) e Administración Nacional de Eletricidad, do Paraguai.

A redemocratização aconteceu somente em 1989, o que faz do Paraguai o país com a mais longa ditadura militar nas Américas. Mesmo com disputas políticas internas, o Paraguai tem conseguido manter a democracia, promovendo eleições regulares e livres. Em 2008, elegeu-se Fernando Lugo, que pretende reformular os tratados de Itaipu e rever as tarifas de energia pagas pelo Brasil. Outra questão problemática envolve os “brasiguaios” – agricultores brasileiros que vivem e trabalham em território paraguaio, responsáveis por boa parte da produção agrícola desse país, mas enfrentando cada vez mais protestos de camponeses sem-terra.

ROTEIRO DE AULA

DESCOLONIZAÇÃO DA ÁFRICA

Cronologia e características gerais

África do Sul:

Os brancos negociaram a independência com a Inglaterra e estabeleceram uma legislação segregacionista contra nativos e asiáticos. Reação negra liderada por Nelson Mandela. Após anos de crise interna e sob pressão internacional, pôs-se fim à legislação e ao *apartheid*.

Congo:

Colônia belga libertada pelo líder negro Patrice Lumumba (tendência socialista). O país logo entrou em guerra civil. Golpe de direita liderado por José Mobutu, que mudou o nome do país para Zaire.

Angola:

Organizou a luta por meio de várias organizações: Movimento Nacional pela Libertação de Angola (MPLA), de esquerda; União Nacional de Independência Total de Angola (Unita); Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA). Após anos de luta interna, Portugal tentou negociar a independência gradativa, mas fracassou. Vitória do MPLA (1974) e, desde então, o novo país continua em guerra civil.

Moçambique:

A Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) consegue a independência em 1975, com a instauração de um governo socialista.

ROTEIRO DE AULA

REGIMES MILITARES: AMÉRICA DO SUL

Características

Alinhamento com os Estados Unidos; desenvolvimento econômico e intervenção estatal; repressão social e política; regime de exceção; concentração de riqueza.

Países

Argentina:

1976-1983.

Chile:

1973-1989.

Uruguai:

1973-1984.

Paraguai:

1954-1989.

Redemocratização

Razões:

Esgotamento do modelo; perda da credibilidade popular; resistência dos sindicatos, igrejas; pressão internacional.

EXERCÍCIOS DE APLICAÇÃO

1. FGV-SP

“Tudo muda.

De novo começar podes, com o último alento.

O que acontece, porém, fica acontecido:

E a água que pões no vinho, não podes mais separar.

[...]

Porém, tudo muda: com o último alento podes de novo recomeçar.”

Bertold Brecht.

“É a esse processo histórico, que levou à liquidação dos impérios coloniais europeus e ao surgimento ou ressurgimento de povos que se constituíram em nações e Estados, que se costuma dar o nome de descolonização.”

Letícia Bicalho Canêdo. *A descolonização da Ásia e da África*, 1985.

A partir dos textos, é correto afirmar que:

- a)** a colonização europeia foi inseparável da descolonização da Ásia e da África do século XX, pois o nacionalismo, um valor ocidental, foi usado pela classe dirigente que, identificada com o Estado nacional, não respeitou as tradições locais, isto é, a descolonização não destruiu a colonização; água e vinho estão misturados.
- b)** a descolonização da Ásia e da África, no século XX, fez surgir novos povos, identificados com suas tradições e com valores antigos, essenciais para a estabilidade dos Estados e das nações, geridos pela classe dirigente, distante do velho colonialismo; a descolonização rompeu com a colonização, isto é, separou a água do vinho.
- c)** a descolonização da Ásia e da África no século XIX, como continuidade ao colonialismo europeu, identificou-se com a classe dirigente internacional, preservou as principais tradições e criou o Estado nacional a partir do nacionalismo, valor tribal que garantiu estabilidade para aquelas regiões; portanto, a água não se separou do vinho.
- d)** a descolonização da Ásia e da África, no século XX, foi um processo separado da colonização, pois os valores da tradição foram rompidos e surgiu o Estado nacional como criação da classe dirigente local, cujos interesses estavam alinhados com o capitalismo internacional, o que significou desenvolvimento para a maioria; água e vinho estão separados.
- e)** o processo de descolonização do século XX, na Ásia e na África, é revolucionário na medida em que destruiu o velho colonialismo e colocou no poder a classe dirigente local, identificada com o capitalismo internacional, que organizou o Estado nacional segundo os interesses de estabilidade e de desenvolvimento para todos; água e vinho estão separados.

O que está dito na alternativa correta é que a descolonização política não significou uma descolonização das ideias. A própria construção de um Estado nacional é algo que veio dos colonizadores e, após as independências, permaneceu entre as antigas colônias.

2. UFES

“O presidente sul-africano ficou surpreso ao saber que, no Brasil, o maior país de população negra fora da África, se fala uma só língua e se pratica o sincretismo religioso.”

O Globo, 23 jul. 1998.

O texto se refere à visita ao Brasil do presidente sul-africano, Nelson Mandela, que combateu duramente os sérios problemas enfrentados pela África do Sul após se libertar da sujeição efetiva à Inglaterra. Uma das dificuldades por que passou o país foi a política de *apartheid*, que consistia no(a):

- a)** resistência pacífica, que previa o boicote aos impostos e ao consumo dos produtos ingleses.
- b)** radicalismo religioso, que não permitia aos brancos professar a religião dos negros, impedindo o sincretismo religioso que interessava aos ingleses.
- c)** manutenção da igualdade social, que facilitava o acesso à cultura a brancos e negros, desde que tivessem poder econômico e político.
- d)** segregacionismo oficial, que permitia que uma minoria de brancos controlasse o poder político e garantisse seus privilégios diante da maioria negra.
- e)** desarmamento obrigatório para qualquer instituição nacional e exigência do uso exclusivo do dialeto africano nas empresas estrangeiras.

A alternativa correta apresenta uma definição concisa do *apartheid* e pode ser utilizada como um bom resumo. Era essa a situação na África do Sul durante décadas até que, com a liderança de Nelson Mandela, esse sistema foi encerrado.

3. Fuvest-SP

“África vive [...] prisioneira de um passado inventado por outros.”

Mia Couto. Um retrato sem moldura. In: HERNANDEZ, Leila. *África na sala de aula*. São Paulo: Selo Negro, 2005. p. 11.

A frase acima se justifica porque:

- a)** os movimentos de independência na África foram patrocinados pelos países imperialistas, com o objetivo de garantir a exploração econômica do continente.
- b)** os distintos povos da África preferem negar suas origens étnicas e culturais, pois não há espaço, no mundo de hoje, para a defesa da identidade cultural africana.
- c)** a colonização britânica do litoral atlântico da África provocou a definitiva associação do continente à escravidão e sua submissão aos projetos de hegemonia europeia no Ocidente.
- d)** os atuais conflitos dentro do continente são comandados por potências estrangeiras interessadas em dividir a África para explorar mais facilmente suas riquezas.
- e)** a maioria das divisões políticas da África definidas pelos colonizadores se manteve, em linhas gerais, mesmo após os movimentos de independência.

No século XIX, na Conferência de Berlim, as potências coloniais europeias dividiram a África segundo os próprios interesses e disputas políticas, sem levar em conta as características geográficas, históricas e socioculturais dos povos africanos. Após anos de colonialismo, quando das independências, a maior parte dessas divisões artificiais e impostas se manteve.

4. FGV-SP



Cartaz. Argentina, 1978.

Este cartaz deve ser interpretado como:

- uma convocatória à oposição para que pegasse em armas contra o governo de Juan Domingo Perón.
- um apelo para que os militares argentinos libertassem os presos políticos durante a Copa do Mundo de futebol de 1978.
- uma provocação do governo brasileiro da época contra o regime autoritário que se instalara na Argentina.
- um alerta aos riscos de se visitar a Argentina após a Copa do Mundo, quando se instaurou a ditadura militar.
- uma denúncia à violência da ditadura militar argentina, que organizava a Copa do Mundo de 1978.

O cartaz oficial da Copa do Mundo de 1978 era alegre, feito em estilo pontilhista – muito em voga na época – e mostrava dois jogadores argentinos se abraçando. Esse cartaz, que representa uma bola sustentada por fuzis, é uma obra crítica que denuncia a violência da ditadura militar que estava no poder.

5. UFGD-MS

C3-H15

Leia o seguinte texto:

“De 1964 até o final dos anos 70, grandes mudanças políticas se processaram na América Latina. Em março de 1964, os militares derrubaram o poder constitucional de João Goulart, no Brasil, dando início a uma série de ditaduras militares, que iam espalhar-se por toda a América Latina.”

CÁCERES, Florival. *História da América*. São Paulo: Moderna, 1992. p. 208.

Com relação à implantação das ditaduras militares na América Latina, no período aludido, assinale a alternativa correta:

- Insere-se numa tentativa de barrar o avanço do bloco capitalista liderado pelos Estados Unidos sobre a América Latina. Através da Doutrina da Segurança Nacional, os governos militares aproximavam os países latino-americanos do socialismo soviético.
- Ao assumir o governo, no Brasil, os militares aliaram-se a políticos de esquerda, intelectuais, religiosos progressistas, estudantes e líderes sindicais a fim de aprovar, no Congresso Nacional, os AIs (Atos Institucionais), que criaram uma ordem jurídica e política baseada no Estado de direito.
- No Chile, nas eleições de 1970, Salvador Allende foi eleito presidente a partir de uma aliança entre cristãos de esquerda, socialistas e comunistas. Com Allende, o Chile caminhava para o socialismo, fato que motivou, em 1973, a tomada de poder por um grupo de militares liderados por Augusto Pinochet.
- Embora os regimes militares latino-americanos tenham sido extremamente autoritários e violentos, tais aspectos não podem ser imputados à Argentina, país que implantou um governo de coalisões nacional que proibia a violência física e psicológica. Tal política foi apoiada pelas Mães da Praça de Maio.
- No Peru, a implantação da ditadura militar sofreu, desde o início, em 1968, a oposição da Ação Libertadora Nacional (ALN), liderada por Carlos Marighella. Por conta disso, para evitar uma possível guerra civil, o general Juan Velasco Alvarado assumiu uma postura nacional-socialista.

Durante a Guerra Fria, os Estados Unidos atuaram para evitar que houvesse uma nova Cuba nas Américas. Com a aproximação de Allende ao socialismo, ainda que de forma democrática e pacífica, o exército chileno foi apoiado pelos norte-americanos e deu um golpe militar.

Competência: Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.

Habilidade: Avaliar criticamente conflitos culturais, sociais, políticos, econômicos ou ambientais ao longo da História.

6. **Cesgranrio-RJ** – O “peronismo”, fenômeno político que surge na Argentina na década de 1940, pode ser identificado como:

- a variante argentina do fascismo europeu, tendo nas classes médias sua principal base social.
- mais um dos regimes ditatoriais da tradição caudilhista latino-americana e identificado com as populações rurais.
- uma tendência demagógica e oportunista, voltada para o desenvolvimento do operariado em bases nacionalistas.
- uma forma de “populismo”, apoiada nos setores mais novos do proletariado urbano e nas camadas inferiores das classes médias.
- uma ditadura popular de novo tipo, uma vez que contava com o apoio do campesinato e dos operários pobres.

O peronismo é uma força política importante na Argentina até hoje e tem sua base política entre trabalhadores urbanos e classe média baixa, grupos mais favorecidos pelas políticas trabalhistas e populistas de Perón.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

7. **UFRN** – Em relação ao processo de descolonização afro-asiático, é correto afirmar:

- As potências europeias, fortalecidas com o fim da 2ª Guerra Mundial, investiram recursos na luta contra os movimentos de libertação que explodiam nas colônias.
- A Organização das Nações Unidas tornou-se o parlamento no qual muitos países condenavam o neoco-

lonialismo, dado que proclamava a autodeterminação dos povos.

- A Guerra Fria dificultou a descolonização, em virtude da oposição de soviéticos e americanos, que viam no processo uma limitação de seu poder de influência na África e na Ásia.

d) As nações que optaram por guerra e luta armada foram as únicas que conquistaram independência e autonomia política frente à dominação dos países europeus.

8. FGV-RJ – O genocídio que teve lugar em Ruanda, assim como a guerra civil em curso na República Democrática do Congo, ou ainda o conflito em Darfur, no Sudão, revelam uma África marcada pela divisão e pela violência. Esse estado de coisas deve-se, em parte:

- a) às diferenças ideológicas que perpassam as sociedades africanas, divididas entre os defensores do liberalismo e os adeptos do planejamento central.
- b) à intolerância religiosa que impede a consolidação dos Estados nacionais africanos, divididos nas inúmeras denominações cristãs e muçulmanas.
- c) aos graves problemas ambientais que produzem catástrofes e aguçam a desigualdade ao perpetuar a fome, a violência e a miséria em todo o continente.
- d) à herança do colonialismo, que introduziu o conceito de Estado-nação sem considerar as características das sociedades locais.
- e) às potências ocidentais que continuam mantendo uma política assistencialista, o que faz com que os governos locais beneficiem-se do caos.

9. UERJ

“A África Subsaariana conheceu, ao longo dos últimos quarenta anos, trinta e três conflitos armados que fizeram no total mais de sete milhões de mortos. Muitos desses conflitos foram provocados por motivos étnico-regionais, como os massacres ocorridos em Ruanda e no Burundi.”

Le Monde Diplomatique, maio 1993. (Adaptado)

Das alternativas abaixo, aquela que identifica uma das raízes históricas desses conflitos no continente africano é:

- a) a chegada dos portugueses, que, em busca de homens para escravização, extinguíram inúmeros reinos existentes.
- b) a Guerra Fria, que, ao provocar disputas entre EUA e URSS, transformou a África num palco de guerras localizadas.
- c) o imperialismo, que, ao agrupar as diferentes nacionalidades segundo tradições e costumes, anulou direitos de conquista.
- d) o processo de descolonização, que, mantendo as mesmas fronteiras do colonialismo europeu, desrespeitou as diferentes etnias e nacionalidades.

10. FGV-RJ

“Até que a filosofia que sustenta uma raça Superior e outra inferior

Seja finalmente e permanentemente desacreditada e abandonada,

Haverá guerra, eu digo, guerra.

[...]

Até que os regimes ignóbeis e infelizes,

Que aprisionam nossos irmãos em Angola, em Moçambique, África do Sul, em condições subumanas,

Sejam derrubados e inteiramente destruídos, haverá

Guerra, eu disse, guerra.

[...]

Até esse dia, o continente africano

Não conhecerá a paz, nós, africanos, lutaremos,

Se necessário, e sabemos que vamos vencer,

Porque estamos confiantes na vitória

Do bem sobre o mal,

Do bem sobre o mal [...]"

War. Bob Marley, 1976.

A canção “War” foi composta por Bob Marley a partir do discurso pronunciado pelo imperador da Etiópia, Hailé Selassié (1892-1975) em 1936, na Liga das Nações. As ideias do discurso, presentes na letra da canção acima, estão associadas:

- a) ao darwinismo social, que propunha a superioridade africana sobre as demais raças humanas.
- b) ao futurismo, que consagrava a ideia da guerra como a higiene e renovação do mundo.
- c) ao pan-africanismo, que defendia a existência de uma identidade comum aos negros africanos e a seus descendentes.
- d) ao sionismo, que defendia que o imperador Selassié era descendente do rei Salomão e da rainha de Sabá e deveria assumir o governo de Israel.
- e) ao *apartheid*, que defendia a superioridade branca e a política de segregação racial na África do Sul.

11. Fuvest-SP – As resistências à descolonização da Argélia derivaram essencialmente:

- a) da reação de setores políticos conservadores na França, associados aos franceses que viviam na Argélia.
- b) da pressão das grandes potências, que temiam a implantação do fundamentalismo islâmico na região.
- c) da iniciativa dos Estados Unidos, que pressionaram a França a manter a colônia a qualquer preço.
- d) da ação pessoal do general De Gaulle, que se opunha aos projetos hegemônicos dos Estados Unidos.
- e) da atitude da França, que desejava expandir suas colônias após a Segunda Guerra Mundial.

12. Fuvest-SP – Portugal foi o país que mais resistiu ao processo de descolonização na África, sendo Angola, Moçambique e Guiné-Bissau os últimos países daquele continente a se tornarem independentes. Isto se explica:

- a) pela ausência de movimentos de libertação nacional naquelas colônias.
- b) pelo pacifismo dos líderes Agostinho Neto, Samora Machel e Amílcar Cabral.
- c) pela suavidade da dominação lusitana baseada no paternalismo e na benevolência.
- d) pelos acordos políticos entre Portugal e África do Sul para manter a dominação.
- e) pela intransigência do salazarismo, somente eliminada com a Revolução de Abril de 1974.

13. Fuvest-SP – Sobre o governo de Juan Domingo Perón (1946-1955) na Argentina, podemos afirmar que:

- a) recebeu expressivo apoio de parte importante da classe trabalhadora, ainda que não lhe tenha concedido benefícios concretos.
- b) foi um governo com uma retórica nacionalista, que recebeu dos “descamisados” importante sustentação política.
- c) deslocou o centro das atenções políticas para a figura carismática de Eva Perón, assumindo o presidente uma postura discreta e secundária.

- d) foi um governo ditatorial, pois fechou o Congresso e colocou os partidos políticos na ilegalidade.
- e) buscou persistentemente, no plano internacional, uma aliança com os Estados Unidos.

14. UFRGS-RS – O primeiro projeto de implantação global do neoliberalismo na América Latina teve início:

- a) na Venezuela, após o *impeachment* do presidente Carlos Andrés Peres.
- b) no Chile, a partir da ditadura de Pinochet.
- c) no Brasil, com a formulação do Plano Trienal do governo João Goulart.
- d) em Cuba, com a ascensão ao poder de Fidel Castro.
- e) no Peru, após o golpe de Estado que concentrou poderes nas mãos de Fujimori.

15. Mackenzie-SP

“A ditadura militar chefiada por Pinochet foi um dos regimes políticos mais brutais da história da América Latina. Os militares caçavam os opositores políticos como se fossem animais. Qualquer suspeito de ser militante socialista ou comunista era preso e barbaramente torturado.”

Mario Schmidt.

Dentre as razões para a implantação da ditadura de Augusto Pinochet, podemos indicar:

- a) a firme decisão do governo dos Estados Unidos em deter a qualquer custo o que parecia ser “o avanço do comunismo internacional” promovido pela Revolução Sandinista na Nicarágua.
- b) a crise política desencadeada pela vitória do candidato populista do Partido Justicialista, Juan Domingo Perón, que pretendia fortalecer os sindicatos e aumentar os salários dos trabalhadores.
- c) a deposição do general Manuel Antonio Noriega, acusado de ter ligações com o tráfico internacional de drogas.
- d) a não aceitação por parte de grandes empresários e do governo norte-americano das reformas sociais e econômicas realizadas pelo governo socialista de Salvador Allende.
- e) o autogolpe promovido pelo presidente Alberto Fujimori, que fechou o Congresso e tomou em suas mãos todos os poderes nacionais, ignorando a Constituição e anulando direitos.

16. UFPEL-RS – Além do Brasil, outros países da América Latina, na década de 1970, vivenciaram governos militares:



RADIOPHOTO/AFP

O regime de Pinochet perseguiu, torturou e assassinou inúmeros opositores, além de levar o país ao retrocesso social e cultural em todas as esferas. Na foto: militares queimam livros “perigosos”.



DANIEL GARCIA/AFIP

Marcha das mães de “desaparecidos”, na Praça de Maio. As “Mães da Praça de Maio” viraram um símbolo mundial de resistência contra a violência praticada pelos regimes militares.

As fotos e suas legendas referem-se, respectivamente, às ditaduras do(a):

- a) Uruguai e do Chile.
- b) Argentina e do Paraguai.
- c) Paraguai e do Uruguai.
- d) Chile e da Argentina.
- e) Bolívia e do Peru.

17. UDESC – Nas décadas de 60 e 70, as ditaduras militares foram quase que a regra na América Latina, marcando sua história indelevelmente. Somente a partir dos anos 80, depois de anos de governos autoritários, a maioria dos países latino-americanos passaria pelo processo de redemocratização. Sobre o contexto histórico abordado, assinale a alternativa incorreta:

- a) Na Venezuela, a Revolução Bolivariana colocou os militares no poder, com Hugo Chávez. Líder da revolução, ele assumiu a presidência no país na década de 70, cargo que ocupa até os dias atuais.
- b) Pode-se afirmar que no Brasil o fim da ditadura militar foi assinalado pelas eleições de 1985, que, embora indiretas, elegeram, depois de mais de duas décadas, o primeiro candidato civil, Tancredo Neves, como presidente do Brasil.
- c) Ainda que o campo político tenha apresentado avanços importantes no que se refere à democracia, no plano econômico os países latino-americanos foram marcados pela desestabilização; a recessão dos anos 80 fez com que o período ficasse marcado como a década “perdida”.
- d) No período abordado, a América Central seria palco de uma série de movimentos guerrilheiros que se fortaleceram lutando contra os regimes. Um dos mais importantes foi o sandinista, que emergiu na Nicarágua e influenciou outros movimentos na região.
- e) A passagem de militares pelo poder no Brasil, Argentina, Chile, Uruguai e em outros países latino-americanos seria atravessada pela supressão de direitos civis, perseguições, torturas, desaparecimentos, assassinatos de opositores etc., legando às gerações futuras memórias de um tempo de dor.

18. Enem

C3-H13



Disponível em: <www.imageforum-diffusion.afp.com>. Acesso em: 6 jan. 2016.

O regime do *apartheid* adotado de 1948 a 1994 na África do Sul fundamentava-se em ações estatais de segregacionismo racial. Na imagem, fuzileiros navais fazem valer a “lei do passe” que regulamentava o(a):

- concentração fundiária, impedindo os negros de tomar posse legítima do uso da terra.
- boicote econômico, proibindo os negros de consumir produtos ingleses sem resistência armada.
- sincretismo religioso, vetando ritos sagrados dos negros nas cerimônias oficiais do Estado.
- controle sobre a movimentação, desautorizando os negros a transitar em determinadas áreas das cidades.
- exclusão do mercado de trabalho, negando à população negra o acesso aos bens em consumo.

19. Enem

C3-H15

Um professor apresentou os mapas a seguir numa aula sobre as implicações da formação das fronteiras no continente africano.

As fronteiras étnicas e políticas da África

África - Divisão política



África - Divisão étnica



Atualidades/Vestibular 2005, 1. sem., ed. Abril, p. 68.

Com base na aula e na observação dos mapas, os alunos fizeram três afirmativas:

- A brutal diferença entre as fronteiras políticas e as fronteiras étnicas no continente africano aponta para a artificialidade em uma divisão com o objetivo de atender apenas aos interesses da maior potência capitalista na época da descolonização.
- As fronteiras políticas jogaram a África em uma situação de constante tensão ao desprezar a diversidade étnica e cultural, acirrando conflitos entre tribos rivais.
- As fronteiras artificiais criadas no contexto do colonialismo, após os processos de independência, fizeram da África um continente marcado por guerras civis, golpes de Estado e conflitos étnicos e religiosos.

É verdadeiro apenas o que se afirma em:

- a) I. c) III. e) II e III.
b) II. d) I e II.

20. Enem

C3-H12

Judiciário contribuiu com ditadura no Chile, diz Juiz Guzmán Tapia

“As cortes de apelação rejeitaram mais de 10 mil *habeas corpus* nos casos das pessoas desaparecidas. Nos tribunais militares, todas as causas foram concluídas com suspensões temporárias ou definitivas, e os desaparecimentos políticos tiveram apenas trâmite formal na Justiça. Assim, o Poder Judiciário contribuiu para que os agentes estatais ficassem impunes.”

Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br>>.
Acesso em: 20 jul. 2010. (Adaptado)

Segundo o texto, durante a ditadura chilena na década de 1970, a relação entre os poderes Executivo e Judiciário caracterizava-se pela:

- a) preservação da autonomia institucional entre os poderes.
b) valorização da atuação independente de alguns juízes.
c) manutenção da interferência jurídica nos atos executivos.
d) transferência das funções dos juízes para o chefe de Estado.
e) subordinação do Poder Judiciário aos interesses políticos dominantes.

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO
SISTEMA DE ENSINO DOM BOSCO

28

ORIENTE MÉDIO NOS SÉCULOS XX E XXI

ASPECTOS GEOPOLÍTICOS DO ORIENTE MÉDIO

O Oriente Médio vive relações sociais, políticas e econômicas historicamente complexas. Líbano, Síria, Jordânia, Israel, Turquia, Egito, Arábia Saudita, Irã, Iraque, entre outros países, compõem a região, compartilhando afinidades e diferenças culturais, religiosas e políticas construídas ao longo dos séculos.

Essa parte do mundo é o encontro de três continentes: Europa, Ásia e África. Historicamente, habitaram a região inúmeros povos politeístas, como fenícios, filisteus, babilônicos, persas e egípcios, enfim, civilizações de destaque na Antiguidade. No Oriente Médio, desenvolveu-se a mais antiga religião monoteísta da atualidade: o judaísmo. Lá também surgiu o cristianismo, religião monoteísta derivada do judaísmo. Essas duas crenças deram origem ao islamismo, consolidado no século VII, na Península Arábica. Para as três religiões existem locais considerados sagrados na região. Diferentes interpretações de histórias, tradições e escrituras sagradas acabaram por fomentar guerras e disputas políticas ao longo do tempo.

- Aspectos geopolíticos do Oriente Médio
- Breve contexto histórico
- O Oriente Médio no século XX
- Petróleo
- A questão palestina na virada do século XX para o século XXI
- Tensões latentes e as duas Intifadas
- Os Estados Unidos e o Oriente Médio
- A Primavera Árabe

HABILIDADES

- Reconhecer a dinâmica da organização dos movimentos sociais e a importância da participação da coletividade na transformação da realidade histórico-geográfica.
- Analisar a atuação dos movimentos sociais que contribuíram para mudanças ou rupturas em processos de disputa pelo poder.
- Avaliar criticamente conflitos culturais, sociais, políticos, econômicos ou ambientais ao longo da História.

SCIENCE HISTORY IMAGES/ALAMY STOCK PHOTO



Mapa da cidade de Jerusalém, no século XII. A cidade tem importância histórica e é local de encontro de diferentes povos e culturas. Destaca-se a importância de Jerusalém para as religiões monoteístas.

BREVE CONTEXTO HISTÓRICO

Os judeus acabaram expulsos de sua capital, Jerusalém, pelo Império Romano, no século I, quando se revoltaram contra a dominação romana, que reagiu determinando a destruição de Jerusalém. Vencidos, os judeus foram divididos em grupos que migraram para diferentes regiões da África, Europa e Ásia, no processo conhecido por Segunda Diáspora Judaica.

Durante alguns séculos, o Oriente Médio esteve sob o jugo do Império Romano, depois do Bizantino. Na condição de cristãos, os bizantinos cultuavam locais sagrados, ainda mantidos e visitados por pessoas de diversas partes do mundo.

Com a expansão do islamismo e o entendimento de que Jerusalém também era um local sagrado para sua crença, inúmeras guerras foram travadas entre islamitas e cristãos, em especial na Idade Média. Depois de conquistado pelo Império Turco Otomano, no século XV, o Oriente Médio tornou-se predominantemente islâmico, embora lá vivessem povos de diferentes etnias e religiões.

Em meados do século XIX, políticos e pensadores judeus formaram o movimento sionista, que tinha como um de seus objetivos reagrupar o povo judeu no local que entendiam ser seu por direito, a chamada Terra Santa, onde havia sido formado o Reino de Israel na Antiguidade. Essa região abrangia a cidade de Jerusalém e diversos quilômetros em seu entorno. Sua reivindicação baseava-se na organização política dos judeus antes da diáspora, nos tempos romanos. Esse pensamento também excluía o direito de cristãos e islâmicos sobre o governo da região, visto que as duas crenças se estabeleceram depois do judaísmo.

O ORIENTE MÉDIO NO SÉCULO XX

Desde o século XV, existia no Oriente Médio o Império Otomano, que, desde sua constituição, agrupou enormes populações de costumes e tradições completamente diferentes. Por séculos, a força militar e política dos sultões (líderes políticos do império) manteve povos distintos sob o mesmo governo. Nos anos 1800, começaram as primeiras guerras pela independência. Populações armadas tentavam desvencilhar-se do domínio otomano, entendendo-o ilegítimo. Assim, a Grécia, por exemplo, tornou-se independente em 1829.

No século XX, diversas regiões do Império Otomano tinham certa autonomia econômica, vivendo de recursos próprios. Logo no início do século (1908),

uma rebelião tirou o sultão Abdul Hamid II do poder e instituiu um parlamento. A porção europeia do fragmentado império ficou ainda mais dividida com guerras e anexações que se seguiram. Na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o governo instituído aliou-se à Alemanha, cuja derrota levou-o a entregar a porção do Oriente Médio e, por isso, parte do território otomano ao domínio inglês em 1919.

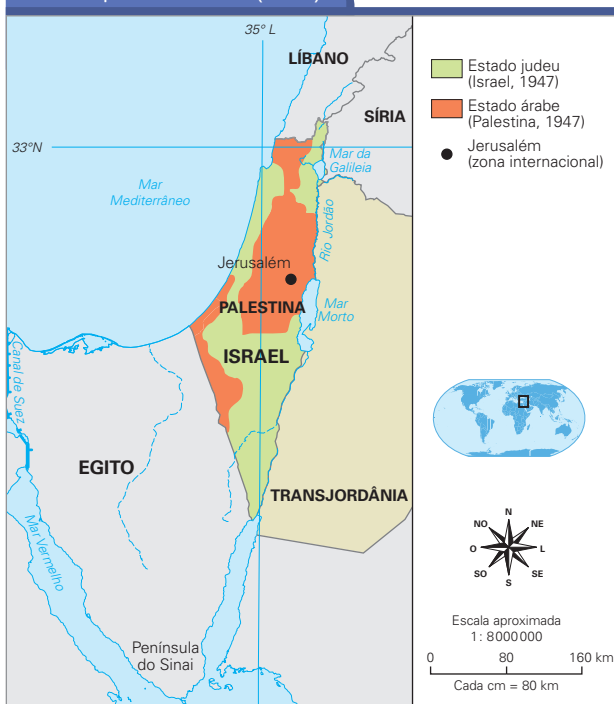
Durante a Primeira Guerra Mundial, os ingleses haviam feito acordos com dois povos diferentes: com os árabes do Oriente Médio, comprometeram-se a apoiar sua independência caso tivessem ajuda para expulsar os turcos; com os judeus, propuseram-se a apoiá-los na criação de um Estado na Palestina, região importantíssima para os árabes muçulmanos que viviam no antigo Império Otomano.

Na década de 1920, a Palestina era ocupada majoritariamente por árabes, embora as migrações judaicas crescessem a cada ano. Com a ascensão de Adolf Hitler ao poder, na década de 1930, o número de judeus que se dirigiam ao Oriente Médio em busca de refúgio cresceu ainda mais e as tensões entre eles e os árabes islâmicos também aumentaram.

Os árabes atacaram colônias judaicas e até bases militares inglesas. Em reação, a Inglaterra apoiou o armamento dessas colônias formadas na Palestina. Com a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), os judeus ganharam a simpatia política de diversos países diante do sofrimento que o regime nazista lhes impunha. Mais que isso, judeus ricos de diversas partes do mundo, em especial dos Estados Unidos, enviavam dinheiro para ajudar nas migrações ou nas colônias da Palestina.

Em 1945, com o término da Segunda Guerra Mundial, criou-se a Organização das Nações Unidas (ONU), cujas propostas incluem a facilitação de diálogos e acordos internacionais. Daí sua intervenção no conflito entre judeus e islâmicos na Palestina. A ONU estabeleceu um plano que propunha a divisão do território entre judeus e árabes, com a criação de um Estado palestino e outro judaico (Estado de Israel), mas ambos discordaram das demarcações. A mediação não conseguia mais negociar ou interceder por qualquer dos lados. Em 1948, a Inglaterra retirou suas tropas da região. As forças judaicas proclamaram, então, a independência de Israel e a consequente formação de um Estado judeu, garantido pelo poderio militar israelense e pelas alianças políticas internacionais, em especial com os Estados Unidos, apesar da violenta reação dos palestinos islâmicos. O território de Israel aumentou por meio de ação militar e muitos palestinos perderam suas terras ou passaram a viver em zonas controladas pelo Estado israelita.

Plano de partilha da ONU (1947)



Mapa que representa o plano de partilha da ONU, de 1947, dividindo os territórios da Palestina e de Israel.

SMITH, Dan. *O atlas do Oriente Médio: o mapeamento completo de todos os conflitos*. São Paulo: Publifolha, 2008. (Adaptado)

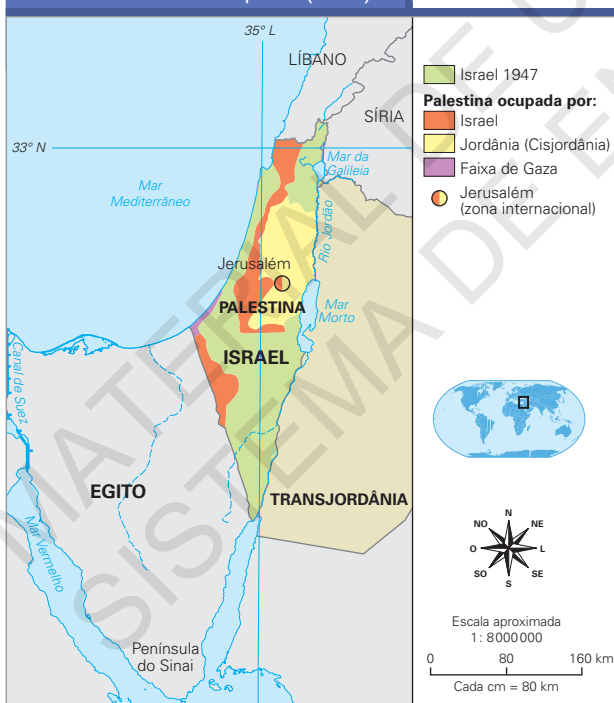
Ocupações israelenses



Mapa que representa as sucessivas mudanças nas fronteiras do Estado de Israel. O Estado árabe proposto pela ONU nunca se concretizou.

SMITH, Dan. *O atlas do Oriente Médio: o mapeamento completo de todos os conflitos*. São Paulo: Publifolha, 2008. (Adaptado)

Palestina: territórios ocupados (1947)



Mapa que representa o território de Israel segundo o plano de partilha de 1947, com as ocupações feitas por Israel no território palestino. Destaca-se a diminuição do território da Palestina, delimitada pela Jordânia (Cisjordânia) e pela Faixa de Gaza.

SMITH, Dan. *O atlas do Oriente Médio: o mapeamento completo de todos os conflitos*. São Paulo: Publifolha, 2008. (Adaptado)

As disputas entre judeus e palestinos continuaram. Judeus do mundo todo, em especial da Europa, do norte da África e de parte da Ásia, migraram para o Estado de Israel. Ao mesmo tempo, islâmicos palestinos perdiam espaço e se refugiavam em pequenas zonas quase isoladas ou se retiravam de Israel.

Nos anos 1950, muitos desses refugiados ganharam abrigo no Egito – país árabe que se tornara república em 1952. Quatro anos depois, o presidente Gamal Abdel Nasser, visto como líder pelos países árabes, passou a agrupar palestinos que se dispunham a atacar Israel. Depois de algumas medidas nacionalistas do presidente, como a tomada do Canal de Suez (que liga os mares Mediterrâneo e Vermelho) de uma empresa franco-britânica, o Egito foi invadido em 1956. Enquanto israelenses invadiam o país, ingleses e franceses dirigiam-se para a região do canal. Os egípcios resistiram e ganharam ainda mais a simpatia dos países árabes vizinhos, que cortavam o abastecimento de petróleo aos países que apoiavam israelenses: Inglaterra e França. A ONU interferiu enviando tropas para garantir a existência de uma região pacífica na fronteira entre Egito e Israel.

Com o apoio da União Soviética, Síria e Jordânia juntaram-se ao Egito para preparar uma campanha militar contra Israel, ao lado dos Estados Unidos. Em 1967, Israel atacou, dando início à Guerra dos Seis Dias, como ficou conhecida pela sua duração. Praticamente arrasou a força aérea egípcia e tomou o território dos três países, aumentando consideravelmente seu

espaço. O Estado de Israel consolidou-se como a principal força militar do Oriente Médio. O equipamento e o treinamento militar compensam a desvantagem da população reduzida no país.



Soldados israelenses avançam por Jerusalém Oriental durante a Guerra dos Seis Dias (1967).

Com esse cenário desfavorável aos árabes, a Organização para a Libertação da Palestina (OLP), criada em 1964, passou a ter participação mais ativa na região. Ganhou notoriedade em 1969 com uma troca de liderança. O cargo máximo da organização foi dado a Yasser Arafat, que havia combatido na invasão do Egito e liderava o grupo guerrilheiro Al Fatah desde 1959. Com a proposta de criar campos de treinamento e desenvolver militarmente guerrilheiros para lutar contra Israel, o destaque do Al Fatah entre os grupos armados deu notoriedade a seu líder. Yasser Arafat tornou-se um dos principais personagens do século XX, chegando a dividir o Prêmio Nobel da Paz de 1994 com dois israelenses. Leia, a seguir, um trecho sobre a vida de Arafat.



Yasser Arafat, na época presidente da OLP, falando com jornalistas na então União Soviética. Fotografia de 1975.

Raramente um homem e uma causa estiveram tão ligados no século XX. Para o melhor e para o pior, Arafat confiscou a causa palestina. É impossível dissociar sua vida de seu movimento político. Um movimento ao qual deu reconhecimento internacional, marginalizou por suas tomadas de posição aviltantes, conduziu em negociações corajosas ou imobilizou no meio do caminho de uma resolução do conflito israelo-palestino. Arafat, como a resistência palestina, é o sentido da história e o seu contrassenso.

O sentido da história, para Yasser Arafat, foi ter compreendido antes de todos que a causa que abraçava não poderia ser defendida pelos países “irmãos”, terceirizada pelas outras nações árabes. Essa convicção, Abu Ammar – seu nome de guerra – adquiriu tão logo se iniciou nos combates. [...] Em 1952, sempre na Universidade do Cairo, ele debutou na política ao assumir a presidência da União dos Estudantes Palestinos. É nela que conheceu aqueles que foram, durante todo o período militar da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), seus mais fiéis colaboradores: Abu Iyad e Abu Jihad. Arafat já defendia a luta armada dos palestinos: é deles a missão de libertar seu “país”. Sobre esse axioma, essa vontade de ser o único representante oficial da causa palestina, ele construirá todo o seu percurso e conseguirá legitimidade. [...]

Entretanto, no fim desse ano [1973], Arafat obteve um triunfo diplomático inesperado junto a seus pares: a conferência de cúpula da Liga Árabe, que aconteceu em Argel, reconheceu o direito da OLP de representar o povo palestino. Essa decisão foi oficializada um ano mais tarde. A organização pôde então entrar na cena diplomática. O ano de 1974 foi o primeiro da existência internacional da OLP. Durante esse período, Arafat fez sua primeira viagem oficial à URSS, foi recebido no Egito e confortado pelos Estados islâmicos e pela Liga Árabe. Ele recebeu o apoio da Arábia Saudita, obteve o direito de enviar observadores à Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), encontrou o ministro das Relações Exteriores da França em Beirute.

No dia 13 de novembro de 1974, Yasser Arafat – “com o fuzil em uma mão e um ramo de oliveira na outra”, segundo suas próprias palavras – fez um discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas em Nova York. [...] A 31 de julho de 1988, o rei Hussein proclamou que “a Jordânia não é a Palestina, e o Estado palestino será estabelecido em territórios palestinos ocupados, depois de sua libertação”. A OLP se tornou o único interlocutor de Israel. Trinta anos de combate para se emancipar completamente da embaraçosa solidariedade árabe. Arafat alcançou um triunfo incontestável. No fim do ano, realizou algo impensável. Pela primeira vez, durante o XIX Congresso da OLP, ele reconheceu de fato as resoluções 181, 242 e 388 do Conselho de Segurança da ONU ao proclamar a criação de um Estado na parte “libertada” da Palestina. Isso significou também o quase reconhecimento de Israel.

ZAMBEAUX, Edouard. Yasser Arafat: um líder entre extremos. *História Viva*, n. 17, p. 22. Disponível em: <www2.uol.com.br/historiaviva>. Acesso em: 2 dez. 2018.

Alguns anos depois da Guerra dos Seis Dias, em 1973, houve uma nova investida dos países árabes contra Israel. Síria e Egito invadiram militarmente as regiões anexadas pelos israelenses em 1967, no dia do feriado judaico de Yom Kippur (Dia do Perdão, em hebraico), gerando o nome Guerra de Yom Kippur.



KEYSTONE PRESS/LAMY STOCK PHOTO

Militares israelenses a caminho da Síria durante a Guerra de Yom Kippur. Fotografia de 1973.

Apesar da nova vitória israelense após vinte dias de combates, esse conflito teve consequências diferentes dos anteriores. Primeiro, pelo número de soldados judeus abatidos, principalmente pelo ataque-surpresa imposto por egípcios e sírios; os árabes adentraram territórios que haviam sido perdidos e impuseram algumas derrotas significativas aos judeus. Em segundo lugar, essa guerra deu visibilidade internacional inédita à questão palestina. A OLP conquistou a posição de membro-observador da ONU. Por último, após a derrota dos países árabes, outros Estados islâmicos produtores de petróleo interromperam a venda para todos os países que haviam apoiado Israel. A perda de matéria-prima por grande número de indústrias gerou uma crise econômica internacional.

PETRÓLEO

No Oriente Médio, as primeiras jazidas desse recurso natural esgotável foram descobertas no século XIX. Rapidamente as indústrias o adotaram como matéria-prima para inúmeros produtos, como gasolina, querosene, óleos diversos, combustíveis de automóveis e aviões. O petróleo é fonte de energia para tecnologias que transformaram a vida social durante o século XX.

As jazidas de petróleo encontradas no Oriente Médio mudaram radicalmente o panorama de alguns estados. Irã, Iraque, Arábia Saudita, Kwait e Emirados Árabes Unidos, por exemplo, tiveram suas economias expandidas rapidamente. Os líderes políticos desses países (xeques, sultões, aiatolás e xás) normalmente centravam no Estado os recursos advindos dessa exploração ou faziam acordos com empresas internacionais.

As duas situações geraram protestos e rebeliões internas nos estados. De qualquer forma, consumidores – indústrias, revendedores e aqueles que dependiam de produtos derivados do chamado ouro negro – temiam eventos que dificultassem a extração e/ou a venda de petróleo no mercado internacional. A alta dos preços se fazia sentir imediatamente no Ocidente e, durante algumas décadas, a questão do petróleo no Oriente Médio foi decisiva para criar crises econômicas internacionais.

O corte no abastecimento aos países que apoiavam Israel na Guerra de Yom Kippur gerou o primeiro grande problema internacional. Atingiu, inclusive, o Brasil. A crise colocou em xeque o período do “milagre econômico” no regime militar, fazendo disparar o preço dos combustíveis e de outros produtos derivados do petróleo. A medida reforçou a importância árabe no cenário político e econômico mundial. Em 1960, os cinco maiores produtores de petróleo do mundo – Irã, Iraque, Kuwait, Arábia Saudita e Venezuela – haviam fundado a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep). Dos cinco, quatro eram do Oriente Médio. Em outras três situações envolvendo membros da Opep houve crises econômicas internacionais ligadas ao petróleo.

A primeira foi a Revolução Iraniana (1979). Deuseram o líder do país, o xá Reza Pahlevi, que adotava uma política considerada cultural e economicamente ocidentalizada, porque o Irã recebia empresas de diversos países, principalmente exploradoras de petróleo. Alinhado à União Soviética e reforçando elementos militaristas e nacionalistas, o novo governo, sob a liderança do aiatolá Khomeini, alterou profundamente a organização social, política e econômica do país.



Manifestantes em Teerã, durante a Revolução Iraniana, enfrentam soldados em resposta à decisão dos governos de retardar a chegada do Aiatolá Khomeini. Fotografia de 1979.

GRANGER HISTORICAL PICTURE ARCHIVE/LAMY STOCK PHOTO

Como as empresas estrangeiras tiveram seus contratos rompidos e foram obrigadas a deixar o Irã, o preço do petróleo aumentou rapidamente. A questão política do Irã mal havia sido resolvida quando, em 1980, dois países-membros da Opep entraram em guerra: Irã e Iraque.

Os países vizinhos lutaram até 1988, disputando terras férteis e fronteiras (pretexto iraquiano para invadir o Irã) e, também, porque o Iraque receava o domínio das ideias radicais da Revolução Iraniana. O alinhamento com a política estadunidense garantiu ao Iraque firmar um acordo de cessar-fogo com o Irã.

PETER JORDAN/ALAMY STOCK PHOTO



Fotografia de Saddam Hussein, em 1982, em Bagdad. Hussein era presidente do Iraque na época da guerra contra o Irã.

Em 1990, irrompeu outro conflito que interferiu no preço do petróleo. Tropas do presidente iraquiano Saddam Hussein invadiram o Kuwait, alegando apoio a uma revolução popular inexistente e acusando o país vizinho de roubar parte das jazidas petrolíferas de seu país. Sabe-se que, após a guerra contra o Irã, o Iraque tinha grandes dívidas externas, inclusive com o Kuwait. Essa foi a Guerra do Golfo, por ter acontecido no Golfo Pérsico.

PAULO OLIVEIRA/LAMY STOCK PHOTO



Queima dos poços de petróleo em Al Burgan no fim da Guerra do Golfo, no Kuwait. A Guerra do Golfo foi a primeira transmitida em tempo real por emissoras de TV do mundo inteiro. Repórteres acompanhavam de perto os bombardeios às cidades iraquianas e faziam relatos impressionantes aos telespectadores.

Como o conflito interferia no mercado internacional, Estados Unidos e Grã-Bretanha comandaram uma coalizão da ONU que lutou a favor do Kuwait. Em 1991, a guerra terminou com a libertação do Kuwait e a destruição de inúmeras cidades iraquianas por bombardeios que custaram a vida de milhões de pessoas.

A QUESTÃO PALESTINA NA VIRADA DO SÉCULO XX PARA O SÉCULO XXI

A questão palestina, ainda sem solução, testemunha ataques mútuos entre palestinos e israelenses. Palestinos reclamam territórios controlados por israelenses, que se sobrepõem pelo poder bélico incomparável.

Um dos territórios de mais destaque na questão palestina é a Faixa de Gaza, uma pequena região localizada entre o Mar Mediterrâneo, Egito e Israel, de população majoritariamente muçulmana e palestina; não pertence a qualquer Estado, embora seja controlada por Israel desde 1967 e reclamada pela Autoridade Nacional Palestina. A região abriga milhares de palestinos refugiados das guerras entre árabes e judeus a partir dos anos 1960 e colônias nas quais as condições de vida são precárias. Com mais de 1 milhão de habitantes, a Faixa de Gaza é palco de ataques guerrilheiros e investidas israelenses, muitas vezes bombardeios e massacres acusados de infringir os direitos humanos.

Grupos extremistas como o Hamas têm em Gaza uma de suas principais bases de recrutamento e treinamento de soldados, que incluem crianças e adolescentes. Suas facções resistem ao controle israelense, efetivado tanto por ataques militares como pela construção de um muro em torno da Faixa de Gaza. Mesmo com a vitória do Hamas em eleições políticas, Israel não desocupa a região, não havendo previsão para o fim das hostilidades.



DAN DE KLEIN/ALAMY STOCK PHOTO

O grafite denominado "Pomba à prova de bala" foi feito por Banksy, artista britânico, no muro que separa Israel da Cisjordânia, na Palestina. Banksy, artista que permanece em anonimato, é crítico à ocupação de Israel e à violência nos territórios palestinos.

TENSÕES LATENTES E AS DUAS INTIFADAS

Desde 1967, outra região ocupada por Israel, muito mais extensa que a Faixa de Gaza, é a Cisjordânia, localizada entre a Jordânia e Israel. Embora algumas pequenas partes sejam controladas pela Autoridade Nacional Palestina, os israelenses predominam politicamente na área.

Israel vem construindo, desde 2004, um muro com mais de 700 quilômetros de extensão. Há percepções diferentes sobre essa obra: para os israelenses, significa proteção; para os palestinos, segregação. O muro corta o território da Cisjordânia e isola colonos palestinos e judeus, acabando por dividir opiniões em escala internacional. O Tribunal de Haia, maior autoridade do Direito instituído por diversos países, manifestou condenação a essa construção, mas Israel a ignorou.

A situação entre palestinos e judeus, tanto na Faixa de Gaza como na Cisjordânia, gerou duas grandes manifestações por parte dos árabes. A primeira, em 1987. Milhares de palestinos foram às ruas como forma de protesto contra as ocupações israelenses. Os conflitos estenderam-se durante anos, tanto que a Intifada ("revolta", em árabe) só acabou em 1993.



JACK PICONE/ALAMY STOCK PHOTO

Meninos palestinos atiram pedras na Primeira Intifada. Faixa de Gaza, 1992.

Sem que a situação se resolvesse, outro estopim originou a Segunda Intifada em 2000. Com a estagnação das negociações de paz no Líbano, o primeiro-ministro israelense, Ariel Sharon, visitou a Esplanada das Mesquitas, em Jerusalém. Cercado por seguranças, ele caminhou em meio à multidão islâmica, que viu a atitude como provocação. Desencadearam-se novas revoltas civis, que se estenderam até 2006.



EDDIE GERALD/ALAMY STOCK PHOTO

Ariel Sharon, primeiro-ministro de Israel em 2005. A visita de Ariel Sharon à Esplanada das Mesquitas, em Jerusalém, foi o principal motivo da Segunda Intifada.

OS ESTADOS UNIDOS E O ORIENTE MÉDIO

Além de todo esse complicado cenário entre judeus e islamitas no Oriente Médio, as intervenções internacionais nunca tiveram força para estabelecer acordos de paz. A situação do Oriente Médio ficou ainda mais complexa com a ação de grupos que viam o Ocidente como inimigo, especialmente os Estados Unidos.

Aliados históricos de Israel, os norte-americanos foram responsáveis por vender armas e dar apoio militar, político e/ou humanitário a diversos conflitos entre os Estados árabes, que responderam com ataques contra bases militares e embaixadas americanas nos anos 1980 e 1990. O mais grave veio em 2001. Contrariando qualquer expectativa ou probabilidade, o grupo Al-Qaeda agiu dentro dos Estados Unidos. Sequestrou aviões civis que levantaram voo e foram guiados para colidir com o complexo comercial do World Trade Center, em Nova York, na manhã de 11 de setembro. O impacto derrubou as duas torres e abalou estruturas de prédios que ficavam em seu entorno, gerando pânico e, principalmente, milhares de mortos no centro de uma das principais cidades do mundo.



STACY WALSH ROSENSTOCK/ALAMY STOCK PHOTO

A destruição das torres gêmeas do World Trade Center, em Nova York, teve enorme efeito moral sobre a população dos Estados Unidos. A partir de então, o país enrijeceu suas políticas de segurança.

Após os ataques, o governo norte-americano alterou as políticas interna e externa. Qualificado como ataque terrorista, o evento de 11 de setembro de 2001 fez da Al-Qaeda e de seu líder, Osama bin Laden, os principais alvos da guerra contra o terrorismo. O estado que mais sentiu a mudança na postura norte-americana foi o Afeganistão, acusado de proteger a Al-Qaeda. Uma coalizão liderada pelos Estados Unidos não se limitou a derrubar o governo afegão. O então presidente George W. Bush classificou Coreia do Norte, Irã e Iraque como “eixo do mal”, acusando-os de armazenar armamento químico e/ou nuclear e ajudar grupos extremistas considerados terroristas, havendo maior direcionamento para o Iraque. Em 2002, a ONU pressionou Saddam Hussein a autorizar a realização de uma inspeção que garantisse não existirem armas de destruição em massa no território, conforme denúncia dos Estados Unidos. Apesar de relatórios iraquianos e inspeções dos especialistas não apontarem a existência de tais armas, bem como da crescente cooperação do governo iraquiano, Estados Unidos e Grã-Bretanha lideraram a invasão ao Iraque em março de 2003. Rapidamente adentraram a capital, Bagdá, e depuseram Saddam Hussein. Seus dois filhos foram mortos e Hussein foi capturado em dezembro. Não houve tranquilidade nos anos seguintes e, em virtude da falta de legitimidade da invasão, que não tinha o respaldo da ONU, poucos países colaboraram na segunda etapa da guerra.

Diferentemente da Guerra do Golfo, a invasão de 2003 levou o Iraque ao caos. Grupos guerrilheiros lutavam contra as forças americanas e também entre si, por diferenças étnicas e religiosas. A força militar total dos Estados Unidos não colaborava para uma situação de paz. Aos poucos, a Grã-Bretanha retirou sua representação armada e o custo financeiro e humano da guerra cresceu muito para os Estados Unidos.

Apesar de controlar locais estratégicos do Iraque, além de grandes jazidas de petróleo, a popularidade do presidente Bush, estimada em mais de 90% na época da invasão, despencou progressivamente depois de 2004. Tanto que seu candidato à sucessão perdeu a eleição para Barack Obama, eleito com a promessa, entre outras, de diminuir progressivamente a ocupação estadunidense no Iraque e no Afeganistão.

A PRIMAVERA ÁRABE

Além das disputas que envolvem muçulmanos e judeus e da relação instável entre países do Oriente Médio e deles com Estados ocidentais, algumas eventualidades recentes têm marcado o norte africano e o Oriente Médio. Desde o fim de 2010, têm ocorrido manifestações populares nas ruas de diversos países, como Tunísia, Egito, Líbia, Síria, Argélia, Omã, Marrocos, Jordânia e Iêmen. Milhares de pessoas reúnem-se nas ruas e praças das principais cidades para protestar contra problemas políticos, econômicos e sociais. Em muitos casos, reagem à truculenta repressão policial e do exército, o que

resulta em mortos e feridos. Em alguns países, como Egito e Líbia, os governantes chegaram a ser depostos, de modo que jornalistas e analistas sociais classificam os movimentos como revoluções.

Os países onde têm ocorrido ondas de protestos e revoluções possuem, ou possuíam, algumas características em comum, como governo autoritário há décadas. Na Tunísia, onde começaram as manifestações, o presidente Zine el-Abdine Ben Ali governou entre 1987 e 2010; no Egito, Hosni Mubarak permaneceu trinta anos à frente do governo; no Iêmen, Ali Abdullah Saleh deixou a presidência depois de 32 anos; na Líbia, Muamar Kadafi foi o governante máximo por 42 anos. Mais do que longos governos autoritários, esses países passaram por longos anos de estrutura social comprometida, com altos índices de desemprego e elevada concentração de renda em pequenos grupos privilegiados. Pela estrutura política imposta, a maioria da população jovem organizou-se por meio de redes sociais, como Facebook, Twitter e YouTube para reivindicar maior liberdade de expressão. Outro fato motivador dos protestos foi a corrupção endêmica na máquina pública, pouco combatida pelos governos coniventes.



CLAUDIA WIENSALAMY STOCK PHOTO

A população tunisiana foi a primeira a manifestar-se nas ruas contra a estrutura social de seu país. Fotografia de 2011.

As manifestações começaram na Tunísia. O episódio que ficou conhecido por Revolução de Jasmin teve início após a morte de um comerciante de rua que recusou-se a pagar propina a policiais e teve seus produtos confiscados. Revoltado e desesperado, Mohamed Bouazizi ateou fogo ao próprio corpo para manifestar sua indignação e acabou morrendo. Explodiram manifestações populares, principalmente contra a pobreza. Em alguns dias, o governo foi deposto e convocou-se eleições populares. Em 2011, um governo interino assumiu o poder com o compromisso de realizar novas eleições.

Os protestos tunisianos repercutiram nos países vizinhos. Na Líbia, a situação foi a mais séria no norte africano. Durante muitos anos, o país sofreu sanções internacionais porque o presidente Muamar Kadafi era acusado de comandar grupos terroristas. Mesmo com a reaproximação de países ocidentais no início do século XXI, por interesse no petróleo, os recursos obtidos com as vendas não chegavam à população. As

revoltas populares tiveram intervenção da Otan com respaldo da ONU. A Líbia mergulhou em uma guerra civil que terminou com a vitória dos rebeldes e a morte de Kadafi. Convocaram-se eleições, mas um governo interino passou a controlar a política do Estado.

ITAR-TASS NEWS AGENCY/ALAMY STOCK PHOTO



Muamar Kadafi governou a Líbia durante 42 anos, até ser morto na guerra civil que derrubou seu governo.

No Egito, a situação foi parecida. Influenciados pela população tunisiana, os egípcios saíram às ruas contra a política de Hosni Mubarak. A população aderiu maciçamente aos protestos contra a delicada situação econômica e o então presidente renunciou após perder o apoio do exército. Em 2012, o país passou a ser uma república presidencialista e a ter uma nova Constituição, embora ainda ocorram manifestações por liberdades individuais. As mulheres egípcias protestam por reconhecimento e aplicação dos direitos humanos que as protejam da violência doméstica ou pública, inclusive de abusos que sofrem ao participar das passeatas, alguns em praças públicas e protagonizados por dezenas de homens.

GEORGE HENTON/ALAMY STOCK PHOTO



Protestantes na Praça Tahrir, no Cairo, capital do Egito. Os protestos sofreram intervenção das forças armadas do governo. Fotografia de 2011.

Dos países nos quais há lutas por alterações políticas, o caso da Síria é o de maior repercussão. O governo sírio de Bashar al-Assad reprimiu os protestos com muita violência, causando inúmeras mortes. Em resposta, a formação do Exército Livre da Síria para combater as forças governamentais levou o país a uma guerra civil sem precedentes. Turquia, Arábia Saudita e

Catar alimentaram os opositores do regime com armas e ofereceram abrigo aos soldados, enquanto Irã e Rússia apoiaram o governo. O Conselho de Segurança da ONU falhou em intervir pela paz na região e os conflitos seguem fazendo vítimas civis e militares.

LEITURA COMPLEMENTAR

A guerra civil na Síria

O conflito que acontece hoje na Síria é complexo, envolvendo muitos grupos, alguns extremistas, como Estado Islâmico e a Frente al-Nusra, grupos rebeldes contra o governo, as forças armadas sírias, e instituições, como o Partido dos Trabalhadores Curdos (PKK), sem contar as coalizões externas que atuam ativa e diretamente na guerra civil.

O conflito remonta 40 anos, quando em 1970 aconteceu a tomada da presidência por Hafez al-Assad, pai do atual presidente sírio Bashar al-Assad, que abriu as portas para que muitos alauítas (crença pré-maometana, que representa 12% da população síria) assumissem postos-chave no governo. Desde então a questão do credo e do Poder Executivo se explicitou. Essa atuação não se alterou em 2000, quando Bashar substituiu seu pai.

O ambiente para o conflito atual começou a se formar em Daraa, uma pequena cidade no sul do país, onde manifestações, motivadas pelos ideais da Primavera Árabe (movimentos reformistas pró-democracia no Oriente Médio) foram fortemente reprimidas pelo governo. Tais manifestações foram se intensificando e atingiram os grandes centros urbanos do país. Em março de 2011, jovens foram presos e torturados após terem sido detidos por pichar um muro com mensagens que veiculavam *slogans* revolucionários. O fato desencadeou uma série de protestos em todo o país que foram acompanhados por uma repressão violenta por parte do Estado. Assim, a resposta também violenta daqueles que se manifestavam resultou na formação de diversos grupos. Alguns eram seculares, com ideais liberais e democráticos, outros com profundas raízes islâmicas conservadoras e extremistas, alguns com ideais etnocêntricos e separatistas, como os curdos, que apesar de combaterem igualmente o governo não apresentam uma coerência entre si. [...]

Segundo o Centro Sírio de Pesquisa Política, mais de 470 mil pessoas morreram nos primeiros 5 anos de conflito, além de mais de 1,9 milhão de feridos. [...] Ainda, 70 mil pessoas teriam perecido por não ter acesso a água, comida ou cuidados médicos, como veiculado na reportagem realizada pelo jornal inglês *The Guardian*.

Até 20 de julho de 2016, segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur), 4 819 494 pessoas foram forçadas a buscar refúgio desde o começo do conflito.

SOARES, João Victor Scomparim. A guerra civil na Síria: atores, interesses e desdobramentos. *Observatório de Conflitos Internacionais. Série Conflitos Internacionais*, v. 5, n. 1, fev. 2018. Disponível em: <www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/observatoriodeconflitosinternacionais/serie--a-guerra-civil-na-siria--atores-interesses-e-desdobramentos.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2018. (Adaptado)

Esses casos de guerras e mudanças no governo foram os de maior notoriedade. Entre outros países afetados por protestos e manifestações, Marrocos, Iêmen, Arábia Saudita e Bahrein são exemplos nos quais não houve alterações no governo.

No caso marroquino, o rei Mohammed VI optou por não reprimir os manifestantes e promoveu mudanças constitucionais, atitude que deu fôlego a seu governo e reduziu os protestos. No Bahrein, os manifestantes foram duramente reprimidos com a ajuda da Arábia Saudita, embora o governo tenha negociado algumas alterações políticas. O governo saudita também optou pela repressão aos manifestantes, resultando em mortes e prisões no país. Como a tensão social não diminuiu, o rei Abdulah ibn Abdul Aziz al-Saud destinou elevadas quantias dos cofres públicos para benefícios sociais, a fim de acalmar os manifestantes.

Todas essas manifestações e revoluções receberam a denominação Primavera Árabe, uma alusão a movimentos relativamente semelhantes que aconteceram em outros lugares e momentos da História. Na Europa, durante o século XIX, diversas guerras de forte cunho nacionalista e, em alguns casos, liberal e democrático, ajudaram a derrubar monarquias absolutistas instauradas há longo tempo.

O século XX assistiu à Primavera de Praga, na atual República Tcheca, em que os cidadãos reivindicavam direitos negados por influência da União Soviética, que dominou a região chamada Tchecoslováquia desde o fim da Segunda Guerra Mundial até 1990.

No mundo árabe, o nome foi inspirado nos movimentos anteriores, em especial pelo caráter nacionalista e libertário.

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO DO
SISTEMA DE ENSINO DOM BOSCO

ROTEIRO DE AULA

ORIENTE MÉDIO NO SÉCULO XX

Conflito entre Israel e Palestina

Antecedentes:

Sionismo – luta pela criação de um Estado judeu na Palestina (sob tutela inglesa após a Primeira Guerra Mundial); volta dos judeus à região com apoio inglês após a Segunda Guerra Mundial; divisão da Palestina pela ONU em Israel e Jordânia (1947).

Crise atual:

Tentativas de negociação para a criação de um Estado palestino na Faixa de Gaza.

Primeira Guerra Árabe-Israelense (1948):

Liga Árabe contra Israel.

Nacionalização do Canal de Suez pelo governo nacionalista de Gamal A. Nasser (1953-1970), no Egito:

Grave crise internacional.

Segunda Guerra Árabe-Israelense (1956):

Conquista do Sinai, intervenção da ONU e criação da OLP (Yasser Arafat), em 1964.

Terceira Guerra Árabe-Israelense (1967) ou Guerra dos Seis Dias:

Israel conquista Sinai, Cisjordânia, Gaza e Golã.

Quarta Guerra Árabe-Israelense (1973) ou Guerra do Yom Kippur:

Tentativa de reação árabe, sem sucesso.

Encontro de Camp David (Estados Unidos):

Negociações de paz efetiva, com o acordo de paz entre Egito e Israel.

ROTEIRO DE AULA

Revolução Iraniana

Regime ditatorial do xá Reza Pahlavi desde a Segunda Guerra Mundial:

Ocidentalização do país (contrário ao Corão).

Desenvolvimento do fundamentalismo islâmico:

Liderado pelo aiatolá Khomeini, do grupo xiita.

Revolução Islâmica (1979):

Instalação de governo xiita.

Guerra do Golfo (1990)

Antecedentes:

- Invasão do Kuwait pelo Iraque, governado por Saddam Hussein.
- Reação armada dos Estados Unidos pelo domínio do petróleo.
- Retirada do Iraque do Kuwait, mas sem a derrubada do governo de Saddam Hussein, como desejavam os Estados Unidos.

ROTEIRO DE AULA

ORIENTE MÉDIO NO SÉCULO XXI

Conflito entre Israel e Palestina

Primeira Intifada (1987-1993):

Levantes espontâneos da população palestina contra os militares israelenses. A comunidade palestina, saturada pela opressão, combateu os militares de Israel fazendo uso apenas de paus e pedras.

Segunda Intifada (2000-2006):

Conjunto de eventos que marcou a revolta civil dos palestinos frente à política administrativa e a ocupação israelense na Palestina. O movimento foi uma resposta a uma série de acontecimentos, como a visita de Ariel Sharon à Esplanada das Mesquitas, em Jerusalém.

Os Estados Unidos e o Oriente Médio

2001:

Ataque às torres gêmeas, em Nova York, em 11 de setembro. A autoria proclamada pela Al-Qaeda.

Primavera Árabe

O que foi:

Onda de movimentações políticas e protestos populares em diversos países do mundo árabe contra seus governantes, a maioria encontrava-se no poder há muitos anos.

Tunísia:

Zine el-Abdine Bem Ali. Governou de 1987 a 2010.

Egito:

Hosni Mubarak. Governou de 1981 a 2011.

Iêmen:

Ali Abdullah Saleh. Governou de 1990 a 2012.

Líbia:

Muamar Kadafi. Governou de 1969 a 2011.

EXERCÍCIOS DE APLICAÇÃO

1. UPF-RS (adaptado) – Iniciado em 1948, o conflito palestino-israelense constituiu, no Oriente Médio, o que se convencionou chamar de questão palestina e que, ainda hoje, está longe de ser resolvida.

Assinale a alternativa que indica a razão pela qual se deu o início do conflito palestino-israelense:

- a) A exigência, pelos países do Oriente Médio, do cumprimento do plano da ONU para a região da Palestina, que criava, em todo o território, o Estado palestino, no final da Segunda Guerra Mundial.
- b) A incapacidade dos países vencedores da Segunda Guerra de garantir a paz no Ocidente nos anos posteriores ao conflito, provocando uma fuga em massa de judeus para a Palestina.
- c) O estabelecimento de uma instabilidade nas relações internacionais, pelo recém-criado Estado de Israel, que contava com o apoio dos Estados Unidos, da União Soviética e da ONU.
- d) A recusa árabe à partilha da Palestina, imposta pela ONU, que submeteu a maior parte do território ao controle do recém-criado Estado de Israel sem que se respeitasse a soberania dos povos dessa região.
- e) A extinção oficial do mandato britânico sobre a Palestina, no final da Segunda Guerra, com reconhecimento imediato, pelos países vencedores, da independência de todos os países do Oriente Médio.

O plano de partilha foi proposto pela ONU em 1947 como uma forma de dividir o território entre a população palestina e os recém-migrados judeus. O plano não foi aceito por diversos países árabes, o que levou à declaração do Estado de Israel em 1948 e a uma sucessiva expansão territorial no país sobre os territórios palestinos.

2. UFPE

“A historiografia da Palestina inicia-se com a incursão do exército de Napoleão na Palestina e Síria no final do século XVIII. Mas a sua estada foi demasiado curta para ser considerada uma influência. O papel de modernização da Palestina coube ao governante egípcio Muhammad Ali, que governou entre 1831 e 1840. No entanto, foi seu filho Ibrahim Pasha que se tornou o mais notável modernizador dessa região.”

PAPPE, Ilan. *História da Palestina moderna: uma terra, dois povos*. Lisboa: Nosso Mundo, 2007. (Adaptado)

As principais características político-econômicas do último governo citado foram:

- a) distribuição simétrica de renda, construção dos *kibutz* e voto distrital.
- b) divisão social em castas, instalação da agricultura por rodízio e concentração administrativa.
- c) industrialização com a chegada da máquina a vapor, elaboração de leis trabalhistas e voto universal.
- d) separação do Império Otomano, acordos bilaterais com a Jordânia e pacificação das fronteiras orientais.
- e) implementação de reformas agrícolas, sistema centralizado de impostos e maior representação à elite local.

Não houve separação com o Império Otomano nem construção de *kibutz*, típicos da cultura judaica. Pasha fez reformas na agricultura, dando maior visibilidade à elite local.

3. UFRGS-RS – Considere as afirmações abaixo, sobre a Revolução Iraniana de 1979 e suas consequências:

- I. A revolução iniciou-se como um amplo movimento de contestação à monarquia do xá Reza Pahlevi e acabou cooptada por setores islâmicos radicais, representados pelo aiatolá Khomeini, que se tornaria líder supremo do país.
- II. A República Islâmica, fundada após a vitória da revolução, logo entrou em uma longa guerra contra a União Soviética e foi finalmente derrotada em 1989.
- III. Um grupo de jovens radicais islâmicos, em novembro de 1979, iniciou uma longa tomada de reféns na embaixada norte-americana do país, em retaliação ao apoio dos Estados Unidos ao xá deposto que duraria até 1981.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas I e III.
- d) Apenas II e III.
- e) I, II e III.

A afirmação II está incorreta porque não houve uma guerra contra a União Soviética.

4. Enem

C3-H15

Texto I

“Mais de 50 mil refugiados entraram no território húngaro apenas no primeiro semestre de 2015. Budapeste lançou os ‘trabalhos preparatórios’ para a construção de um muro de quatro metros de altura e 175 km ao longo de sua fronteira com a Sérvia, informou o ministro húngaro das Relações Exteriores. ‘Uma resposta comum da União Europeia a este desafio da imigração é muito demorada, e a Hungria não pode esperar. Temos que agir’, justificou o ministro.”

Disponível em: <www.portugues.rfi.fr>. Acesso em: 19 jun. 2015. (Adaptado)

Texto II

“O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur) critica as manifestações de xenofobia adotadas pelo governo da Hungria. O país foi invadido por cartazes nos quais o chefe do Executivo insta os imigrantes a respeitarem as leis e a não ‘roubarem’ os empregos dos húngaros. Para o Acnur, a medida é surpreendente, pois a xenofobia costuma ser instigada por pequenos grupos radicais e não pelo próprio governo do país.”

Disponível em: <<http://pt.euronews.com>>. Acesso em: 19 jun. 2015. (Adaptado)

O posicionamento governamental citado nos textos é criticado pelo Acnur por ser considerado um caminho para o(a):

- a) alteração do regime político.
- b) fragilização da supremacia nacional.
- c) expansão dos domínios geográficos.
- d) cerceamento da liberdade de expressão.
- e) fortalecimento das práticas de discriminação.

As práticas do governo húngaro são preocupantes para o Acnur, pois são medidas oficiais do país que instigam e legitimam um sentimento discriminatório e xenóforo na população.

Competência: Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.

Habilidade: Avaliar criticamente conflitos culturais, sociais, políticos, econômicos ou ambientais ao longo da História.

5. UEL-PR – Recentemente, o mundo assistiu a uma série de revoltas populares nos países árabes. A imprensa internacional destacou o papel das redes sociais nessas mobilizações contra os ditadores e a repressão dos governos sobre a população civil. Sobre esses conflitos, assinale a alternativa correta:

- a) A Jordânia viu seu rei ser deposto devido ao apoio dos países ocidentais e de Israel aos movimentos revoltosos.
- b) Na Tunísia, o processo revoltoso de setores populares foi sufocado por empréstimos vultosos da União Europeia.
- c) No Marrocos, a permanência da violência deve-se aos conflitos entre cristãos, muçulmanos e membros de religiões tribais.
- d) O Egito manteve Hosni Mubarak no poder devido à intervenção da Liga Árabe, com apoio norte-americano.
- e)** O governo da Síria, apesar dos protestos internacionais, atacou os revoltosos com a anuência do Irã, da Rússia e da China.

As manifestações na Síria foram violentamente reprimidas pelo governo de Bashar al-Assad, tendo o consentimento de países como Irã, Rússia e China.

6. UEMG

Conflitos mundiais causados por intolerância

“Depois da II Guerra Mundial, a ONU adotou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que colocava em pauta o ‘respeito universal e observância dos direitos humanos e liberdades fundamentais para todos. [...]’. Passados muitos anos e outras muitas tentativas de garantir a liberdade e o respeito às diferenças, grande parte dos conflitos que hoje acontecem no mundo se misturam em uma complexa rede de fatores políticos, econômicos, religiosos e étnicos.”

Analise o seguinte quadro, que apresenta a natureza de alguns conflitos geopolíticos que persistem no atual cenário mundial.

PAÍS	CONFLITO
Afganistão	Disputa de poder político entre o grupo Talibã e a Aliança do Norte.
Nigéria	Intolerância entre muçulmanos que vivem no norte e cristãos que habitam a porção centro-sul.
Iraque	Combate entre diferentes milícias lideradas por grupos radicais xiitas contra grupos sunitas.
Israel	A criação de um futuro Estado palestino, que afeta a Cisjordânia e a parte oriental de Jerusalém.
Sudão	Grupos de refugiados que deixaram o país em função de guerrilhas motivadas por questões étnicas entre muçulmanos e não muçulmanos.
Tailândia	Movimento Separatista do Sul, que criou uma atmosfera de suspeita e tensão entre budistas e muçulmanos.

Fonte: <www.super.abril.com.br/blogs/superlistas>. Acesso em: 8 out. 2012. (Adaptado)

Qual é a natureza comum entre os conflitos apresentados?

- a) São países asiáticos que combatem, por meio de suas milícias, as imposições políticas de seus governos ditatoriais.
- b) São países africanos democráticos que precisam estabelecer políticas de negociação entre os diferentes grupos radicais.
- c) São países asiáticos e africanos que, por meio de seus processos atuais de redemocratização política, étnica e religiosa, vivem em constantes conflitos armados.
- d)** São países asiáticos e africanos que convivem com situações de extrema intolerância ideológica provocadas por diferenças religiosas.

Todos os países apresentados na tabela são pertencentes aos continentes africano e asiático. Há em comum entre eles as situações de conflito relacionados às diferenças religiosas.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

7. Espcex-SP – O conflito árabe-israelense está relacionado com a criação de um Estado judeu na Palestina em 1948. Essa região era então habitada por árabes muçulmanos que se opuseram à divisão das terras. As guerras entre os dois povos transformaram o Oriente Médio numa das regiões mais instáveis do globo.

Leia as afirmações abaixo sobre esse conflito e suas origens:

- I. A ONU não apoiou e se absteve de qualquer envolvimento no processo de criação do Estado de Israel, já que pretendia evitar o surgimento de novos conflitos após a Segunda Guerra Mundial.
- II. A mais decisiva das guerras árabe-israelenses, do ponto de vista da alteração das fronteiras, foi a Guerra dos Seis Dias, em 1967, quando Israel ocupou o Sinai, a Faixa de Gaza, a Cisjordânia e as Colinas de Golan.
- III. Os conflitos acabaram levando à formação de campos de refugiados, onde passaram a viver milhares de palestinos.
- IV. Em 1973, com a Guerra do Yom Kippur, a Opep interrompeu o fornecimento de petróleo para os países aliados de Israel, provocando grande aumento no preço do produto.
- V. Durante a Guerra Fria, os Estados Unidos e a União Soviética buscaram uma política neutra e não tiveram nenhum envolvimento nas guerras árabe-israelenses.

Assinale a única alternativa em que todos os itens estão corretos:

- | | |
|---------------------|----------------|
| a) II, III, IV e V. | d) II, IV e V. |
| b) II, III e IV. | e) I, IV e V. |
| c) I, II, III e IV. | |

8. UNESP – O petróleo não é uma matéria-prima renovável e precisou de milhões de anos para sua criação. A maioria dos poços encontra-se no Oriente Médio, na antiga União Soviética e nos EUA. Sua importância aumentou desde meados do século XIX, quando era usado na indústria e hoje é um dos grandes fatores de conflitos no Oriente Médio. Aponte as três primeiras grandes crises do petróleo nos últimos anos:

- a) A primeira foi em 1973, quando os EUA tentaram invadir Israel para dominar os poços petrolíferos desse país; a segunda foi em 1979, quando foi criado o Estado da Palestina e eclodiu o conflito com a Arábia Saudita; a terceira foi em 1991, quando começou a Guerra do Iraque.
- b) A primeira foi em 1973, quando houve uma crise de produção no Oriente Médio, levando ao aumento do preço dos barris de petróleo no mundo todo; a segunda foi em 1979, quando o Kuwait se recusou a vender petróleo para os EUA; a terceira foi em 1991, quando começou a guerra dos EUA contra o Afeganistão.
- c) A primeira foi em 1973, devido ao conflito árabe-israelense; a segunda em 1979, quando os árabes diminuíram a produção de barris; a terceira em 1991, que acabou gerando a Guerra do Golfo, quando o Iraque invadiu o Kuwait.
- d) A primeira foi em 1973, quando o Iraque invadiu a Palestina; a segunda foi em 1979, período de baixa produção de petróleo no Oriente Médio; a terceira foi em 1991, devido à Guerra do Golfo.

e) A primeira foi em 1973, quando vários países do mundo exigiram a fundação da Opep para controlar os preços dos barris de petróleo; a segunda foi em 1979, quando se deu o conflito árabe-israelense; a terceira foi em 1991, quando teve início a Guerra da Palestina.

9. PUC-MG – Leia atentamente o texto a seguir, de Moacyr Scliar:

“Israel representa uma mudança transcendente na milênica trajetória dos judeus. O holocausto e as revelações sobre o massacre de judeus deram dramática legitimidade ao movimento sionista e reivindicação de um território. A fundação de Israel deveria ser decidida pela recém-criada Organização das Nações Unidas. EUA e URSS apoiavam a partilha da Palestina e a criação de dois Estados: um árabe, outro judeu.

Com as superpotências coincidindo em seus pontos de vista, não foi difícil para a Assembleia Geral da ONU aprovar, em novembro de 1947, a divisão da Terra Santa. O projeto foi rejeitado pelos representantes dos países árabes. Mas os judeus, liderados por David Ben-Gurion, levaram a proposta adiante. Quase seis meses depois, 14 de maio de 1948, proclamaram a independência. Imediatamente estourou o conflito bélico, vencido pelos israelenses. Outros conflitos vieram, notadamente a Guerra dos Seis Dias. Israel consolidou-se como potência militar. Desde então, trava-se uma luta amarga e desumana entre israelenses e palestinos, que, ao longo dessas décadas, acabaram por forjar uma identidade nacional.”

A partilha da Palestina está completando 60 anos. Tendo em vista a partilha e seus impactos, a base para a criação do Estado de Israel foi assentada:

- a) na existência de um Estado judaico sob aprovação dos países árabes.
- b) na legitimação pela força, comprovada pela sequência de conflitos e guerras.
- c) na possibilidade da existência de uma maioria judaica num território.
- d) na ideologia sionista, que defendia a entrada dos judeus na Palestina sob domínio inglês.

10. Enem

“Em 1947, a Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou um plano de partilha da Palestina que previa a criação de dois Estados: um judeu e outro palestino. A recusa árabe em aceitar a decisão conduziu ao primeiro conflito entre Israel e países árabes.

A segunda guerra (Suez, 1956) decorreu da decisão egípcia de nacionalizar o canal, ato que atingia interesses anglo-franceses e israelenses. Vitorioso, Israel passou a controlar a Península do Sinai. O terceiro conflito árabe-israelense (1967) ficou conhecido como Guerra dos Seis Dias, tal a rapidez da vitória de Israel.

Em 6 de outubro de 1973, quando os judeus comemoravam o Yom Kippur (Dia do Perdão), forças egípcias e sírias atacaram de surpresa Israel, que revidou de forma arrasadora. A intervenção americano-soviética impôs o cessar-fogo, concluído em 22 de outubro.”

A partir do texto acima, assinale a opção correta:

- a) A Primeira Guerra Árabe-Israelense foi determinada pela ação bélica de tradicionais potências europeias no Oriente Médio.
- b) Na segunda metade dos anos 1960, quando explodiu a Terceira Guerra Árabe-Israelense, Israel obteve rápida vitória.
- c) A Guerra do Yom Kippur ocorreu no momento em que, a partir de decisão da ONU, foi oficialmente instalado o Estado de Israel.
- d) A ação dos governos de Washington e de Moscou foi decisiva para o cessar-fogo que pôs fim ao primeiro conflito árabe-israelense.
- e) Apesar das sucessivas vitórias militares, Israel mantém suas dimensões territoriais tal como estabelecido pela resolução de 1947 aprovada pela ONU.

11. Unirio-RJ

“Trocaremos Terra por paz.”

Yitzhak Rabin.

A questão palestina envolve árabes e judeus em diversos conflitos e antagonismos, cujas origens históricas remontam, dentre outros fatos, à:

- a) subordinação do território palestino à tutela do governo britânico, envolvido com a criação de um Estado nacional judeu, expressa na Declaração Balfour (1917).
- b) ocupação militar do território palestino pelo Iraque como resultado da Primeira Guerra Árabe-Israelense (1948-49), que desestabilizou politicamente a região.
- c) invasão da Península do Sinai, das Colinas de Golã e da Palestina pelo Egito, liderada pelo presidente Nasser, durante a Crise do Canal, como de Suez (1956).
- d) imposição da autoridade policial da Organização para a Libertação da Palestina sobre os territórios da Cisjordânia e da Faixa de Gaza, como resultado do acordo de paz que encerrou a Guerra do Yom Kippur (1973).
- e) legalização da ocupação militar e administrativa exercida pela Síria sobre o sul do Líbano e a Palestina, reconhecida pelos Estados Unidos nos acordos de Camp David (1979).

12. PUC-RJ – Em janeiro de 1979, Reza Pahlevi, xá do Irã, frente à crescente oposição política e popular, fugiu do país criando uma crise política que culminou com a vitória dos partidários do clérigo xiita Ruholá Khomeini.

Assinale a alternativa que indica corretamente a política da República Islâmica do Irã após a revolução:

- a) A nacionalização dos recursos naturais impedia o processo de exploração do petróleo pelas grandes empresas multinacionais que, até então, tinham sede no país.
- b) A adesão do Irã à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, o que agravou ainda mais as tensões da chamada Segunda Guerra Fria.
- c) A criação de um sistema político multipartidário e democrático.
- d) A imediata declaração de “guerra santa” contra os sunitas do Iraque, governado nessa época por Saddam Hussein.
- e) A aceitação da existência de um Estado judeu na Palestina e o estabelecimento de relações diplomáticas com Israel.

13. UERJ

“[...] é de assustar o número de partidos que vêm se formando e ganhando apoio popular em diversos países

muçulmanos, usando muitas vezes a violência para alcançar seus objetivos. A Argélia e o Afeganistão são apenas os exemplos mais evidentes desta situação, e a contínua existência de grupos fundamentalistas entre a população palestina é prova da vitalidade de suas ideias. Da mesma forma, Israel, hoje, vive as consequências do profundo dissenso ideológico e cultural entre judeus seculares e fundamentalistas. Acirrando um conflito que teve origem no próprio momento de fundação do Estado, opostos à paz com os árabes e à pluralidade política e religiosa, os judeus fundamentalistas são a maior ameaça à consolidação da democracia em Israel. [...] Isto muda completamente a situação com a qual israelenses e árabes estavam acostumados a lidar há quase um século, quando o inimigo era o vizinho. Agora, o inimigo está do lado de dentro.”

GRINBERG, Keila. In: REIS FILHO, D. e outros (Org.). *O século XX: o tempo das dúvidas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

Segundo a ideia central deste texto, as dificuldades para a consolidação da paz, neste momento, no Oriente Médio, estão relacionadas de forma mais geral com:

- a) permanência de divergências entre árabes e judeus.
- b) disputas internas no mundo muçulmano e em Israel.
- c) dissolução do fundamentalismo religioso na Argélia e no Afeganistão.
- d) enfrentamento entre os partidos da esquerda na Argélia e em Israel.

14. UNESP – As noções de islamismo, pensamento ocidental e cultura indiana remetem para a categoria de:

- a) etnias.
- b) raças.
- c) religiões.
- d) nacionalidades.
- e) civilizações.

15. UFMG

“[...] nos países árabes, na Europa e junto a um punhado de intelectuais americanos, insinuou-se que a política americana era a primeira responsável: sanções e ataques contra o Iraque, atitude pró-Israel, sustentação de regimes repressivos, eis o que explicaria o alvo escolhido pelos terroristas. Os Estados Unidos vítimas de sua própria política? Era, [...] dificilmente aceitável.”

Robert Malley, membro do Conselho de Segurança Nacional, durante o governo de Bill Clinton. *Le Monde*, 31 out. 2001. In: MEDDEB, Abdelwahab. *A doença do islã*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003. p. 13.

Com base nas informações contidas nesse trecho, o atentado terrorista que atingiu o World Trade Center em Nova York, no dia 11 de setembro de 2001, tem sido atribuído à:

- a) ação conservadora do então presidente Bush, que liderava uma campanha contra o mundo árabe, reeditando as Cruzadas da Idade Média.
- b) cooperação estabelecida entre os EUA e os principais países árabes, com vistas ao envio, para a Europa, das vítimas de atentados da Al-Qaeda e do Taliban.
- c) política dos EUA, que sustenta, no Oriente, regimes repressores, invasões territoriais e apoio a Israel, considerado inimigo do mundo árabe.
- d) rede terrorista Al-Qaeda, dirigida por Osama bin Laden, que patrocina atentados contra alvos ocidentais, principalmente relacionados aos EUA.

16. Cesgranrio-RJ

“O mundo não vai acabar em 2012. ‘Que pena!’, dirão os cínicos. Mas, para aqueles que são, em variados graus, mais otimistas, 2012 será um ano de atos de equilíbrio. A Primavera Árabe vai tornar-se outro verão.”

SUUKYI, A. Um senso de equilíbrio. *The Economist* / Revista *Carta Capital*. São Paulo: Ed. Confiança. O mundo em 2012, n. 677, jan./ fev. 2012, p. 86.

A expressão “Primavera Árabe”, empregada no texto, refere-se aos levantes políticos de 2011 ocorridos majoritariamente no:

- a) norte da África. d) nordeste da Ásia.
b) sudeste da África. e) centro-sul da Europa.
c) sudeste da Ásia.

17. UFU-MG

“Subsiste, agora, o dilema. A que Estado pertence Jerusalém? É absolutamente injusto exigir que os palestinos arquem com a responsabilidade de uma decisão, ‘até o final de outubro’ (de 2000), para ‘evitar um banho de sangue’. Jerusalém, patrimônio da humanidade, é um problema da humanidade. Ai de ti, Jerusalém!”

ARBEX JR., José. “Ai de ti, Jerusalém!”. In: Revista *Caros Amigos*, n. 43, out. 2000.

A citação acima apresenta um dos principais elementos relacionados à recente explosão de violência envolvendo israelenses e palestinos no Oriente Médio. A esse respeito, assinale a alternativa incorreta:

- a) Jerusalém, com seus locais sagrados e mesquitas, é berço das três mais importantes religiões monoteístas – judaísmo, catolicismo e islamismo – ocasionando confrontos e tensões entre Israel e a Autoridade Palestina, liderada por Yasser Arafat.
b) A fundação do novo Estado palestino esbarra no problema de acomodação dos refugiados palestinos na pequena e miserável Faixa de Gaza e na Cisjordânia e na presença de colônias judaicas ainda estabelecidas nos territórios ocupados.
c) A escalada de violência deve ser atribuída à presença de grupos de extrema-direita entre os palestinos, causadores do maior número de vítimas, pois os judeus mantêm sua unidade interna, política e religiosa na busca da paz negociada, liderados pelos ultraortodoxos.
d) Entre os antecedentes do conflito, podemos citar a criação do Estado de Israel, em 1948, que gerou a revolta dos países árabes, o envolvimento dos Estados Unidos e da União Soviética com os problemas do Oriente Médio durante a Guerra Fria e as sucessivas disputas militares por territórios na região.

ESTUDO PARA O ENEM

18. Enem

C2-H9

“Em outubro de 1973, uma nova guerra entre árabes e israelenses acabou deflagrando um embargo dos fornecedores de petróleo ao Ocidente, seguido de brusca elevação de preços, que atingiu duramente o Brasil. A moeda do país era fraca e, na época, produzia-se internamente só um terço do petróleo necessário. A crise revelou a postura ambígua do país sobre a questão ferroviária. Por um lado, era desejável que os meios de transporte não dependessem demasiadamente do petróleo, um combustível cuja disponibilidade passou a ser inconstante, ao sabor da dinâmica política do Oriente Médio. O preço aumentou e as cotações disparavam ao menor sintoma de crise internacional, o que criava problemas sérios no balanço de pagamentos do país e aumentava a dívida externa. Por outro lado, os governos não conseguiam redefinir o papel das ferrovias na rede de transportes nacional, como forma de suplantiar o problema do petróleo.”

Disponível em: <www.geocities.com>.
Acesso em: 4 nov. 2008. (Adaptado)

A partir das informações apresentadas, é possível concluir que:

- a) a deflagração dos conflitos do Oriente Médio foi motivada pela ganância dos países produtores de petróleo.
b) a crise provocou desequilíbrio no balanço de pagamentos porque o Brasil exportava mais petróleo do que importava.
c) a solução pela rede ferroviária era inviável devido ao alto consumo de *diesel* pelas locomotivas e à poluição ambiental.
d) o “choque do petróleo”, como ficou conhecida a crise, teve implicações sociais, derivadas da instabilidade econômica.
e) a autonomia energética e o isolamento do Brasil em relação aos demais países do mundo o livrariam de crises dessa natureza.

19. UFMG

C3-H14

Analise este mapa:



Envolvido, desde sua fundação, em conflitos na região, o Estado de Israel completou, em maio de 2008, 60 anos de existência. Considerando-se as disputas territoriais entre árabes e israelenses e outros conhecimentos sobre o assunto, é correto afirmar que:

- a) a Autoridade Nacional Palestina controla os territórios de Gaza e do sul do Líbano e, em 2006, com o auxílio da Organização das Nações Unidas (ONU) e da União Europeia, garantiu a soberania sobre essas regiões.

- b)** a cidade de Jerusalém, considerada sagrada por três religiões, foi ocupada por Israel em 1949, ao final da Primeira Guerra Árabe-Israelense e, depois dos Acordos de Oslo, foi reconhecida pela ONU como capital do país.
- c)** a região das Colinas de Golã, rica em fontes de água e ocupada por Israel durante a Segunda Guerra Árabe-Israelense, foi devolvida à Síria em 2000 como parte dos tratados de paz firmados entre os dois países.
- d)** o governo de Israel promoveu, em 2005, a retirada de colonos judeus da Faixa de Gaza, no entanto, apesar de pressões de organismos internacionais, manteve assentamentos judaicos no território da Cisjordânia.

20. Enem

C4-H16

“No mundo árabe, países governados há décadas por regimes políticos centralizadores contabilizam metade da população com menos de 30 anos; desses, 56% têm acesso à internet. Sentindo-se sem perspectivas de futuro e diante da estagnação da economia, esses jovens incubam

vírus sedentos por modernidade e democracia. Em meados de dezembro, um tunisiano de 26 anos, vendedor de frutas, põe fogo no próprio corpo em protesto por trabalho, justiça e liberdade. Uma série de manifestações eclode na Tunísia e, como uma epidemia, o vírus libertário começa a se espalhar pelos países vizinhos, derrubando em seguida o presidente do Egito, Hosni Mubarak. *Sites* e redes sociais – como o Facebook e o Twitter – ajudaram a mobilizar manifestantes do norte da África a ilhas do Golfo Pérsico.”

SEQUEIRA, C. D.; VILLAMÉA, L. A epidemia da liberdade. *IstoÉ Internacional*, 2 mar. 2011. (Adaptado)

Considerando os movimentos políticos mencionados no texto, o acesso à internet permitiu aos jovens árabes:

- a)** reforçar a atuação dos regimes políticos existentes.
- b)** tomar conhecimento dos fatos sem se envolver.
- c)** manter o distanciamento necessário à sua segurança.
- d)** disseminar vírus capazes de destruir programas dos computadores.
- e)** difundir ideias revolucionárias que mobilizaram a população.

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO DO
SISTEMA DE ENSINO DOM BOSCO



HISTÓRIA 2

CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS

ÁFRICA, CULTURA AFRO-BRASILEIRA, ESCRAVIDÃO E TEORIAS RACIAIS

- As várias Áfricas
- África: berço da civilização
- Cultura africana da Antiguidade
- Reino de Axum
- Reino de Gana
- Império Mali
- Diáspora africana
- Cultura afro-brasileira
- Escravidão africana no Brasil
- Trabalho e violência
- Resistência negra
- Teorias raciais do século XIX

HABILIDADES

- Interpretar historicamente e/ou geograficamente fontes documentais acerca de aspectos da cultura.
- Comparar pontos de vista expressos em diferentes fontes sobre determinado aspecto da cultura.
- Utilizar conhecimentos históricos para compreender e valorizar os fundamentos da cidadania e da democracia, favorecendo uma atuação consciente do indivíduo na sociedade.
- Identificar estratégias que promovam formas de inclusão social.
- Analisar a produção da memória pelas sociedades humanas.
- Avaliar criticamente conflitos culturais, sociais, políticos, econômicos ou ambientais ao longo da História.
- Analisar a atuação dos movimentos sociais que contribuíram para mudanças ou rupturas em processos de disputa pelo poder.

AS VÁRIAS ÁFRICAS

A África é o continente no qual nossa espécie surgiu e de onde saiu para se espalhar por todo o mundo. Antes disso e também enquanto essas migrações aconteciam, as espécies humanas tomaram todo o continente, elaborando formas de viver específicas e culturas diversas. Houve ainda ondas de migrações e invasões, entre elas a chamada expansão islâmica. Assim, ao longo de milhares de anos, formou-se um dos continentes mais importantes para a história da humanidade e um dos mais ricos culturalmente.

Durante o período do tráfico de escravizados, como será visto mais a fundo no módulo seguinte, sudaneses, guineanos e bantos – vindos de Angola, Congo, Cabinda, Mina Quiloa, entre outros lugares – eram chamados pelos nomes dos portos de onde saíam. Uma vez no local de destino, como Brasil, Estados Unidos ou Caribe, eram tratados todos como um mesmo grupo, o grupo dos negros escravos, apesar de serem muito diferentes e particulares.

ÁFRICA: BERÇO DA CIVILIZAÇÃO

O continente africano, terceiro mais extenso, com cerca de 30 milhões de quilômetros quadrados, cobre 20,3% da área total de terra firme do planeta. É o segundo mais populoso da Terra, com cerca de 900 milhões de pessoas, representando um sétimo da população do mundo, com 54 países independentes. É amplamente conhecido por suas belezas naturais, principalmente no que se refere à grandiosa vida selvagem. Nesse espaço também há uma enorme diversidade física e socioeconômica, extensos vales férteis e desertos gigantes, como o Saara, o maior do mundo.

A história africana é conhecida no Ocidente por escritos que datam da Antiguidade clássica. Além disso, os mais antigos fósseis de homínidos, com cerca de 5 milhões de anos, foram encontrados na África, o que permite considerá-la o berço da humanidade.

Segundo teorias sobre a origem dos seres humanos, a espécie teria surgido no continente africano e, dali, migrado para outras áreas do planeta. Os que lá permaneceram foram dominados por tribos rivais, as quais viviam em torno do Deserto do Saara, como os egípcios. Vários povos e reinos passaram a viver sob forte influência econômica, política, cultural e religiosa do Egito, que, por sua vez, também era influenciado por essas populações.

Na Antiguidade, a maioria dos povos africanos desenvolveu diferentes modos de viver, com o cultivo de plantas e o cuidado com rebanhos ao longo dos vales de rios, principalmente do Nilo, Níger e Congo. Além desses vales, muitos também ocuparam paisagens de florestas, savanas e cerrado. Entre esses povos, destacaram-se os iorubá e os banto.

Essas nações mantinham algumas semelhanças culturais, sobretudo quanto à língua e aos costumes. As populações africanas que vieram para o Brasil são principalmente de descendência banto e iorubá (nagôs, jejes, daomeanos e sudaneses), procedentes, na Antiguidade africana, de regiões próximas a esses grandes rios. Assim, boa parte dos brasileiros tem sua origem nesses povos. Com elas, aprenderam a cultivar coqueiro e bananeira, os quais se incorporaram à paisagem africana

e, centenas de anos depois, também à paisagem brasileira. Os bantos, inicialmente, viviam em uma região de transição entre a savana, o cerrado e a floresta. Com a expansão populacional para as áreas de florestas (que correspondem ao atual sul de Camarões, Gabão e Congo), durante milhares de anos puderam viver de pesca, coleta de frutas e raízes e da caça.



Esqueleto de Lucy, o vestígio de hominídeo mais antigo conhecido. Museu de História Natural, Londres, Inglaterra.

CULTURA AFRICANA DA ANTIGUIDADE

Os antigos africanos do atual território de Benin destacaram-se por sua tradição de fundir metais. O emprego dessa matéria-prima possibilitou a produção de algumas ferramentas e utensílios elaborados por artesãos especializados nesse tipo de trabalho. Ao mesmo tempo, grupos familiares agrícolas necessitavam desses apetrechos sem, contudo, dominar a técnica de fabricá-los. Por isso, tinham de adquiri-los de ferreiros. Desse modo, passaram a produzir mais alimentos do que consumiam, a fim de trocar o excedente com os artesãos. Na África, como em outros locais do mundo, o trabalho do ferreiro tornou-se especializado.

Outra tradição dos antigos africanos era o trabalho em cerâmica, arte produzida por povos que viveram entre 2 500 e 1 800 anos na região de Nok, em um território hoje pertencente à Nigéria.



PETER HORREE / ALAMY STOCK PHOTO

Máscara pintada de Benin, Nigéria, século XVI. Marfim, 19 cm. Metropolitan Museum of Art.

A religião dos antigos africanos estava intensamente relacionada com as forças da natureza. Envolveria ritos agrários e o culto a ancestrais ligados às ideias de fecundidade, vida e reprodução. Para conseguir chuvas, afastar pragas e, no final, obter boas colheitas, era costume tornar sagrados sementes e campos com fórmulas mágicas, ensinadas por antepassados, e apresentar os deuses com oferendas.

Pequenas bonecas eram geralmente símbolos de fertilidade dos campos e das mulheres. Muitos desses artefatos eram oferecidos em cerimônias religiosas e outros serviam como brinquedos e amuletos. Desde pequenas, as meninas carregavam bonecas de madeira consigo e cuidavam delas, acreditando que as protegiam e aumentavam sua fertilidade após o casamento.

DIÁSPORA AFRICANA

Durante muito tempo, o termo “diáspora” (do grego *sporo* = semente; *speira* = semear) referia-se à dispersão dos judeus na Antiguidade. Atualmente, designa membros de uma comunidade dispersos por vários países.

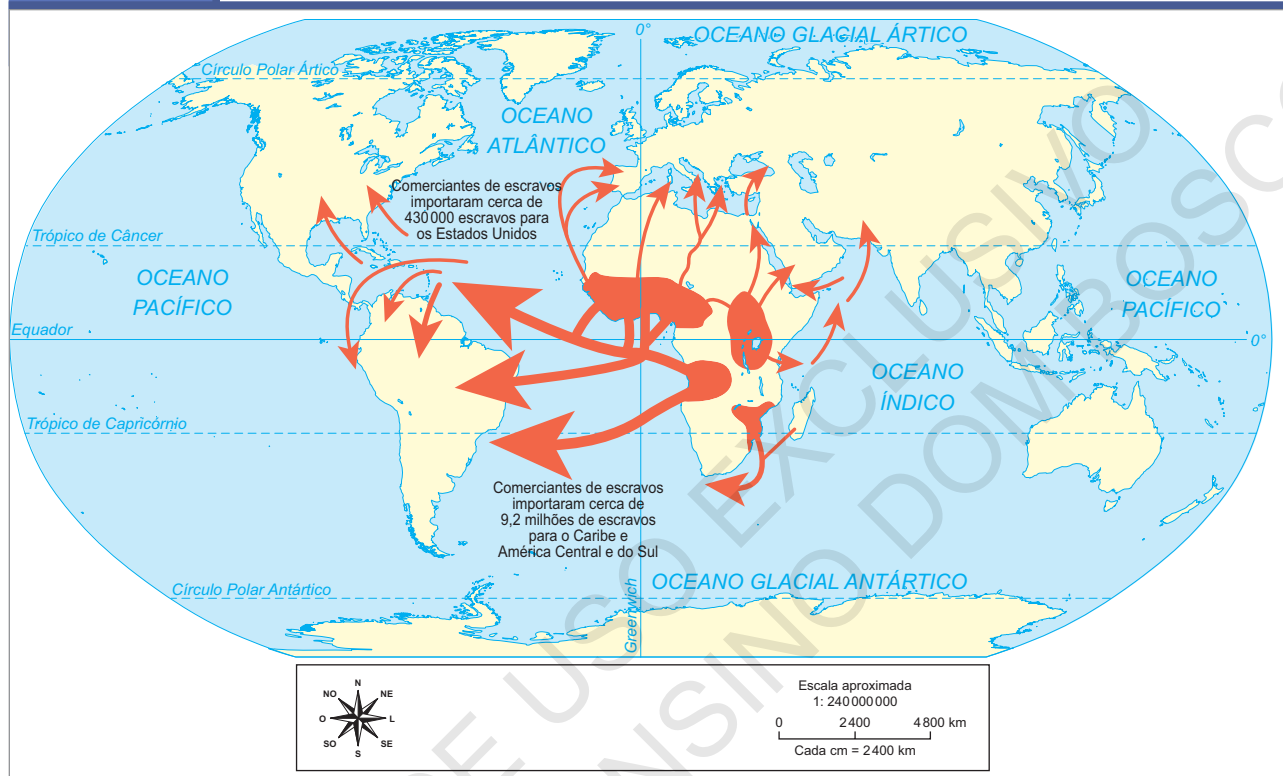
Religiosos e intelectuais ligados às tradições africanas passaram a usar o conceito de diáspora em referência aos descendentes de africanos que se espalharam pelo mundo. A diferença é que o fizeram como resultado da escravidão a que foram submetidos. Nesse processo, foram vendidos e transportados à força para outros espaços, principalmente para a América, de forma que se dispersaram.

Uma vez instalados em quaisquer dos continentes, por mais que as tradições fossem represadas ou aniquiladas, os descendentes de africanos davam início a um processo de criação, invenção e recriação da memória cultural para a preservação dos laços mínimos de

identidade, cooperação e solidariedade. Nessa rede de interações, múltiplas culturas africanas, que se espalharam pelo mundo, preservaram marcas visíveis dos traços áfricos, sobretudo na música (força do ritmo), na dança (movimentos assimétricos), na culinária e nas curas (sabedoria da fauna e da flora tropicais).

O fenômeno da diáspora africana, forma atualizada de traduzir a reflexão do pan-africanismo, deve ser analisado sob os aspectos político, ideológico e econômico. Um dos maiores dos tempos modernos, remonta à deportação de africanos para várias partes do mundo na época do tráfico escravagista (do século XVI ao XIX).

Diáspora africana



CULTURA AFRO-BRASILEIRA

Língua

A língua portuguesa falada no Brasil descende de três famílias linguísticas: indo-europeia, com origem na Europa e na Ásia, da qual faz parte a língua portuguesa; tupi e outras línguas faladas pelos indígenas brasileiros e espalhadas pela América do Sul; e níger-congo, procedente da África Subsaariana e que se expandiu por grande parte do continente.

Os povos indígenas e negros marcaram profundamente a cultura do colonizador português estabelecido no Brasil, resultando em uma nova variante da língua portuguesa, a mestiça-brasileira.

A língua era apenas um dos elementos culturais de ligação com a África. Entre outros aspectos, destacam-se as técnicas de plantio e criação de animais, a tecelagem de cestas com fibras vegetais, a construção de casas de barro cobertas de palha e, também, as formas de organização da família, a reverência aos mortos e ancestrais e o pedido de intercessão dos espíritos da natureza nos assuntos diários.

Os grupos que mantiveram vivas as línguas dos ancestrais africanos, quando reconstruíram suas vidas e comunidades no Brasil, também permaneceram fiéis aos modos de vida ensinados pelos mais velhos. A tradição oral também é uma característica marcante da cultura africana e a principal fonte de preservação de lembranças, conhecimentos e/ou informações sobre seu passado. Histórias de ancestrais, genealogias de famílias, mitos, lendas e o saber técnico, artístico e intelectual de produção (objetos, fórmulas mágicas, danças e comidas, por exemplo) foram transmitidos de geração em geração, de pai para filho, de mestre para aprendiz e, ao longo do tempo, tornam-se tradições.

Religião

As práticas mágico-religiosas, por meio das quais os homens entram em contato com entidades sobrenaturais, espíritos e ancestrais, eram aspectos centrais na vida dos africanos, herança que deixaram para seus descendentes brasileiros.

Dessa forma, eles construíram, em torno da religião, novos laços de solidariedade, identidade e comunidade. Do passado mais distante (séculos XVII e XVIII), existem mais informações sobre religiosidade do que sobre organização familiar e associações de trabalho.

As práticas rituais africanas foram duramente reprimidas porque eram associadas a ritos demoníacos. As constantes denúncias ao Tribunal da Inquisição geravam processos que deixaram registros da fala de testemunhas e da descrição de ritos, crenças e hábitos de adivinhação, proteção e cura.

Entre os africanos, especialistas que dominavam conhecimentos das entidades do além acionavam o sobrenatural para ajudar na solução de questões da vida cotidiana. Os problemas dos escravos e libertos na sociedade escravista eram bem diferentes dos que afligiam agricultores e pastores das aldeias que viviam na África, mas a forma como uns e outros lidavam com eles era parecida, uma vez que os afrodescendentes se mantinham próximos da maneira de pensar de seus antepassados.

Festas

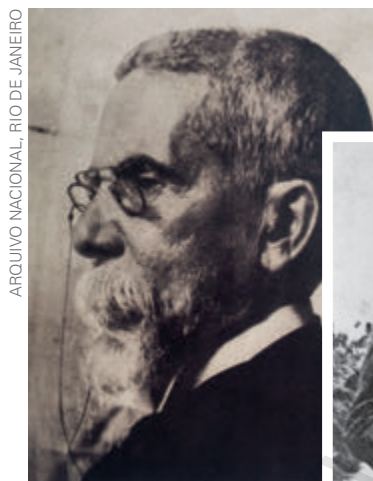
A cultura afro-brasileira resulta do desenvolvimento da cultura africana no Brasil, incluindo influências recebidas de portugueses e indígenas e manifestadas de diversas formas na música, na religião, na culinária e nas festas. Maranhão, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo tiveram maior influência em virtude da quantidade de escravos recebidos diretamente e da migração interna deles, em função do fim do ciclo da cana-de-açúcar na Região Nordeste.

Inicialmente, as manifestações culturais afro-brasileiras eram desprezadas, desestimuladas e perseguidas porque não faziam parte do universo cultural europeu e considerava-se que elas não representavam a civilidade, e sim uma cultura selvagem e atrasada em contraposição à Europa em desenvolvimento. A partir de meados do século XX, as expressões culturais afro-brasileiras começaram a ser aceitas, admiradas e celebradas pelas elites como genuinamente nacionais. Na década de 1950, a perseguição às religiões afro-brasileiras diminuiu, registrando-se adesão da classe média carioca à umbanda. Na década seguinte, a elite intelectual branca celebrou as religiões afro-brasileiras.

Entre os eventos populares brasileiros de forte influência africana, destacam-se o maracatu, o carnaval, o bumba meu boi e as cavalhadas.

Literatura

A contribuição dos afrodescendentes para a cultura brasileira vai além da povoação e da prosperidade econômica por meio de seu trabalho. Vindos de diversas partes da África, os escravos trouxeram suas matrizes culturais e transformaram não apenas sua religião, mas todas as suas raízes em uma cultura de resistência social. Escritores, jornalistas, advogados, comerciantes e diplomatas elevaram a voz para defender sua cultura e seus valores. Entre eles, destacam-se Machado de Assis, Lima Barreto e Cruz e Sousa.



ARQUIVO NACIONAL, RIO DE JANEIRO



FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL

Machado de Assis (à esquerda) e Lima Barreto (à direita) são exemplos de grandes escritores brasileiros afrodescendentes.

Artes plásticas

A arte africana envolve um espectro diferenciado, desde representações em pinturas, esculturas e objetos ornamentais de uso permanente e cotidiano para comemorar ancestrais, cultuar forças naturais, invocar forças vitais e propiciar boas colheitas até objetos em geral que acompanham ritos, danças e cerimônias religiosas em sua ampla gama de singularidades.

No Brasil, os afrodescendentes deixaram sua marca no mundo das artes, especialmente após 1700. Um dos mais conhecidos artistas do barroco brasileiro, Antônio Francisco Lisboa (o Aleijadinho, apelido pelo qual ficou conhecido) e outro expoente desse período, Manuel da Cunha, esculpam e pintavam a religiosidade católica.

Música

A música criada pelos afro-brasileiros é uma mistura de influências de toda a África Subsaariana com elementos da música portuguesa e, em menor grau, da ameríndia, resultando em grande variedade de estilos. Séculos de batuque no coração da África se condensaram nos porões dos navios negreiros. Assim que os sobreviventes desembarcaram no Novo Mundo, começou o romance entre seus ritmos mágicos e a tradição musical europeia instalada nas colônias. Romance envergonhado, reprimido e, por mais de duzentos anos, quase secreto, mas que no fim da Primeira Guerra Mundial resultou nas formas mestiças conhecidas como jazz, samba, bolero e rumba.

A música popular brasileira (MPB) sofreu forte influência de ritmos africanos. Como aconteceu em todo o continente americano, que recebeu escravos da África, a música afrodescendente foi desprezada e marginalizada até o início do século XX, quando passou a ganhar notoriedade.

O negro imprimiu seu ritmo à música brasileira e também lhe deu nomes. Por isso se diz que a MPB

nasceu na África. A raiz negra está em tudo: em ritmos musicais, como samba, chorinho, pagode e afoxé; nas festas folclóricas, como maracatu; e em instrumentos musicais, como berimbau, cuica e atabaque.

Os escravos misturavam instrumentos musicais, dança e luta, enganando os senhores de engenho, que acreditavam que eles estavam apenas “dançando”. Um pouco depois do período escravista, alguns músicos afrodescendentes despontaram como pioneiros da MPB, como José Antônio da Silva Callado e Pixinguinha. Na década de 1930, artistas afro-brasileiros ganharam espaço, sobretudo com o *boom* do rádio. Intelectuais e artistas reivindicavam uma nova concepção de Brasil, como país da miscigenação e da democracia racial.

Valorização e inclusão dos afro-brasileiros

A plena igualdade entre os indivíduos na sociedade é uma utopia, mas não se deve deixar de perseguir meios para todos desenvolverem suas potencialidades. Mesmo com a determinação de igualdade jurídica, mantiveram-se as desigualdades econômicas e sociais entre brancos e negros e, ainda, a antiga ideologia que marcava bem a diferença entre eles, reservando a posição submissa aos afrodescendentes. O preconceito racial continua a exteriorizar-se em diversos níveis, em todas as classes sociais de várias regiões do Brasil.

No Brasil, a abolição da escravidão é relativamente recente e o processo de passagem da condição de escravo para a de cidadão se fez de maneira equívoca, sem preocupação com o contingente de trabalhadores livres. Após a “comemoração”, da noite para o dia, afrodescendentes declarados livres encontravam-se sem abrigo, trabalho e meios de subsistência.

A libertação não considerou a necessidade de propiciar aos ex-escravos condições para sua sobrevivência, supondo-os sem direito à terra para sua fixação, por exemplo. Esse foi o primeiro passo para sua marginalização e seu desfavorecimento.

Durante muito tempo, ex-escravos não tiveram acesso a profissões ou ocupações, mesmo àquelas das quais foram desalojados, principalmente com a chegada de imigrantes europeus, que os substituíram nas lavouras de café. Os serviços mais modestos, mal-remunerados e que exigiam uma especialização mínima representavam normalmente suas oportunidades mais amplas no mercado de trabalho. Com o capitalismo, por não possuir qualificação, os afrodescendentes ficaram à margem do processo ou limitados a serviços pesados nas indústrias. A necessidade de colocação do trabalhador livre no mercado iniciou-se com o novo modo de produção, que não condizia com o trabalho escravo e não especializado.

Essa situação refletiu-se no nível econômico dos afrodescendentes e no início de um processo de marginalização social. Eles passaram de meio de produção escravo para assalariado, embora sem elevação social no mesmo nível dos senhores brancos. Novamente, os fatos favoreceram a deterioração do nível de vida dos afrodescendentes, impedidos de exercer plenamente as atividades

de trabalhador livre, considerando a dificuldade de acesso ao mercado de trabalho e à participação política.

Mudanças de pensamento, sensibilidade e comportamento surgiram a partir da metade do século XX. No que diz respeito às formas como os homens entendem o mundo, a noção de raça cedeu lugar à de cultura. A ideia de que a humanidade percorreria um caminho único de um estágio menos desenvolvido para outro mais desenvolvido foi substituída pela ideia de que os povos devem ser entendidos em suas especificidades, com base na cultura, e não como elos da mesma cadeia de desenvolvimento. Isso possibilitou questionar se o padrão da civilização ocidental, definido pelo mundo europeu, era o melhor e se deveria de fato ser seguido por todos.

Todas essas mudanças na forma de ver o mundo, as sociedades e as pessoas, não mais hierarquizadas com base nas características biológicas, fortaleceram o movimento de afirmação da negritude e de valorização da cultura africana, do qual participaram países que estiveram envolvidos com a escravidão e o tráfico de escravos, responsáveis pelo transporte de mais de 10 milhões de pessoas da África para as Américas. Relações sociais de mais de trezentos anos não se alteram de uma hora para a outra e preconceitos profundamente arraigados não se derrubam apenas com boas intenções.

Para ajudar as transformações, inclusive de comportamento e sensibilidade, são fundamentais alterações na legislação que regula a sociedade e as relações entre os homens. Isso vem acontecendo, principalmente, a partir dos anos 1990, quando discussões relativas à reserva de vagas para afrodescendentes nas empresas e nas universidades começaram a virar leis.

ESCRavidÃO AFRICANA NO BRASIL

Nos primeiros anos de exploração, os portugueses desenvolveram a atividade de extração do pau-brasil, árvore abundante na Mata Atlântica naquele período. Beneficiar-se dessa matéria-prima era possível em virtude da localização do produto (florestas próximas ao litoral) e da colaboração dos indígenas, com os quais desenvolveram um tipo de comércio primitivo: o escambo. Em troca de mercadorias europeias baratas e desconhecidas, os nativos extraíam e transportavam os troncos para os portugueses até o litoral.

Quando conheceram mais de perto o modo de vida indígena, com elementos desconhecidos ou que consideravam condenáveis, a exemplo da antropofagia, os portugueses começaram a alimentar certa desconfiança em relação aos nativos. Assim, perderam a colaboração na atividade do pau-brasil e tentaram submetê-los, impondo-lhes sua cultura, sua religião e o trabalho compulsório nas lavouras. A escravidão no Brasil seguiu paralelamente ao processo de desterrar os nativos, a quem só restava reagir à escravização ou aceitá-la.

Muitos lutavam até a morte ou fugiam para a floresta densa ou para regiões distantes. Aprisionados,

não raro morriam em decorrência de superexploração, maus-tratos e doenças trazidas pelos colonos europeus. Diante das dificuldades para escravizar indígenas, os colonizadores optaram por buscar mão de obra no continente africano, incentivados pelo interesse em obter altos lucros com a atividade açucareira, uma vez que o produto tinha grande aceitação no mercado europeu.

A produção de cana-de-açúcar exigia mão de obra numerosa. O lucrativo negócio do tráfico de escravos africanos apareceu como uma boa alternativa, iniciando assim a inserção deles no Brasil Colônia. A escravidão indígena perdurou até meados do século XVIII. Com o tráfico negreiro, lucravam os traficantes, os colonos, a metrópole e até a Igreja Católica, que arrecadava certa porcentagem por escravo que entrava no Brasil.

TRABALHO E VIOLÊNCIA

Além da violência física a que os negros escravizados eram submetidos, desde sua captura na África até os últimos dias de vida como escravos, também se violentava sua cultura e seu modo de viver. Arrancados de seu meio, eram impostos a eles novos valores, como língua, religião e costumes.



O Brasil foi o país que mais comprou pessoas no tráfico de escravos e o que mais matou negros e negras escravizados. Essa população, no Brasil, decrescia, em vez de crescer, tamanha a violência e a crueldade com que eram tratadas as pessoas de origem afro, sendo obrigadas a trabalhar nas lavouras, na casa-grande, nas minas e nas cidades.

Durante muito tempo, a atividade açucareira sustentou a economia colonial. Produzido principalmente no litoral nordestino, o açúcar tinha boa aceitação e alta lucratividade no mercado europeu. Para o cultivo da cana-de-açúcar, adotou-se o sistema de *plantation*, caracterizado por latifúndios monocultores que demandavam muita mão de obra. A partir de então, grande quantidade de africanos passou a trabalhar nos engenhos, instalações destinadas ao cultivo de cana e à produção de açúcar.

Havia casos de escravos remunerados, também chamados escravos de ganho, que pagavam parcela da renda obtida a com venda de produtos a seu dono; e escravos de aluguel, contratados por seus senhores para desen-

volver algum ofício, como pedreiro, carpinteiro, cozinheiro ou ama de leite. Os dois últimos geralmente atuavam no espaço urbano. O proprietário era o responsável por lhes garantir a sobrevivência.

Tráfico negreiro

Oficialmente iniciado no Brasil em 1559, quando a metrópole portuguesa decidiu permitir o ingresso de escravos vindos da África, antes já havia transações envolvendo escravos africanos, servindo como principal argumento dos colonos para isso a escassez de mão de obra.

Capturados nas mais diversas situações, como guerras tribais e escravização por dívidas não pagas, os escravos africanos provinham de lugares como Angola e Guiné, embarcados em navios com destino a cidades como Rio de Janeiro, Salvador, Recife e São Luís, das quais eram transportados para regiões mais distantes. Durante as viagens, muitos morriam em decorrência das péssimas condições sanitárias nas embarcações superlotadas.

O escravismo esteve na base da organização da sociedade brasileira durante mais de trezentos anos em função de sua importância econômica e por ser a principal forma de acumulação de riqueza. Para sua manutenção, montou-se um sistema de justificação e legitimação. Teólogos e juristas argumentaram durante séculos a favor ou contra o trabalho escravo.

A norma social brasileira era possuir escravos para os trabalhos pesados e desagradáveis e render dinheiro ao senhor. Todos com um mínimo de condições, inclusive os mais modestos, tinham um ou mais escravos. Assim, a sociedade escravista colonial manteve-se depois da independência política do Brasil, pois os centros mais dinâmicos e capitalizados da economia dependiam do trabalho escravo, cuja legitimidade era objeto de debate entre os intelectuais.

RESISTÊNCIA NEGRA

A população escravizada procurou de diversas maneiras reagir ao cativo. Alguns escapavam à vigilância do feitor e reduziam o ritmo de trabalho, paralisavam a produção, sabotavam máquinas, destruíam ferramentas e incendiavam plantações, por exemplo.

Mulheres grávidas, não querendo filhos para viver na escravidão, praticavam aborto. Registravam-se constantes casos de suicídio e tentativas de assassinato de senhores e feitores. A insatisfação escrava manifestou-se também por meio de rebeliões, lutas (capoeira) e irmandades religiosas.

Quilombo dos Palmares

O mais conhecido dos quilombos foi o de Palmares, na Serra da Barriga, atual estado de Alagoas. No fim do século XVI, ocupava uma extensa área coberta por palmeiras, que estendia-se do Cabo de Santo Agostinho ao Rio São Francisco. Um século mais tarde, reduzia-se à

região de Una e Sirinhaém, em Pernambuco, Porto Calvo e São Francisco, atual Penedo, em Alagoas. À época das invasões holandesas (1624-1625 e 1630-1654), a perturbação na rotina dos engenhos de açúcar provocou o crescimento da população em Palmares, formando-se diversos núcleos de povoamento conhecidos como mocambos.



Zumbi (1927), de Antônio Parreiras. Óleo sobre tela, 115,3 cm x 87,4 cm. Parreiras retratou Zumbi como um líder guerreiro, símbolo da resistência negra contra a escravidão.

Os principais líderes de Palmares foram Ganga Zumba e seu sobrinho, Zumbi. A prosperidade do quilombo atraía atenção e provocava receio. O governo colonial sentiu-se obrigado a tomar providências para firmar seu poder sobre a região. Por volta de dezoito expedições foram enviadas para erradicá-lo definitivamente.

Com a morte de Ganga Zumba, Zumbi assumiu a liderança do grupo e, em um primeiro momento, substituiu a estratégia de defesa passiva por um tipo de guerrilha, com ataques-surpresa a engenhos, libertando escravos e apoderando-se de armas, munições e suprimentos e empregando-os em novas investidas.

Após várias tentativas relativamente infrutíferas contra Palmares, o governador e capitão-general da capitania de Pernambuco, Caetano de Melo e Castro, contratou o bandeirante Domingos Jorge Velho e o capitão-mor Bernardo Vieira de Melo para erradicar a ameaça da região. Os quilombolas resistiam bravemente às forças bandeirantes. Em janeiro de 1694, após um ataque frustrado, um contingente de 6 mil homens, bem armados e municiados inclusive com artilharia, iniciou a empreitada que sairia vitoriosa.

O quilombola Antônio Soares foi capturado e, mediante a promessa de Domingos Jorge Velho de que seria libertado, revelou o esconderijo do líder Zumbi, então encurralado e morto em uma emboscada em 20 de novembro de 1695. Em 1710, o quilombo desfez-se por completo.

Movimentos abolicionistas

O abolicionismo no Brasil remonta aos movimentos emancipacionistas do período colonial, particularmente à Conjuração Baiana (1798), em cujos planos se encontrava o fim da escravidão. As discussões e as condições para

a abolição evoluíram no período imperial até a assinatura da Lei Áurea (1888), que extinguiu a escravidão brasileira.

O processo abolicionista começou gradualmente com a lei que proibia o tráfico de escravos africanos para o Brasil, assinada em 7 de novembro de 1831. Esgotando-se o prazo do último tratado assinado entre Brasil e Grã-Bretanha (março de 1845), o governo britânico decretou, em agosto, o Bill Aberdeen, documento que dava direito a embarcações inglesas de aprisionar navios negreiros em território brasileiro.

Cedendo às pressões, D. Pedro II deu um importante passo quando elaborou o projeto de lei, apresentado ao Parlamento pelo ministro da Justiça Eusébio de Queirós, adotando medidas eficazes para a extinção do tráfico em 1850. A escravidão, então, começou a declinar. Progressivamente, os imigrantes europeus assalariados substituíram os escravos no trabalho. Somente após a Guerra do Paraguai o movimento abolicionista ganhou impulso. Milhares de ex-escravos que retornaram da guerra vitoriosos, muitos até condecorados, correram o risco de voltar à condição anterior por pressão dos antigos donos.

A vida fluminense (1870), de Ângelo Agostini. A ilustração é acompanhada da seguinte legenda: "Cheio de glória, coberto de louros, depois de ter derramado seu sangue em defesa da pátria e libertado um povo da escravidão. O voluntário volta ao seu país natal para ver sua mãe amarrada a um tronco. Triste realidade...".



A pressão popular forçou a promulgação da primeira lei abolicionista em 28 de setembro de 1871, a Lei do Ventre Livre, declarando livres todos os filhos de escravos nascidos a partir daquela data. Segundo a lei, filhos de escravos, chamados "ingênuos", podiam ficar com seus senhores até a maioridade (21 anos) ou ser entregues ao governo. Na prática, os escravistas mantiveram os ingênuos escravos em suas propriedades. O índice de mortalidade infantil entre eles aumentou porque, além das péssimas condições de vida, cresceu o descaso pelos recém-nascidos.

No Recife, alunos da Faculdade de Direito, entre os quais Plínio de Lima, Castro Alves, Rui Barbosa, Aristides Spínola e Regueira Costa mobilizaram-se para fundar uma associação abolicionista. Em São Paulo, destacou-se o trabalho do advogado Luís Gama, ex-escravo, um dos maiores heróis da causa abolicionista, responsável direto pela libertação de mais de mil cativos. Com o país tomado pela causa abolicionista, em 1884 o Ceará decretou o fim da escravidão em seu território.

A partir de 1887, os abolicionistas passaram a atuar no campo, inclusive ajudando fugas em massa, de modo a obrigar fazendeiros a contratar seus antigos escravos em regime assalariado. O governo cedeu mais um pouco, promulgando, em 1885, a Lei Saraiva-Cotegipe ou Lei dos Sexagenários, como ficou conhecida, que concedia liberdade aos escravos com mais de 60 anos mediante compensações financeiras aos proprietários. Poucos chegavam a essa idade e em condições de garantir o próprio sustento, especialmente porque precisavam competir com imigrantes europeus.

O governo imperial rendeu-se às pressões e a princesa Isabel assinou a Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, extinguindo a escravidão no Brasil. A decisão desagradou aos fazendeiros, que exigiam indenização pela perda de seus “bens”. Como não a conseguiram, aderiram ao movimento republicano. O fim da escravatura não melhorou a condição social e econômica dos ex-escravos. Sem formação escolar ou profissão definida, a simples emancipação jurídica não mudou a condição subalterna nem ajudou a promover a cidadania ou a ascensão social da maioria deles.

TEORIAS RACIAIS DO SÉCULO XIX

A teoria do evolucionismo, formulada por Charles Darwin, desenvolveu a ideia de seleção natural, declarando que na natureza sobrevivem apenas as espécies que se adaptam melhor. Com base nesses estudos, alguns pensadores, como Joseph-Auguste de Gobineau, Richard Wagner e Houston Stewart Chamberlain tentaram explicar o funcionamento da sociedade humana. Concluíram que alguns grupos humanos eram fortes e outros fracos, sendo estes últimos predestinados a ser comandados. Essas teorias, conhecidas por darwinismo social, serviram para justificar a colonização e a exploração exercidas pelos europeus sobre povos e territórios asiáticos e africanos.

Ainda segundo o darwinismo social, levar a civilização e o desenvolvimento tecnológico às populações africanas seria uma missão dada aos europeus, o que justificaria a invasão de territórios e a dominação de populações nativas, pois estas não tinham esclarecimento suficiente para se autodeterminar. A missão civilizatória era o “fardo” que o homem branco deveria carregar.

Entre a segunda metade do século XIX e o início do XX, as nações europeias dominaram mais de 90% do território africano. A Conferência de Berlim, realizada em 1885, definiu os critérios de domínio dos territórios ainda não colonizados da África. Os habitantes desse continente jamais foram consultados sobre essa divisão, que não respeitou a cultura, os costumes e as etnias regionais.

Democracia racial brasileira?

Segundo o pensamento predominante na sociedade brasileira após o fim da escravidão, com a chegada de grande quantidade de imigrantes europeus, os traços e a identidade da população afrodescendente desapa-

receriam pela miscigenação e pelos altos índices de mortalidade que atingiam os mais pobres.

A força do pensamento dominante fazia os afro-brasileiros se sentirem inferiorizados por causa de suas origens africanas, buscando escondê-las com o abandono das tradições e por meio de casamentos interraciais para gerar filhos de pele clara, cabelos lisos e lábios e nariz afilados. Assim, aceitava-se e mesmo estimulava-se a mestiçagem, não por falta de preconceito, e sim pelo desejo de apagar traços africanos da população brasileira. Da mesma forma, buscava-se um distanciamento cada vez maior da África, considerada terra de povos atrasados. Conforme se formava a nação brasileira, foi construído também um mito extremamente difundido dentro e fora do Brasil: o de democracia racial.

Intelectuais, jornalistas, políticos e grande parcela da população afirmavam que, no Brasil, não havia diferenças sociais entre brancos, mulatos e negros. Seríamos, segundo esse mito, uma nação sem raça. A imagem vendida para o exterior, de um território racialmente democrático, era muito aceita em diversos setores da sociedade brasileira.

A população já incorporara a ideia de desvalorização da estética negra, adotando os casamentos interraciais como opção para “melhorar” a raça. O mito da democracia racial e o intuito de embranquecimento social geraram várias consequências práticas:

- desenvolveu-se a crença de que não existe raça no Brasil, porque ela é entendida como um agrupamento de indivíduos que compartilham características hereditárias;
- em lugar da raça, admitia-se no país apenas uma classificação baseada na cor, que pretendia ser encarada como mera descrição objetiva da realidade sem implicações político-econômico-sociais, como preconceito e discriminação. A cor passou a designar uma hierarquia classificatória, pela qual os brancos são considerados melhores e, os negros, piores e inferiores;
- represálias para quem se arriscasse a falar a respeito, visto então com maus olhos. Logo, tachava-se de racista quem falasse de políticas sociais para negros. Acusava-se, assim, até o próprio movimento negro de racista, uma vez que diferenciava negros de brancos. Consequentemente, como não existissem raças, não cabia falar da população negra.

De fato, essa crença chocava-se com a realidade nacional, sempre evidenciada pela exclusão do afrodescendente. Assim, esse mito começou a ser negado e discutido por meio da divulgação de vários trabalhos acadêmicos, entre os quais destaca-se *Casa-grande e senzala* (1933), de Gilberto Freyre.

Discussões acerca do assunto ocorrem, ainda, promovidas pelos movimentos negros em escolas de diversos níveis. Hoje, reconhece-se que a nação brasileira não é racialmente democrática, evidenciando-se a necessidade de criar ações para corrigir essa histórica situação de exclusão.

ROTEIRO DE AULA

ÁFRICA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA

Berço da humanidade

- Diversidade física e socioeconômica.
- A história africana é conhecida pelo Ocidente por meio de escritos que datam da Antiguidade clássica.
- Os antigos fósseis de homínidos permitem considerar a África o berço da humanidade.
- Abrigo da cultura egípcia, considerada uma das mais antigas da humanidade.

Cultura africana da Antiguidade

Produção:

- Especializada na tradição de fundir ferro, no atual território de Benin.
- Trabalho em cerâmica entre povos que viviam na região de Nok, na atual Nigéria.

Religião:

Religião vinculada à natureza (ritos, cultos e magia).

Reinos africanos

Axum:

Localizado na Etiópia no século VII a.C., onde desenvolveram-se centros comerciais e expansão territorial.

Gana:

Surgiu por volta do século IV na Mauritânia, com extração de ouro e com grande quantidade de aldeias e cidades.

Mali:

Localizado no Senegal e na Gâmbia no século XII, com controle de grandes jazidas de ouro e rotas transaarianas de comércio.

Cultura afro-brasileira

Língua:

Indo-europeia, tupi e níger-congo.

Religião:

Rituais, magias e ritos.

Festas:

Influência do ciclo da cana na Região Nordeste (festas locais, folclore e cultura popular).

Literatura:

- Cruz e Sousa, Lima Barreto e Machado de Assis.
- Defesa da cultura africana por meio de escritores populares e intelectuais, como Gilberto Freyre e Caio Prado Júnior.

Artes plásticas:

Pinturas, esculturas e arte barroca.

Música:

Samba, MPB, axé, pagode e maracatu.

ROTEIRO DE AULA

ESCRavidÃO E TEORIAS RACIAIS

Tráfico negreiro

- Iniciado em 1559 com a captura de escravos africanos em Angola e Guiné.
- Destino: Rio de Janeiro, Salvador, Recife e São Luís.
- Exercício do trabalho escravo, principalmente na atividade açucareira.

Trabalho e violência

- Trabalho escravo em plantações de algodão, café e tabaco (*plantations*) e realização de serviços domésticos.
- Condições de vida desumanas.
- Punições (açoitamento).

Resistência negra

- Rebeliões, lutas e dança (capoeira).
- Irmandades religiosas.
- Quilombo dos Palmares (núcleos de povoamento).

ROTEIRO DE AULA

Movimentos abolicionistas

- Conjuração Baiana (1798).

- Sociedade Brasileira contra a Escravidão (1880).

- Associação abolicionista.

Teorias raciais do século XIX

- Darwinismo social: ideia de progresso, seleção natural e controle.

- Ideia de inferiorização das civilizações não tecnológicas e científicas.

- Determinismo biológico e geográfico.

- O Brasil sofreu influências do darwinismo social e incorporou as teorias do embranquecimento social.

- Desvalorização da estética negra.

- Anulação da identidade racial.

- Hierarquia baseada na cor.

EXERCÍCIOS DE APLICAÇÃO

1. UnB-DF (adaptado) – Leia a afirmativa a seguir e julgue se está certa ou errada:

O texto de José Jorge de Carvalho postula a herança africana da congada mineira e aponta o uso de instrumentos de percussão para o acompanhamento do canto da congada, aspecto condizente com a música africana, geralmente acompanhada por tambores.

A afirmativa está correta, pois os batuques e as danças foram elementos da cultura de diferentes povos africanos que resistiram à opressão da escravidão.

2. UnB-DF (adaptado) – Leia a afirmativa a seguir e julgue se está certa ou errada:

A capoeira é um tipo de luta introduzida no Brasil por escravos africanos, tendo sido sua prática incentivada pelos governos da Primeira República, que a consideravam instrumento de afirmação de identidade nacional calcada na tolerância e no pluralismo cultural.

A afirmativa está errada, pois a capoeira, assim como outras práticas típicas de povos afro-brasileiros, foi e ainda é alvo de muito preconceito e perseguição. Ao contrário do que sugere a afirmativa, a luta chegou a ser proibida na Primeira República.

3. Enem

C1-H3

“A recuperação da herança cultural africana deve levar em conta o que é próprio do processo cultural: seu movimento, pluralidade e complexidade. Não se trata, portanto, do resgate ingênuo do passado nem do seu cultivo nostálgico, mas de procurar perceber o próprio rosto cultural brasileiro. O que se quer é captar seu movimento para melhor compreendê-lo historicamente.”

MINAS GERAIS. *Cadernos do Arquivo 1: escravidão em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1988.

Com base no texto, a análise de manifestações culturais de origem africana, como a capoeira ou o candomblé, deve considerar que elas:

- a) permanecem como reprodução dos valores e costumes africanos.
- b) perderam a relação com o seu passado histórico.
- c) derivam da interação entre valores africanos e a experiência histórica brasileira.
- d) contribuem para o distanciamento cultural entre negros e brancos no Brasil atual.
- e) demonstram a maior complexidade cultural dos africanos em relação aos europeus.

O sincretismo religioso e a mistura cultural são marcas da história brasileira, muito por conta da própria população negra, uma vez que os brancos se fecharam à cultura afro e perseguiram práticas como o candomblé e a capoeira.

Competência: Compreender os elementos culturais que constituem as identidades.

Habilidade: Associar as manifestações culturais do presente aos seus processos históricos.

4. UNESP – Entre as formas de resistência negra à escravidão durante o período colonial brasileiro, podemos citar:

- a) a organização de quilombos, nos quais, sob supervisão de autoridades brancas, os negros podiam viver livremente.
- b) as sabotagens realizadas nas plantações de café, com a introdução de pragas oriundas da África.

c) a preservação de crenças e rituais religiosos de origem africana, que eram condenados pela Igreja Católica.

d) as revoltas e fugas em massa dos engenhos, seguidas de embarques clandestinos em navios que rumavam para a África.

e) a adoção da fé católica pelos negros, o que lhes proporcionava imediata alforria concedida pela Igreja.

Os quilombos não tinham qualquer tipo de supervisão, a não ser dos próprios líderes negros. A população escravizada não tinha acesso a pragas oriundas da África nem a navios que os levassem de volta a seus lugares de origem. Do mesmo modo, a adoção da fé católica não foi uma forma de resistência, e sim de preservação dos rituais de origem africana.

5. Unifal-MG – A escravidão, relação de trabalho predominante no Brasil nos períodos colonial e imperial, marcou profundamente a sociedade brasileira. Afinal, o trabalho escravo persistiu por mais de trezentos anos. A respeito da escravidão, assinale a alternativa correta:

a) Embora duramente atingidos pelo desemprego gerado pelas constantes crises industriais em Portugal, os trabalhadores assalariados portugueses não aceitavam os baixos salários que lhes eram oferecidos no Brasil. Sendo assim, os colonizadores foram obrigados a adotar o trabalho escravo do africano.

b) Embora a escravidão indígena na América portuguesa não sofresse oposição da Coroa e da Igreja, o índio não foi utilizado como mão de obra em razão da preferência do senhor de escravos pelo africano. Tal preferência do senhor de escravos decorria dos lucros possibilitados pelo tráfico africano.

c) No século XIX, as pressões inglesas para o fim do tráfico africano, a imigração europeia, a difusão dos ideais de liberdade e a pressão exercida pelo movimento abolicionista sedimentaram o caminho para o fim da escravidão no Brasil.

d) Na primeira metade do século XVIII, com a crise na produção de açúcar no Nordeste e o desenvolvimento da mineração na Região Centro-Oeste, ocorreu uma diminuição do número de escravos no Brasil.

e) O predomínio exclusivo do trabalho escravo africano em todas as atividades excluiu a existência do trabalho assalariado nos engenhos de açúcar do Nordeste do Brasil nos séculos XVI, XVII e XVIII.

A alternativa correta reúne os principais elementos envolvidos no processo de abolição da escravidão no Brasil. As demais alternativas incorrem em erros pontuais, como negar outras formas de escravidão, falar em diminuição do número de escravizados no momento do ciclo do ouro, negar a oposição da Igreja à escravidão indígena e afirmar que os trabalhadores portugueses negavam trabalhos com salários baixos e relacionar isso à escravização de negros africanos.

6. UFU-MG – O discurso sobre a formação da identidade nacional brasileira tem como uma de suas vertentes o estudo das consequências do encontro de três matrizes étnicas: o negro, o europeu (branco) e o indígena. Em meio a este debate, e contrariando as teorias raciais, elaborou-se uma tese conhecida como “democracia racial”, caracterizada por:

a) defender o direito de participação de representantes de todas as raças no processo político.

b) pressupor a miscigenação harmoniosa entre os diferentes grupos étnicos que formaram a nação brasileira.

c) denunciar os conflitos raciais e a desvalorização dos afrodescendentes no Brasil.

d) culpar os grupos dominantes pela marginalização dos afrodescendentes e da população indígena brasileira.

A ideia de democracia racial foi desenvolvida ao longo de muitos anos e tornou-se um discurso oficial na Era Vargas. Trata-se de defender que, no Brasil, indígenas, afrodescendentes e portugueses se miscigenaram e criaram uma grande e harmoniosa sociedade multirracial – o que, sabemos, é um mito.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

7. FGV-SP

“Quando Diogo Cão chegou em 1483, era um reino relativamente forte e estruturado, cuja formação data possivelmente do final do século XIV. Povoado por grupos bantus, abrangia grande extensão da África Centro-Ocidental e compunha-se de diversas províncias. Algumas delas eram administradas por membros de linhagens que detinham os cargos de chefia há muitas gerações. Outras províncias eram governadas por chefes escolhidos pelo rei dentre a nobreza. Os chefes locais eram os encarregados de coletar os impostos devidos ao rei, além de recolherem para si parte do excedente da produção. A existência de um excedente agrícola era possível graças à apropriação do trabalho escravo.”

Marina de Mello e Souza. (Adaptado)

O texto faz referência:

- a) ao Egito. d) a Cabo Verde.
 b) ao Daomé. e) a Moçambique.
 c) ao Congo.

8. UNESP

“Os africanos não escravizavam africanos, nem se reconheciam então como africanos. Eles se viam como membros de uma aldeia, de um conjunto de aldeias, de um reino e de um grupo que falava a mesma língua, tinha os mesmos costumes e adorava os mesmos deuses. [...] Quando um chefe [...] entregava a um navio europeu um grupo de cativos, não estava vendendo africanos nem negros, mas [...] uma gente que, por ser considerada por ele inimiga e bárbara, podia ser escravizada. [...] O comércio transatlântico [...] fazia parte de um processo de integração econômica do Atlântico, que envolvia a produção e a comercialização, em grande escala, de açúcar, algodão, tabaco, café e outros bens tropicais, um processo no qual a Europa entrava com o capital, as Américas com a terra e a África com o trabalho, isto é, com a mão de obra cativa.”

COSTA E SILVA, Alberto da. *A África explicada aos meus filhos*, 2008. (Adaptado)

Ao caracterizar a escravidão na África e a venda de escravos por africanos para europeus nos séculos XVI a XIX, o texto:

- a) reconhece que a escravidão era uma instituição presente em todo o planeta e que a diferenciação entre homens livres e homens escravos era definida pelas características raciais dos indivíduos.
 b) critica a interferência europeia nas disputas internas do continente africano e demonstra a rejeição do comércio escravagista pelos líderes dos reinos e aldeias então existentes na África.
 c) diferencia a escravidão que havia na África da que existia na Europa ou nas colônias americanas a partir da constatação da heterogeneidade do continente africano e dos povos que lá viviam.
 d) afirma que a presença europeia na África e na América provocou profundas mudanças nas relações entre os povos nativos desses continentes e permitiu maior integração e colaboração interna.
 e) considera que os únicos responsáveis pela escravização de africanos foram os próprios africanos, que aproveitaram as disputas tribais para obter ganhos financeiros.

9. Fuvest-SP

“Angola, Congo, Benguela Monjolo, Cabinda, Mina Quiloa, Rebolo”.

BEM, Jorge. *África Brasil* (Zumbi).

O texto refere-se a:

- a) colônias holandesas de exploração na África do século XVI ao século XVIII.
 b) grupos africanos escravizados e trazidos para o Brasil durante a colonização.
 c) reinos africanos que se rebelaram contra a colonização portuguesa na época da independência do Brasil.
 d) comunidades livres formadas por escravos fugitivos.
 e) países africanos atuais que mantêm estreitos vínculos com a cultura brasileira.

10. Sedef-DF – África e América foram incorporadas à história ocidental a partir do expansionismo comercial e marítimo europeu do início dos tempos modernos. O processo de exploração colonial desses continentes seguiu a lógica econômica e política que, na Europa, caracterizava a transição do feudalismo ao capitalismo. Nas palavras de um ex-diretor geral da Unesco:

“Hoje, torna-se evidente que a herança africana marcou, em maior ou menor grau, dependendo do lugar, os modos de sentir, pensar, sonhar e agir de certas nações do hemisfério ocidental. Do sul dos Estados Unidos ao norte do Brasil, passando pelo Caribe e pela costa do Pacífico, as contribuições culturais herdadas da África são visíveis por toda parte; em certos casos, chegam a constituir os fundamentos essenciais da identidade cultural de alguns segmentos mais importantes da população.”

Tendo por referência inicial as informações contidas no texto acima e considerando aspectos significativos do ensino de história, da história da América e de suas identidades, bem como da história africana e de suas relações com o exterior, julgue o item:

Na formação histórica do Brasil, as relações processadas via Atlântico são de tal ordem essenciais que se pode afirmar que “o Brasil também começa na África, e a África se prolonga no Brasil”.

11. Cespe-MA – Acerca dos reinos africanos pré-coloniais, assinale a opção correta:

- a) Os dilemas decorrentes dos achados arqueológicos das ruínas do grande Zimbábue foram esclarecidos com a descoberta de fontes escritas que permitiram

desvendar a história desse reino e, principalmente, as razões de seu declínio.

- b) Os portugueses desconsideravam as organizações africanas, por isso o uso da força era a única estratégia de dominação dos portugueses contra os africanos.
- c) A África Oriental encontrava-se ainda inexplorada no momento em que os europeus ali chegaram, ao final do século XV.
- d) O Reino do Congo, cuja economia incluía atividades rurais e um rico comércio de tecidos, metais e animais, entrou em decadência no século XV, momento em que foi rapidamente conquistado por Portugal.
- e) A segurança experimentada ao sul do Saara durante o Império Malinês facilitou a expansão do islã para a região. Nesse contexto, a cidade de Tombouctou tornou-se uma importante referência de erudição muçulmana.

12. FCC-MG – Leia o texto abaixo:

“No Rio de Janeiro do século XIX, a concentração de negros estendia-se desde o mal-afamado Valongo até a ‘cidade nova sobre o mangue’. Heitor dos Prazeres, um dos frutos mais ilustres daquela região, a ela se referiu como ‘pequena África’. Tal expressão foi tomada pela historiografia para identificar exatamente a unidade social e cultural afro-brasileira que se percebe nesses distritos e em muitos outros redutos semelhantes Brasil afora.”

SILVA, Eduardo. *Dom Obá II D’África, o príncipe do povo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 81. (Adaptado)

A análise desse texto permite afirmar que o estudo da África, dos africanos e de seus descendentes no Brasil:

- a) dificulta a compreensão da diversidade de povos que formaram o Brasil e os brasileiros.
- b) valoriza a abordagem tradicional da História, centrada no estudo das sociedades europeias.
- c) impede a plena compreensão do tráfico negreiro e da escravidão no Brasil.
- d) auxilia na construção de outra memória histórica, destacando a importância dos africanos e afrodescendentes na história do Brasil.

13. UNESP – “Não é minha intenção que não haja escravos... nós só queremos os lícitos, e defendemos (proibimos) os ilícitos”. Essa posição do jesuíta Antônio Vieira, na segunda metade do século XVII:

- a) aceita a escravidão negra, mas condena a indígena.
- b) admite a escravidão apenas em caso de guerra justa.
- c) apoia a proibição da escravidão aos que se convertem ao cristianismo.
- d) restringe a escravidão ao trabalho estritamente necessário.
- e) conserva o mesmo ponto de vista tradicional sobre a escravidão em geral.

14. Uenp-PR – Do ponto de vista sociológico, o Brasil se constituiu sobre o mito da democracia racial principalmente depois da publicação de *Casa-grande e senzala*, de Gilberto Freyre (2003). De acordo com Florestan Fernandes (1965), o ideal de miscigenação fora difundido como mecanismo de absorção do mestiço não para a ascensão social do negro, mas para a hegemonia da classe dominante. O mito da democracia racial assentou-se sobre dois fundamentos: 1) o mito do bom senhor; 2) o mito do escravo submisso. Analise as afirmações:

- I. A crença no bom senhor exalta a vulgaridade das elites modernas, como diria Contardo Calligaris, e, juntamente com uma espécie de pseudocordialidade, seriam responsáveis pela manutenção e o aprofundamento das diferenças sociais.
- II. O mito do escravo submisso fez com que a sociedade de um modo geral não encarasse de frente a violência da escravidão, fez com que os ouvidos se ensurdescessem aos clamores do movimento negro, por direitos e por justiça.
- III. As proposições legislativas sobre a inclusão de negros vão desde o projeto de lei que reserva aos negros um percentual fixo de cargos da administração pública aos que instituem cotas para negros nas universidades públicas e nos meios de comunicação.

Assinale a alternativa correta:

- a) Todas as afirmações são verdadeiras.
- b) Apenas a afirmação II é verdadeira.
- c) As afirmações I e III são verdadeiras.
- d) As afirmações I e II são falsas.
- e) Todas as afirmações são falsas.

15. IFBA

“No Brasil, há registros de fugitivos no Recôncavo da Bahia e na Capitania de Pernambuco – áreas iniciais de colonização e escravidão africana atlântica – desde o final do século XVI. As primeiras notícias de Palmares – uma das mais importantes comunidades de africanos fugitivos das Américas – surgem nas últimas décadas do século XVI. [...] Os palmaristas (como eram denominados nas fontes lusitanas) resistiram a inúmeras tropas oficiais enviadas por portugueses e neerlandeses (durante a ocupação destes no nordeste em meados do século XVII) e também expedições punitivas preparadas por fazendeiros locais, que cada vez mais se sentiam prejudicados. Liderados por Ganga-Zumba e depois Zumbi – tinham uma complexa organização econômica, militar e política”.

GOMES, Flávio dos Santos (Org.). *Mocambos de Palmares: histórias e fontes (séculos XVI-XIX)*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010. p. 7.

A partir da leitura do texto e de acordo com seus conhecimentos sobre resistência escrava no Brasil colonial, assinale a alternativa correta:

- a) Palmares foi, sem dúvida, o maior quilombo existente no Brasil escravista. No entanto, não conseguiu alcançar o seu objetivo principal: acabar com a escravidão e o tráfico de africanos no Atlântico Sul e formar uma nação de negros livres.
- b) Os quilombos foram uma das expressões de resistência africana à escravidão no Brasil e, embora fossem fugitivos, os quilombolas não estavam isolados da sociedade colonial e interagiam com moradores e comerciantes das vilas próximas, para quem vendiam seus excedentes agrícolas e adquiriam armas e munições.
- c) Palmares representou para as autoridades coloniais e os proprietários de escravos um símbolo de rebeldia que deveria ser destruído. Porém as incursões militares não surtiram o efeito esperado e o quilombo continuou crescendo até o fim do período colonial sob a liderança de Zumbi.
- d) As fugas e a formação de quilombos foram as principais formas de resistência à escravidão no período colonial, tendo em vista que a luta cotidiana contra o cativo (como fingir estar doente, danificar fer-

ramentas ou fazer corpo mole) não incomodavam os senhores, pois os castigos físicos garantiam a exploração do trabalho escravo.

- e) As expedições bandeirantes, em fins do século XVII, destruíram Palmares e puseram fim à experiência quilombola no Brasil. A partir de então, escravos fugitivos deixaram de se organizar em quilombos, temendo a ação militar das autoridades coloniais.

16. PUC-RJ

“Os escravos são as mãos e os pés do senhor de engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar a fazenda, nem ter engenho corrente. E ao modo com que se há com eles depende de tê-los bons ou maus para o serviço.”

O texto, do início do século XVIII, trata da mão de obra escravista nos engenhos de açúcar. O autor:

- a) inquieta-se com a falta de trabalhadores assalariados e com o predomínio do trabalho compulsório na lavoura açucareira.
- b) caracteriza o escravo como instrumento de produção que precisa ser controlado rigorosamente para que não se rebelde.
- c) interessa-se pela possibilidade de expansão das plantações de cana e pelo decorrente aumento da remessa do açúcar para Portugal.
- d) revela sua disposição de defender o fim da escravidão no Brasil e importar mão de obra estrangeira para ter trabalhadores mais qualificados.
- e) preocupa-se em destacar a importância do trabalho escravo na produção do açúcar e os cuidados que se deve ter no seu trato.

17. UERJ



MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES, RIO DE JANEIRO

No I Congresso Mundial das Raças, ocorrido em Londres em 1911, o médico João Baptista de Lacerda ilustrou suas reflexões sobre a sociedade brasileira analisando a tela *A redenção de Cam*, que retrata três gerações de uma família.

Essa pintura foi utilizada na época para indicar a seguinte tendência demográfica no Brasil:

- a) controle de natalidade.
- b) branqueamento da população.
- c) equilíbrio entre faixas etárias.
- d) segregação dos grupos étnicos.

ESTUDO PARA O ENEM

18. Enem

C1-H5

“A África também já serviu como ponto de partida para comédias bem vulgares, mas de muito sucesso, como *Um príncipe em Nova York* e *Ace Ventura: um maluco na África*. Em ambas, a África parece um lugar cheio de tribos doidas e rituais de desenho animado. A animação *O Rei Leão*, da Disney, o mais bem-sucedido filme americano ambientado na África, não chegava a contar com elenco de seres humanos.”

LEIBOWITZ, E. Filmes de Hollywood sobre África ficam no clichê. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br>>. Acesso em: 17 abr. 2010.

A produção cinematográfica referida no texto contribui para a constituição de uma memória sobre a África e seus habitantes. Essa memória enfatiza e negligencia, respectivamente, os seguintes aspectos do continente africano:

- a) a história e a natureza.
- b) o exotismo e as culturas.
- c) a sociedade e a economia.
- d) o comércio e o ambiente.
- e) a diversidade e a política.

19. Enem

C5-H24

“A população negra teve que enfrentar sozinha o desafio da ascensão social, e frequentemente procurou

fazê-lo por rotas originais, como o esporte, a música e a dança. Esporte, sobretudo o futebol, música, sobretudo o samba, e dança, sobretudo o carnaval, foram os principais canais de ascensão social dos negros até recentemente. A libertação dos escravos não trouxe consigo a igualdade efetiva. Essa igualdade era afirmada nas leis, mas negada na prática. Ainda hoje, apesar das leis, aos privilégios e arrogâncias de poucos correspondem o desfavorecimento e a humilhação de muitos.”

CARVALHO, J. M. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. (Adaptado)

Em relação ao argumento de que no Brasil existe uma democracia racial, o autor demonstra que:

- a) essa ideologia equipara a nação a outros países modernos.
- b) esse modelo de democracia foi possibilitado pela miscigenação.
- c) essa peculiaridade nacional garantiu mobilidade social aos negros.
- d) esse mito camuflou formas de exclusão em relação aos afrodescendentes.
- e) essa dinâmica política depende da participação ativa de todas as etnias.

20. Enem

C1-H1



COLEÇÃO PARTICULAR

Foto de Militão, São Paulo, 1879. In: ALENCASTRO, L. F. (Org.). *História da vida privada no Brasil. Império: a Corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

Que aspecto histórico da escravidão no Brasil do séc. XIX pode ser identificado a partir da análise do vestuário do casal retratado?

- a) O uso de trajes simples indica a rápida incorporação dos ex-escravos ao mundo do trabalho urbano.
- b) A presença de acessórios como chapéu e sombrinha aponta para a manutenção de elementos culturais de origem africana.
- c) O uso de sapatos é um importante elemento de diferenciação social entre negros libertos ou em melhores condições na ordem escravocrata.
- d) A utilização do paletó e do vestido demonstra a tentativa de assimilação de um estilo europeu como forma de distinção em relação aos brasileiros.
- e) A adoção de roupas próprias para o trabalho doméstico tinha como finalidade demarcar as fronteiras da exclusão social naquele contexto.

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO DO SISTEMA DE ENSINO DOM BOSCO

10

PRIMEIRA REPÚBLICA: REPÚBLICA DA ESPADA E REPÚBLICA OLIGÁRQUICA

- Desagregação da ordem monárquica
- Proclamação da República
- Governo Provisório (1889-1891)
- República da Espada
- Governo Constitucional de Deodoro da Fonseca (1891)
- Governo Floriano Peixoto (1891-1894)
- Governo Prudente de Moraes (1894-1898)
- Governo Campos Sales (1898-1902)
- Governo Rodrigues Alves (1902-1906)
- Governo Afonso Pena (1906-1909)
- Governo Nilo Peçanha (1909-1910)
- Governo Hermes da Fonseca (1910-1914)
- Governo Venceslau Brás (1914-1918)
- Governo Epitácio Pessoa (1919-1922)
- Governo Artur Bernardes (1922-1926)
- Governo Washington Luís (1926-1930)

HABILIDADES

- Comparar pontos de vista expressos em diferentes fontes sobre determinado aspecto da cultura.
- Avaliar criticamente conflitos culturais, sociais, políticos, econômicos ou ambientais ao longo da História.
- Analisar a atuação dos movimentos sociais que contribuíram para mudanças ou rupturas em processos de disputa pelo poder.

DESAGREGAÇÃO DA ORDEM MONÁRQUICA

A monarquia brasileira, no período de 1870 a 1889, passou por uma crescente crise. O declínio do império deveu-se a vários fatores conjugados, os quais resultaram na Proclamação da República. Esses fatores podem ser assim analisados:

- **ascensão da burguesia cafeeira do Oeste Paulista** vinculada à economia agroexportadora, que sustentava economicamente a nação na segunda metade do século XIX. Essa burguesia não tinha, no entanto, poder político, o qual continuava sendo da aristocracia cafeeira do Vale do Paraíba e dos senhores de engenho do Nordeste açucareiro. Os barões do café do Oeste Paulista, ao mesmo tempo em que adotavam o trabalho assalariado em substituição ao trabalho escravo (sustentáculo da economia tradicional), aderiam ao discurso republicano, que vinha ao encontro de seus interesses;
- **ampliação dos quadros médios da sociedade brasileira** vinculados ao processo de urbanização pelo qual passava a sociedade brasileira, principalmente a região da Província de São Paulo, onde grupos médios em crescimento viam na república uma forma de possibilidade de maior participação nas decisões políticas, pois o sistema eleitoral (censitário) da Constituição imperial não lhes permitia qualquer participação;
- **abolição da escravatura**, que significou, em parte, a perda de poder da aristocracia rural do Vale do Paraíba, classe detentora e mantenedora da monarquia;
- **questão militar**, fruto da crise entre monarquia, apoiada na Marinha, e os novos oficiais do Exército em ascensão, principalmente após a Guerra do Paraguai. Nesse conflito, militares do Exército aproximavam-se cada vez mais dos ideais republicanos defendidos na Academia Militar por Benjamim Constant e inspirados na filosofia positivista. As forças armadas passaram a mostrar os entraves que a política trazia para o desenvolvimento e a modernização do país. O confronto entre militares republicanos e o governo monárquico constituía a própria questão militar;
- **questão religiosa**, resultado do desgaste das relações entre Estado e Igreja em virtude da excessiva interferência do governo nas questões eclesiais, como a episcopado-maçônica, originada pela proibição da bula papal de os maçons frequentarem culto católico e pela não aprovação por parte de D. Pedro II. A crise provocou, inclusive, prisão e condenação de dois bispos (de Belém e Olinda) por desacato às ordens do governo;
- **reflorescimento dos ideais republicanos**, que não eram novos nos ideais dos intelectuais brasileiros, pois, nos primeiros anos da monarquia, alimentaram propostas de vários movimentos revolucionários, como a Confederação do Equador, a Sabinada, a Balaiada, a Farrroupilha e a Revolução Praieira. Posteriormente, vários clubes republicanos foram criados nas cidades brasileiras, entre eles o Partido Republicano.

PARTIDO REPUBLICANO

Os ideais republicanos encontravam-se presentes no Brasil desde os primeiros anos do império e ressurgiram em vários movimentos revoltosos do período regencial, sendo, porém, violentamente reprimidos. Oficialmente, as primeiras

ideias do fim do império se difundiram pelo Manifesto Republicano (1870):

A centralização, tal qual existe, representa o despotismo, dá força ao poder pessoal que avassala, estraga e corrompe os caracteres. Perverte e anarquiza os espíritos, comprime a liberdade, constringe o cidadão, subordina o direito de todos ao arbítrio de um só poder, nulifica de fato a soberania nacional, mata o estímulo do progresso local, suga a riqueza peculiar das províncias, constituindo-se satélites obrigadas da Corte – centro absorvente e compressor que tudo corrompe e tudo concentra em si [...].

MANIFESTO Republicano. *A república*, Rio de Janeiro, 3 set. 1870. p. 2.

O trecho do documento mostra a preocupação e a crítica dos republicanos ao centralismo monárquico. De fato, o manifesto apresentava as ideias de federalismo, participação popular com o voto universal e modernização socioeconômica da nação. Em 1870, fundou-se o Partido Republicano do Rio de Janeiro. Em todo o país, surgiram diversos clubes republicanos. Os republicanos brasileiros foram profundamente influenciados pelos ideais positivistas do filósofo Auguste Comte, preconizando que a humanidade passaria para um estágio “mais positivo”, à medida que superasse a credice e o misticismo pela explicação científica, baseada nas leis das ciências exatas, principalmente da matemática. No cerne do ideal positivista, a sociedade deveria estruturar-se de forma hierarquizada, na qual a ordem seria o alicerce do progresso (lema que se faz presente em nossa bandeira até hoje).

PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

Na segunda metade da década de 1880, a estabilidade do governo monárquico tornou-se cada vez mais crítica. Diante do crescimento das ideias republicanas e do descontentamento militar crescente, D. Pedro II convocou para a chefia do gabinete o liberal visconde de Ouro Preto, que apresentou um programa reformista de governo no qual estabeleceu:

- maior autonomia às províncias e aos municípios;
- reforma do Conselho de Estado, que perderia parte do poder político;
- liberdade de culto;
- reforma do ensino;
- mandato temporário para senadores;
- maior facilidade de crédito para o comércio e a agricultura.

A proposta de reformas era uma tentativa de neutralizar o avanço republicano, mas foi preterida pelo governo. A crise da monarquia estava intensamente ligada ao atrito entre “homens de farda” e “homens de casaca”. A crise militar foi a somatória de uma série de acontecimentos, como:

- punição imposta pelo governo ao tenente-coronel Sena Madureira, que defendia a criação do montepio (pensão) dos militares;

- divergência com o marechal Deodoro da Fonseca, presidente da Província do Rio Grande do Sul, destituído por apoiar Sena Madureira;
- insatisfação do Clube Militar do Rio de Janeiro.

A facção militar passou a comandar a oposição republicana à monarquia. Era necessário, entretanto, convencer o marechal Deodoro da Fonseca a liderar o movimento. Deodoro hesitava, afirmando que a questão era apenas das forças armadas e bastava derrubar o ministério. Ele afirmava: “Eu queria acompanhar o caixão do imperador, que está velho e a quem respeito muito.” Por fim, o marechal concordou e liderou o movimento de 15 de novembro.

Ao retornar ao Rio de Janeiro, Deodoro foi recebido com entusiasmo pela oficialidade republicana. Diante da crise entre o Executivo e o Legislativo, D. Pedro II dissolveu a Câmara Deputados e convocou novas eleições, fazendo com que os civis republicanos se aproximassem ainda mais dos militares conspiradores. De fato, uma conspiração republicana preparava um golpe para 20 de novembro de 1889. Receosos de uma repressão do governo em caso de descoberta, a oficialidade revoltosa recebeu o apoio de civis, como Rui Barbosa, Benjamin Constant, Aristides Lobo, Glicério e o coronel Sólon Ribeiro. Com os militares, esses intelectuais conspiravam contra o trono. A proclamação foi precedida de um boato de prisão de Deodoro por ordem do governo. A notícia levou Deodoro a agir naquela madrugada do dia 15. Tropas de Floriano Peixoto, sediadas no Palácio do Governo, aderiram ao movimento. A Marinha tentou uma pequena reação, já que era a força de apoio militar da monarquia, sendo, porém, abafada. Na tarde do dia 15, D. Pedro II foi destituído, partindo três dias depois, com toda a família, exilado para a Europa.



MUSEU REPUBLICANO/USP, ITU, SÃO PAULO

Retrato do general Deodoro da Fonseca (1892), de Henrique Bernardelli. Óleo sobre tela. Retrato de Deodoro no momento da Proclamação da República. Apesar das controvérsias, transformou-se em símbolo oficial dos republicanos.

A *Gazeta da Tarde*, às 18 horas do dia 15 de novembro de 1889 publicava:

A partir de hoje, 15 de novembro de 1889, o Brasil entra em nova fase, pois pode-se considerar finda a monarquia, passando a regime francamente democrático com todas as consequências da liberdade. Foi o Exército que operou esta magna transformação; assim como em 7 de abril de 1831 ele firmou a monarquia constitucional, acabando com o despotismo do primeiro imperador, hoje proclama, no meio da maior tranquilidade e com solenidade verdadeiramente imponente, que queria outra forma de governo. Assim, desaparece a única monarquia que existia na América.

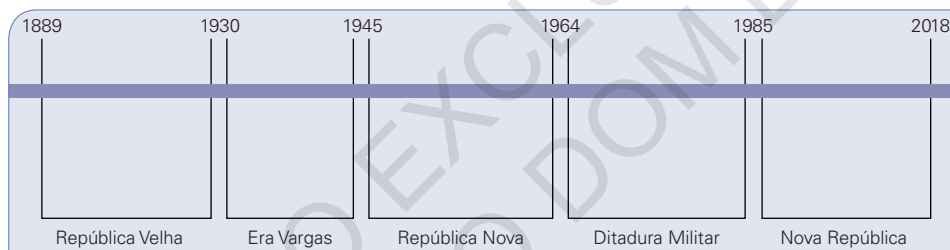
O FUTURO do Brasil. *A Gazeta da Tarde*, Rio de Janeiro, 15 nov. 1889. p. 1. (Adaptado)

Em 15 de novembro de 1889, o golpe planejado por intelectuais e militares derubou a monarquia e instituiu a república.

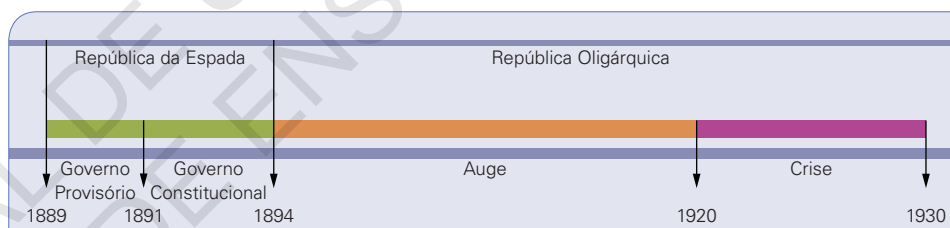
O NOVO GOVERNO

Periodização da república

Costuma-se segmentar o período republicano brasileiro em várias etapas, com finalidade didática, as quais não constituem momentos de mudanças significativas na base da sociedade brasileira. Uma divisão possível é a representada na linha do tempo a seguir:



É importante a visão de processo, e não apenas de fases. Assim como na escala anterior, costuma-se dividir a República Velha em fases, o que possibilita um estudo aprofundado desse período.



Governo Provisório (1889-1891)

No mesmo dia da Proclamação da República, foi organizado o Governo Provisório e seu primeiro decreto foi oficializar a república federativa sob a denominação de República dos Estados Unidos do Brasil, evidenciando uma nítida influência do modelo estadunidense.

Em seguida, foram tomadas outras medidas, como a grande naturalização de estrangeiros, a separação entre Igreja e Estado, a regulamentação do casamento e do registro civil, a secularização dos cemitérios, a reforma do Código Criminal, a reforma do ensino e a conversão das províncias em estados. Deodoro foi o chefe desse governo e, em seguida, colaborou na composição do ministério que governaria com ele.

O destaque desse gabinete coube a Rui Barbosa, ministro da Fazenda, responsável pela reforma bancária e financeira. Ele decretou uma reforma financeira que, pouco antes, havia sido iniciada pela monarquia. Consistia basicamente no que fora feito nos Estados Unidos durante o governo do presidente Lincoln com os *national banks*: substituía-se o ouro do lastro pelos títulos de dívida federal nas emissões bancárias. Recorrendo ao que lhe parecera um meio de salvação, Rui Barbosa assentou a garantia do meio circulante sobre títulos da dívida pública, ampliando inclusive a emissão de dinheiro por bancos autorizados, visando também à possibilidade de industrialização no país.

Entretanto, em uma sociedade que se baseou durante três séculos e meio no trabalho escravo, seria praticamente impossível que, repentinamente, o trabalho se tornasse dignificante para a elite. Dessa forma, no lugar de usar o dinheiro das emissões para a indústria, passou-se a especular na bolsa de valores, negociando ações de indústrias inexistentes. Não demorou muito para a bolsa de valores falir. Algumas indústrias que foram implantadas fecharam as portas e a população estava endividada, ao mesmo tempo que a inflação atingia elevados patamares. A crise gerada por essa política econômica passou a ser chamada de encilhamento. Realizadas as eleições em 15 de setembro de 1890, reuniu-se a Assembleia Constituinte Republicana no prazo fixado, no mesmo dia e ano. Em 24 de fevereiro de 1891, foi promulgada a Constituição republicana do Brasil, modelada na Constituição dos Estados Unidos.

Um tempo de mudanças

As instituições que vigoravam no império foram profundamente alteradas. Entre as principais modificações, destacam-se:

- substituição do unitarismo monárquico pelo federalismo;
- extinção do Poder Moderador e implantação do equilíbrio entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário;
- extinção da vitaliciedade do Senado, passando a ser temporário (8 anos) e implantação do sistema eleitoral com o término do voto censitário;
- alteração das eleições indiretas da monarquia para o sistema de eleições diretas a todos os cargos: o voto era universal, mas proibido a praças (soldados), mendigos, analfabetos, religiosos sujeitos a voto de obediência e mulheres;
- substituição do vínculo entre Estado e Igreja pela liberdade de culto e pelo Estado laico.

Entre o texto constitucional e a realidade política e socioeconômica do país, as diferenças eram enormes e tornou-se impossível aplicar, na prática, o que a Constituição em teoria havia assegurado. Pelas regras estipuladas em relação ao direito de voto, apenas 4% da população estava enquadrada. O federalismo necessitava de um mínimo de uniformidade econômica para funcionar, o que, na realidade, estava longe de existir. Na prática, ao conceder autonomia política e administrativa aos estados, o país entrava em uma situação que beneficiaria os mais ricos e populosos da federação, capazes de eleger o presidente da república e assegurar uma bancada majoritária na Câmara dos Deputados. De acordo com a Constituição, o primeiro presidente e o vice da república seriam escolhidos pelo voto indireto da Assembleia Constituinte. Foram eleitos marechal Deodoro da Fonseca para a presidência e marechal Floriano Peixoto para a vice.

LEGITIMAÇÃO DA REPÚBLICA

A Proclamação da República ocorreu sem a participação popular, em vários aspectos ainda favorável à manutenção da monarquia. Isso gerou a necessidade da formação do pensamento republicano no seio da sociedade. Nesse sentido, o historiador José Murilo de Carvalho afirma:

A luta em torno do mito de origem da república mostrou a dificuldade de construir um herói para o novo regime. Heróis são símbolos poderosos, encarnações de ideias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva. São, por isso, instrumentos eficazes para atingir a cabeça e o coração dos cidadãos a serviço da legitimação de regimes políticos. Não há regime que não promova o culto de seus heróis e não possua seu panteão cívico. Em alguns, os heróis surgiram quase espontaneamente das lutas que precederam a nova ordem das coisas. Em outros, de menor profundidade popular, foi necessário maior esforço na escolha e na promoção da figura do herói.

É exatamente nesses últimos casos que o herói é mais importante. A falta de envolvimento real do povo na implantação do regime leva à tentativa de compensação, por meio da mobilização simbólica. Mas, como a criação de símbolos não é arbitrária, não se faz no vazio social, é aí também que se colocam as maiores dificuldades na construção do panteão cívico. Herói que se preze tem de ter, de algum modo, a cara da nação. Tem de responder a alguma necessidade ou aspiração coletiva, refletir algum tipo de personalidade ou comportamento que corresponda a um modelo coletivamente valorizado. [...] O domínio do mito é o imaginário que se manifesta na tradição escrita e oral, na produção artística, nos rituais. A formação do mito pode se dar contra a evidência documental; o imaginário pode interpretar evidências segundo mecanismos simbólicos que lhe são próprios e que não o enquadram necessariamente na retórica da narrativa histórica.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 50.

REPÚBLICA DA ESPADA

GOVERNO CONSTITUCIONAL DE DEODORO DA FONSECA (1891)

O governo de Deodoro da Fonseca começou apresentando sinais de crise, pois, durante a eleição no Congresso, correram rumores de que, se Deodoro fosse derrotado, a Constituinte seria fechada e o marechal seria aclamado ditador pelos militares. Isso fez com que setores opositores votassem em Deodoro a fim de evitar uma possível ditadura ou até uma revolta armada. A rejeição do Congresso ao presidente eleito tornou-se cada vez mais consistente, com a moção em memória de Benjamin Constant como “belo modelo de virtudes aos presidentes”. Assim, a recepção do Congresso a Deodoro foi fria em sua chegada, enquanto Floriano Peixoto recebeu uma calorosa salva de palmas.

Foi inevitável o choque entre o presidente e o Congresso, acrescentando-se ainda a falta de “jogo de cintura” de Deodoro, caracterizado como militar exemplar e apegado à disciplina do quartel. Em virtude das críticas, Deodoro resolveu substituir o ministério que vinha desde o Governo Provisório por outro, sob o comando de um tradicional político monarquista: o barão de Lucena. Esse fato aumentou a tensão no Congresso, pois lembrou a maneira pela qual se organizavam os gabinetes da monarquia, e, ao mesmo tempo, sem atender aos interesses políticos, desencantando os republicanos e afastando do presidente a juventude militar.

Em 3 de novembro de 1891, Deodoro fechou o Congresso, prometendo novas eleições e uma revisão na Constituição. Nas palavras do presidente, essa última seria no sentido de “fortalecimento do Poder Executivo da União e de uma comedida autonomia dos estados, sem os exageros de soberania que trariam fatalmente a dissolução nacional”. Ao mesmo tempo, a crise econômica provocada pelo encilhamento aumentava em razão das várias falências. Em 21 de novembro, Deodoro ordenou a convocação de novas eleições a serem realizadas em 1892. No dia seguinte, os ferroviários decretaram greve e a Marinha, comandada pelo almirante Custódio de Melo, iniciou a Primeira Revolta da Armada, ameaçando prender o presidente e bombardear o Rio de Janeiro se ele não abdicasse. Sem qualquer apoio, Deodoro renunciou em 23 de novembro, entregando a presidência a Floriano.

GOVERNO FLORIANO PEIXOTO (1891-1894)

Floriano Peixoto assumiu o governo em condições difíceis. Além da crise política, arrastava-se uma grave crise econômica desde o encilhamento. Colocou nos governos estaduais homens de sua confiança e deu início a medidas econômicas de caráter popular, como redução dos aluguéis de trabalhadores, redução do preço de artigos alimentícios e construção de casas populares em substituição às precárias moradias conhecidas como “cabeça de porco”.



Floriano Peixoto (1839-1895). Nas palavras do historiador Boris Fausto, em *História do Brasil*: “a elite de São Paulo via na figura de Floriano a possibilidade mais segura de garantir a sobrevivência da república a partir do poder central. Floriano, por sua vez, percebia que sem o PRP não teria base política para governar”.

Nos primeiros dias de janeiro de 1892, apareceram na imprensa insinuações no sentido de se respeitar a Constituição e de se proceder a novas eleições presidenciais. O Artigo 42 da Carta Magna de 1891 estabelecia que, no caso de vacância do cargo de presidente da república antes de cumprido dois anos de mandato, proceder-se-ia a uma nova eleição. Deodoro renunciara no primeiro ano de governo. Partidários da continuação de Floriano para que completasse os quatro anos de presidência receavam um novo pleito e alardeavam o Artigo 42, baseando-se nas Disposições Transitórias do texto constitucional. Nestas, prescrevia-se a norma para a primeira eleição feita no Congresso e determinava-se que o presidente e o vice-presidente eleitos na forma desse artigo ocupariam a presidência e a vice-presidência durante o primeiro período presidencial. Eram possíveis duas interpretações, mas o Congresso decidiu que valia o sentido das Disposições Transitórias da Constituição.

Em abril do mesmo ano, treze generais, baseados na outra interpretação, enviaram a Floriano uma mensagem em que solicitavam a realização de novas eleições para a presidência. O presidente mandou prender e, em seguida, reformar os generais revoltosos. Em fevereiro de 1893, eclodiu no Rio Grande do Sul um violento conflito entre dois partidos políticos: o Republicano Gaúcho, apoiado por Floriano; e o Federalista, representado pelos tradicionais estancieiros gaúchos.

Ao mesmo tempo em que o governo de Floriano enfrentava os federalistas no Sul, eclodia a Segunda Revolta da Armada no Rio de Janeiro. A Marinha, mais elitizada que o Exército, não participava do processo da proclamação e havia perdido prestígio no período imperial. A Primeira Revolta da Armada havia obrigado Deodoro a renunciar, mas não apoiava Floriano e queria o cumprimento da Constituição, em especial Custódio de Melo, que exigia a convocação de novas eleições presidenciais, pois alimentava o projeto de tornar-se presidente.

Entre setembro e dezembro de 1893, Custódio de Melo ameaçou bombardear o Rio de Janeiro enquanto Floriano articulava a reação, inclusive com navios estrangeiros. O almirante Saldanha da Gama, também rebelado, assumiu o comando de parte da esquadra, tomou várias ilhas na Baía da Guanabara e dirigiu-se a Florianópolis, onde uniu-se aos federalistas. Em 1894, a reação de Floriano resultou na Tomada de Desterro, que alguns anos após seria renomeada como Florianópolis em homenagem ao marechal, enquanto Saldanha da Gama era morto no Sul. Floriano Peixoto, alegando a necessidade de um governo forte e capaz de consolidar a república, concluiu o mandato de Deodoro em 1894. Federalistas e republicanos autênticos se decepcionaram com a forma como se articulava o novo governo.

No Rio Grande do Sul, a Revolução Federalista, sob a liderança de Gumercindo Saraiva, atingiu Santa Catarina e Paraná. O Cerco da Lapa, o heroísmo do coronel Gomes Carneiro, a morte do barão do Serro Azul e a violência da reação florianista em Santa Catarina foram momentos marcantes e sangrentos desse conflito.

No fim do mandato, Floriano foi apoiado por muitos militares a permanecer na presidência, surgindo aí um movimento que entraria para a história do Brasil com o nome de “florianismo”. Por outro lado, o marechal havia assumido, em 1891, um compromisso com os paulistas de devolver o poder aos civis no fim de seu governo. Confiante de que o militar cumpriria o acordo firmado, o Partido Republicano Paulista (PRP) indicou Prudente de Moraes para a sucessão presidencial. A vitória do paulista levou os florianistas a planejar um golpe para impedir sua posse. Contudo, Floriano manteve a palavra, frustrando o possível golpe militar. Encerrou-se o período chamado República da Espada e a oligarquia cafeeira, por meio do PRP, tornou-se soberana no poder.

O CAFÉ NA ECONOMIA E NA POLÍTICA

Em pouco tempo, um grupo que já tinha preponderância econômica no país, os chamados barões do café, tomara de assalto a política. Dois estados tinham os mais ricos e, portanto, mais poderosos cafeicultores: Minas Gerais e São Paulo. Não por acaso, foram os estados mais poderosos também na política da República Oligárquica.

Ao longo das décadas, essas ricas famílias saíram das fazendas e as gerações que entraram no século XX procuraram se modernizar. Também deixaram de investir apenas nas fazendas e passaram a ser donos de ferrovias, jornais e hotéis, diversificando os investimentos e aumentando seu poder nas maiores cidades do país. Por outro lado, aqueles que de fato tiveram o poder nas mãos foram precursores do atraso, como você verá neste módulo.

GOVERNO PRUDENTE DE MORAIS (1894-1898)

Em cumprimento à Constituição, Prudente de Moraes foi o primeiro presidente eleito pelo voto direto do povo, inaugurando a República Oligárquica. Chamado algumas vezes de “pacificador”, enfrentou crises internas, como a Revolução Federalista, ainda não totalmente pacificada, e a Guerra de Canudos.

Prudente de Moraes firmou quase todos os últimos acordos diplomáticos sobre as fronteiras do país, as quais configuram o território atual. A maior parte das áreas em disputa fora ocupada por migrações internas, como o deslocamento nordestino para a Amazônia durante o ciclo da borracha.

No fim do império, o território brasileiro compreendia aproximadamente 68% do atual, ou seja, faltava regularizar as fronteiras de 32% da área nacional, que perfaz hoje 8 511 965 quilômetros quadrados. Boa parte da área faltante incorporou-se ao Brasil graças ao trabalho do barão do Rio Branco, diplomata que atuou no estabelecimento de fronteiras em acordos com Venezuela, Peru, Uruguai e Colômbia e na questão de Palmas.

A vitória do diplomata levou-o ao norte do país para resolver a questão do Amapá, envolvendo limites com

a Guiana Francesa. Logo depois, defendeu a região do atual estado do Acre em favor do Brasil contra a Bolívia. Ao longo de sua extensa trajetória política, Rio Branco conviveu com os imperialismos europeu e norte-americano e procurou consolidar a posição do Brasil como país líder na América do Sul.

Um rei, uma oligarquia: o café

Com o fim do mandato de Prudente de Moraes, assumiu Campos Sales, quando começou a implantação da política do café com leite, apoiada pelos presidentes de estado, atuais governadores, e caracterizada pela alternância no poder dos dois estados mais importantes do ponto de vista político e econômico: São Paulo e Minas Gerais.

Assim, ora o Partido Republicano Paulista (PRP), ora o Partido Republicano Mineiro (PRM) indicava o presidente. Em nível regional, coronéis e oligarcas repetiam o pacto federal. Em função do voto aberto, as eleições sofriam corrupção e fraudes e os eleitos eram diplomados em última instância pela Comissão de Verificação de Poderes do Congresso Nacional, que funcionava no Senado. A Comissão de Verificação, formada por cinco membros e presidida pelo mais experiente, confirmava a eleição do deputado. Segundo Renato Lessa, em seu artigo “O pacto dos estados”:

Na verdade, as eleições eram controladas pelos Executivos estaduais, durante as apurações, e pelo Legislativo nacional, no reconhecimento final dos eleitos e na degola dos inimigos. Esse era o coração do Legislativo, poder dotado da magia de engendrar a si mesmo.

LESSA, Renato. *O pacto dos estados*. Disponível em: <www.brasil.gov.br/editoria/cultura/2010/02/o-pacto-dos-estados>. Acesso em: 19 out. 2018.

GOVERNO CAMPOS SALES (1898-1902)

A eleição de Campos Sales consolidou o domínio oligárquico em detrimento do conjunto da população. Sua política favoreceu o projeto federalista, acentuando o domínio dos cafeicultores por intermédio da política dos governadores, denominada “política regional” pelo próprio Campos Sales. Segundo Renato Lessa:

O objetivo era restringir, ao mesmo tempo, o grau de aleatoriedade e o poder que a Câmara tinha sobre sua própria renovação. Através de reforma do regimento [...] o diploma que atesta a eleição dos deputados passa a ser a ata geral da apuração da eleição, assinada pela maioria da Câmara Municipal, encarregada por lei de coordenar a apuração eleitoral. As eleições, dessa forma, já vêm praticamente decididas antes que a Comissão delibere a respeito dos reconhecimentos. Na maior parte dos casos, a degola da oposição é feita na expedição dos diplomas pelas juntas apuradoras, controladas pelas situações locais. [...] A Câmara é a expressão da direção política dos chefes locais.

LESSA, Renato. *O pacto dos estados*. Disponível em: <www.brasil.gov.br/editoria/cultura/2010/02/o-pacto-dos-estados>. Acesso em: 19 out. 2018.

O sistema café com leite apoiava-se muito mais nos chefes regionais e nas municipalidades do que na Câmara Federal, pois esta última apenas expressava tal poder. Tratava-se de uma medida coerente com a proposta federalizante que marcou toda a República Velha.

O governo Campos Sales foi responsável pelo Funding Loan, um acordo estabelecido com os credores internacionais, fundamental para contornar a crise econômica que o Brasil enfrentava desde o encilhamento, permitindo a obtenção de novos empréstimos estrangeiros com um prazo de dez anos para o início dos pagamentos. Como garantia, penhorou-se a receita de toda a alfândega do Porto do Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, a reorganização das tarifas alfandegárias desafogou a economia e equilibrou as finanças do país.

GOVERNO RODRIGUES ALVES (1902-1906)

Francisco de Paula Rodrigues Alves realizou uma grande reforma urbana no Rio de Janeiro, porta de entrada de visitantes estrangeiros e sede de embaixadas e consulados. A população da cidade, em torno de 500 mil habitantes, crescia desordenadamente. Membros da alta sociedade disputavam espaço no centro da cidade com a massa de trabalhadores amontoados em cortiços, instalados irregularmente para baratear o custo de vida, mas com precárias condições de saneamento. O esgoto a céu aberto, misturado aos excrementos dos animais, amplamente utilizados para transporte, favorecia a difusão de epidemias, como a varíola e a febre amarela.

O presidente encarregou o engenheiro e então prefeito do Rio de Janeiro, Pereira Passos, para modernizar a cidade. Para tanto, Pereira Passos adotou como modelo as reformas feitas pelo prefeito de Paris, barão de Haussmann, na época de Napoleão III. A primeira parte do trabalho, conhecida por bota-abaixo, consistiu na demolição sistemática dos cortiços, com o deslocamento da população carente para a periferia ou para os morros mais distantes do centro, dando origem às várias favelas atuais. Dessa forma, implantou-se uma verdadeira segregação espacial na cidade.

Após o bota-abaixo, Pereira Passos determinou a abertura de avenidas largas, como a Avenida Central, atual Avenida Rio Branco, melhorando sensivelmente o aspecto do centro, o que facilitou a circulação de ar e o trânsito de automóveis. Relacionada a esse conjunto de mudanças, ocorreu a Revolta da Vacina em 1904.

Rodrigues Alves também envolveu-se em acordos territoriais diretamente ligados ao auge da produção da borracha, como o Tratado de Petrópolis (1903). O fim desse governo registrou a assinatura do Convênio de Taubaté, em que a oligarquia cafeeira defendeu uma política de valorização do café mediante a intervenção do governo na compra dos excedentes, de modo a garantir um preço mínimo para o produto e altos ganhos aos cafeicultores com o uso do dinheiro público.

Rodrigues Alves não concordou com essas reivindicações, o que não impediu o próximo presidente de abraçar a causa dos cafeicultores.

GOVERNO AFONSO PENA (1906-1909)

Na economia, Afonso Pena adotou as diretrizes do Convênio de Taubaté, utilizou parte dos recursos públicos na compra de excedentes e contraiu empréstimos externos, o que contribuiu para manter elevados os preços do café e expandir a produção, mas também a dívida externa.

O presidente criou o Instituto de Manguinhos, dedicado à produção de remédios, e incentivou a imigração. Nesse governo, ocorreu a participação de Rui Barbosa como representante do Brasil na Conferência de Haia. Em 1909, a morte de Afonso Pena, primeiro presidente de origem mineira, levou o cafeicultor fluminense Nilo Peçanha, então vice-presidente, a terminar o mandato.

GOVERNO NILO PEÇANHA (1909-1910)

Em seu curto governo, Nilo Peçanha criou o Serviço de Proteção aos Índios, sob o comando do marechal Cândido Rondon, destacado indigenista da época. A sucessão do presidente provocou o primeiro grande embate político da República Velha: uma cisão no sólido acordo da política do café com leite.

Confrontaram-se Rui Barbosa, que liderou a Campanha Civilista, considerada a primeira campanha eleitoral moderna do Brasil, apoiado pelos paulistas; e o militar Hermes da Fonseca, político gaúcho que contou com o apoio decisivo de Nilo Peçanha (do Partido Republicano Mineiro) e do influente senador gaúcho Pinheiro Machado, da coalizão conhecida por "grupo dos eremitas".

GOVERNO HERMES DA FONSECA (1910-1914)

Diante da cisão política verificada nas eleições, Hermes da Fonseca procurou pacificar os estados das regiões Norte e Nordeste, onde as disputas entre as oligarquias estavam acirradas com a política das salvações, que consistia na imposição de governadores aliados em substituição aos que haviam apoiado Rui Barbosa.

Por outro lado, antecipou a aliança política entre mineiros e gaúchos contra o domínio paulista, mais tarde repetida na Revolução de 1930. De certa forma, o governo Hermes da Fonseca representou uma vitória sobre as oligarquias dissidentes.

Revolta da Chibata (1910)

Um dos episódios da Primeira República ainda pouco estudado teve conotações sociais nítidas, à medida que opunha o oficialato da Marinha (extremamente elitista) e os marinheiros (em sua maioria, pessoas de origem pobre).

A causa do motim, iniciado em 22 de novembro de 1910, foi a condenação de um marinheiro que servia no navio Minas Gerais. A sentença foi de 250 chibatadas sob os olhares da tripulação do navio, como era costume na Marinha.

Sob a liderança do marinheiro João Cândido, os amotinados tomaram os navios Minas Gerais e São Paulo. Os revoltosos protestavam contra os castigos físicos e exigiam melhores soldos, ameaçando bombardear a capital. A cidade entrou em pânico, forçando o presidente Hermes da Fonseca a aceitar as reivindicações e comprometer-se a anistiar os revoltosos. Alguns dias depois, uma nova sublevação dos fuzileiros lotados na Ilha das Cobras motivou uma repressão violenta por parte do governo, que prendeu e torturou os envolvidos na Revolta da Chibata.

A severa repressão à rebelião provocou a morte por asfixia de vários dos amotinados. João Cândido, que conseguira sobreviver, foi expulso da Marinha e morreu na miséria em 1969. A Marinha brasileira recusa-se a comentar esse episódio.

BIBLIOTECA NACIONAL - RIO DE JANEIRO



Líder da Revolta da Chibata, João Cândido, o quinto da esquerda para a direita, em meio a outros marinheiros. Este pode ser considerado um dos grandes heróis da história brasileira, apesar de ser raramente lembrado.

GOVERNO VENCESLAU BRÁS (1914-1918)

Venceslau Brás governou durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Nesse período, o Brasil foi beneficiado para expandir sua indústria, pois os países exportadores, em especial os europeus, direcionavam sua produção para a guerra, desabastecendo o mercado externo do qual faziam parte as nações agroexportadoras, como o Brasil. Por isso, esse processo é chamado substituição das importações.

A participação brasileira limitou-se à declaração de guerra à Tríplice Aliança, ao patrulhamento do Atlântico Sul e ao envio de uma missão médica à França.

GOVERNO EPITÁCIO PESSOA (1919-1922)

Epitácio Pessoa deu grande atenção à Região Nordeste do país, relativamente abandonada desde o Segundo Reinado. Foi responsável pela abertura de açudes e poços e incentivou a construção de ferrovias.

GOVERNO ARTUR BERNARDES (1922-1926)

Em 1922, as oligarquias mineira e paulista lançaram Artur Bernardes candidato, com nova oposição dos regimes dissidentes por meio da Reação Republicana,

uma coalizão de fluminenses, gaúchos, baianos e pernambucanos que lançou Nilo Peçanha à presidência. O programa do movimento pregava a moralidade política e tinha o apoio das camadas urbanas e da baixa oficialidade do Exército. A vitória de Bernardes depois de acirrada disputa fez eclodir a Revolta do Forte de Copacabana, evento associado ao surgimento do tenentismo, conhecido por os 18 do Forte.

Tenentismo

As reivindicações tenentistas tinham orientação política difusa, mas reafirmavam o ideal do Exército como responsável pela salvação nacional, retomando alguns ideais dos presidentes da República da Espada. As propostas do tenentismo estavam muito próximas dos anseios das classes médias, também alijadas das decisões políticas.

Os tenentes combatiam o suborno, a corrupção, o voto aberto e a máquina política, representada pelas políticas dos governadores e do café com leite. Latente durante toda a década de 1920, o movimento tenentista culminou na Revolução de 1930.

A Revolta do Forte de Copacabana, ocorrida em 1922, teve a adesão da Escola Militar e, por meio de um golpe militar, tentou impedir a posse de Artur Bernardes. A repressão das tropas federais conseguiu a rendição da guarnição rebelde, com exceção de um grupo de tenentes, os 18 do Forte, entre os quais Eduardo Gomes e Siqueira Campos, os únicos sobreviventes do embate.

Em 1924, em São Paulo, uma revolução tenentista esteve sob a liderança de Isidoro Dias Lopes, Miguel Costa e Juarez Távora; e em 1925, no Rio Grande do Sul, sob o comando de Luís Carlos Prestes. Em ambos os casos, a repressão do governo forçou o recuo dos rebeldes, os quais se reuniram em abril de 1925, em Foz do Iguaçu, onde resistiram às forças federais antes de novamente adotarem táticas de guerrilha.

GOVERNO WASHINGTON LUÍS (1926-1930)

Representante da oligarquia cafeeira de São Paulo, Washington Luís governou o país apoiado pelos mineiros. São marcos de seu governo:

- dissolução da Coluna Prestes;
- restauração da liberdade de imprensa;
- remodelação da capital federal;
- adoção do lema “governar é abrir estradas”, com o intuito de imprimir um ideário moderno à sua gestão.

Ainda em 1929, um racha no Partido Republicano Paulista resultou na criação do Partido Democrático, de tendência mais liberal. Até então, os únicos dois presidentes que não eram de Minas Gerais ou de São Paulo (Hermes da Fonseca, gaúcho; e Epitácio Pessoa, da Paraíba) representavam a presença política dos “estados intermediários” (Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco), os quais detinham bancadas federais numerosas e faziam oposição cada vez mais

forte à política dos governadores, tendo como um dos principais nomes na Câmara o deputado Getúlio Vargas.

Não havia também outras forças políticas capazes de alterar a situação, a não ser a própria oligarquia. A expansão da indústria, do setor terciário e da urbanização permitiram o surgimento da classe operária e o aumento das classes médias, excluídas do sistema político e prejudicadas pela política de valorização do café e pelo encarecimento dos produtos nas cidades.

A vigilância e a repressão também dificultavam a organização dos movimentos sociais, em especial operários, seja expulsando líderes anarquistas do país, seja declarando ilegal o Partido Comunista logo após sua fundação.

Notícias vindas dos Estados Unidos a partir de 1929, em função da crise financeira, afetaram profundamente a política de valorização do café. A imediata queda nas exportações provocou uma imensa desvalorização e grande prejuízo aos produtores, ao mesmo tempo em que se colhia uma supersafra, aumentando os estoques do governo de 22 milhões para mais de 27 milhões de sacas.

Washington Luís passou a defender medidas austeras para equilibrar as finanças. As condições econômicas e a crise eleitoral de 1930, fatos que aconteceram em sua gestão, encontram-se entre as principais causas da Revolução de 1930.

Sociedade e revoltas populares

A abolição da escravatura, pelos moldes excludentes como foi realizada, deixou grande contingente de trabalhadores negros das lavouras e dos serviços urbanos à margem da sociedade.

Esse contingente marginalizado, sem acesso à terra, ao emprego, ao estudo e, portanto, sem oportunidades, concentrava-se nas cidades, vivendo em cortiços e favelas. Some-se a isso o processo migratório interno das populações menos favorecidas das áreas pobres do país, principalmente do interior do Nordeste.

A consequência disso, aliada ao descaso das autoridades, que governavam voltadas apenas para os interesses de sua classe, são os contrastes sociais agudos nos grandes centros urbanos brasileiros.

Bairros nobres e favelas, conforto e miséria, luxo e pobreza, cultura e ignorância coabitam em um mesmo espaço urbano, dando a impressão de que é natural e intrínseco à realidade do Brasil. Conformismo, revolta, ignorância e hipocrisia foram fatores que contribuíram para alimentar o *modus vivendi* da sociedade brasileira.

Semana de Arte Moderna de 1922

A realização da Semana de Arte Moderna de 1922, no Teatro Municipal de São Paulo, representou o evento cultural mais importante de toda a República Velha. A reunião de artistas como Anita Malfatti, Oswald de Andrade, Mário de Andrade, Heitor Villa-Lobos, entre outros, inaugurou uma arte genuinamente nacional que contestava o estilo oficial praticado até então no Brasil e restrito à reprodução artística dos

padrões e temas europeus, como ocorrera durante todo o século XIX por intermédio dos pintores neoclássicos e românticos.

Os modernistas alimentavam o projeto de redescobrir o Brasil por meio da arte. Para tanto, procuravam aliar as mais modernas tendências europeias, como o cubismo e o surrealismo, com características culturais e temas genuinamente brasileiros, incluindo a arte indígena e as manifestações africanas. Em outras palavras, buscavam no passado uma tradição cultural brasileira, ao mesmo tempo em que propunham o modernismo como um dos marcos dessa tradição.

Guerra de Canudos (1893-1897)

A Guerra de Canudos ocorreu no norte da Bahia. Foi mais uma revolta ou um movimento de resistência, caracterizado pela luta pela terra por parte das populações sertanejas contra o poder dos latifundiários locais.

Liderada por um pregador messiânico, Antônio Conselheiro, a população que reuniu-se em Canudos queria apenas a posse de uma terra que lhe desse trabalho e dignidade. Conselheiro, no entanto, defendia a monarquia como manifestação divina. Isso foi interpretado pelo governo como uma possível reação à jovem república. O governo das oligarquias, usando o pretexto de que era preciso garantir a ordem republicana, determinou o ataque em três ocasiões sucessivas, terminando por massacrar quase 20 mil pessoas que haviam se estabelecido na região. Euclides da Cunha, como repórter do jornal *O Estado de S. Paulo*, relatou parte da situação e do massacre no livro *Os sertões*.

Guerra do Contestado (1912-1916)

Na fronteira entre os estados de Santa Catarina e Paraná, houve outro movimento revolucionário que marcou a República Velha: a disputa pela fronteira entre os dois estados e a posse da terra entre os latifundiários locais e os pequenos proprietários, quase sempre posseiros da região. Ao mesmo tempo, duas empresas estrangeiras, a Brazil Railway (construtora de estradas de ferro) e a Southern Lumber (madeireira e serraria) estabeleceram-se na região, ocupando terras dos pequenos posseiros.

Usando a força, as empresas internacionais expulsavam pequenos proprietários. A maioria da população pobre dos vários povoados da região passou a se aglutinar em torno de um pregador, o monge José Maria. Misturando o sentimento religioso com o desejo de posse da terra, o movimento tomou um caráter messiânico. Em outubro de 1912, ocorreram os primeiros combates entre camponeses, liderados pelos monges José Maria e João Maria, e tropas do governo federal, apoiando latifundiários da região. Nascia aí a Guerra do Contestado.

A luta foi longa, estendendo-se até 1916, quando as tropas federais, usando aviões (arma nova na vida militar brasileira), venceram definitivamente os posseiros e garantiram as terras aos latifundiários e às empresas estrangeiras fixadas na região.

ROTEIRO DE AULA

PRIMEIRA REPÚBLICA: REPÚBLICA DA ESPADA

Antecedentes

Questão militar: Disputas entre militares e império, sobretudo após a Guerra do Paraguai. Adesão de militares ao republicanismo por meio do ideal positivista.

Questão religiosa: Desgaste das relações entre Estado e Igreja e pela excessiva interferência do governo nas questões eclesiásticas.

Difusão de ideais republicanos: Presentes durante todo o império, fortaleceram-se na década de 1870, quando foram criados clubes e partidos republicanos.

Abolição da escravidão: Decadência das elites do Vale do Paraíba, principais apoiadoras e mantenedoras do império.

Novas configurações sociais: Ascensão da burguesia cafeeira do Oeste Paulista. Urbanização e ampliação dos quadros médios da sociedade.

Manifesto Republicano: Escrito pelo Partido Republicano do Rio de Janeiro. Criticava o centralismo monárquico.

Diferentes tendências republicanas: Jacobina, liberal-federalista e positivista.

Proclamação da República (1889): Conspiração entre civis e militares. Em 15 de novembro, D. Pedro II é destituído do poder por movimentação das tropas de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. Há uma pequena reação da Marinha, aliada da monarquia, rapidamente abafada. Não houve participação da população, que "assistiu a tudo bestializada".

ROTEIRO DE AULA

Periodização

Governo Provisório (1889-1891): Marechal Deodoro chefe de governo. Rui Barbosa, ministro da Fazenda, estabeleceu a política econômica do encilhamento, que levou à falência da bolsa de valores e a uma grave crise inflacionária. Constituição Republicana promulgada em fevereiro de 1891. Eleição indireta elege Deodoro da Fonseca presidente e Floriano Peixoto vice.

Governo Deodoro da Fonseca (1891): Relação tensa e conflituosa entre o presidente e o Congresso. Grave crise econômica em decorrência do encilhamento. Greve de ferroviários e revolta da Marinha. Sem apoio, Deodoro renuncia em novembro de 1891.

Governo Floriano Peixoto (1891-1894): Governo conturbado. Reivindicam-se novas eleições. O Congresso mantém Floriano no poder. A Revolução Federalista no Rio de Grande do Sul expande-se para Santa Catarina e Paraná. Segunda Revolta da Armada, em Santa Catarina. O governo toma a cidade de Desterro, que passa a se chamar Florianópolis. Ao fim do governo, Floriano cumpre a promessa de devolver o poder a civis e o Partido Republicano Paulista chega ao poder com a eleição de Prudente de Moraes.

Legitimação da república: Em virtude da ausência de participação popular na Proclamação da República, os militares precisaram criar símbolos e imagens que valorizassem a imagem do Exército. Um dos principais exemplos foi a transformação de Tiradentes em herói nacional, uma vez que ele era um militar que, na colônia, participara de um levante de cunho republicano.

Constituição republicana de 1891: Aboliu o voto censitário, porém proibiu o voto de mulheres, soldados, religiosos, mendigos e analfabetos, restringindo a participação democrática a uma pequena parcela da população.

ROTEIRO DE AULA

REPÚBLICA OLIGÁRQUICA

Política

Política dos governadores:

Acordo entre os Executivos nacional e federal. As elites locais garantiam a eleição dos candidatos oficiais.

Política do café com leite:

São Paulo e Minas Gerais revezavam-se no poder.

Coronelismo:

Os coronéis, grandes latifundiários regionais, possuíam o monopólio do poder político e econômico nos estados. Determinavam as contratações do serviço público e interferiam nas eleições em virtude da relação de dependência a que submetiam a população.

Voto de cabresto:

O voto era aberto, logo, a população via-se forçada a votar nos candidatos exigidos pelos coronéis. Essa característica assegurava a manutenção das oligarquias no poder e evidencia a fragilidade das instituições democráticas da Primeira República.

Economia

O Brasil manteve-se como país exportador de produtos agrícolas, sobretudo o café. Houve também um surto na produção de borracha na Amazônia (auge entre 1910 e 1912) e do cacau na Bahia. A industrialização no período foi incipiente.

Reforma urbana de Pereira Passos

Inspirada na reforma urbana de Paris no século anterior, Pereira Passos modernizou o centro da capital. Determinou a abertura de avenidas largas e a construção de edifícios e monumentos que simbolizavam uma cidade moderna e ilustrada. Por outro lado, a reforma teve caráter de higienismo social. Destruiu cortiços e expulsou a população marginalizada para as periferias e, dessa forma, agravou a desigualdade e a exclusão sociais.

ROTEIRO DE AULA

Movimentos sociais

Revolta da Vacina:

Ocorrida no Rio de Janeiro, foi um movimento contra a vacinação compulsória instaurada pelo Congresso Nacional e a modernização urbana autoritária e excludente.

Guerra de Canudos:

Ocorrida no Sertão da Bahia, foi organizada por trabalhadores rurais que reivindicavam o direito à terra. Liderada pelo beato Antônio Conselheiro, teve caráter messiânico e monarquista. Resistiu a três intervenções militares da república, mas foi violentamente dizimada na quarta.

Guerra do Contestado:

Ocorrida na fronteira entre os estados de Santa Catarina e Paraná, foi um movimento organizado por pequenos proprietários rurais e liderado por religiosos. Também teve caráter messiânico e reivindicou a posse da terra. Foi dizimado pela república, com o apoio das oligarquias estaduais.

Tenentismo:

Movimento de militares de baixa patente que protestaram contra os baixos salários, as condições precárias de trabalho e a exclusão na participação política direta. Defendiam a reforma do sistema eleitoral, com o voto secreto, e o fim da estrutura política da República Oligárquica. Preparou o terreno para a Revolução de 1930.

Cultura

Modernismo:

Movimento artístico que articulou atualização estética e nacionalismo cultural. Defendia a apropriação das vanguardas modernas europeias, que deveriam ser mescladas com traços da cultura brasileira a fim de produzir uma arte autenticamente nacional. O movimento foi deflagrado na Semana de Arte Moderna de 1922, ocorrida em São Paulo. Principais nomes: Oswald de Andrade, Mário de Andrade, Tarsila do Amaral e Anita Malfatti.

EXERCÍCIOS DE APLICAÇÃO

1. UNESP

“O Rio de Janeiro dos primeiros anos da república era a maior cidade do país, com mais de 500 mil habitantes. Capital política e administrativa, estava em condições de ser também, pelo menos em tese, o melhor terreno para o desenvolvimento da cidadania. Desde a independência e, particularmente, desde o início do Segundo Reinado, quando se deu a consolidação do governo central e da economia cafeeira na província adjacente, a cidade passou a ser o centro da vida política nacional. O comportamento político de sua população tinha reflexos imediatos no resto do país. A Proclamação da República é a melhor demonstração dessa afirmação.”

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados*, 1987.

A Proclamação da República, em 1889:

- expressou a interferência norte-americana e reduziu a influência britânica nos assuntos internos do país.
- teve forte participação dos sindicatos operários da capital e ampliou os direitos de cidadania no Brasil.
- representou o fim da hegemonia das elites cafeeiras e açucareiras na condução da política brasileira.
- foi rejeitada e combatida militarmente pelos principais clérigos católicos no Brasil e no exterior.
- resultou da ação de um setor das forças armadas e contou com o apoio de grupos políticos da capital.

A Proclamação da República resultou da ação de militares como Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, contando ainda com o apoio de setores civis descontentes com a política imperial.

2. Unicamp-SP – Compare as duas ilustrações de Ângelo Agostini (1843-1910) sobre o reconhecimento da república brasileira pela Argentina (fig. 1) e pela França (fig. 2):

Fig. 1:



Ângelo Agostini.
Reconhecimento da república brasileira pela Argentina, em *Revista Ilustrada*, dez. 1889.

Fig. 2:



Ângelo Agostini.
Reconhecimento da república brasileira pela França, em *Revista Ilustrada*, dez. 1889.

Assinale a alternativa correta:

- As alegorias expressam visões diferentes sobre o imaginário da república brasileira: na primeira ela é representada com um olhar de proximidade, e, na segunda, o olhar expressa admiração, remetendo à

visão corrente do gravurista sobre as relações entre Brasil, França e Argentina.

- O reconhecimento da França traz a confraternização entre dois países com tradições políticas muito diferentes, porém unidos pelo constitucionalismo monárquico e posteriormente pelo ideário republicano.
- No reconhecimento da Argentina ao regime republicano brasileiro, as duas repúblicas ocupam a mesma posição, indicando ter a mesma idade de fundação do regime e a similaridade de suas histórias de passado colonial ibérico.
- As duas imagens usam a figura feminina para representar as três repúblicas, característica não usual para a representação artística do ideário republicano, protagonizado por lideranças masculinas.

Na primeira imagem, as duas figuras femininas que representam as repúblicas brasileiras e argentina possuem a mesma estatura e a mesma postura. Olham-se de frente e de maneira firme enquanto apertam as mãos, o que transmite as ideias de igualdade e de proximidade entre os dois países. Já na segunda imagem, a figura que carrega a bandeira do Brasil possui estatura menor do que a figura que representa a república francesa. O Brasil ergue a cabeça para dirigir um olhar de admiração à França, que retribui com um olhar de aprovação. Na imagem, fica claro que a jovem república do Brasil vê na França um exemplo a ser seguido, de republicanismo já maduro e consolidado. É importante relembrar que a França era o país de origem do positivismo, principal corrente ideológica que orientou o pensamento republicano brasileiro.

3. Enem

C1-H2

I.

“Para consolidar-se como governo, a república precisava eliminar as arestas, conciliar-se com o passado monárquico, incorporar distintas vertentes do republicanismo. Tiradentes não deveria ser visto como herói republicano radical, mas sim como herói cívico-religioso, como mártir, integrador, portador da imagem do povo inteiro”.

CARVALHO, J. M. C. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

II.

“Ei-lo, o gigante da praça, / O Cristo da multidão!
É Tiradentes quem passa / Deixem passar o Titão.”

ALVES, C. Gonzaga ou a revolução de Minas. In: CARVALHO, J. M. C. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

A 1ª República brasileira, nos seus primórdios, precisava constituir uma figura heroica capaz de congregar diferenças e sustentar simbolicamente o novo regime. Optando pela figura de Tiradentes, deixou de lado figuras como frei Caneca ou Bento Gonçalves. A transformação do inconfidente em herói nacional evidencia que o esforço de construção de um simbolismo por parte da república estava relacionado:

- ao caráter nacionalista e republicano da Inconfidência, evidenciado nas ideias e na atuação de Tiradentes.
- à identificação da Conjuração Mineira como o movimento precursor do positivismo brasileiro.
- ao fato de a Proclamação da República ter sido um movimento de poucas raízes populares, que precisava de legitimação.
- à semelhança física entre Tiradentes e Jesus, que proporcionaria, a um povo católico como o brasileiro, uma fácil identificação.
- ao fato de frei Caneca e Bento Gonçalves terem liderado movimentos separatistas no nordeste e no sul do país.

A transformação de Tiradentes em um herói nacional fez parte da estratégia de legitimação da república e de construção de uma imagem positiva sobre os militares brasileiros, principais agentes na Proclamação da República e que ocuparam o poder em seus primeiros anos. Como a proclamação ocorreu sem a participação popular, era necessário forjar um imaginário que abarcasse essa parcela da população, aproximando-a do novo regime político.

Competência: Compreender os elementos culturais que constituem as identidades.

Habilidade: Analisar a produção da memória pelas sociedades humanas.

4. Fuvest-SP



Storni. *Careta*, 19/2/1927. Apud: Renato Lemos (Org.). *Uma história do Brasil através da caricatura (1840-2006)*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2006. p. 35. (Adaptado)

A charge satiriza uma prática eleitoral presente no Brasil da chamada Primeira República. Tal prática revelava a:

- ignorância, por parte dos eleitores, dos rumos políticos do país, tornando esses eleitores adeptos de ideologias políticas nazifascistas.
- ausência de autonomia dos eleitores e sua fidelidade forçada a alguns políticos, as quais limitavam o direito de escolha e demonstravam a fragilidade das instituições republicanas.
- restrição provocada pelo voto censitário, que limitava o direito de participação política àqueles que possuíam um certo número de animais.
- facilidade de acesso à informação e propaganda política, permitindo, aos eleitores, a rápida identificação dos candidatos que defendiam a soberania nacional frente às ameaças estrangeiras.
- ampliação do direito de voto trazida pela república, que passou a incluir os analfabetos e facilitou sua manipulação por políticos inescrupulosos.

A charge critica aquilo que convencionou-se chamar de voto de cabresto. O eleitor, figurado como um burro, é conduzido à força por um político. Este é representado como um coronel, ou seja, um membro da elite latifundiária dos estados brasileiros. Em virtude do monopólio que os coronéis detinham do poder econômico local, a população ficava politicamente subordinada a eles, dadas as relações de dependência econômica. Dessa maneira, as elites locais asseguravam as eleições dos governantes que manteriam seus privilégios e a estrutura política excludente, característica que comprova a fragilidade da democracia brasileira durante a Primeira República.

5. UERJ (adaptado) – A partir de meados do século XIX, a expansão urbana passou a ser guiada por um modelo de modernização cujas reformas modificaram profundamente as grandes cidades e a vida de seus habitantes. No início do século XX, o Brasil, apesar de encontrar-se em um contexto diverso do europeu, inspirou-se na refor-

ma efetuada em Paris pelo Barão Haussman. A Reforma Pereira Passos (1902-1906) deu início a um processo de transformação do Rio de Janeiro na “Paris dos Trópicos”.

Cite dois objetivos da reforma urbana de Pereira Passos e um efeito dessa reforma para o processo de urbanização da cidade do Rio de Janeiro.

Objetivos: construir grandes avenidas e resolver problemas de insalubridade na cidade, resolvendo também deficiências de infraestrutura e, ao mesmo tempo, apagando o passado colonial, por meio da demolição de construções daquele período e de moradias das camadas mais pobres (como os cortiços). **Efeitos:** a mobilidade urbana foi favorecida. Por outro lado, teve início o processo de favelização dos morros adjacentes à região central da cidade.

6. Enem

C1-H1

Texto I

“Embora eles, artistas modernos, se deem como novos precursores duma arte a ir, nada é mais velho que a arte anormal. De há muitos já que a estudam os psiquiatras em seus tratados, documentando-se nos inúmeros desenhos que ornaram as paredes internas dos manicômios. Essas considerações são provocadas pela exposição da Sra. Malfatti. Sejam sinceros: futurismo, cubismo, impressionismo e *tutti quanti* não passam de outros tantos ramos da arte caricatural.”

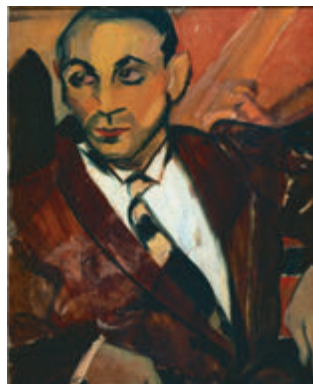
LOBATO, Monteiro. Paranoia ou mistificação: a propósito da exposição de Anita Malfatti. *O Estado de S. Paulo*, 20 dez. 1917. (Adaptado)

Texto II

“Anita Malfatti, possuidora de uma alta consciência do que faz, a vibrante artista não temeu levantar com os seus cinquenta trabalhos as mais irritadas opiniões e as mais contrariantes hostilidades. As suas telas chocam o preconceito fotográfico que geralmente se leva no espírito para as nossas exposições de pintura. Na arte, a realidade na ilusão é o que todos procuram. E os naturalistas mais perfeitos são os que melhor conseguem iludir.”

ANDRADE, O. A exposição Anita Malfatti. *Jornal do Commercio*, 11 jan. 1918. (Adaptado)

Texto III



MALFATTI, A. *O homem amarelo*, 1915-1916. Óleo sobre tela, 61 cm × 51 cm.

A análise dos documentos apresentados demonstra que o cenário artístico brasileiro no primeiro quartel do século XX era caracterizado pelo(a):

- a) domínio do academicismo, que dificultava a recepção da vertente realista na obra de Anita Malfatti.
- b) dissonância entre as vertentes artísticas, que divergiam sobre a validade do modelo estético europeu.
- c) exaltação da beleza e da rigidez da forma, que justificavam a adaptação da estética europeia à realidade brasileira.
- d) impacto de novas linguagens estéticas, que alteravam o conceito de arte e abasteciam a busca por uma produção artística nacional.

- e) influência dos movimentos artísticos europeus de vanguarda, que levava os modernistas a copiarem suas técnicas e temáticas.

Os textos I e II deixam claro o impacto da nova linguagem estética empregada por Anita Malfatti, a qual pode ser identificada na pintura *O homem amarelo* (texto III). No texto I, Monteiro Lobato, dotado de uma concepção de arte realista e ligado ao academicismo, indigna-se contra as inovações de Malfatti e as vanguardas europeias em curso naquele momento. No texto II, o modernista Oswald de Andrade propõe uma redefinição do conceito de arte, no qual a pintura deve se distanciar do naturalismo, que passa a ser tido como sinônimo de ilusão e falseamento da realidade.

Competência: Compreender os elementos culturais que constituem as identidades.

Habilidade: Interpretar historicamente e/ou geograficamente fontes documentais acerca de aspectos da cultura.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

7. UNESP

“Não há dúvida de que os republicanos de São Paulo e do Rio de Janeiro representavam preocupações totalmente distintas. Enquanto os republicanos da capital, ou melhor, os que assinaram o Manifesto de 1870, refletiam as preocupações de intelectuais e profissionais liberais urbanos, os paulistas refletiam preocupações de setores cafeicultores de sua província. [...] A principal preocupação dos paulistas não era o governo representativo ou direitos individuais, mas simplesmente a federação, isto é, a autonomia estadual.”

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*, 1980.

As diferenças entre os republicanos de São Paulo e do Rio de Janeiro, nas décadas de 1870 e 1880, podem ser explicadas, entre outros fatores:

- a) pelo interesse dos paulistas em reduzir a interferência do governo central nos seus assuntos econômicos e em concentrar, na própria província, a maior parte dos recursos obtidos com exportação.
- b) pela disposição dos intelectuais da capital de assumir o controle pleno da administração política nacional e de eliminar a hegemonia econômica dos cafeicultores e comerciantes de São Paulo.
- c) pela ausência de projetos políticos nacionais comuns aos representantes de São Paulo e do Rio de Janeiro e pela defesa pragmática dos interesses econômicos das respectivas províncias.
- d) pelo esforço dos paulistas em eliminar as disparidades regionais e em aprofundar a unidade do país em torno de um projeto de desenvolvimento econômico nacional.
- e) pela presença dos principais teóricos ingleses e franceses do liberalismo no Rio de Janeiro e por sua influência junto à intelectualidade local e ao governo monárquico.

8. PUC-RS – A Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, exigiu que o país adotasse um novo texto constitucional. Sobre a nova Constituição, aprovada em 1891, podemos afirmar que:

- a) instituiu uma república federativa no Brasil, transformando as antigas províncias em estados, mas sem conferir-lhes grande autonomia, pois eles permaneceram dependentes do governo federal para prover suas despesas administrativas.
- b) estabeleceu o direito de voto para todos os cidadãos maiores de 21 anos; entretanto, o contingente de eleitores era restrito, pois estavam excluídos os analfabetos, as mulheres e os mendigos, que constituíam a maioria da população brasileira.

- c) implementou o regime republicano, com a eleição direta para presidente da república, para o Senado e para a Câmara Federal, sendo que os estados também podiam eleger seus governadores e suas Assembleias Legislativas, mas não podiam dispor de uma Constituição própria.

- d) estabeleceu a separação entre o Estado e a Igreja Católica, mas o catolicismo continuou sendo considerado a religião oficial do país, tendo em vista o receio dos novos dirigentes republicanos de que as religiões protestantes, introduzidas pelos imigrantes europeus, dividissem a população brasileira.

- e) aceitou a livre associação e a reunião dos cidadãos brasileiros – exceto em casos de mobilização sediciosa –, tendo sido, por isso, considerada uma Constituição liberal; mas também mostrou seu lado conservador ao não instituir o *habeas corpus*, por julgá-lo excessivamente perigoso à ordem social.

9. UNESP

“A Proclamação da República não é um ato fortuito, nem obra do acaso, como chegaram a insinuar os monarquistas; não é tampouco o fruto inesperado de uma parada militar. Os militares não foram meros instrumentos dos civis, nem foi um ato de indisciplina que os levou a liderar o movimento da manhã de 15 de novembro, como tem sido dito às vezes. Alguns deles tinham sólidas convicções republicanas e já vinham conspirando há algum tempo [...]. Imbuídos de ideias republicanas, estavam convencidos de que resolveriam os problemas brasileiros liquidando a monarquia e instalando a república.”

O texto identifica a Proclamação da República como resultado:

- a) da unidade dos militares, que agiram de forma coerente e constante na luta contra o poder civil que prevalecia durante o império.
- b) da fragilidade do comando exercido pelo imperador frente às rebeliões republicanas que agitaram o país nas últimas décadas do império.
- c) de um projeto militar de assumir o comando do Estado brasileiro e implantar uma ditadura armada, afastando os civis da vida política.
- d) da disseminação de ideais republicanos e salvacionistas nos meios militares, que articularam a ação de derrubada da monarquia.
- e) de uma conspiração de civis, que recorreram aos militares para derrubar a monarquia e assumir o controle do Estado brasileiro.

- c) alheamento de parte da sociedade brasileira diante do conteúdo ideológico da mudança política.
- d) reconhecimento, pelos cidadãos brasileiros, da ampliação dos direitos de cidadania trazidos pela república.
- e) impacto profundo da transformação política no cotidiano da população, que imediatamente apoiou o novo regime.

13. UFAL (adaptado)



BIBLIOTECA NACIONAL - RIO DE JANEIRO

A figura representa um aspecto da República Velha brasileira, mais especificamente a República Oligárquica. A crítica presente na figura remete:

- a) ao desequilíbrio entre o poder do presidente e as lideranças regionais, representada pelos coronéis.
- b) à centralização do poder na figura do presidente da república como forma de evitar a volta da monarquia.
- c) ao uso do poder militar pelos dois principais estados brasileiros na solução de disputas regionais.
- d) à política do café com leite, quando as oligarquias dominantes de São Paulo e Minas Gerais se revezavam no poder.
- e) à disputa entre os dois principais estados produtores de café, São Paulo e Mato Grosso, na corrida à presidência.

14. PUC-RS – O movimento tenentista foi um dos principais fatores de desestabilização da República Velha. Sobre esse movimento, é incorreto afirmar que:

- a) foi provocado pelo descontentamento da baixa oficialidade do Exército com suas condições de trabalho e com o sistema político do período, baseado no controle do poder pelas elites agrárias do país.
- b) pregou, entre outras medidas, o voto secreto, a independência do Poder Judiciário e um Estado mais centralizado no governo federal.
- c) caracterizou-se pela formação de Colunas, como a Coluna Prestes, agrupamentos militares rebeldes que atravessaram o país procurando mobilizar a população contra o governo federal.
- d) opôs-se à Aliança Liberal e à Revolução de 30, pois a maioria de seus integrantes via, em Getúlio Vargas e no grupo que ascendeu ao poder com ele, a continuidade dos mesmos vícios políticos do regime anterior.
- e) teve, como principais líderes: Eduardo Gomes, um dos heróis da Revolta dos 18 do Forte de Copacabana; Luís Carlos Prestes e Miguel Costa, comandantes da famosa Coluna Miguel Costa-Prestes.

15. UNESP



BIBLIOTECA NACIONAL - RIO DE JANEIRO

(O Pirralho, 23/5/1914)

O *Pirralho* foi uma revista satírica publicada em São Paulo entre 1911 e 1917. As charges dessa revista tinham nítido conteúdo político, além de estarem sempre sintonizadas com os acontecimentos do momento histórico. A charge acima, por exemplo, refere-se à:

- a) dominação dos mercados consumidores dos países americanos pela economia industrial da Inglaterra.
- b) imposição da democracia, pelo governo norte-americano, aos países do continente dominados por ditaduras militares.
- c) crescente intervenção do governo norte-americano na América Latina, contrastando com sua antiga posição de defesa da independência das colônias ibéricas.
- d) iminente entrada dos Estados Unidos na Primeira Guerra Mundial com a finalidade de proteger os pequenos países da América.
- e) política de união dos povos da América, como único recurso capaz de impedir a sua anexação pelas potências imperialistas.

16. UNESP

“Para dizerem milho dizem mio

Para melhor dizem mió

Para pior pió

Para telha dizem teia

Para telhado dizem teiado

E vão fazendo telhados”

“Vício na fala”, de 1925, é um dos mais conhecidos registros poéticos do modernismo. Entre as características do movimento que ele apresenta, podemos identificar a:

- a) rejeição do eruditismo e do engajamento político.
- b) defesa da norma culta e do academicismo.
- c) valorização da língua falada e do coloquialismo.
- d) celebração da vida rural e da modernidade.
- e) crítica às políticas públicas na educação e na saúde.

17. UFRJ

“A revolta deixou entre os participantes um forte sentimento de autoestima, indispensável para formar um cidadão. Um repórter de *A Tribuna* ouviu de um negro aca-

poeirado frases que atestam esse sentimento. Chamando sintomaticamente o jornalista de cidadão, o negro afirmou que a sublevação se fizera para ‘não andarem dizendo que o povo é carneiro’. O importante – acrescentou – era ‘mostrar ao governo que ele não põe o pé no pescoço do povo’.”

CARVALHO, José Murilo de. Abaixo à vacina. In: *Revista Nossa História*, ano 2, n. 13, nov. 2004, p. 73-79.

A Revolta da Vacina (1904) a que se refere o texto é considerada a principal revolta popular urbana da Primeira República (1889-1930).

- a) Cite e explique dois motivos geradores de insatisfações que levaram a população da cidade do Rio de Janeiro a rebelar-se em 1904.

- b) Identifique dois movimentos populares na área rural, à época da Primeira República.

ESTUDO PARA O ENEM

18. Enem

C3-H13

“Enfermo a 14 de novembro, na segunda-feira o velho Lima voltou ao trabalho, ignorando que no entretempo caíra o regime. Sentou-se e viu que tinham tirado da parede a velha litografia representando D. Pedro de Alcântara. Como na ocasião passasse um contínuo, perguntou-lhe:

– Por que tiraram da parede o retrato de Sua Majestade?

O contínuo respondeu, num tom lentamente desdenhoso:

– Ora, cidadão, que fazia ali a figura do Pedro Banana?

– Pedro Banana! – repetiu raivoso o velho Lima.

E, sentando-se, pensou com tristeza:

– Não dou três anos para que isso seja uma república!”

AZEVEDO, A. Vidas alheias. Porto Alegre, 1901. In: THORN, J. *Guia do café*. Lisboa: Livros e Livros, 1998. (Adaptado)

A crônica de Artur Azevedo, retratando os dias imediatos à instauração da república no Brasil, refere-se ao(à):

- a) ausência de participação popular no processo de queda da monarquia.
 b) tensão social envolvida no processo de instauração do novo regime.
 c) mobilização de setores sociais na restauração do antigo regime.
 d) temor dos setores burocráticos com o novo regime.
 e) demora na consolidação do novo regime.

19. Enem

C3-H15



Charge capa da revista *O Malho*, de 1904.

A imagem representa as manifestações nas ruas da cidade do Rio de Janeiro, na primeira década do século XX, que integraram a Revolta da Vacina. Considerando o contexto político-social da época, essa revolta revela:

- a) a insatisfação da população com os benefícios de uma modernização urbana autoritária.
 b) a consciência da população pobre sobre a necessidade de vacinação para a erradicação das epidemias.
 c) a garantia do processo democrático instaurado com a república através da defesa da liberdade de expressão da população.
 d) o planejamento do governo republicano na área de saúde, que abrangia a população em geral.
 e) o apoio ao governo republicano pela atitude de vacinar toda a população em vez de privilegiar a elite.

20. Enem

C3-H11

“O coronelismo era fruto de alteração na relação de forças entre os proprietários rurais e o governo, e significava o fortalecimento do poder do Estado antes que o predomínio do coronel. Nessa concepção, o coronelismo é, então, um sistema político nacional, com base em barganhas entre o governo e os coronéis. O coronel tem o controle dos cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária. O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de voto.”

CARVALHO, J. M. *Pontos e bordados*: escritos de história política. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1998. (Adaptado)

No contexto da Primeira República no Brasil, as relações políticas descritas baseavam-se na:

- a) coação das milícias locais.
 b) estagnação da dinâmica urbana.
 c) valorização do proselitismo partidário.
 d) disseminação de práticas clientelistas.
 e) centralização de decisões administrativas.

ROMPIMENTO DA OLIGARQUIA E ERA VARGAS: DA CHEGADA AO PODER AO ESTADO NOVO

CRISE DOS GOVERNOS OLIGÁRQUICOS

A Primeira República ficou marcada pelo controle do processo político e eleitoral por parte das elites do café, as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais, que possuíam a maior relevância econômica e, por meio de uma aliança, tomavam conta da cadeira presidencial. O período durou até 1930, quando diversos motivos levaram à queda desses governos oligárquicos e culminou na Revolução de 1930, cujo grande nome a ser evidenciado é Getúlio Vargas. O rompimento dos governos oligárquicos ocorreu em virtude da crise financeira, que afetou o negócio do café e, conseqüentemente, as elites ligadas a ele, além de revoltas contra o sistema político vigente. Entre as principais movimentações estão o tenentismo e a Coluna Prestes, na qual Luís Carlos Prestes foi uma figura central. Por fim, a aliança entre paulistas e mineiros sofreu uma ruptura, o que potencializou a revolução que estava por vir.

DE VOLTA OS TENENTES

A Primeira República vivia seus dias de crise e as oligarquias que estavam no poder apossaram-se da república. Corrupção e coronelismo eram marcas da política nacional. A convulsão social aproximava-se nas duas primeiras décadas do século XX.

Coluna Prestes (1922-1927)



A Coluna Prestes percorreu cerca de 25 mil quilômetros sem vencer nem ser vencida pelo governo que combatia.

Atlas histórico escolar. Rio de Janeiro: Fename, 1977. (Adaptado).

- Crise dos governos oligárquicos
- De volta os tenentes
- Sociedade em transformação
- Movimento operário no Brasil
- Auge da crise do governo oligárquico
- Revolução de 1930
- A refundação do Brasil
- Governo Provisório (1930-1934)
- Revolução Constitucionalista de 1932
- Governo Constitucional (1934-1937)

HABILIDADES

- Interpretar historicamente e/ou geograficamente fontes documentais acerca de aspectos da cultura.
- Analisar a atuação dos movimentos sociais que contribuíram para mudanças ou rupturas em processos de disputa pelo poder.
- Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.
- Comparar diferentes pontos de vista, presentes em textos analíticos e interpretativos, sobre situação ou fatos de natureza histórico-geográfica acerca das instituições sociais, políticas e econômicas.
- Avaliar criticamente conflitos culturais, sociais, políticos, econômicos ou ambientais ao longo da História.

Ocorreram sucessivas revoltas de tenentes, como as do Rio de Janeiro (1922), de São Paulo (1924) e do Rio Grande do Sul (1924). Esta última teve como um de seus principais líderes o militar Luís Carlos Prestes, que saiu do estado gaúcho e percorreu o país com a Coluna Prestes durante os governos de Artur Bernardes e Washington Luís.

MOVIMENTO OPERÁRIO NO BRASIL

O desenvolvimento do movimento operário no Brasil está intimamente ligado ao processo de imigração, iniciado nas últimas décadas da monarquia. É significativo o papel desenvolvido pelos operários imigrantes italianos, que trouxeram como bandeira de luta o anarquismo.



©TARSILA DO AMARAL EMPREENDIMENTOS

Operários (1933), de Tarsila do Amaral. Óleo sobre tela, 150 cm x 205 cm. Nessa pintura, Tarsila retrata a diversidade étnica que formava a classe dos trabalhadores. Engajada em movimentos de esquerda, a artista representava em suas obras a realidade dos menos favorecidos na sociedade brasileira.

Em 1917, trabalhadores de São Paulo promoveram uma série de greves, culminando com a manifestação de revolta pela morte do militante anarquista Antônio Martinez.

Alguns acontecimentos mundiais repercutiam no Brasil, como a Revolução Russa de 1917, que implantou um governo socialista de características centralizadas, “a ditadura do proletariado”. Isso ia contra a filosofia anarcossindicalista, que pregava o fim do Estado. Mas, ao mesmo tempo, refletia certo resultado da luta operária na Rússia.

Assim, em 1918 a Câmara dos Deputados criou a Comissão de Legislação Social com a finalidade de apresentar um conjunto de leis trabalhistas de proteção ao trabalhador, porém, dentro dos limites aceitáveis pelas classes dominantes. Entre os direitos a serem concedidos, estavam a regulamentação da carga horária de trabalho, o direito de férias e a proteção contra acidentes de trabalho.

Para os anarquistas, as propostas da Câmara não significavam direitos conquistados, e sim concedidos por um Estado burguês, que viria exercer o controle sobre os trabalhadores.

AUGE DA CRISE DO GOVERNO OLIGÁRQUICO

A Coluna Prestes (1925-1927), que marchou cerca de 24 mil quilômetros nesse período, é considerada a mais longa marcha militar de toda a história mundial e buscava a moralização política do país e o término do domínio oligárquico com o fim do voto aberto e a reformulação da estrutura política. Isolado e sem conseguir a adesão popular, o movimento acabou dissolvendo quando os principais líderes se exilaram em países vizinhos, principalmente na Bolívia.

Mas é principalmente no contexto internacional que se deve entender a crise do Estado oligárquico brasileiro. Primeiro, pelo avanço socialista do pós-Primeira Guerra Mundial e, depois, pela crise das nações capitalistas.

Os reflexos da crise de 1929 nos EUA abalaram a economia cafeeira do Brasil, desestruturou o poder das oligarquias e forçou uma mudança, instigada também pelos movimentos no interior da sociedade brasileira: o tenentismo, com a política de salvação nacional; o trabalhismo, com as múltiplas tendências; a crítica modernista dos intelectuais da Semana de Arte Moderna de 1922; e a nova elite brasileira, ligada à industrialização.

REVOLUÇÃO DE 1930

Diante da situação crítica pela qual passava o país, o governo do paulista Washington Luís encontrava-se inoperante. De um lado, os trabalhadores aumentavam a pressão, exigindo a ampliação de seus direitos, o que levou o presidente a declarar publicamente que “a questão operária é uma questão de polícia”. De outro lado, a crise do café, provocada pela supersafra de 1928, levou o Brasil a perder mercado internacional, o que gerou uma crise interna.

Os arranjos políticos tornavam-se cada vez mais conflitantes. No Rio Grande do Sul, criadores de gado e produtores de arroz contestavam a política do governo federal. O mesmo faziam os grandes produtores de algodão, açúcar, fumo e cacau do Nordeste. Washington Luís, do Partido Republicano Paulista (PRP), quebrou o pacto do café com leite ao indicar como sucessor o também paulista Júlio Prestes. Antônio Carlos, governador de Minas Gerais, juntou-se a Getúlio Vargas, então governador do Rio Grande do Sul. O gaúcho seria lançado candidato a presidente e, depois da influência decisiva de Epitácio Pessoa, João Pessoa integrou a chapa como vice. Estava formada a Aliança Liberal.

O programa da Aliança Liberal refletia os anseios das aristocracias regionais não ligadas ao núcleo cafeeiro, da ascendente burguesia industrial e das camadas organizadas de operários. Assim, o programa propunha:

- reorganização da economia nacional, com diversificação da produção;
- incentivo à industrialização nacional;
- regulamentação de nova legislação trabalhista;
- instituição do voto secreto;
- instituição do voto feminino;
- anistia a presos políticos.

As eleições foram fraudulentas e o vencedor foi Júlio Prestes, candidato do governo. Inconformados com o resultado, líderes da Aliança Liberal articularam-se com o apoio dos setores mais jovens das oligarquias e dos tenentes. Temia-se uma convulsão social no país e, sobretudo, que a massa urbana, crescendo em prestígio e poder, desse outro rumo aos acontecimentos.

O assassinato de João Pessoa, em um crime passionai e sem objetivos políticos, no Recife, repercutiu violentamente no país. Em 3 de outubro de 1930, tropas gaúchas rebelaram-se e receberam a adesão dos estados do Sul, de Minas Gerais e do Nordeste. Os oligarcas corriam sério risco político e Washington Luís via-se forçado a renunciar. Após um avanço violento da revolução a partir do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais em direção ao Rio de Janeiro, uma junta pacificadora formada por militares assumiu o poder. Diante do apoio dado a Vargas pelos tenentes e por setores civis da sociedade, a junta entregou o poder a Getúlio Vargas em caráter provisório.

KEYSTONE-FRANCE/CONTRIBUTOR/GETTY IMAGES



Getúlio Vargas sendo celebrado por seus apoiadores em seu caminho até o Rio de Janeiro para tomar o poder, em novembro de 1930.

A REFUNDAÇÃO DO BRASIL

Em 3 de novembro de 1930, um mês depois do início da revolução, Getúlio Vargas tomou posse como presidente provisório. Às 16 horas, os salões do Palácio do Catete estavam lotados para assistir à cerimônia de posse. O general Tasso Fragoso, membro da junta governativa, após um discurso no qual criticou severamente o presidente deposto Washington Luís, passou o governo para Getúlio Vargas, que anunciou seu ministério.

ACERVO ICONOGRAPHIA



Getúlio Vargas nomeando ministros em 3 de novembro de 1930.

GOVERNO PROVISÓRIO (1930-1934)

Dias depois, por uma lei orgânica, foram limitados os poderes discricionários de que se achava investido o Governo Provisório. A Constituição de 1891 continuou em vigor em sua maior parte. Entretanto, a limitação de poderes não correspondeu à realidade, pois o Congresso Nacional, as assembleias legislativas e as câmaras municipais foram dissolvidos, ocasionando dessa forma uma extrema centralização do poder. Os Executivos estaduais e municipais foram preenchidos por meio de nomeações feitas pelo Governo Provisório, com os chamados interventores federais.

Um dos aspectos mais marcantes do governo Vargas foi a política trabalhista, que tinha como objetivo principal reprimir esforços da classe trabalhadora urbana fora do controle do Estado e cooptá-la para dentro da órbita do governo. Com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, seguiram-se leis de proteção ao trabalhador e de enquadramento dos sindicatos ao Estado. Essas reformas, porém, não chegaram ao trabalhador do campo, pois a conciliação que Getúlio fez com as oligarquias foi possível sob a condição de que se mantivessem intocáveis as relações sociais no campo. Surgia o chamado Estado de compromisso.

Ações contra a crise econômica do capitalismo mundial

Pode-se resumir as ações do Governo Provisório de Vargas contra a crise econômica mundial da seguinte forma:

- nomeação de interventores para os estados, tentando diminuir o poder das oligarquias locais. Para São Paulo, Vargas nomeou como interventor o pernambucano João Alberto, que sofreu acirrada oposição da oligarquia cafeeira;
- reajuste econômico, com a queima de café estocado, para revigorar a economia cafeeira, restabelecendo seu preço;
- adiamento das dívidas contraídas pelos produtores e comerciantes;
- nova política tributária;
- reformulação do sistema eleitoral, com a adoção do voto secreto e do voto feminino;
- reorganização administrativa do governo com a criação do Ministério da Educação e Saúde e do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio;
- elaboração de uma ampla política trabalhista, estabelecendo e ampliando os direitos dos trabalhadores;
- estabelecimento da Lei de Sindicalização (1931), de estrutura corporativa, por meio da qual os membros do sindicato eram formados por 50% de operários e 50% de integrantes da classe patronal.

Política cafeeira

Com a superprodução e a crise econômica do capitalismo mundial, o café, principal produto de exportação, passava por uma de suas crises mais violentas. Milhares de toneladas estavam estocadas à espera de um bom preço no mercado internacional. Entretanto, em razão desse desequilíbrio, os preços baixavam cada vez mais.

Como o café era primordial para a economia brasileira, Getúlio Vargas criou, em 1931, o Conselho Nacional do Café (CNC). Assim, uma das primeiras medidas do Conselho foi a compra dos estoques excedentes do produto e sua destruição, com o objetivo de reduzir a oferta e, conseqüentemente, melhorar seu preço.

Ao comprar o café, o governo injetava dinheiro na economia e, dessa forma, estimulava o consumo e a produção de artigos manufaturados. Em virtude das dificuldades em importar por causa da depressão econômica provocada pela quebra da Bolsa de Valores de Nova York (1929), os industriais brasileiros procuraram diversificar a produção. Isso foi fundamental para que o Brasil pudesse enfrentar a crise e, assim, fosse um dos primeiros países a se livrar dela.

Entre 1931 e 1937, foram destruídas cerca de 70 milhões de sacas de café. O governo proibiu novas plantações por um prazo de três anos e incentivou o cultivo de novos produtos. Em 1933, o Conselho Nacional do Café foi substituído pelo Departamento Nacional do Café. Os cafeicultores, apesar do apoio econômico governamental, não estavam satisfeitos com a situação política.

REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA DE 1932

Getúlio, ao mesmo tempo em que colocava em prática sua política econômica, realizava articulações para a elaboração de uma Constituinte. Foi do Rio Grande do Sul que partiu a campanha pela constitucionalização do país, recebendo rápida adesão de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. A constitucionalização apresentava-se como uma arma propícia à luta das forças políticas regionais contra o Governo Provisório. A ofensiva das oligarquias estaduais iniciou-se em maio de 1931. No Rio Grande do Sul, o Partido Libertador e o Partido Republicano uniram-se para reivindicar que o país voltasse à legalidade. No Rio de Janeiro, fundou-se a Liga pela Constituição e pela Ordem. Em São Paulo, o Partido Republicano Paulista e o Partido Democrático, até então ferrenhos inimigos, uniram-se e formaram a Liga de Defesa Paulista. Diante disso, Getúlio acelerou a publicação do novo código eleitoral e do anteprojeto da Constituição em 24 de fevereiro de 1932.



Batalhão Redentor Filhos de Iguape, combatentes da Revolução Constitucionalista de 1932.

ARCHIVALALAMY STOCK PHOTO

Pela nova legislação, foram estabelecidos os votos secreto, feminino e classista. Os sindicatos, tanto patronais como de trabalhadores, elegeriam deputados com os mesmos direitos dos demais parlamentares. Os tenentes, então, pediram a Getúlio o adiantamento das eleições, pois consideravam que não era o momento adequado para a reconstitucionalização do país. Argumentavam que as mudanças estruturais de que o Brasil necessitava seriam frustradas por eleições imediatas, que apenas reporiam nos cargos a elite tradicional ou seus aliados.

As oligarquias, contudo, sentiam que essas discordâncias no governo poderiam facilitar seu movimento, com o objetivo de, segundo o historiador Lincoln Penna, mascarar seu verdadeiro objetivo: fazer a revolução retornar aos princípios do velho federalismo.

O velho federalismo interessava muito aos cafeicultores de São Paulo, que já haviam conseguido uma vitória contra o tenentismo ao exigir a substituição do interventor no estado, o capitão pernambucano João Alberto, pelo paulista e civil Pedro de Toledo.

Em 22 de maio, o ministro Osvaldo Aranha foi a São Paulo. Espalhou-se o boato de que ele viera impor um secretariado tenentista ao interventor Pedro de Toledo. Como consequência, milhares de pessoas saíram às ruas para protestar. No dia seguinte, o movimento cresceu, recebendo várias adesões, inclusive da Associação Comercial, que ordenou o fechamento de lojas em sinal de protesto.

A agitação ficou mais intensa na Praça da República, quando a sede da Legião Revolucionária, entidade tenentista, transformada no Partido Popular Progressista (PPP), dirigido pelo general Miguel Costa, foi atacada.

Porém, os legionários, que estavam armados, receberam os manifestantes à bala. A situação agravou-se em razão do pânico e da correria. A multidão dispersou-se em busca de um refúgio. Diversas pessoas foram feridas, várias delas mortalmente, mas quatro jovens mortos receberam destaque dos jornais e tornaram-se mártires: Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo.

Das iniciais dos nomes dos manifestantes mortos criou-se a sigla MMDC, que constituiu-se uma entidade cuja participação foi preponderante para a organização

da revolução. Em surdina, ela passou a angariar fundos para a compra de armamentos e os doadores ficaram com seus nomes gravados no livro de ouro.

MEMORIAL 32/CENTRO DE ESTUDOS
JOSÉ CELESTINO BOURROUIL



Cartazes do levante paulista de 1932. A oposição dos paulistas a Getúlio Vargas congregou o estado em torno de um discurso fortemente regionalista e levou à Revolução de 1932. As mulheres paulistas tiveram participação extremamente importante e ativa na revolução. Trabalharam como enfermeiras, fabricaram uniformes para os combatentes e até doaram joias para o fundo de guerra.

Em 9 de julho de 1932, eclodiu o movimento armado sob a liderança militar dos generais Isidoro Dias Lopes, de São Paulo; e Bertoldo Klinger, do Mato Grosso, que, apesar de destituído de suas funções pelo Governo Provisório, compareceu para participar do movimento armado. A liderança civil ficou com Pedro de Toledo. Mas o clima de euforia foi substituído, em seguida, por uma sucessão de fatos desastrosos. No Rio de Janeiro, Agildo Barata e quase todos os oficiais vinculados ao movimento foram presos. No Rio Grande do Sul, o interventor Flores da Cunha mudou de lado, passando a apoiar Getúlio Vargas. Minas Gerais, que havia se comprometido em manter uma neutralidade simpática, surpreendeu com uma hostilidade armada. Foi tão hostil que, do território mineiro, partiram mais tarde as tropas federais comandadas pelo general Góis Monteiro para sufocar a revolta paulista.

Em meados de setembro, percebendo que o movimento enfraquecia, apesar da luta fervorosa, o general Bertoldo Klinger enviou ao Governo Provisório uma proposta de armistício. Em 29 de setembro, contataram-se, mas não saiu acordo. Muitos paulistas eram contrários a qualquer forma de conciliação, mas toda a resistência fora inútil. A guerra acabou com 633 paulistas mortos durante o conflito.

GOVERNO CONSTITUCIONAL (1934-1937)

Em 15 de novembro de 1933, Vargas realizou eleições para a Assembleia Constituinte, aprovando uma nova Constituição em julho de 1934. Por meio dela, as eleições presidenciais seriam diretas. No entanto, para o primeiro quadriênio constitucional, a própria Assembleia elegeu o presidente.

No dia seguinte, Getúlio Vargas foi eleito presidente da república, derrotando por boa margem de votos os dois outros candidatos: Borges de Medeiros e Góis Monteiro.

A promulgação da terceira Constituição, em 1934, veio, assim, atender às pressões da opinião pública nacional, principalmente de São Paulo, que exigia do presidente a legitimação do regime revolucionário de 1930.

Nas discussões acerca da nova Constituição, predominava o projeto das oligarquias de preservar a autonomia dos estados. Por isso, manteve-se o federalismo, mas com a redução da independência financeira estadual, a fim de fortalecer o governo federal.

A Constituição liberal-democrática garantia liberdade de opinião, de imprensa e de religião e eleições diretas para todos os cargos por sufrágio universal e voto secreto, incluindo o voto feminino.

Houve ainda grande avanço nas questões sociais à medida que o texto confirmou as leis trabalhistas criadas e acrescentou outras, como férias remuneradas e criação da Justiça do Trabalho.

Intelectuais modernistas brasileiros como Mário de Andrade e Oscar Niemeyer abraçaram com entusiasmo esse projeto e participaram do novo governo. A preocupação com o ensino e o projeto de modernizar o país foram acompanhados pelas reflexões de intelectuais como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr., que dedicaram-se a explicar as origens históricas da nação.

Com o passar do tempo, ficava claro que as oposições não tinham um nome forte para concorrer com Vargas, único capaz de unir correntes tenentistas e oligárquicas.

Desse processo resultou, em boa parte, a força da burocracia estatal e pessoal do chefe maior, com sua função de juiz em meio às diversas demandas sociais.

A posição inequívoca do Estado mediante uma intervenção autoritária, principalmente durante o Estado Novo, procurou centralizar o poder e nacionalizar as decisões, combatendo antigos regionalismos. Classes e grupos sociais deveriam lutar do lado nacional por interesses mais amplos que as necessidades regionais.

O Estado nacional, com grande autonomia perante as classes, modernizou a sociedade, favorecendo todos os setores da burguesia, em especial o industrial, com a política de industrialização e o controle das reivindicações operárias. Os anos democráticos da Era Vargas foram os mais críticos antes da consolidação do Estado Novo, com o governo e a oposição digladiando-se na imprensa e no Parlamento.

A escalada do totalitarismo na Europa, com a ascensão do regime nazista de Adolf Hitler, na Alemanha, em 1933; e a vitória de Francisco Franco sobre os republicanos na Guerra Civil Espanhola, entre 1936 e 1939, refletiu-se no Brasil com a formação da Ação Integralista Brasileira (AIB) por Plínio Salgado, antigo membro do Partido Republicano Paulista.

A AIB adotou o lema “Deus, pátria e família”, a letra grega sigma (Σ) como símbolo, a palavra indígena “anauê” como saudação e o uniforme composto de camisa verde. Seu programa político atacava a democracia liberal, os imperialismos americano e inglês e, principalmente, o que chamava de barbárie comunista e pregava a formação de um Estado totalitário para unificar a nação.

Os militantes da AIB compunham-se de pessoas das classes médias urbanas e de imigrantes das colônias alemãs e italianas. O movimento aceitava a participação de negros, mulheres e judeus, segundo o ideário de nação acima de qualquer distinção de raça ou credo.

Como no regime fascista italiano, o integralismo não implicava racismo e a AIB também formou milícias que promoviam passeatas e agressões a socialistas. Muitos tenentes e membros do clero aderiram a ela e vários de seus componentes serviram como espíões do nazismo no Brasil.

Vargas via com simpatia o integralismo como freio às manifestações esquerdistas. Em 1935, surgiu a Aliança Nacional Libertadora (ANL), espécie de frente legal do Partido Comunista Brasileiro (PCB), reunindo também democratas e socialistas dedicados a combater o alastramento do fascismo e o fortalecimento da AIB.

Liderada por Luís Carlos Prestes, que em 1934 entrara clandestinamente no Brasil com sua companheira Olga Benário e outros líderes comunistas, como o alemão Artur Ewert, a ANL exercia alguma influência nos quar-

téis, com adesão de uma ala do tenentismo, sargentos e cabos. Seu maior número de militantes vinha das classes médias que adotavam posições mais radicais, além de uma quantidade bem menor de operários.

Responsável por grandes comícios pelo país, a ANL propunha um programa bastante sintético: lutar contra o fascismo, o imperialismo e o latifúndio.

Considerando sua base de apoio bastante sedimentada e superestimando a participação do Exército, em 1935 a ANL promoveu uma tentativa de revolução comunista após seu fechamento por Vargas e a prisão de alguns de seus membros. A Intentona Comunista, como ficou conhecida, resumiu-se à tomada temporária da cidade de Natal e a combates no Recife e no Rio de Janeiro, resultando em um retumbante fracasso, com a prisão de todos os participantes. A tentativa dos comunistas de tomar o poder justificou o estado de sítio decretado pelo presidente a partir dessa data e o golpe de 1937, que instituiu a ditadura varguista.

Em 1937, em plena campanha eleitoral, Vargas tornou pública uma nova tentativa de tomada de poder pelos comunistas, o Plano Cohen. Esse perigo extremo não lhe deixava alternativa a não ser implantar um regime autoritário e violento, o Estado Novo, que cerceou as liberdades individuais, ocasião em que manifestou publicamente seu apreço aos regimes totalitários europeus. Mais tarde, revelou-se que o Plano Cohen não passava de uma grande fraude, uma manobra de Vargas para manter o poder.

ROTEIRO DE AULA

ROMPIMENTO DA OLIGARQUIA

Tenentismo

O movimento tenentista era liderado por jovens de baixa patente, entre tenentes e capitães. Defendia o voto secreto, reformas políticas e sociais e o fim das fraudes eleitorais.

Questão trabalhista

Em 1917, os trabalhadores de São Paulo promoveram uma série de greves. Em 1922, uma ala de socialistas, ligada à Revolução Bolchevique, fundou o Partido Comunista do Brasil.

Questão eleitoral e econômica

A indicação de Júlio Prestes, que ganhou a eleição, rompeu a política do café com leite, ao mesmo tempo em que o país sofria os efeitos da Crise de 1929.

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO DO SISTEMA DE ENGINHO DOM BOSCO

ROTEIRO DE AULA

ERA VARGAS: GOVERNO PROVISÓRIO E GOVERNO CONSTITUCIONAL

Governo Provisório (1930-1934)

Reestruturação econômica:

Queima de café estocado como tentativa de reestabelecer seu preço.

Reestruturação política:

Nomeação de interventores para os estados.

Reestruturação administrativa:

Criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação.

Reformulação do sistema eleitoral:

Adoção do voto secreto e do voto feminino.

Revolução Constitucionalista de 1932

A exigência de uma nova Constituição e o descontentamento político da oligarquia paulista congrega São

Paulo em torno de um discurso regionalista, o que levou à Revolução de 1932.

AIB (integralismo-fascista):

Plínio Salgado, camisas-verdes, anauê.

Medida inaugural:

Promulgação de uma nova Constituição para atender às exigências da opinião pública.

Governo Constitucional (1934-1937)

Plano Cohen:

Pretexo para o golpe do Estado Novo.

ANL (comunista):

Luís Carlos Prestes, Intentona Comunista (1935).

EXERCÍCIOS DE APLICAÇÃO

1. Unicamp-SP

“Na repressão à greve de 1917, em São Paulo, o Comitê de Defesa dos Direitos do Homem do Rio de Janeiro denunciou: Todos os componentes do Comitê de Defesa Proletária e os membros mais ativos dos sindicatos, das ligas, dos centros e dos periódicos libertários foram agarrados e encarcerados. As oficinas em que se fazia o semanário *A Plebe* foram invadidas, tendo sido o seu diretor preso. Para muitos presos, foi preparada a expulsão do território nacional.”

PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michael. *A classe operária no Brasil (1889-1930)*: documentos. São Paulo: Brasiliense, 1981. v. II. p. 265-266. (Adaptado)

a) Qual foi a importância da greve de 1917 em São Paulo?

A greve de 1917 em São Paulo caracterizou-se como o movimento operário

de maior relevância durante a Primeira República (República Velha), obten-

do resultados reais, como o aumento de salários.

b) A partir do texto, identifique as formas de repressão adotadas pelo governo de São Paulo contra a greve de 1917.

De acordo com o texto, as formas de repressão adotadas pelo governo

de São Paulo contra a greve de 1917 foram o encarceramento em massa

dos envolvidos, a censura ao periódico *A Plebe* e a expulsão de alguns

presos do país.

c) Qual o papel da imprensa operária nas primeiras décadas do século XX no Brasil?

O papel da imprensa operária foi criar uma consciência ao proletariado

sobre suas condições de vida e trabalho e acerca da necessidade de

organização de luta por direitos.

2. FGV-SP

“7 de julho [1922] – Com um saldo de 17 mortos, todos entre os rebeldes, tropas leais ao presidente Epitácio Pessoa sufocaram hoje uma revolta de oficiais que há dois dias haviam tomado o Forte de Copacabana. Eles protestavam contra o fechamento do Clube Militar e a prisão de seu presidente (e também ex-presidente da república) Hermes da Fonseca.”

Jayme Brener. *Jornal do século XX*.

Sobre o tenentismo, é correto afirmar que:

a) apesar das divergências ideológicas em relação às correntes revolucionárias – como o anarquismo, o movimento dos oficiais fez uma série de alianças com o movimento operário, como na greve geral de 1917.

b) esse movimento não tinha uma clara proposta de reformulação política e defendia um poder centralizado e a purificação das instituições republicanas, além da diminuição do poder das oligarquias regionais.

c) foi um movimento inspirado no nazifascismo, que defendia o fortalecimento das instituições liberais-democráticas, como as eleições gerais e diretas, ao mesmo tempo em que apoiava o federalismo.

d) teve como principal liderança em São Paulo o capitão Luís Carlos Prestes, mais tarde organizador da Ação Integralista Brasileira – AIB, defensor de uma ordem centralizada e de uma economia internacionalizada.

e) a ação de julho de 1922 foi contida com facilidade pelas tropas leais ao governo federal e se constituiu na única ação importante relacionada com os militares rebeldes, que passaram a apoiar uma saída negociada para a crise.

O tenentismo surgiu entre oficiais de média e baixa patente do Exército que, insatisfeitos com a situação política brasileira e contrários ao controle das oligarquias, buscavam reformar algumas estruturas democráticas do Brasil.

3. UFT-TO

“Afinal, é justamente nos anos 20 que a decepção quanto à possibilidade de a república realizar o ideal de uma sociedade nova torna-se absolutamente explosiva. Particularmente para os intelectuais, a década de 1920 será de questionamentos inéditos até então e que permanecem em pauta pelas próximas décadas. Não apenas concepções tradicionais são atacadas, mas também as instituições republicanas – identificadas com uma legalidade que não tem correspondência no real [...]”.

LAHUERTA, Milton. Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização. In: DE LORENZO, Helena Carvalho; COSTA, Wilma Peres da. *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1997. p. 93.

Os questionamentos e críticas contextualizados pelo autor para se referir à década de 1920 indicam que a Semana de Arte Moderna foi:

a) um movimento de afirmação das propostas políticas conservadoras que levaram à consolidação da república brasileira.

b) um movimento de curta duração no que se refere à influência na produção musical, literária e na arte pictórica, que buscava retratar os costumes e linguagens do povo brasileiro.

c) um movimento que, combinando as tendências artísticas mundiais com as raízes culturais brasileiras, atacava, inclusive, as mazelas do regime republicano brasileiro.

d) um movimento marcado por mudanças culturais importantes para a elaboração de uma arte condizente com o academicismo tão apreciado pela elite brasileira.

e) um movimento de valorização de expressões culturais inovadoras e, ao mesmo tempo, refratário às questões sociais do povo brasileiro.

A Semana de Arte Moderna foi inovadora em diversos aspectos, não apenas o artístico, sendo a arte também uma crítica à política e à sociedade da Primeira República.

4. UFRJ

“Foi em 1930 que, à frente da revolução, Getúlio Vargas assumiu a presidência do Brasil. Era um tempo novo que se abria ao desenvolvimento industrial e às leis trabalhistas. Ele cria a Previdência Social. Eram anos de conquista e de grande agitação pelo poder de 32 a 37, aquele estadista reprimiu os paulistas comunistas e integralistas. Mas não há quem esconda seu valor de idealista, basta falar em Volta Redonda [...]”.

GOMES, Dias; GULLAR, Ferreira. *Dr. Getúlio: sua vida e sua glória*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1968. p. 10-11.

- a) Indique duas características do governo de Getúlio Vargas no período entre 1930 e 1937.

Entre as características dos governos Provisório e Constitucional de Getúlio Vargas, entre 1930 e 1937, estão a formulação de uma nova Constituição para o país, a de 1934, que contemplava os direitos trabalhistas e das mulheres, além do desenvolvimento do setor industrial e a centralização do poder.

- b) Explique uma característica do Estado Novo.

O Estado Novo refere-se ao período ditatorial de Getúlio Vargas. Nele, utilizou-se a censura e a violência contra os adversários políticos e a imprensa, o controle dos sindicatos, além do uso do rádio como forma de propaganda e a criação da imagem de “pai dos pobres” para Vargas.

5. UFAL – As rebeliões políticas nem sempre indicam mudanças radicais. No período de 1930 a 1945, politicamente, o Brasil:

- a) concretizou as liberdades democráticas, com a derubada das oligarquias e a renovação do Congresso Nacional.
- b) conviveu com práticas autoritárias, sendo a Constituição de 1937 um exemplo da centralização e da falta da democracia.
- c) modernizou sua economia, com a implantação de indústrias de base e a defesa da liberdade sindical.
- d) consolidou o poder das oligarquias do Sudeste, atendendo aos pedidos proprietários das usinas de açúcar.
- e) afirmou um modelo fascista, imitando o governo de Mussolini e incentivando preconceitos raciais.

Em 1937, por meio da fraude do Plano Cohen, uma nova tentativa de tomada de poder pelos comunistas depois da Intentona de 1935, Vargas implantou um regime autoritário e violento, o Estado Novo, que cerceou as liberdades individuais. A base desse regime simpático aos totalitarismos europeus foi a Constituição de 1937.

6. FGV-SP

C5-H24

Em 1934, um grupo de mulheres brasileiras, liderado por Bertha Lutz, elaborou um texto que ficou conhecido como Manifesto Feminista. Leia um trecho desse documento:

“As mulheres, assim como os homens, nascem membros livres e independentes da espécie humana, dotados de faculdades equivalentes e igualmente chamados a exercer, sem peias, os seus direitos e deveres individuais, os sexos são interdependentes e devem, um ao outro, a sua cooperação. A supressão dos direitos de um acarretará, inevitavelmente, prejuízos para o outro, e, conseqüentemente, para a nação. Em todos os países e tempos, as leis, preconceitos e costumes tendentes a restringir a mulher, a limitar a sua instrução, a entravar o desenvolvimento das suas aptidões naturais, a subordinar sua individualidade ao juízo de uma personalidade alheia, foram baseados em teorias falsas, produzindo, na vida moderna, intenso desequilíbrio social; a autonomia constitui o direito fundamental de todo indivíduo adulto; a recusa desse direito à mulher é uma injustiça social, legal e econômica que repercute desfavoravelmente na vida da coletividade, retardando o progresso geral [...]”.

DUARTE, C. L. Feminismo e literatura no Brasil. *Revista de Estudos Avançados*, v. 17, n. 49, set./dez. 2003. Disponível em: <bit.ly/2xtO1SW>. Acesso em: 6/7/2016.

Tendo em vista a situação das mulheres no Brasil na década de 1930, é correto afirmar que o texto:

- a) busca estimular as mulheres a exercerem o seu direito de voto que havia sido garantido pela Constituição brasileira de 1891.
- b) defende a superioridade das mulheres e condena as decisões da Constituição brasileira de 1934, que negaram o direito ao voto feminino.
- c) diverge das ações feministas do Rio Grande do Norte, que culminaram no exercício do direito de voto pelas mulheres em 1928.
- d) reflete o clima de radicalização política no Brasil no período e acabou por impedir o avanço nas conquistas políticas das mulheres.
- e) sustenta a igualdade de gêneros em sintonia com campanhas que consagraram o direito de voto para as mulheres na Constituição de 1934.

O texto sustenta a igualdade de direitos entre os gêneros, em sintonia com as campanhas que defendiam o direito de voto feminino na Constituição de 1934.

Competência: Utilizar os conhecimentos históricos para compreender e valorizar os fundamentos da cidadania e da democracia, favorecendo uma atuação consciente do indivíduo na sociedade.

Habilidade: Relacionar cidadania e democracia na organização das sociedades.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

7. PUC-PR – O período da chamada República Velha contou com uma série de revoltas, pois o governo agia com autoritarismo para lidar com a insatisfação popular diante do domínio econômico e político das oligarquias. O trecho do documento abaixo mostra o descontentamento de um movimento político-militar que coordenou uma

série de rebeliões a favor de reformas em diversas áreas: “Todo o Brasil, de norte a sul, ardentemente deseja, no íntimo de sua consciência, a vitória dos revolucionários, porque eles lutam por amor do Brasil, porque eles querem que o voto do povo seja secreto, que a vontade soberana do povo seja uma verdade respeitada nas urnas, porque

eles querem que sejam confiscadas as grandes fortunas feitas por membros do governo à custa dos dinheiros do Brasil, porque eles querem que os governos tratem menos da politicagem e cuidem mais do auxílio ao povo laborioso que, numa mescla sublime de brasileiros e estrangeiros, irmanados por um mesmo ideal, vive trabalhando honestamente pela grandeza do Brasil.”

Cap. Luís Carlos Prestes, 29 de outubro de 1924.

Marque a alternativa que contempla o nome correto desse movimento revolucionário:

- a) Tenentismo.
- b) Integralismo.
- c) Modernismo.
- d) Socialismo.
- e) Anarquismo.

8. FGV-SP

“A Revolução de 1930 põe fim à hegemonia da burguesia do café, desenlace inscrito na própria forma de inserção do Brasil no sistema capitalista internacional. Sem ser um produto mecânico da dependência externa, o episódio revolucionário expressa a necessidade de reajustar a estrutura do país, cujo funcionamento, voltado essencialmente para um único gênero de exportação, se torna cada vez mais precário.”

FAUSTO, B. *A Revolução de 1930*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 112.

A respeito da Revolução de 1930, é correto afirmar que ela:

- a) ocorreu devido à divisão das oligarquias brasileiras num contexto de enfraquecimento da economia paulista.
- b) foi liderada pelos antigos tenentes e por Luís Carlos Prestes em aliança com a oligarquia gaúcha.
- c) foi desencadeada pelo movimento operário influenciado pelo sucesso da Revolução Russa de 1917.
- d) aconteceu devido à desaceleração da indústria paulista e às contestações das oligarquias nordestinas.
- e) foi provocada pelas desavenças entre as oligarquias de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul.

9. PUC-RS – A década de 1920 foi um período importante de transição na história política do Brasil republicano, sendo caracterizada:

- a) pela exclusão de boa parte das oligarquias regionais no poder central do país, na medida em que os estados mais importantes economicamente controlavam a presidência da república.
- b) por uma grande renovação nacional, com a alternância de partidos e de projetos políticos no controle do país, apesar da baixa participação popular nas decisões coletivas.
- c) por uma forte presença dos militares no comando da nação, especialmente dos chamados “tenentes”, cujas revoltas permitiram a ascensão do Exército aos cargos máximos do país.
- d) pela descentralização política, com o federalismo, mas, ao mesmo tempo, por forte concentração administrativa, devido ao controle do Executivo sobre os demais poderes de Estado.
- e) por uma forte ausência de mobilização política das classes trabalhadoras, em virtude da falta de uma agremiação partidária própria, como um Partido Comunista, o qual só será fundado por Luís Carlos Prestes depois de 1930.

10. UFGM – Durante os anos 20, a república brasileira foi marcada por uma grande crise. Todas as alternativas apresentam evidências dessa crise, exceto:

- a) a Campanha Civilista de Rui Barbosa pela presidência da república.
- b) a eclosão das revoltas tenentistas pela moralização do Estado.
- c) a erupção de inúmeras greves e movimentos sociais dos trabalhadores urbanos.
- d) a ocorrência de atos de banditismo social como o cangaço.
- e) a decretação do estado de sítio no governo Artur Bernardes.

11. UFRJ

Porcentagem de votantes nas eleições presidenciais entre 1894 e 1930

Candidato vencedor	Nº de votantes (em milhares)	% de votantes sobre a população
Prudente de Moraes (1894)	345	2,2
Campos Sales (1898)	462	2,7
Rodrigues Alves (1902)	645	3,4
Afonso Pena (1906)	294	1,4
Hermes da Fonseca (1910)	698	3
Venceslau Brás (1914)	580	2,4
Rodrigues Alves (1918)	390	1,5
Epitácio Pessoa (1919)	403	1,5
Artur Bernardes (1922)	833	2,9
Washington Luís (1926)	702	2,3
Júlio Prestes (1930)	1890	5,6

Fonte: CARVALHO, José Murilo de. Os três povos da república. In: CARVALHO, Maria Alice Resende de (Org.). *República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001. p. 72. (Adaptado)

Os dados eleitorais presentes na tabela indicam uma pequena participação popular nas eleições presidenciais na Primeira República (1890-1930). Identifique duas restrições impostas pela Constituição de 1891 ao exercício do voto.

16. UFES

“Foi a ascensão das classes sociais urbanas, com a deposição do governo Washington Luís, em 1930, que criou novas condições sociais e políticas para a conversão do Estado oligárquico em Estado burguês. Esse foi o contexto em que o governo Getúlio Vargas, nos anos 1930-1945, passou a pôr em prática novas diretrizes políticas quanto às relações entre assalariados e empregadores.”

IANNI, Octávio. *Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. p. 34.

Conforme o texto, novas diretrizes políticas passaram a nortear o governo Vargas, especialmente após 1937, quando foi decretado o Estado Novo, que intensificou a regulamentação das relações entre as classes patronais e os trabalhadores no processo de industrialização vivido pelo Brasil no período posterior a 1930. O espírito dessa intervenção estatal se expressa na:

- a) negação de práticas valorizadas pelo fascismo, como o corporativismo e a máquina de propaganda.
- b) tentativa de aproximar a política trabalhista, cada vez mais, dos integralistas, com vistas a aliciar Plínio Salgado para a chefia do PTB.
- c) busca da harmonia social caracterizada pelo fortalecimento do Estado, que passa a tutelar as divergências e conflitos baseados em interesses particularistas.

- d) valorização exclusiva dos trabalhadores nacionais, objetivando dar-lhes oportunidade de alcançar o poder e assim fazer prevalecer sua ideologia, conforme legislação que previa expulsão dos judeus e outros estrangeiros residentes no Brasil.
- e) concessão do direito de greve aos trabalhadores e do de *lockout* aos empresários, com o fim de dirimir conflitos trabalhistas.

17. Mackenzie-SP – A Revolução de 1930, apoiada por grupos heterogêneos, sem grandes rupturas, promoveu sob a liderança de Getúlio Vargas um novo encaminhamento para o Estado brasileiro. Identifique estes traços nas alternativas a seguir:

- a) O Estado getulista incentivou o capitalismo nacional, promovendo a aliança entre setores da classe trabalhadora urbana e a burguesia nacional.
- b) Para Vargas, a questão social permanecia um caso da polícia e o modelo econômico passou a ser apoiado pelo capital estrangeiro.
- c) As decisões econômico-financeiras foram descentralizadas, tendo o presidente reduzidos poderes.
- d) O poder dos estados foi fortalecido em relação à União.
- e) Preservaram-se as relações clientelistas, mantendo-se a oligarquia cafeeira no poder como antes de 1930.

ESTUDO PARA O ENEM**18. Enem****C2-H8**

“A solução militar da crise política gerada pela sucessão do presidente Washington Luís em 1929-1930 provoca profunda ruptura institucional no país. Deposto o presidente, o Governo Provisório (1930-1934) precisa administrar as diferenças entre as correntes políticas integrantes da composição vitoriosa, herdeira da Aliança Liberal.”

LEMOS, R. A Revolução Constitucionalista de 1932. In: SILVA, R. M.; CACHAPUZ, P. B.; LAMARÃO, S. (Org.). *Getúlio Vargas e seu tempo*. Rio de Janeiro: BNDES.

No contexto histórico da crise da Primeira República, verifica-se uma divisão no movimento tenentista. A atuação dos integrantes do movimento liderado por Juarez Távora, os chamados “liberais” nos anos 1930, deve ser entendida como:

- a) a aliança com os cafeicultores paulistas em defesa de novas eleições.
- b) o retorno aos quartéis diante da desilusão política com a “Revolução de 30”.
- c) o compromisso político-institucional com o governo provisório de Vargas.
- d) a adesão ao socialismo, reforçada pelo exemplo do ex-tenente Luís Carlos Prestes.
- e) o apoio ao governo provisório em defesa da descentralização do poder político.

19. Enem**C3-H14**

“Para os amigos pão, para os inimigos pau; aos amigos se faz justiça, aos inimigos aplica-se a lei.”

LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa-Ômega.

Esse discurso, típico do contexto histórico da República Velha e usado por chefes políticos, expressa uma realidade caracterizada:

- a) pela força política dos burocratas do nascente Estado republicano, que utilizavam de suas prerrogativas para controlar e dominar o poder nos municípios.

- b) pelo controle político dos proprietários no interior do país, que buscavam, por meio dos seus currais eleitorais, enfraquecer a nascente burguesia brasileira.
- c) pelo mandonismo das oligarquias no interior do Brasil, que utilizavam diferentes mecanismos assistencialistas e de favorecimento para garantir o controle dos votos.
- d) pelo domínio político de grupos ligados às velhas instituições monárquicas e que não encontraram espaço de ascensão política na nascente república.
- e) pela aliança política firmada entre as oligarquias do Norte e Nordeste do Brasil, que garantiria uma alternância no poder federal de presidentes originários dessas regiões.

20. Enem**C3-H13**

“A experiência do movimento organizado de mulheres no Brasil oferece excelente exemplo de como se pode utilizar a lei em favor da melhoria do *status* jurídico, da condição social, do avanço no sentido de uma presença mais efetiva no processo de decisão política. Ao longo de quase todo o século XX, com mais intensidade em algumas décadas do que em outras, as mulheres brasileiras conseguiram obter vitórias expressivas. Algumas vezes, abolindo dispositivos legais discriminatórios, outras, conseguindo aprovar novas leis.”

TABAK, F. A lei como instrumento de mudança social. In: TABAK, F.; VERUCCI, F. *A difícil igualdade: os direitos da mulher como direitos humanos*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

A atuação do movimento social abordado no texto resultou, na década de 1930, em:

- a) direito de voto.
- b) garantia de cotas.
- c) acesso ao trabalho.
- d) organização partidária.
- e) igualdade de oportunidades.

12

ERA VARGAS: ESTADO NOVO E RETORNO DEMOCRÁTICO

- De revolucionário a ditador
- Estado Novo
- Segunda Guerra Mundial e aproximação com os Estados Unidos
- Crise no Estado Novo
- Um desafio a Getúlio Vargas
- Governo Eurico Gaspar Dutra (1946-1951)
- A volta de Vargas (1951-1954)

HABILIDADES

- Interpretar historicamente e/ou geograficamente fontes documentais acerca de aspectos da cultura.
- Analisar a atuação dos movimentos sociais que contribuíram para mudanças ou rupturas em processos de disputa pelo poder.
- Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.
- Avaliar criticamente conflitos culturais, sociais, políticos, econômicos ou ambientais ao longo da História.
- Reconhecer a dinâmica da organização dos movimentos sociais e a importância da participação da coletividade na transformação da realidade histórico-geográfica.

DE REVOLUCIONÁRIO A DITADOR

Getúlio Vargas subiu ao poder como líder de uma revolução que pretendia pôr fim a um regime oligárquico, elitista e pouco democrático que favorecia apenas os cafeicultores. Em alguns anos ele transformou-se no centro da política brasileira e daí para ditador foi um passo.

Utilizando justificativas políticas que reverberam até os dias de hoje, como evitar um suposto domínio comunista do país, Vargas manteve o país em estado de alerta e apresentou-se como a solução para o caos. Após o Governo Provisório e apenas três anos de Governo Constitucional, quando as novas eleições se aproximaram, Getúlio Vargas concluiu o que tinha como projeto desde o início: tornou-se um ditador.



Comemoração do 1º de Maio durante o Estado Novo, quando o Brasil já estava na Segunda Guerra Mundial. Fotografia de 1942.

ESTADO NOVO

A instauração do Estado Novo determinou o fechamento imediato do Congresso, a extinção dos partidos e a outorga da Constituição de 1937, conhecida popularmente por polaca ou polaquinha, porque seguia o modelo da Constituição fascista adotada na Polônia.

A nova Constituição conferia o controle total do Poder Executivo ao presidente e a nomeação de interventores nos estados, a quem Vargas deu ampla autonomia. Previa também a formação de um novo Legislativo.

No entanto, nunca foram realizadas eleições no Estado Novo. A Constituição jamais vigorou de fato, pois Vargas governou por meio de decretos-lei e não realizou o plebiscito previsto na própria Carta Magna.

Entre as principais determinações da Constituição polaca, destacam-se:

- extinção do Senado e sua substituição pelo Conselho Nacional, formado por um representante de cada estado eleito pelas assembleias estaduais e dez membros indicados pelo governo;
- substituição da Câmara dos Deputados por um parlamento nacional, formado por até dez representantes de cada estado, eleitos por voto indireto dos vereadores das câmaras municipais;
- censura a todos os meios de imprensa;
- instituição da pena de morte;
- repressão às autonomias estaduais, inclusive com a proibição dos símbolos estaduais;
- instituição do Código de Imprensa.

Desde o Governo Provisório, Vargas empenhou-se na criação de um mito, com o culto à sua personalidade. A criação do programa de rádio A Hora do Brasil, em 1935, inseriu-se nesse contexto. A organização de grandes celebrações em datas especiais tornou-se constante. A cada ano, em festividades como Dia do Trabalho, 7 de Setembro e Natal, entre outras datas valorizadas pelo regime, realizavam-se desfiles e discursos, com a imagem de Vargas em evidência.



Por meio de fortes campanhas publicitárias, Getúlio Vargas buscava o apoio da massa trabalhista com o propósito de diminuir a oposição e garantir amplos poderes ao Executivo federal.

A partir de 1939, o domínio sobre os meios de comunicação e da propaganda acentuou-se com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão responsável pela censura e veiculação de notícias de interesse do governo e encarregado de controlar,

centralizar, orientar e coordenar a propaganda oficial que se fazia em torno da figura de Vargas.

O DIP abrangia imprensa, literatura, teatro, cinema, esporte, recreação, radiodifusão e quaisquer outras manifestações culturais. O governo anunciou importantes conquistas trabalhistas. Em 1940, por exemplo, promulgou a lei do salário mínimo; em 1943, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a qual foi uma necessidade institucional após a criação, em 1939, da Justiça do Trabalho. Síntese de toda a legislação trabalhista construída até então, a CLT foi inspirada em um código semelhante adotado pela Itália fascista de Mussolini, a Carta del Lavoro. Em 1941, instalou-se a Justiça do Trabalho em todo o país.

A legislação trabalhista e a crescente organização do mercado de trabalho diminuíram com os regimes de exploração laboral no Brasil. A carga horária, antes de 14 a 16 horas diárias, passou a ser de 44 horas semanais. Instituiu-se o direito ao 13º salário, às férias remuneradas, ao descanso semanal remunerado e à carteira de trabalho, de modo a garantir a estabilidade no emprego depois de dez anos de serviço, determinação revogada e substituída, em 1965, pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) durante o regime militar.

As medidas adotadas apresentavam um caráter semelhante às do Estado de bem-estar social, desenvolvido em décadas subsequentes na Europa. O DIP era o mecanismo oficial de aproximação do presidente com as camadas menos favorecidas economicamente, as quais ganharam direitos de cidadania. Com o início da Segunda Guerra Mundial na Europa, o departamento veiculava notícias amplamente favoráveis às potências do Eixo.

A construção de um Estado moderno e centralizado também prosseguiu durante o Estado Novo, com a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Código de Processo Penal. O número de leis, decretos e decretos-lei baixados por Getúlio Vargas nesse período foi muito maior que o de todos os diplomas legais baixados durante a República Velha.

SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E APROXIMAÇÃO COM OS ESTADOS UNIDOS

Com o início da Segunda Guerra Mundial, o governo Vargas manteve um posicionamento neutro até 1941. No início do ano seguinte, a conferência de países sul-americanos, realizada no Rio de Janeiro, condenou os ataques japoneses aos Estados Unidos ocorridos em dezembro de 1941 e rompeu relações diplomáticas com os países do Eixo.

O presidente já previa, conforme registrado em seu diário, que o rompimento de relações diplomáticas com a Alemanha resultaria em ataques contra o Brasil. Em 12 de janeiro de 1942, ele escreveu: “Parece-me que os americanos querem nos arrastar à guerra, sem que isso seja de utilidade, nem para nós, nem para eles.”

No começo de 1942, a opinião pública estava dividida: os imigrantes europeus e os integristas inclinavam-

-se para os países do Eixo, assim como a ala militar do governo. De outro lado, parte da imprensa, inclusive sob a influência comunista, clamava pela guerra ao lado dos Aliados. O governo ditatorial e populista de Vargas hesitava em aderir aos Aliados, que contavam com os Estados Unidos (capitalista) e a URSS (socialista). As previsões feitas por Vargas em seu diário não tardaram e, ainda em 1942, submarinos alemães atacaram navios mercantes brasileiros. Com os ataques e as garantias de contrapartida dadas pelo presidente dos Estados Unidos, a neutralidade brasileira chegou ao fim.

Em 22 de agosto de 1942, Vargas declarou guerra à Alemanha e à Itália, não sem antes garantir, com a assinatura de um acordo, a contrapartida prometida pelos Estados Unidos: o financiamento da construção da Companhia Siderúrgica Nacional em troca da instalação de bases militares americanas no Nordeste e em Fernando de Noronha.

A demanda por borracha motivou uma intensa migração de nordestinos para a Amazônia, os chamados "soldados da borracha", alterando mais uma vez a história dessas regiões. Em 28 de janeiro de 1943, Vargas e o presidente americano Franklin Delano Roosevelt participaram da Conferência de Natal, na qual firmaram os primeiros acordos que resultaram na criação, em novembro, da Força Expedicionária Brasileira (FEB). O símbolo da FEB era uma cobra fumando, pois atribuíam-se a Vargas a frase "É mais fácil uma cobra fumar do que o Brasil entrar na guerra".



GRANGER HISTORICAL PICTURE ARCHIVE/ALAMY STOCK PHOTO

Vargas fiscalizando tropas brasileiras durante a Segunda Guerra Mundial.

Além da FEB, que participou das operações de guerra com cerca de 20 mil soldados contra tropas nazistas em território italiano, conquistando importantes vitórias em Monte Castelo e Monte Cassino, o Brasil inaugurou a Força Aérea Brasileira (FAB). Nasceu assim a aeronáutica de guerra, a terceira das forças armadas do Brasil.

CRISE NO ESTADO NOVO

Com o fim da guerra, influenciadas pelas vitórias contra os nazistas, ao lado de países democráticos, as

tropas brasileiras passaram a contestar o autoritarismo e a ditadura varguista. As pressões americanas para a redemocratização do Brasil aumentaram.

Ao mesmo tempo que Vargas começava a distender a política interna, autorizando a formação de partidos políticos com a decretação do novo código eleitoral em fevereiro de 1945 e concedendo anistia aos presos políticos, a campanha do quererismo organizava-se a fim de defender a convocação de eleições para uma assembleia constituinte com Vargas no poder.

Comunistas liderados por Prestes, recém-liberto do cárcere pelo benefício da anistia, apoiaram Vargas na campanha do quererismo, pois viam seu governo como uma peça importante na luta contra o totalitarismo e o capitalismo nesse novo contexto.

A democratização que marcou as últimas semanas do governo Vargas não deve encobrir sua tentativa de continuar no poder, pois o novo código eleitoral ou Lei Agamenon estabelecia condições muito difíceis para o registro de partidos. Apesar disso, motivou o aparecimento de mais de uma dezena de partidos políticos.

O calendário eleitoral determinava, para o fim de 1945, as eleições presidenciais. Logo após a divulgação do resultado, uma assembleia constituinte foi encarregada de elaborar uma Constituição democrática mais adequada aos novos tempos. A campanha do quererismo, vista com muita desconfiança pela oposição, poderia estar relacionada à ação militar liderada pelo general Góis Monteiro, em 29 de outubro de 1945, o que forçou a abdicação de Vargas.

Nas eleições que se seguiram, a candidatura do general Eurico Gaspar Dutra pela coligação PSD-PTB saiu vitoriosa após Getúlio ter declarado apoio nos últimos instantes, com mais de 55% dos votos contra o candidato Eduardo Gomes, antigo membro do tenentismo pela União Democrática Nacional (UDN); e Iedo Fiúza, do PCB. Terminava assim o longo domínio de Vargas na política nacional, mas não a presença de líderes populistas, todos seus herdeiros diretos.

UM DESAFIO A GETÚLIO VARGAS

Após sua deposição, Vargas precisou lidar com algo inédito para ele: a democracia. Limitada, é verdade; incompleta e defeituosa, sem dúvida, mas uma democracia. Após sua deposição, como era permitido na época, candidatou-se a cargos legislativos em vários estados do país. Ganhou em todos. Escolheu ser senador pelo Rio Grande do Sul.

GOVERNO EURICO GASPAR DUTRA (1946-1951)

O general Dutra foi eleito pela coligação partidária formada por PSD e PTB, vencendo o forte concorrente da UDN, o brigadeiro da Aeronáutica Eduardo Gomes. Apesar de derrotada, a UDN tinha grande influência política

e conseguiu participar do governo Dutra ocupando dois ministérios: o das Relações Exteriores e o da Educação.

Interessava à UDN colaborar com o governo para reduzir a importância do prestígio de Getúlio Vargas junto à população, pois nas eleições de 1945, beneficiando-se da lei eleitoral, ele foi eleito senador e deputado por vários estados, optando por assumir pelo Rio Grande do Sul, seu estado de origem.

O Partido Comunista tornara-se legal e seus integrantes, muitos deles recém-saídos da prisão, tiveram larga votação nos centros urbanos. Luís Carlos Prestes foi eleito para o Senado junto a uma bancada de catorze deputados federais, entre eles o escritor Jorge Amado e Carlos Marighella (este viria a ser um militante dos mais combativos ao governo militar instalado no Brasil em 1964). Com cerca de 200 mil militantes, o Partido Comunista tornou-se o mais forte partido comunista da América Latina.

Em 18 de dezembro de 1946, foi promulgada a quarta Constituição da República – a quinta do Brasil –, mantendo o presidencialismo, o federalismo e os três poderes.

A política econômica

O presidente Dutra herdou a balança de pagamentos do país em situação favorável. O surto industrial e o aumento das exportações provocados pela guerra haviam deixado ao país uma reserva disponível de 708 milhões de dólares. Aplicando uma política financeira exageradamente liberal, o governo abriu o país às importações indiscriminadas, principalmente para artigos de luxo, além de comprar diversas empresas estrangeiras deficitárias, como as de estradas de ferro, por preços elevados. O resultado disso foi a redução repentina das reservas brasileiras de 708 milhões para 29 milhões de dólares no prazo de um ano.

Em 1947, Dutra implantou o Plano Salte, que previa o investimento estatal em áreas de infraestrutura como saúde, alimentação, transporte e energia (daí a sigla Salte), procurando promover o desenvolvimento econômico e a geração de empregos no Brasil. Contudo, seus resultados foram parcos, sobretudo levando em conta os anseios iniciais do governo em relação a esse plano de metas.



General Dutra esteve presente no Estádio do Maracanã (RJ), no jogo de abertura da Copa do Mundo de 1950, realizada no Brasil.

Os comunistas e a Guerra Fria

As maiores dificuldades do governo Dutra foram causadas pelos comunistas, que arregimentavam o operariado, e pelos getulistas. Os comunistas passaram a compor, cada vez mais, bancadas legislativas estaduais e municipais. Em São Paulo, por exemplo, dezoito vereadores da Câmara Municipal eram comunistas. No entanto, em 1947, o cenário nacional ficou mais tenso com a repercussão da Doutrina Truman, que dera início à Guerra Fria. Campanhas contra os comunistas passaram a ser constantes na imprensa.

Em 1947, 143 organizações sindicais sofreram intervenção governamental, atingindo cerca de quatrocentas até 1950. Em maio de 1947, o Brasil rompeu relações com a União Soviética.

Sucessão

Logo após Dutra ter assumido a presidência, em janeiro de 1946, os adeptos de Getúlio Vargas já articulavam seu retorno ao poder. As eleições de 1945, nas quais o “Pai dos Pobres” recebeu uma votação expressiva, foram um grande estímulo para seu possível retorno. Em 1949, Getúlio começou a aparecer com mais vigor, evidenciando uma postura democrática. O trabalhismo, o nacionalismo econômico e o até então rival Ademar de Barros (à época, governador de São Paulo pelo PSP) proporcionaram a Getúlio Vargas a vitória nas eleições de 3 de outubro de 1950, com 48,7% dos votos.

A VOLTA DE VARGAS (1951-1954)

A política econômica

Pela primeira vez Getúlio Vargas alcançava a presidência pelo voto popular direto. E o país não era o mesmo que ele havia governado anteriormente: a sociedade estava mais complexa e diferenciada, os industriais se fortaleceram, as classes médias urbanas cresceram e os trabalhadores se multiplicaram. Outro aspecto novo era a grande presença do capital externo na economia brasileira.

Nesse contexto, desenvolveram-se duas correntes de pensamento econômico: uma delas defendia a participação do capital externo, principalmente estadunidense, para possibilitar o desenvolvimento; a outra era a favor de um desenvolvimento baseado no capitalismo nacional e não aceitava a presença do imperialismo.

A primeira era defendida pela UDN e por políticos e industriais liberais, os quais passaram a ser chamados de “entreguistas”; a segunda corrente era apoiada pelos estudantes, pela classe média, pelos trabalhadores e pelos comunistas. Getúlio manteve-se fiel ao seu pensamento nacionalista-populista, mas sabia que não podia menosprezar a forte presença do capital estadunidense e a poderosa influência política dos Estados Unidos. Entretanto, defendia que esses capitais deveriam ser disciplinados e o Estado teria uma parcela importante no desenvolvimento do país.

Vargas permitia o capital estrangeiro no país, em associação com os capitais nacionais, mas não admitia a desnacionalização da economia. O governo, com base em empréstimos do Eximbank e do Bird, iniciou um programa de investimentos em infraestrutura, como energia, transporte, indústria de base, siderurgia e petroquímica.

Em 1952, Vargas criou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), destinado a anular ou reduzir deficiências infraestruturais que impediam o desenvolvimento regular da economia brasileira.

O nacionalismo crescia na sociedade brasileira e sua expressão máxima foi a campanha "O petróleo é nosso". As discussões sobre o petróleo no Brasil vinham desde o governo Dutra, quando algumas empresas petrolíferas estrangeiras passaram a se interessar pela pesquisa de solo. No Clube Militar, enquanto alguns oficiais apoiavam a entrada do capital estrangeiro, outros passaram a defender publicamente o controle da exploração do petróleo pelo governo brasileiro e cunharam a frase que se tornaria o lema da campanha. Em 1948, a União Nacional dos Estudantes (UNE) promoveu várias manifestações em defesa do monopólio do petróleo.



BANCO DE IMAGENS PETROBRAS

A Petrobras foi fundada em 3 de outubro de 1953. Na foto, Getúlio Vargas mostra as mãos sujas de petróleo, o que se tornou um símbolo da campanha "O petróleo é nosso".

Em dezembro de 1951, Vargas enviou ao Congresso a mensagem nº 469, com o projeto que criava a Petrobras. Esse projeto não falava em monopólio estatal, como defendia Getúlio. A oposição, liderada pela UDN, tinha maioria no Congresso e, para que a criação da Petrobras não fosse descartada assim que chegasse ao Legislativo, ele enviou um projeto que abria a possibilidade de investimento estrangeiro. Com isso, Getúlio esperava agradar a todos. Não agradou. Os nacionalistas qualificaram o projeto de "entreguista". Em 1952, o deputado Eusébio Rocha, do PTB, apresentou um substitutivo que apresentava a Petrobras como uma empresa de capital misto e propunha um rígido monopólio estatal sobre a prospecção e a produção. As refinarias privadas estrangeiras que já atuavam no Brasil seriam mantidas. E foi assim que, em 3 de outubro de 1953, Getúlio Vargas criou a Petrobras.

Após a criação da Petrobras, a situação começou a ficar cada vez mais complicada para Getúlio. De um lado, os trabalhadores, descontentes com a inflação que acometia a sociedade, e, de outro, os Estados Unidos e seus apoiadores brasileiros, como liberais e alguns setores do Exército, raivosos com a política nacionalista imprimida por Getúlio. Os trabalhadores passaram a realizar sucessivas greves, o que levou o governo a promulgar uma lei sobre os crimes contra o Estado e a ordem política e social, pela qual seriam considerados "delinquentes" aqueles que "convocam ou realizam comício ou reunião pública a céu aberto, em lugar não autorizado pela polícia".

O então ministro do Trabalho, João Goulart, em resposta às exigências dos sindicatos, propôs um aumento de 100% do salário mínimo e a extensão dos direitos dos trabalhadores urbanos aos rurais. Os projetos causaram um rebuliço político e Vargas foi pressionado a demiti-lo. Getúlio demite João Goulart, mas não nomeia ninguém. Assim, o cargo foi assumido por um suplente e Jango continuou tendo livre entrada no ministério. No dia 1º de maio (Dia do Trabalho) de 1954, Getúlio confirmou os dois projetos (o aumento de 100% do salário mínimo e a extensão dos direitos aos trabalhadores rurais) e a oposição explodiu. A UDN e os conservadores passaram a pensar em destituir Getúlio, nem que fosse pelo golpe.

O atentado da Rua Tonelero e o suicídio de Getúlio Vargas

À zero hora e trinta minutos de 5 de agosto de 1954, Carlos Lacerda sofreu um atentado na porta de sua casa. Nesse evento, morreu o major Vaz.



ARQUIVO O JORNAL/JCOM/D.A. PRESS

Carlos Lacerda conversa com o bispo D. José Távora após sofrer o atentado.

No dia 8, a trama começou a ser esclarecida com a prisão do motorista do táxi usado na emboscada. No dia 17, graças às informações prestadas por ele, foi preso, no Rio de Janeiro, Climério Eurides de Almeida, o autor dos disparos.

Climério pertencia à guarda presidencial e a investigação chegou ao chefe da guarda, Gregório Fortunato, acusado de ter sido o mandante do atentado. A Aeronáutica, a oposição, principalmente a UDN, e a imprensa fizeram grande alarde, com acusações irresponsáveis com o intuito de atemorizar a população.

Em 21 de agosto de 1954, o vice-presidente Café Filho, que era um alvo especial para a tentativa da UDN

de fomentar uma cisão dentro do governo, sugeriu a Getúlio que ambos resignassem o mandato presidencial. Getúlio recusou-se, dizendo a Café Filho que não abandonaria o Palácio antes do término de seu mandato, exceto se estivesse morto. Em 23 de agosto, Café Filho rompeu publicamente com o presidente e, no mesmo dia, 27 generais do Exército fizeram um manifesto à nação exigindo a renúncia de Getúlio. Em 24 de agosto, Vargas suicidou-se com um tiro no peito, afirmando em sua carta-testamento ser vítima de uma campanha difamatória.

Surpreendendo a oposição, a reação do povo de sofrimento e simpatia por Vargas tomou conta do país.

LEITURA COMPLEMENTAR

Carta-testamento de Getúlio Vargas

Mais uma vez, a forças e os interesses contra o povo coordenaram-se e novamente se desencadeiam sobre mim. Não me acusam, insultam; não me combatem, caluniam; e não me dão o direito de defesa. Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação, para que eu não continue a defender, como sempre defendi, o povo e principalmente os humildes.

Sigo o destino que me é imposto. Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social. Tive de renunciar. Voltei ao governo nos braços do povo. A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a justiça da revisão do salário mínimo se desencadearam os ódios. Quis criar liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobras e, mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobras foi obstaculada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre.

Não querem que o povo seja independente. Assumi o governo dentro da espiral inflacionária que destruiu os valores do trabalho. Os lucros das empresas estrangeiras alcançavam até 500% ao ano. Nas declarações de valores do que importávamos existiam fraudes constatadas de mais de 100 milhões de dólares por ano. Veio a crise do café, valorizou-se o nosso principal produto. Tentamos defender seu preço e a resposta foi uma violenta pressão sobre a nossa economia, a ponto de sermos obrigados a ceder.

Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo, para defender o povo, que agora se queda desamparado. Nada mais vos posso dar, a não ser meu sangue. Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida.

Escolho este meio de estar sempre convosco. Quando vos humilharem, sentireis minha alma sofrendo ao vosso lado. Quando a fome bater à vossa porta, sentireis em vosso peito a energia para a luta por vós e vossos filhos. Quando vos vilipendiarem, sentireis no pensamento a força para a reação. Meu sacrifício vos manterá unidos e meu nome será a vossa bandeira de luta. Cada gota de meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência. Ao ódio respondo com o perdão.

E aos que pensam que me derrotaram respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo de quem fui escravo não mais será escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue será o preço do seu resgate. Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora vos ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História.

Rio de Janeiro, 23 ago. 1954.

CPDOC. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Carta-testamento de Getúlio Vargas. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=CorrespGV2&pasta=GV%20c%201932.07.10/7>>. Acesso em: 15 dez. 2018

ROTEIRO DE AULA

ERA VARGAS: ESTADO NOVO (1937-1945)

Constituição de 1937

- Outorgada e autoritária, ficou conhecida como “polaca” por tomar como base o texto constitucional polonês.
- Decretou o fechamento do Congresso Nacional e o fim das eleições.
- Retirou a autonomia dos estados, que passaram a ser governados por interventores.
- Suspendeu liberdades e garantias individuais.
- Estabeleceu a censura prévia à imprensa, ao cinema, ao rádio e ao teatro.
- Subordinou os sindicatos ao governo.
- Ampliou a intervenção do Estado na economia, com a criação do Conselho de Economia Nacional.

Medidas políticas e administrativas

- Reforma educacional.
- Início da Companhia Siderúrgica Nacional.
- Criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).
- Crise do modelo agroexportador.
- Crise política após 1944: surgimento de partidos políticos (UDN, PSD e PTB).
- Após a vitória aliada na Segunda Guerra Mundial, aumentou o clima de contestação ao autoritarismo e à ditadura de Vargas.
- Deposição de Getúlio.

ROTEIRO DE AULA

ERA VARGAS: RETORNO DEMOCRÁTICO (1951-1954)

Governo Eurico Gaspar Dutra (1946-1951)

Política:

Nova Constituição.

Economia:

Plano Salte.

Retorno democrático de Getúlio Vargas (1951-1954)

Nacionalismo econômico:

Criação da Petrobras e do BNDE.

Oposição:

Forte oposição da imprensa e atentado da Rua Tonelero levam o presidente ao suicídio.

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO
SISTEMA DE ENSINO DOM BOSCO

EXERCÍCIOS DE APLICAÇÃO

1. Unicamp-SP – Em 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas discursava à nação através do rádio:

“A disputa presidencial estava levando o país à desordem. Os comunistas infiltravam-se dia a dia nas instituições nacionais. A nação corria perigo de uma luta de classes e os partidos políticos inquietavam o nosso povo”.

a) Que argumentos Vargas usou para implantar o Estado Novo?

Para implantar o Estado Novo, Vargas usou o chamado Plano Cohen,

suposto plano de golpe de Estado que ele evitaria ao tomar o poder,

transformando seu governo em uma ditadura.

b) Cite duas características do Estado Novo.

Autoritarismo, censura e nacionalismo, entre outras características.

2. Enem

C3-H11

“Bandeira do Brasil, és hoje a única. Hasteada a esta hora em todo o território nacional, única e só, não há lugar no coração do Brasil para outras flâmulas, outras bandeiras, outros símbolos. Os brasileiros se reuniram em torno do Brasil e decretaram desta vez com determinação de não consentir que a discórdia volte novamente a dividi-lo!”.

Discurso do ministro da Justiça Francisco Campos na cerimônia da festa da bandeira, em novembro de 1937. Apud OLIVEN, G. R. *A parte e o todo: a diversidade cultural do Brasil* nação. Petrópolis: Vozes, 1992.

O discurso proferido em uma celebração em que as bandeiras estaduais eram queimadas diante da bandeira nacional revela o pacto nacional proposto pelo Estado Novo, que se associa à:

- a) supressão das diferenças socioeconômicas entre as regiões do Brasil, priorizando as regiões estaduais carentes.
- b) orientação do regime quanto ao reforço do federalismo, espelhando-se na experiência política norte-americana.
- c) adoção de práticas políticas autoritárias, considerando a contenção dos interesses regionais dispersivos.
- d) propagação de uma cultura política avessa aos ritos cívicos, cultivados pela cultura regional brasileira.
- e) defesa da unidade do território nacional, ameaçado por movimentos separatistas contrários à política varguista.

Vargas, desde seus primeiros anos no comando da nação, já tinha uma tendência centralizadora. Esse é um momento símbolo dessa sua forma de governar autoritária e com pouco espaço para interesses regionais.

Competência: Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.

Habilidade: Identificar registros de práticas de grupos sociais no tempo e no espaço.

3. UFRGS-RS – Com a instituição do Estado Novo em 1937, Getúlio Vargas inaugurou um novo regime político no Brasil, marcado pelo autoritarismo. Entre as características e mecanismos de controle da ditadura varguista, pode-se citar:

- a) a mobilização das massas em grande escala através da atuação de um partido único controlado pelo líder do governo.
- b) a opção pelo modelo de desenvolvimento econômico liberal, com a privatização dos meios de produção e a abertura do mercado ao capital internacional.
- c) a difusão e veiculação de propagandas e ideais do novo regime através de programas de rádio como o Repórter Esso e a Hora do Brasil.
- d) o alinhamento contínuo e incondicional da política externa do país às diretrizes norte-americanas.
- e) o reforço das unidades federativas, que passaram a dispor de ampla autonomia político-econômica e administrativa com vistas a garantir a soberania e a integridade territorial frente a ameaças imperialistas.

A propaganda estatal é peça central de qualquer ditadura, e com Vargas não foi diferente. Não só no rádio, mas também nos meios impressos, em cartazes, passeatas e desfiles, a figura do ditador e sua ideia de Brasil eram exaltadas.

4. UNESP

“Quis criar a liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobras; mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobras foi obstaculizada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre. Não querem que o povo seja independente [...]. Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História.”

Getúlio Vargas. Carta-testamento, 1954.

a) Por que Getúlio Vargas associa “liberdade nacional” à criação da Petrobras?

Para Getúlio Vargas, a produção de petróleo feita por uma empresa na-

cional era indispensável ao desenvolvimento industrial e econômico do

país e poderia representar a independência econômica brasileira.

b) Identifique no texto elementos que caracterizam o populismo de Getúlio Vargas.

A defesa do trabalhismo, o controle das massas e o nacionalismo.

5. UnB-DF (adaptado)

“É tremenda injustiça comparar Khrushchev a Hitler. A arrogância, a truculência, a insensibilidade brutal do ditador soviético são inéditas na história do mundo. Nunca se viu, desde os tempos de Gengis Khan, tamanho desprezo pelos valores da civilização ou maior falta de escrúpulos. Estarrecido, o mundo, ao mesmo tempo em que se inteirava da consumação das ameaças de Khrushchev de fazer explodir a superbomba de 50 megatons, lia a resposta

dele ao apelo dos deputados trabalhistas ingleses para que desistisse da explosão. Em lugar de responder como faria um homem civilizado e dotado de qualquer vestígio de decência ou de sentimento de humanidade, Khrushchev replicou, com todo o seu furor vesânico, para ameaçar a Inglaterra de destruição total, assegurando que ela seria riscada do mapa.”

O trecho acima, extraído e adaptado do jornal *O Globo*, é parte do editorial “Ditador fanático quer subjugar o mundo pelo terror”, publicado na primeira página da edição de 1º de novembro de 1961. Considerando a retórica do editorial, o ano em que foi publicado e o contexto histórico em que se inscreve, além de aspectos marcantes da história do século XX, julgue certo ou errado:

No governo de Gaspar Dutra, o Brasil tomou partido na disputa ideológica que convulsionava o mundo: rompeu relações diplomáticas com a URSS e tornou ilegal o Partido Comunista no país.

Certo. O governo Dutra foi marcado pela proibição do comunismo no país e pelo alinhamento definitivo com os Estados Unidos.

6. UFPel-RS

“[...] Depois de décadas de domínios e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. [...] A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a justiça da revisão do salário mínimo se desencadearam os ódios. Quis criar a liberdade individual na potencialização das nossas riquezas através da Petrobras,

mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobras foi obstaculada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre. Não querem que o povo seja independente. Assumi o governo dentro da espiral inflacionária que destruiu os valores do trabalho. Os lucros das empresas estrangeiras alcançavam até 500% ao ano. [...] Lutei contra a exploração do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. [...] Eu vos dei a minha vida. Agora ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História.”

Carta-testamento de Getúlio Vargas, 24 ago. 1954.

O documento expressa uma política de:

- a) liberalismo econômico e nacionalismo, características do período em que governou provisoriamente.
- b) estatização, restrição ao capital externo e financeiro, que corresponde ao período no qual foi eleito diretamente pelo povo.**
- c) abertura ao capital externo, criação de empresas estatais, como a Eletrobras e a Petrobras, representando o período do Estado Novo.
- d) protecionismo estatal e populismo, sintetizando a ditadura legalizada pela Constituição “polaca”, momento político no qual a Carta foi redigida.
- e) assistência aos trabalhadores e liberalismo, que ensinava o “Estado mínimo” durante o seu Governo Constitucional.

Essa carta, apresentada na íntegra neste módulo, é um dos grandes documentos históricos brasileiros. Ela está marcada por tudo o que havia de mais presente na vida política de Getúlio naquele período desde sua eleição até seu suicídio: a fundação de estatais importantes, o nacionalismo e a restrição ao capital estrangeiro.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

7. PUC-RJ – Analise as afirmativas abaixo, referentes ao Estado Novo (1937-1945) no Brasil:

- I. O Estado Novo contou com forte apoio das oligarquias estaduais, da Igreja Católica e de setores da esquerda defensores de um Estado autoritário, que tomavam o stalinismo soviético como exemplo.
- II. O novo modelo de Estado, inaugurado em 1937, foi uma quebra na normalidade constitucional brasileira e se legitimou através de uma nova Constituição que tinha um explícito conteúdo autoritário.
- III. O Estado Novo foi um período marcado pelo autoritarismo, com intensa propaganda política estatal, controle de informação, proibição de organizações políticas e forte repressão policial.
- IV. O Estado Novo se caracterizou por um esfriamento das relações diplomáticas entre Brasil e Estados Unidos e por um alinhamento progressivo com os países fascistas da Europa.

São afirmativas corretas:

- a) I, II, III e IV.
- b) III e IV, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) II e IV, apenas.
- e) I e IV, apenas.

8. Enem

“Podeis interrogar, talvez: quais são as aspirações das massas obreiras, quais os seus interesses? E eu vos respondo: ordem e trabalho! Em primeiro lugar, a ordem, porque na desordem nada se constrói; porque num país como o nosso, onde há tanto trabalho a realizar, onde há tantas iniciativas a adotar, onde há tantas possibilidades a desenvolver, só a ordem assegura a confiança e a estabilidade. O trabalho só se pode desenvolver em ambiente de ordem.”

Discurso de Getúlio Vargas, pronunciado no Palácio da Guanabara, no Dia do Trabalho (1º de maio, 1938). In: BONAVIDES, P.; AMARAL, R. *Textos políticos da história do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2002. (Adaptado)

O discurso de Getúlio Vargas, proferido durante o Estado Novo, envolve uma estratégia política na qual se evidencia:

- a) o estímulo à ação popular, que poderia tomar para si o poder político.
- b) o disfarce das posições socialistas como anseios populares.
- c) a dissimulação do nazifascismo, para sua aceitação pela elite política.
- d) o debate sobre as políticas do Estado, objetivando o consenso entre os partidos.
- e) a apresentação do projeto político do governo como uma demanda popular.

9. UERJ



UERJ

No governo Vargas, foi criado o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia – S.E.M.T.A., uma medida direcionada para a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Com base no cartaz, as ações programadas por esse serviço tiveram como principal objetivo:

- a) ocupação militar relacionada à redefinição das fronteiras nacionais.
- b) proteção dos trabalhadores rurais em resposta à depressão econômica.
- c) estímulo à migração para exploração de recursos naturais estratégicos.
- d) demarcação de reservas florestais associada à política de defesa ambiental.

10. UESPI – Em 1943, foi publicada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que passou a regulamentar, no Brasil, de forma sistematizada, as relações de trabalho entre patrões e empregados. Essa publicação ocorreu durante:

- a) o período de redemocratização do país no governo de Jânio Quadros.
- b) a presidência de Juscelino Kubitschek, constando do seu Plano de Metas.
- c) o período do chamado Estado Novo, sob a presidência de Getúlio Vargas.
- d) o período posterior à volta de Getúlio Vargas ao poder, na qualidade de presidente eleito.
- e) o governo do presidente Rodrigues Alves, durante o qual também ocorreu a denominada Revolta da Vacina.

11. UFRN – Em uma cerimônia cívica realizada no Rio de Janeiro, em dezembro de 1937, o presidente Getúlio Vargas participou da queima e da destruição das bandeiras estaduais e do hasteamento do pavilhão nacional. O cartaz abaixo foi divulgado no período e ilustra uma das diretrizes do governo Vargas, expressa também na cerimônia referida.



CPDOC/FGV

RODRIGUES, Joelza Ester. *História em documento: imagem e texto*. São Paulo: FTD, 2002. p. 165.

Essa cerimônia pode ser simbolicamente identificada com o desejo de Vargas de:

- a) demonstrar que o poder forte centralizado havia liquidado a força política dos coronéis em todos os estados da federação.
- b) afrontar as lideranças políticas do Congresso Nacional, por ele considerado um órgão inoperante e distanciado dos interesses vigentes nos estados da federação.
- c) distribuir a renda nacional de acordo com as necessidades da população, minimizando as disparidades entre trabalhadores e empresários dos diferentes estados brasileiros.
- d) instituir um Estado nacional unificado em torno de padrões nacionais, em oposição às unidades federadas dominadas pelos interesses das oligarquias.

12. Cesgranrio-RJ – Na década de 1950, durante o segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954), setores da sociedade brasileira se mobilizaram numa campanha:

- a) por uma política externa independente, que fez com que o presidente criasse, sem a ajuda de capitais estrangeiros, a Companhia Siderúrgica Nacional.
- b) pela nacionalização da pesquisa, exploração e refino do petróleo, que culminou com a criação da Petrobras, símbolo do nacionalismo econômico.
- c) que exigia reformas de base, forçando o Congresso a votar leis que permitissem a reforma agrária e a nacionalização das empresas estrangeiras.
- d) pela entrada sem restrições do capital estrangeiro no país, que culminou com a formulação, por setores governamentais, do Plano de Metas.
- e) pela modernização tecnológica do país, que resultou no investimento estatal em novas fontes de energia e na criação de usinas nucleares.

13. UFMG – O segundo governo Vargas (1951-1954) caracterizou-se por forte orientação nacionalista. Entre as iniciativas que marcaram esse período, destaca-se a criação da Petróleo Brasileiro S.A., a Petrobras, mediante a Lei nº 2.004, aprovada pelo Congresso em 3 de outubro de 1953. É correto afirmar que essa lei:

- a) deu origem à campanha “O petróleo é nosso”, o que reforçou o sentimento nacionalista entre os brasileiros e fez crescer o apoio a Vargas.

- b) foi o estopim da crise política que levou ao suicídio de Vargas, pois a lei deixou a distribuição do petróleo nas mãos de empresas estrangeiras.
- c) motivou a crítica, por parte do escritor paulista Monteiro Lobato, à criação da empresa estatal de petróleo.
- d) teve como eixo a imposição do monopólio estatal sobre a produção de petróleo, considerado condição necessária para a soberania nacional.

14. UFSM-RS



TRIBUNA DA IMPRENSA

DOMINGUES, Joelza E.; FIUSA, Layla P. L.
História: o Brasil em foco. São Paulo: FTD. p. 281.

No período que antecedeu o suicídio de Vargas, o jornal *Tribuna da Imprensa*, ostensivamente anti-getulista, apresentava manchetes que refletiam o(a):

- a) crise do modelo agrário-exportador e o início de uma campanha pró-desenvolvimento industrial no país, com base exclusiva no capital nacional.
- b) pressão da oposição conservadora para pôr fim ao nacionalismo econômico em prol de uma política mais adequada aos interesses do capital oligopolista.
- c) descontentamento popular com a política nacionalista de Vargas.
- d) fim do pacto populista no Brasil, resultando na eleição de Juscelino Kubitschek pelas forças contrárias a Vargas.
- e) fim do acordo de Vargas com a União Democrática Nacional (UDN) e a sua aproximação com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

15. PUC-RS – No combate à inflação, o governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) buscou direcionar os gastos públicos em investimentos nos setores considerados prioritários. Nasceu, então, o Plano Salte, destinado a investir em saúde, alimentação, transporte e energia. Mas o desenvolvimento brasileiro, especialmente da indústria, ficou abaixo das aspirações dos industriais brasileiros. Isso ocorreu em razão:

- a) de políticas econômicas que regulavam os preços dos produtos essenciais para proteger a indústria nacional.
- b) das facilidades à exportação de bens duráveis, promovidas pelas políticas econômicas do governo.
- c) da abertura do mercado brasileiro à importação de bens supérfluos.
- d) de políticas econômicas voltadas para a seleção das importações, priorizando os bens duráveis.
- e) da captação de recursos a partir da construção das indústrias de base e da política econômica nacionalista do governo.

16. Fuvest-SP – Em 1947, o Partido Comunista foi colocado na ilegalidade no Brasil. Esta decisão se explica basicamente:

- a) pela bipartição do mundo em blocos antagônicos, consequência da Guerra Fria.
- b) pela linha insurrecional dos comunistas que pretendiam iniciar uma revolução a curto prazo.
- c) por ser o Partido Comunista frágil e destituído de expressão social.
- d) por ser um acordo partidário firmado pela UDN, o PSD e o PTB.
- e) pelo desejo de acalmar as forças armadas que ameaçavam interromper o jogo democrático.

17. UFMG – Observe a figura:



UFMG

TEIXEIRA, Francisco M. P. *Brasil: história e sociedade.* São Paulo: Ática, 2000. p. 274.

Essa figura está relacionada:

- a) à campanha eleitoral de 1950, quando Getúlio se apresentou como um candidato democrático apoiado pela massa de trabalhadores.
- b) à propaganda da Aliança Liberal, que defendia a coligação dos tenentes com a oligarquia gaúcha, tendo Getúlio Vargas como seu líder.

- c) ao culto do regionalismo político, que os órgãos de propaganda do Estado Novo alimentaram usando a origem gaúcha de Getúlio Vargas.
- d) ao movimento conhecido como queremismo, que, ao final do Estado Novo, uniu comunistas e trabalhistas na luta pela Constituinte com Getúlio.

ESTUDO PARA O ENEM

18. Enem

C5-H21

“Durante o Estado Novo, os encarregados da propaganda procuraram aperfeiçoar-se na arte da empolgação e envolvimento das ‘multidões’ através das mensagens políticas. Nesse tipo de discurso, o significado das palavras importa pouco, pois, como declarou Goebbels, ‘não falamos para dizer alguma coisa, mas para obter determinado efeito’.”

CAPELATO, M. H. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, D. (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

O controle sobre os meios de comunicação foi uma marca do Estado Novo, sendo fundamental à propaganda política, na medida em que visava:

- a) conquistar o apoio popular na legitimação do novo governo.
- b) ampliar o envolvimento das multidões nas decisões políticas.
- c) aumentar a oferta de informações públicas para a sociedade civil.
- d) estender a participação democrática dos meios de comunicação no Brasil.
- e) alargar o entendimento da população sobre as intenções do novo governo.

19. Enem

C2-H10

Estatuto da Frente Negra Brasileira (FNB)

“Art. 1º – Fica fundada nesta cidade de São Paulo, para se irradiar por todo o Brasil, a Frente Negra Brasileira, união política e social da Gente Negra Nacional, para a afirmação dos direitos históricos da mesma, em virtude da sua atividade material e moral no passado e para reivindicação de seus direitos sociais e políticos, atuais, na Comunhão Brasileira.”

Diário Oficial do Estado de São Paulo, 4 nov. 1931.

Quando foi fechada pela ditadura do Estado Novo, em 1937, a FNB caracterizava-se como uma organização:

- a) política, engajada na luta por direitos sociais para a população negra no Brasil.
- b) beneficente, dedicada ao auxílio dos negros pobres brasileiros depois da abolição.
- c) paramilitar, voltada para o alistamento de negros na luta contra as oligarquias regionais.

- d) democrático-liberal, envolvida na Revolução Constitucionalista conduzida a partir de São Paulo.
- e) internacionalista, ligada à exaltação da identidade das populações africanas em situação de diáspora.

20. Enem

C2-H9

Zuenir Ventura, em seu livro *Minhas memórias dos outros* (São Paulo: Planeta do Brasil, 2005), referindo-se ao fim da “Era Vargas” e ao suicídio do presidente em 1954, comenta:

“Quase como castigo do destino, dois anos depois eu iria trabalhar no jornal de Carlos Lacerda, o inimigo mortal de Vargas (e nunca esse adjetivo foi tão próprio). Diante daquele contexto histórico, muitos estudiosos acreditam que, com o suicídio, Getúlio Vargas atingiu não apenas a si mesmo, mas o coração de seus aliados e a mente de seus inimigos.”

A afirmação que aparece “entre parênteses” no comentário e uma consequência política que atingiu os inimigos de Vargas aparecem, respectivamente, em:

- a) A conspiração envolvendo o jornalista Carlos Lacerda é um dos elementos do desfecho trágico e o recuo da ação de políticos conservadores devido ao impacto da reação popular.
- b) A tentativa de assassinato sofrida pelo jornalista Carlos Lacerda por apoiar os assessores do presidente que discordavam de suas ideias e o avanço dos conservadores foram intensificados pela ação dos militares.
- c) O presidente sentiu-se impotente para atender a seus inimigos, como Carlos Lacerda, que o pressionavam contra a ditadura e os aliados do presidente teriam que aguardar mais uma década para concretizar a democracia progressista.
- d) O jornalista Carlos Lacerda foi responsável direto pela morte do presidente e este fato veio impedir definitivamente a ação de grupos conservadores.
- e) o presidente cometeu o suicídio para garantir uma definitiva e dramática vitória contra seus acusadores e oferecendo a própria vida Vargas facilitou as estratégias de regimes autoritários no país.

REPÚBLICA POPULISTA E GOLPE DE 1964

13

POPULISMO

No contexto da Guerra Fria, vários países da América Latina adotaram sistemas populistas de governo, situação política que comporta múltiplos aspectos, por vezes contraditórios, com variações de acordo com características regionais.

O populismo é o regime em que o povo e suas necessidades imediatas servem de força política contra grupos que tradicionalmente ocupam o poder, em geral oligarquias rurais e/ou burguesas mais conservadoras, com forte componente personalista.

Geralmente, o líder político apresenta-se como “pai” da população, um “salvador da pátria”, em clara alusão ao antigo caudilhismo, comum na América Latina. O populismo opera um retrocesso no funcionamento da democracia, conforme esvazia o papel político das instituições e dos movimentos sociais ou se utilize deles, manobrando-os a seu favor. Amparado diretamente pela população, o líder passa por cima dos outros poderes. Concilia industrialização, urbanização e trabalhismo, ou seja, direciona a política para as demandas da classe trabalhadora. No Brasil, o populismo esteve representado por Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek; na Argentina, por Juan Domingo Perón; e, no México, por Lázaro Cárdenas.



O Brasil passa a ser visto e a comemorar. No período das presidências populistas, o Brasil ganhou suas primeiras duas Copas do Mundo de futebol, viu Maria Esther Bueno tornar-se uma das melhores e mais vitoriosas tenistas da época e a Bossa Nova chegava às rádios de todo o mundo.

A prática populista sempre buscou apoio nos setores urbanos, mas também no proletariado, nos meios militares e nas camadas mais pobres da população. Para ter legitimidade, muitas vezes procurava dar voz à população, embora com o uso da censura e a exploração da propaganda, métodos muito eficazes na manipulação das massas. Os meios de comunicação progrediam. O rádio, campeão de audiência, foi amplamente explorado por esses governos, que estimulavam o espírito patriótico da população, o que contribuía para criar um sentimento de identidade, união e patriotismo. Assim, cultivava-se o nacionalismo.

- Populismo
- De Getúlio a Juscelino: Café Filho, Carlos Luz e Nereu Ramos
- Governo Juscelino Kubitschek (1956-1961)
- Governo Jânio Quadros (1961)
- Crise no populismo
- Governo João Goulart (1961-1964)
- A democracia interrompida
- Golpe de 1964
- Regime militar
- Governo Castelo Branco (1964-1967)
- Governo Costa e Silva (1967-1969)

HABILIDADES

- Analisar a produção da memória pelas sociedades humanas.
- Comparar pontos de vista expressos em diferentes fontes sobre determinado aspecto da cultura.
- Avaliar criticamente conflitos culturais, sociais, políticos, econômicos ou ambientais ao longo da História.
- Analisar a atuação dos movimentos sociais que contribuíram para mudanças ou rupturas em processos de disputa pelo poder.
- Identificar registros de práticas de grupos sociais no tempo e no espaço.
- Comparar diferentes pontos de vista, presentes em textos analíticos e interpretativos, sobre situação ou fatos de natureza histórico-geográfica acerca das instituições sociais, políticas e econômicas.

De certa forma, a identificação do comunismo com regimes populistas fez estreitar as relações entre os exércitos nacionais latino-americanos e o norte-americano. Isso significou, em primeiro lugar, intensificar a formação dos militares nos países latinos para reprimir os movimentos comunistas. Em 1946, no Panamá, foi criada a Escola das Américas, origem da ideologia de segurança nacional, ou seja, de combate ao comunismo em todos os níveis possíveis, com uso de exército, propaganda e ideologia capitalista. Daí em diante, os países latinos passaram a empregar, no mundo da política, técnicas e procedimentos burocráticos militares, ignorando a participação de grupos sociais nas decisões nacionais.

Na América Latina, a partir da década de 1960, formaram-se Estados militares que adotaram medidas como extinção dos partidos políticos, intervenção ou proibição das práticas sindicalistas, implantação da censura, controle dos meios de comunicação, fim das eleições diretas e alinhamento automático à política norte-americana de combate ao comunismo.

DE GETÚLIO A JUSCELINO: CAFÉ FILHO, CARLOS LUZ E NEREU RAMOS

Após a morte de Getúlio Vargas, o governo passou ao vice-presidente Café Filho, que deveria completar o mandato presidencial.

Nas eleições presidenciais de outubro de 1955, três candidatos concorreram, sendo eleito o governador mineiro Juscelino Kubitschek de Oliveira pela coligação PSD/PTB, que tinha como vice-presidente João Goulart, ex-ministro do Trabalho.

Em 8 de novembro do mesmo ano, o presidente Café Filho licenciou-se por motivo de saúde e foi substituído pelo presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz, que fora contrário à candidatura de Juscelino Kubitschek.

No período, o ministro da Guerra, general Teixeira Lott, proibia os militares de ativar-se sobre a atualidade política. No entanto, o coronel Bizarria Mamede discursou manifestando-se contrário à posse dos eleitos. Como estava submetido diretamente à presidência da república, o ministro da Guerra solicitou a punição de Mamede ao presidente.

Por não ter sido atendido em sua solicitação, Lott pensou em renunciar, mas foi convencido a permanecer no cargo, pois uma possível conspiração para impedir a posse de Juscelino Kubitschek e João Goulart, herdeiros diretos do getulismo, era prevista. O general Lott, em 11 de novembro, desfechou um golpe de Estado preventivo com o intuito de garantir a posse de JK e seu vice.

GOVERNO JUSCELINO KUBITSCHKEK (1956-1961)

Em seu governo, Juscelino enfatizou a necessidade de promover o desenvolvimento e a ordem, objetivos compatíveis com os interesses das forças armadas. No âmbito social, JK buscou manter equilíbrio entre os interesses da burocracia social e dos industriais a fim de evitar greves.

O nacional-desenvolvimentismo

A expressão “nacional-desenvolvimentismo”, que marcou o governo JK, não correspondia, na verdade, ao nacionalismo, mas a uma política econômica que combinava a ação do Estado junto às empresas nacionais e com o capital estrangeiro para promover o desenvolvimento com base na industrialização. Isso foi possível graças à relativa estabilidade política do período, resultado da habilidade de JK em encontrar soluções para cada caso, evitando, assim, possíveis conflitos diretos com a oposição.

A ideia de Brasília

Brasília tornou-se símbolo do lema “50 anos de progresso em 5 anos de governo” proposto por JK. O presidente entregou a responsabilidade do projeto e da construção ao arquiteto Oscar Niemeyer e ao urbanista Lúcio Costa. Brasília não foi construída apenas para cumprir a Constituição, mas para retirar a capital do Rio de Janeiro, onde a agitação política era muito intensa, e incentivar a interiorização da população e da economia.

VIZZONIAE



Operários na construção de Brasília, cuja planta lembra um avião. A obra provocou um grande fluxo migratório para o Planalto Central, o que colaborou para a ocupação do interior do país.

Os “50 anos em 5” e suas consequências

Os “50 anos em 5” aumentaram as desigualdades regionais, sobretudo entre o nordeste e o centro-sul do país. A dinâmica da substituição de importações cedeu lugar à produção de bens de capital e de bens de consumo duráveis.

Entre as indústrias de bens de consumo duráveis, o grande destaque foi a automobilística, que levou à instalação ou ao desenvolvimento de outros setores, como o de autopeças, o metalúrgico e o siderúrgico. Com o descaço pelo meio agrário, acentuou-se o êxodo rural, o que provocou o aumento do desemprego e dos problemas de transporte, habitação e saneamento nas cidades. Uma das tentativas de JK para conter o êxodo rural da Região Nordeste foi a criação, em 1959, da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), visando desenvolver economicamente a região a fim de integrá-la ao mercado nacional. Contudo, ao longo do tempo, os resultados alcançados pela Sudene não foram satisfatórios.

Se, por um lado, o governo JK marcou o desenvolvimento industrial do Brasil e a geração de milhares de empregos, por outro, fez crescer a dívida externa

brasileira, além de não conseguir enfrentar a crescente inflação, sobretudo nos últimos anos de seu governo.

A sucessão

Nas eleições de 1960, concorreram três candidatos à presidência da república: Jânio Quadros, de uma coligação partidária encabeçada pelo PTN e pela UDN; o general Henrique Teixeira Lott, da coligação PSD-PTB e com o apoio de JK; e Ademar de Barros, pelo PSP. Jânio Quadros obteve uma das mais significativas vitórias eleitorais desde 1950. Como o voto era desvinculado, para vice-presidente foi eleito João Goulart, componente da chapa de Lott.

GOVERNO JÂNIO QUADROS (1961)

Em seu discurso de posse, Jânio Quadros enfatizou os dois grandes problemas que teria de enfrentar: a inflação e a dívida externa. Isso não seria fácil, pois qualquer plano de contenção de despesas e controle de inflação envolve vários interesses. Além disso, havia uma grande disparidade na formação do Congresso Nacional em relação à posição do presidente.

Jânio Quadros, tendo de enfrentar esses obstáculos, mesmo sem um plano de governo, procurou superá-los. Assinou a Instrução 204 da Sumoc, com diversos dispositivos: o sistema cambial foi reformado e o cruzeiro (moeda da época) desvalorizado em 100%; diminuiu os subsídios para a importação do trigo e da gasolina, provocando uma alta dos preços do pão e dos transportes; restringiu o crédito, aumentou os impostos, congelou os salários e reduziu os vencimentos e as vantagens dos militares.

Essas medidas procuravam aumentar as exportações, o que resultaria no aumento das reservas em moeda estrangeira e na redução do déficit governamental. A repercussão no exterior foi favorável, possibilitando que o FMI, já de relações reatadas com o Brasil, aprovasse a renegociação da dívida externa e autorizasse novos empréstimos ao Brasil. Foram feitos acordos com vários países, obtendo o Brasil recursos de 726 milhões de dólares.

O interesse de Jânio era expandir as exportações brasileiras para todo o mundo, inclusive para os países do bloco comunista. Dessa forma, colocou em prática uma política de defesa do princípio de autodeterminação dos povos. Destacou-se nessa política a não aceitação, pelo Brasil, do boicote econômico e da intervenção armada financiada pelos Estados Unidos, em 1961, contra Cuba. Essa posição fez as relações com os Estados Unidos, durante a presidência de John Kennedy, ficarem abaladas.

Por esses motivos, Jânio passou a ser duramente criticado por setores conservadores da sociedade, como a Igreja Católica, facções das forças armadas e Carlos Lacerda. Apesar das críticas e da forte oposição, Jânio continuou com sua política econômica e sua política externa independente, chegando a receber missões comerciais da República Popular da China e da URSS, cujos objetivos eram incrementar o comércio e o intercâmbio cultural.

Em 24 de agosto de 1961, Carlos Lacerda, então governador do estado da Guanabara, fez um pronunciamento transmitido pelo rádio e pela televisão no qual denunciava uma tentativa de golpe articulado por Jânio e por seu ministro da Justiça, Oscar Pedrosa Horta. Esse pronunciamento foi o estopim para a renúncia de Jânio, a qual nunca foi prontamente esclarecida.

CRISE NO POPULISMO

Com a renúncia inesperada de Jânio Quadros, assumiu a presidência o vice João Goulart, conhecido líder populista vinculado ao movimento sindicalista. Isso causou inquietações nas camadas conservadoras e nos setores militares, que passaram a articular um movimento contra a posse de Jango (apelido de João Goulart), que, no momento da renúncia de Jânio, encontrava-se na China em missão diplomática e comercial. Ao saber do ocorrido, Jango achou mais prudente esperar para ter certeza se Jânio realmente renunciara ou fora deposto.

Ao mesmo tempo, as forças armadas entraram em prontidão em todo o país, ocupando todos os ministérios; o palácio presidencial foi cercado por tanques e os aeroportos de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília foram ocupados por tropas do Exército. O país dividiu-se entre “golpistas” e “legalistas”: os golpistas desejavam o *impeachment* de Goulart e a convocação de novas eleições, enquanto os legalistas eram favoráveis à sua posse, expressando a ordem constitucional.

Em 4 de setembro, os ministros militares concordaram em aceitar a solução política do Congresso, dada dois dias antes por meio de uma emenda constitucional que criava o parlamentarismo. Nas repúblicas parlamentaristas, o presidente é o chefe de Estado, seu representante oficial máximo, mas não é o chefe de governo. Essa função é desempenhada pelo primeiro-ministro, proposto pelo presidente, mas obrigatoriamente submetido à aprovação do Congresso Nacional.

Esse seria o sistema de governo implantado após a posse de João Goulart. No término de seu mandato, seria realizado um plebiscito a fim de consultar a população sobre a manutenção do parlamentarismo ou o retorno do presidencialismo. Em 5 de setembro, João Goulart desembarcava em Brasília para tomar posse como chefe de Estado.

GOVERNO JOÃO GOULART (1961-1964)

Governo parlamentarista

João Goulart tomou posse em 7 de setembro de 1961 e, no dia seguinte, o Congresso aprovou o primeiro Conselho de Ministros, presidido por Tancredo Neves. Apesar do caráter conservador do ministério, houve decisões bastante progressistas, como o restabelecimento das relações diplomáticas com a União Soviética, rompidas em 1947, no início da Guerra Fria.

João Goulart assumiu os plenos poderes presidenciais estabelecidos pela Constituição de 1946.

Governo presidencialista

João Goulart implementou um conjunto de soluções para os diversos problemas do país, como inflação

(52% em 1962), saúde, educação, habitação e saneamento. Para colocar em prática essas reformas, chamadas “reformas de base”, Goulart formou um ministério de políticos moderados, conhecido como “a esquerda positiva” a fim de conquistar a opinião pública em geral. As medidas a serem aplicadas pelo Plano Trienal não seriam populares, pois implicavam na contenção de crédito, dos salários e do orçamento federal. Além disso, o Congresso Nacional não ajudava muito, pois os congressistas, em sua maior parte, eram de oposição.

Entre os militares, crescia um movimento conspiratório contra João Goulart. Em setembro de 1963, houve uma revolta de cabos e sargentos da Aeronáutica e da Marinha contra a decisão do STF que impossibilitava os militares de se candidatarem a cargos políticos. Isso aqueceu a movimentação militar, que passou a contar com o apoio do então general Humberto de Alencar Castelo Branco, chefe do Estado-maior do Exército. O presidente manteve-se neutro diante desses acontecimentos, desagradando o Alto Comando Militar.

Diante desse quadro, Goulart optou por realizar as reformas de base por meio de decretos, deixando de lado o Congresso Nacional. Para demonstrar força e apoio popular, faria uma série de comícios, anunciando as reformas. O primeiro comício foi realizado em 13 de março na Praça da República, no Rio de Janeiro, situada em frente à Estação Central do Brasil (daí ficar conhecido como “o Comício da Central”). Cerca de 150 mil pessoas concentraram-se na praça, agitando bandeiras vermelhas e faixas pedindo a legalização do Partido Comunista, reforma agrária, reforma bancária e direito de voto ao analfabeto. Os discursos inflamados de Leonel Brizola e Miguel Arraes antecederam o de João Goulart, que, por volta de 21 horas, tomou a palavra para encerrar o comício, anunciando, entre outras questões, os decretos de desapropriação de terras improdutivas e de encampação das refinarias de petróleo particulares.

GOLPE DE 1964

Em resposta ao Comício da Central, setores conservadores da sociedade brasileira organizaram as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, sendo a primeira organizada em São Paulo em 19 de março, a fim de apoiar um possível golpe contra o governo. Apoiaram e participaram dessa marcha representantes do governo estadual paulista, setores da Igreja Católica, a Sociedade Rural Brasileira e outras forças de oposição a João Goulart.

Já na madrugada de 1ª de abril, com Jango saindo de Brasília em direção a Porto Alegre, o presidente do Senado, Auro Soares de Moura Andrade, declarou vago o cargo de presidente da república, assumindo, conforme o decreto constitucional, o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli.

Como a deposição de João Goulart ocorreu de maneira tão simples, isto é, tão facilmente e sem resistência, se o presidente contava com o apoio dos mais importantes sindicatos do país, da UNE, da maior parte da intelectualidade, de setores das forças armadas e de alguns empresários nacionalistas?

A resposta pode ser encontrada na ampla mobilização popular em prol do golpe, no receio e no pavor de uma reforma agrária e na quebra da hierarquia castrense (hierarquia das classes militares), tão prezada pelos militares.

DOMICIO PINHEIRO/AE



Fotografia da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, ocorrida em São Paulo em 19 de março de 1964, contra o governo João Goulart e a favor de um golpe para depor o presidente eleito. Na imagem, percebe-se o anticomunismo que guiava os setores conservadores da sociedade, os quais acreditavam que, sob o governo de Jango, o país poderia se tornar “uma nova Cuba”, ou seja, sofrer uma revolução socialista.

REGIME MILITAR

O regime instalado após o golpe militar privilegiou setores da burocracia do Estado, como os dirigentes das empresas estatais e os militares. Marcado pelo autoritarismo, o regime não teve características fascistas, pois não se realizaram esforços para organizar as massas em apoio ao governo; não se tentou construir o partido único acima do Estado nem uma ideologia capaz de conquistar a adesão dos setores letrados.

GOVERNO CASTELO BRANCO (1964-1967)

O general Castelo Branco foi eleito pelo Congresso Nacional, já expurgado dos chamados “subversivos”, cassados pelo AI-1 (Ato Institucional nº 1), entre eles, João Goulart, Jânio Quadros, Leonel Brizola e Miguel Arraes.

Empossado em 15 de abril, Castelo Branco organizou um ministério, com maioria da UDN, tentando oferecer garantias de retorno à normalidade democrática.

Para atingir esse objetivo, era necessário enfrentar a caótica situação econômico-financeira herdada do governo Goulart, controlar os trabalhadores do campo e da cidade e promover uma reforma no aparelho estatal.

Em junho de 1964, foi aprovada a Lei de Greve pelo Congresso, trazendo tantas exigências burocráticas que tornou-se praticamente impossível realizar uma greve dentro da legalidade. Em seguida, o governo extinguiu a estabilidade no emprego após dez anos de serviço, garantida pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), introduzindo o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Quanto ao campo, após uma série de represões aos chamados agitadores, o governo mandou ao Congresso para aprovação o Estatuto da Terra, visando a realização de uma reforma agrária e a instituição de uma nova política agrícola. Entretanto, apesar de aprovado, o estatuto não funcionou, ficando apenas no papel.

Em setembro de 1965, realizaram-se as eleições para governadores dos estados e, na Guanabara e em Minas Gerais, venceram os candidatos não apoiados pelo golpe. Isso desencadeou uma nova crise política.

Dessa crise, originou-se o Ato Institucional nº 2, que renovou os poderes de cassação de mandatos e suspensão dos direitos políticos e dissolveu todos os partidos existentes, criando o bipartidarismo, restrito à Aliança Renovadora Nacional (Arena) e ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Esses partidos representavam, respectivamente, o apoio e a oposição ao governo. O AI-2 estabeleceu a eleição indireta para a presidência da república, medida completada em 5 de fevereiro de 1966 pelo Ato Institucional nº 3, que determinou a indicação dos governadores estaduais pelo presidente da república.

A Constituição de 1967 foi votada pelo Congresso Nacional conforme as condições determinadas pelo Ato Institucional nº 4. A nova Carta mantinha o regime federalista, embora menos acentuado que na Constituição de 1946.

GOVERNO COSTA E SILVA (1967-1969)

O Ministério do Planejamento foi entregue a Hélio Beltrão e o da Fazenda, a Antônio Delfim Neto, que passaram a estimular as exportações, criando o lema “exportar é a solução”. Quanto à distribuição de renda, o princípio defendido por Delfim Neto era o de “primeiro fazer o bolo crescer, para depois reparti-lo”.

Com a preocupação de criar uma reserva de mão de obra saudável e alfabetizada para os centros industriais, o governo criou o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), o Plano Nacional de Saúde e o Projeto Rondon, cujo objetivo era promover o contato de estudantes universitários com o interior do país por meio de atividades assistenciais em comunidades carentes e isoladas.

A política econômica do governo Costa e Silva lançou as bases para que, no governo seguinte, ocorresse o chamado “milagre brasileiro” ou “milagre econômico”.

A política econômica do governo Costa e Silva lançou as bases para que, no governo seguinte, ocorresse o chamado “milagre brasileiro” ou “milagre econômico”.



Arthur da Costa e Silva, segundo presidente da ditadura militar brasileira.

Mas, ao mesmo tempo, crescia a oposição ao regime, inclusive por parte de alguns setores que haviam contribuído para o golpe de 1964.

O movimento estudantil, liderado pela UNE, mobilizava as universidades contra a ditadura e a favor de reformas no ensino superior por meio de passeatas e outras manifestações. Os setores de oposição mais radicais já agiam na clandestinidade e tudo indicava que o movimento estudantil fornecia “à linha dura o pretexto para o endurecimento”.

Em março de 1968, uma tropa de choque da Polícia Militar da Guanabara matou o menor Edson Luís de Lima Souto, estudante secundarista, quando reprimia a tiros um protesto estudantil em frente ao restaurante universitário Calabouço. Esse fato provocou confrontos de rua entre estudantes e militares que culminaram na Sexta-Feira Sangrenta, quando morreram 28 pessoas.

Ao mesmo tempo, ocorriam greves operárias de grande vulto em Contagem (Minas Gerais) e Osasco (São Paulo), reprimidas pelos militares.



Em outubro de 1968, estudantes do Mackenzie (considerados de direita) e da USP (considerados de esquerda) enfrentaram-se na Rua Maria Antônia, no centro de São Paulo, uma vez que as duas instituições ficavam uma em frente à outra. O prédio da USP, que era foco de protesto contra a ditadura, chegou a ser incendiado pelos integrantes do Comando de Caça aos Comunistas (CCC).

No dia 13, Costa e Silva editou o Ato Institucional nº 5 (AI-5), com o Ato Complementar nº 38, que colocava o Congresso em recesso por tempo indeterminado. O AI-5 ampliava o autoritarismo do presidente da república: suspensão de direitos políticos, cassação de mandatos, intervenção em estados e municípios e suspensão de garantias constitucionais, como a do direito de *habeas corpus* para pessoas acusadas de crime político.

O AI-5 foi acompanhado de novos expurgos: cassação de 88 deputados, aposentadoria forçada de vários ministros do Supremo Tribunal e de vários professores universitários, como Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni. Estendeu-se a censura à imprensa, que foi colocada sob o controle do regime militar.

Em 28 de agosto de 1969, Costa e Silva foi acometido por uma trombose cerebral, que o levaria à morte pouco depois. Os ministros militares, contrariando o

artigo 78 da Constituição de 1967, impediram a posse do vice Pedro Aleixo, já que ele havia sido contra a edição do AI-5, assumindo eles mesmos o poder. Essa junta militar interina foi formada pelo almirante Augusto Rademaker, pelo general Lyra Tavares e pelo marechal do Ar Márcio de Sousa e Melo.

A junta militar foi responsável pela outorga da Emenda Constitucional nº 1, que incorporava à Constituição a prisão perpétua e a pena de morte, ampliava o período de estado de sítio e criava a “fidelidade partidária”. Assim, a Lei de Segurança Nacional, pedra angular do regime, fortalecia-se, e o país entrava em um dos períodos mais repressivos de sua história.

A fim de conferir uma aparência democrática à situação, o Congresso Nacional, que estivera fechado desde o fim de 1968, foi convocado pela junta militar para eleger o presidente Emílio Garrastazu Médici e seu vice, almirante Augusto Rademaker, previamente indicados pelo Supremo Comando Militar.

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO DO
SISTEMA DE ENSINO DOM MÓDULO

ROTEIRO DE AULA

GOLPE DE 1964

Antecedentes

Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que reuniu setores conservadores da sociedade civil; crise econômica; anticomunismo resultante das reformas de base de João Goulart.

Atuação do Senado

O Senado decretou vaga a presidência da república, abrindo espaço para a intervenção militar.

O golpe

Deposição de João Goulart, que exilou-se no Uruguai; repressão imediata da UNE e de sindicatos, partidos de esquerda e organizações camponesas.

Governo Castelo Branco (1964-1967)

Aspectos políticos: cassações; limitação dos direitos constitucionais; fim das eleições diretas para a presidência.

Aspectos sociais e econômicos: tentativa de combate à inflação; ampliação da política salarial; ampliação do comércio exterior.

Governo Costa e Silva (1967-1969)

AI-5: poder para fechar o Congresso; novas cassações de parlamentares; afastamento de ministros do Supremo Tribunal Federal; aposentadoria forçada de professores universitários; suspensão do direito de *habeas corpus* para crimes políticos; intensificou a perseguição policial utilizando o conceito de guerra interna da Lei de Segurança Nacional.

EXERCÍCIOS DE APLICAÇÃO

1. PUC-RJ – Analise as afirmativas abaixo, acerca do processo de democratização da cena política brasileira, no final do Estado Novo (1945):

- I. Frente à possibilidade de vitória Aliada na Segunda Guerra Mundial, o governo brasileiro se preparou para a futura democracia com uma bem-sucedida campanha de incentivo à sindicalização e divulgação da legislação social que visava à aproximação entre o presidente Getúlio Vargas e os trabalhadores brasileiros.
- II. Entre fins de 1944 e o início de 1945, iniciaram-se as articulações para o estabelecimento de um calendário eleitoral e a criação de novos partidos políticos como a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Social-Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), mantendo-se a ilegalidade do Partido Comunista (PCB) pelo fato de ter um programa contrário aos princípios democráticos.
- III. Somente após o final da Segunda Guerra Mundial foi possível romper a forte censura imposta pelo governo, por meio de uma bem organizada estrutura repressiva e do controle do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), sobre o conteúdo exibido pelos órgãos de imprensa, o que impedia qualquer manifestação em favor da democracia por parte da oposição.
- IV. Ao romper com as potências do Eixo no início de 1942 e, posteriormente, entrar efetivamente na guerra, o governo brasileiro apostava em uma nova inserção no cenário internacional e na obtenção de vantagens políticas nos acordos pós-guerra. Contudo, já se evidenciava a necessidade de contornar a contradição de se colocar como aliado do bloco democrático ocidental no conflito e manter um regime autoritário em seu território.

Assinale:

- a) Se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- b) Se somente as afirmativas I e IV estiverem corretas.**
- c) Se somente as afirmativas II, III e IV estiverem corretas.
- d) Se somente as afirmativas I, II e III estiverem corretas.
- e) Se todas as afirmativas estiverem corretas.

A afirmativa II está errada porque o Partido Comunista Brasileiro voltou à legalidade e líderes como Luís Carlos Prestes foram anistiados. A III está errada porque o DIP já enfrentava dificuldades de censurar a oposição há algum tempo.

2. UECE – No dia 14 de novembro de 1961, realizou-se a primeira reunião de um gabinete parlamentarista na história republicana brasileira. Atente ao que se diz acerca do período parlamentarista brasileiro:

- I. A experiência parlamentarista brasileira, que durou pouco mais de um ano, foi recusada pelo povo brasileiro através de um plebiscito.
- II. Tancredo Neves foi o primeiro-ministro durante o breve período em que ocorreu o parlamentarismo brasileiro.
- III. Com a renúncia do presidente Jânio Quadros, João Goulart, o vice-presidente, assumiu a presidência; contudo, a emenda parlamentarista restringiu os seus poderes.

É correto o que se afirma em:

- a) II e III, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) I, II e III.**

Todas as afirmativas estão corretas e servem como um bom resumo desse período da história brasileira.

3. UEL-PR – Leia os textos a seguir:



Beba coca cola, Décio Pignatari, 1957.

“Vai minha tristeza
E diz a ela que sem ela não pode ser
Diz-lhe numa prece
Que ela regresse
Porque não posso mais sofrer
Chega de saudade
A realidade é que sem ela
Não há paz
Não há beleza
É só tristeza e a melancolia
Que não sai de mim
Não sai de mim
Não sai”

Chega de saudade. Vinícius de Moraes e
Antônio Carlos Jobim, 1958.

Essas produções artísticas nacionais, criadas na década de 1950, estão articuladas em um momento da vida republicana brasileira denominado desenvolvimentismo. Em relação às características desse período, atribua V (verdadeiro) ou F (falso) às afirmativas a seguir:

- A Bossa Nova e a poesia concreta foram referências culturais da época, transformando-se, posteriormente, em produtos de exportação.
- O milagre econômico impulsionou a indústria sucroalcooleira, o que culminou com a criação do Proálcool.
- O modernismo, representado pelas obras de Vilanova Artigas e Oscar Niemayer, predominou na linguagem arquitetônica do período.
- Com o *slogan* “50 anos em 5”, o governo JK consolidou a industrialização na Região Norte do país.
- A criação do Inbra possibilitou uma política de distribuição de terras, culminando com melhoria nas condições de vida dos camponeses.

Assinale a alternativa que contém, de cima para baixo, a sequência correta:

- a) V, V, F, V, F
- b) V, V, F, F, V
- c) V, F, V, F, F**
- d) F, V, F, V, F
- e) F, F, V, F, V

A segunda afirmativa está errada, pois não houve essa relação com a produção de álcool. A quarta, porque não houve industrialização na Região Norte. A última, porque o Inbra foi fundado durante a ditadura, em 1970.

4. UFPR – Considere o fragmento abaixo:

“Como resultados dessas políticas de Estado, foi possível estimar ao menos 8 350 indígenas mortos no período de investigação da CNV, em decorrência da ação direta de agentes governamentais ou da sua omissão. Essa cifra inclui apenas aqueles casos aqui estudados em relação aos quais foi possível desenhar uma estimativa. O número real de indígenas mortos no período deve ser exponencialmente maior, uma vez que apenas uma parcela muito restrita dos povos indígenas afetados foi analisada e que há casos em que a quantidade de mortos é alta o bastante para desencorajar estimativas.”

RELATÓRIO Comissão Nacional da Verdade. *Violação dos direitos humanos dos povos indígenas*, v. 2, texto 5, 2014. p. 205.

Sobre a questão indígena na ditadura militar, assinale a alternativa correta:

- a) Projetos como a construção das hidrelétricas de Itaipu e de Tucuruí, no Rio Tocantins, impulsionaram o desenvolvimento econômico de várias comunidades indígenas, graças aos projetos executados pela Funai.
- b) Apesar das mortes contabilizadas no relatório da CNV, após o golpe civil-militar, os indígenas passaram a ser valorizados no novo período econômico que se iniciou no Brasil.
- c) No período da ditadura militar, foi criada a Guarda Nacional Indígena, uma milícia armada integrada exclusivamente por responsáveis pelo policiamento nas áreas indígenas para manutenção de sua cultura.
- d) Com o golpe civil-militar, devido às construções de grandes obras, a mão de obra indígena começou a ser parcialmente valorizada pelo governo Figueiredo, que percebeu a aptidão dos indígenas para a manufatura.
- e) Após o golpe civil-militar, um novo período econômico se iniciou no Brasil, com construções de grandes obras nas quais os indígenas passaram a ser tratados como obstáculos para o desenvolvimento nacional.

A ditadura iniciada após o golpe civil-militar implementou um modelo econômico desenvolvimentista, do qual fez parte a construção de grandes projetos, as chamadas “obras faraônicas”. Alguns deles, como a Rodovia Transamazônica, dirigiram-se para regiões com vastas populações indígenas, que acabaram sendo dizimadas, conforme demonstrado pelo excerto do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

5. UNESP

C5-H24

AI, O AI-5



Ziraldo. 20 anos de prontidão. In: Renato Lemos. *Uma história do Brasil através da caricatura*, 2001. (Adaptado)

A charge caracteriza o Ato Institucional nº 5, de dezembro de 1968, como:

- a) uma forma de estimular o aumento dos protestos da classe média contra o regime militar.
- b) uma medida dura, mas necessária para o restabelecimento da ordem e da tranquilidade no país.
- c) um instrumento de coerção, que limitava os direitos e a capacidade de defesa dos cidadãos.
- d) uma tentativa de frear o avanço dos militares, que haviam assumido o controle do governo federal.
- e) um esforço de democratização e reformas sociais, num momento de crise e instabilidade econômica.

A charge sugere que, com o AI-5, a população poderia ser reprimida sem direito de defesa. Naquele contexto, um elefante seria tido por cobra se os governantes assim desejassem. Transpondo para a realidade social da época, isso quer dizer que aqueles tidos como subversivos pela ditadura militar dificilmente conseguiriam argumentar o contrário e seriam reprimidos sumariamente.

Competência: Utilizar os conhecimentos históricos para compreender e valorizar os fundamentos da cidadania e da democracia, favorecendo uma atuação consciente do indivíduo na sociedade.

Habilidade: Relacionar cidadania e democracia na organização das sociedades.

6. Enem

“A Operação Condor está diretamente vinculada às experiências históricas das ditaduras civil-militares que se disseminaram pelo Cone Sul entre as décadas de 1960 e 1980. Depois do Brasil (e do Paraguai de Stroessner), foi a vez da Argentina (1966), Bolívia (1966 e 1971), Uruguai e Chile (1973) e Argentina (novamente, em 1976). Em todos os casos se instalaram ditaduras civil-militares (em menor ou maior medida) com base na Doutrina de Segurança Nacional e tendo como principais características um anticomunismo militante, a identificação do inimigo interno, a imposição do papel político das forças armadas e a definição de fronteiras ideológicas.”

PADRÓS, E. S. et al. *Ditadura de segurança nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. Porto Alegre: Corag, 2009. (Adaptado)

Levando-se em conta o contexto em que foi criada, a referida operação tinha como objetivo coordenar a:

- a) modificação de limites territoriais.
- b) sobrevivência de oficiais exilados.
- c) interferência de potências mundiais.
- d) repressão de ativistas opositores.
- e) implantação de governos nacionalistas.

O excerto afirma que a Operação Condor baseava-se no anticomunismo e no combate a um inimigo interno, ou seja, teve como objetivo identificar e reprimir a oposição política da ditadura militar, conforme expresso corretamente pela alternativa D.

11. UNESP

“Brasília simbolizou na ideologia nacional-desenvolvimentista o ‘futuro do Brasil’, o arremate e a obra monumental da nação a ser construída pela industrialização coordenada pelo Estado planejador, pela ação das ‘forças do progresso’ (aquelas voltadas para o desenvolvimento do ‘capitalismo nacional’), que paulatinamente iriam derrotar as ‘forças do atraso’ (o imperialismo, o latifúndio e a política tradicional, demagógica e ‘populista’).”

José William Vesentini. *A capital da geopolítica*, 1986.

Segundo o texto, a construção de Brasília deve ser entendida:

- como uma tentativa de limitar a migração para o centro do país e de reforçar o contingente de mão de obra rural.
- dentro de um conjunto de iniciativas de caráter liberal, que buscava eliminar a interferência do Estado nos assuntos econômico-financeiros.
- dentro do rearranjo político do pós-Segunda Guerra Mundial, que se caracterizava pelo clima de paz nas relações internacionais.
- dentro de um amplo projeto de redimensionamento da economia e da política brasileiras, que pretendia modernizar o país.
- como um esforço de internacionalização da economia brasileira, que provocaria aumento significativo da exportação agrícola.

12. UEMA

“Varre, varre, varre vassourinha!
Varre, varre a bandalheira
Que o povo já tá cansado
De sofrer dessa maneira.”

Disponível em: <letras.mus.br>. Acesso em: 26 jul. 2013.

Não é de hoje que os nossos políticos prometem “varrer a bandalheira” do país. Esses versos fizeram parte das campanhas eleitorais que levaram à presidência da república um desses personagens, chamado:

- Eurico Dutra.
- João Goulart.
- Getúlio Vargas.
- Jânio Quadros.
- Juscelino Kubitschek.

13. UERJ (adaptado)

WASHINGTON, OUTUBRO DE 1967



Jan Rose Kasmire contra a Guerra do Vietnã.

MARC RIBOUD/MAGNUM
PHOTOS/GLOW IMAGES

PARIS, MAIO DE 1968



MP/PORTFOLIO/LEEMAGE/AFP

Estudantes nas manifestações de maio de 1968.

RIO DE JANEIRO, JUNHO DE 1968



FOLHAPRESS

Passeata dos Cem Mil.

CIDADE DO MÉXICO, AGOSTO DE 1968



JESUS DIAZ/AP PHOTO/GLOW IMAGES

Manifestantes na Praça da Constituição.

Entre 1967 e 1968, com destaque para o ano de 1968, ocorreram em vários países movimentos de contestação de grandes proporções e com motivações variadas, como retratado nas fotos. Um dos aspectos comuns entre esses movimentos foi:

- crítica dos partidos políticos à bipolaridade internacional.
- oposição de segmentos sociais a decisões governamentais.
- repressão dos protestos populares pelas autoridades militares.
- agravamento de problemas financeiros pelo mercado mundializado.

14. UNESP

“[...]
O sol se reparte em crimes
Espaçonaves guerrilhas
Em cardinales bonitas
Eu vou
[...]
Em caras de presidentes

Em grandes beijos de amor
 Em dentes, pernas, bandeiras
 Bomba e Brigitte Bardot...
 [...]

 Ela nem sabe até pensei
 Em cantar na televisão
 O sol é tão bonito
 Eu vou..."

Caetano Veloso. Alegria, alegria, 1967.

A letra da canção de Caetano Veloso, apresentada no III Festival da Música Popular Brasileira, em 1967, faz várias alusões ao contexto da época. Entre elas, podemos citar:

- a) a revalorização da família e do ensino religioso na educação dos jovens brasileiros.
- b) o processo de abertura política e o fim do longo período de governos militares.
- c) a queda do presidente João Goulart e a ameaça comunista que pairava sobre o Brasil.
- d) o crescimento da importância dos meios de comunicação de massa e as tensões políticas na América Latina.
- e) a perseguição a opositores do regime militar e a decretação do Ato Institucional nº 5.

15. PUC-MG – A reação ao golpe militar no Brasil, no campo cultural, foi intensa e desafiadora. Músicos como Chico Buarque engrossaram o coro dos descontentes contra o regime. Leia com atenção os versos abaixo:

"Por esse pão pra comer, por esse chão pra dormir
 A certidão pra nascer e a concessão pra sorrir
 Por me deixar respirar, por me deixar existir,
 Deus lhe pague
 Pela cachaça de graça que a gente tem que engolir
 Pela fumaça e a desgraça, que a gente tem que tossir
 Pelos andaimes pingentes que a gente tem que cair,
 Deus lhe pague
 Pela mulher carpideira pra nos louvar e cuspir
 E pelas moscas bicheiras a nos beijar e cobrir
 E pela paz derradeira que enfim vai nos redimir,
 Deus lhe pague"

Chico Buarque. Construção.

A partir dos versos, é correto afirmar que:

- a) expressam as difíceis condições de vida da maioria da população brasileira sob os governos militares.
- b) revelam e incentivam a rebelião estudantil e das massas trabalhadoras.
- c) mostram ao mundo a ética com que os governos militares conduziam a política nacional.
- d) apontam as vantagens do capitalismo multinacional na organização do trabalho no Brasil.

16. PUC-RJ



PUC/RJ

É correto afirmar que o evento caracterizado na capa da revista *Veja* é a expressão:

- a) do contexto político do governo Médici, com a instituição da ditadura e a proibição de qualquer manifestação política de oposição.
- b) do clima libertário, relacionado ao movimento *hippie* internacional, que era compartilhado pelos estudantes brasileiros, compreendido como desregramento moral pelo governo brasileiro.
- c) de manifestações violentas de estudantes, vinculados à União Nacional dos Estudantes, posta na ilegalidade desde o governo João Goulart, em 1962.
- d) do acirramento das tensões políticas que gerou mobilização da sociedade contra as medidas autoritárias do governo e que culminou, no final de 1968, no decreto do AI-5.
- e) da intolerância do regime militar a qualquer manifestação política, razão pela qual o Congresso Nacional ficou fechado desde 1964.

17. Unifesp

"Nossa geração tem consciência: sabe o que deseja. Queremos fazer filmes anti-industriais; queremos fazer filmes de autor, quando o cineasta passa a ser um artista comprometido com os grandes problemas do seu tempo; queremos os filmes de combate na hora do combate e filmes para construir no Brasil um patrimônio cultural."

Glauber Rocha, citado por Heloísa Buarque de Hollanda e Marcos A. Gonçalves. *Cultura e participação nos anos 60*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

A frase de Glauber Rocha indica alguns princípios do Cinema Novo que, juntamente com outras manifestações artísticas, produziu uma significativa mudança no panorama cultural e político brasileiro dos anos 1960. Cite e analise:

20. Enem

C1-H1



ZIRALDO. 20 anos de prontidão, 1984.

Os aparelhos televisores se multiplicam nas residências do Brasil a partir da década de 1960. A partir da charge, os programas televisivos eram controlados para atender interesses dos:

- a) artistas críticos.
- b) grupos terroristas.
- c) governos autoritários.
- d) partidos oposicionistas.
- e) intelectuais esquerdistas.

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO
SISTEMA DE ENSINO DOM BOSCO

14

DITADURA MILITAR
E NOVA REPÚBLICA

- Dos "anos de chumbo" à redemocratização
- Governo Emílio Garrastazu Médici (1969-1974)
- Governo Ernesto Geisel (1974-1979)
- Governo João Figueiredo (1979-1985)
- Governo José Sarney (1985-1990)
- Governo Fernando Collor de Mello (1990-1992)
- Governo Itamar Franco (1992-1995)
- Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)
- Governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010)
- Governo Dilma Rouseff (2011-2016)
- Governo Michel Temer (2016-2018)

HABILIDADES

- Identificar registros de práticas de grupos sociais no tempo e no espaço.
- Analisar a atuação dos movimentos sociais que contribuíram para mudanças ou rupturas em processos de disputa pelo poder.
- Comparar diferentes pontos de vista, presentes em textos analíticos e interpretativos, sobre situação ou fatos de natureza histórico-geográfica acerca das instituições sociais, políticas e econômicas.
- Avaliar criticamente conflitos culturais, sociais, políticos, econômicos ou ambientais ao longo da História.
- Analisar o papel da justiça como instituição na organização das sociedades.

DOS "ANOS DE CHUMBO" À
REDEMOCRATIZAÇÃO

Em 1969, assumiu a presidência o general Emílio Garrastazu Médici e seu governo ficou conhecido como os "anos de chumbo", pois representou o auge da política repressiva. No entanto, para boa parte da população brasileira o período parecia de otimismo. O governo conseguia vender uma falsa imagem de progresso e desenvolvimento, sobretudo com o chamado "milagre econômico", que expandiu a economia nacional e aumentou o consumo da população. Obras faraônicas eram projetadas e o governo valia-se de forte propaganda, sobretudo na TV. O tricampeonato de futebol, em 1970, foi um dos principais elementos empregados na propaganda.

Porém, na segunda metade da década de 1970 a situação já parecia mudar. O contexto global de crise expunha as fragilidades do suposto milagre econômico. A despeito da promessa de abertura democrática do general Ernesto Geisel, o regime continuava prendendo, torturando e matando. Mortes como a do jornalista Vladimir Herzog tornavam-se símbolo de comoção e resistência nacional.

Os salários reduziam e a inflação e o desemprego aumentavam. A situação trouxe o movimento operário e sindical de volta ao centro da política brasileira. Na virada para a década de 1980, as greves do ABC Paulista pararam o país. A sociedade civil avançava em suas reivindicações por democracia. Entre 1983 e 1984, durante o governo de João Figueiredo, milhões de pessoas saíram às ruas de diversas cidades empenhadas na campanha das Diretas-Já.

Foi por meio de um processo longo e tortuoso, cheio de conflitos e tensões entre o regime e a sociedade civil – e também entre alas do próprio Exército – que, em 1985, o Brasil enfim obteve sua redemocratização. São as nuances desse processo, do período de maior brutalidade à redemocratização, que abordaremos neste módulo.



Fotografia de Alfredo Rizzutti tirada em passeata pelas Diretas-Já, em abril de 1984. Os manifestantes seguraram um cartaz com a frase "Amanhã vai ser outro dia!"; extraída da icônica canção "Apesar de você" (1970), de Chico Buarque de Hollanda, um dos símbolos da resistência civil à ditadura militar.

GOVERNO EMÍLIO GARRASTAZU MÉDICI (1969-1974)

De todos os governos militares, o do presidente Médici foi o mais autoritário e repressor. Apesar do extraordinário crescimento econômico, que se convencionou chamar de “milagre brasileiro”, a sociedade civil viveu, durante anos, submetida a terror psicológico, prisões arbitrárias, grampeamentos telefônicos, tortura e meios desumanos para obter confissões.

A censura implacável impedia que a imprensa em geral noticiasse os fatos, salvo aqueles permitidos oficialmente. A censura também era rigorosa com a literatura, o cinema, o teatro, *shows* e novelas.

A oposição foi literalmente calada. Ironicamente, dizia-se, na época, que o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) era o partido do “sim”, e a Arena o partido do “sim, senhor”. Ao lado da oposição legal suportada, outros grupos mais radicais foram jogados na clandestinidade e perseguidos por órgãos especiais de repressão, como o Destacamento de Operações Internas e Comando Operacional de Defesa Interna (DOI-Codi).

As esquerdas, divididas em mais de duas dezenas de grupos, muitos dos quais optaram pela luta armada, recrudesceram sua ação contra o regime militar, principalmente a partir de 1969. Ficaram famosos a Aliança Libertadora Nacional (ALN), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e o Movimento Revolucionário de 8 de Outubro (MR-8).

Entre 1972 e 1975, ocorreu também uma guerrilha rural na região do Araguaia, em uma área localizada entre os estados do Pará, Maranhão e Tocantins. Esse movimento, organizado e liderado por integrantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), uma ala dissidente do Partido Comunista Brasileiro (PCB), pretendia angariar o apoio da população daquela região para iniciar um amplo movimento camponês contra o governo militar. Em 1975, o Exército brasileiro dissipou a chamada Guerrilha do Araguaia. Seus integrantes foram mortos, presos ou exilados.

A imprensa foi proibida de divulgar notícias sobre as ações armadas, os órgãos de segurança passaram a prender e torturar os suspeitos de ligação com as guerrilhas e agentes foram infiltrados nas organizações de esquerda.

Depois da morte de Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira, da ALN; e Carlos Lamarca, da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), a guerrilha de esquerda entrou em declínio e deixou de ser uma ameaça ao regime militar, mas os aparelhos repressivos não foram desmontados.

Além disso, o regime procurou atuar em nível ideológico, promovendo grande propaganda de exaltação patriótica, com *slogans* ufanistas como “Brasil: ame-o ou deixe-o” e “Ninguém segura este país”. A vitória da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo no México, as discussões acerca do “mar de duzentas milhas” e músicas como “Pra frente, Brasil” mascaravam a violência do regime e angariavam a simpatia popu-

lar para o governo Médici. O crescimento econômico, mesmo com os índices inflacionários manipulados pelo ministro Delfim Neto, permitia ao governo obter apoio de vários setores da sociedade, notadamente das classes médias, que, na época, auferiam um aumento de renda e de consumo, em contraposição a um forte arrocho salarial imposto aos trabalhadores.

Artistas como Chico Buarque, Caetano Veloso e Gilberto Gil foram duramente perseguidos e, como vários outros, tiveram de deixar o Brasil, exilando-se em outros países. Enquanto artistas de esquerda escreviam músicas e peças de teatro para criticar a ditadura, o governo cooptou artistas para exaltar o Brasil.

O governo Médici, em seu final, já fazia vislumbrar uma crise econômica que atingiria setores importantes da economia e da sociedade brasileiras, como as classes médias, que passaram a ter seu consumo e renda diminuídos. Os efeitos da crise do petróleo, desencadeada a partir de 1973, também começaram a ecoar por aqui. Dessa forma, o apoio ao regime militar passou a diminuir, obrigando o governo a alterar sua postura autoritária para um processo lento e gradual de abertura política.

GOVERNO ERNESTO GEISEL (1974-1979)

Em 15 de março de 1974, o país assistiu pela TV à pompa com a qual foi realizada a posse de Ernesto Geisel à presidência. Foram gastos quase 2 milhões de dólares em solenidades e comemorações. Compareceram 89 delegações estrangeiras, destacando-se a presença dos presidentes do Chile (general Augusto Pinochet), do Uruguai (Juan María Bordaberry), da Bolívia (general Hugo Banzer) e, ainda, de Pat Nixon, esposa do presidente dos Estados Unidos.

Geisel pronunciou um discurso breve, com apenas onze parágrafos e nenhuma referência concreta aos objetivos de seu governo. De personalidade marcante, austero e avesso à propaganda, Geisel e seu grupo consideravam que a falta de liberdade era extremamente perigosa, comprometia a popularidade do regime militar e podia resultar em uma explosão social.

A crise econômica e a aceleração inflacionária iniciadas em 1974 provocaram a primeira grande derrota eleitoral da Arena naquele ano. O MDB quase duplicou o número de deputados na Câmara, triplicou o número de senadores e passou a assumir seu verdadeiro papel de oposição. A sociedade civil manifestava nas urnas o repúdio ao regime militar. Era preciso criar mecanismos políticos que evitassem maiores desgastes ao governo e garantissem a continuação dos militares no poder. Foi com esse propósito que Geisel iniciou a abertura política, que resultou, mais tarde, em um processo de redemocratização, embora não fosse essa a intenção da maioria dos militares.

A abertura política de Geisel foi uma transição para a democracia e, ao mesmo tempo, uma estratégia de sobrevivência do regime militar.

Em outubro de 1975, a morte do jornalista Vladimir Herzog, em São Paulo, sob tortura, deu início a pressões

que fizeram o regime recuar. Em janeiro de 1976, a morte do operário Manuel Fiel Filho, decorrente das torturas que sofreu quando submetido a interrogatório no DOI-Codi, em São Paulo, levou Geisel a demitir o comandante do segundo Exército, o general Ednardo D'Ávila Mello. Começava o desmantelamento dos órgãos repressores.



O jornalista Vladimir Herzog foi morto sob tortura nos porões do DOI-Codi, em outubro de 1975. Os militares argumentaram que ele teria se suicidado e forjaram uma cena de suicídio por enforcamento. O caso gerou ampla repercussão. Foi realizada uma missa ecumênica (Herzog era judeu) que reuniu cerca de 8 mil pessoas na Catedral da Sé, em São Paulo, e tornou-se um símbolo da oposição à ditadura. Na fotografia, vemos a Praça da Sé durante a missa, tomada por pessoas que foram se manifestar contra o regime e o assassinato de Herzog. A família do jornalista tentou diversas vezes justiça e reparação pelo ocorrido e apenas em 2013 obteve um novo atestado de óbito no qual a morte constava como decorrente de agressões e maus-tratos. Recentemente, em julho de 2018, a Corte Interamericana de Direitos Humanos condenou o Estado brasileiro pelo homicídio de Herzog.

Mas tudo isso tinha um preço. Para evitar novas vitórias eleitorais do MDB, eram necessários novos mecanismos que manipulassem a “vontade” das urnas. Assim, em 1976 o governo criou a Lei Falcão, que limitava a propaganda eleitoral no rádio e na televisão. Em 1977, foi a vez do Pacote de Abril, que, entre outras medidas, fechou o Congresso Nacional. Com isso, buscava-se garantir a vitória da Arena nas eleições de 1978, com a nomeação de um terço dos senadores pelo governo (os chamados senadores biônicos) e a manutenção do critério de indicação dos governadores estaduais pelo presidente da república.

A sucessão de Geisel foi tumultuada. Os militares Linha Dura articulavam a candidatura do ministro do Exército, o general Sílvio Frota, enquanto Geisel já havia escolhido o general João Batista Figueiredo, então chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI).

Figueiredo e seu vice, o civil Aureliano Chaves, foram eleitos pelo Colégio Eleitoral, formado pelo Congresso e por representantes das Assembleias estaduais.

Nas eleições parlamentares de novembro, apesar de o MDB ter conseguido a maioria dos votos, a Arena continuou sendo o partido majoritário no Congresso, graças às manobras do Pacote de Abril e aos senadores biônicos. A população usava novamente o voto como instrumento para manifestar insatisfação com o regime militar, exigin-

do o retorno da democracia ao país. Ficava claro que a redemocratização seria uma conquista da sociedade civil, e não uma simples concessão do regime.

Em 31 de dezembro de 1978, Geisel extinguiu o AI-5. A abertura política avançava sob pressão da sociedade civil, mas a redemocratização ainda passaria por caminhos tortuosos.

GOVERNO JOÃO FIGUEIREDO (1979-1985)

João Figueiredo tomou posse na presidência da república em março de 1979. Era grande a esperança de que se completasse a abertura democrática iniciada por Geisel.

A situação econômica sacrificava terrivelmente a classe trabalhadora, provocando várias greves, com destaque para as do ABC Paulista, onde 160 mil metalúrgicos, liderados por Luiz Inácio Lula da Silva, o Lula, com o apoio da Igreja e de outros setores importantes da sociedade civil, paralisaram o trabalho.

As greves do ABC, consideradas ilegais, eram um desafio frontal ao novo presidente. O governo reagiu intervindo nos sindicatos e ordenando a prisão dos principais dirigentes dos trabalhadores. Apesar da violência oficial, a greve prosseguiu até fins de abril, com o apoio de importantes personalidades e entidades que forneciam comida e dinheiro para os trabalhadores resistirem.

A continuidade do movimento forçou as negociações, que resultaram vitoriosas para os metalúrgicos, inclusive com o retorno de Lula e de outros dirigentes sindicais que haviam sido expurgados.

Nesse contexto de verdadeira ascensão das massas na luta pela redemocratização, o presidente João Figueiredo tomou a decisão de decretar a anistia geral aos condenados por crimes políticos depois da grande mobilização da sociedade civil pela anistia ampla, geral e irrestrita. Mas a lei do governo anistiou também os acusados de prática de tortura.

Ainda em 1979, Figueiredo decretou uma reforma partidária, extinguiu a Arena e o MDB e criou condições para a volta do pluripartidarismo. A manobra do governo era dividir a oposição e evitar que esta chegasse forte ao poder pela via eleitoral.

Em 1980, João Figueiredo decretou o restabelecimento das eleições diretas para governador de estado, mas manteve a Lei Falcão e aprovou uma lei eleitoral que proibia as coligações partidárias a fim de dificultar o fortalecimento da oposição.

Os militares reacionários e a extrema-direita reagiram com violência diante dos avanços da redemocratização. Deflagraram o terrorismo urbano com vários atentados a bancas de jornais e a entidades de defesa dos direitos humanos.

Mas, na noite de 30 de abril de 1981, ocorreu o mais grave atentado à bomba da extrema-direita. Durante um *show* comemorativo do 1º de Maio no Centro de Convenções do Riocentro, no Rio de Janeiro, uma bomba explodiu no carro em que se encontravam um capitão e

um sargento do Exército. A explosão matou o sargento e feriu gravemente o capitão. O Exército, por meio de comunicados, negou qualquer participação no caso.

No entanto, as evidências eram muito fortes e mostravam o jogo da extrema-direita, que articulava-se com setores militares. O general Golbery do Couto e Silva, principal articulador da abertura e chefe do Gabinete Civil da Presidência, manobrou para que o inquérito sobre o Riocentro caminhasse por vias legais. Não conseguiu seu intento e, desgastado, demitiu-se em agosto.

A profunda recessão econômica, apesar das promessas do ministro Delfim Neto e de seu III Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), produzia efeitos drásticos para aqueles que pretendiam o continuísmo militar. Em 1983, teve início uma campanha, articulada pelos partidos de oposição e entidades da sociedade civil, que contestava frontalmente a legitimidade das eleições indiretas: era a campanha das Diretas-Já.

Em março daquele ano, um deputado de Mato Grosso, Dante de Oliveira, do PMDB, apresentou ao Congresso uma emenda constitucional que restabelecia as eleições diretas para presidente e vice em 1984. Enquanto essa emenda tramitava no Congresso, a campanha das Diretas-Já ganhava as ruas com comícios que

chegaram a ter mais de 1 milhão de pessoas, como no Vale do Anhangabaú e na Praça da Sé, em São Paulo; e na Igreja da Candelária, no Rio de Janeiro. A sociedade empolgava-se e entusiasticamente aplaudia e participava da campanha. Mas a emenda não conseguiu alcançar os dois terços dos votos necessários para sua aprovação e foi rejeitada por uma diferença de 22 votos.

Apesar da derrota da Emenda Dante de Oliveira, o regime militar estava com os dias contados. Na convenção do PDS para escolher o candidato do partido à presidência da república, o coronel Mário Andreazza, candidato do governo, foi derrotado por Paulo Maluf. O PMDB, por sua vez, apresentava a candidatura de Tancredo Neves após incorporação do PP e formava, com o Partido da Frente Liberal (PFL), dissidência do PDS liderada por Aureliano Chaves, Marco Maciel e José Sarney, a chamada Aliança Democrática. O candidato a vice na chapa de Tancredo foi José Sarney, ex-udenista, ex-presidente do PDS e um dos articuladores da derrota da Emenda Dante de Oliveira.

Em 15 de janeiro de 1985, o Colégio Eleitoral elegeu Tancredo Neves e José Sarney para presidente e vice. Naquele momento, fazia-se a transição, sem grandes traumas, do poder militar para o poder civil.



Campanha Diretas-Já: todas as lideranças políticas de oposição ao regime militar uniram-se nos comícios pelas eleições diretas. Na foto, o último e maior comício da campanha, que levou cerca de 1,5 milhão de pessoas ao Vale do Anhangabaú, no centro de São Paulo, em 16 de abril de 1984.

GOVERNO JOSÉ SARNEY (1985-1990)

Em março de 1985, às vésperas de sua posse na presidência da república, Tancredo Neves foi internado no Hospital de Base de Brasília, acometido por sérios problemas de saúde que o levaram à morte em 21 de abril daquele ano. José Sarney, que construía sua carreira política entre a União Democrática Nacional (UDN), a Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o Partido Democrático Social (PDS), apoiara o governo militar e tornara-se um dissidente de “última hora” do PDS por não concordar com a candidatura de Paulo Maluf. Sarney assumiu a presidência da república em um momento de esperança, apesar das grandes dúvidas. Estaria ele de fato capacitado para concluir o processo de redemocratização, cuja liderança a nação confiara a Tancredo Neves?

Havia, porém, um forte consenso de que o regime democrático seria o ideal para o atendimento das aspirações sociais. De certa forma, isso impulsionou o governo Sarney, formado por dissidentes do PMDB e do PDS, a enviar ao Congresso diversos projetos de lei instituindo medidas democratizantes, destacando-se:

- fim do Colégio Eleitoral e restabelecimento das eleições diretas para presidente e vice-presidente da república;
- retorno das eleições para prefeitos das capitais, das cidades consideradas de segurança nacional e das estâncias hidrominerais;
- reconhecimento da liberdade e da autonomia dos sindicatos;
- direito de voto aos analfabetos;
- ampla liberdade de organização de novos partidos, inclusive dos que viviam na clandestinidade, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

O acesso de todos os partidos a quaisquer meios de comunicação também ficou garantido. A legalização dos partidos de esquerda alterou o panorama político-eleitoral, reduzindo, de certa forma, a influência de muitos políticos conservadores. Com o fim da Lei Falcão, as campanhas eleitorais ganharam uma nova dimensão por meio do horário eleitoral gratuito, o que possibilitou acirrados debates que, muitas vezes, eram caracterizados pela agressão pessoal e pela falta de respeito aos ouvintes e telespectadores. Voltávamos à democracia, mas por algum tempo ainda persistiu o que se chamou de “entulho autoritário”, ou seja, algumas leis remanescentes do regime militar, como a Lei de Segurança Nacional, a Lei de Imprensa e a prerrogativa do presidente para baixar decretos-leis.

Os últimos anos do regime militar deixaram como herança um razoável superávit na balança comercial. Em 1985, ele atingiu cerca de 12 bilhões de dólares. A maxidesvalorização da moeda em 1983 e os baixos salários permitiam a redução do preço dos produtos brasileiros no mercado internacional, o que facilitou o aumento das exportações.

Mas, junto ao superávit, ficaram também uma imensa dívida interna e externa, o aumento do déficit público e uma inflação incontrolável. A aceleração inflacionária anulava a perspectiva de estabilização da economia e levava muitos empresários a não investir no setor produtivo da economia, preferindo aplicações a curto prazo.

Em decorrência disso, aconteceu a supervalorização do mercado financeiro em prejuízo do setor produtivo, pois o capital privado procurava garantir o fluxo da renda real. As constantes remarcações de preços também foram outro mecanismo utilizado pelos empresários para garantir a rentabilidade.

A euforia do consumo gerou sérios problemas: a oferta não dava conta da demanda. Os empresários escondiam os produtos ou maquiavam-nos e até diminuía-lhes a qualidade. A cobrança de ágio tornou-se usual. Ao final de oito meses, sem mecanismos eficazes de controle por parte do governo, o Plano Cruzado fracassou. A economia voltou a ser indexada e a inflação ganhou nova força de aceleração.

Um novo plano econômico de combate à crise e de controle inflacionário, o Plano Bresser, também fracassou, e a popularidade de Sarney despencou.

Em janeiro de 1989, um novo plano econômico: o Plano Verão, do ministro Mailson da Nóbrega, que era quase uma reedição do Plano Cruzado. Foi criada outra moeda (o cruzado novo), promoveu-se uma nova desindexação da economia, a elevação dos juros bancários e a recomposição salarial pela média do salário real dos últimos doze meses. Na prática, o Plano Verão fracassou e nada de concreto resultou dele. O déficit público aumentou e a inflação atingiu a taxa diária de mais de 2% em fevereiro de 1990, mês que antecedeu a posse de Fernando Collor de Mello na presidência.

A Constituição de 1988

A aprovação da Constituição de 1988 pela Assembleia Nacional Constituinte gerou grande expectativa em toda a nação. A demora na elaboração dessa nova Carta, a maneira conservadora como os constituintes resolviam questões de vital importância para a sociedade e os conflitos ideológicos entre eles provocaram muito desencanto e descrédito quanto à real afirmação do regime democrático no país.

Na Constituição, destacam-se:

- fim dos decretos-leis, muito comuns durante o regime militar;
- ampliação dos direitos dos indígenas em relação à terra que ocupam;
- desapropriação de terras que não cumprem função social mediante prévia indenização;
- direito de voto a partir dos 16 anos;
- garantia do direito de voto ao analfabeto;
- consideração do crime de racismo como inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, na forma da lei;

- ampla liberdade e autonomia sindical, bem como direito de greve, exceto para os setores considerados essenciais;
- férias remuneradas acrescidas de um terço do salário;
- extensão dos direitos dos trabalhadores urbanos aos trabalhadores rurais e aos domésticos;
- redução da jornada semanal de trabalho para 44 horas e pagamento de 50% a mais do valor da hora normal para a hora extra.

Eleições presidenciais de 1989

Todos os candidatos, indistintamente, atacaram a política econômica do governo Sarney, a corrupção e a imoralidade administrativa, na tentativa de ganhar a simpatia popular.

Sustentado por um partido inexpressivo, o Partido de Reconstrução Nacional, Collor utilizou a mídia eletrônica para construir uma imagem favorável junto à opinião pública. Nesse verdadeiro show de marketing político, ele teve várias emissoras de rádio e televisão como aliadas e soube vender a imagem de caçador de marajás e defensor dos “descamisados”.

A campanha eleitoral transcorreu em clima de liberdade e, em alguns momentos, alcançou elevada tensão. Os debates transmitidos pelo rádio e pela televisão chamavam a atenção de toda a opinião pública. Os comícios mobilizavam milhares de cidadãos em todo o país.

O resultado do primeiro turno mostrou Collor com 25,11% dos votos; Lula com 14,16%; Brizola com 13,60%; e Mário Covas com 9,49%.



Fotografia de um dos debates entre Fernando Collor de Mello e Luiz Inácio Lula da Silva na eleição presidencial de 1989.

Assim, Collor e Lula deveriam disputar o segundo turno das eleições em 17 de dezembro. Um era representante das oligarquias, e o outro, dos operários. Ambos apresentaram-se como defensores comprometidos com as massas populares. Venceu Collor, com margem pequena de votos: 53% contra 47% de Lula. O vencedor sustentava que o eleitorado, em sua expressiva maioria, optara pelo seu programa neoliberal e daria fim à velha política. A direita, embalada no ocaso do mundo socialista, comemorou a vitória de Collor e prometeu realizar um governo nunca antes sonhado.

GOVERNO FERNANDO COLLOR DE MELLO (1990-1992)

Já acostumada com os pacotes econômicos da era Sarney, a população não reagiu contra o pacote econômico da ministra Zélia Cardoso de Mello, um dia após

a posse do presidente Fernando Collor de Mello, a não ser contra as decisões que quebravam frontalmente as promessas feitas por ele na campanha eleitoral de não mexer na poupança popular.

O aspecto mais criticado do Plano Collor foi, sem dúvida, o confisco da poupança; mas conseguiu reduzir consideravelmente a taxa inflacionária, o que provocou uma expectativa positiva de vários setores para a possibilidade de solução de um problema antigo e de consequências dramáticas para a sociedade.

Mas, dois anos após a posse, a inflação já era de 21% ao mês. O Plano Brasil Novo fracassara e Collor teve de reestruturar seus planos.

Enquanto o crescimento econômico não acontecia, o trabalhador brasileiro vivia o impasse entre salários baixos e inflação alta. A inflação só era controlada em torno dos 25%, com o arrocho salarial. O consumidor não comprava, o comércio não vendia e a indústria não se livrava dos estoques. Assim, a recessão aprofundava-se cada vez mais.

Os numerosos escândalos de corrupção envolvendo ministros de Estado, licitações fraudulentas, desvio de verbas, tráfico de influências, superfaturamento nas compras e contratos sem licitações caracterizaram o governo Collor. A partir de maio de 1992, o país viveria um dos momentos mais trágicos e, ao mesmo tempo, mais cívicos de sua história. A revista *Veja*, naquele mês, trazia uma entrevista com Pedro Collor, irmão do presidente, denunciando um vasto esquema de corrupção liderado pelo empresário alagoano Paulo César Farias, o PC Farias, tesoureiro da campanha eleitoral de Collor.

Na entrevista, o irmão do presidente deixava transparecer que PC Farias mantinha estreitas ligações com o Planalto e Fernando Collor de Mello usava-o como instrumento para a realização de negócios escusos, corrupção e assalto ao dinheiro público. Ficou rapidamente comprovada a veracidade das denúncias contra PC Farias e suas estreitas ligações com o presidente.

A sociedade civil mobilizou-se mais uma vez e, a partir de agosto, centenas de passeatas e atos públicos em todo o país, organizados principalmente por estudantes, exigiam o *impeachment* do presidente. A democracia mostrava-se forte e o povo na rua sustentava a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI).

Sem uma base parlamentar forte, Collor assistiu ao desfecho da CPI: em setembro de 1992, por 441 votos a favor, 38 contra, 1 abstenção e 23 ausências, a Câmara dos Deputados autorizou a abertura do processo de *impeachment* do presidente, uma decisão inédita em toda a história da América Latina. O Senado deu andamento e finalizou o processo. Imediatamente foi empossado, como presidente em exercício, o vice-presidente Itamar Franco.

No fim de dezembro de 1992, Collor renunciou, mas, mesmo assim, foi julgado e condenado pelo Senado, tendo seus direitos políticos cassados por oito anos. Com a renúncia e o *impeachment* de Collor, Itamar Franco assumiu definitivamente a presidência em 29 de dezembro de 1992 para concluir o mandato.

GOVERNO ITAMAR FRANCO (1992-1995)

Itamar Franco tinha diante de si um quadro social desanimador: inflação, planos econômicos frustrados e população decepcionada e assustada com a expansão da miséria e da recessão. A situação começa a mudar com a indicação de Fernando Henrique Cardoso, ministro das Relações Exteriores, para comandar o Ministério da Fazenda – foi o quarto ministro dessa pasta em menos de um ano. Em julho de 1994, FHC efetivou o projeto de Itamar de substituir o cruzeiro por um novo padrão monetário, o Plano Real. Ao contrário dos planos anteriores, o Plano Real foi completo e bem estruturado, precedido de etapas preparatórias que deram a possibilidade de acomodação do mercado e reequilíbrio das contas do governo.

Intuindo o sucesso do plano, que baixou a inflação para 6% em julho, continuando a cair nos meses seguintes, o PSDB, partido que Fernando Henrique Cardoso havia ajudado a fundar, lançou-o como candidato às eleições de 1994. No fim daquele ano, a inflação chegaria próxima de 0%.

GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1995-2002)

Aliando-se ao Partido da Frente Liberal (PFL), a candidatura de FHC foi impulsionada pelo Plano Real, que continuava dando certo. Conforme Lincoln de Abreu Penna, o PFL foi o parceiro que atendia às necessidades eleitorais para esse fim. Era um partido de grande penetração nos lugares mais remotos e influente na Região Nordeste do país. Com essa estratégia eleitoral, foi possível juntar forças distintas, porém afins, com o propósito de evitar a ascensão de governos sem compromissos com as medidas de austeridade que o país reclamava, de acordo com os mesmos aliados. Com esse intuito e apesar da discrepância política em algumas regiões, a aliança da social-democracia com os liberais ganhou consistência e força eleitoral suficiente para o sucesso dessa estratégia.

Sustentado pelo Plano Real, o governo FHC continuou baixando a inflação, que manteve-se à taxa de 5% ou 6% ao ano. Entretanto, o plano teve efeitos preocupantes, como a inadimplência e o desemprego. Uma soma de fatores provocou essa situação: juros altos, estoques, concorrência com os produtos importados, expansão tecnológica e cheques pré-datados.

Em razão dessa situação, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, anunciou que o governo pretendia dar continuidade às mudanças estruturais da economia. Para tanto, eram medidas fundamentais modernizar e aumentar a eficiência na gestão dos setores públicos, iniciar a reforma da Previdência, reduzir o chamado “custo Brasil” e diminuir o custo do capital, da contratação de mão de obra e da tributação sobre a atividade produtiva e sobre os custos portuários e de infraestrutura.

O processo de privatização, iniciado ainda no governo Collor, ganhou intensidade em 1997, quando 33%

das ações da Companhia Vale do Rio Doce foram vendidas. Ao mesmo tempo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) acirrava ainda mais sua atuação em ocupações de terras devolutas e latifúndios improdutivos, tentando agilizar a reforma agrária.

No mesmo ano, após uma articulação até hoje pouco esclarecida, foi aprovada a emenda à Constituição que permitia a reeleição do presidente. Entretanto, os partidos aliados a FHC queriam que a medida também beneficiasse todos os cargos executivos – estaduais e municipais – e dos governantes em exercício. A reeleição visava, entre outros aspectos, a manutenção do Plano Real e do fluxo de investimentos internacionais. Após inúmeras negociações e suspeitas de compra de votos, o Congresso Nacional aprovou a emenda constitucional que garantia a reeleição a todos os cargos executivos.

Dessa forma, mesmo com um quadro social conturbado, mas tendo ainda o real como suporte político, o presidente FHC lançou-se à reeleição e saiu vitorioso, ainda no primeiro turno. Um problema sério que abalou o segundo mandato de FHC decorreu da especulação intensa, feita principalmente por agentes internacionais. O Banco Central foi obrigado a intervir no mercado, colocando dólares à venda para manter a cotação em um patamar aceitável em relação ao real.

No segundo mandato, o presidente teve mais dificuldade de governar em virtude da reorganização dos partidos de oposição. No Congresso Nacional, o Partido dos Trabalhadores liderava a oposição e articulava os movimentos sociais e sindicais, formando uma ampla frente parlamentar.

GOVERNO LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (2003-2010)

O metalúrgico e líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, ao tomar posse da presidência da república, em 1º de janeiro de 2003, criou uma intensa expectativa. Lula deu início a seu governo lançando o Programa Fome Zero, cujo objetivo consistia em combater a subnutrição, que afetava milhões de brasileiros. Manteve a política econômica de seu antecessor, FHC, ao honrar os compromissos e acordos internacionais, manter a estabilidade da moeda e combater a inflação.

MARCELLO CASAL JR./AGBR



Fernando Henrique Cardoso passa a faixa presidencial a Luiz Inácio Lula da Silva.

Essa postura tranquilizou – e agradou – os setores financeiros e o Fundo Monetário Internacional (FMI). As

várias denúncias de corrupção que envolveram ilustres figuras do governo e da Câmara dos Deputados, muitas das quais componentes da base aliada do governo, não foram suficientes para minar o prestígio do presidente, que foi reeleito para o mandato de 2007-2010. Durante esses oito anos de governo, ele consolidou-se como a maior liderança política do país e, ao mesmo tempo, a mais controversa.

Em seu governo, houve a continuidade de esquemas consolidados na política brasileira desde a ditadura e sofisticados ao longo do período democrático. Por exemplo: o caixa 2 de campanha, quando empresas fazem doações não declaradas a um candidato; o chamado mensalão, que utilizava dinheiro ilegal para fazer pagamentos a parlamentares; e desvios de verba em Furnas e na Petrobrás.

Fato é que, em seu governo, o Ministério Público ganhou independência para investigar, a Polícia Federal recebeu mais investimentos, foi criada a Controladoria Geral da União e o Portal da Transparência e foram tomadas várias medidas contra a corrupção. Lula e Dilma, no entanto, ficaram em evidência quando os escândalos de corrupção começaram a aparecer.

Apesar disso, a popularidade de Lula justifica-se pelo que conseguiu entregar. O Programa Fome Zero, lançado no início do primeiro mandato, foi substituído pelo Bolsa Família. Hoje, esse programa já causa menos discussão, uma vez que está mais do que comprovada sua eficácia e importância, mas durante muito tempo ele foi visto com muito preconceito pelos setores mais conservadores da sociedade. A distribuição de renda, os poços artesianos cavados no Nordeste, a transposição do Rio São Francisco e o crescimento econômico com grande geração de empregos ajudaram o Brasil a sair do Mapa da Fome da Organização Mundial da Saúde e cerca de 30 milhões de brasileiros saíram da miséria.

Além de comida e renda, essas pessoas que viviam em condições miseráveis receberam energia com o Programa Luz para Todos e muitos puderam comprar suas primeiras casas (com o Minha Casa Minha Vida), seus primeiros carros ou motos (com a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados) e chegar à universidade (com o ProUni, o Fies e o SisU).

Por trás disso tudo, havia o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), um conjunto de medidas e ações voltadas à economia que objetivavam acelerar o crescimento do país e fez altos investimentos em estradas, pontes, saneamento, habitação, transporte e energia. Esse programa foi a grande bandeira que ajudou a eleger sua sucessora, Dilma Rousseff.

GOVERNO DILMA ROUSSEFF (2011-2016)

Em 2010, foi eleita uma mulher para assumir o cargo de presidente da república. Dilma Rousseff, candidata pelo PT, partido do então presidente da república, venceu o segundo turno das eleições presidenciais. Sua administração foi marcada pela intervenção presidencial contra a corrupção, que refletiu na demissão de uma série de ministros, bem como no julgamento do “mensalão”.



AGÊNCIA BRASIL/
ALAMY STOCK PHOTO

Dilma Rousseff discursa para grupo de apoiadores enquanto corria o processo do *impeachment*, em 2016.

Economicamente, seu governo enfrentou uma crise internacional que resultou na alta do dólar e em um leve crescimento da inflação. Em sua gestão, foram feitas algumas concessões de aeroportos e estradas para a administração privada.

Em 2013, o mês de junho foi marcado pela presença dos cidadãos nas ruas em uma série de passeatas que reivindicaram melhorias nos serviços básicos de atendimento ao povo, como transporte público (que deu início aos atos), saúde e educação. Após esses protestos, pessoas de classe média alta que não tinham o hábito, há muito tempo, de fazer política nas ruas redescobriram essa prática e começaram a tomar as pautas daqueles que já estavam mobilizados há muito mais tempo.

Em 2014, após uma disputa presidencial acirrada, Dilma Rousseff foi reeleita para mais um mandato de quatro anos. Isso despertou ainda mais os ânimos anti-petistas e o discurso genérico anti-corrupção. Aécio Neves, derrotado, não reconheceu o resultado das eleições e foi dado início a um processo de emparelamento e isolamento da presidente Dilma.

O desempenho de seu governo já não ajudava e a oposição conseguiu forçar nomeações e medidas econômicas diferentes daquelas que Dilma havia prometido em campanha. Isso minou ainda mais o apoio popular a ela e sua aprovação só diminuía. Enquanto isso acontecia, a classe média e alta que voltou às ruas em 2013 começou a engrossar manifestações contra Dilma, justificando seu anti-petismo com uma suposta luta contra a corrupção.

Mesmo com Dilma resistindo em tomar atitudes para impedir a Lava-Jato, investigação que estremeceu a elite política brasileira e que, por meio de delações premiadas, expôs um sistema que existia há quase quarenta anos, era acusada por parte da população de ser parte dos esquemas de corrupção.

A ala efetivamente corrompida da política, liderada pelo vice-presidente, Michel Temer, e por seus aliados – como Romero Jucá, Gedel Vieira Lima, Edison Lobão, entre outros – começou um esforço para “estancar a sangria” em um “grande acordo nacional”.

O que justificou o *impeachment* de Dilma Rousseff foram as chamadas pedaladas fiscais. Trata-se da utilização de recursos da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil para pagar benefícios do Bolsa Família e do Crédito Rural, no fim do ano fiscal do governo, e

devolver o dinheiro no início do ano seguinte. É uma manobra contábil recomendada pelos técnicos do governo e já feita por vários presidentes, como Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, Lula e Dilma. No ano seguinte à deposição de Dilma, o próprio Michel Temer, que assumiu o cargo, realizou esse procedimento.

Por não haver, então, um crime de responsabilidade que configuraria um caso de *impeachment*, Dilma Rousseff foi tirada do cargo mas não perdeu os direitos políticos. Inclusive, candidatou-se a senadora por Minas Gerais nas eleições de 2018.

GOVERNO MICHEL TEMER (2016-2018)

Em seu governo, Michel Temer precisou se defender de acusações de corrupção e de recebimento de propina para favorecer empresas no Decreto dos Portos. Chegou a haver um momento delicado, no qual sua renúncia foi cogitada, quando o empresário e corruptor Joesley Batista (da JBS) o gravou concordando com um esquema para comprar o silêncio de Eduardo Cunha, ex-deputado federal do mesmo partido de Temer que então estava preso.

Não renunciando, Temer esforçou-se para aprovar uma série de medidas impopulares, sem ao menos

discuti-las de forma aberta e democrática com a sociedade. Impôs, sob aplausos de alguns e vaias de outros, a reforma trabalhista e a reforma do Ensino Médio, cortou benefícios sociais, desfez ministérios e chegou perto de aprovar a reforma da Previdência.

Nesse clima de afronta à democracia imposto por Michel Temer, o país entrou em ano eleitoral. Logo nos primeiros meses do ano, o juiz da Lava-Jato, Sérgio Moro, conseguiu chegar ao objetivo que tinha desde o início: prender o ex-presidente Lula. Apesar de não ter podido se defender até a última instância e em virtude de o processo ser baseado em um "conjunto indiciário", ou seja, em uma coleção de indícios, não em alguma prova, Lula teve de entregar-se à Polícia Federal para ser levado a uma cela em Curitiba.

Mas, como grande estrategista político e líder das massas, ele o fez à sua maneira. Em São Bernardo do Campo, em São Paulo, discursou para uma multidão de pessoas. Independentemente de posições políticas, de uma forma ou de outra todos reconhecem que Lula é a maior figura política brasileira desde a redemocratização. Gostando ou não de seu governo, acreditando ou não que ele comandava esquemas de corrupção, ele de fato tem uma habilidade política rara.



FRANCISCO PRONER

Muitos consideram que a prisão de Lula foi uma forma de se fazer justiça e mostrar que não há mais impunidade, pois até um ex-presidente pode ser preso. De qualquer forma, sua prisão mostrou o quanto ele ainda terá muita influência na política brasileira, mesmo sem um cargo político.

Mesmo preso, Lula aparecia em todas as pesquisas eleitorais como o líder na intenção de votos, e em alguns cenários poderia ganhar no primeiro turno. O candidato petista foi Fernando Haddad, um rosto jovem e novo para um partido desgastado por escândalos de corrupção e pelo desempenho econômico insatisfatório de Dilma Rousseff. Os principais candidatos foram Ciro Gomes, um dos ministros do Plano Real e ministro de Lula em seu primeiro mandato; Marina Silva, ex-ministra

de Lula e líder de um partido recém-fundado, a Rede; Geraldo Alckmin, ex-governador de São Paulo e presidente do PSDB desde que Aécio Neves foi envolvido em escândalos de corrupção; e Jair Bolsonaro, que foi deputado federal pelo Rio de Janeiro por 27 anos, envolvido em casos de corrupção e mau uso do dinheiro público, além de um escândalo de caixa 2 para comprar notícias falsas (as *fake news*) durante a campanha eleitoral, mas que, a despeito de tudo, venceu as eleições.

ROTEIRO DE AULA

DITADURA MILITAR

Governo Emílio Garrastazu Médici (1969-1974)

"Anos de chumbo": auge da tortura e repressão.

Milagre econômico: "Crescer o bolo para depois dividir"

Propaganda ufanista: Copa do Mundo de 1970; "Brasil, ame-o ou deixe-o"; "Ninguém segura este país".

Obras faraônicas: Transamazônica (nunca concluída),

Itaipu e Ponte Rio-Niterói.

Resistência: luta armada; Guerrilha do Araguaia; grupos guerrilheiros nas cidades (ALN, VPR, VAR-Palmares, MR-8); sequestros de embaixadores.

Governo Ernesto Geisel (1974-1979)

Sem plano de governo claro. Tentativa de implantação de uma política externa independente. Condecoração de Che Guevara. Renúncia após sete meses de governo.

Governo João Figueiredo (1979-1985)

Resistência: greves do ABC Paulista.

Lei da Anistia (1979): anistia os agentes da repressão e os presos políticos e exilados.

Volta do pluripartidarismo (1980).

Tentativa de reação de setores do Exército: atentado no Riocentro (1981).

Diretas-Já (1983-1984): projeto derrotado; chapa civil com Tancredo Neves e José Sarney é eleita pelo Colégio Eleitoral em janeiro de 1985.

ROTEIRO DE AULA

NOVA REPÚBLICA

Governo José Sarney (1985-1990)

Assume a presidência após a morte de Tancredo Neves. Restabelecimento das eleições presidenciais diretas. Promulgação de uma nova Constituição. Implantação de quatro planos econômicos, todos sem sucesso.

Governo Fernando Collor de Mello (1990-1992)

Crise econômica. Denúncias de corrupção levam ao processo de *impeachment*.

Governo Itamar Franco (1992-1995)

Implantação do Plano Real. Estabilização da economia.

Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)

Abertura da economia ao capital estrangeiro. Privatização de empresas estatais.

Governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010)

Ex-metalúrgico e ex-sindicalista. Adoção de uma política econômica conservadora e manutenção dos acordos com o FMI. Ênfase em programas sociais, aumento do salário mínimo e distribuição de renda.

Governo Dilma Rousseff (2011-2016)

Primeira mulher eleita para a presidência do Brasil. Manutenção e expansão das políticas econômicas e sociais adotadas pelo governo Lula.

Governo Michel Temer (2016-2018)

Medidas neoliberais. Reformas sem discussão com a sociedade. Escândalos de corrupção: decreto dos portos, caso JBS.

Eleições 2018

Prisão de Lula, líder nas pesquisas. Haddad x Jair Bolsonaro. Notícias falsas.

EXERCÍCIOS DE APLICAÇÃO

1. Unicamp-SP

“O tropicalismo buscava revolucionar a linguagem e o comportamento na vida cotidiana, incorporando-se simultaneamente à sociedade de massa e aos mecanismos do mercado de produção cultural. Criticava ao mesmo tempo a ditadura e uma estética de esquerda acusada de menosprezar a forma artística. Articulava aspectos modernos e arcaicos, buscava retomar criticamente a tradição brasileira e absorver influências estrangeiras de modo ‘antropofágico’.”

Marcelo Ridenti. “Cultura”, em Daniel Aarão Reis (Org.). *Modernização, ditadura e democracia*: 1964-2010. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. p. 256.

O tropicalismo, no contexto cultural brasileiro dos anos 1960 e 1970:

- foi influenciado pelo Manifesto Antropofágico e propunha digerir aspectos da cultura mundial – como a guitarra elétrica e a televisão – para difundir o ideal de uma sociedade alinhada com os interesses da modernização econômica da ditadura.
- era um movimento que criticava a ditadura, associada à Jovem Guarda, e a esquerda, identificada com a Bossa Nova, propondo uma leitura imparcial para a cultura, como se observa na música popular e na dramaturgia do Teatro Oficina.
- criticava o Cinema Novo e a glamorização da “estética da fome”, preferindo abrir-se para os movimentos internacionais, como fizeram o modernismo em relação ao futurismo e a vanguarda do grupo do Teatro Opinião.
- usava referências eruditas e populares, incorporava aspectos da música *pop* mesclada a aspectos regionais e expressava críticas à ditadura e ao patrulhamento praticado por alguns fãs das canções de protesto.

Conforme expresso no texto, o tropicalismo mesclava aspectos modernos (a música *pop*, os meios de comunicação de massa) e arcaicos (as características regionais do Brasil) e, ao mesmo tempo, era crítico à ditadura militar e ao patrulhamento ideológico de uma esquerda avessa à revolução estética.

2. Fuvest-SP

“Paralelamente à abertura da Transamazônica processa-se o trabalho da colonização, realizado pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). As pequenas agrovilas se sucedem de vinte em vinte quilômetros à margem da estrada, e nos cem hectares que cada colono recebeu são plantados milho, feijão e arroz. Já no próximo mês começará a plantação de cana-de-açúcar, cujas primeiras mudas, vindas dos canaviais de Sertãozinho, em São Paulo, acabaram de ser distribuídas. Jovens agrônomos, recém-saídos da universidade, orientam os colonos... No meio da selva começam a surgir as agrovilas. Vindos de diferentes regiões do país, os colonos povoam as margens da Transamazônica e espalham pelo chão virgem o verde disciplinado das culturas pioneiras. Os pastos da região são excelentes.”

Revista Manchete, 15 de abril de 1972.

Segundo o texto, é correto afirmar que a Transamazônica, cuja construção se iniciou no regime militar (1964–1985), representou, inclusive:

- um projeto para eliminar o controle nacional e estatal dos recursos naturais da Amazônia, facilitando o avanço de interesses britânicos na região.
- um esforço de ampliar as áreas de ocupação na Amazônia e de construir a ideia de que se vivia um período de avanço, integração e crescimento nacional.

- uma superação das dificuldades de comunicação e deslocamento entre o sul e o norte do país, facilitando a migração e permitindo plena integração entre os oceanos Atlântico e Pacífico.
- uma tentativa de reaquecer a economia da borracha, com a criação de rotas de escoamento rápido da produção em direção aos portos do sudeste.
- um projeto de utilização dessa estrada para delimitar as fronteiras entre os estados da região.

O texto comenta e exalta a criação de agrovilas no interior da região Amazônica, tida como virgem e despovoada. Para ocupar essas terras, colonos de todas as regiões do país dirigiram-se à Amazônia, em consonância com o projeto de integração nacional do regime militar. A empreitada foi apresentada como progresso e reflexo do desenvolvimento técnico-científico nacional, uma vez que desenvolveria economicamente a região por meio de culturas agrícolas supervisionadas por agrônomos com formação universitária.

3. Enem

C3-H15

“É para abrir mesmo e quem quiser que eu não abra eu prendo e arrebento.”

Frase pronunciada pelo presidente João Baptista Figueiredo. Apud: RIBEIRO, D. *Aos trancos e barrancos e o Brasil deu no que deu*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

A frase do último presidente do regime militar indicava a ambiguidade da transição política no país. Neste contexto, houve resistências internas ao processo de distensão planejado pela alta cúpula militar, que se manifestaram com:

- as campanhas no rádio, TV e jornais em favor da Lei de Anistia.
- as posições de prefeitos e governadores em apoio à instalação de eleições diretas.
- as articulações no Congresso pela convocação de uma nova Assembleia Nacional Constituinte.
- os atos criminosos, como a explosão de bombas, de militares inconformados com o fim da ditadura.
- as articulações dos parlamentares do PDS, PMDB e PT em prol da candidatura de Tancredo Neves à presidência.

Um exemplo de ato criminoso organizado por militares insatisfeitos com a abertura em curso durante o governo João Figueiredo, abordado neste módulo, foi o atentado do Riocentro, no qual membros do Exército explodiram bombas durante um *show*. Queriam, com isso, culpar as organizações clandestinas de esquerda (já inexistentes à época), a fim de defender a perpetuação de um regime ditatorial que caçasse a subversão.

Competência: Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.

Habilidade: Avaliar criticamente conflitos culturais, sociais, políticos, econômicos ou ambientais ao longo da História.

4. Fatec-SP – No governo do presidente Itamar Franco (em junho de 1994) foi lançado, pelo seu ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, o plano econômico conhecido como Plano Real. Esse plano que equiparou a moeda brasileira ao dólar:

- reduziu a taxa de juros e anunciou a contenção do déficit público com uma política de demissões dos funcionários públicos que possuíssem altos salários.
- elevou as taxas de juros e anunciou a redução do déficit público, devido aos empréstimos do FMI, combinado com a contratação de centenas de novos fiscais para impedir a importação de produtos supérfluos no mercado brasileiro.
- diminuiu as taxas de juros, proporcionando ao pequeno e médio empresário brasileiro a possibilidade de

competir com os produtos trazidos pelas empresas multinacionais.

- d) elevou a taxa de juros e anunciou a redução do déficit público, devido à privatização das empresas estatais.
- e) diminuiu as taxas de juros, facilitou o crédito para as micro e médias empresas, diminuiu os impostos sobre a produção de bens nacionais, para incentivar o aumento da produção, e controlou o déficit público com uma agressiva política de nacionalizações de empresas estrangeiras.

Vemos nesta questão mais uma vez o tema do Plano Real e das medidas que o tornaram possível. Nesse caso, o equilíbrio das contas do Estado e o aumento da taxa de juros como medidas para conter a inflação.

5. UNESP

“No presidencialismo, a instabilidade da coalizão pode atingir diretamente a presidência. É menor o grau de liberdade de recomposição de forças, através da reforma do gabinete, sem que se ameacem as bases de sustentação da coalizão governante. No Congresso, a polarização tende a transformar ‘coalisões secundárias’ e facções partidárias em ‘coalisões de veto’, elevando perigosamente a probabilidade de paralisia decisória e consequente ruptura da ordem política.”

Sérgio Henrique H. de Abranches. *Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro*. 1988.

Os impasses do chamado “presidencialismo de coalizão” podem ser identificados em pelo menos dois momentos da história brasileira:

- a) nas sucessivas constituintes realizadas entre 1934 e 1946 e na instabilidade política da chamada Primeira República.
- b) nas dificuldades políticas enfrentadas no período de 1946 a 1964 e nas crises governamentais da chamada Nova República.
- c) na reforma partidária do final do regime militar e na pulverização dos votos populares nas eleições presidenciais de 1989 e 1998.
- d) ha crise final do Segundo Império e no fechamento político provocado pela implantação do Estado Novo de Getúlio Vargas.
- e) nas críticas à política dos governadores implementada por Campos Sales e no golpe militar que encerrou o governo de João Goulart.

O presidencialismo de coalizão foi um conceito inventado por FHC para descrever a construção de uma maioria no Congresso, à revelia de eventuais discordâncias entre presidente e congressistas. Significa que o presidente deve se aliar a corruptos, fisiologistas e chantageiros, ainda que isso seja ruim, para que consiga maioria de votos e aprove as medidas que julga necessárias.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

7. Fuvest-SP

“Não nos esqueçamos de que este é um tempo de abertura. Vivemos sob o signo da anistia que é esquecimento, ou devia ser. Tempo que pede contenção e paciência. Sofremos todo ímpeto agressivo. Adoçemos os gestos. O tempo é de perdão. [...] Esqueçamos tudo isto, mas cuidado! Não nos esqueçamos de enfrentar, agora, a tarefa em que fracassamos ontem e que deu lugar a tudo isto. Não nos esqueçamos de organizar a defesa das instituições democráticas contra novos golpistas militares e civis para que em tempo algum do futuro ninguém tenha outra vez de enfrentar e sofrer, e depois esquecer os conspiradores, os torturadores, os censores e todos os culpados e coniventes que beberam nosso sangue e pedem nosso esquecimento.”

Darcy Ribeiro. Réquiem. *Ensaios insólitos*. Porto Alegre: L&PM, 1979.

6. Enem

C5-H22

Movimento dos caras-pintadas



Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br>>. Acesso em: 17 abr. 2010. (Adaptado)

O movimento representado na imagem, do início dos anos de 1990, arrebatou milhares de jovens no Brasil. Nesse contexto, a juventude, movida por um forte sentimento cívico:

- a) aliou-se aos partidos de oposição e organizou a campanha Diretas-Já.
- b) manifestou-se contra a corrupção e pressionou pela aprovação da Lei da Ficha Limpa.
- c) engajou-se nos protestos-relâmpago e utilizou a internet para agendar suas manifestações.
- d) espelhou-se no movimento estudantil de 1968 e protagonizou ações revolucionárias armadas.
- e) tornou-se porta-voz da sociedade e influenciou no processo de *impeachment* do então presidente Collor.

Os caras-pintadas foram às ruas após as denúncias contra Collor, um presidente que estava envolvido em esquemas graves de corrupção e ficou deslegitimado em todas as esferas da sociedade, até entre aqueles que o elegeram.

Competência: Utilizar os conhecimentos históricos para compreender e valorizar os fundamentos da cidadania e da democracia, favorecendo uma atuação consciente do indivíduo na sociedade.

Habilidade: Analisar as lutas sociais e conquistas obtidas no que se refere às mudanças nas legislações ou nas políticas públicas.

O texto remete à anistia e à reflexão sobre os impasses da abertura política no Brasil, no período final do regime militar, implantado com o golpe de 1964. Com base nessas referências, escolha a alternativa correta:

- a) A presença de censores na redação dos jornais somente foi extinta em 1988, quando promulgada a nova Constituição.
- b) O projeto de lei pela anistia ampla, geral e irrestrita foi uma proposta defendida pelos militares como forma de apaziguar os atos de exceção.
- c) Durante a transição democrática, foram conquistados o bipartidarismo, as eleições livres e gerais e a convocação da Assembleia Constituinte.
- d) A Lei de Anistia aprovada pelo Congresso beneficiou presos políticos e exilados, e também agentes da repressão.

- e) O esquecimento e o perdão mencionados integravam a pauta da Teologia da Libertação, uma importante diretriz da Igreja Católica.

8. UERJ

“A vontade de mudar o nome do antigo Colégio Estadual Presidente Emílio Garrastazu Médici, em Salvador, não aconteceu por conta da efeméride dos 50 anos do golpe militar. Segundo a diretora Aldair Almeida Dantas, essa era uma insatisfação antiga da comunidade. ‘A novidade foi a convergência de intenções e a coincidência com esse período de resgate histórico’, disse a diretora do, agora, Colégio Estadual do Stiep Carlos Marighella. Um colegiado escolar, formado pelos funcionários, professores, pais de alunos e pela comunidade, entendeu que o lançamento de muitos candidatos ao novo nome criaria confusão. Por isso surgiu a ideia de encontrar apenas dois que fossem baianos e representassem o combate ao regime militar. Os nomes do guerrilheiro Carlos Marighella e do geógrafo Milton Santos foram os escolhidos. ‘Ambos são da Bahia. Cada um tentou lutar contra a imposição do regime’, analisa Aldair.”

<educacao.uol.com.br>, 15/4/2014. (Adaptado)

A escolha de nomes de logradouros e de edificações pode representar uma homenagem em determinada época, assim como a mudança desses nomes pode indicar transformações históricas, simbolizando novas demandas da sociedade. A situação apresentada na reportagem exemplifica, para a sociedade brasileira atual, um contexto político associado:

- a) à crítica da opinião pública às heranças autoritárias.
- b) à revalorização da memória dos governos ditatoriais.
- c) ao reforço da gestão democrática de empresas estatais.
- d) à renovação de critérios de escolha de heróis nacionais.

9. UNESP (adaptado)

Em 1979, João Figueiredo assumiu a presidência da república. Podemos dizer que seu governo foi marcado:

- a) pelo estilo de vida de um homem formado em quartéis militares e habituado à formalidade das cerimônias oficiais.
- b) pela oscilação, característica de seu governo, entre a defesa de posições ideológicas de direita e de esquerda.
- c) pela decisão de renunciar ao cargo, em meio ao conflito entre distintos setores das forças armadas.
- d) pelas denúncias de risco de golpe de esquerda, que atravessavam o país após o fim do regime militar.
- e) pelas dificuldades da abertura política, cuja forma e ritmo provocavam tensões e divergências entre civis e militares.

10. IFBA (adaptado)

Recentemente, um debate sobre a possibilidade de revisão da Lei de Anistia (1979) e da criação de uma comissão para investigar os crimes praticados durante a ditadura militar (1964-1985) ganhou destaque no Brasil. Com isso, temas como tortura, violação dos direitos humanos e censura voltaram à baila e acenderam antigas rivalidades, demonstrando que a memória sobre o período ainda está muito viva. Sobre o período em questão, é correto afirmar que:

- a) por conta da censura e da ampla aceitação do regime ocasionada pelo milagre, a morte do jornalista Vladimir Herzog passou despercebida, só ganhando questionamentos após o reaquecimento dos debates ocasionado pela criação da Comissão da Verdade.
- b) os compositores Gilberto Gil e Caetano Veloso, por conta de suas composições, foram obrigados a se exilar em Londres e só retornaram ao país quando concordaram em compor canções que louvassem os feitos dos militares.
- c) a Lei de Anistia agradou de imediato os militantes de esquerda que foram perseguidos pela ditadura, uma vez que além de lhes garantir de volta os seus direitos políticos, propunha a prisão dos militares que atuaram nos órgãos de repressão, investigação e tortura.
- d) a campanha das Diretas-Já foi a maior manifestação de massas ocorrida na ditadura, o que, juntamente com o desgaste natural do regime militar, garantiu que o povo fosse às urnas e elegeesse Tancredo Neves para a presidência do país.
- e) o milagre econômico brasileiro e o tricampeonato mundial de futebol (1970) serviram para que os militares reforçassem a ideia de que a ditadura havia colocado o Brasil nos eixos e de que os opositores do regime eram os verdadeiros inimigos da nação.

11. UFRJ

“Geisel – [...] O Brasil hoje em dia é considerado um oásis [...].

Coutinho – [...] Ah, o negócio melhorou muito. Agora, melhorou, aqui entre nós, foi quando nós começamos a matar. Começamos a matar.

Geisel – Porque antigamente você prendia o sujeito e o sujeito ia lá para fora. [...] Ó Coutinho, esse troço de matar é uma barbaridade, mas eu acho que tem que ser.”

GASPARI, Élio. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 324.

O diálogo acima, ocorrido no dia 16 de fevereiro de 1974 entre os generais Ernesto Geisel e Dale Coutinho, se deu um mês antes da posse do primeiro como presidente da república e do segundo como ministro do Exército.

- a) Cite uma medida do governo Geisel (1974-1979) que o aproximava das aspirações de parte da sociedade brasileira pela volta ao regime democrático.

- b) Indique duas ações do mesmo governo que reforçaram o padrão autoritário do regime militar inaugurado em 1964.

12. Unicamp-SP – Em 1980, num *show* comemorativo ao Primeiro de Maio, o cantor Chico Buarque apresentou uma canção intitulada “Linha de montagem”, que fazia referência às recentes greves do ABC:

“As cabeças levantadas,
Máquinas paradas,
Dia de pescar,
Pois quem toca o trem pra frente
Também, de repente,
Pode o trem parar.”

<http://www.chicobuarque.com.br/letras/linhade_80.htm>

a) Qual foi a importância das greves do ABC nos últimos anos do regime militar brasileiro, que vigorou de 1964 a 1985?

b) Aponte duas mudanças políticas que caracterizaram o processo de abertura do regime militar.

13. PUC-RS – A década de 1980 assistiu a um processo de retomada da democracia política no Brasil, que culminaria com a eleição do primeiro presidente civil, em 1985, e a promulgação de uma nova Constituição, em 1988. Sobre esse processo, é correto afirmar:

- a)** A reabertura política iniciou no governo Geisel, que extinguiu os Atos Institucionais, embora tenha promovido algumas restrições à liberdade política com a Lei Falcão e o Pacote de Abril.
- b)** O primeiro presidente eleito de forma direta foi Tancredo Neves, que não pôde assumir a presidência da república porque faleceu antes da posse, deixando o posto para seu vice, José Sarney.
- c)** O processo representou uma ruptura com a ditadura militar, pois, além de reestabelecer a democracia, promoveu a ascensão à presidência da república de forças políticas contrárias ao regime militar.
- d)** Uma das medidas mais importantes adotadas pela Constituição de 1988 foi o multipartidarismo, acabando com o bipartidarismo que vigorou durante toda a ditadura militar, a partir do Ato Institucional número II.
- e)** O processo teve como momento importante a campanha Diretas-Já, iniciada com a proposta de emenda constitucional do deputado Dante de Oliveira (PMDB), que instituiu as eleições diretas para a presidência da república, em 1984.

14. Urca-CE – Leia as afirmações abaixo, referidas ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva (períodos: 2003-2007 e 2007-2010), e a seguir assinale a alternativa que contempla as afirmativas verdadeiras:

- I.** Começou seu primeiro mandato com um duro ajuste fiscal e com a reforma da Previdência. Ganhou a confiança dos mercados através da manutenção da política financeira do governo de Fernando Henrique.
- II.** Promoveu, com sucesso, a expansão do mercado interno e conquistou novos mercados para os produtos brasileiros em países em desenvolvimento.
- III.** Assegurou a estabilidade da moeda (o real) e possibilitou um acelerado crescimento do crédito, tanto para as empresas quanto para pessoas físicas, o que, aliado à valorização do salário mínimo (70% de majoração em termos reais), possibilitou o aumento do poder de compra dos brasileiros, causando uma grande expansão da indústria de bens de consumo duráveis (móveis, eletrodomésticos, automóveis).
- IV.** Implementou importantes políticas de distribuição de renda e de combate à fome e à miséria, sem entretanto entrar em rota de colisão com o empresariado. Os níveis de emprego tiveram importante crescimento, inclusive de emprego formal.

Assinale:

- Se todas as afirmativas são verdadeiras.
- Se todas as afirmativas são falsas.
- Se apenas as afirmativas I e III são verdadeiras.
- Se apenas a afirmativa IV é verdadeira.
- Se apenas a afirmativa II é verdadeira.

15. IFGO – Observe as imagens:

Imagem I



BANCO DE IMAGENS PETROBRÁS

Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2003/petrobras50anos/imagens/20031002-mat3.jpg>>.

Acesso em: 17 fev. 2014.

Imagem II



FÁBIO MOTTA/Æ

Disponível em: <<http://www.tribuneiros.com/wp-content/uploads/2009/05/lula-petrobras.jpg>>. Acesso em: 17 fev. 2014.

A primeira imagem foi produzida em 1952, no momento em que Getúlio Vargas foi até Mataripe (BA) visitar reservas de petróleo, antes da criação da Petrobras (1953). Já a segunda foi realizada durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em uma de suas muitas visitas à Petrobras. Ao observar as duas imagens, fica evidente a semelhança entre ambas: os dois presidentes referenciam o petróleo nacional a partir do mesmo gesto de apresentação de suas mãos embebidas no popularmente chamado “ouro negro”. Esse gesto não deixa dúvida quanto aos propósitos dos governos de Vargas e de Lula em fazer do petróleo um instrumento de política econômica. Isoladas, essas imagens possuem significação apenas dentro de suas correspondentes conjunturas político-econômicas.

Apresentadas conjuntamente, elas adquirem um sentido histórico. Pensando nisso, observe as imagens e assinale a alternativa que melhor expresse a prática política comum dos governos de Vargas e de Lula quando o assunto é Petrobras:

- A defesa neoliberal que se evidencia na proposta de privatização do sistema de exploração do petróleo.
- A proposição de uma política econômica liberal que recusa qualquer ação intervencionista do Estado nos assuntos relacionados ao campo energético.
- A oposição às campanhas organizadas em torno da defesa do lema “O petróleo é nosso!”
- O caráter autoritário e centralizador do governo, evidenciado na política de fortalecimento do Poder Executivo e no impedimento à entrada de capital estrangeiro no Brasil.
- O apelo nacionalista que se revela na intervenção política do Estado nos assuntos associados ao campo energético.

16. Sistema Dom Bosco

Brasil: crescimento do PIB e inflação em 12 meses (em %)

Ano	PIB	Inflação
2011	2,7	6,5
2012	1,0	5,8
2013	2,5	5,9
2014	0,7	6,3

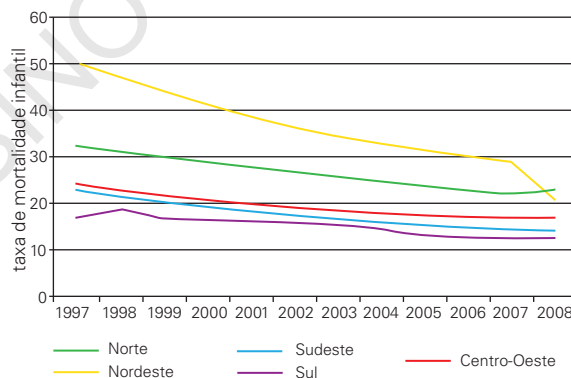
Celso Ming. PIB miserável, 29 ago. 2014. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br>>. Acesso em: 30 abr. 2019.

Lendo os dados desse período, é correto afirmar que:

- a inflação se manteve estável.
- o crescimento se manteve estável.
- o crescimento foi alto e a inflação, baixa.
- a inflação foi baixa, mas o crescimento também.
- a inflação foi alta e o crescimento, baixo.

17. UNESP – Sobre a evolução da mortalidade infantil no Brasil e suas possíveis causas, é correto afirmar que, no período analisado:

Evolução da mortalidade infantil no Brasil, 1997-2008



<http://atlascolar.ibge.gov.br>. (Adaptado)

- o Nordeste apresentou a maior redução no período, devido à melhoria no acesso da população aos serviços de saúde pública e de saneamento básico.
- o Centro-Oeste conservou seus índices durante o período, devido à estagnação na oferta de serviços de saúde pública e à manutenção da renda da população.
- o Norte, contrariando a tendência do gráfico, encerrou 2008 com o pior índice de todo o período, devido à precariedade de serviços de saúde pública e de saneamento básico.
- o Sudeste conservou o menor índice devido à ampliação dos serviços de saúde pública e à melhora nos níveis de renda da população.
- o Sul apresentou piora em seu índice devido à ausência de serviços de saúde pública e de infraestruturas de saneamento básico satisfatórios.

ESTUDO PARA O ENEM

18. Enem

C3-H11

“Em Brasília, foram mais de cem mil pessoas saudando os campeões. A seleção voou diretamente da Cidade do México para Brasília. Na festa da vitória, Médici presenteou os jogadores com dinheiro e posou para os fotógrafos com a taça Jules Rimet nas mãos. Até uma Assessoria Especial de Relações Públicas (Aerp) chegou a ser criada para mudar a imagem do governo e cristalizar, junto à opinião pública, a imagem de um país vitorioso, alavancando campanhas que criavam o mito do ‘Brasil grande’ que ‘vai para frente’. Todos os jogadores principais da Copa de 70 foram usados como garotos-propaganda.”

BAHIANA, A. M. *Almanaque anos 70*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006. (Adaptado)

A visibilidade dos esportes, especialmente do futebol, nos meios de comunicação de massa, tornou-os uma questão de Estado para os governos militares no Brasil, que buscavam, assim:

- legitimar o Estado autoritário por meio de vitórias esportivas nacionais.
- mostrar que os governantes estavam entre seus primeiros praticantes.
- controlar o uso de garotos-propaganda pelas agências de publicidade.
- valorizar os atletas, integrando-os como funcionários ao aparelho de Estado.
- incentivar a expansão da propaganda e do consumo de artigos esportivos.

19. Enem

C3-H15

“Diante dessas inconsistências e de outras que ainda preocupam a opinião pública, nós, jornalistas, estamos encaminhando este documento ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo para que o entregue à Justiça; e da Justiça esperamos a realização de novas diligências capazes de levar à completa elucidação desses fatos e de outros que porventura vierem a ser levantados.”

Em nome da verdade. In: *O Estado de São Paulo*, 3 fev. 1976. Apud: FILHO, I. A. *Brasil, 500 anos em documentos*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

A morte do jornalista Vladimir Herzog, ocorrida durante o regime militar, em 1975, levou a medidas como o

abaixo-assinado feito por profissionais da imprensa de São Paulo. A análise dessa medida tomada indica a:

- certeza do cumprimento das leis.
- superação do governo de exceção.
- violência dos terroristas de esquerda.
- punição dos torturadores da polícia.
- expectativa da investigação dos culpados.

20. Enem

C2-H10



Disponível em: <www.rededemocratica.org.br>. Acesso em: 28 set. 2012.

Na imagem, encontram-se referências a um momento de intensa agitação estudantil no país. Tal mobilização se explica pela:

- divulgação de denúncias de corrupção envolvendo o presidente da república.
- criminalização dos movimentos sociais realizada pelo governo federal.
- adoção do arrocho salarial implementada pelo Ministério da Fazenda.
- compra de apoio político promovida pelo Poder Executivo.
- violência da repressão estatal atribuída às forças armadas.

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

HISTÓRIA 1

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO DO SISTEMA DE ENSINO DOM BOSCO



APRESENTAÇÃO

HISTÓRIA

O material que você tem em mãos foi concebido e atualizado para se ajustar tanto às novas demandas do ensino de História como da avaliação feita pelas bancas dos diversos vestibulares e, especialmente, do Enem. O ensino também tem história e, entre diversas mudanças, a informação não é mais o foco da educação, mas sim a compreensão e a produção de conhecimento. Sabemos que, além do conteúdo, dos roteiros de aula, da enorme coletânea de questões dos principais vestibulares do país e do Enem, totalmente atualizadas, e das respostas comentadas, os alunos terão também o seu apoio.

Como professor, é importante que você tenha clareza dessas novas abordagens da educação e da avaliação dos estudantes. São jovens que têm qualquer informação ao seu dispor, bastando para isso acessar a internet e serem superestimulados por vídeos, fotos e jogos complexos e cheios de ação. Com base nesse contexto, é comum que se sintam entediados, que não encontrem sentido no contato com informações que podem acessar de forma instantânea e que percam o interesse nas explicações que oferecemos. Esse é o nosso desafio. O tempo todo devemos lançar o foco nos processos que orientam os fatos e, sempre que possível, trazer a história para o tempo presente, mostrando aos estudantes as conexões entre o que encontram nas aulas de História e o que acontece em suas próprias vidas.

É indispensável que os estudantes reconheçam que a "informação" é um "conjunto de dados" organizado, estruturado, com alguma análise. "D. João era um rei português" e "D. Pedro I era seu filho" são dois dados, mas "D. João veio ao Brasil em 1808 e D. Pedro I declarou a independência em 1822" é uma informação. É importante ajudá-los a reconhecer que "conhecimento", por sua vez, é saber que quando D. João chega ao Brasil em 1808, um processo de independência que havia começado com as insurreições do final do século XVIII (como a Inconfidência Mineira e a Conjuração Baiana) se intensifica, já que o Brasil deixa de ser colônia e passa a ser Reino Unido a Portugal. Então, em 1822, quando essa situação ambígua se encontrava insustentável, uma conciliação entre colonos e colonizadores levou o Brasil a se tornar independente, mas sob o reinado de um filho do rei português.

Esse é o conhecimento que os exames vestibulares e, especialmente, o Enem, esperam dos alunos atualmente. Os dados e as informações são fornecidos clara e abertamente. Algo que era a resposta de uma pergunta hoje está no enunciado. Os estudantes devem ser capazes de dominar linguagens e códigos, construir argumentações, elaborar respostas aos diversos questionamentos, relacionar distintas áreas do conhecimento. Devem também relacionar passado e presente, propor ideias para o futuro, identificar, reconhecer e relacionar processos históricos, antigos ou atuais.

Justamente por isso este material traz também indicações de leitura, de vídeos, filmes, documentários e atividades que podem ser propostas à turma, tanto em sala de aula como em visitas guiadas, presenciais ou à distância, a instituições que são espaços de memória. O que queremos é prepará-los não apenas para os vestibulares, mas para que sejam produtores de conhecimento. Se conseguirmos isso, os exames de admissão nas universidades serão o que devem ser: o início de uma longa jornada em busca do conhecimento. Para isso, devemos explorar aspectos como:

- Desenvolvimento de competências ligadas à leitura, análise, contextualização e interpretação de fontes e testemunhos passados e presentes, considerando diferentes contextos e linguagens na sua produção. Seleccionamos para este material questões que trabalham com charges, cenas de filmes, poemas, romances, notícias veiculadas na mídia, canções, artigos científicos, entre outras fontes.
- O desenvolvimento de habilidades por meio da leitura e interpretação de imagens, como obras de arte, fotografias, ilustrações do período em estudo ou posteriores a ele. Muitos casos remetem a produções posteriores, dada a impossibilidade de usar imagens de época, normalmente por inexistirem. Nesses casos, recomendamos ressaltar a diferença cronológica entre o fato e a ilustração, explorando a visão da época sobre o fato histórico passado. É importante ressaltar que a produção de imagens é, também, uma produção de discursos. Para citar um exemplo: o quadro de Pedro Américo *Independência ou morte* foi feito bem depois do 7 de setembro de 1822, e está carregado de discursos de exaltação, além de ter sido inspirado no quadro *Napoleão III na Batalha de Solferino*, pintura de Meissonier. Todas essas análises devem permear esse tipo de estudo.
- A história como algo feito "de baixo para cima". Devemos mostrar aos alunos como, no passado, o estudo de História já foi uma grande coletânea de governantes e generais, com pitadas de homens ricos e poderosos. A abordagem completa, bem informada, atual e consolidada é aquela que mostra como os movimentos sociais, as lutas populares, as insurreições e rebeliões, os protestos e as greves protagonizaram, ao longo da História, enfrentamentos e conciliações com os detentores do poder econômico e político. São os escravizados os protagonistas da história da abolição da escravidão, além da princesa Isabel. A história do voto feminino deve ter como protagonista as sufragistas, não apenas os legisladores ou mesmo o governante. A história da redemocratização deve estar centrada naqueles que lutaram contra a ditadura, não nos generais que conduziram a transição.

A elaboração deste material pauta-se na correção de conceitos e de informações básicas, evitando o anacronismo, o voluntarismo e o nominalismo. Regula-se ainda pela coerência e adequação metodológicas; pelos preceitos éticos, furtando-se aos preconceitos e vinculações ideológicas que possam comprometer a objetividade da ciência histórica.

Previstas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica referentes ao Ensino Médio, as competências e habilidades são desenvolvidas conforme os conteúdos programáticos de cada etapa. Nesse sentido, a concepção do material prioriza, em relação aos processos históricos: a leitura e a interpretação de fontes documentais de natureza diversa, em diferentes linguagens; o estabelecimento de relações que envolvem continuidades e permanências, rupturas e transformações; a investigação e a compreensão para reconhecer o papel do indivíduo na construção deles.

Esperamos, com esse material, ajudá-lo no desafio de oferecer aos estudantes os inúmeros caminhos para compreender as relações com o passado, fomentando neles, frente aos acontecimentos históricos, o posicionamento crítico e a contextualização sociocultural.

CONTEÚDO

HISTÓRIA 1

Volume	Módulo	Conteúdo
2	17	Segunda revolução industrial e liberalismo
	18	Doutrinas sociais e movimento operário
	19	Unificação da Itália e da Alemanha e Américas no século XIX
	20	Imperialismo e a Primeira Guerra Mundial
	21	Revolução russa e regimes totalitários
	22	Democracias liberais e crise de 1929
	23	Segunda Guerra Mundial e a perseguição, intolerância e extermínio
	24	Guerra Fria
	25	Revoluções socialistas na Ásia e revolução mexicana
	26	Revolução cubana e descolonização da Índia
	27	Descolonização da África e regimes militares na América do Sul
	28	Oriente Médio nos séculos XX e XXI

HISTÓRIA 2

Volume	Módulo	Conteúdo
2	9	África, cultura afro-brasileira, escravidão e teorias raciais
	10	República da espada e república oligárquica
	11	Rompimento da oligarquia e Era Vargas: da chegada ao poder ao Estado Novo
	12	Era Vargas: Estado Novo e retorno democrático
	13	República populista e golpe de 1964
	14	Ditadura militar e nova república

17 SEGUNDA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E LIBERALISMO

Comentários sobre o módulo

Foram ressaltadas as principais características da chamada Segunda Revolução Industrial ou segunda fase da Revolução Industrial, ocorrida principalmente nos Estados Unidos, com desenvolvimentos na área da eletricidade, dos meios de comunicação e dos transportes. Esses avanços provocaram mudanças nas cidades e na sociedade, embora não tenham trazido melhorias para a vida da maior parcela da população, sobretudo o operariado.

Observamos as ideias em que se baseava a burguesia no mesmo período da Segunda Revolução Industrial, abordada no módulo anterior. Foram abordadas as tendências dos liberais, como os fisiocratas e o liberalismo, seus principais nomes e suas contribuições para o pensamento liberal.

Para ir além

Sugerimos a exibição do filme *Tempos modernos* (EUA, 1936. Direção de Charles Chaplin), que demonstra como seriam as mazelas da sociedade nos tempos da Revolução Industrial, apresentando temas como fordismo, más condições dos trabalhadores, reivindicações sociais, entre outros. Para aprofundamento do professor, pode-se realizar a leitura do livro a seguir, que analisa a experiência, o trabalho, os costumes e a cultura popular do período estudado neste módulo:

- THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Para aprofundar a discussão sobre o liberalismo, analise com os alunos a charge disponível em <bit.ly/2CCSpk8> (acesso em: 7 out. 2018). Peça aos alunos que expliquem a imagem sob a perspectiva do liberalismo e promova um debate sobre os aspectos sociais e a desigualdade em relação à ideia de meritocracia.

É possível dar exemplos com situações do contexto brasileiro. Para uma leitura simplificada e sistematizada sobre os preceitos da economia liberal, sugerimos a leitura de *O livro da economia* (São Paulo: Globo, 2013).

Exercícios Propostos

7. A

A alternativa apresenta todos os elementos característicos da Revolução Industrial, como a industrialização da produção por meio da utilização de máquinas. Nesse contexto, o trabalhador encontra-se cada vez mais atrelado à tecnologia das máquinas, cumprindo uma função específica no processo produtivo.

8. B

Como consequências da Revolução Industrial, podem ser mencionados o êxodo urbano e o crescimento das cidades, a consolidação do capitalismo

enquanto sistema econômico e, nas fábricas, a gradativa divisão do trabalho, em que o operário exerce uma função específica no processo produtivo.

9. B

Com a industrialização, a forma do trabalho alterou-se, inclusive na questão do tempo. A racionalização do tempo permitiu a criação de horários de trabalho, bem como a velocidade de produção, alterando assim a forma como o trabalhador se relacionava com a máquina e com o produto.

10. B

Com o desenvolvimento do trabalho industrial, a forma de se relacionar com o trabalho também foi alterada. Com o trabalho artesanal, o artesão tinha conhecimento completo do trabalho, realizando-se em quantidade e tempo de sua escolha, portanto, sem uma racionalização do tempo e da produção. No sistema fabril, o artesão, que torna-se um operário, exerce uma função junto às máquinas e desempenha uma função específica, perde o conhecimento do processo produtivo completo e passa a seguir a lógica da maior produtividade em menor tempo.

11. E

Como nação que deu início à Revolução Industrial, a Inglaterra beneficiou-se muito com o desenvolvimento das fábricas. Para os ingleses, seria sempre vantajoso uma relação de livre-comércio com as demais nações.

12. D

Com a Revolução Industrial, ocorre a produção em determinados setores industriais, que concentram renda, matéria-prima e lucro, promovendo um monopólio cada vez maior.

13. B

A Segunda Revolução Industrial caracterizou-se pelos avanços na área da eletricidade e dos meios de transporte e de comunicação, ocorridos principalmente fora do território europeu, nos Estados Unidos.

14. E

O individualismo é uma das principais características do liberalismo, já que diz respeito à liberdade política e econômica.

15. D

A extensão territorial não é o único fator definidor da produção de alimentos, já que com técnicas e tecnologias foi possível aumentar a produtividade sem necessariamente expandir o território.

16. E

A classe social representante do avanço do capitalismo industrial é a burguesia, pautada pelos ideais liberais.

17. B

As ideias de Adam Smith estavam ligadas às liberdades individuais e de iniciativa. Portanto, as opções que tratem sobre coletivização ou controle estatal estão incorretas. O autor propõe a obtenção de uma maior produtividade por meio da especialização e da divisão de tarefas.

Estudo para o Enem

18. B

O texto faz referência à administração científica do trabalho e à produção em série, o que remete à produção fordista, a ideia da linha de montagem na qual cada trabalhador realizava apenas uma etapa do processo produtivo.

Competência: Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.

Habilidade: Identificar registros de práticas de grupos sociais no tempo e no espaço.

19. E

O texto da questão ressalta como o lucro era retirado de cada aspecto da cidade e da sociedade, remetendo às más condições a que eram submetidos os trabalhadores. O homem, assim, estaria subjugado à produção e ao lucro.

Competência: Entender as transformações técnicas e tecnológicas e seu impacto nos processos de produção, no desenvolvimento do conhecimento e na vida social.

Habilidade: Identificar registros sobre o papel das técnicas e tecnologias na organização do trabalho e/ou da vida social.

20. D

No texto, John Locke apresenta os principais argumentos liberais: a prioridade da liberdade individual, a propriedade privada, a ideia de livre-iniciativa e a liberdade política. Locke pode ser considerado um dos principais representantes do liberalismo na Inglaterra.

Competência: Compreender os elementos culturais que constituem as identidades.

Habilidade: Interpretar historicamente e/ou geograficamente fontes documentais acerca de aspectos da cultura.

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO DO
SISTEMA DE ENSINO

18 DOCTRINAS SOCIAIS E MOVIMENTO OPERÁRIO

Comentários sobre o módulo

Neste módulo, discutimos doutrinas sociais formuladas entre os séculos XVIII e XIX, as quais, em virtude do descontentamento com a formação capitalista da sociedade, buscavam a constituição de uma sociedade mais igualitária. Diversos pensadores e várias correntes teóricas foram abordados no módulo, como o socialismo utópico, o socialismo científico, o marxismo, o anarquismo, o sindicalismo e, ainda, as preocupações sociais da Igreja durante o período. Essas filosofias emergem de seu tempo e são resultado do descontentamento com a sociedade capitalista industrial que nascia e se desenvolvia. Essas ideias se desenvolveram com o tempo e são debatidas e analisadas até os dias de hoje.

Os trabalhadores das fábricas, denominados operários, não foram passivos em relação ao processo no qual estavam inseridos. Como resposta às mudanças na produção e no mundo do trabalho, organizaram-se em defesa de seus direitos e interesses. No módulo, foram abordadas organizações como os tradionistas e a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) e suas quatro reuniões internacionais. Esses movimentos foram marcados por ideais que circulavam na época e tiveram diversos formatos, alguns mais violentos e, outros, mais pacíficos.

Para ir além

Para realizar um aprofundamento em relação às ideias do socialismo científico, podem-se abordar alguns trechos do *Manifesto Comunista*, de Karl Marx e Friedrich Engels. Disponível em: <www.ebooksbrasil.org/adobeebook/manifestocomunista.pdf>. Também é possível visualizar algumas imagens da Comuna de Paris, algumas delas disponíveis no site Brasil Escola: <<https://educador.brasilecola.uol.com.br/estrategias-ensino/comuna-paris-atraves-imagens.htm>>. Acesso em: 7 out. 2018.

Como sugestão de leitura para os alunos, indicamos a obra a seguir, que aborda a sociedade e o cotidiano do século XIX:

- HUGO, Victor. *Os miseráveis*. Tradução de Walcyr Carrasco. São Paulo: Moderna, 2012.

Para ampliar o debate em relação à busca por direitos, sugerimos tratar da luta das mulheres nesse contexto. Assim, propomos a exibição do filme *As sufragistas* (França e Reino Unido, 2015. Direção de Sarah Gavron). A obra retrata o início do século XX no Reino Unido e, por meio das questões trazidas pelo filme, como a reivindicação do voto feminino, as péssimas condições de trabalho nas fábricas, o trabalho infantil e as barreiras sociais impostas às mulheres, é possível realizar um debate com a turma. Sugerimos associar o filme com temáticas atuais, de modo que os alunos possam compreender a evolução e as continuidades dessas questões na contemporaneidade.

Exercícios Propostos

7. D

A alternativa incorreta cita duas situações que não eram vantajosas para os trabalhadores nem uma conquista obtida por meio de suas lutas. Por um lado, o fordismo nos Estados Unidos pode ser visto como um sistema de produção que priorizava a eficiência e a divisão do trabalho, o que, nas indústrias, foi expresso na precarização dos trabalhadores. O corporativismo sindical no Brasil foi uma forma de limitar a ação sindical, buscando incorporá-la ao Estado.

8. C

De acordo com o texto de Marx, a História é resultado das ações e escolhas humanas, mas não apenas delas, pois também está ligada às circunstâncias definidas pelo passado.

9. A

O socialismo científico de Marx e Engels propunha o processo revolucionário, liderado pelos trabalhadores, como forma de estabelecer uma sociedade comunista.

10. D

Os trabalhadores e as camadas populares do fim do século XIX viviam em péssimas condições, eram submetidos a longas jornadas e não tinham direitos trabalhistas.

11. a) O relógio do cartaz marca 8 horas, em uma alusão à principal reivindicação dos trabalhadores: a definição da jornada de trabalho de oito horas, pois era comum os operários trabalharem muito mais horas sem estarem amparados por leis de proteção.

b) A principal cena de luta é a de operários puxando os ponteiros do relógio. Os dizeres do cartaz sugerem que somente com a aliança, a união e a organização dos trabalhadores a lei aprovada será de fato cumprida.

12. a) A Comuna de Paris foi a primeira tentativa de implantação de um governo socialista e vigorou durante quase dois meses, em 1871. A situação de Paris ficou tensa quando Napoleão III assinou o tratado de rendição na guerra contra a Prússia. A capital francesa foi cercada pelo exército prussiano. Com o clima político de desestabilidade, uma insurreição popular estourou em março de 1871, derrubou o governo em Paris e instituiu um novo governo para a cidade, chamado Comuna de Paris.

b) Entre as medidas adotadas pelo governo constituído pela Comuna de Paris, destacam-se a se-

paração entre Igreja e Estado, a abolição do trabalho noturno e a redução da jornada de trabalho.

c) A representação da mulher no centro da imagem remete à figura da Marianne, símbolo da liberdade durante a Revolução Francesa. Embora a Revolução Francesa esteja ligada aos ideais do liberalismo burguês, a figura da Marianne é resignificada como a personificação da liberdade sob o ponto de vista popular. Nota-se, ainda, que no lado esquerdo há uma imagem do trabalhador urbano, enquanto no direito há a representação de um trabalhador rural.

13. C

A ideia da luta de classes está relacionada à interpretação marxista da História, enquanto a concepção de propriedade como roubo é uma formulação vinculada aos anarquistas.

14. C

A derrota da Comuna de Paris foi um dos elementos que contribuiu para a derrocada da Primeira Internacional. No entanto, dos 92 integrantes da Comuna, apenas 17 estiveram ligados à Internacional.

15. B

A afirmativa III é incorreta, pois no século XIX as condições de trabalho eram extremamente precárias e insalubres, o que levou ao surgimento de doutrinas e movimentos sociais que lutavam contra essa realidade. Graças à luta dos trabalhadores ao longo do século XX, as condições de trabalho melhoraram e leis trabalhistas foram criadas para assegurar direitos aos trabalhadores.

16. A Comuna de Paris teve inspiração política no marxismo. A despeito de suas divergências, ambos visavam pôr fim à ordem burguesa e defendiam uma sociedade na qual os trabalhadores não fossem mais oprimidos pela burguesia. Os dois movimentos defendiam o fim da propriedade privada dos meios de produção. Divergiam, no entanto, em relação à questão do Estado. Para os marxistas, a revolução proletária instituiria uma ditadura do proletariado, a qual naturalmente se encaminharia para uma organização social sem Estado, isto é, o comunismo. Já os anarquistas repudiavam qualquer forma de Estado e de governo, mesmo que sob o comando da classe trabalhadora.

17. A

O *Manifesto Comunista* foi escrito em 1848. Naquele momento, os conflitos entre burgueses e

trabalhadores eram intensos. Foi escrito no contexto histórico da Revolução Industrial, ocorrida em meados do século XVIII, que instituiu as formas de organização do trabalho que, durante o século XIX, foram criticadas por autores como Marx e Engels e por trabalhadores que passaram a se organizar em sindicatos e partidos.

Estudo para o Enem

18. B

A Comuna de Paris foi a primeira experiência de implantação socialista, ocorrida em 1871, na França. Entre suas características, está o princípio do sufrágio universal, ou seja, o direito de todos escolherem os dirigentes, no caso, os conselheiros municipais.

Competência: Compreender as transformações dos espaços geográficos como produto das relações socioeconômicas e culturais de poder.

Habilidade: Reconhecer a dinâmica da organização dos movimentos sociais e a importância da participação da coletividade na transformação da realidade histórico-geográfica.

19. A

Segundo o anarquismo, a população teria autonomia para criar uma autogestão, baseada na divisão de tarefas e na representação direta. Seus teóricos recusam a necessidade do Estado, já que este reproduziria a desigualdade da sociedade.

Competência: Compreender os elementos culturais que constituem as identidades.

Habilidade: Interpretar historicamente e/ou geograficamente fontes documentais acerca de aspectos da cultura.

20. B

Na lógica dos movimentos operários, a revolução que emancipasse os trabalhadores seria uma consequência do processo de desenvolvimento do capitalismo industrial.

Competência: Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.

Habilidade: Analisar a atuação dos movimentos sociais que contribuíram para mudanças ou rupturas em processos de disputa pelo poder.

19 UNIFICAÇÃO DA ITÁLIA E DA ALEMANHA E AMÉRICAS NO SÉCULO XIX

Comentários sobre o módulo

Neste módulo, abordamos o nacionalismo como ideal da burguesia, interessada na expansão do capitalismo interno de suas nações. Demonstramos também como as unificações geraram crises internas que perduram, de certo modo, até os dias de hoje, na Alemanha e na Itália.

O estudo das Américas exige uma análise mais avançada em relação ao imperialismo dos Estados Unidos sobre os demais países da América, principalmente no México e na região da América Central. Associamos o expansionismo territorial estadunidense ao crescimento industrial pelo qual o país passava. Ao mesmo tempo, tornamos evidente como os países da América Latina, após suas independências, não conseguiram romper com a herança colonial, que os manteve em situação de atraso em relação ao mundo industrializado.

Para ir além

Sobre a unificação italiana, propomos a exibição do filme *O Leopardo* (Itália, 1963. Direção de Luchino Visconti), que trata da unificação italiana sob a perspectiva de uma família aristocrática.

Sugerimos também a leitura e discussão de tópicos de:

- ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*. Lisboa: Edições 70, 2005.
- GELLNER, E. *Nações e nacionalismo*. Lisboa: Gradiva, 1993.

Sobre a Revolução Mexicana, indicamos a leitura da obra *A Revolução Mexicana*, de Carlos Alberto Sampaio Barbosa (São Paulo: Ed. da Unesp, 2010). Barbosa investiga as causas da primeira revolução de cunho socialista, ocorrida na América, e apresenta uma comparação entre os resultados desse evento e a situação dos países latino-americanos no século XX, em especial os de regimes ditatoriais. Sugerimos também a leitura e discussão de tópicos de:

- GRUZINSKI, S. *A colonização do imaginário: sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol (séculos XVI-XVIII)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- JANCSÓ, I. *A construção dos Estados nacionais na América Latina: apontamentos para o estudo do império como projeto*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 2002.

Exercícios Propostos

7. E

Não há no texto qualquer referência às *trade-unions*, ao movimento cartista – algumas das pri-

meiras mobilizações de trabalhadores – nem ao socialismo. Trata-se da construção de um nacionalismo que pudesse unificar as populações da Itália e da Alemanha.

8. D

A unificação italiana retirou o poder do Estado papal, o que criou um impasse duradouro, resolvido apenas pelo fascismo italiano na passagem dos anos 1920 para os anos 1930, quando Benito Mussolini criou o Estado do Vaticano como ele existe hoje.

9. D

As cidades do norte da Itália, mais ricas e industrializadas, tinham os burgueses mais interessados na unificação. Por isso, tiveram maior presença nesse processo e foram os principais estimuladores do sentimento nacionalista.

10. E

A questão trata da reunificação alemã após a queda do Muro de Berlim e retoma sua unificação do século XIX, quando o Estado alemão foi criado. Naquele momento, o mais correto é falar em reorganização do poderoso exército prussiano e em construção de um sentimento nacionalista.

11. A

A Comuna de Paris, de 1871, abordada no módulo anterior, é retomada, nesta questão, em sua relação com a Guerra Franco-Prussiana, de 1870. O texto relaciona a Comuna de Paris à revolução social proletária e à resistência contra a invasão estrangeira da Prússia.

12. C

Após a derrota na Guerra Franco-Prussiana, houve o nacionalismo revanchista francês e a oposição do papa ao Estado italiano, a qual duraria até 1929, quando foi criado o Estado do Vaticano.

13. D

O investimento em ferrovia, para um país de tamanho continental como os Estados Unidos, era algo vital, além de ser um grande símbolo da modernidade e do avanço industrial. Ao cortar o país com uma ferrovia, os estadunidenses permitiam a circulação de pessoas e ampliavam sua força para garantir os novos domínios, como ocorreu na Califórnia.

14. A

O Destino Manifesto é um assunto bastante cobrado em vestibulares. A questão relaciona essa

mitologia à justificativa para os abusos no processo de expansão.

15. a) O discurso do chefe Seatte demonstra os valores dos nativos, o coletivismo e a produção de subsistência, que respeita a natureza. Já os brancos, que precisam necessariamente de um excedente, priorizam a propriedade privada e o imediatismo do lucro e, com isso, destroem a natureza.

b) A população indígena ou teve sua cultura destruída pelo homem branco ou foi totalmente extirpada. Além disso, perdeu territórios e os indígenas sobreviventes ficaram marginalizados.

16. E

Outra questão que trabalha com o Destino Manifesto como ideal, mitologia e filosofia por trás da expansão estadunidense. Segundo essa teoria, os Estados Unidos conquistavam porque estavam destinados a isso, ou seja, porque Deus os havia escolhido.

17. a) No próximo módulo, estudaremos o imperialismo com mais detalhes. Porém, neste módulo, já podemos conhecer o avanço imperialista dos Estados Unidos, cuja principal característica econômica é utilizar os territórios dominados como mercado consumidor cativo dos interesses do país dominante.

b) Twain reconhece e demonstra os efeitos negativos do expansionismo norte-americano para as nações dominadas pelo seu imperialismo.

Estudo para o Enem

18. A

A questão extrapola um pouco o tema deste módulo, mas está a ele relacionada de certa forma. Os nacionalismos que começaram a ser construídos no século XIX para unificar novas nações

(caso da Alemanha e da Itália) ou como uma reação revanchista a uma derrota militar (caso da França) resultaram nas guerras do início do século XX, reforçadas por regimes totalitários.

Competência: Compreender as transformações dos espaços geográficos como produto das relações socioeconômicas e culturais de poder.

Habilidade: Identificar os significados histórico-geográficos das relações de poder entre as nações.

19. C

Com a vitória na guerra contra o México, os Estados Unidos dominaram definitivamente o Texas, o Novo México e a Califórnia, alcançando com seu avanço territorial o Oceano Pacífico.

Competência: Compreender as transformações dos espaços geográficos como produto das relações socioeconômicas e culturais de poder.

Habilidade: Identificar os significados histórico-geográficos das relações de poder entre as nações.

20. C

Para responder a esta questão, os alunos deverão relacionar a mensagem analisada, um documento histórico, à doutrina do Destino Manifesto, fortalecida nesse caso pela Doutrina Monroe.

Competência: Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.

Habilidade: Identificar registros de práticas de grupos sociais no tempo e no espaço.

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO DO SISTEMA DE ENSINO

20 IMPERIALISMO E PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

Comentários sobre o módulo

Ao trabalhar o imperialismo, é essencial vinculá-lo aos processos históricos que o cercam: como antecedentes, podem ser mencionados o colonialismo da Idade Moderna, o trabalho escravo e a acumulação de capitais; como processos simultâneos, o avanço do capitalismo industrial, a Segunda Revolução Industrial e suas invenções; e, como processos posteriores, a divisão internacional do trabalho, o atraso que ficou como legado para os países colonizados e as duas Grandes Guerras Mundiais.

Neste módulo, estudamos o cenário europeu que culminou na Primeira Guerra Mundial. É importante compreender as disputas políticas e econômicas de diversos países da Europa na virada do século XIX para o XX como o processo do imperialismo e da Revolução Industrial. Além disso, destaca-se o crescente sentimento nacional, extremado no período, e, com isso, as disputas por territórios. Essas tensões culminaram em alianças e na eclosão da guerra, tendo como estopim o assassinato do arquiduque Francisco Ferdinando. Vimos, ainda, algumas características e as fases da Primeira Guerra Mundial, além de apresentar alguns dos movimentos depois do fim do conflito, como o Tratado de Versalhes.

Para ir além

Indica-se, ainda, a leitura da obra *A partilha da África Negra*, de Henry Brunschwig (São Paulo: Perspectiva, 2004). Neste livro, o autor trabalha questões relativas à partilha da África durante o movimento imperialista, destacando as negociações dos países europeus para a divisão dos territórios africanos.

Sugerimos também a leitura e discussão de tópicos de:

- HOCHSCHILD, A. *O fantasma do rei Leopoldo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SAID, E. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Pode-se desenvolver uma atividade de leitura dos relatos de soldados sobre as experiências da guerra. Após a análise do material escrito, é possível promover uma discussão sobre os valores que existiam durante a guerra, como a proximidade com a morte e o valor da vida. Além disso, temáticas como testemunho, sobreviventes de guerra e trauma podem dar origem a reflexões importantes.

Sugerimos também a leitura e discussão de tópicos de:

- ABRIL CULTURAL. *História do século XX: 1914-1919*. São Paulo: Abril Cultural, 1968.
- ARTHUR, M. *Vozes esquecidas da Primeira Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

- HOBBSBAM, E. *Era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MARQUES, A. M. et al. *História contemporânea através de textos*. São Paulo: Contexto, 2008.

Exercícios Propostos

7. B

No momento em que as potências europeias se expandiam pelo mundo como nações imperialistas, os Estados Unidos faziam o mesmo nas Américas. Na charge, o Tio Sam (que representa os norte-americanos) apresenta-se como a grande potência imperialista das Américas. Não por acaso, os europeus se voltaram para a África e a Ásia.

8. B

A visão eurocêntrica do mundo foi fortemente reforçada no período imperialista e a “missão civilizadora” do período colonial foi revisitada. Africanos e asiáticos eram considerados atrasados e bárbaros e os europeus consideravam-se agentes de um processo civilizatório.

9. B

Não cabe aqui qualquer referência à expansão do cristianismo ou do tráfico negreiro, duas características da primeira onda colonialista. A globalização faz parte do processo, mas pelo enunciado não se trata da sua etapa do século XX. A questão faz referência a um processo neocolonialista ou imperialista no contexto da Segunda Revolução industrial.

10. D

Ainda que os alunos não conheçam o trabalho de Hobson, já foram apresentados à definição de imperialismo. Com esta questão, passam a saber também quem foi seu mentor intelectual. Trata-se de um processo de expansão econômica e política em escala mundial levado a cabo por potências capitalistas. No século XIX, de fato, o capitalismo era marcado pelos grandes monopólios, tanto na Europa como nos Estados Unidos.

11. A

O imperialismo consolidou o que chamamos divisão internacional do trabalho.

12. V – V – F

A terceira afirmativa está errada porque o imperialismo não foi uma resposta a uma crise, e sim à expansão desse sistema econômico na Europa e nos Estados Unidos.

13. A

O Tratado de Versalhes, assinado no fim do conflito, previu a devolução para a França dos territórios que os alemães haviam tomado, como a região da Alsácia-Lorena.

14. E

A alternativa E está incorreta, pois a Primeira Guerra Mundial não envolveu o conflito direto entre Estados Unidos e União Soviética.

15. C

O discurso nacionalista foi exaltado no contexto da Primeira Guerra Mundial, destacando-se os conflitos na região dos Balcãs, que compreendia na época o Império Austro-Húngaro e a Sérvia.

16. B

As duas primeiras proposições apresentam informações corretas sobre o contexto da Primeira Guerra Mundial. As batalhas não foram travadas exclusivamente em um território, a Rússia saiu do conflito em 1917 e a Itália mudou de aliança no meio da guerra.

17. D

A criação da Liga das Nações esteve estreitamente ligada ao impacto da Primeira Guerra Mundial. Dessa maneira, uma das preocupações centrais da Liga era a mediação para evitar conflitos futuros.

Estudo para o Enem

18. C

A escravidão permitiu o acúmulo de capital que as nações europeias (e também os Estados Unidos) depois utilizaram para financiar seu desenvolvimento capitalista e, em consequência disso, suas investidas imperialistas.

Competência: Entender as transformações técnicas e tecnológicas e seu impacto nos processos de produção, no desenvolvimento do conhecimento e na vida social.

Habilidade: Identificar registros sobre o papel das técnicas e tecnologias na organização do trabalho e/ou da vida social.

19. A

A competição europeia por mercados exteriores, somada a disputas territoriais no próprio continente, contribuiu para a eclosão de diversos conflitos, como a Primeira Guerra Mundial. O sentimento radicalizado do nacionalismo fez crescer as tensões dentro da Europa.

Competência: Compreender as transformações dos espaços geográficos como produto das relações socioeconômicas e culturais de poder

Habilidade: Identificar os significados histórico-geográficos das relações de poder entre as nações.

20. E

Com o fim da Primeira Guerra Mundial, a Alemanha foi duramente penalizada com as cláusulas do Tratado de Versalhes. Como é possível observar em parte do documento apresentado na questão, foram atribuídas diversas condições e limitações à nação perdedora.

Competência: Compreender os elementos culturais que constituem as identidades.

Habilidade: Interpretar historicamente e/ou geograficamente fontes documentais acerca de aspectos da cultura.

MATERIAL DE USO EDUCACIONAL
SISTEMA DE ENSINO DE MÓDULO

21 REVOLUÇÃO RUSSA E REGIMES TOTALITÁRIOS

Comentários sobre o módulo

Neste módulo, vimos como se estabeleceu a revolução socialista, seus antecedentes históricos, as fases da revolução, como se desenvolveram os diversos períodos do conflito e o estabelecimento do governo bolchevique e do socialismo. Também abordamos o governo de Vladimir Lenin e Josef Stalin na URSS e sua política externa.

Também estudamos as experiências totalitárias na Europa no período entreguerras. É importante destacar os elementos que caracterizam os regimes totalitários, compreendendo como foi possível o crescimento das ideias fascistas e nazistas no cenário europeu, especialmente em países como Itália, Alemanha, Portugal e Espanha.

Para ir além

Para compreender melhor a arte socialista – o “realismo socialista” –, pode-se analisar diversas obras de artistas da URSS, como Isaak Brodski, Arkady Plastov e Victor Tchijikov, entre outros. Peça aos alunos que observem os aspectos estéticos simples, evidenciando a luta e a consciência social, lembrando que esse movimento estava intrinsecamente ligado ao governo soviético.

É possível desenvolver uma atividade com os alunos por meio da exibição do filme *1984* (EUA, 1984. Direção: Michael Radford), baseado no livro homônimo de George Orwell. Após o filme, debata com a turma sobre as temáticas de guerra, como vigilância governamental e manipulação midiática, fazendo uma análise do período histórico estudado e sobre a possível relação com o presente. Ainda com suporte audiovisual, pode-se exibir o filme *O triunfo da vontade* (Alemanha, 1936. Direção de Leni Riefenstahl). Trabalhe com os alunos as características do nazismo alemão, centrado na figura de Hitler, problematizando questões como a propaganda e o culto à personalidade.

Sugerimos também a leitura e discussão de tópicos de:

- ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2013.
- ŽIŽEK, Slavoj. *Alguém disse totalitarismo*. São Paulo: Boitempo, 2013.

Exercícios Propostos

7. A

Para driblar questões econômicas surgidas do comunismo de guerra, a URSS precisou retornar parcialmente a uma economia capitalista por meio da Nova Política Econômica (NEP).

8. B

A NEP consistiu em um retorno parcial das ideias capitalistas para a URSS, a fim de contornar problemas econômicos surgidos com o comunismo de guerra.

9. C

No período, a Rússia encontrava-se em crise, faltando produtos e alimentos essenciais para a população. A participação do país na Primeira Guerra Mundial seria uma motivação a mais para que fossem organizadas greves e manifestações populares contra o czar.

10. C

Os versos podem ser associados à derrubada do monarca russo, o czar Nicolau II, trazendo o modelo socialista para o país, comandado pelo Partido Bolchevique.

11. A

Todas as afirmativas estão corretas como medidas anunciadas, exceto a que trata de uma proposta de paz imediata com a Inglaterra e a França. O tratado assinado seria com as potências centrais.

12. E

Os dois regimes que se difundiram durante o período entreguerras foram o fascismo italiano e o nazismo alemão. Ambos tinham em comum doutrinas que se baseavam no fortalecimento do nacionalismo e em políticas totalitárias, como militarização, autoritarismo e expansionismo.

13. D

O símbolo demonstrado na questão remete ao fascismo italiano de Benito Mussolini, no qual o feixe representava a união e a obediência, enquanto a machadinha significava a repressão. Esse feixe de varas estaria na origem do nome “fascismo”, proveniente de *fascio* ou “feixe de varas”.

14. D

A Guerra Civil Espanhola teve como vitoriosos o grupo da Falange, que era apoiado pela Itália fascista e pela Alemanha nazista, consolidando o regime de Francisco Franco na Espanha.

15. C

A alternativa que refere-se somente ao período entreguerras é a que menciona a Guerra Civil Espanhola (1936-1939), o nazifascismo e a quebra da Bolsa de Valores de Nova York (1929).

16. C

Como forma de difundir seus ideais e se manter no poder, o nazismo fez uso da propaganda política e do culto a Adolf Hitler, líder nazista. O cinema foi uma das formas mais efetivas encontradas pelos nazistas para disseminar essas ideias.

17. C

A propaganda nazista foi uma forma encontrada pelos nazistas para difundir sua ideologia. Essas propagandas serviam tanto para inculcar os ideais no pensamento alemão da época como para demonstrar o que era esperado para aqueles que se opusessem ao ideal nazista.

Estudo para o Enem

18. C

A distribuição espacial do mapa e suas zonas de influência apontam para a influência das grandes potências econômicas no mundo pós-URSS.

Competência: Compreender as transformações dos espaços geográficos como produto das relações socioeconômicas e culturais de poder.

Habilidade: Interpretar diferentes representações gráficas e cartográficas dos espaços geográficos.

19. B

Ainda que os quadrinhos produzidos nos Estados Unidos viessem a antagonizar heróis conhecidos do público contra vilões soviéticos e comunistas, neste exemplo a capa do gibi retrata a luta contra os regimes totalitários na Segunda Guerra Mundial.

Competência: Compreender os elementos culturais que constituem as identidades.

Habilidade: Interpretar historicamente e/ou geograficamente fontes documentais acerca de aspectos da cultura.

20. C

Um dos pilares do nazismo estava na criação de inimigos comuns ao povo alemão, principalmente os judeus. A ideologia nazista, portanto, baseava-se na construção de ideias racistas e antissemitas e responsabilizava grupos considerados indesejados pelo momento de crise da Alemanha.

Competência: Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.

Habilidade: Avaliar criticamente conflitos culturais, sociais, políticos, econômicos ou ambientais ao longo da História.

MATERIAL DE USO EDUCACIONAL
SISTEMA DE ENSINO

22 DEMOCRACIAS LIBERAIS E CRISE DE 1929

Comentários sobre o módulo

Neste módulo, estudamos os cenários europeu e estadunidense com o término da Primeira Guerra Mundial. Países como França e Inglaterra passavam por dificuldades para reconstruir suas cidades, destruídas nos conflitos. Além disso, precisavam lidar com a diminuição populacional em virtude da guerra, que afetou, por exemplo, a geração de empregos e a melhoria na economia. Já do outro lado do Oceano Atlântico, os Estados Unidos viviam um período de prosperidade econômica, traduzido no *american way of life* (modo de vida americano).

Ainda, refletimos sobre a transição da prosperidade e do otimismo estadunidense para uma das grandes crises do capitalismo, em 1929, em decorrência do crescimento europeu e da superprodução industrial. As relações econômicas foram profundamente afetadas, gerando desemprego e pobreza no país. Vimos, ainda, qual foi a estratégia adotada pelo governo dos Estados Unidos para enfrentar a crise.

Para ir além

Pode-se desenvolver uma atividade com base na ideia do *american way of life*, crescente na década de 1920, que ficou conhecida como “os loucos anos 20”. Utilizando materiais audiovisuais (filmes e músicas) de manifestações culturais da época, como a dança, o jazz, o desenho animado e o cinema mudo, é possível discutir as tecnologias desenvolvidas no período e os novos estilos estéticos, de vestimenta, postura e comportamento. Com isso, é possível problematizar, por exemplo, a mudança de comportamento das mulheres e o aumento da popularidade de estilos musicais provindos de comunidades negras, entre eles o jazz.

Os vídeos indicados a seguir mostram alguns desses elementos:

<bit.ly/2UsJc1l>

<bit.ly/2GaRkUj>

<bit.ly/2B9M93J>

Acessos em: 13 out. 2018.

Sugerimos também a leitura e discussão de tópicos de:

- FIELL, C.; DIRIX, E. *A moda da década de 1920*. São Paulo: Publifolha, 2014.
- FITZGERALD, F. S. *O grande Gatsby*. São Paulo: Geração Editorial, 2013.
- HOBBSAWM, E. *A história social do jazz*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

Pode-se desenvolver uma atividade por meio da exibição do filme *Vinhas da ira* (EUA, 1940. Direção de John Ford). O filme trata de uma família de pequenos agricultores que foram expulsos de suas terras e atra-

vessam o país em busca de melhores condições de vida. Com base no filme, é possível discutir os efeitos da crise, os aspectos da pobreza e o cotidiano de grupos que tentavam sobreviver.

Sugerimos também a leitura e discussão de tópicos de:

- ALBRAITH, J. F. *1929: a grande crise*. São Paulo: Larousse, 2010.
- ANKELE, D. *Dorothea Lange: the Great Depression*. Ankele Publishing, LLC, 2012.
- LANGE, D. *Dorothea Lange Master of Photography*. Nova York: Aperture, 2014.

Exercícios Propostos

7. A

Após a Primeira Guerra Mundial, a Europa se endividou com os Estados Unidos para poder reconstruir seus países, devastados pelo recente conflito. A Alemanha, que já havia perdido a guerra, foi um deles, e sua situação se tornaria ainda pior após a eclosão da crise nos Estados Unidos.

8. D

O medo a que Roosevelt se refere é a Grande Depressão ou Crise de 1929, que acabava de se abater sobre os Estados Unidos, ocorrida graças à superprodução de mercadorias.

9. E

A Guerra de Secessão dos Estados Unidos foi um confronto entre a chamada União, formada pelos estados antiescravistas do Norte; e os Confederados, formados pelos estados do Sul, que se separaram da federação para guerrear em favor da continuidade da escravidão. Isso não tem relação com o *american way of life*, uma filosofia de vida relacionada ao consumismo, ao poder do capitalismo, à indústria cultural e à exportação de tudo isso a outros países.

10. E

Entre os fatores da Crise de 1929, destacam-se a superprodução agrícola e industrial, que levou a uma oferta maior que a demanda. Em virtude da diminuição das exportações e do consumo interno de mercadorias, os empresários tiveram uma menor lucratividade, gerando falências no ramo. Com a falência de empresas, outra consequência foi a quebra da Bolsa de Valores de Nova York.

11. A

Os personagens estão observando a cotação da Bolsa de Valores. Isso ocorreu porque diversas

camadas sociais passaram a desejar fazer parte da especulação econômica, que prometia enriquecimento em momentos de prosperidade econômica.

12. D

Ainda que o país vivesse momentos de prosperidade, isso não evitou que pessoas vivessem na pobreza e que a segregação se mantivesse, principalmente a racial. Por outro lado, nas grandes cidades vemos uma “era de ouro” para a construção civil, com grandes estruturas sendo construídas. Essa prosperidade também levou ao chamado *american way of life*, o estilo de vida americano, que era exportado com seus produtos para outros países.

13. D

Com a proposta do New Deal, há uma forte participação do Estado na economia. Uma das principais medidas foi o investimento em infraestrutura, gerando empregos para a população.

14. D

O otimismo esteve presente nos Estados Unidos especialmente no pós-guerra, já que o país havia saído vitorioso e ajudava na reconstrução da Europa. Esse período marcou o *american way of life*, demonstrando como viver nos Estados Unidos era bom e como seus preceitos de liberdade haviam triunfado, elementos que podem ser visualizados no *outdoor*. Como contraste a essa situação, percebe-se na fotografia uma fila de desempregados, em consequência direta da Crise de 1929, que afetou profundamente o país.

15. A

A Crise de 1929 gerou uma movimentação para a industrialização de países que dependiam fortemente da importação de produtos estrangeiros, como o Brasil e outros países da América Latina. Com o investimento na industrialização, os países se tornariam mais autônomos em relação à produção, além de entrarem no mercado de venda de produtos.

16. A

A tabela mostra os anos da crise capitalista que começou nos Estados Unidos em 1929, com a quebra da Bolsa de Valores de Nova York. A medida do New Deal, com a intervenção do Estado na economia, foi de equilibrar o consumo com o salário, destacando o investimento na geração de empregos.

17. B

A Crise de 1929 contribuiu para algumas mudanças nas estruturas de sociedades da América Latina,

já que atingiu as elites econômicas dos países. Também motivou a industrialização de diversos países, como o Brasil, alterando as dinâmicas de importação e exportação. Todas essas questões foram fatores para mudanças nos cenários políticos, tendo havido governantes mais próximos das pautas trabalhistas (portanto, mais ligados ao povo), bem como a ascensão de ditaduras, também pensando no contexto de Guerra Fria a partir de 1945.

Estudo para o Enem

18. D

Depois da Primeira Guerra Mundial, a especulação econômica foi próspera nos Estados Unidos, mas os investimentos e a produção cresceram acima da demanda do mercado. Isso levou à Crise de 1929, que se espalhou por todo o mundo capitalista.

Competência: Compreender as transformações dos espaços geográficos como produto das relações socioeconômicas e culturais de poder.

Habilidade: Identificar os significados histórico-geográficos das relações de poder entre as nações.

19. A

O liberalismo econômico, que defende a ideia de que o mercado deve se autorregular sem a ação do Estado, foi uma das causas da Crise de 1929. Depois do incidente, voltou-se a repensar essas ideias, buscando uma maior regulação do mercado.

Competência: Entender as transformações técnicas e tecnológicas e seu impacto nos processos de produção, no desenvolvimento do conhecimento e na vida social.

Habilidade: Analisar diferentes processos de produção ou circulação de riquezas e suas implicações socioespaciais.

20. B

A Crise de 1929 ocorreu em virtude de uma superprodução industrial, já que as compras e vendas não acompanharam o ritmo da produção. Já a crise de 2008 esteve relacionada à especulação imobiliária.

Competência: Compreender os elementos culturais que constituem as identidades.

Habilidade: Comparar pontos de vista expressos em diferentes fontes sobre determinado aspecto da cultura.

23 SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E A PERSEGUIÇÃO, INTOLERÂNCIA E EXTERMÍNIO

Comentários sobre o módulo

Neste módulo, estudamos o desenvolvimento da Segunda Guerra Mundial, desde os antecedentes da guerra até sua finalização com o ataque dos Estados Unidos ao Japão, em agosto de 1945. Abordamos as alianças firmadas entre os países desde antes da guerra, como o Pacto de Não Agressão entre Alemanha e União Soviética, e posteriormente as ofensivas em conjunto dos Aliados para vencer a guerra. Destacamos também a importância da entrada da União Soviética na guerra, bem como a disputa entre Japão e Estados Unidos no conflito.

Também tratamos de um assunto muito sensível da história mundial, que foi a perseguição a judeus e grupos minoritários durante o regime nazista na Alemanha. Buscamos traçar as ideias eugênicas de Adolf Hitler e como ele as adotou como forma de elaborar um inimigo em comum para os alemães. Analisamos também em que consistiram a política da “solução final” e os campos de concentração e extermínio, que foram as bases do holocausto. Após a guerra, ainda que alguns judeus tivessem retornado aos países antes nazistas, muitos se mantiveram nos países nos quais se refugiaram, e muitos outros seguiram para o Estado de Israel, criado logo após a Segunda Guerra Mundial em território palestino.

Para ir além

Pode-se desenvolver uma atividade com os alunos por meio da exibição de dois filmes: *A conquista da honra* (EUA, 2006. Direção de Clint Eastwood) e *Cartas de Iwo Jima* (EUA, 2006. Direção de Clint Eastwood). Os dois filmes retratam as relações de poder e disputa entre Estados Unidos e Japão durante a Segunda Guerra Mundial e pode-se relacioná-los com a matéria estudada no capítulo e problematizar aspectos da guerra, como violência, trauma e heroísmo.

Sugerimos também a leitura e discussão de tópicos de:

- GILBERT, M. *A Segunda Guerra Mundial: os 2174 dias que mudaram o mundo*. São Paulo: Casa da Palavra, 2014.
- HOBBSBAM, E. *A era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SHIRER, W. *Ascensão e queda do Terceiro Reich*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017. 2 v.

Pode-se desenvolver uma atividade com os alunos com base na leitura da história em quadrinhos *Maus*, de Art Spiegelman, e trabalhar temas como memória e trauma. É possível analisar aspectos dos campos de concentração abordados no capítulo e, ainda, transpor essa discussão para o presente, tematizando a intolerância e o preconceito em nossa sociedade.

Sugerimos também a leitura e discussão de tópicos de:

- LEVY, P. *É isto um homem?* São Paulo: Rocco, 2001.
- SHIRER, W. *Ascensão e queda do Terceiro Reich*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017. 2 v.
- SPIEGELMAN, A. *Maus*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

Exercícios Propostos

7. A

As informações contidas nas proposições I, III e IV estão corretas. O ataque ao Japão com as bombas atômicas foi realizado já no final da guerra, em outubro de 1945. O Brasil nunca lutou formalmente a favor do Eixo, embora haja uma discussão sobre aproximações de cunho fascista do governo ditatorial de Getúlio Vargas. O Brasil declarou guerra à Alemanha em 1942.

8. E

A gripe espanhola foi uma pandemia do vírus *influenza* que acometeu muitas partes do mundo em 1918, portanto, em momento anterior à Segunda Guerra Mundial.

9. E

Após a invasão da França pelos nazistas, parte do território tornou-se um governo considerado colaboracionista, ou seja, havia autoridades francesas, mas que fizeram acordos com o governo alemão. Essa parte do território francês foi chamada de “governo de Vichy” e não participou da resistência francesa contra o nazismo.

10. C

A alternativa está incorreta porque o acordo não foi mantido até o fim da guerra, sendo encerrado com o ataque alemão em 1941.

11. A

O que mais destaca-se desse processo é o sentimento de humilhação e o caos social, político e econômico em que se encontravam a Alemanha e a Itália. Após a Primeira Guerra Mundial, a Alemanha foi obrigada a aceitar o Tratado de Versalhes, que punia com cobranças de indenizações e proibição de manter um exército nacional, entre outras medidas. Isso, somado à Crise de 1929, deu espaço para grupos difundirem ideias fascistas, a exemplo da consolidação do nazismo. Esse cenário viabilizou o início da Segunda Guerra Mundial.

12. E

O ataque do Japão à base de Pearl Harbor foi decisivo para a entrada dos Estados Unidos na guerra. A invasão alemã à URSS quebrou o Pacto de Não Agressão

assinado em 1939, criando uma aliança entre Inglaterra, França e União Soviética. O Brasil declarou guerra ao Eixo em 1942 e enviou tropas em 1944.

13. B

Como parte da ideologia nazista, a superioridade ariana e a pureza racial foram aspectos que se desejou mostrar na Olimpíada de 1936, como forma de propagar uma imagem positiva da Alemanha.

14. E

Todas as alternativas apresentam informações corretas sobre as Leis de Nuremberg, de 1935.

15. C

Adorno aborda os problemas de se enquadrar as pessoas em coletividades nas quais ocorre a perda da reflexão e da autodeterminação. Para isso, cita o caso do nazismo e alude à questão da colaboração da população alemã na época. Com o nazismo, desenvolveu-se a ideia de pureza de raça e o extermínio de populações consideradas inferiores, especialmente sob a figura do judeu.

16. C

A alternativas II, III e IV estão corretas. A alternativa I está incorreta porque expressões ideológicas seculares não foram substituídas por formulações ideológicas democráticas e humanistas. A alternativa IV está incorreta porque não é a diversidade que dificulta o diálogo, mas outras questões, como poder, interesses e intolerância.

17. a) Em várias partes da Europa nazista, os judeus eram obrigados a usar a estrela de Davi (símbolo do povo judeu), que identificava sua origem étnica e sujeitava-os às medidas discriminatórias determinadas pelas autoridades.

b) O Gueto de Varsóvia reunia a comunidade judaica da capital polonesa e outras regiões próximas. O gueto viveu um superpovoamento nesse período, com alguma autonomia e policiamento próprio. Os abastecimentos vinham de fora, mas, com a política restritiva nazista, começaram a diminuir. Por causa do programa de extermínio dos judeus, o Gueto de Varsóvia começou a ter parte de seus habitantes levados aos campos de extermínio.

Estudo para o Enem

18. A

No contexto da Segunda Guerra Mundial, Estados Unidos e Japão estavam em confronto por alian-

ças divergentes. O Japão pretendeu estabelecer uma zona de influência e poder no continente asiático e em vários momentos invadiu e conquistou territórios, a exemplo da Manchúria. Podemos diferenciar essa prática da Doutrina Monroe, pois esta, com o lema "A América para os americanos"; defendia a não interferência bélica e expansionista a outros territórios e, da mesma forma, afirmava que a América não poderia mais ser colônia de países. Mesmo com a Doutrina Monroe, os Estados Unidos tiveram papel ativo na América Latina, por exemplo, com a política do Big Stick, que atuava como influência nas políticas dos países para benefício próprio.

Competência: Compreender as transformações dos espaços geográficos como produto das relações socioeconômicas e culturais de poder.

Habilidade: Identificar os significados histórico-geográficos das relações de poder entre as nações.

19. A

Observando o mapa, trata-se da ofensiva final dos países aliados na guerra em direção à Alemanha. Nota-se a saída de tropas da região da Normandia, que já tinha recebido tropas, no evento conhecido como Dia D.

Competência: Compreender as transformações dos espaços geográficos como produto das relações socioeconômicas e culturais de poder.

Habilidade: Identificar os significados histórico-geográficos das relações de poder entre as nações

20. D

O nazismo e a política de extermínio tiveram relação direta com a nova Declaração dos Direitos Humanos, proclamada em 1948, no pós-guerra. Foi um ato simbólico e prático para repactuar o exercício da cidadania e respeito de todos os povos, após anos de catástrofe com a guerra e com o genocídio da população judaica.

Competência: Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.

Habilidade: Analisar o papel da justiça como instituição na organização das sociedades.

24 GUERRA FRIA

Comentários sobre o módulo

Neste módulo, estudamos a formação de uma nova ordem mundial após a Segunda Guerra Mundial, a chamada Guerra Fria. Foram abordados aspectos da cultura dos Estados Unidos no pós-guerra, o *american way of life*. Analisamos a formação da polarização entre Estados Unidos e União Soviética e os acordos e planos de cada país para garantir a hegemonia e as alianças de países do globo. Assim, visualizou-se tanto a relação com países europeus como a relação da Guerra Fria com os países de Terceiro Mundo. Destacou-se ainda a divisão da Alemanha, em especial a capital Berlim, e depois, já em 1989, a queda do muro.

Também foram abordados aspectos da Guerra Fria, focalizando nas potências que disputaram o poder na época: Estados Unidos e União Soviética. Destacou-se o papel da retórica ideológica como forma de legitimar seus sistemas de governo, representados pelo capitalismo e socialismo, respectivamente. O discurso ideológico manifestou-se nas propagandas políticas, de exaltação de seu país e de crítica ao outro, como no discurso anticomunista estadunidense. Também foram abordados aspectos da cultura, como filmes, histórias em quadrinhos e música que se desenvolveram no contexto desse mundo polarizado. Por último, estudamos as corridas armamentista e espacial, analisando o avanço da ciência nesse período.

Para ir além

Pode-se desenvolver uma atividade com os alunos por meio da exibição do documentário *O Muro de Berlim*, produzido pelo History Channel Brasil, e relacioná-lo com aspectos da Guerra Fria. Disponível em:

<www.youtube.com/watch?v=QQ5ct7d5Gi8>.

Acesso em: nov. 2018.

Comente com os alunos que o documentário apresenta documentos e filmagens históricas e permite refletir como os pesquisadores produzem história.

Sugerimos também a leitura e discussão de tópicos de:

- GADDIS, J. L. *A história da Guerra Fria*. São Paulo: Nova Fronteira, 2012.
- JUDT, T. *Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945*. São Paulo: Objetiva, 2008.
- ORWELL, G. *1984*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

Pode-se desenvolver uma atividade com os alunos por meio da exibição do filme *Estrelas além do tempo* (EUA, 2016. Direção de Theodore Melfi). O filme trata de três mulheres afrodescendentes que trabalharam na Nasa em diferentes setores durante a Guerra Fria. É possível propor a elaboração de uma resenha, apresentando os aspectos do filme que se relacionam com o conteúdo trabalhado

no módulo, especialmente no que diz respeito à corrida espacial e ao medo do comunismo. Outros aspectos do filme podem ser utilizados em debates como temas transversais, como a luta pela igualdade de direitos das mulheres e dos afrodescendentes, já que nessa época os Estados Unidos viviam a segregação racial.

Exercícios Propostos

7. D

O autor questiona a hegemonia estadunidense no século XXI apontando as dificuldades para impor sua supremacia, seja no plano político-militar, com problemas no Oriente Médio, seja no plano econômico, com o crescimento da economia asiática, ou ainda no combate ao terrorismo.

8. C

O Muro de Berlim foi um símbolo da Guerra Fria, a separação que impunha à Alemanha era uma representação em menor escala do que se podia observar no mundo, uma separação entre o capitalismo estadunidense e o socialismo soviético.

9. E

Todas as afirmações estão corretas, Gorbachev adotou medidas liberalizantes na União Soviética, entre elas a *perestroika* e a *glasnost*. Essas medidas levaram ao menor controle do Estado na economia e a mais liberdade políticas e direitos individuais. Graças a essas medidas, muitos países que antes compunham o território soviético passaram a se tornar independentes.

10. C

O Plano Marshall tinha o objetivo de reerguer os países europeus, evitando que a crise os levasse a revoltas socialistas internas, dado que esses países estavam mais próximos fisicamente da União Soviética que dos Estados Unidos. O auxílio aos países europeus levaria a um contato econômico entre os países capitalistas e ao afastamento dos soviéticos.

11. E

A queda do Muro de Berlim representou o fim da Guerra Fria com a decaída do regime socialista na URSS. O socialismo e suas ideias viam-se, nesse período, enfraquecidos.

12. C

Este período ficou conhecido como Guerra Fria e consistiu na oposição sem conflito direto entre as potências Estados Unidos e União Soviética, que representavam, respectivamente, o capitalismo e o socialismo.

13. C

A Crise dos Mísseis em Cuba foi um dos acontecimentos da Guerra Fria que quase levou ao estopim de uma guerra entre os Estados Unidos e a União Soviética, porém, após negociações, a base militar da URSS em Cuba foi retirada, assim como uma das bases dos Estados Unidos foi retirada do Leste Europeu.

14. A

A divisão ocorrida na Europa, que separou a União Soviética e os demais países socialistas a ela aliados, foi denominada Cortina de Ferro pelo político britânico Winston Churchill.

15. A

A Guerra Fria consistiu em um conflito indireto entre os Estados Unidos (capitalista) e a União Soviética (socialista). Os países da América Latina ficaram alinhados majoritariamente com os Estados Unidos e sob seu controle. O Brasil nunca chegou a estar sob a influência da União Soviética.

16. B

A bandeira estadunidense fincada em solo lunar representou a vitória dos Estados Unidos na corrida espacial. O contexto do período era de Guerra Fria, em que as duas potências mundiais da época, Estados Unidos e União Soviética, separavam o mundo em duas ideologias: capitalismo e socialismo.

17. A

A indústria do cinema foi uma das formas de difusão de medos próprios do período de Guerra Fria, como o temor ao comunismo, criando personagens maquiavélicos, cenários de apocalipse e de guerras nucleares.

Estudo para o Enem

18. B

De acordo com o mapa, a divisão entre a Europa e a Ásia estaria relacionada ao limite natural dos Montes Urais, uma cordilheira situada na Rússia.

Competência: Compreender as transformações dos espaços geográficos como produto das relações socioeconômicas e culturais de poder.

Habilidade: Interpretar diferentes representações gráficas e cartográficas dos espaços geográficos.

19. E

A Guerra Fria foi o período em que as duas grandes potências vitoriosas da Segunda Guerra Mundial, a URSS e os Estados Unidos, se confrontaram em diversas áreas, mas sem que houvesse um conflito direto.

Competência: Compreender as transformações dos espaços geográficos como produto das relações socioeconômicas e culturais de poder.

Habilidade: Identificar os significados histórico-geográficos das relações de poder entre as nações.

20. B

A imagem apresenta os dois líderes sentados frente a frente em uma queda de braço, com suas bombas abaixo do adversário, ameaçando explodi-las. Ela representa o período da Guerra Fria, em que a URSS tentava armar Cuba, e os Estados Unidos, pela proximidade com a ilha, buscavam impedir a movimentação.

Competência: Compreender as transformações dos espaços geográficos como produto das relações socioeconômicas e culturais de poder.

Habilidade: Comparar o significado histórico-geográfico das organizações políticas e socioeconômicas em escala local, regional ou mundial.

25 REVOLUÇÕES SOCIALISTAS NA ÁSIA E REVOLUÇÃO MEXICANA

Comentários sobre o módulo

Faça um aprofundamento dos impactos da Guerra Fria fora do espaço europeu. É possível ver as zonas de influência ideológica nos conflitos que ocorreram no Leste Asiático após a Segunda Guerra Mundial. Retome algumas questões relativas ao movimento neocolonialista de fins do século XIX e início do XX. Dessa forma, os alunos podem reconhecer o início dos conflitos na região.

O estudo da Revolução Mexicana permite entender como uma revolta derrotada pode ter consequências práticas e fazer parte da cultura de um país. O zapatismo ainda é algo vivo no México, as figuras de Emiliano Zapata e Pancho Villa são famosas dentro e fora do país e, como efeito prático, a reforma agrária foi incorporada à Constituição de 1917.

Para ir além

Como atividade complementar, pode-se exibir o filme *Platoon* (EUA, 1985. Direção de Oliver Stone), que narra a entrada de um jovem soldado norte-americano na Guerra do Vietnã, bem como o clássico *Apocalypse Now* (EUA, 1979. Direção de Francis Copolla).

Sugerimos também a leitura e discussão de tópicos de:

- POMAR, W. *A Revolução Chinesa*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2004.

Indicamos a leitura da obra *México insurgente*, de John Reed, editora Boitempo. Na obra, o jornalista norte-americano apresenta uma série de depoimentos sobre a Revolução Mexicana.

Exercícios Propostos

7. A

A questão, para ser respondida, precisa de um aspecto político, o que não aparece nas alternativas erradas e, além disso, não cabe falar em atrair capitais e empresas estrangeiras.

8. D

Estudantes e intelectuais revoltaram-se porque a China estava realizando uma abertura econômica sem que isso trouxesse uma abertura política.

9. A

Os membros do Partido Comunista fugiram para o interior do país para buscar apoio dos camponeses e, com isso, reunir forças para enfrentar as tropas do Kuomintang, que ainda estava no poder e perseguia Mao Tsé-tung e seus companheiros.

10. A

A revolução liderada por Mao Tsé-tung e seus companheiros do Partido Comunista executou rivais políticos e críticos que eram contra o regime.

11. C

De fato, os vietcongs não tinham estrutura nem apoio externo, apesar do alinhamento político com a URSS.

12. B

Se, por um lado, o extermínio de opositores abriu caminho para uma dominação política, o assassinato de grandes intelectuais, professores e cientistas diminuiu os recursos humanos necessários para um grande avanço tecnológico e econômico.

13. D

Outra questão que cobra apenas o básico da Revolução Mexicana: uma revolução camponesa (e indígena) e que lutava por reforma agrária.

14. B

Não cabe falar, no caso dessa revolução, em influência positivista, modernização capitalista ou em comunistas mexicanos.

15. D

Os camponeses pobres e indígenas tiveram suas terras – que já não eram muito grandes – tomadas pelos grandes latifundiários e, ao defender a reforma agrária, a Revolução Mexicana buscava também resgatar essas terras e melhorar as condições de vida dessas pessoas.

16. C

Como vimos, a Revolução Mexicana saiu derrotada, porém manteve-se viva na arte muralista e no movimento zapatista.

17. a) A imagem retrata a Revolução Mexicana, que teve a liderança de Emiliano Zapata e Pancho Villa e o apoio massivo de camponeses e indígenas, que lutavam por reforma agrária.

b) As categorias sociais que tiveram atuação no movimento e estão representadas na pintura são os camponeses e indígenas, os setores médios urbanos e parte do operariado.

Estudo para o Enem

18. C

Sob a liderança de Mao Tsé-tung, foi fundado o Partido Comunista Chinês, que, após conseguir o apoio dos camponeses, executou a chamada Revolução Cultural. Os opositores foram mortos, desde políticos até cientistas e intelectuais, e um regime comunista, com partido único e controle total do Estado sobre a economia foi instaurado. A imagem mostra como a Revolução queria ser vista,

como uma defensora do povo chinês e apoiada por ele, enquanto escondia suas atrocidades.

Competência: Compreender as transformações dos espaços geográficos como produto das relações socioeconômicas e culturais de poder.

Habilidade: Identificar os significados histórico-geográficos das relações de poder entre as nações.

19. B

Após a Segunda Guerra Mundial, a Coreia foi dividida em duas: Coreia do Sul e Coreia do Norte. Antes do término da guerra, o paralelo 38 norte estava definido como limite de atuação militar das duas potências, com o objetivo de acelerar a rendição japonesa nas duas frentes. Em 25 de julho de 1950, motivados pela vitória comunista da Revolução Chinesa, os norte-coreanos, com o apoio da URSS, em busca da unificação territorial, invadiram a Coreia do Sul, conseguindo sua capitulação. Os Estados Unidos, por meio da ONU, intervieram em favor da Coreia do Sul. Representando o bloco socialista, China e URSS intervieram em favor da Coreia do Norte. A guerra foi encerrada, na prática, em 1953, mas as Coreias continuaram divididas. Atualmente, a Coreia do Norte está em processo de abertura (não eco-

nômica, ainda, mas política), após algumas rugas com os Estados Unidos e uma forte pressão de sua maior aliada comercial e política, a China. Com isso, os líderes das duas Coreias se aproximaram e tiraram essa foto simbólica apertando as mãos na fronteira, área desmilitarizada desde o armistício.

Competência: Compreender as transformações dos espaços geográficos como produto das relações socioeconômicas e culturais de poder.

Habilidade: Identificar os significados histórico-geográficos das relações de poder entre as nações.

20. C

Não cabe relacionar a religiosidade católica à valorização de aspectos indígenas, nem falar em pouca ênfase em conflitos sociais (pelo contrário), crítica à dominação dos Estados Unidos (pelo menos não nessa obra) e em defesa da elite.

Competência: Compreender os elementos culturais que constituem as identidades.

Habilidade: Identificar as manifestações ou representações da diversidade do patrimônio cultural e artístico em diferentes sociedades.

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO DO
SISTEMA DE ENSINO

26 REVOLUÇÃO CUBANA E DESCOLONIZAÇÃO DA ÍNDIA

Comentários sobre o módulo

Explore as semelhanças entre os processos políticos que se instauraram em diferentes países da América Latina e enfatize a importância da Revolução Cubana no cenário da Guerra Fria. Converse com os alunos sobre os problemas e avanços trazidos pela revolução: por um lado, o analfabetismo foi zerado, não há pessoas sem teto e a saúde é referência no mundo todo; por outro, também graças aos embargos dos Estados Unidos, a ilha vive na pobreza e não participou da maior parte dos avanços do século XX, além de realizar uma forte perseguição política a opositores.

Também estudamos o primeiro grande movimento de descolonização e, também, um dos mais importantes. Lembre aos alunos que a Índia e outros países em seu entorno foram o principal destino dos colonizadores desde as Grandes Navegações, pois os produtos encontrados ali eram de elevado valor e justificaram o investimento em naus, caravelas e recursos humanos para enfrentar essas longas viagens. No neocolonialismo, pela importância econômica e pelo número de habitantes, que constituía um grande mercado consumidor, a Índia era a mais importante entre as colônias inglesas. Isso torna ainda mais incrível a independência por meios pacíficos, como foi conquistada com a liderança de Gandhi.

Para ir além

Uma possibilidade de atividade complementar é a exibição do documentário *Sob a névoa da guerra* (EUA, 2003. Direção de Errol Morris), baseado em depoimentos de Robert McNamara (secretário de Defesa de Kennedy) e Lyndon Johnson. O ponto alto é a descrição da Crise dos Mísseis.

Sugerimos também a leitura e discussão de tópicos de:

- AYERBE, L. F. *A Revolução Cubana*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2004.

Recomendamos a exibição do filme *Gandhi* (Inglaterra/Índia, 1982. Direção de Richard Attenborough). Sugerimos também a leitura e discussão de tópicos de:

- CANEDO, L. B. *A descolonização da África e da Ásia*. São Paulo: Atual, 1994.

Exercícios Propostos

7. B

A Revolução Cubana foi derrotada na primeira sublevação dos revoltosos, mas rendeu o simbólico e histórico discurso “A história me absolverá” de Fidel Castro.

8. C

Esta também é uma informação importante para entender a questão cubana. Diferentemente de

Salvador Allende, no Chile, em Cuba não havia possibilidade de uma oposição política legal e democrática, uma vez que o poder estava nas mãos de um ditador – Fulgêncio Batista. Portanto, a luta armada com a técnica de guerrilha era a única opção.

9. E

Para responder adequadamente à questão, os alunos devem reconhecer que o texto citado refere-se à invasão da Baía dos Porcos, em 1961, particularmente no trecho “Kennedy ameaça novamente invadir Cuba”. O episódio conhecido como Crise dos Mísseis, em 1962, colocou Cuba na iminência de uma nova invasão.

10. A

A questão parece fugir ao conteúdo diretamente relacionado aos fatos históricos de 1959 e suas consequências. Mas, ao fim e ao cabo, pergunta o que aconteceu durante essas décadas entre o rompimento e a reaproximação. É correto dizer, como está apontado, que os ataques dos Estados Unidos a Cuba foram econômicos e financeiros.

11. C

Questão para que se veja formas alternativas com as quais as bancas cobram essa questão. Aqui, se mistura o chamado caudilhismo com os regimes comunistas. Sabendo que o Brasil de JK, a atual argentina de Macri, e o Estado Novo de Vargas não eram comunistas, resolve-se a questão.

12. C

Questão que trata dos meios práticos pelos quais Cuba se aproximou da URSS, algo que não aconteceu automaticamente após a revolução, e muito menos antes disso. Às vésperas da assembleia, como vimos em um dos textos citados neste capítulo, Estados Unidos e Cuba começaram a ter os primeiros incidentes diplomáticos. Durante essa assembleia, Fidel se aproximou de lideranças de movimentos sociais que movimentaram os Estados Unidos da década de 1960 e, também, do governo soviético.

13. A Índia conquistou a independência em 1947, sob a liderança de Mahatma Gandhi. Por conta de diferenças religiosas, foi dividida em União Indiana (hinduísta), Paquistão (islâmico) e Ceilão (budista). Apesar de enormes desigualdades sociais, a Índia cresceu como potência nas últimas décadas e tem papel importante nas relações internacionais.

14. C

Gandhi, como pacifista, não pregava guerrilhas ou queima de plantações. Como vimos, defendia a manifestação pacífica, como a desobediência civil.

15. B

Como vimos neste módulo, a luta era nacionalista e foi comandada pela maioria hindu, com a liderança de Gandhi, por meio da resistência pacífica.

16. C

Cobrança comum a todas as bancas, bastaria saber que o nacionalismo indiano também incluía o aspecto econômico e propunha, por exemplo, não consumir produtos ingleses.

17. E

Mais uma questão sobre a Conferência de Bandung. A alternativa correta resume bem o que foi essa conferência, listando seus principais pontos.

Estudo para o Enem

18. C

Como vimos, Nikita Khrushchev instalou mísseis em Cuba, uma vez que os Estados Unidos já tinham mísseis instalados na Turquia, e isso causou um momento de bastante tensão, que quase levou a uma guerra entre as duas potências nucleares.

Competência: Compreender as transformações dos espaços geográficos como produto das relações socioeconômicas e culturais de poder.

Habilidade: Interpretar diferentes representações gráficas e cartográficas dos espaços geográficos.

19. C

As considerações de Leonardo Padura sobre a sociedade cubana indicam que, na década de 1960 e no momento atual, as diferenças entre as condições de vida são contextualizadas, respectivamente, pela bipolaridade entre Estados Unidos e URSS, no passado, e pela multipolaridade do mundo na época de Barack Obama, que foi o primeiro presidente estadunidense a visitar Cuba em noventa anos.

Competência: Compreender as transformações dos espaços geográficos como produto das relações socioeconômicas e culturais de poder.

Habilidade: Reconhecer a dinâmica da organização dos movimentos sociais e a importância da participação da coletividade na transformação da realidade histórico-geográfica.

20. D

Na charge, vemos que Gandhi está preso e, do lado de fora, há milhares de outros Gandhis. Daí a resposta ser a impossibilidade de deter o movimento. Não bastaria prender o líder, pois a mobilização já era muito maior que ele próprio.

Competência: Utilizar os conhecimentos históricos para compreender e valorizar os fundamentos da cidadania e da democracia, favorecendo uma atuação consciente do indivíduo na sociedade.

Habilidade: Analisar as lutas sociais e conquistas obtidas no que se refere às mudanças nas legislações ou nas políticas públicas.

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO DO
SISTEMA DE ENSINO

27 DESCOLONIZAÇÃO DA ÁFRICA E REGIMES MILITARES NA AMÉRICA DO SUL

Comentários sobre o módulo

Auxilie os alunos a compreender as relações entre presente e passado. Resgate o conteúdo sobre imperialismo e neocolonialismo. Comente as questões dos exames vestibulares, que comumente pedem a análise da situação atual dos países africanos considerando os processos de independência. Dessa forma, sugerimos a realização de um trabalho sobre suas questões econômicas e sociais, especialmente porque a forma da colonização na África e também de sua descolonização são importantes para entender a situação desses países nos dias de hoje: desintegração, governos autoritários, miséria econômica (especialmente na África Subsaariana) e guerras civis.

Também estudamos alguns dos regimes ditatoriais implantados em países da América do Sul. Um ponto interessante a ser levantado é o quanto a origem dessas ditaduras apresenta elementos em comum: desestabilização política, populismo e socialismo, reação paranoica contra supostos avanços comunistas e apoio dos Estados Unidos por meio da CIA à chamada Operação Condor.

Os resultados, como veremos mais a fundo, foram diferentes. Especialmente no Chile e na Argentina, os ditadores foram julgados e condenados. Alguns, como o ex-ditador argentino Jorge Rafael Videla, morreram na cadeia. No Brasil, isso não aconteceu. A transição foi conciliadora.

Para ir além

Para compreender o processo de independência africana e os atos de guerra que o envolvem, sugerimos a exibição do filme *A Batalha de Argel* (Itália/Argélia: 1965. Direção de Gillo Pontecorvo), que trata da guerra civil na Argélia. Sobre o *apartheid*, indicamos o filme *Invictus* (EUA: 2009. Direção de Clint Eastwood).

Sugerimos também a leitura e discussão de tópicos de:

- CANEDO, L. B. *A descolonização da África e da Ásia*. São Paulo: Atual, 1994.
- KI-ZERBO, J. *História da África negra*. Mira-Sintra: Europa-América, 1999. 2 v.
- SECCO, L. F. *A Revolução dos Cravos e a crise do império colonial português*. São Paulo: Alameda, 2004.
- SILVA, A. D. *Independência da Guiné-Bissau e descolonização portuguesa*. Porto: Afrontamento, 1997.

Recomenda-se a exibição dos filmes *Made in Argentina* (Argentina: 1987. Direção de Juan Jose Jusid), *Verdades verdadeiras: a vida de Estela* (Argentina/Espanha/Venezuela: 2011. Direção de Nicolás Gil Lavedra), *Desaparecido* (EUA: 1982. Direção de Costa-Gravas),

Machuca (França/Reino Unido/Espanha/Chile: 2004. Direção de Andrés Wood) e *Condor* (Brasil: 2007. Direção de Roberto Mader).

Sugerimos também a leitura e discussão de tópicos de:

- RZNIK, L. *Democracia e segurança nacional: a política política do pós-guerra*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

Exercícios Propostos

7. B

Como visto no módulo anterior, uma das inspirações da Conferência de Bandung foi a Carta das Nações Unidas. A autodeterminação dos povos foi uma ideia presente na fundação da ONU e deu sustentação para a defesa daqueles que buscavam independência.

8. D

Como vimos em outra atividade deste módulo, a ideia de Estado nacional é uma herança colonial, que não tem relação com a história dos países africanos.

9. D

As consequências negativas da colonização na África são os temas mais cobrados pelas bancas. Esta é mais uma questão que trata sobre isso: a descolonização não foi completa, pois ficou um legado entre as recém-formadas nações africanas, o que levou a conflitos entre diferentes etnias, nacionalidades e tribos.

10. C

Em oposição às divisões e conflitos entre etnias, tribos e nacionalidades africanas diferentes, foi proposta uma ideia pacifista de pan-africanismo. Na mesma época, também foram propostos o pan-arabismo e o pan-eslavismo.

11. A

A colonização da Argélia pela França, até pela proximidade geográfica, não se deu apenas política e economicamente, mas também demograficamente. Muitos franceses mudaram-se para a Argélia e ali viveram e constituíram família, e muitos filhos de franceses ali nasceram. Isso criou um grupo de pessoas ligadas ao país norte-africano, mas culturalmente vinculadas à França, o que dificultou o processo de descolonização.

12. E

O salazarismo agarrou-se às possessões coloniais e tentou consolidar a ideia de uma grande nação

portuguesa multicultural e ultramarina. Porém, apesar da enorme resistência e intransigência, saiu derrotado após 1974.

13. B

Ainda com a mesma temática da questão anterior, Perón é mostrado aqui como “pai dos pobres”.

14. B

O caso Pinochet é interessante por se tratar de uma ditadura militar que, economicamente, era neoliberal e tinha Milton Friedman entre seus assessores econômicos.

15. D

A alternativa correta resume o espírito dessa época de Guerra Fria, de paranoia política e de medidas repressivas contra governos democráticos, como o de Salvador Allende.

16. D

Uruguai e Paraguai também tiveram ditaduras. O Peru teve o período Fujimori nos anos 1990. As imagens e legendas referem-se às ditaduras no Chile e na Argentina na década de 1970.

17. A

O fato descrito na alternativa A ocorreu ao longo da década de 1990, sendo concluído apenas no fim dessa década.

Estudo para o Enem

18. D

Esta é uma imagem típica do *apartheid*, de constrangimento e ameaça a afrodescendentes, limitando seu direito de ir e vir por meio da utilização de policiamento ostensivo.

Competência: Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.

Habilidade: Analisar a atuação dos movimentos sociais que contribuíram para mudanças ou rupturas em processos de disputa pelo poder.

19. E

A primeira afirmativa está errada porque sugere a existência de apenas uma grande potência capitalista na época de descolonização. No entanto, o correto seria falar em potências coloniais europeias, no plural, e no período do neocolonialismo ou imperialismo.

Competência: Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.

Habilidade: Avaliar criticamente conflitos culturais, sociais, políticos, econômicos ou ambientais ao longo da História.

20. E

A subordinação do Poder Judiciário, até para conquistar suposta legitimidade, é uma das primeiras atitudes de todas as ditaduras. O caso chileno não foge à regra.

Competência: Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.

Habilidade: Analisar o papel da justiça como instituição na organização das sociedades.

MATERIAL DE USO EDUCATIVO
SISTEMA DE ENSINO

28 ORIENTE MÉDIO NOS SÉCULOS XX E XXI

Comentários sobre o módulo

Neste módulo, foram abordados aspectos históricos que formaram o Oriente Médio e tratou-se de questões relativas a conflitos marcantes da região, disputas internas e a influência de outros países na economia e política local. Entre os pontos ressaltados está a chamada questão palestina, que opõe a população palestina e outros países do Oriente Médio ao Estado de Israel e a ruptura que significou sua criação, abordando disputas e tentativas de conciliação. Discutiui-se a importância da descoberta e da exploração de petróleo na região, que levou a mais influência de países estrangeiros na política e na economia local, além de revoluções e guerras resultantes desse contexto.

Também foram abordados aspectos que formam a região do Oriente Médio na contemporaneidade. Em diálogo com o módulo anterior, aborda-se a questão palestina na virada do século XX para o século XXI com a Primeira e a Segunda Intifada, que foram movimentações populares contra a ocupação israelense. Também tratou-se da relação entre Estados Unidos e Oriente Médio, especialmente no que diz respeito aos conflitos e guerras, demarcados, no território norte-americano, com o ataque às torres gêmeas, em 2001, e a consequente invasão do Iraque, dois anos depois. Mais recentemente, o mundo presenciou uma série de levantes em diversos países do chamado mundo árabe, que ficou conhecido como Primavera Árabe. Foram abordadas as principais movimentações de países como Tunísia, Líbia e Egito.

Para ir além

Como atividade complementar, pode-se desenvolver um trabalho com os alunos por meio da exibição do filme de animação *Valsa com Bashir* (Israel/França/Alemanha/EUA/Finlândia/Suíça/Bélgica/Austrália: 2008. Direção de Ari Folman). Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=5BHmANfNUYQ>. Acesso em: 2 dez. 2018. O filme trata de um veterano de guerra israelense que tenta se lembrar de sua atuação na guerra no massacre de Sabra e Chatila, um massacre no Líbano nos campos de refugiados palestinos. É possível fazer uma pesquisa sobre a guerra civil no Líbano a fim de compreender a relação do conflito com a questão palestina e fazer uma discussão com a turma acerca de temas como memória, trauma e violência.

Sugerimos também a leitura e discussão de tópicos de:

- COGGIOLA, O. *A Revolução Iraniana*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2008. (Coleção Revoluções do Século 20).
- PAPPE, I. *A limpeza étnica da Palestina*. São Paulo: Sunderman, 2016.
- SAID, E. *A questão palestina*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2012.

- SAND, S. *A Invenção da Terra de Israel: da Terra Santa à Terra Pátria*. São Paulo: Benvirá, 2014.

Pode-se desenvolver uma atividade com os alunos com base no tema “crise dos refugiados”, um tema contemporâneo que atinge especialmente a população síria, mas também outras do Oriente Médio e da África. Uma sugestão é realizar uma análise do artigo “A crise humanitária dos refugiados: muito além da Síria”, disponível em <www.politize.com.br/crise-dos-refugiados/> e fazer um debate com a turma para problematizar a ação de países no Oriente Médio e as consequências para a população. Além disso, pode-se levantar questionamentos quanto a imigração/refúgio e xenofobia, tendo em vista os cenários europeus e estadunidense e comparar com outros momentos históricos, como a Segunda Guerra Mundial.

Sugerimos também a leitura e discussão de tópicos de:

- COCKBURN, P. *A origem do Estado Islâmico: o fracasso da “guerra ao terror” e a ascensão jihadista*. São Paulo: Autonomia Literária, 2015.
- MONTENEGRO, C. *Sobre jasmíns, bombas e fa-raós*. São Paulo: Record, 2014.
- SOARES, J. V. S. A guerra civil na Síria: atores, interesses e desdobramentos. Observatório de Conflitos Internacionais. *Série Conflitos Internacionais*, v. 5, n. 1, fev. 2018. Disponível em: <<http://bit.ly/conflitosinternacionais>>. Acesso em: 2 dez. 2018.

Exercícios Propostos

7. B

As alternativas II, III e IV estão corretas: as fronteiras na guerra de 1967 foram alargadas; desde a criação do Estado de Israel, muitos palestinos tornaram-se refugiados; a crise do petróleo em 1973 teve relação direta com o apoio de países a Israel. As alternativas I e V estão incorretas, já que a ONU teve participação na criação do Estado de Israel e, em contexto de Guerra Fria, Estados Unidos e União Soviética disputaram a região do Oriente Médio.

8. C

A primeira crise do petróleo ocorreu em 1973 e teve relação direta com o conflito árabe-israelense, já que países como os Estados Unidos apoiaram Israel; a segunda foi em 1979, mesmo ano em que ocorreu a Revolução Iraniana; e a terceira se deu em 1991, em direta relação com a Guerra do Golfo, quando o Iraque invadiu o Kuwait.

9. C

Desde fins do século XIX, já se observava uma migração judaica para o território palestino, o que foi agravado com a perseguição aos judeus durante a Segunda Guerra Mundial. O plano de partilha de

1947 foi uma iniciativa da ONU como uma forma de lidar com as populações palestinas, que já estavam no território, e a judaica, que gradativamente aumentou seu contingente populacional.

10. B

Após um ano da proposta de Partilha da ONU, é declarada a criação do Estado de Israel. A partir desse momento já identifica-se a expansão dos territórios israelenses sobre territórios palestinos. O terceiro conflito árabe-israelense, ou a Guerra dos Seis Dias, em 1967, leva esse nome pela rápida vitória das tropas israelenses.

11. A

A Declaração Balfour, redigida em 1917, é um documento importante para compreender a relação da Grã-Bretanha com a região, que na época tinha o controle da Palestina, com o Mandato Britânico, mas declarou apoio à criação de um Estado judaico.

12. A

Uma das medidas depois da Revolução Iraniana foi a nacionalização dos recursos naturais, como o petróleo, gerando uma transformação das alianças políticas e econômicas.

13. B

Os conflitos atualmente estão centrados nas disputas dos países do Oriente Médio com o Estado de Israel e sua criação, influenciada por países estrangeiros, transformando a relação de forças na região.

14. E

As noções elencadas podem ser compreendidas enquanto categorias de civilizações. Ainda que o islamismo seja uma religião, ao tratar de pensamento ocidental e da cultura indiana remete-se a civilizações distintas, não necessariamente limitadas a uma nação, etnia ou religião.

15. C

O ataque terrorista ao World Trade Center, cuja autoria é reivindicada pela Al-Qaeda, seria considerado uma retaliação de grupos fundamentalistas à intervenção dos Estados Unidos nos conflitos do Oriente Médio.

16. A

A Primavera Árabe consistiu em movimentações e protestos políticos ocorridos no Oriente Médio e no norte do continente africano.

17. C

A violência está colocada na região desde a imposição da criação do Estado de Israel. A paz entre os países

está distante de ocorrer, uma vez que as negociações não progridem, com as negativas de Israel e sua política militarizada com relação aos seus vizinhos.

Estudo para o Enem

18. D

O choque do petróleo ocorreu em 1973 pelos países da Opep em função do apoio dos Estados Unidos ao Estado de Israel na Guerra de Yom Kippur. Importante fonte de energia, o aumento do valor do petróleo teve impactos significativos em todo o mundo, incluindo o Brasil, que sofreu impactos econômicos e sociais.

Competência: Compreender as transformações dos espaços geográficos como produto das relações socioeconômicas e culturais de poder.

Habilidade: Comparar o significado histórico-geográfico das organizações políticas e socioeconômicas em escala local, regional ou mundial.

19. D

Na Cisjordânia, encontra-se a Autoridade Nacional da Palestina, já na Faixa de Gaza o grupo que lidera movimentações é o Hamas. Jerusalém permanece território internacional, portanto não pertencente ao Estado de Israel, apesar de haver pressões para a mudança de capital do país. Israel não devolveu as Colinas de Golã à Síria, apesar de acordos. A última alternativa é correta, a Faixa de Gaza não possui assentamentos israelenses, mas a Cisjordânia é continuamente diminuída com novos assentamentos.

Competência: Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.

Habilidade: Comparar diferentes pontos de vista, presentes em textos analíticos e interpretativos, sobre situação ou fatos de natureza histórico-geográfica acerca das instituições sociais, políticas e econômicas.

20. E

A internet foi uma ferramenta essencial para a comunicação entre grupos de jovens árabes para as movimentações da Primavera Árabe, servindo para mobilizar e difundir ideias.

Competência: Entender as transformações técnicas e tecnológicas e seu impacto nos processos de produção, no desenvolvimento do conhecimento e na vida social.

Habilidade: Identificar registros sobre o papel das técnicas e tecnologias na organização do trabalho e/ou da vida social.

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO
SISTEMA DE ENSINO DOM BOSCO

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

HISTÓRIA 2

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO DO SISTEMA DE ENSINO DOM BOSCO



9 ÁFRICA, CULTURA AFRO-BRASILEIRA, ESCRAVIDÃO E TEORIAS RACIAIS

Comentários sobre o módulo

A história da África foi, por muito tempo, negligenciada nos materiais didáticos. Isso, porém, vem mudando nos últimos anos. Por ter ficado tanto tempo de lado, o currículo para este tema ainda está sendo Tateado, todos ainda estão se acostumando, desde aqueles que produzem os livros até os alunos.

O que de mais importante precisamos extrair desse módulo é: a África é um continente diverso, não é uma grande savana com leões e elefantes, mas um continente que foi o berço de nossa espécie, lugar das primeiras grandes civilizações da História, de grandes reinos de norte a sul, leste a oeste, e de diversos outros grupos nômades ou seminômades que apresentam uma cultura riquíssima e muito valiosa para a história da humanidade. Além disso, é importante evidenciar como e o quanto a história africana estende-se às Américas. Primeiro, com a escravidão. Depois, com a resistência dos escravizados e o esforço dessas populações em manter viva sua cultura e identidade.

Destacamos a importância das várias etnias para a formação da nação brasileira, com a preocupação de não dar exagerado destaque a uma delas, pois isso também poderia caracterizar desrespeito à diversidade cultural. No entanto, é preciso tratar da questão dos negros e afrodescendentes no Brasil com seriedade, sem sentimentalismos ou qualquer outra forma que, de algum modo, camufle a reinante segregação e o racismo de nossa sociedade. A valorização dos negros que se busca passa pela questão histórica, devendo ser tratada de forma científica. Dessa forma, propomos que o trabalho do professor seja na direção de dar sentido à luta pela igualdade de direitos, pela garantia de oportunidades e pelo reconhecimento histórico da questão dos afrodescendentes.

Para ir além

Uma proposta importante para enriquecer a aula é pedir aos alunos que, antes da aula, pesquisem povos africanos e algumas informações básicas, como período, características, produção, cultura, religião e núcleos de descendentes africanos no Brasil.

Sugerimos também a leitura e discussão de tópicos de:

- ALEXANDRE, V. *Velho Brasil, novas Áfricas: Portugal e o império (1808-1975)*. Porto: Afrontamento, 2000.
- _____. (Coord.). *O império africano: séculos XIX e XX*. Lisboa: Colibri, 2000.
- HERNANDEZ, L. L. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2005.
- KI-ZERBO, J. *Para quando África*. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.
- _____. *Histórias da África Negra*. Trad. Mem Martins. Lisboa: Europa-América, 1999. v. 1.

- _____. (Org.). *História geral da África: metodologia e Pré-História da África*. São Paulo: Ática/Unesco, 1982. v. 1.

- MOKNTAR, G. (Coord.). *História geral da África: a África Antiga*. São Paulo: Ática/Unesco, 1983. v. 2.

Discuta, de forma embasada, utilizando textos com vários pontos de vista, a questão das cotas e outras políticas do Brasil de acesso e inclusão da população afrodescendente. Para ampliar as ideias estudadas e debatidas neste módulo, sugerimos o documentário *A negação do Brasil* (Brasil, 2000. Direção de Joel Zito Araújo). A obra aborda a exclusão do negro na teledramaturgia brasileira, que raramente apresenta o afrodescendente como personagem principal, mas, quase sempre, como o estereotipado malandro. O documentário propõe a análise da teledramaturgia como um espelho do preconceito enraizado na sociedade brasileira. Indica-se, também, a visita ao site do Instituto Moreira Salles, que disponibiliza em seu blog uma série de imagens que retratam afrodescendentes na sociedade brasileira do século XIX. A convite do instituto, a historiadora e antropóloga Lília Moritz Schwarcz analisou parte desse acervo que revela contradições da sociedade escravista brasileira. Disponível em:

<www.blogdoims.com.br/ims/entre-cantos-e-chibatascconversa-com-lilia-schwarcz>. Acesso em: 21 out. 2018.

Sugerimos também a leitura e discussão de tópicos de:

- DAVIS, D. B. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FLORENTINO, M. (Org.). *Tráfi co, cativo e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Exercícios Propostos

7. C

O texto informa que trata-se de um reino da África Centro-Oriental. Além disso, aponta para linhagens de muitas gerações e para a apropriação de trabalho escravo. Com essas informações, concluímos que trata-se do Congo.

8. C

Como mostra o texto e a alternativa correta, a África é um continente muito diverso que, já àquela altura, tinha reinos que estabeleciam sua produção de formas diferentes. O escravismo não era totalmente disseminado e não era uma prática homogênea de todos os povos africanos. Era praticado, por exemplo, no Congo. E, ainda assim, não com a enorme escala introduzida pelos europeus.

9. B

Os escravizados trazidos ao Brasil descendiam de grupos étnicos diferentes e vinham de lugares distintos. Para os traficantes e compradores, os africanos negros e escravos constituíam um único povo, mas, na verdade, havia muita diversidade cultural, religiosa e linguística.

10. A afirmação está correta. A África não se resume ao continente, pois existe de forma concreta em todos os países para onde diversos africanos foram levados como escravos. O Brasil não é uma exceção, e a África está presente no país por meio de religiões, canções, estilos musicais, danças, na capoeira, na língua e na culinária.

11. E

O domínio do Mali por toda a região noroeste da África estabeleceu um controle rígido de rotas de transporte e comércio, com as quais lucravam. Portanto, houve uma relativa pacificação da região. Com isso, a expansão dos povos islâmicos foi facilitada, até porque não houve conflito, e sim trocas entre os malineses e os islâmicos.

12. D

O texto colabora com a reescrita da história do Brasil para que seja valorizada a tradição afro-brasileira em todos os seus aspectos.

13. A

Este é um exemplo do posicionamento dos jesuítas, representantes da Igreja no Novo Mundo, a respeito da escravidão: os indígenas eram os bons selvagens, que deveriam ser salvos pela conversão e pela catequese. Os afrodescendentes, por outro lado, estariam condenados a servir.

14. A

Todas as afirmativas estão corretas e servem como um bom resumo das análises a respeito do mito da democracia racial, além de fazer referência a autores clássicos como Gilberto Freyre e Florestan Fernandes.

15. B

Esse é um fato muito importante sobre os quilombos e que, em geral, não é lembrado. Os escravos fugidos organizados em quilombos também acumulavam poder, por serem muitos e oferecerem uma resistência coletiva. Escondiam-se de seus antigos donos e dos capatazes, mas mantinham relações com a população livre do entorno e tinham as próprias produções. Mesmo quando detectados, nem sempre os donos de escravos tinham forças para desestruturar o quilombo e reescravizar aquelas pessoas.

16. E

Esta questão discute o quanto o trabalho escravo foi essencial para o desenvolvimento econômico brasileiro, o que torna ainda pior o fato de, ao menos a geração que estava viva na época da abolição, não ter recebido qualquer tipo de indenização.

17. B

Na pintura, são representados uma senhora negra, uma jovem mulher mulata e um bebê branco. A obra mostra a tendência do branqueamento da população, defendida por médicos e cientistas racialistas que associavam o negro à degeneração e, por isso, acreditavam que o embranquecimento da população era uma condição para que o Brasil se tornasse um país moderno e civilizado.

Estudo para o Enem

18. B

O primeiro elemento que precisa ser avaliado é o que, geralmente, se representa nos filmes ambientados na África. O comércio, a história, a sociedade e a diversidade raramente são representados, e, quando são, geralmente é de forma caricata. Por outro lado, pela forma simplista como a África é mostrada, o exotismo é largamente explorado. O segundo elemento a ser avaliado é o que os filmes não mostram e deixam de lado. A natureza é sempre mostrada e savanas, leões, elefantes e girafas aparecem mais do que os povos africanos. Assim, as diversas culturas de matriz africana costumam ser negligenciadas pelos filmes.

Competência: Compreender os elementos culturais que constituem as identidades.

Habilidade: Identificar as manifestações ou representações da diversidade do patrimônio cultural e artístico em diferentes sociedades.

19. D

Se o mito da democracia racial é encarado como verdade, não há nada a ser feito para combater o racismo, pois, se a democracia racial existe, o racismo e o preconceito não podem existir. Assim, ações afirmativas ficam congeladas, como se o problema já estivesse resolvido.

Competência: Utilizar os conhecimentos históricos para compreender e valorizar os fundamentos da cidadania e da democracia, favorecendo uma atuação consciente do indivíduo na sociedade.

Habilidade: Relacionar cidadania e democracia na organização das sociedades.

20. C

Na sociedade escravista brasileira, as roupas também serviam como marca de distinção social. Os alforriados, negros libertos, procuravam se vestir com roupas e sapatos elegantes para se diferenciar dos escravos, que eram proibidos de usá-los.

Competência: Compreender os elementos culturais que constituem as identidades.

Habilidade: Interpretar historicamente e/ou geograficamente fontes documentais acerca de aspectos da cultura.

10 REPÚBLICA DA ESPADA E REPÚBLICA OLIGÁRQUICA

Comentários sobre o módulo

Este módulo trata de uma grande transformação política da história do Brasil. Nesse sentido, é interessante trabalhá-lo tendo como referência as noções de ruptura e continuidade. Enfatize os elementos que, na passagem do império para a república, sofreram alterações profundas e, também, as características que se perpetuaram. É importante mostrar aos alunos como a instauração de uma república não implicou em uma maior abrangência da democracia no país, uma vez que tornou o número de eleitores ainda mais restrito do que no império. Demonstre como a república criou um aparato institucional de exclusão da população afro-brasileira que deu lugar à escravidão existente no período monárquico.

Por fim, um tema muito importante e bastante cobrado nos vestibulares é o imaginário republicano. A nascente república precisou se legitimar e, para isso, valeu-se de uma reescrita da história brasileira e da criação de símbolos nacionais. O principal deles foi a figura de Tiradentes, mártir da Inconfidência Mineira e membro das forças armadas, alçado à categoria de herói nacional pelo Exército que proclamou e governou a república.

O módulo apresenta, de modo panorâmico, o governo de dez presidentes do Brasil. No entanto, mais importante do que ater-se detalhadamente a cada um dos governos é oferecer aos alunos a compreensão geral de características da política, da sociedade, da economia e da cultura do período. Nesse sentido, os temas centrais do módulo são: política dos governadores, política do café com leite, coronelismo, voto de cabresto, reforma urbana no Rio de Janeiro, Revolta da Vacina, Guerra de Canudos, Guerra do Contestado, movimento modernista e a economia agroexportadora baseada na cafeicultura (e, em dado momento, na borracha da Amazônia).

Para ir além

Sugira aos alunos uma pesquisa sobre a filosofia positivista de Auguste Comte, principal referência ideológica do republicanismo no Brasil. Pode-se trabalhar de que maneira o Brasil se apropriou da teoria francesa, reinterpretando-a de acordo com questões próprias da realidade político-social do país.

Indique aos alunos a leitura da obra *Triste fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto. Pode-se organizar uma atividade interdisciplinar com o componente curricular Língua Portuguesa, uma vez que a obra é um clássico da literatura brasileira e sua leitura é cobrada em diversos vestibulares. Escrito em 1915, o livro é ambientado no Rio de Janeiro logo após a Proclamação da República. O protagonista vivencia a Revolta da Armada, por exemplo. Em tom irônico, Lima Barreto tece críticas aos primórdios do regime republicano, especialmente a marechal Floriano Peixoto, importante personagem da narrativa.

No site do Museu Republicano de Itu há interessantes informações e documentos de época. O museu funciona no casarão onde, em 1873, foi realizada a Convenção de Itu, a primeira convenção republicana do Brasil. Disponível em:

<www.itu.com.br/artigo/registros-da-convencao-republicana-de-itu-de-1873-20151109>.

Acesso em: 18 out. 2018.

Sugerimos também a leitura e discussão de tópicos de:

- CARVALHO, J. M. de. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- _____. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CASTRO, C. *Os militares e a república*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- COSTA, E. V. da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 6. ed. São Paulo: Ed. da Unesp, 1999.
- NAPOLITANO, M. *História do Brasil república: da queda da monarquia ao fim do Estado Novo*. São Paulo: Contexto, 2016.

Sugira aos alunos uma pesquisa sobre o movimento modernista brasileiro de acordo com a partir de 1922. Pode-se abordar a pintura (Tarsila do Amaral, Anita Malfatti, Candido Portinari, Lasar Segall, Di Cavalcanti), a literatura (Oswald de Andrade, Mário de Andrade, Manuel Bandeira), a música (Heitor Villa-Lobos) e a escultura (Victor Brecheret).

Indicamos o trabalho com trechos da obra *Os sertões*, de Euclides da Cunha, importante fonte de época a respeito da Guerra de Canudos e da mentalidade republicana.

Sugerimos também a leitura e discussão de tópicos de:

- BENCHIMOL, J. *Pereira Passos, um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro, 1992.
- BOSI, A. Moderno e modernista na literatura brasileira. In: *Céu, inferno: ensaios de crítica literária e ideológica*. São Paulo: Editora 34, 2010.
- LAMOUNIER, B. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação. In: FAUSTO, Boris (Org.). *O Brasil republicano: sociedade e instituições (1889-1930)*. São Paulo: Difel, 1971. p. 208-226. tomo III. v. 2.
- LESSA, R. *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

- LEVINE, R. *O Sertão prometido: o massacre de Canudos*. São Paulo: Edusp, 1995.
- SEVCENKO, N. *A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.
- _____. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Exercícios Propostos

7. A

Conforme o texto, os republicanos de São Paulo visavam a autonomia estadual, ou seja, diminuir a interferência do governo central em seus negócios. Em São Paulo, o republicanismo foi defendido sobretudo pela elite cafeeira do oeste do estado, que ambicionava maior participação política, até então concentrada nas mãos da elite do Vale do Paraíba e do Nordeste.

8. B

A Constituição republicana de 1891 instituiu um regime democrático de participação popular limitadíssima, uma vez que mulheres, mendigos, religiosos, soldados e analfabetos ficaram excluídos. Tendo em vista as sérias desigualdades sociais do período, em um país que abolira recentemente a escravidão, a medida impediu o acesso de uma grande parcela da população às eleições.

9. D

O texto deixa claro que a Proclamação da República ocorreu em razão de um projeto de militares que tinham um forte pensamento republicano. O excerto destaca o caráter salvacionista que as forças armadas atribuíam a si mesmas, julgando-se capazes de resolver os problemas brasileiros.

10. a) As ideias republicanas existiram no Brasil desde os tempos da colônia (lembremos da Inconfidência Mineira e da Conjuração Baiana, por exemplo). No entanto, foi apenas na década de 1870 que se difundiram com maior força, o que culminou na Proclamação da República, em 1889. A fundação de partidos republicanos, primeiro no Rio de Janeiro e em São Paulo e, depois, nos demais estados, no início da década de 1870, foi um evento decisivo na disseminação dessas ideias entre as elites políticas brasileiras. Com a formação de partidos, o republicanismo alcançou uma capacidade de organização e de propaganda que foram fundamentais para seu fortalecimento e para sua posterior chegada ao poder.
- b) Um dos principais fatores da crise do império foi o embate do imperador com as forças armadas. Sobretudo após a atuação vitoriosa na

Guerra do Paraguai, o Exército demandava maior autonomia e indignava-se com intervenções de D. Pedro II. O Exército tornou-se um importante foco de defesa e difusão de ideias republicanas, amparadas sobretudo no positivismo francês, segundo o qual apenas um Estado forte, militarizado e racional seria capaz de guiar a humanidade à modernidade e ao progresso. Os militares brasileiros também defendiam o ideal salvacionista, segundo o qual eles eram os únicos capazes de solucionar a grave crise institucional gerada pela monarquia. Foi por essas razões que o Exército encabeçou a Proclamação da República em 1889, atuando em consonância com os desejos das elites que compunham os partidos republicanos de diferentes estados.

11. A

A questão refere-se ao governo do marechal Deodoro da Fonseca, o primeiro presidente do Brasil. Entre as quatro alternativas, a única que se refere a um evento ocorrido em seu governo é a primeira. A política dos governadores foi característica da chamada República Oligárquica; a Revolta de Canudos eclodiu durante o governo de Prudente de Moraes; e a Revolução Federalista ocorreu no governo de Floriano Peixoto.

12. C

O trecho denuncia, com a ironia típica de Machado de Assis, como Custódio pouco se importava com a queda do império e a posterior implementação da república. Às vésperas da proclamação, ele nomeou seu estabelecimento de “Confeitaria do Império”, o que denuncia seu total desconhecimento em relação à conspiração articulada entre a elite civil e os militares. O trecho deixa claro que a preocupação de Custódio era apenas com os gastos de sua confeitaria. A revolução que dera origem à república lhe afetava apenas na medida em que o forçava a alterar o nome do estabelecimento.

13. D

A charge critica explicitamente a política do café com leite que predominou durante a República Oligárquica e por meio da qual as elites latifundiárias de São Paulo e Minas Gerais revezaram-se na presidência do país. Na imagem, dois homens caracterizados como lutadores bloqueiam a entrada do “novo governo”. Em seus uniformes, a identificação dos estados que representam: São Paulo e Minas Gerais.

14. B

A alternativa D é incorreta, pois o tenentismo não se opôs à Revolução de 1930; pelo contrário, criou condições para que ela ocorresse.

15. C

A charge retrata a clássica figura do Tio Sam, emblema dos Estados Unidos, arrombando uma porta e invadindo um local. Acima da imagem, há uma referência irônica à Doutrina Monroe, a política externa aplicada pelos Estados Unidos na década de 1820 que defendia e reforçava a independência recém-conquistada pelas ex-colônias da América Latina (temendo uma possível tentativa de recolonização por parte das potências europeias). Nesse sentido, a charge ironiza o fato de que, quase um século depois, a nova política externa dos Estados Unidos para a América Latina era de intervencionismo e de dominação.

16. C

O poema subverte as convenções da linguagem poética, pois apresenta palavras escritas fora da norma culta da língua, ou seja, defende o coloquialismo e a língua falada pela população para além das normas gramaticais.

17. a) A Revolta da Vacina teve como estopim a medida do Congresso Nacional que aprovou a obrigatoriedade da vacina, permitindo que agentes do Estado invadissem as casas e aplicassem as vacinas à força. No entanto, havia como pano de fundo um cenário generalizado de insatisfação das classes mais baixas da população em relação ao governo em virtude das medidas higienistas empreendidas, como o bota-abixo, que demoliu os cortiços do centro do Rio de Janeiro, agravando ainda mais a marginalização dessas parcelas da sociedade.
- b) Canudos e Contestado.

Estudo para o Enem

18. A

A crônica, de maneira humorística, expõe a distância da população em relação à Proclamação da República. O velho Lima, ao voltar para o trabalho, sequer havia tomado conhecimento de que o regime político vigente no Brasil havia se alterado. Ao final do trecho, ele ainda afirma que o país se tornaria uma república em três anos, expondo

seu total desconhecimento em relação à situação política do país naquele momento.

Competência: Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.

Habilidade: Analisar a atuação dos movimentos sociais que contribuíram para mudanças ou rupturas em processos de disputa pelo poder.

19. A

Mais do que um protesto contra a vacinação compulsória, a Revolta da Vacina foi uma manifestação contra as condições precárias de vida da população marginalizada do Rio de Janeiro, agravadas após a reforma urbana do prefeito Pereira Passos, que, buscando modernizar a cidade à moda europeia, demoliu habitações populares e expulsou essa parcela da sociedade para as regiões periféricas da capital.

Competência: Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.

Habilidade: Avaliar criticamente conflitos culturais, sociais, políticos, econômicos ou ambientais ao longo da História.

20. D

O termo “clientelismo” refere-se à prática eleitoral de políticos que privilegiam suas “clientelas” em troca de votos e/ou favores. Dessa maneira, aplica-se perfeitamente à política dos governadores, à política do café com leite e ao coronelismo característicos da República Oligárquica brasileira.

Competência: Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.

Habilidade: Identificar registros de práticas de grupos sociais no tempo e no espaço.

11 ROMPIMENTO DA OLIGARQUIA E ERA VARGAS: DA CHEGADA AO PODER AO ESTADO NOVO

Comentários sobre o módulo

Neste módulo, estudamos aspectos da política e da sociedade da Primeira República, também chamada de República Velha, no que diz respeito às organizações políticas e à crise de grupos que, historicamente, haviam ocupado espaços de hegemonia. Como reação à prática do coronelismo, percebe-se o movimento tenentista, tendo como movimento de destaque a Coluna Prestes. Além disso, a crise da Primeira República está diretamente associada à transformação da própria sociedade, como o crescimento do operariado no Brasil e o surgimento de uma nova classe média. A crise da oligarquia e a crise da política do café com leite, empregada por Minas Gerais e São Paulo, chegaram ao fim com uma estratégia de Getúlio Vargas, um sul-rio-grandense, à tomada do poder, como ficou conhecida a Revolução de 1930.

Ainda, estudamos o governo de Getúlio Vargas de 1930 a 1937 e sua divisão em dois períodos: o Governo Provisório e o Governo Constitucional, apresentando suas principais características. Discutimos as movimentações políticas e sociais no Brasil, como o movimento constitucionalista em São Paulo, ocorrido em 1932, e a fundação da Ação Integralista Brasileira (AIB).

Para ir além

Como atividade complementar, pode-se desenvolver uma atividade com base na leitura do texto “De braços dados e cruzados”, de Carlos Augusto Addor, publicado na *Revista de História da Biblioteca Nacional* (2013). Após a leitura do texto, converse com os alunos sobre as condições dos trabalhadores nas fábricas, a questão da imigração e as formas de luta e resistência operária. Depois, realize uma discussão coletiva, socialize as respostas dos alunos e incentive um debate sobre as condições de trabalho nos dias atuais, identificando possíveis semelhanças e diferenças em relação ao período estudado.

Sugerimos também a leitura e discussão de tópicos de:

- ADDOR, C. A. De braços dados e cruzados. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, ago. 2013. Disponível em: <bit.ly/2WFTOzL>. Acesso em: 21 out. 2018.
- BRUM, E. *Coluna Prestes: o avesso da lenda*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1994.
- CPDOC/FGV. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/Fundação Getúlio Vargas. *Movimento operário no Brasil*. Disponível em: <bit.ly/2DUliu9>. Acesso em: 21 out. 2018.
- FORJAZ, M. C. S. *Tenentismo e política*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- REIS, D. A.; DEMICINIS, R. (Org.). *História do anarquismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad/Ed. da UFF, 2006. v. 1.

É possível realizar uma atividade com base na Constituição do Brasil de 1934, fazendo uma análise do documento e comparando os elementos que permanecem na Constituição de 1988 e os que são diferentes.

Pode-se abordar a questão do voto feminino, permitido pela lei somente com a Constituição de 1934.

Sugerimos também a leitura e discussão de tópicos de:

- ARAÚJO, R. C. B. de. O voto de saias: a Constituinte de 1934 e a participação das mulheres na política. *Revista de Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 49, set./dez. 2003. Disponível em: <bit.ly/2DRiTQM>. Acesso em: 21 out. 2018.
- BRASIL. Constituição do Brasil de 1934. Disponível em: <bit.ly/2mYY2nm>. Acesso em: 21 out. 2018.
- BRASIL. Constituição do Brasil de 1988. Disponível em: <bit.ly/1bIJ9XW>. Acesso em: 21 out. 2018.
- CPDOC/FGV. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/Fundação Getúlio Vargas. *Ação Integralista Brasileira*. Disponível em: <bit.ly/2KvFGn5>. Acesso em: 21 out. 2018.
- NETO, L. *Getúlio 1930-1945: do Governo Provisório à ditadura do Estado Novo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

Exercícios Propostos

7. A

O texto refere-se ao tenentismo, movimento surgido por descontentamento de jovens oficiais do Exército quanto à situação política do país.

8. A

A Revolução de 1930 ocorreu, entre outros motivos, por uma ruptura na aliança entre as elites do café de Minas Gerais e de São Paulo, associadas desde o início da República Velha. O rompimento significou o enfraquecimento do grupo paulista e a tomada do poder por outros grupos oligárquicos até então insatisfeitos.

9. A

O controle político estava nas mãos das elites de Minas Gerais e São Paulo, economicamente favorecidas pela produção do café. Seus pactos políticos levavam ao controle da cadeira presidencial por seus candidatos preferidos.

10. A

A Campanha Civilista foi um movimento da passagem da monarquia para a república brasileira e não tem relação com a crise mencionada no enunciado.

11. A pequena participação popular nas eleições durante a Primeira República deve-se à ausência de mulheres no processo democrático e à exclusão de analfabetos, mendigos e praças. Também não poderiam votar os religiosos de ordens monásticas. A ausência das mulheres e a exclusão dos analfabetos, em um país cuja maioria das pessoas era analfabeta, tornava as eleições bastante restritas a certos grupos.

12. A

Nesses versos, o autor faz referência, de forma crítica, ao movimento da Intentona Comunista, ligado aos valores socialistas, os quais podem ser identificados no trecho “estrangeiro de vestes vermelhas”.

13. B

A Ação Integralista Brasileira tinha inspiração fascista e reunia em sua composição intelectuais, religiosos e membros do tenentismo, além de setores da classe média.

14. C

De acordo com o texto, o Estado de compromisso correspondeu a uma reorientação da política econômica, com o Estado intervindo na economia.

15. A frase remete à Revolução Constitucionalista de 1932, que envolveu grupos políticos atrelados aos cafeicultores e às oligarquias de São Paulo. Durante a Primeira República, São Paulo era o estado mais destacado na economia e na política nacional, tendo como principal produto o café. Em 1930, com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, a situação de São Paulo altera-se, quebrando a hegemonia das oligarquias paulistas. A nomeação do interventor federal João Alberto por Getúlio Vargas confrontou-se com as elites de São Paulo. A crescente campanha contra o intervencionismo de Getúlio Vargas e a exigência de uma Constituição para o país resultariam na Revolução Constitucionalista de 1932.

16. C

Com uma estratégia política mais próxima do trabalhador, Getúlio Vargas procurou, ao mesmo tempo, garantir e oferecer mais direitos trabalhistas e atuar como um grande mediador das relações entre as empresas/donos das indústrias e os trabalhadores.

17. A

Com Getúlio Vargas no governo, a política visa à centralização e o fortalecimento do Estado. Destaca-se o fortalecimento do capital nacional, que criou condições para as indústrias brasileiras e investiu em benefícios para os trabalhadores.

Estudo para o Enem

18. C

O movimento tenentista encontrará uma divisão no processo da Revolução de 1930, que significará o compromisso de parte deles com o Governo Provisório de Getúlio Vargas.

Competência: Compreender as transformações dos espaços geográficos como produto das relações socioeconômicas e culturais de poder.

Habilidade: Analisar a ação dos Estados nacionais no que se refere à dinâmica dos fluxos populacionais e no enfrentamento de problemas de ordem econômico-social.

19. C

O discurso ressalta as formas de controle do processo eleitoral por parte das oligarquias no poder no Brasil da Primeira República e expressa uma realidade caracterizada pelo uso de assistencialismo e de diversas formas de violência para angariar os votos para o presidente favorito das elites.

Competência: Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.

Habilidade: Comparar diferentes pontos de vista, presentes em textos analíticos e interpretativos, sobre situação ou fatos de natureza histórico-geográfica acerca das instituições sociais, políticas e econômicas.

20. A

No Brasil, as mulheres passaram a ter o direito ao voto em 1932, como resultado de sua forte atuação política no período.

Competência: Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.

Habilidade: Analisar a atuação dos movimentos sociais que contribuíram para mudanças ou rupturas em processos de disputa pelo poder.

12 ERA VARGAS: ESTADO NOVO E RETORNO DEMOCRÁTICO

Comentários sobre o módulo

Enfatizamos o processo histórico que conduziu Vargas ao poder, cuidando para não mistificar sua personalidade como Pai dos Pobres. Ele era membro das elites brasileiras, porém não das elites oligárquicas que até então detinham o poder no Brasil. Os avanços trabalhistas, em muitos momentos, constituíram-se uma forma de neutralizar os movimentos sociais, principalmente os de caráter socialista que difundiam-se entre intelectuais, militares e trabalhadores.

Ao mesmo tempo, seu governo aproximou-se da nova elite brasileira e da burguesia industrial, de quem recebia apoio político. Ao manipular as camadas trabalhadoras, dava início ao populismo no Brasil. Dessa forma, é importante, durante a apresentação do conteúdo deste módulo e do próximo, evitar o discurso ufanista, saudosista ou de culto à personalidade que ainda persiste na sociedade brasileira.

É importante destacar o peso político de Getúlio Vargas, mesmo após sua deposição, a qual foi seguida pela eleição de um candidato apoiado por ele, seu retorno como presidente eleito e, depois de um período de graves pressões e uma pesada campanha de desconstrução de seu apoio popular, um ato político final com seu suicídio.

Além disso, o presidente eleito após esse fato foi Juscelino Kubitschek, um de seus herdeiros políticos. Depois dele, com a renúncia de Jânio Quadros, outro de seus herdeiros foi João Goulart. Mesmo após vinte anos de ditadura militar, ainda haveria na política brasileira políticos lançados por Getúlio ou aprendizes dele, como Tancredo Neves e Leonel Brizola.

Para ir além

É interessante comparar três Constituições brasileiras (1824, 1891 e 1934) a fim de demonstrar avanços apresentados por elas à vida nacional. Indicamos também uma exibição de trechos e uma conversa sobre a minissérie *Heróis* (Brasil: 2011. Direção de Guto Aeraphe). São cinco capítulos sobre a Força Expedicionária Brasileira em sua missão em Montese, na Segunda Guerra Mundial. A participação brasileira na guerra é pouco visitada pela literatura e pela dramaturgia, de forma que a exibição dessa minissérie poderá ser algo novo para os alunos e permitir a análise desse momento importante para o país no que se refere às suas relações diplomáticas, bem como ao Exército nacional.

Sugerimos também a leitura da obra *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso*, de Boris Fausto (São Paulo: Companhia das Letras, 2006). No livro, o autor discute o perfil de Vargas analisando suas diversas facetas e faz uma importante avaliação do legado da chamada Era Vargas.

Recomendamos a leitura, na íntegra, da carta-testamento de Getúlio Vargas. Sugerimos, ainda, a leitura do romance *Agosto* (Rubem Fonseca, 1990). A obra

é uma narrativa policial de uma série de crimes que culminaram no suicídio de Getúlio Vargas.

Sugerimos também a leitura e discussão de tópicos de:

- JORGE, F. *Getúlio Vargas e seu tempo*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1994.
- LEVINE, R. M. *Pai dos pobres? O Brasil e a Era Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Exercícios Propostos

7. C

A primeira afirmativa está errada porque não havia pleno apoio das oligarquias estaduais nem o exemplo do stalinismo soviético. A quarta, porque não houve esfriamento das relações com os Estados Unidos, pelo contrário.

8. E

Getúlio Vargas era um grande especialista em fazer seu projeto político ser identificado como uma demanda popular e em fazer demandas populares históricas parecerem presentes dele à população.

9. C

Com esse projeto, o governo Vargas pretendia ocupar de fato o território brasileiro, uma questão crucial em tempos de guerra. Além disso, pretendia utilizar essas pessoas para explorar recursos naturais estratégicos. O maior exemplo é a borracha, largamente utilizada na guerra e, naquela época, ainda produzida com a seiva da seringueira.

10. C

Pela data, seria possível que os alunos acertassem a resposta mesmo havendo mais de uma alternativa relacionada à Era Vargas. O Estado Novo durou de 1937 a 1945.

11. D

Vargas, desde 1930, rompeu com o poder oligárquico. Esse embate político manteve-se ao longo de toda a Era Vargas e, durante o Estado Novo, teve seu momento mais crítico, uma vez que Vargas acumulou poderes, acabou com os partidos e as eleições e passou a propagandar um nacionalismo centralizador.

12. B

O que está descrito nesta questão é a famosa campanha "O petróleo é nosso".

13. D

Mais um caso em que a banca cobra, a respeito do período democrático de Vargas, o conhecimento do caso Petrobras. Isso pode acontecer, principalmente, porque até hoje ela está entre as maiores empresas do país e sua privatização (que já aconteceu parcialmente) está sempre em discussão.

14. B

Esse tipo de embate político, quase dogmático, está vivo até os dias de hoje. Quando o assunto é privatização, especialmente da Petrobras, há sempre dois grupos principais: os que defendem a urgência de sua privatização e os que defendem sua total nacionalização.

15. C

A política econômica de Dutra consistiu na abertura do mercado brasileiro à entrada de mercadorias importadas, tentando superar o nacionalismo econômico de Vargas.

16. A

O Partido Comunista Brasileiro foi posto na ilegalidade, mas os conservadores pressionaram pela exclusão do partido no jogo político brasileiro em decorrência do alinhamento com os Estados Unidos e do contexto de Guerra Fria.

17. A

O apoio popular de Getúlio, construído graças às leis trabalhistas e à propaganda do Estado Novo, era muito forte e, desde sua deposição, em 1945, já havia um movimento que queria elegê-lo presidente.

Estudo para o Enem**18. A**

A propaganda estatal é uma marca das ditaduras. No caso de Vargas, foi fundamental para conquis-

tar o apoio da população e consolidar sua ideia de uma nova identidade brasileira.

Competência: Utilizar os conhecimentos históricos para compreender e valorizar os fundamentos da cidadania e da democracia, favorecendo uma atuação consciente do indivíduo na sociedade.

Habilidade: Identificar o papel dos meios de comunicação na construção da vida social.

19. A

É importante conhecer a Frente Negra Brasileira, maior movimento negro de sua época. Pelo que está exposto no artigo da FNB apresentado, é possível vincular o movimento, mesmo sem conhecê-lo, à luta por direitos para a população afrodescendente.

Competência: Compreender as transformações dos espaços geográficos como produto das relações socioeconômicas e culturais de poder.

Habilidade: Reconhecer a dinâmica da organização dos movimentos sociais e a importância da participação da coletividade na transformação da realidade histórico-geográfica.

20. A

Com seu suicídio, além de sair da vida para entrar na história, Vargas tomou de volta o apoio popular que vinha sendo minado por seus opositores. Com a manifestação popular imensa que se seguiu à sua morte, o projeto dos conservadores foi atrasado.

Competência: Compreender as transformações dos espaços geográficos como produto das relações socioeconômicas e culturais de poder.

Habilidade: Comparar o significado histórico-geográfico das organizações políticas e socioeconômicas em escala local, regional ou mundial.

13 REPÚBLICA POPULISTA E GOLPE DE 1964

Comentários sobre o módulo

O conteúdo abordado neste módulo é bastante denso. Destaque as políticas econômicas e sociais vigentes em cada governo, bem como a reação popular e da oposição. As disputas e controvérsias políticas explícitas nesse período delinearão o cenário que culminou na ditadura militar. Nesse período, no entanto, as mudanças e os avanços na economia e na industrialização foram significativos. Oriente os alunos a compreender esses avanços, as mudanças e as diferentes políticas. Trabalhe o conteúdo na perspectiva da história geral, para que as influências externas sejam compreendidas como essenciais na organização política do período.

É importante abordar o conteúdo de maneira objetiva, evitando certos revisionismos atualmente difundidos e que buscam relativizar o caráter autoritário da ditadura militar. Deve-se ter em mente que a crítica ao regime militar parte de premissas éticas relacionadas à democracia e aos direitos humanos, independentemente de uma posição ideológica de direita ou de esquerda.

Recentemente, muitos vestibulares trabalham com a ideia de golpe civil-militar, enfatizando que setores da sociedade civil participaram ativamente da deposição de João Goulart e apoiaram a ditadura que se seguiu. Dessa maneira, essa noção deve ser debatida em sala de aula, discutindo-se as múltiplas nuances políticas e sociais do período.

Para ir além

Relacione a perspectiva desenvolvimentista do período com as medidas tomadas por Getúlio Vargas em seu primeiro governo. Comente o nacionalismo, a manutenção das conquistas trabalhistas e a manipulação das massas populares pelos presidentes do período. O governo JK é lembrado pelo grande desenvolvimento e incentivo ao progresso econômico por meio da industrialização. Ao assumir sua candidatura, Juscelino Kubitschek comprometeu-se a trazer o desenvolvimento de forma absoluta para o Brasil, realizando cinquenta anos de progresso em apenas cinco de governo, o famoso “50 anos em 5”. Essa política desenvolvimentista só foi possível em virtude de duas realizações de Vargas: a criação da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, no Rio de Janeiro, em 1946; e da Petrobras, em 1953. A célebre frase de JK está registrada em um monumento na Praça dos Três Poderes, em Brasília.

Nos vestibulares, os conteúdos de história cultural do período da ditadura militar brasileira são bastante cobrados. Dessa forma, pode-se abordar os movimentos artísticos surgidos na década de 1960 e que fizeram oposição ao regime militar, como o Teatro de Arena, o Cinema Novo, a MPB, o Tropicalismo, o Teatro Oficina, o Cinema Marginal e o neoconcretismo nas artes plásti-

cas. Canções de artistas como Chico Buarque, Geraldo Vandré, Caetano Veloso e Gilberto Gil são importantes documentos sobre o período. Muitos desses artistas, inclusive, foram perseguidos pela ditadura e tiveram de se exilar do país.

Sugerimos também a leitura e discussão de tópicos de:

- CODATO, A. O golpe de 64 e o regime de 68. *História, questões e debates*. Curitiba, Ed. da UFPR, n. 40, p. 11-36, 2004.
- GASPARI, E. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- MARTINS FILHO, J. M. *O golpe de 64 e a ditadura militar: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. da Ufscar, 2006.
- NAPOLITANO, M. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.
- REIS FILHO, D. A. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- RIDENTI, M. *O fantasma da revolução brasileira*. 2. ed. São Paulo: Ed. da Unesp, 2010.
- SOARES, G. *A democracia interrompida*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

Exercícios Propostos

7. A

A Companhia Vale do Rio Doce foi fundada em 1942 e a CLT foi promulgada em 1943, portanto ambos os fatos são anteriores.

8. B

Questão mais técnica, ligada à economia. Ajuda a pensar nas medidas que JK e Vargas tomaram quando estavam no poder e permite relacioná-los a cada uma dessas características. Como a questão fala em capital estrangeiro, trata-se de JK.

9. B

A tentativa de levante dos comunistas, como apresentado na questão, faz referência ao Plano Cohen, utilizado por Vargas como justificativa para a instauração do Estado Novo no fim da década de 1930.

10. B

Juscelino Kubitschek teve um governo problemático. Deu início a um relacionamento duvidoso com as empreiteiras, algo que passou por toda a ditadura e chegou aos dias de hoje. Porém, o crescimento econômico de seu governo, feito sob um regime

democrático, é lembrado de forma positiva por personagens políticas de esquerda e de direita.

11. D

A construção de Brasília foi (e ainda é) um grande símbolo da gestão de JK. Resumia todos os seus planos de metas e sua ideia de economia, além de ter sido feita por grandes nomes da arquitetura modernista, o que passava uma mensagem de atualização, modernidade, juventude, renovação e uma nova ideia de futuro.

12. D

O discurso do combate à corrupção, costumeiramente feito de forma eleitoreira e hipócrita, é uma bandeira antiga. Derrubou Getúlio em 1945, pretendeu derrubá-lo na década de 1950, quando ele se suicidou, passou por todo o governo JK e chegou à década de 1960. O “mar de lama” também é uma expressão que frequentemente ressurge nos discursos políticos brasileiros. Como vimos no módulo, Jânio Quadros foi eleito ao abraçar essa causa genérica e vazia.

13. B

As quatro imagens representam protestos que engajaram parcelas da população (geralmente estudantes, trabalhadores e movimentos sociais) contra seus governos em diferentes países entre 1967 e 1968. Nos Estados Unidos, protestava-se contra a política militarista do país no Vietnã; na França, trabalhadores e estudantes uniam-se para reivindicar direitos sociais; no Brasil, a oposição era ao regime ditatorial no poder desde 1964 e à violência policial que intensificava-se; no México, contra medidas autoritárias do presidente Díaz Ordaz.

14. D

Nos trechos da canção, há referências aos meios de comunicação de massa (“cantar na televisão”), a cardinales (em alusão à atriz italiana Cláudia Cardinale) e a Brigitte Bardot (atriz francesa). As tensões políticas na América Latina são evocadas por meio da alusão às guerrilhas, fenômeno característico do continente naquele momento.

15. A

Os versos evidenciam as condições precárias de vida da população trabalhadora. Ironicamente, dirigem-se a uma autoridade e agradecem (“Deus lhe pague”) por todos os infortúnios providenciados. Fica clara a existência de um poder autoritário e inquestionável no país, em uma alusão à ditadura militar no poder naquele momento.

16. D

A capa da revista *Veja* trata do XXX congresso da UNE, de outubro de 1968, que resultou na

prisão de cerca de mil estudantes. O congresso, bem como outros acontecimentos daquele ano, entre eles a Passeata dos Cem Mil de junho, representou a intensificação da mobilização social contra o regime no poder desde 1964. Buscando aumentar a repressão a esses movimentos, a ditadura implementou o AI-5 em 13 de dezembro.

17. a) Houve, na música popular, o movimento da Tropicália (de Caetano Veloso, Gilberto Gil, Gal Costa, Maria Bethânia, entre outros), e, no teatro, o Teatro Oficina, de José Celso Martinez Corrêa. Ambos, além de criticarem a ditadura militar, atacavam a moral conservadora da sociedade brasileira, defendendo a rebeldia e a transformação nos costumes. Também foram movimentos que demonstraram preocupação em entender criticamente o Brasil por meio de uma estética de vanguarda, formas artísticas inovadoras que apropriavam-se de informações estrangeiras para discutir questões propriamente nacionais. Os alunos podem citar outros movimentos artísticos do período, como o Teatro de Arena, a MPB engajada (Geraldo Vandré, Chico Buarque, Elis Regina, entre outros) e o neoconcretismo nas artes plásticas.

b) Para o regime militar, esses artistas eram considerados subversivos e imorais. Por isso, foram muitas vezes perseguidos. Suas obras eram objeto de atenção especial pela censura. Muitos artistas, como o próprio Glauber Rocha e os músicos tropicalistas Caetano Veloso e Gilberto Gil, chegaram a se exilar devido à perseguição intensificada após o AI-5 de 1968.

Estudo para o Enem

18. A

Não cabe, como vimos neste módulo, falar em arquitetura sacra, pois trata-se de um projeto modernista. Outras alternativas estão corretas em relação ao contexto, mas não dentro do que pediu a questão. Houve um plano de interiorização da capital e o governo de JK era de fato nacional-desenvolvimentista, mas não foi por isso que Brasília tornou-se patrimônio da humanidade.

Competência: Compreender a sociedade e a natureza, reconhecendo suas interações no espaço em diferentes contextos históricos e geográficos.

Habilidade: Identificar em fontes diversas o processo de ocupação dos meios físicos e as relações da vida humana com a paisagem.

19. E

Esta questão demonstra que, nas décadas de 1950 e 1960, havia no Brasil correntes de pensamento político que emulavam o contexto internacional de

Guerra Fria: alguns adotando estritamente um modelo liberal de livre-mercado, mesmo que de forma acrítica, sem adaptá-lo ao caso brasileiro; e outros, um modelo estritamente soviético de limitação da propriedade privada, também de forma acrítica, sem pensar nas consequências disso no caso brasileiro. Esse embate continua nos dias atuais, ainda que essa defesa mais extremada de uma ou outra visão tenha ficado relegada aos partidos menores, uma vez que os maiores partidos têm uma abordagem mais de centro.

Competência: Utilizar os conhecimentos históricos para compreender e valorizar os fundamentos da cidadania e da democracia, favorecendo uma atuação consciente do indivíduo na sociedade.

Habilidade: Analisar as lutas sociais e conquistas obtidas no que se refere às mudanças nas legislações ou nas políticas públicas.

20. C

Na charge, ironiza-se o fato de que as redes de televisão noticiavam muitos casos de repressão policial à população em países estrangeiros, mas nunca dentro do próprio Brasil, criando uma falsa ideia de que o país vivia em normalidade democrática e livre de situações de violência e repressão. Nesse sentido, os programas televisivos contribuíam para a imagem positiva que a ditadura militar queria criar sobre si mesma e transmitir para a população.

Competência: Compreender os elementos culturais que constituem as identidades.

Habilidade: Interpretar historicamente e/ou geograficamente fontes documentais acerca de aspectos da cultura.

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO DO SISTEMA DE ENSINO DOM BOSCO

14 DITADURA MILITAR E NOVA REPÚBLICA

Comentários sobre o módulo

Este módulo segue uma lógica semelhante ao anterior, no entanto, abordando um conteúdo mais amplo, pois condensa quinze anos de regime militar, e o governo de três presidentes (Emílio Garrastazu Médici, Ernesto Geisel e João Figueiredo). É importante enfatizar que a maneira como se deu o processo de redemocratização na primeira metade da década de 1980 exerceu grande influência nos desdobramentos posteriores da Nova República.

O trabalho com a história recente é sempre desafiador, pois prescinde do distanciamento tão caro à análise histórica. No entanto, esses conteúdos têm a seu favor a possibilidade de serem trabalhados resgatando a memória histórica dos alunos e de suas famílias e possuem uma grande variedade de fontes disponíveis para desenvolver a prática de análise dos alunos. Se possível, providencie mais fontes (jornais, revistas e músicas) e estimule o uso da história oral.

Destaque a diferença entre o *impeachment* de Fernando Collor de Mello e o de Dilma Rousseff. O primeiro cometeu crime de responsabilidade e não tinha mais o apoio na sociedade; a segunda não cometeu crime de responsabilidade e ainda tinha o apoio popular, apesar de reduzido pelo contexto. Outro ponto importante é relacionar o modo como ocorreu a redemocratização e sua fragilidade, com a ascensão de figuras autoritárias e violentas nas eleições que se seguiram à instabilidade causada pelo *impeachment* de 2016.

Ressalte a importância do debate e da participação democrática. Uma boa estratégia didática é comparar, por exemplo, os governos FHC e Lula – nos quais, com qualidades e defeitos, a democracia foi respeitada e, portanto, diversas conquistas foram alcançadas – com o governo Temer, impopular e impositivo.

Para ir além

Há uma série de *sites* nos quais pode-se ter acesso a fotos e fontes da época e que podem ser sugeridos aos alunos como fonte de estudo. Por exemplo:

<<http://memoriasdaditadura.org.br>>

<<http://memorialdademocracia.com.br>>

<www.torturanuncamais-rj.org.br>

<<http://memoriacinebr.com.br>>

Acessos em: 27 dez. 2018.

Diversos filmes sobre o período podem ser sugeridos aos alunos:

- *O que é isso, companheiro?* (Bruno Barreto, 1997).
- *Zuzu Angel* (Sérgio Rezende, 2006).
- *O ano em que meus pais saíram de férias* (Cao Hamburger, 2006).

- *Batismo de sangue* (Hélcio Ratton, 2007).
- *Cidadão Boilensen* (Chaim Litewski, 2009).
- *Marighella* (Isa Grispum Ferraz, 2012).

Sugerimos também a leitura e discussão de tópicos de:

- CODATO, A. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, n. 25, p. 83-106, 2005.
- FICO, C. *Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- GASPARI, E. *A ditadura acabada*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.
- _____. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- _____. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- _____. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- NAPOLITANO, M. *Cultura e poder no Brasil republicano*. Curitiba: Juruá, 2002.
- NOVAIS, F.; MELLO, J. M. C. de. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, L. (Org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 560-658. v. 4.
- REIS FILHO, D. A. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- SECCO, L. Formação (1978-1983). In: *A história do PT*. Cotia: Ateliê, 2011.
- TELES, J. Os familiares de mortos e desaparecidos e a luta por verdade e justiça no Brasil. In: TELES, E.; SAFATLE, V. (Org.). *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 253-298.

Recomenda-se a leitura de trechos da Constituição Federal de 1988, porque ela faz parte do recorte deste módulo e, também, porque ela marcou a atuação política dos últimos anos. Analise com os alunos os pontos da Constituição que falam sobre a participação de militares na política, crime de responsabilidade como base de um *impeachment*, a emenda que proibiu o sequestro da poupança como realizado por Collor e o artigo 5º, no qual se lê que todos são iguais perante a lei, sem qualquer distinção, e que garante o direito à vida e à liberdade.

Sugerimos também a leitura e discussão de tópicos de:

- MENDONÇA, D. *Tancredo Neves: da distensão à Nova República*. Florianópolis: Edunisc, 2004.
- NOVAES, A. (Org.). *Rede imaginária: televisão e democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- SOARES, S. A. *Controles e autonomia: as forças armadas e o sistema político brasileiro (1974-1999)*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2006.

Sobre o processo que resultou no *impeachment* da presidente Dilma Roussef, promova debates com os alunos com base nos documentários a seguir:

- *O processo* (Maria Ramos, 2018).
- *Tchau, querida* (Vinícius Segalla e Gustavo Aranda, 2019).

Exercícios Propostos

7. D

A Lei de Anistia de 1979 anistiou tanto os presos políticos e exilados como os agentes da repressão. No texto, Darcy Ribeiro, autor de esquerda e crítico ao regime, defende que os crimes da ditadura sejam esquecidos e perdoados, mas alerta para que a transição democrática seja feita de forma a impedir que, no futuro, uma situação ditatorial se repita.

8. A

Na notícia citada, uma escola da Bahia alterou seu nome de “Emílio Médici” para “Carlos Marighella”. Ou seja, substituiu o nome de um ditador para o de um guerrilheiro que lutou contra a ditadura militar. Nesse sentido, a escola atuou em consonância com um movimento contemporâneo que busca revalorizar a crítica ao regime militar e se desfazer das heranças autoritárias do período.

9. E

João Figueiredo assumiu a presidência encarregado de concluir a abertura democrática iniciada por seu antecessor Ernesto Geisel. No entanto, a abertura ainda era incerta, objeto de disputas e tensões, e o processo foi demorado, concluindo-se apenas seis anos depois, em 1985. Por isso, na charge, Figueiredo não sabe se deve vestir trajes militares ou civis, o que se deve ao estatuto incerto do regime no poder no Brasil naquele momento.

10. E

O milagre econômico e a vitória na Copa do Mundo de 1970, ambos eventos datados do governo Médici, foram amplamente empregados como propaganda oficial pelo regime militar. Dessa forma, o regime pôde manter a maior parte da popu-

lação a seu favor, enquanto a parcela minoritária de opositores era duramente reprimida.

11. a) Foi Geisel quem, no fim de 1978, suspendeu o AI-5. Pode-se citar também a demissão do general Sílvio Frota, naquele mesmo ano, o que representou um momento de confronto entre Geisel e a Linha Dura do Exército, intransigente quanto à abertura.

b) Apesar da promessa de abertura do regime, no governo Geisel foram mantidas as práticas repressivas de prisões, torturas e assassinatos. Foi em seu governo que morreram, sob tortura, o jornalista Vladimir Herzog (1975) e o operário Manuel Fiel Filho (1976). Geisel também criou, em 1976, a Lei Falcão, que limitava a propaganda eleitoral no rádio e na TV e, em 1977, promulgou os Pacotes de Abril, que o permitiram fechar o Congresso. Foi também em seu governo que houve intensificação da Operação Condor, que unia as demais ditaduras da América do Sul (Argentina, Uruguai, Chile, Paraguai e Bolívia) em um acordo internacional que visava investigar e perseguir opositores políticos.

12. a) As greves de metalúrgicos do ABC Paulista de 1979 representaram o nascimento de um novo movimento operário e sindical, que alterava o sindicalismo conforme praticado durante a ditadura militar, com os sindicatos submetidos ao Estado. Os movimentos grevistas lutaram contra a política econômica de arrocho salarial empreendida pelo regime em decorrência da crise econômica de meados dos anos 1970 e criticaram o caráter autoritário do regime, somando-se aos esforços de outros movimentos da sociedade civil em nome da redemocratização. As greves do ABC fizeram reemergir no cenário brasileiro a classe trabalhadora como importante agente político. Foi também nesse momento que despontou a figura de Luís Inácio Lula da Silva, que encabeçaria o Partido dos Trabalhadores (PT), criado em 1980, e seria uma figura central em todas as eleições da República Nova instaurada em 1985, chegando à presidência em 2002, em um acontecimento histórico, afinal, foi a primeira vez que o Brasil teve um presidente vindo da classe trabalhadora.

b) Podem ser citados: a suspensão do AI-5 por Geisel, em 1978; a Lei de Anistia, de 1979; o fim do bipartidarismo e a criação de novos partidos políticos como PT e PSDB em 1980, ambos levados a cabo pelo governo Figueiredo.

13. D

Devemos buscar nas respostas alguma referência à própria Constituição, como pede o enunciado. Além disso, as informações sobre o governo Geisel estão incorretas: Tancredo foi eleito de

forma indireta (pelo Congresso), a Constituição foi promulgada com o término da ditadura militar e o movimento das Diretas-Já tem relação com a eleição, não com a Constituição.

14. A

Todas as afirmativas são verdadeiras e servem como um bom resumo a respeito da era Lula.

15. E

Como vimos no módulo que tratou do governo democrático de Getúlio Vargas, e como é visto aqui a respeito do governo Lula, a produção energética é encarada como interesse estratégico para o país (no caso de Lula, houve também as hidrelétricas) e, portanto, seu controle deve ser nacional e estatal.

16. E

Esta questão expõe os problemas econômicos da gestão de Dilma Rousseff que colaboraram para minar sua popularidade, inclusive entre aqueles que a elegeram: inflação alta e crescimento baixo.

17. A

Esta questão mostra um dos grandes feitos da era Lula e ajuda a mostrar como o apoio a ele e ao PT na Região Nordeste se justifica. Houve uma enorme redução da mortalidade infantil, que é um sintoma positivo resultado de diversas outras medidas benéficas, como o saneamento básico, a segurança hídrica, o aumento dos investimentos na região e os programas de distribuição de renda.

Estudo para o Enem**18. A**

De acordo com o texto, a vitória da Seleção Brasileira na Copa do Mundo de 1970 foi empregada pelo governo Médici como um veículo de propaganda a fim de legitimar o regime no poder. A vitória esportiva foi utilizada como emblema de um país que prosperava e progredia.

Competência: Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.

Habilidade: Identificar registros de práticas de grupos sociais no tempo e no espaço.

19. E

No documento transcrito, os jornalistas reivindicam que a Justiça investigue a morte de Vladimir Herzog (e outras que pudessem vir a ser descobertas), na expectativa de que o ocorrido pudesse ser devidamente explicado. A opinião pública da época não aceitou a versão dos militares, que afirmavam tratar-se de um caso de suicídio e, por isso, solicitava que a situação fosse investigada e os culpados devidamente punidos.

Competência: Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.

Habilidade: Avaliar criticamente conflitos culturais, sociais, políticos, econômicos ou ambientais ao longo da História.

20. A

Fernando Collor de Mello tinha, comprovadamente, envolvimento em casos de corrupção e, além disso, com o sequestro das poupanças, perdeu apoio mesmo entre sua base eleitoral. Dessa forma, houve uma mobilização generalizada na sociedade, sem que qualquer setor o defendesse.

Competência: Compreender as transformações dos espaços geográficos como produto das relações socioeconômicas e culturais de poder.

Habilidade: Reconhecer a dinâmica da organização dos movimentos sociais e a importância da participação da coletividade na transformação da realidade histórico-geográfica.

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO
SISTEMA DE ENSINO DOM BOSCO

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO
SISTEMA DE ENSINO DOM BOSCO

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO
SISTEMA DE ENSINO DOM BOSCO

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO
SISTEMA DE ENSINO DOM BOSCO

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO
SISTEMA DE ENSINO DOM BOSCO

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO
SISTEMA DE ENSINO DOM BOSCO



Pearson

PRÉ-VESTIBULAR
SEMIEXTENSIVO

2



www.dombosco.com.br



701625360